



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E
GESTÃO DO CONHECIMENTO**

MARINILSE NETTO

**CONTEXTO E USO DAS MÍDIAS POR POPULAÇÕES
INDÍGENAS BRASILEIRAS: ELEMENTOS QUE PODEM
CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO
DO CONHECIMENTO TRADICIONAL EM MEIOS DIGITAIS E
INTERNET**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Antonio Pereira Fialho.

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Augusto Monguilott Remor

Coorientadora Externa: Profa. Dra. Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho.

Florianópolis-SC.
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Netto, Marinilse

Contexto e Uso das Mídias por Populações Indígenas Brasileiras : Elementos que Podem Contribuir para a Preservação e a Disseminação do Conhecimento Tradicional em Meios Digitais e Internet / Marinilse Netto ; orientador, Francisco Antonio Pereira Fialho ; coorientador, Carlos Augusto Monguilott Remor, coorientador, Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho. - Florianópolis, SC, 2016. 519 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Inclui referências

1. Engenharia e Gestão do Conhecimento. 2. Preservação do Conhecimento Tradicional Indígena. 3. Disseminação do Conhecimento Tradicional Indígena. 4. Mídias do Conhecimento. 5. Gestão do Conhecimento Tradicional Indígena. I. Fialho, Francisco Antonio Pereira. II. Remor, Carlos Augusto Monguilott. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. IV. Título.

Folha de rosto

AGRADECIMENTOS

As forças superiores, emanações de energia que se fazem constantes em minha trajetória.

A minha família, pais, irmãos e irmãs, em especial a Evanilde e Rubens pela acolhida em meu retorno a nossa cidade.

Ao meu caríssimo Orientador Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, que confiou ao universo a nossa parceira, obrigada pelas palavras certas e respeito a minha trajetória.

A estimada Coorientadora Profa. Christianne Coelho de Souza Reinisch Coelho pelas contribuições sempre pontuais, pelo carinho e amizade.

Aos membros das Bancas de Qualificação e Defesa da Tese, Professores Cristiano Cunha, Fernando Spagnol, Marília Matos Gonçalves, Marcio Vieira de Souza, Deisi Scunderlik Eloy de Farias, Teresinha Fróes Burnham, pelas valiosas contribuições que guiaram a condução e conclusão final desse trabalho.

Ao Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

A Joana Brandão Tavares e Karkaju Pataxó pela colaboração na validação do roteiro das entrevistas.

A Maria Lidia Melo por ter tecido os fios virtuais que me levaram aos informantes indígenas.

A Nhenety Kariri-Xocó, Kamikia Kisedge, Vincent Carelli, Edgar Corrêa Kanaykô, Maria das Dores de Oliveira ou Maria Pankararu, Aritan Werá Parkatêjê, Takumã Kuikuro, Yolly Sabrina Marques de Almeida Lima e Sebastian Gerlic, a quem devo não somente as grandes contribuições, mas a revelação da essência do tema pesquisado.

A concretização desta pesquisa muito se deve a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, que desde

2012 me concede uma bolsa de pesquisa a qual permitiu minha dedicação exclusiva aos estudos.

Aos meus filhos Paulo e Ricardo, metades infinitas de amor. A vocês e para vocês sigo minha busca pelo conhecimento, acreditando em uma sociedade mais justa, mais verdadeira e feliz.

Meu agradecimento especial a Antonio, meu parceiro de todas as horas. Você fez com que algumas jornadas fossem mais leves e me ensinou a transitar por caminhos desconhecidos. Você me inspira sempre e cada vez mais.

*“Eu já me transformei em imagem.
Mesmo que eu morra vocês vão me assistir,
e os meus netos e as novas gerações...”*
(Pajé Hunikui. “Já me transformei em imagem”,
audiovisual de Zezinho Yube, Vídeo nas Aldeias.)

RESUMO

O conhecimento de populações tradicionais e indígenas constitui um “corpo complexo” de saberes e o mesmo ocorre, por extensão, com os estudos que o tem como foco. Populações tradicionais e indígenas desempenham papel chave na sustentabilidade do planeta, e sua riqueza cultural se expressa em diferentes manifestações que assumem caráter inovador tanto por sua singularidade, não se repetindo em outros lugares, quanto por seus aspectos assumidamente locais. Ainda que tenham sido reconhecidos como detentores de conhecimentos importantes para a conservação da biodiversidade e conseqüente futuro da vida humana, a sociedade ocidental moderna, em geral, não tem criado formas equânimes de integração entre os seus conhecimentos e o paradigma científico vigente. Atualmente, indígenas brasileiros encontram nas tecnologias novas relações com a sociedade. Criam conteúdos digitais, profissionalizam-se no uso das tecnologias e as usam como registro de memória e disseminação de seus conhecimentos. Este trabalho objetivou caracterizar o contexto de uso das mídias por populações indígenas brasileiras, identificando como as mídias digitais e a Internet podem contribuir para a preservação e disseminação de seu conhecimento. Como objetivos específicos, buscou-se compreender a origem e os contornos atuais de conteúdos digitais produzidos por grupos indígenas brasileiros, analisando a representação e participação indígena na cultura digital e identificando ações que componham e aprimorem a gestão do conhecimento tradicional indígena (CTI), direcionada à preservação deste. O estudo foi conduzido mediante pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa documental teve suporte na etnografia virtual, cujo percurso investigativo fez uso de um instrumento de análise e descrição dos ambientes virtuais (cibermeios) adequados às especificidades da pesquisa. Foram analisados e descritos cinco cibermeios de populações indígenas brasileiras, sendo dois deles com análise em profundidade, e, destes, 69 (sessenta e nove) conteúdos digitais foram selecionados e submetidos à técnica da Análise de Conteúdo. A pesquisa de campo constou de entrevistas com gestores, produtores de conteúdos e utilizadores destes cibermeios. Por seus títulos e temas, os conteúdos foram organizados nas categorias “disseminação do conhecimento”, “preservação do conhecimento” e “uso das mídias e Internet”, definidas *a priori*, tendo em vista os objetivos do trabalho. Somaram-se a essas as categorias

“educação indígena” e “ativismo indígena”, emergidas durante a análise dos conteúdos. Os procedimentos permitiram a identificação de como se dá a disseminação e a preservação do CTI em formato digital, e qual o papel das mídias nestes processos. A partir das categorias e elementos analisados, e tendo as entrevistas como suporte, procedeu-se uma avaliação mais aprofundada através da aplicação do método SWOT, adaptado aos fins e condições do contexto analisado. Esta aplicação produziu uma ampla visão dos pontos fortes e fracos que cercam o uso de mídias digitais e Internet, constituindo elementos que podem auxiliar na melhoria dos processos empregados para disseminação e preservação do CTI. Os resultados obtidos no trabalho levaram à elaboração de um roteiro que apresenta as principais etapas para a gestão deste conhecimento, roteiro este que, embora voltado à situação investigada, provavelmente podem se enquadrar a realidades semelhantes. As contribuições advindas do presente trabalho podem colaborar com a rede de pesquisas brasileiras e projetos ou políticas públicas visando à preservação, proteção e disseminação do CTI, acompanhando medidas já desenvolvidas em vários países.

Palavras-Chave: Conhecimento Tradicional Indígena; Disseminação; Gestão do Conhecimento; Internet; Mídias Digitais; Populações Tradicionais e Indígenas; Preservação.

ABSTRACT

The traditional knowledge of indigenous and traditional peoples constitutes a "complex body" of knowledge and the same is true, by extension, of the studies which focus on it. Traditional and indigenous peoples play a key role in the sustainability of the planet, and its cultural richness is expressed in various manifestations that take innovativeness both for its uniqueness, not being repeated elsewhere, as for its unapologetically local aspects. Even though it has been recognized as having important knowledge for biodiversity conservation and consequent future of human life, modern Western society in general, it has not created equitable forms of integration between its knowledge and the current scientific paradigm. Currently, Brazilian indigenous peoples find within technologies new relationships with society. They create digital content, professionally disciplined in the use of technology and the use of memory as recording and disseminating their knowledge. This study aimed to characterize the context of media use by Brazilian indigenous peoples, identifying how digital media and the Internet can contribute to the preservation and dissemination of knowledge. As specific objectives, we sought to understand the origin and current contours of digital content produced by Brazilian indigenous groups, analyzing indigenous representation and participation in digital culture and identifying actions that compose and improve the management of traditional indigenous knowledge (TIK), directed towards its preservation. The study was conducted through bibliographical, documentary and field research. The documentary research was supported in virtual ethnography, whose investigative route made use of an analytical tool and description of appropriate online media to the specificities of the research. They were analyzed and described five virtual environments of Brazilian indigenous peoples, called "indigenous online media", two of them with in-depth analysis, and of these, 69 (sixty nine) digital contents were selected and submitted to the technique of content analysis. The field research consisted of interviews with managers, content producers and users of online media. By their

titles and themes, the contents were organized in the categories "dissemination of knowledge", "Preservation of knowledge" and "use of media and the Internet", defined a priori, given the objectives of the paper. The categories "indigenous education" and "indigenous activism," which emerged during the analysis of the contents were also added. The procedures allowed the identification of how the dissemination and preservation of TIK in digital format takes place, and the role of the media in these processes. From the categories and analyzed elements, and having interviews as support, there was further evaluation by applying the SWOT method, adapted to the purposes and conditions of the context analyzed. This application produced a broad view of the strengths and weaknesses surrounding the use of digital media and Internet, constituting elements that can assist in improving the processes employed for dissemination and preservation of TIK. The results of this work led to the establishment of a roadmap that shows the main steps for managing this knowledge. Such script, while focused on the situation investigated, probably can fit similar realities. The contributions from the present study can collaborate with the network of Brazilian research and projects or public policies aimed at the preservation, protection and dissemination of TIK, accompanying measures which have already been developed in several countries.

Keywords: Traditional Indigenous Knowledge; Dissemination; Knowledge management; Digital media; Traditional and Indigenous populations; Preservation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	O espaço semântico das pesquisas do EGC.....	59
Figura 2	Estrutura da Tese.....	64
Figura 3	Características epistemológicas do conhecimento tradicional.....	71
Figura 4	Sistema de conhecimentos tradicionais.....	75
Figura 5	Multi/Interdisciplinaridade do conhecimento tradicional.....	77
Figura 6	Características dos conhecimentos científico e tradicional.....	82
Figura 7	Elementos representativos para a Gestão do Conhecimento Tradicional.....	173
Figura 8	Espiral do Conhecimento – SECI.....	179
Figura 9	Estruturação e difusão da informação no I-Space.....	183
Figura 10	Conversão de conhecimento tácito em explícito no I-Space.....	185
Figura 11	Representação esquemática das etapas de desenvolvimento metodológico do trabalho.....	204
Figura 12	Representação esquemática das etapas de descrição e análise dos cibermeios.....	233
Figura 13	Página principal do Portal Índio Educa.....	238
Figura 14	Página da seção Ser índio - Portal Índio Educa.....	239
Figura 15	Página da seção Ser índio - Portal Índio Educa.....	240
Figura 16	Página da seção Ser índio/deixe um comentário – Portal Índio Educa.....	241
Figura 17	Rodapé da página inicial do Portal Índio Educa.....	243
Figura 18	Página inicial do <i>site</i> Vídeo nas Aldeias no idioma inglês.....	258
Figura 19	Página inicial do <i>site</i> Vídeo nas Aldeias	259
Figura 20	<i>link</i> Contato - <i>site</i> Vídeo nas Aldeias.....	260
Figura 21	Rodapé da página inicial - <i>site</i> Vídeo nas Aldeias.....	261
Figura 22	<i>Link</i> “Home” do <i>site</i> Vídeo nas Aldeias.....	262
Figura 23	<i>Links</i> Vídeo nas Aldeias - <i>site</i> Vídeo nas Aldeias.....	262

Figura 24	Áreas de atuação do <i>site</i> Vídeo nas Aldeias.....	263
Figura 25	Realizadores Indígenas – etnias - <i>site</i> Vídeo nas Aldeias.....	264
Figura 26	Página individual de um Realizador Indígena - <i>site</i> Vídeo nas Aldeias.....	266
Figura 27	Roteiro para a gestão do conhecimento tradicional indígena.....	336

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Criação do conhecimento nos sistemas tradicionais, científico e tecnológico.....	80
Quadro 2	População indígena brasileira, por localização do domicílio e percentual nas TIs, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.....	122
Quadro 3	Processos/etapas/fases de GC.....	177
Quadro 4	Guia das escalas do conhecimento no Espaço de Informação.....	184
Quadro 5	Processos de GC nos modelos SECI, I-SPACE e World Bank.....	190
Quadro 6	Seleção da amostra a partir dos critérios estabelecidos.....	210
Quadro 7	Relação e detalhamento das entrevistas.....	215
Quadro 8	Quantidade e formato dos conteúdos analisados – sites Índio Educa e Vídeo nas Aldeias.....	221
Quadro 9	Categorias e Elementos de análise extraídos da Análise de Conteúdo.....	221
Quadro 10	Campo do “instrumento de descrição e análise” relativa à etapa 1, dimensão 1 do instrumento.....	226
Quadro 11	Campo do “instrumento de descrição e análise” relativa à etapa 1, dimensão 2 do instrumento	226
Quadro 12	Campo do “instrumento de descrição e análise” relativa à etapa 1, dimensão 3 do instrumento	227
Quadro 13	Campo do “instrumento de descrição e análise” relativa à etapa 2, dimensão 1 do instrumento.....	230
Quadro 14	Campo do “instrumento de descrição e análise” relativa à etapa 3, dimensão 1 do instrumento.....	232
Quadro 15	Textos e Audiovisuais selecionados para Análise de Conteúdo.....	277
Quadro 16	Detalhamento da AC nos conteúdos analisados....	279
Quadro 17	Meios de disseminação do conhecimento tradicional Indígena nos cibermeios Vídeo nas Aldeias e Índio Educa.....	287
Quadro 18	Fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas no uso das mídias digitais por populações indígenas brasileiras.....	307

Quadro 19	Características diferenciadoras dos cibermeios analisados.....	334
------------------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
CI	Conhecimento Indígena
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CL	Conhecimento Local
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CT	Conhecimento Tradicional
DPI	Direitos de Propriedade Intelectual
EC	Engenharia do Conhecimento
EGC	Engenharia e Gestão do Conhecimento
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GC	Gestão do Conhecimento

GCTI	Gestão do Conhecimento Tradicional Indígena
GESAC	Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISA	Instituto Sócio Ambiental
IUNC	International Union for Conservation of Nature and Natural Resources Conservation
ICSU	International Council for Science
IK	Indigenous Knowledge
MC	Mídia do Conhecimento
MEC	Ministério da Educação
NUPAUB	Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PICTA	Partnership for Information and Communication Technology for Africa
PDBR	Política de Desenvolvimento do Brasil Rural
PNPCT	Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
PPG7	Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPGEGC	Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento

PPTAL	Projeto Integrado de Proteção as Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
RDS	Rede de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reservas Extrativistas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UC	Unidade de Conservação
UDESC	Universidade Estadual de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UIT	União Internacional de Telecomunicações
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO.....	27
1	ASPECTOS	
	INTRODUTÓRIOS.....	31
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA.....	31
1.2	PERGUNTA DE PESQUISA.....	39
1.3	OBJETIVOS.....	39
1.3.1	Objetivo geral.....	39
1.3.2	Objetivos específicos.....	39
1.4	JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA.....	40
1.5	INEDITISMO E ORIGINALIDADE DO TEMA.....	48
1.6	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	50
1.7	ADERÊNCIA DA TESE AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO – EGC/UFSC.....	51
1.7.1	O contexto da Mídia e Disseminação do Conhecimento.....	56
1.7.2	O objeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento: o conhecimento.....	58
1.8	ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS.....	61
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	67
2.1	CONHECIMENTO TRADICIONAL, LOCAL E INDÍGENA EM VISÃO PANORÂMICA.....	67
2.1.1	Conhecimento tradicional, local e indígena – elementos conceituais.....	68
2.1.2	Aspectos multi/interdisciplinares do conhecimento tradicional, local e indígena.....	76
2.1.3	Conhecimento tradicional – entre a tradição e a inovação.....	84
2.2	O CONTEXTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E INDÍGENAS BRASILEIRAS.....	95
2.2.1	Elementos conceituais de populações tradicionais e indígenas brasileiras.....	95
2.2.2	Marcos constitutivos da legislação brasileira sobre populações tradicionais e indígenas e instrumentos legais de proteção e uso de seus conhecimentos.....	106

2.2.3	Situação de populações indígenas brasileiras segundo o Censo IBGE 2010.....	118
2.3	INDÍGENAS BRASILEIROS E A CIBERCULTURA.....	126
2.3.1	Cultura e cibercultura: breve caracterização.....	129
2.3.2	Repercussões dos fenômenos técnicos e tecnológicos na cultura.....	138
2.4	POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL DE POPULAÇÕES INDÍGENAS BRASILEIRAS.....	146
2.4.1	Indígenas brasileiros – acesso e uso das tecnologias digitais.....	153
2.4.2	Conceitos de inclusão digital	159
2.4.3	A inclusão digital como inclusão social	160
2.4.4	A inclusão digital e o fortalecimento da identidade cultural indígena.....	163
3	GESTÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL - PERSPECTIVA EMERGENTE.....	169
3.1	ESPIRAL DE CONVERSÃO DO CONHECIMENTO - SECI.....	178
3.2	FLUXO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO (I-SPACE - CUBO DE BOISOT).....	181
3.3	QUADRO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO INDÍGENA (WORLD BANK).....	186
3.4	ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DAS TRÊS ABORDAGENS NA GESTÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL.....	189
4	INSTRUMENTOS E MÉTODOS.....	193
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	193
4.1.1	Abordagem qualitativa da pesquisa.....	194
4.1.2	Sobre o método da pesquisa – Etnografia Virtual.....	197
4.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	204
4.2.1	Pesquisa bibliográfica e revisão de literatura em bases de dados.....	205
4.2.1.1	Levantamento de Teses que tratam do tema.....	205
4.2.1.2	Levantamento de artigos científicos que tratam do tema.....	206

4.2.2	Pesquisa exploratória dos <i>sites</i> de populações tradicionais e indígenas brasileiras e critérios de seleção da amostra.....	208
4.2.3	Pesquisa documental, de “campo” e entrevistas.....	211
4.2.4	Tratamento dos dados.....	216
4.2.4.1	Análise de Conteúdo.....	217
4.2.4.2	Matriz SWOT.....	219
4.2.5	Conteúdos selecionados para análise.....	220
4.3	APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO ELABORADO PARA EMBASAR A DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS “CIBERMEIOS INDÍGENAS BRASILEIROS”	222
4.3.1	Caracterização das etapas de elaboração do Instrumento de Descrição e Análise dos Cibermeios Indígenas Brasileiros	223
4.3.1.1	Etapa 1 – Dimensões 1, 2 e 3 - Identificação e descrição dos aspectos técnicos e de operabilidade do cibermeio.....	224
4.3.1.2	Etapa 2 – Dimensão 1 - Descrição e Análise dos conteúdos constantes no cibermeio.....	230
4.3.1.3	Etapa 3 – Dimensão 1 – Identificação, caracterização e percepção dos gestores, produtores de conteúdo e utilizadores do cibermeio.....	231
5	OS CIBERMEIOS, AS MÍDIAS DIGITAIS E A INTERNET: ELEMENTOS DE REPRESENTAÇÃO E PROTAGONISMO INDÍGENA.....	235
5.1	PORTAL ÍNDIO EDUCA.....	237
5.2	<i>SITE</i> VÍDEO NAS ALDEIAS.....	256
5.3	APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO NOS TEXTOS E AUDIOVISUAIS DOS CIBERMEIOS ÍNDIO EDUCA E VÍDEO NAS ALDEIAS.....	278
5.3.1	Categoria Disseminação do Conhecimento.....	281
5.3.2	Categoria Preservação do Conhecimento.....	289
5.3.3	Categoria Uso das Mídias e Internet.....	293
5.3.4	Categoria Educação Indígena	299
5.3.5	Categoria Ativismo Indígena.....	304
5.4	MATRIZ SWOT – FORTALEZAS/FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES/AMEAÇAS.....	308

6.	ANÁLISE TRANSVERSAL A PARTIR DOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O CONTEXTO PESQUISADO.....	327
7.	CONCLUSÕES.....	341
7.1	RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	349
	REFERÊNCIAS.....	350
	APÊNDICE 1 – Inventário de Teses brasileiras e Revisão integrativa da literatura	395
	APÊNDICE 2 – Mapeamento de 50 cibermeios (<i>portal/sites/blogs/web rádios</i>) usadas por populações tradicionais e indígenas brasileiras.....	409
	APÊNDICE 3 – Termo de consentimento livre e esclarecido apresentado aos entrevistados.....	413
	APÊNDICE 4 – Questionário empregado como roteiro para as entrevistas.....	419
	APÊNDICE 5 – Descrição e análise dos cibermeios Índios Online, Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas e AJI – Ação de Jovens indígenas de Dourados.....	421
	APÊNDICE 6 – Conteúdos postados entre 05 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015 – Índios Online – <i>link</i> todos os artigos.....	475
	APÊNDICE 7 – Conteúdos postados entre 08 de março a 31 de julho de 2015 – Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas – <i>link</i> blogue.....	483
	APÊNDICE 8 – Conteúdos postados entre 02 de março a 31 de julho de 2015 – Ação de Jovens Indígenas de Dourados – AJI, <i>link</i> notícias.....	491
	APÊNDICE 9 – Conteúdos postados entre 02 de março a 31 de julho de 2015 – Ação de Jovens Indígenas de Dourados – AJI, <i>link</i> comunicação – vídeos.....	505
	APÊNDICE 10 – Audiovisuais postados entre 12 de outubro de 2011 ao dia 31 de julho de 2015 – Portal Índio Educa – vídeos.....	509
	APÊNDICE 11 – Textos postados entre 12 de outubro de 2011 ao dia 31 de julho de 2015 – Portal Índio Educa – ajudando o professor.....	513

APÊNDICE 12 – Audiovisuais de produtores/
realizadores indígenas – *site* Vídeo nas Aldeias – *link*
catálogo..... 515

APRESENTAÇÃO

“Se achamos que o nosso objetivo aqui, na nossa rápida passagem pela terra é acumular riquezas, então não temos nada a aprender com os índios. Mas se acreditarmos que o ideal é o equilíbrio do homem dentro da sua própria família, e dentro de sua comunidade, então os índios têm lições extraordinárias para nos dar.” (Claudio Villas- Bôas).

A pesquisa a qual me interessei em realizar é complexa, assim também é o tema. Desde minha primeira incursão pelos estudos sobre cultura, na época do Mestrado, para além do foco da pesquisa estiveram presentes questões que não fugiam aos meus olhos, que repercutiam em imagens, em falas e em contextos. Tais imagens compõe um cenário onde o ser humano sofre a ação da cultura ao mesmo tempo em que a transforma, dando-lhe significação. Desse modo, a cultura é, ao mesmo tempo, condição e resultado da vida humana no planeta.

Pensar em cultura é pensar no humano, naquele que vive e deixa marcas, naquele que reconstrói outras marcas a partir daquelas deixadas por aqueles que ali passaram. Pensar sobre a cultura e sobre o humano é também buscar compreender os seus sinais, é permitir envolver-se com e por eles. Mas ao pesquisar a cultura ‘do outro’ é preciso sair da postura daquele que contempla, é preciso assumir o desafio de identificá-lo, traduzi-lo, torná-lo realidade. “Há uma estreita relação entre a concepção do que se faz de cultura e a concepção que se tem de identidade cultural”, diz Cuche (1999) e, desse modo, a cultura pode existir sem a consciência da identidade, mas a identidade cultural não pode existir sem um sistema cultural.

Esse trabalho traz em cena o indígena brasileiro. Constituem-se, segundo dados do Censo 2010 (2012) por uma população de mais de 896 mil brasileiros, organizados em cerca de 300 etnias e falantes de 274 línguas diferentes. Pesquisas sobre os indígenas e seus saberes, numa perspectiva interdisciplinar, vêm sendo desenvolvidas com maior ênfase no Brasil a partir dos anos de 1980 e atestam que os seus conhecimentos são sistemas complexos que envolvem experiências e que resultam no desenvolvimento de importantes técnicas e artefatos.

Seu universo mítico é rico, elaborado a partir de sentidos e significados de tempo e lugar e se expressa em diferentes manifestações que assumem caráter inovador tanto por sua singularidade, não se repetindo em outros lugares, quanto por seus aspectos assumidamente locais, dizem Diniz e Diniz (2007). Suas manifestações são instituídas por princípios hierárquicos, ganham expressividade pela oralidade e são reproduzidas nas relações familiares e comunitárias, desse modo, são reconhecidas como fundamentais para a manutenção sociocultural e as subjetividades.

Sua sobrevivência foi garantida por séculos pelos seus conhecimentos e relação estreita de colaboração com a natureza e os recursos advindos dela. Sua cultura é viva, recriada a cada dia e como mapas de memória, seus conhecimentos carregam a tradição e o sentido da ancestralidade. Como um dinâmico princípio que inclui experiências míticas, poéticas e ritualísticas que perpassam o mundo físico, os espaços de representação são coletivos e assim são todas as outras práticas cotidianas (SANTANA, 2009). Conforme nos diz Ribeiro (2000, p.09), “sua contribuição à biologia (flora e fauna), à agricultura bem como a medicina empírica mal começa a ser avaliada.” Posey (1999) assinala que “a ciência ocidental pode ter inventado as palavras ‘natureza’, ‘biodiversidade’ e ‘sustentabilidade’ mas certamente não iniciou seus conceitos.”

Os elementos que constituem a diversidade cultural brasileira são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988 e, do mesmo modo, o direito das populações indígenas à sua organização social, incluindo suas singularidades culturais e aspectos da tradição, além da autonomia e ocupação dos territórios que historicamente habitam. A par disso, documentos originários de tratados e resultados da Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989), da Declaração das Organizações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ONU, 2007), da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais da UNESCO (UNESCO, 2007) reconhecem a contribuição de populações indígenas para a diversidade cultural, considerada “patrimônio comum da humanidade” (ONU, 2007).

Atualmente, grupos indígenas estão ocupando diferentes dimensões da vida nacional e “em sua grande maioria, vem enfrentando uma acelerada e complexa transformação social, necessitando buscar

novas respostas para a sua sobrevivência física e cultural e garantir às próximas gerações melhor qualidade de vida” (IBGE/PPA, 2012, p.11).

Contudo, padrões de discriminação e violência contra esses grupos vêm ao longo dos tempos se repetindo. Em relação aos seus direitos houve alguns avanços, mas há ainda barreiras a serem transpostas quanto a sua inclusão em pautas de importantes decisões que os afetam e à gestão de seus territórios. De acordo com Castro (2011, p.267) “o modelo da tutela (...) mudou na letra (a tutela acabou em 1988), mas não mudou no espírito”.

O Estado deve ser responsável por criar as condições para que desenvolvam alternativas próprias de fortalecimento, valorização e revitalização das suas formas de vida, reconhecendo-as como legítimas e necessárias a atualização sociocultural indígena, pois a aparente falta de sensibilidade no trato com as questões que os envolvem manifesta-se na precariedade de demandas básicas, como saúde, educação, infraestrutura, que representam dessa forma, entraves para o seu desenvolvimento e um desafio para que vivam de modo apropriado às suas culturas e visões de mundo. “As sociedades indígenas não são constituídas pelo Estado, podem apenas ser reconhecidas pelo Estado. Sua constituição é, por isso, intrínseca ou interna, emergindo de sua prática vital enquanto forma de vida socioculturalmente articulada” (CASTRO, 2011, p.263).

Nas últimas décadas, organizações indígenas e não indígenas favoráveis ao reconhecimento de seus direitos e de suas demandas agem de modo a fortalecer o seu protagonismo social, debatendo textos discordantes do ponto de vista político e do viés econômico, pautas que tensionam conflitos entre políticas desenvolvimentistas e políticas sociais que envolvem a demarcação e homologação de terras indígenas e a conservação e proteção de seus recursos naturais, questões primordiais para a sobrevivência e o exercício da autodeterminação indígena. A autodeterminação também é um direito essencial e é a partir dele que os demais direitos humanos coletivos e individuais podem ser alcançados.

Há uma geração indígena atuante, participativa e politizada que vem fomentando um processo de mediação com a sociedade em geral, sem porta-vozes. Usam as tecnologias como ferramentas de comunicação e informação e a Internet como meio de difusão de seus principais referenciais culturais e desse modo reafirmam sua identidade e fortalecem sua cultura. “As tecnologias não-indígenas da memória

chegaram ao Xingu, ainda no século XIX (...). Foi só, recentemente, que os índios começaram a tomar essa tecnologia em suas mãos (...), ao mesmo tempo em que aprenderam a ler e a escrever” dizem Fausto e Franchetto (2011, p.76). Buscam respostas às suas principais demandas e desenvolvem “estratégias de atuação originais: denúncias contra violação dos direitos indígenas, articulação de apoio entre povos indígenas e não indígenas, direito à voz e ao conhecimento” (PEREIRA, 2012, p.264).

Em meio a conflitos e transformações, como manter viva a tradição? A quem interessa? Nhenety Kariri-Xocó diz: “Agora eu digo que cada povo tem o doutorado em sua cultura, porque somente ele pode saber sua origem, o que quer, o que sente, o que busca e para onde vai seguir.” (OLIVEIRA, 1999, p. 99).

A experiência indígena na rede digital não é apenas discursiva, os espaços virtuais configuram-se como cenários onde as trocas interculturais revelam-se em elementos de tradição e de modernidade. “Filmar os próprios rituais significa reativá-los, difundi-los, interpretá-los. Significa uma virada metodológica para a antropologia contemporânea, sem apenas interpretar, mas mostrando a autorrepresentação da própria cultura” diz Canevacci (2002). Na apropriação da cultura digital criam conteúdos que compõem um acervo rico e variado de conhecimentos que passam a fazer parte da cibercultura, gerando novos enredos e novas pesquisas sobre eles.

1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

O conhecimento dotado de características específicas e situado em territórios e/ou populações que mantêm modos tradicionais de organização social e de subsistência tem sido denominado ‘conhecimento tradicional’, ‘leigo’, ‘local’, ‘autóctone’, ‘indígena ou aborígine’, entre outras designações (AGRAWAL, 2002; UNESCO, 2002, 2004; FAILING *et al.*, 2007; LANDRY *et al.*, 2009). A literatura comumente se refere a essas designações como sinônimos, usando-as de modo intercambiável (SILVA, 2014). Conceitualmente, este trabalho adota a definição de conhecimento tradicional (CT) registrado pelo International Council for Science (ICSU)¹:

Um corpo cumulativo de conhecimento, know-how, práticas e representações mantidas e desenvolvidas por pessoas com prolongadas histórias de interação com o ambiente natural. Estes sofisticados conjuntos e entendimentos, interpretações e sentidos são parte e parcela de um complexo cultural que engloba sistemas de linguagem, nomenclatura e classificação, práticas relativas ao uso de recursos, rituais, espiritualidade e visão de mundo. (ICSU, 2002, p.09).

¹ O Conselho Internacional para a Ciência (ICSU) é uma organização não-governamental com uma adesão global de organismos nacionais científicos (121 membros, representando 141 países) e sindicatos científicos internacionais (32 membros). A missão do ICSU é fortalecer a ciência internacional para o benefício da sociedade. Para fazer isso, o ICSU mobiliza o conhecimento e recursos da comunidade científica internacional. A visão estratégica de longo prazo é para um mundo onde a ciência é usada em benefício de todos; a excelência em ciência é valorizada e o conhecimento científico é efetivamente ligado à elaboração de políticas. Para alcançar esta visão, o ICSU desenvolveu um segundo Plano Estratégico 2012-2017, que identifica as prioridades-chave e atividades associadas. (Disponível: <http://www.iscu.org>. Acesso em 03 de novembro 2013).

Desta forma, inclui-se na definição acima o conhecimento gerado e transmitido nas práticas de populações² que possuem estreita relação e dependência com seu território ou localidade. Consideram-se determinados tipos de conhecimentos que, ainda que de certa forma modificados, conservem forte teor local, ou seja, caracterizam-se por aspectos da tradição, transmitidos de geração em geração. No caso brasileiro, podem ser citados como exemplos de grupos tradicionais, populações ribeirinhas, quilombolas, indígenas, caboclos, caiçaras, pescadores artesanais, entre outros.

O documento destacado registra os sistemas de conhecimento tradicionais e locais como “expressões dinâmicas de perceber e compreender o mundo, e historicamente foi e é uma valiosa contribuição para a ciência e tecnologia”, devendo, portanto ser pesquisado, preservado e protegido como um patrimônio cultural (ICSU, 2002, p.02).

É fato que a transmissão do conhecimento tem sido ao longo do tempo realizada de forma empírica (baseada na experiência) entre gerações de comunidades humanas. Na visão de senso comum o conhecimento de origem tácita, construído pela observação dos fenômenos, destinado a resolução de problemas ou ainda na construção de um universo cultural específico, tem sido relegado a uma esfera de crença ou misticismo e os seus ‘detentores’ definidos como povos³ selvagens, exóticos ou atrasados. O discurso técnico-científico instituído na modernidade contribuiu para um cenário de desvalorização e desqualificação de sistemas seculares de conhecimento.

Castro (1998); Brahy (2006); Zanirato e Ribeiro (2007) e Pretty (2011) reconhecem e evidenciam o valor do conhecimento oriundo de comunidades que vivem sob um sistema tradicional como herança para a humanidade, tal qual a UNESCO (2004) o faz, como patrimônio cultural imaterial da humanidade, sendo que, nessa condição, já merece ser conservado pelo valor intrínseco que possui. O conhecimento tradicional deve também ser tomado como fonte inesgotável de um

² Por definição, o termo População refere-se a: “O conjunto de habitantes de um território, de um país, de uma região, de uma cidade, etc.” (FERREIRA, 2010, p.1.677).

³ Por definição, o termo Povo refere-se a: “Conjunto de indivíduos que falam a mesma língua, têm costumes e hábitos idênticos, afinidade de interesse, uma história e tradições comuns.” (FERREIRA, 2010, p.1.690).

saber não científico – mas com possibilidade de vir a sê-lo – dotado de grande capacidade de responder algumas necessidades humanas, em inúmeros campos de aplicação (MOURA e MARQUES, 2007).

Há um provérbio africano que diz que quando um velho morre, uma biblioteca queima (MAINA, 2012). A erosão do CT entendida como sua transformação ou perda, é um fato mundialmente reconhecido (CUNHA, 1999; GERMAN-CASTELLI; WILKINSON, 2002; KUMARI, 2003; ALEXANDER *et al.*, 2004; ALBAGLI, 2005; BRAHY, 2006; KOTHARI, 2007; MONDO *et al.*, 2007; MOREIRA, 2007; REZENDE, 2008; ETIENDEM *et al.*, 2011; MUTENJE *et al.*, 2011). Tal situação deve-se, em grande parte, à sua condição de saber primordialmente tácito, transmitido de geração em geração (BRAHY, 2006), o que dificulta sua codificação, registro e consequente preservação (WORLD BANK, 1998).

Conforme relatado por Sutherland (2003) práticas religiosas indígenas ligadas ao cuidado e manutenção da biodiversidade já desapareceram em algumas culturas.⁴ O conhecimento tradicional, denuncia Mohai (2012, p.548), “está desaparecendo e também não é de forma alguma considerado como parte integrante da economia do conhecimento como a conhecemos”.

Cunha (1999) alerta para a deterioração de comunidades inteiras que detêm importantes conhecimentos sobre preservação da natureza. Para a autora, o modo de vida destas comunidades, inclui saberes como “uma experiência viva, que experimenta, inova, pesquisa (...) é uma ciência que se baseia, entre outras coisas, na vida e na exploração dos recursos dentro de um território” (p.159).

German-Castelli e Wilkinson (2002, p.92) citam que “os conhecimentos tácitos são tão importantes que a ruptura de uma geração provocaria a perda de numerosos procedimentos” e levaria ao esquecimento da maneira como as coisas são realizadas e que, “em contraste com o conhecimento científico, que se caracteriza pela objetividade ao possuir uma linguagem universal (e estar codificado), o conhecimento tradicional permanece pouco conhecido e é geralmente visto como o seu oposto.” Os autores reiteram “a distinção entre o

⁴ “Nossos conhecimentos da biodiversidade não se separam de nossas identidades, leis, instituições, sistemas de valores e da nossa visão cosmológica como povos indígenas.” (Carta de São Luiz do Maranhão, 2001).

conhecimento codificado e o tácito não é apenas menos nítida do que muitas vezes se supõe, mas ambos os aspectos são quase sempre complementares, em graus variados” (...) “o conhecimento tácito pode ser compartilhado através da interação humana e esta pode ser o maior estímulo à formação de redes” (GERMAN CASTELLI; WILKINSON, 2002, p.93).

A forte dimensão tácita do CT também é reconhecida por Lundvall e Borrás (1997); Jacobson e Stephens (2009) e Hirunsalee e Kanegae (2010), o que significa que a sua pesquisa, acesso, armazenamento, intercâmbio e operacionalização tornam-se grandes desafios.

Como fatores que implicam em perdas ou transformação do conhecimento tradicional de populações tradicionais e indígenas brasileiras estão: ações de políticas governamentais não condizentes com a realidade e as necessidades das comunidades (SANTILLI, 2005; SILVA, 2007); exclusão social e/ou migração para a periferia dos centros urbanos em busca de modos de subsistência (DIEGUES *et al.*, 2000; CUNHA, 2008); etnoturismo ou turismo rural (SALGADO; SANTOS, 2011; SENA; CHAVEIRO, 2013), em especial os mais jovens, atraídos por hábitos culturais diferentes de seu núcleo social (NOGUEIRA; SASSI, 2007; TERENA, 2008; COSTA, 2010); conflitos por posse/perda de terra (ARRUDA, 1997; GALLOIS, 2000; LITTLE, 2002); modelo de progresso desenvolvimentista (PRETO *et al.*, 2011; ABREU; NUNES, 2012).

Corrêa (2010, p.03) destaca a influência massiva da televisão, que “somada a outros fatores oriundos do contato com a sociedade envolvente, causa um problema de diálogo entre gerações além de uma crise de identidade cultural.” De acordo com Muller (2012, p.44), no contexto atual “a globalização tende cada vez mais a homogeneizar o conhecimento e o saber-fazer que o envolve, desaparecendo determinadas práticas que fazem parte de pequenas comunidades.”

A transmissão do conhecimento tradicional, usualmente verbal (WORLD BANK, 1998; BRAHY, 2006), pode (e deve) ser feita por outros meios e canais, novas mídias. A Carta de São Luís do Maranhão (2001)⁵ documento produzido por representantes dos povos indígenas

⁵ Nos dias 4 a 6 de dezembro de 2001 ocorreu em São Luis, no Maranhão, um “Encontro de Pajés para discussão de mecanismos de proteção ao conhecimento

do Brasil, propõe a criação de bancos de dados e registros sobre seus conhecimentos. Esta é uma medida proposta por várias fontes, incluindo World Bank (1998), Agrawal (2002), Alexander *et al.* (2004), Brahy (2006), Pumpa e Wyeld (2006), Sukula (2006) e Lwoga (2011).

Agrawal (2002) considera que quaisquer que sejam as formas encontradas para salvaguarda e empoderamento das populações tradicionais, a pesquisa e documentação dos seus conhecimentos serão apenas uma das muitas ações a serem realizadas. Para o autor, o armazenamento em bases de dados é um exemplo de conservação *ex situ* do CT, recebendo significativo suporte de entidades como UNESCO e Banco Mundial, entre outras. As bases de dados podem ser públicas ou confidenciais (até mesmo para uso exclusivo da própria comunidade), podem combinar diferentes níveis de acessos, para diferentes categorias de usos e usuários (BRAHY, 2006). Alexander *et al.* (2004) fazem referência a inúmeros sistemas de registro do CT, presentes em diferentes países, apresentando as várias mídias empregadas, entre as quais destacam-se as virtuais e as digitais.

World Bank (1998) mostra que o intercâmbio do CT é um processo composto por seis etapas: reconhecimento e identificação; validação; registro e documentação; armazenamento; transferência e disseminação. A etapa de registro e documentação representa o maior desafio, face à natureza predominantemente tácita do CT. A mesma fonte destaca a importância da difusão, ressaltando o papel das

tradicional associado a recursos genéticos no país e formas de repartição de benefícios decorrentes de sua utilização. O evento, promovido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) reuniu cerca de 30 índios, entre pajés e representantes de povos indígenas de todas as regiões do país, além de representantes dos Ministérios da Indústria e Comércio Exterior, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e Relações Exteriores, Funai (Fundação Nacional do Índio) e governo do estado do Maranhão. O encontro foi resultado de reivindicação de Marcos Terena, Coordenador de Defesa dos Direitos Indígenas da Funai, ao INPI, que, tendo promovido um grande evento sobre propriedade intelectual recentemente em Manaus, simplesmente não incluiu nenhuma discussão sobre os conhecimentos tradicionais de índios e populações locais. Além disso, como o governo brasileiro terá de discutir o assunto no âmbito da OMPI - que vai reunir o seu Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Conhecimentos Tradicionais e Folclore a partir desta semana em Genebra-, interessava ao INPI obter dos representantes indígenas uma posição que pudesse subsidiar o governo sobre o tema”. Disponível: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=127>. Acesso em 02 de janeiro 2015.

tecnologias de informação e comunicação (TIC), sobretudo a necessidade de indicação dos meios e mídias mais apropriados.

A título de exemplificação, menciona-se que Pumpa *et al.* (2006), Pumpa e Wyeld (2006) e Wyeld (2007) apresentam e discutem técnicas e sistemas de mídia para registro do CT de aborígenes da Austrália. Siena e Menezes (2007) indicam ferramentas e metodologias para levantamento, sistematização, registro e divulgação do CT, incluindo o desenvolvimento de um modelo de gestão deste. Ao registrarem o resultado de um Workshop sobre CT, realizado por meio da técnica de *brainwriting*, propõem “uma maior atenção nos projetos e pesquisas com uma abordagem mais focada na utilização, desenvolvimento e respeito pelo conhecimento local; a utilização de metodologias – para levantamento, registro e disseminação – diversificadas e adaptadas às comunidades-alvo” (SIENA; MENEZES, 2007, p.1). Também Lwoga (2011), ao propor um modelo de gestão direcionado a uma pequena comunidade rural da Tanzânia, enfatiza a necessidade de modelos de integração entre o conhecimento tácito de agricultores e o conhecimento científico dos especialistas. Os principais desafios para gestão e preservação do CT estão relacionados ao acesso, metodologias e direitos de propriedade intelectual, cita Ngulube (2002).

No contexto brasileiro, as tecnologias de memória chegaram aos povos indígenas do Xingu no século XIX, porém, “foi só recentemente que os índios começaram a tomar essa tecnologia em suas mãos”, desenvolvendo habilidades para usá-las “ao mesmo tempo em que aprendem a ler e a escrever” (FAUSTO; FRANCHETO, 2011, p.76). Como exemplos, a criação de uma base de dados pelo povo Ikpeng⁶ cujos objetivos são de organizar, armazenar e disponibilizar filmes, fotos, gravações de áudio, livros e desenhos produzidos pelos indígenas. É utilizada ainda como recurso pedagógico para a escola da aldeia, servindo de apoio a projetos culturais e de gestão ambiental e manejo da biodiversidade local. Desde 2007 o projeto Documenta Kuikuro⁷

⁶ A comunidade indígena Ikpeng localiza-se no Parque Indígena do Xingu. A área do parque, que conta com mais de 27 mil quilômetros quadrados (aproximadamente 2.800.000 ha, incluindo as Terras indígenas Batovi e Wawi), está situado ao norte do estado de Mato Grosso entre o Planalto Central e a Floresta Amazônica. Disponível: <http://www.ikpeng.org/index.php>. Acesso em 14 de setembro 2014.

⁷ Os Kuikuro habitam o Alto Xingu na periferia meridional da Amazônia. O Projeto de Documentação linguística, chamado pelos índios de Tisakisü

registra as tradições (rituais e cantos) em audiovisuais. “Foi solicitado pela própria comunidade, preocupada com a continuidade de sua tradição em um ambiente de rápida mudança” (Ibidem, p.13).

Ainda neste contexto, em sua página na Internet, o Instituto Catitu⁸ divulga ações nas aldeias a partir do uso das tecnologias, entre eles estão o projeto “Mulheres Indígenas”, que propõe “capacitar mulheres indígenas da Amazônia brasileira no uso de ferramentas contemporâneas de produção cultural, como o vídeo e a fotografia, para a valorização dos saberes femininos e o fortalecimento de seu protagonismo” e o “Mawo - Centro de Cultura Ikpeng” instalado na aldeia Moygu, no Parque Indígena do Xingu, que foi criado “para acolher um centro de documentação e pesquisa e um núcleo de produção audiovisual”.

Pereira (2012, p.17), ao expor a aproximação entre populações indígenas brasileiras e as tecnologias digitais, enfatiza: “as interações com interfaces e arquiteturas digitais e as trocas entre universos culturais distintos, sobrepondo as fronteiras geográficas, estimulam o aparecimento de novas e reconhecidas identidades étnicas.” Segundo Figueiredo (2014) os audiovisuais estimulam as novas gerações a resgatar a sua tradição. “Essa mesma tecnologia possibilitou aproximar os anciões, responsáveis pela preservação da memória musical dos jovens, que se sentiram encorajados a ouvir, transcrever, cantar, tocar e dançar os ritmos tradicionais” (p.84).

Ongitegoho, ‘feito para guardar nossas palavras/ nossa língua’, proporcionou aos Kuikuro a possibilidade de criar seu próprio projeto de documentação. “São cerca de 90 horas de cantos vocais e instrumentais, sem repetição, a serem transmitidos” (...) “Em Kuikuro, há duas categorias para traduzir a ideia da tradição: tisügühütu (“o nosso costume”) e tisakisü (“a nossa palavra”)” (FAUSTO; FRANCHETO, 2011, p.15).

⁸ “Criado em junho de 2009, o Instituto Catitu iniciou suas atividades a partir da experiência adquirida por seus fundadores ao longo dos últimos 20 anos em projetos culturais e ambientais com as comunidades indígenas. Destaca-se a formação audiovisual para povos indígenas, que resultou na produção de aproximadamente 30 filmes – que conquistaram novos públicos e inúmeros prêmios Brasil afora. Recebe apoio institucional da Embaixada da Noruega, que garante sua estrutura de funcionamento e a equipe permanente, fundamentais para o desenvolvimento e realização de seus principais projetos”. Disponível: <http://institutocatitu.org.br/>. Acesso em 04 de agosto de 2014.

É fato que as tecnologias comunicativas estão no relevo de contextos cada vez mais específicos. O desenvolvimento de diferentes meios e canais de comunicação e a Internet, “(...) um canal de comunicação horizontal” segundo Castells (2003, p.129), provocam irreversíveis mudanças no cotidiano dos indivíduos. Ao fazer uso da Internet e na interação com variados recursos tecnológicos, povos afastados dos grandes centros, por vezes isolados, tornam-se visíveis perante a sociedade envolvente. Estes, ao forjar suas autoidentidades (GIDDENS, 2002), criam novas sociabilidades (BAECHLER, 1995)⁹ ou, de acordo com Lemos (2010), novas socialidades.¹⁰

Na visão dessa pesquisa, há nesse contexto um conjunto de fatores que nas últimas décadas têm sido identificados na literatura. O reconhecimento das práticas tradicionais como conhecimentos importantes e úteis, que possuem suas bases em processos de observação, de experiência empírica, ou seja, processos similares à construção do conhecimento científico. Na aplicação e uso desses conhecimentos, há evidências de carências de modelos de gestão que congreguem, de modo equilibrado, o conhecimento tradicional e o conhecimento científico em ações que venham a beneficiar todos os atores, comunidades e campos de conhecimento envolvidos. Ao reconhecer a cientificidade do conhecimento tradicional, do mesmo modo, deve-se desmistificar a visão de senso comum de seus detentores como atrasados ou destituídos de conhecimentos de valor para a sociedade.

Nas últimas décadas, o uso das tecnologias digitais e da Internet propiciam aos grupos indígenas, novos modos de se posicionar frente às demandas da sociedade não indígena. “Procuram engajar-se nesta revolução do conhecimento”, conforme Heffernan (2006, p.49), produzindo conteúdos e divulgando-os na Internet, dialogando com as outras dimensões do social, firmando-se como protagonistas de suas

⁹ Para Baechler (1995, p.57), o conceito de sociabilidade pode ser definido como “(...) a capacidade humana de estabelecer redes através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem os seus interesses, gostos, paixões, opiniões (...) vizinhos, públicos, salões, círculos, cortes reais, mercados, classes sociais, civilizações.”

¹⁰ Lemos (2010, p.82) cita que, segundo Maffesoli, a socialidade é “um conjunto de práticas cotidianas que escapam ao controle social (hedonismo, tribalismo, presenteísmo) e que constituem o substrato de toda vida em sociedade, não só da sociedade contemporânea, mas de toda forma social.”

próprias histórias, na garantia de seus direitos e principais reivindicações. Questiona-se, contudo, como as mídias digitais e a Internet podem ser usadas para a preservação e a disseminação de seus conhecimentos, também para a organização de um acervo disponível para as gerações atuais e futuras, garantindo, entre outras questões pertinentes, que uma ciência secular não se perca por completo. Registra-se, ainda, a necessidade de políticas públicas de inclusão digital que consigam gerir todos os elementos indispensáveis para o acesso e uso das mídias. Em vista disso, para além das experiências já registradas e em curso, Pinto (2009a) questiona: pode-se dizer que existe um território digital indígena?

1.2 PERGUNTA DE PESQUISA

- Qual é o contexto de uso das mídias por populações indígenas brasileiras e como os meios digitais e a Internet podem contribuir para a preservação e disseminação de seu conhecimento tradicional?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

- Caracterizar o contexto de uso das mídias por populações indígenas brasileiras, identificando como as mídias digitais e a Internet podem contribuir para a preservação e disseminação de seu conhecimento tradicional.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Compreender a origem e os contornos atuais de conteúdos digitais produzidos por grupos indígenas brasileiros;

- Analisar a representação e participação indígena na cultura digital, descrevendo os meios utilizados, características e objetivos a partir das categorias “preservação”, “disseminação do conhecimento”, e “uso das mídias digitais e Internet”;
- Apontar os pontos fortes e fracos no uso de mídias e ambientes virtuais de populações indígenas brasileiras, para preservação e disseminação do conhecimento indígena;
- Identificar, a partir de abordagens de GC, ações que possam contribuir para as etapas de identificação, aquisição, conversão, compartilhamento, disseminação, uso e armazenamento do conhecimento tradicional indígena.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO TEMA

Desde o aparecimento do *Homo sapiens*, a busca pelo conhecimento deu origem a um processo de desenvolvimento fundamentado essencialmente pelas experiências e consequente transmissão entre gerações humanas. Em muitos períodos da história o contato entre cientistas e portadores de conhecimentos empíricos resultou em grandes avanços para o desenvolvimento da ciência ocidental moderna. Como exemplos, os inventos do físico e astrônomo Galileu Galilei (1564-1642) com base no conhecimento experimental dos artesãos de Veneza, e o sistema de nomeação de plantas e animais criada pelo botânico e zoólogo Carl Lineu (1707-1778), seguindo o método usado por antigos povos da Lapônia (ROSA, 2012).

A história da sociedade moderna registra o predomínio da objetividade sobre a subjetividade. Elege um paradigma que refuta qualquer forma de conhecimento que, a princípio, com ela (a objetividade) não tem relação. São tempos em que a ciência ignora a tradição e a preservação de saberes resultantes da observação e da interação com a natureza. A natureza, perante o pensamento humano, perde sua potência em si, torna-se um objeto. Uma nova cultura está posta.

Para o sociólogo Zigmunt Bauman, no “estágio da modernidade líquida”¹¹, momento da história em que vivemos, a tradição continua a ser desmontada, mas agora, sem promessas. O progresso já está implantado e já não é mais considerado medida transitória que nos conduz ao bem-estar duradouro, mas um complexo desafio em que se experimenta uma transformação, uma metamorfose da noção de sujeito e de afirmação do espaço social (BAUMAN, 2001).

Há em nosso país, imensa diversidade sociocultural, a qual se expressa em uma pluralidade de saberes, línguas, crenças, comportamentos, modos de vida. Em meio a essa diversidade, há populações humanas que desenvolveram estilos de vida relacionados a ambientes naturais específicos, estabelecendo estreita relação e dependência com esses ambientes. Esses grupos, além de contribuir para a riqueza sociocultural do país, desempenham importante função na proteção da biodiversidade e dos conhecimentos específicos que detêm sobre os recursos naturais (SANTILLI, 2003).

Quem são populações tradicionais e indígenas brasileiras? Por que são assim denominados? Quais são as características que os distinguem e que os unem como grupos tradicionais? Por que seus saberes são importantes?

Segundo Borges *et al.* (2008), os povos pertencentes às culturas tradicionais, coletivizados em torno de suas experiências, técnicas e estratégias de produção, junto ao cotidiano místico e a manifestação cultural, passam a ser considerados herdeiros do saber.

Albagli (2005, p.18) afirma que essas populações possuem conhecimentos, práticas agrícolas e de subsistência adequadas ao meio em que vivem e representam o papel de “guardiães do patrimônio biogenético do planeta.” São responsáveis pela preservação e proteção ambiental (ELLEN; HARRIS, 1996; NAKASHIMA, 2000; ICSU,

¹¹ Ao refletir sobre as mudanças ocorridas nos últimos séculos e a condição do indivíduo, Zigmunt Bauman divide a modernidade (período em que o espaço e o tempo estão separados da prática da vida e entre si) em dois tempos: na modernidade sólida, o indivíduo é apegado às tradições, possui liberdade de ação e de pensamento restritas que não se molda às tensões sofridas, voltando ao estado ‘normal’ após a passagem delas; na modernidade líquida, o indivíduo transita na fluidez, na liquidez, no movimento, na velocidade, na instabilidade das relações. O estado líquido se molda facilmente e a fluidez não se fixa no espaço nem se prende no tempo (BAUMAN, 2001, p.15).

2002) e “seus conhecimentos apresentam laços indissolúveis com o território, definindo deste modo sua cosmovisão, e conseqüentemente sua identidade cultural” (GERMAN-CASTELLI, 2004, p.208).

A existência dos recursos biológicos está diretamente vinculada a um sistema ancestral de coexistência sustentável entre os homens e ao ambiente, razão pela qual esses recursos dependem da sobrevivência desse sistema. A destruição do habitat natural da comunidade será secundada pelo seu desaparecimento como sistema cultural e vice-versa, pois um sem o outro é insustentável. (CASTRO, 1998, p.8).

German-Castelli (2004) afirma que o conhecimento tradicional desempenha papel-chave na conservação e uso sustentável da biodiversidade, e também em áreas vitais, como segurança alimentar, desenvolvimento da agricultura e tratamentos medicinais.

A produção de conhecimento nos povos indígenas e comunidades locais não pode mais ser vista dentro do eixo “tradicional-moderno” mas deve ser entendida como um tipo de atividade de inovação coletiva que envolve um alto grau de conhecimento não-codificável, uma característica que a literatura de inovação mostra que está igualmente presente nas atividades de alta tecnologia, como no caso do “Silicon Valley”. (GERMAN-CASTELLI, 2004, p.85).

Para Cunha (1999, p.159), o saber de comunidades tradicionais produz “conhecimentos valiosos que o mercado está apenas começando a reconhecer (...) este valor está precisamente na sua diferença (...) de outras formas de fazer ciência.” Seus sistemas de conhecimento compõem um guia precioso que não pode ser desprezado, salienta Cunha (2008).¹²

¹² Em entrevista ao *site* do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha manifesta-se sobre a importância de preservação das comunidades tradicionais, consideradas pela pesquisadora figuras-chave na conservação do Planeta. Disponível:

Nesta perspectiva, o universo de conhecimento das populações tradicionais é visto como fundamental, sobretudo, nas discussões sobre desenvolvimento sócio-econômico, sustentabilidade e redução da pobreza nos países em desenvolvimento e, uma vez preservado e disseminado, pode ser fonte de criatividade para os processos contemporâneos de conhecimento e inovação, expõe Rahman (2000).

De acordo com World Bank (1998), o conhecimento oriundo das práticas tradicionais tem desempenhado e continua a desempenhar importante papel na vida diária de uma vasta maioria da população, já que é essencial para a segurança alimentar e a saúde de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. Desse modo, deve ser preservado, valorizado e transmitido às gerações futuras “a fim de nutrir a criatividade, em toda sua diversidade, instaurando um verdadeiro diálogo entre as culturas” (UNESCO, 2004, p.05). UNESCO (2002) apresenta as melhores práticas de uso do conhecimento tradicional em sua diversidade estudado em vários contextos como Quênia, Tunísia, Nigéria, Senegal, Vietnam, Índia, China, Canadá, México, Bolívia, Peru, entre outros.

Contudo, ainda que os grupos tradicionais tenham sido reconhecidos como detentores de conhecimentos importantes para a conservação da biodiversidade e conseqüente futuro da vida humana na terra, a sociedade moderna ocidental, em geral, não tem reconhecido seu valor de forma significativa e justa. Tampouco reconhece qualquer obrigação associada a seus usos, consentido passivamente com sua perda através da destruição dos ecossistemas e seus valores culturais. Ademais, por suas especificidades e necessidades, populações tradicionais e indígenas brasileiras são marginalizadas na sociedade e no processo de formulação de políticas públicas.

A discussão sobre propriedade intelectual (PI) e o patrimônio cognitivo-cultural dos povos indígenas e populações tradicionais é uma questão delicada, permeada por controvérsias, pois colidem interesses privados e públicos. Em virtude da especificidade do ativo em questão, há um limite bastante tênue que divide os direitos consuetudinários e morais das populações tradicionais, a propriedade intelectual e o interesse

geral da sociedade. Instala-se, desse modo, um conflito atual e extremamente polarizado em torno da apropriação dos frutos do saber tradicional. (REZENDE; RIBEIRO, 2009, p.55).

A questão da erosão ou perda do conhecimento tradicional problemática já apresentada neste trabalho, e conseqüentes medidas de proteção e preservação, constitui-se um grande desafio para as futuras gerações dessas comunidades, bem como para a Ciência. Pesquisas de Anunchiracheeva *et al.* (2003); Stevens (2008); Freitas e Mattos (2009); Hirunsalee e Kanegae (2010); Lwoga (2011); Zukowski *et al.* (2011); Lodhi e Mikulecki (2011); Njiraine e Le Roux (2011) e Silvano e Begossi (2012), realizadas em diversos campos de conhecimento, atestam a argumentação apresentada e indicam necessidade de métodos de gestão que integrem práticas tradicionais e modelos científicos, incluindo a pesquisa e o uso das mídias mais adequadas para registro e conseqüente preservação do CT.

Colaborando, Diegues *et al.* (2000, p.02) enfatiza: “(...) é fundamental realizar o inventário dos conhecimentos, usos e práticas das sociedades tradicionais indígenas e não-indígenas pois, sem dúvida, elas são os grandes depositários de parte considerável do saber sobre a diversidade biológica hoje conhecida pela humanidade”.

Algumas representações não podem sobreviver por muito tempo em uma sociedade sem escrita (números, tabelas, listas), enquanto é possível arquivá-las facilmente quando se dispõe de memórias artificiais. Para codificar seus saberes, as sociedades sem escrita desenvolveram técnicas de memória que repousam no ritmo, na narrativa, na identificação, na participação do corpo e da emoção coletiva. (LÉVY, 1999, p.165).

A par disso, World Bank (1998) indica ações para o registro e disseminação através de bancos de dados e práticas de conhecimento tradicional, incluindo identificação de métodos de captura e difusão deste, em rede global, principalmente aplicação do conhecimento tradicional no processo de desenvolvimento, integrado a programas e projetos. Por fim, o referido documento propõe parcerias entre

comunidades locais e organizações não governamentais (ONG), de modo a promover aproximação e maior interação com comunidade. É inegável a relevância do presente tema frente às políticas públicas em nosso país (BORGES *et al.*, 2008), como se observa em vários instrumentos e documentos.

A própria Constituição avança ao reconhecer direitos específicos para os povos indígenas e para quilombolas, dois componentes fundamentais no “ser brasileiro”. No entanto, este é só o começo do movimento em direção à realidade de nossa riqueza sociocultural. (SILVA, 2007, p.07).

Em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução nº 57/254 a qual expressa o projeto “Década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável para os anos de 2005 a 2014”. A UNESCO foi escolhida para liderar a Década e elaborar, junto às agências das Nações Unidas, governos nacionais, organizações da sociedade civil, ONG e especialistas um plano internacional de implementação. Este plano¹³ constituiu-se “uma rede de responsabilidades pela qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, setor privado e comunidades locais ao redor do mundo podem demonstrar seu compromisso prático de aprender a viver sustentavelmente.” (DÉCADA..., 2005, p.9).

A perspectiva sociocultural denominada “Diversidade cultural e compreensão intercultural” apresenta o saber local como “um repositório de diversidade e um recurso-chave para se entender o meio

¹³ Após consulta inicial com os parceiros das Nações Unidas, em setembro de 2003, a UNESCO divulgou mundialmente um marco de referência para este Plano. Mais de duas mil contribuições foram recebidas, muitas delas constituindo a consolidação de opiniões de centenas de pessoas. O projeto do Plano foi revisado por acadêmicos e especialistas na matéria antes de ser submetido, em julho de 2004, aos Consultores de Alto Nível para os assuntos da Década, que assessoram o Diretor-Geral da UNESCO. Foi, então, apresentado na 59ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, nos dias 18 e 19 de outubro de 2004). O objetivo global da Década é integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da aprendizagem com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos (DÉCADA..., 2005, p.23).

ambiente e para melhor utilizá-lo, no interesse das gerações presentes e futuras”, assevera a importância do “reconhecimento, validação e utilização das lições tiradas diretamente do cotidiano e da comunidade local” (DÉCADA..., 2005, p.51).

A Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional (CPDS) enumera os desafios emergenciais a serem enfrentados pela sociedade brasileira. Na “Dimensão da informação e conhecimento”, entre as premissas destaca-se: “Respeito às necessidades locais, aos ecossistemas e aos saberes tradicionais.” O documento citado registra:

Sugere-se adotar os saberes e tecnologias patrimoniais produzidos por comunidades tradicionais e populações indígenas para aumentar o conhecimento sobre biodiversidade e diversidade cultural e no tratamento das doenças, reconhecendo os direitos dessas comunidades sobre esses conhecimentos. (CPDS, 2004, p.39).

De acordo com o documento mencionado, na Estratégia 3, o item 3.2 - “Desenvolvimento de pesquisas para subsidiar a gestão dos recursos naturais”, propõe:

Subsidiar a gestão integrada dos recursos naturais em seus respectivos biomas, por meio da geração de conhecimento técnico e científico, empírico e tradicional. Implica, também, resgatar informações sobre práticas de populações tradicionais, reconhecendo seus direitos sobre esses saberes e de usuários de recursos naturais, em geral, que considerem a sustentabilidade econômica, social e ambiental desse uso. (CPDS, 2004, p.56).

A Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), propõe um conjunto de estratégias e ações para o protagonismo rural. Apoiar-se numa nova concepção do espaço rural brasileiro: (a) de produção; (b) de relação com a natureza e; (c) de (re) produção de modos de vida diferenciados. Neste sentido, traz como

uma de suas estratégias ligadas à preservação do patrimônio histórico e cultural, a “valorização dos saberes e práticas tradicionais de agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais”. E como ações principais “implementar políticas públicas que promovam o resgate e a conservação de variedades crioulas, plantas medicinais, produtos fitoterápicos, insumos orgânicos e outras práticas.” (PDBR, 2010, p.39)

Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ECO-92), o Brasil firmou a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), a qual recomendava medidas para garantir a conservação da biodiversidade, bem como seu uso sustentável. A Convenção, em seu Art. 8º, estabelece que os países signatários devem:

Respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais relevantes à conservação e utilização sustentável da diversidade biológica (...). Incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas (...). Encorajar a repartição justa e equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas. (CDB, 2000).

Em 2008, a UNESCO, através de sua representação no Brasil, apresentou o projeto “Tecnologia, Informação e Inclusão”. Trata-se de uma série de folhetos destinados ao estímulo da disseminação de informação e ao debate sobre a contribuição das novas tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento social no Brasil. Ressalta-de ainda a iniciativa de inclusão digital do Governo Federal, através do Ministério da Cultura com a criação de “Pontos de Cultura Indígenas”.¹⁴

¹⁴ Pontos de Cultura é parte constitutiva do projeto Mais Cultura, de responsabilidade da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura em parceria com a Secretaria da Cidadania Cultural e a FUNAI. Envolve instalação de equipamentos e capacitação técnica para aldeias indígenas brasileiras. Disponível: <http://www2.cultura.gov.br/>. Acesso em 05 de abril 2014. Pontos de Cultura nas aldeias Guaranis de Krukutu e Tekoá Pyaú, em São Paulo e na Bororo Meruri, começaram a funcionar no fim de 2006, com

Esse forte alinhamento ao cenário institucional nacional garante visibilidade, atualidade e aplicabilidade ao estudo em tela. Enseja-se que as contribuições que advirão deste trabalho sejam integradas à rede de pesquisas brasileiras e projetos existentes ou que surgirão, contribuindo significativamente com o avanço das políticas citadas. Em relação à problemática apresentada neste trabalho, reitera-se a importante contribuição das mídias na preservação e disseminação do conhecimento de populações tradicionais e indígenas brasileiras, acompanhando medidas já desenvolvidas em vários países ao redor do mundo. Ademais, ao reconhecer a importância do conhecimento tradicional e de seus detentores, toda sociedade pode vir a beneficiar-se deste conhecimento, comprovadamente valioso e útil.

Importante registrar a visão da inclusão digital de populações tradicionais e indígenas como direito à participação, sobretudo de autorrepresentação na sociedade do conhecimento, e não somente sua adaptação às exigências desta. Desse modo, o conhecimento científico através de suas lentes epistemológicas e metodológicas pode contribuir com a compreensão do fenômeno, indicando perspectivas adequadas às especificidades destas comunidades e aos seus saberes, dentro de critérios que não neguem as suas raízes e nem as suas histórias.

1.5 INEDITISMO E ORIGINALIDADE DO TEMA

Pesquisas sobre as populações tradicionais e indígenas e seus saberes, numa perspectiva inter/multidisciplinar, vêm sendo desenvolvidas com maior ênfase no Brasil a partir dos anos de 1980. O lugar que esses estudos ocupam em diferentes países ao redor do mundo responde por pressões e discursos construídos nos movimentos sociais, especialmente voltados para a conservação e preservação de áreas ambientais e valorização da biodiversidade. Os conhecimentos oriundos desses povos são objeto de discussão em nível global, como também, seus destinos.

As revisões de literatura e a investigação sobre pesquisas de doutoramento realizadas permitiram conhecer o ‘campo’ ao qual o

presente trabalho está situado, identificando as escolhas metodológicas feitas pelos pesquisadores, bem como seus principais constructos teóricos.

As Teses analisadas (Apêndice 1) apresentam temáticas especialmente guiadas para questões e debates sobre políticas públicas de preservação, uso e conservação dos recursos naturais; situação sócio-econômica de populações tradicionais e indígenas; métodos de preservação de ecossistemas e biodiversidade; uso e proteção do conhecimento de populações tradicionais e indígenas e; direitos de propriedade intelectual do CT.

Especificamente sobre pesquisas que investigam políticas públicas e projetos que tratam da questão de uso das tecnologias digitais por povos indígenas, destacam-se: Tese de autoria de Verônica de Souza Figueiredo, defendida em 2014, que tem como título “Hegemonia e contra-hegemonia nas ordens discursivas sobre a questão indígena no Brasil: silenciamento e ativismo” e as seguintes dissertações: “Ciborgues indige@s.br a presença nativa no ciberespaço”, de Eliete da Silva Pereira (2007)¹⁵; “Apropriação de uma política pública de “inclusão digital” entre os Pataxós de Coroa Vermelha”, de Elena Nava Morales (2008); “Internetnicidade: caminhos das novas tecnologias de informação e comunicação entre povos indígenas”, de Orivaldo Nunes Junior (2009); “Blog Diários: reflexões sobre a identidade indígena na virtualidade”, de Xenya de Aguiar Bucchioni (2010) e “Ciberinformações nativas: uma análise da circulação da informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro (2005-2012)”, de Joana Brandão Tavares (2013).

Não foram verificadas na literatura atual pesquisas em nível de doutoramento que investigam modos de preservação e disseminação do conhecimento e o uso de mídias digitais por populações tradicionais e indígenas brasileiras. Ressalta-se, neste sentido que a temática apresentada neste trabalho constitui-se tema inédito na literatura atual, bem como no Programa EGC/UFSC.

¹⁵ A Dissertação foi publicada como livro com o mesmo título em 2012. (Ver Pereira, 2012).

1.6 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa não pretende discutir sobre formas de resistência das sociedades tradicionais e/ou indígenas e tampouco produzir uma leitura integral dos diferentes marcos de referência ou legislação para a proteção e promoção do saber tradicional ou, ainda, questões que norteiam direitos de propriedade intelectual. O foco desta pesquisa está na natureza e especificidade de seus conhecimentos, refletindo sobre sua importância, seus contornos atuais que envolvem o uso das mídias digitais e da Internet.

Constata a complexidade que envolve o contexto de populações indígenas, limitando-se a investigar algumas comunidades que estão fazendo uso de mídias em registros audiovisuais, cujas produções são divulgadas na Internet e quais são as contribuições dos estudos da área de Mídias do Conhecimento para a preservação e a disseminação de seus conhecimentos.

O conhecimento que interessa a essa pesquisa é o conhecimento resultante da observação e interação com a natureza, transmitido oralmente, pela prática e repetição, responsável pela sobrevivência, organização social e mítica de populações indígenas brasileiras.

Não há aqui a pretensão de criar um modelo ou método, também não se pretende definir ou estruturar bases de dados para organização ou armazenamento do conhecimento tradicional.

O contexto de uso das mídias por populações tradicionais e indígenas é recente e, inúmeras questões envolvem o fenômeno. Propõe-se expor, a partir das análises realizadas, o contexto atual do uso de mídias por indígenas brasileiros. A pesquisa é direcionada *a priori* para a própria comunidade investigada, mas também não se limita a ela.

As conclusões deste trabalho respondem aos *sites* analisados. O instrumento criado, destinado à descrição e análise dos cibermeios indígenas brasileiros, pode ser utilizado e, se for o caso, adaptado para outras análises de *sites* de populações tradicionais e indígenas.

1.7 ADERÊNCIA DA TESE AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EGC/UFSC

De acordo com Davenport e Prusak (1998, p.06) o conhecimento, “é uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações”, tem origem e é aplicado na mente das pessoas. Pragmático, Sveiby (1998, p.44) define conhecimento como “uma capacidade para agir.” Stanoevska-Slabeva (2002) considera o conhecimento como um estado interno dos seres humanos resultante da ação de “entrada e processamento” da informação que ocorre durante a aprendizagem e na realização de tarefas. Probst *et al.* (2002) associam o valor e o uso do conhecimento. Folkens e Spiliopoulou (2004) apontam que a existência ou disponibilidade do conhecimento não garante seu uso, pois, segundo eles, é fundamental que o conhecimento supra a necessidade e/ou o interesse do utilizador. Na nova sociedade, salienta Hargreaves (2003, p. 33), “o conhecimento é um recurso flexível, fluido”, é “poder”, dizem Mahrooian e Forozia (2012, p. 304). Fialho *et al.* (2010, p.42) afirmam “é entendimento, é *expertise*, é a informação valiosa da mente combinada com experiência, contexto, interpretação e reflexão”.

O conhecimento humano é produto das operações mentais realizadas como testes de correspondência, entre as previsões propostas por modelos mentais, como representações e processos imaginativos e, as respostas e as novas percepções recebidas pelos sentidos, diante da observação e da ação de homens e mulheres no mundo. (SANTOS; SOUSA, 2010, p.260).

Contribuindo com uma visão ontológica do conhecimento, Nonaka e Takeuchi (2008, p.56) consideram o conhecimento um “processo humano dinâmico de justificação da crença pessoal dirigida à ‘verdade’.” Desmitificando a confusão conceitual entre informação e conhecimento, os autores esclarecem:

Primeiramente o conhecimento, ao contrário da informação, é sobre *crenças e compromisso*. O conhecimento é uma função de uma determinada

instância, perspectiva ou intenção. Em segundo lugar, o conhecimento, ao contrário da informação, é sobre *ação*. É sempre conhecimento “para algum fim”. E em terceiro lugar, o conhecimento, como a informação, é sobre *significado*. É específico ao contexto e relacional. (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p.56).

Nonaka *et al.* (2011, p.31) assinalam que “a tradicional definição grega de conhecimento como ‘uma crença verdadeira e justificada’ sugere que o conhecimento é algo objetivo, absoluto e livre de contexto”. Essa é uma “verdade” que, segundo os autores, “desvia nossa atenção do significado essencial do conhecimento” (p.32).

O conhecimento não pode existir sem as subjetividades da vida humana e os contextos que envolvem os seres humanos, isto porque a “verdade” varia de acordo com quem somos e a partir do ponto que enxergamos. O conhecimento é a informação que é significativa. (NONAKA *et al.*, 2011, p.32).

O conhecimento é sempre pessoal, segundo Michael Polanyi (2009). Caracteriza-se como “uma ação interna que somos totalmente incapazes de controlar ou até mesmo de perceber” (p.14). Para explicitar sua acepção, Polanyi cita a figura de um grande iceberg, explicando que sua forma aparente, na superfície, representa o conhecimento explícito e a parte submersa corresponde à sua dimensão tácita. De difícil ou, por vezes, impossível explicitação, o conhecimento tácito constitui a base de sustentação daquilo que se mostra, do que é explícito. Essa analogia ilustra seu pensamento de que todo saber é tácito ou enraizado em um conhecimento tácito. Conforme cita Polanyi (2009, p.18), “sabemos mais do que podemos contar.” O conhecimento tácito, dizem Mahrooian e Forozia (2012, p. 304), “tem que ser internalizado no corpo e na alma.” A interação entre as dimensões tácita e explícita do conhecimento constituem um elemento distintivo imanescente importante, porém, frequentemente subjugado.

De acordo com as ideias de Polanyi (1983), alguns conhecimentos, ou parte do conhecimento, apenas se manifestam quando surge uma situação

na qual sejam necessários. Além disso, não são todos os conhecimentos que podem se expressos por meio de palavras. (SANTOS; SOUSA, 2010, p.262).

Segundo Nonaka (2008, p.45), “converter o conhecimento tácito em conhecimento explícito significa encontrar uma forma de expressar o inexpressável”. Entretanto, Takeuchi e Nonaka (2008, p.20) argumentam que “o conhecimento não é explícito *ou* tácito. O conhecimento é tanto explícito quanto tácito” (...) e “não são apenas complementares um ao outro, como também interpenetrantes” (p.22). Referindo-se ao conhecimento tácito, dizem que,

Há uma dimensão “técnica”, de razoável potencial de explicitação, que engloba as habilidades informais (*know-how*), bem como as atividades manuais e habilidades concretas, os *insights*, derivados da experiência corporal. Há também uma dimensão “cognitiva” que representa a visão de mundo, incluindo os valores, as emoções, crenças e modelos mentais. (TAKEUCHI; NONAKA, 2008).

Como conhecimentos justapostos, tácito e explícito coexistem em um relacionamento sinérgico (GILL, 2000). Exercido em processos de interação intra e entre grupos, o conhecimento tácito é dependente ao seu contexto, incluindo uma série de significados e conceitos. Estes, por sua vez e em grande medida, dependem da capacidade e da vontade da pessoa que o possui para propagá-los ou socializá-los e seu compartilhamento demanda empatia, ou seja, capacidade especial de comunicação e de interação. Segundo Gore e Gore (1999), os indivíduos são as fontes primárias de conhecimento tácito, deste modo, devem ser usados diferentes métodos de compartilhamento, como trabalhos em equipes, de aprendizagem vivencial, de interação social direta e experiências práticas. “A eficiência da tomada de decisões, atendendo a clientes ou a produção é melhorada pelo uso de conhecimento tácito”, citam Mahroeian e Foroza (2012, p. 305).

Segundo Lawson e Lorenzi (1999), a parte tácita do conhecimento é o que separa os mestres em determinada área, das

pessoas comuns. O conhecimento codificado pode vir a ser inútil sem a sustentação do conhecimento tácito (SHARIQ, 1999; BROWN; DUQUID, 1998).

Esta pesquisa trata do conhecimento tradicional que é predominantemente tácito.

O conhecimento explícito é codificado, pode ser encontrado, assimilado e utilizado. Por suas características, representa um acúmulo de experiência na organização (memória), é um tipo de conhecimento que pode ser posto à disposição e transmitido ou compartilhado de modo sistemático e rotineiro, dispondo de formas acessíveis de busca e de reprodução (difusão e/ou disseminação).

Contudo, conforme indicado por Sousa e Rodrigues (2011), a visão de conhecimento que interessa aos estudos dos campos da Engenharia e Gestão do Conhecimento é de um “metaconhecimento”,

(...) um conhecimento em geral que, associado às teorias e aos procedimentos interdisciplinares em Engenharia, Gestão e Mídia permita a criação de sistemas, de processos, de engenhos e de outros recursos que capturem, gerenciem, organizem, expressem, distribuam, divulguem e criem conhecimento, entre outras possibilidades. (PERASSI, 2009, s.p.).

De acordo com Santos e Sousa (2010, p.261), “no âmbito dos estudos da Engenharia e Gestão do Conhecimento, é importante considerar os processos de construção, disseminação, utilização e armazenamento de conhecimentos”, sendo fundamentais a criação e a utilização de conhecimento.

Para o PPG/EGC, o conhecimento é focado enquanto elemento componente de processos de geração de valor (PACHECO *et al.*, 2011, p.568), tanto como *locus* na mente humana, quanto incorporado a um artefato capaz de atuar nestes processos (repositório, sistemas, estratégias, etc). Está orientado por indicações do *European Guide Good Practice in Knowledge Management* (CEN, 2004), onde o conhecimento é uma combinação de dados e informações a qual se adicionam habilidades, experiências e opiniões de especialistas, que resulta em um ativo valioso, utilizado no apoio à decisão.

Quanto mais avança na compreensão do conhecimento como elemento gerador de valor na sociedade contemporânea, mais o Programa percebe a essência interdisciplinar da natureza de seu objeto, tornando-se mais consciente da necessidade de se estruturar organizacional, metodológica e pedagogicamente para tratar sua missão de maneira adequada. (PACHECO *et al.*, 2011, p.568).

Sousa e Rodrigues (2011, p.51) salientam: “conhecimentos são fenômenos conscientes ou objetivos e inconscientes ou subjetivos.” Como um estado humano consciente e inconsciente, “o conhecimento é primeiramente subjetivo e desordenado, requerendo a lógica das linguagens, como instrumento conceitual criado para organizá-lo ou sistematizá-lo”, continuam os autores. Contudo, com o desenvolvimento de agentes tecnológicos ativos, capazes de organizar informações em conhecimentos, o próprio conceito de conhecimento ampliou, concebendo a noção de “estado interno de agentes humanos e de agentes tecnológicos.”

Por agentes tecnológicos do conhecimento entendem-se ambientes, sistemas, processos, instrumentos ou artefatos que capturam, armazenam, associam, criam, resgatam e distribuem conhecimento, “desde que sejam conectados a uma fonte de energia, ativados e interligados a um sistema de comunicação e ainda, gerenciados por *softwares*” (Ibidem, p.51). Nesta direção, define-se “‘mídia do conhecimento’ como um sistema integrador de agentes com autonomia lógica, ou seja, humanos e tecnológicos ‘inteligentes’” (Ibidem, p.52-53), “sendo que os agentes humanos planejam, idealizam, constroem, organizam e instruem os agentes tecnológicos mediadores” (Ibidem, p.64).

O conhecimento tradicional ou local é, por sua natureza, um conhecimento dotado de características tácitas. No âmbito das pesquisas defendidas no EGC/UFSC identificaram-se duas Teses e uma Dissertação que abordam o conhecimento de populações tradicionais:

- Tese de Silvana Gaudenz Müller, com o título: “Patrimônio Cultural Gastronômico: Identificação, sistematização e

disseminação dos saberes e fazeres tradicionais”, defendida em 2012;

- Tese de Ana Luisa Boavista Cavalcante. “Etnodesign e sustentabilidade cultural – Revitalização e preservação do conhecimento local”, defendida em 2014;
- Dissertação de Henrique de Sá Tschumi. “Fluxo do Conhecimento sobre Plantas Medicinais em uma Rede de Atores da Grande Florianópolis”. Defendida em 2015.

Esta pesquisa, situada na área de Mídia do Conhecimento, se junta a esses trabalhos. Empregando sistematizações e métodos que buscam explicitar o conhecimento tácito, caracteriza o uso das mídias no registro, preservação e a disseminação do conhecimento tradicional.

1.7.1 O contexto da Mídia e Disseminação do conhecimento

Mídia significa “meio”, “modo”, “canal”, usado para troca de informações (SOUSA; RODRIGUES, 1999, p.5). Na língua inglesa, o termo “*Media*” é usado para qualificar suportes de informação e para meios como jornal, rádio, cinema, entre outros. No Brasil, os “*media*” se transformaram em mídias. A palavra “*Medium*”, na física, indica o meio que proporciona a transmissão e a percepção de determinadas fórmulas ou elementos. No campo da comunicação, o termo designa os suportes de comunicação e de informação. Da parte de Sousa e Rodrigues (2011), o termo “*medium*” também é sinônimo de “meio” e “essas duas formas significam suporte de informação ou veículo condutor e canal, por onde alguma informação é conduzida ou distribuída” (p.54).

O termo mídia, como suporte da informação, além de significar um canal de condução ou de distribuição de informações, passou a designar, também, os elementos que armazenam informações, especialmente quando esses elementos são portáteis ou estão interligados por canais de distribuição. (SOUSA; RODRIGUES, 2011, p.54).

Continuando, para os autores:

A evolução da mídia e da autonomia semântica de seus processamentos, de acordo com linguagens específicas, propõe diversos graus de atividade autônoma na captura ou resgate e na criação do conhecimento, coletando-o e distribuindo-o em sistemas integrados de mediação, sendo a internet o maior desses sistemas. (SOUSA; RODRIGUES, 2011, p.66).

A “expressão ‘Mídia do Conhecimento’ indica um campo de atividades e uma área de estudos acadêmicos de abrangência internacional, relacionada à Gestão do Conhecimento nas organizações sociais.” Embora as organizações desenvolvam diferentes proposições ou objetivos, “os estudos de Mídia devem considerá-las prioritariamente como espaços comunicativos, porque as linguagens, as mensagens e os meios de armazenamento e comunicação são os seus objetos de estudo” (Ibidem, p.48).

A área da Mídia do Conhecimento “desenvolve estudos sobre planos, processos e produtos de mediação para Gestão do Conhecimento” (Ibidem, p.47), através de metodologias e ferramentas de criação, compartilhamento e transferência do conhecimento, “implicando em planejamentos, sistemas e processos específicos de organização dos agentes tecnológicos, em interação com agentes humanos, considerando-se a mediação do conhecimento” (Ibidem, p.57). Possui aptidão para a “captura, o armazenamento, a seleção, a sistematização, a produção, o resgate e a distribuição do conhecimento, de acordo com necessidades específicas das corporações ou organizações sociais, sejam essas, instituições ou empresas” (Ibidem, p.47). Não pode ser considerado apenas um repositório de informação, mas espaço ativo de criação de novos conhecimentos. Desse modo as Mídias do Conhecimento são aquelas mídias capazes de compor novas e coerentes mensagens através de relação lógica e critérios pré-definidos. Todavia, a característica “coerente” só pode ser atribuída por um agente humano e as Mídias do Conhecimento em geral, são, ao mesmo tempo, mídias de informação (Ibidem, p.47).

A linha de pesquisa “Mídia e Disseminação do Conhecimento” trata, especificamente, da captação, produção e difusão da informação,

baseada em meios tecnológicos, realizando reflexão e análise das implicações sociais da dependência da sociedade dos meios tecnológicos de comunicação. Está situada na área de concentração “Mídia e Conhecimento”.

Em seu sentido amplo, disseminar é “difundir, divulgar, propagar; espalhar” (FERREIRA, 2010, p. 728). Dentre as várias definições de disseminação do conhecimento apontadas na literatura, para Davenport e Prusak (1998) a disseminação consiste em uma das etapas do ciclo do processo de gerenciamento do conhecimento e, somente existe disseminação do conhecimento quando há sua absorção pelo receptor. A disseminação do conhecimento, cita Daft (2002), em qualquer contexto organizacional, é crucial. É condição fundamental para transformar informações ou experiências isoladas em algo que toda organização possa utilizar (PROSBT *et al.*, 2002). Carvalho *et al.* (2006, p.79-80) citam que a disseminação do conhecimento “consiste na prática da transferência do conhecimento”.

Segundo Geng *et al.* (2008) a disseminação do conhecimento está empenhada em criar meios que possam levar o conhecimento de quem ou do que o detém, para quem o necessita, de modo que, ao recebê-lo, o receptor possa dar-lhe sentido, ou seja, entendê-lo e compartilhá-lo. Green *et al.* (2009, p.152) consideram que a disseminação refere-se a “esforços conscientes para propagar novos conhecimentos, ideias, políticas e práticas para audiências específicas ou para o público em geral”. Neste sentido, de acordo com Suduc *et al.* (2010), a disseminação é, em sua essência, a difusão do conhecimento. Contudo, segundo Macoubrie e Harrison (2013), na difusão, o agente é passivo, enquanto que, na disseminação e na propagação de novos conhecimentos, o agente é ativo. Tan e Wang (2009) relatam que a disseminação do conhecimento pode ocorrer em conversas informais, reuniões, palestras, trocas de *e-mails*, na *Web*, em comunidades de prática, etc., tendo como objetivo final, que o conhecimento seja assimilado e utilizado por um grande número de pessoas.

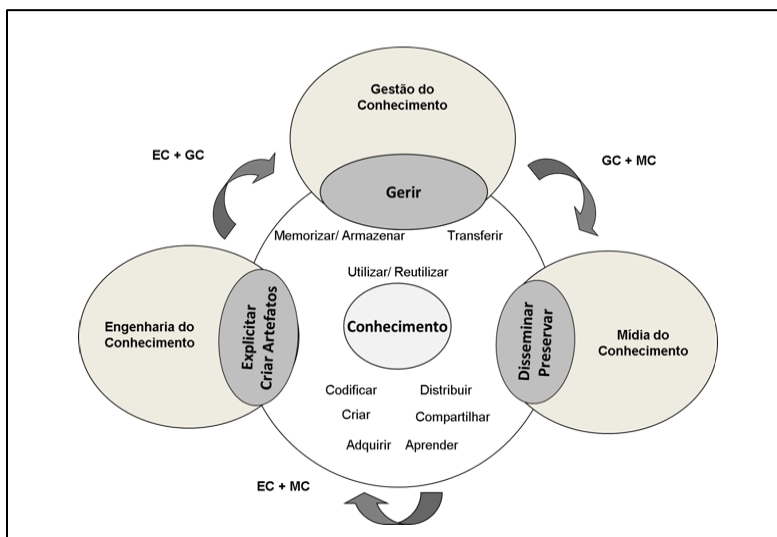
1.7.2 O objeto de pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento: O conhecimento

Formado por um amplo conjunto de saberes, das mais variadas áreas do conhecimento, o conhecimento tradicional tem forte matiz

interdisciplinar, e o mesmo ocorre, por extensão, com os estudos que o tem como foco. O presente trabalho reúne elementos de Antropologia, Artes, Ciência da Informação, Comunicação, Filosofia, História do Conhecimento, Linguagem e Sociologia, segundo classificação do CNPq. Conforme salientado por Pacheco *et al.* (2011, p.596), “para o EGC, a vivência coerente da interdisciplinaridade exige uma abordagem interdisciplinar, e desta forma, o programa tem motivado sua comunidade docente à aproximação com métodos, procedimentos e instrumentos diferentes de suas disciplinas de origem”.

Se analisado sob o prisma das áreas que compõem o EGC, conforme mostra a Figura 01, também este trabalho revela seu caráter notadamente interdisciplinar.

Figura 01 – O espaço semântico das pesquisas do EGC



Fonte: Material didático da disciplina ‘Fundamentos da Mídia’ (2012).

Conforme consulta ao portal do EGC/UFSC¹⁶, a Mídia do Conhecimento busca projetar, desenvolver e avaliar mídias voltadas a catalisar a habilidade de grupos de pensar, comunicar, apreender e criar

¹⁶ Disponível: <http://www.egc.ufsc.br>. Acesso em 03 de janeiro 2012.

conhecimento. Não há exclusividade quanto à pesquisa e aplicações baseadas em meios digitais, ou tecnológicos, mas tem por objetivo “a formação de profissionais e pesquisadores responsáveis pela geração e disseminação do conhecimento nas organizações e na sociedade em geral.”

Segundo informações constantes no *site* do PPGEGC/UFSC¹⁷, a área de Mídia e Conhecimento “trata do desenho, desenvolvimento e avaliação de mídia voltada a catalisar a habilidade de grupos de pensar, comunicar, apreender e criar conhecimento.”

O objeto da área de Mídia são os sistemas de mediação do conhecimento, sendo a finalidade/objetivo da área de pesquisa, assim como das outras áreas (Gestão e Engenharia), o conhecimento interdisciplinar. A Mídia do Conhecimento contribui com a visão de mundo, auxilia na modelagem da comunicação, permitindo a Engenharia do Conhecimento e a Gestão do Conhecimento ampliarem o potencial de seus sistemas de conhecimento e, dessa forma, tornar a comunicação mais efetiva no processo de gestão. Há conhecimento na ‘cabeça’, nas habilidades das pessoas, que precisam ser codificados, explicitados e socializados e; há conhecimento organizado e ‘guardado’ em banco de dados, sistemas especialistas, planos e outras mídias, que devem estar disponíveis para reuso. Tais questões caracterizam as relações desse tempo e denotam a importância das mídias em todos os processos que envolvam conhecimento e comunicação.

No contexto do EGC/UFSC, a GC “trata da prática de agregar valor à informação e distribuí-la”, percebendo a importância e aproveitando os recursos existentes no contexto onde atua. Dinamicamente, envolve-se: “a) com a criação, a descoberta e coleta de conhecimentos internos e melhores práticas; b) com o compartilhamento e compreensão das melhores práticas para que possam ser utilizadas; c) adaptação e aplicação dessas práticas a novas situações” (FIALHO *et al.* 2006, p.84). Conforme Sousa e Rodrigues (2011, p.57) “a Gestão do Conhecimento em sentido amplo depende de processos de comunicação e de educação, que são áreas interativas, uma vez que todo ato de comunicação é uma tentativa formal ou informal de boa ou má educação.”

¹⁷ Disponível <http://www.egc.ufsc.br>. Acesso em 12 de março 2014.

Da área de Gestão do Conhecimento, a pesquisa busca nos modelos de GC as bases teórico-metodológicas para acompanhamento e compreensão do processo de identificação, criação, explicitação e difusão do conhecimento tradicional. Na etapa final a pesquisa se inspira na ferramenta de análise de situação - SWOT para caracterizar o contexto de uso de mídias digitais e Internet para a preservação e disseminação do conhecimento tradicional indígena.

Esta pesquisa tangencia o âmbito da Gestão da Sustentabilidade, pois ao encontrar meios para o equilíbrio entre as dimensões sociais, culturais e econômicas, aliados à valorização de tipos de conhecimento que tem por fundamento a proteção e o uso sustentável dos recursos naturais, criam-se espaços capazes de gerar formas de integração social e de garantir recursos naturais para as gerações futuras. Conforme a abordagem do Programa: O PPG/EGC “apresenta-se voltado à pesquisa de novos modelos, métodos e técnicas de disseminação do conhecimento para a sociedade, tratando esse conhecimento como gerador de riqueza e valor, mas, também, de equidade social”. Desse modo, considera-se que esta temática de pesquisa está ajustada ao EGC.

1.8 ORGANIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS ESTUDOS

No capítulo 1 apresentou-se a introdução desta Tese, descrevendo o projeto de pesquisa, seus objetivos, a justificativa e o escopo. Ao contextualizar a concepção e finalidade da presente proposta de Tese, justifica-se sua importância. Na sequência apresentaram-se elementos que atestam a sua relevância e ineditismo. Após a exposição dos elementos pré-textuais, caracterizou-se o Conhecimento como objeto de pesquisa do Programa de Pós-Graduação EGC/UFSC, situando esse trabalho de investigação na linha de pesquisa “Mídia e Disseminação do Conhecimento”.

O capítulo 2 apresenta uma revisão de literatura que propõe desmistificar a caracterização (de senso comum) que retrata os povos tradicionais e indígenas como selvagens ou atrasados culturalmente e, seus conhecimentos como estáticos. O texto transita por diferentes conceitos e categorias de conhecimento tradicional, destacando o papel desempenhado por esses povos na conservação e no manejo sustentável da biodiversidade. Expõe os principais instrumentos de organização territorial dessas populações e medidas de proteção de seus sistemas de

conhecimento, refletindo sobre as mudanças culturais até a constituição de uma cultura digital, a cibercultura. Em suas páginas finais, põe em tela o contexto da inclusão digital no Brasil. Os documentos e pesquisas analisados revelaram dois campos de reflexão: inclusão digital como inclusão social (e comunicação entre culturas) e inclusão digital como fortalecimento da identidade cultural.

O capítulo 3 expõe um conjunto de pesquisas que evidenciam a carência de modelos de gestão, incluindo modelos de GC, que promovam a integração entre o conhecimento científico (de pesquisadores, técnicos e extensionistas, agentes públicos, entre outros) e o conhecimento tradicional (de populações tradicionais e povos indígenas). A literatura aponta que a falta de diálogo e de cooperação entre os diferentes atores são as principais dificuldades detectadas. As pesquisas ressaltam a importância do adequado uso de mídias para sua codificação, compartilhamento e disseminação e de eficientes medidas de preservação do CT. Ao propor a emergência da gestão do CT e sua integração com modelos científicos, este capítulo apresenta análise de três abordagens de GC, destacando suas contribuições para a elaboração de um roteiro com indicações para a GC do conhecimento tradicional indígena.

O capítulo 4 apresenta a descrição da base metodológica que sustenta este trabalho. Está organizado a partir do seguinte percurso metodológico: Contextualização da pesquisa de Tese e a abordagem qualitativa da pesquisa; O método Etnografia Virtual usado para observação e coleta de dados virtuais. Os procedimentos metodológicos compreendem: Pesquisa bibliográfica e revisões de literatura em bases de dados; pesquisa exploratória dos *sites* de populações tradicionais e indígenas brasileiros; pesquisa documental e de campo e entrevistas semiestruturadas e; técnica de Análise de Conteúdo e SWOT para o tratamento dos dados.

O capítulo 5 divide-se em duas etapas, as quais visam analisar em profundidade dois cibermeios indígenas, e juntar às análises desses, a percepção de sujeitos envolvidos através da aplicação de entrevistas semiestruturadas. O processo foi necessariamente antecedido pela criação de um instrumento de coleta de dados. Após breve introdução, o capítulo expõe a descrição e análise do Portal Índio Educa e do *site* Vídeo nas Aldeias; a aplicação da técnica da AC nos textos e vídeos do Índio Educa e Vídeo nas Aldeias; e, por fim, a Matriz SWOT como ferramenta para explicitação do contexto atual e perspectivas futuras

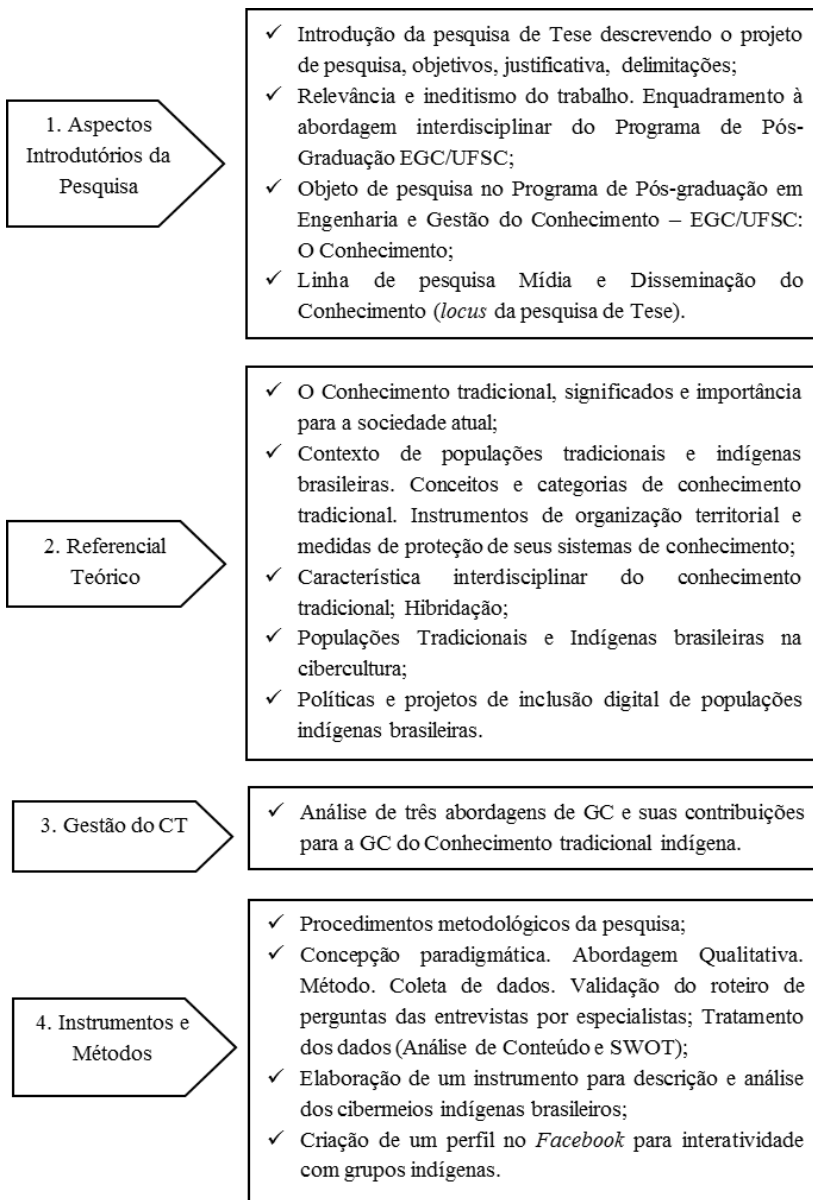
para o uso das mídias digitais na disseminação e preservação do conhecimento tradicional indígena.

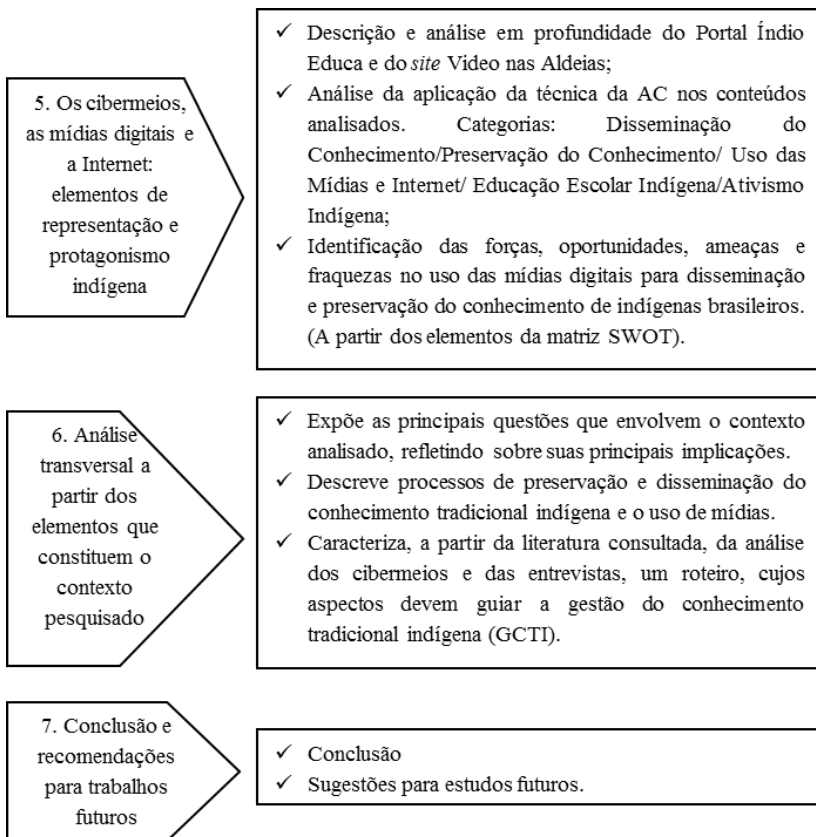
O capítulo 6 realiza uma análise transversal do tema investigado. Expõe os principais elementos que envolvem o contexto analisado, refletindo sobre suas principais implicações. Caracteriza, a partir da análise de três abordagens de GC, da análise dos cibermeios e das entrevistas, um roteiro que pode guiar a gestão do conhecimento tradicional indígena (GCTI).

O capítulo final apresenta as conclusões alcançadas com a realização da pesquisa. Os resultados atingidos são contrastados com os objetivos traçados para este trabalho. São formuladas recomendações para o desenvolvimento de futuras investigações, as quais poderão complementar as lacunas aqui deixadas ou avançar por meio de novas perspectivas aplicadas à abordagem desta temática.

A Figura 02 apresenta, de forma esquemática, a estrutura da Tese.

Figura 02 – Estrutura da Tese





Fonte: Criado pela autora.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CONHECIMENTO TRADICIONAL, LOCAL E INDÍGENA EM VISÃO PANORÂMICA

A partir dos estudos realizados, evidencia-se que há uma polissemia de termos intercambiáveis para nomear os saberes de povos que se mantêm em práticas seculares de subsistência, manutenção e organização cultural. Quando se trata de pesquisas realizadas no Brasil, os termos mais utilizados são Conhecimento Tradicional (CT) e Conhecimento Local (CL), e as que tratam de assuntos ligados especificamente aos povos indígenas referem-se aos seus saberes como Conhecimento Indígena (CI).

O termo “*indigenous*” usado por organizações mundiais como International Union for Conservation of Nature and Natural Resources Conservation (IUNC), Banco Mundial e pela comunidade científica internacional, vale registrar, não possui sentido étnico¹⁸. Designa o conhecimento de populações regidas sob modos próprios de organização social e subsistência e estreita ligação com a natureza, não situadas na lógica econômica dominante.

Importante ressaltar que na visão deste trabalho, o que caracteriza o conhecimento tradicional é, fundamentalmente, o modo como foi preservado, adquirido, produzido, usado e transmitido, e não o seu conteúdo específico. Conhecimento tradicional designa conhecimentos que após sucessivas gerações pouco foram modificados, mantêm-se vinculados a determinado grupo social e ao meio onde foram gerados, conforme já ressaltado nas páginas introdutórias deste trabalho.

É somente quando tentamos traduzir essas práticas locais em termos ocidentais que somos confrontados com a necessidade para escolher uma determinada definição, e vemos o quanto é difícil dar voz a um a visão de mundo, que às

¹⁸ Segundo Hall (2006, p.62) “etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume tradições e sentimentos de “lugar” – que são partilhados por um povo”.

vezes é completamente diferente da nossa. (UNESCO, 2002, p. 12).

Cunha (1999, p.157) relata que o saber local, como, aliás, qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica, e não a um patrimônio intelectual imutável, que se transmite de geração a geração. Para a autora, se entendermos o tradicional como essa forma específica de se praticar ciência e não como conteúdos ancestrais específicos, a palavra “tradicional” passa a ser equivalente a “local”. Booth e Skelton (2011) reconhecem que existem pontos contrastantes entre o conhecimento local e o conhecimento científico, uma vez que são derivados de diferentes visões de mundo¹⁹.

O Conhecimento local apresenta características de readaptação em modos de convívio entre diferentes grupos sociais, em que uns “emprestam aos outros” suas características predominantes, gerando novos conhecimentos. Pode-se dizer que o conhecimento local constitui-se de aspectos tradicionais modificados conforme as necessidades e objetivos do grupo social. Neste sentido, há comunidades brasileiras que mantêm aspectos de sua tradicionalidade (em hábitos, costumes, rituais, etc) e que desenvolveram novas sociabilidades e, desta forma, convivem tanto com formas tradicionais, como notadamente locais e científicas.

2.1.1 - Conhecimento tradicional, local e indígena - elementos conceituais

Por definição, o conhecimento tradicional constitui-se em um sistema completo (e complexo) de conhecimentos, próprios de comunidades que mantêm aspectos tradicionais em sua cultura e, resistentes às mudanças preservam modos singulares de vida e tentam mantê-los vivos, mesmo sob a forte influência da sociedade envolvente. Vale dizer, que o conhecimento desenvolvido por esses povos está fortemente atrelado às condições de seus contextos, incluindo aspectos

¹⁹ De acordo com Booth e Skelton (2011, p.118) “uma visão de mundo é o *framework* perceptual fundamental através do qual os eventos da vida são compreendidos.”

sociais, econômicos, místicos, etc. German-Castelli (2004, p.03) salienta que “o conhecimento tradicional se caracteriza por responder à cosmovisão de sua cultura, e, portanto, o tipo de conhecimento tradicional detido por cada povo indígena ou comunidade local, difere um do outro. Também os modos de compartilhar e ensinar responde à cosmovisão de sua cultura ou organização social.” Segundo German-Castelli e Wilkinson (2002, p.93-94), de acordo com Rahamn (2000), a literatura vale-se de vários termos intercambiáveis para designar o conceito de Conhecimento Tradicional, entre os quais:

- Conhecimento Ecológico Tradicional (CET) ou Traditional Ecological Knowledge (TEK);
- Conhecimento Ecológico e Sistemas de Manejo Tradicionais (CETSM) ou Traditional Ecological Knowledge and Management Systems (TEKMS);
- Conhecimento Local (CL) ou Local Knowledge (LK);
- Conhecimento Indígena (CI) ou Indigenous Knowledge (IK);
- Conhecimento Comunitário ou Community Knowledge;
- Conhecimento dos Habitantes Rurais ou Rural Peoples’ Knowledge;
- Conhecimento dos Produtores (CP) ou Farmers’ Knowledge (FK).

Ellen e Harris (1996) indicam o uso dos seguintes termos:

- Indigenous Technical Knowledge (ITK);
- Ethnoecology;
- Folk Knowledge;
- Traditional Environmental (ou Ecological) Knowledge (TEK);
- People’s Science, Native/Aboriginal/Tribal Knowledge.

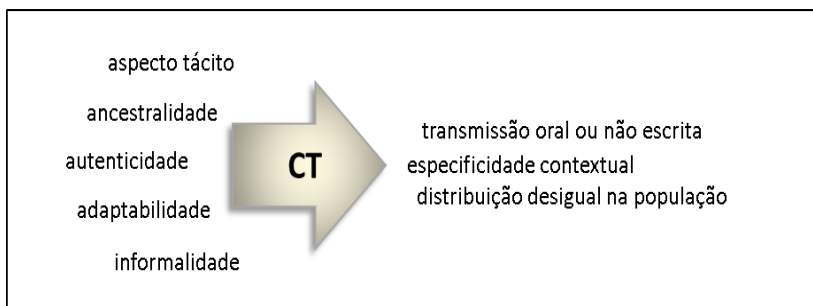
O conhecimento tradicional transita entre o local, por sua gênese, e o global, por sua dimensão, significado e importância (CASTRO, 1998; ALBAGLI, 2005). Ellen e Harris (1996) entendem que essas experiências ao longo dos séculos, aconteceram por meio de engajamento prático e diário e Sáez (2001) afirma que o empirismo dos conhecimentos tradicionais se desenvolve no cerne de uma teoria e de um método.

Segundo Sillitoe (1999), apesar das tendências globais, o conhecimento com fortes raízes tradicionais pode ser encontrado em pessoas de diferentes regiões que têm histórias e tradições culturais únicas e que continuam a condicionar suas visões do ambiente e suas vidas de maneira significativa. Há consenso entre os estudos de Kargbo (2006); Stevens (2008), Mulyoutami *et al.* (2009); Lodhi e Mikulecky (2011); Cannarella e Piccioni (2011); Dawoe *et al.* (2012) e Mohai (2012), do conhecimento tradicional como valor enraizado na tradição. De acordo com UNESCO (2002, p. 13), o foco do conhecimento tradicional é a sua longa história de prática.

O conhecimento indígena é também referido como conhecimento tradicional ou local e se refere a sistemas de conhecimento e habilidades, desenvolvidos de modo colaborativo e fora do método de ensino formal. Está embutido na cultura e é exclusivo para um determinado local ou sociedade. Também para Sukula (2006) sua originalidade é transmitida e envolve a criatividade, inovação e habilidades. Busingye e Keim (2009) citam que o conhecimento tradicional constitui um conhecimento transmitido verbalmente e elaborado através das gerações por meio da experiência prática de tentativa e erro. Para Stehr e Ufer (2009, p.07) o conhecimento tradicional “é tão antigo quanto a espécie humana”, ou seja, o *Homo sapiens* coexistiu com o conhecimento em suas diferentes dimensões. German-Castelli e Wilkinson (2002) ressaltam a característica empírica do conhecimento tradicional e sua manutenção, pois mesmo que estes estejam sendo influenciados por outras práticas e caracterizados por certos pontos de similitude e justaposição, segundo os autores, mantêm sua especificidade.

Por sua parte, Moreira (2007) diz que o conhecimento tradicional é um aparato cognoscitivo de conhecimentos, com atividade intelectual consciente no desenvolvimento de práticas, crenças e transmitidos através das gerações nas relações dos seres vivos (incluindo os humanos) entre si e com seu meio ambiente. É a forma mais antiga de produção de teorias, experiências, regras e conceitos, ou seja, é a mais ancestral forma de produzir ciência. Contudo, “as sucessivas agressões ao ambiente natural em que vivem têm conduzido, também, à perda de sua diversidade sociocultural.” (p.36). A Figura 03 mostra as características epistemológicas do conhecimento tradicional.

Figura 03 - Características epistemológicas do conhecimento tradicional



Fonte: Elaboração da autora. Baseado em Rezende e Ribeiro (2009, p.58).

Contribuindo com a riqueza conceitual do conhecimento tradicional, de acordo com Zanirato e Ribeiro (2007, p.52), “trata-se de um conhecimento coletivo, cujo ‘inventor’ não pode ser auferido já que resulta de anos de convívio social transmitido como herança cultural.” O processo de aprendizagem na socialização dos saberes e a informalidade do compartilhamento de experiências entre indivíduos decorrem da observação, da imitação e da prática conjunta (SANTOS; SOUSA, 2010). Pei *et al.* (2009, p.2017-18) salientam o importante papel que esse “conhecimento desempenha no desenvolvimento sustentável do mundo de hoje.” Yhuhuan *et al.* (2011) abordam a importância da tradição e da preservação por meio das práticas de ensino nas sociedades tradicionais.

Como atributos do conhecimento tradicional estão: (1) a dinâmica e a organização das sociedades nas quais é gerado, experimentado, modificado e transmitido; (2) a sua geração em um determinado grupo ou local; (3) a sua relação com o natural e sobrenatural; (4) a oralidade como forma de transmissão; (5) o engajamento prático; (6) a confiança nele depositada pela sociedade que o produziu; (7) a exigência intelectual para saber e fazer; (8) as peculiaridades do processo de produção desse tipo de conhecimento, isto é, os modos como ocorrem a sua aquisição, ensinamento e transmissão (PERRELLI, 2008, p.386).

Ele **(o conhecimento tradicional)** está impregnado nas habilidades, ferramentas e objetos que essas populações utilizam para a

sobrevivência no dia a dia. Suas casas, alimentos e remédios, além das ferramentas e artefatos religiosos e culturais, são obtidos diretamente da floresta, que constitui a fonte de seus recursos, indicando a existência de uma relação estreita com as populações e a natureza ao redor e apresentando múltiplas possibilidades concretas do uso sustentável da diversidade biológica. (ABREU; NUNES, 2012, p. 20) (*grifo nosso*).

O conhecimento local, segundo Zhihong (2003), geralmente encontra forte defesa para sua preservação, está vinculado aos artefatos históricos, mas desenvolve-se e evolui para atender às mudanças de condições e situações. Em geral, situam Anunchiracheeva *et al.* (2003, p.1050), o conhecimento local tem influenciado o processo de desenvolvimento ao nível da comunidade, demonstrando a capacidade da população local e sua organização. Silva (2014, p.88) expõe: “como fruto de um permanente processo de interação do cidadão leigo com o seu ambiente, o CL é aprimorado frente às sucessivas alterações deste, quer sejam biofísicas, sociais ou culturais.”

Failing *et al.* (2007, p.49) cita que embora existam várias interpretações, três características do conhecimento local são amplamente notadas: (a) tipicamente baseado na experiência, confiando mais (mas não exclusivamente) na observação pessoal do que em dados quantitativos e experimentação controlada; (b) tende a ser expresso de maneira holística (muitas vezes refletindo propriedades eco-sistêmicas) e menos reducionista do que a ciência ocidental e; (c) normalmente é ancorado firmemente na experiência do lugar, e, como tal, tende a lidar com coisas particulares, em vez de categorias de coisas e, tempo e contexto específicos de observações e conclusões ao invés de regras fixas ou generalizáveis. Para o autor (em relação ao outros termos já relatados), o conhecimento local é mais inclusivo e descritivo.

O “conhecimento local é cada vez mais visto como uma fonte de informação fundamental para a gestão ambiental e restauração de habitat na Austrália”, cita Tibby *et al.* (2008). Também para Tran *et al.* (2008), o conhecimento local “é um poderoso recurso de populações rurais (...) e reflete a sabedoria da comunidade, tendo em vista que a comunidade tem melhorado sua auto-estima quando usam o conhecimento que possuem e ainda melhor se o seu conhecimento é aceito por outros.” De

acordo com Hirunsalee e Kanegae (2010, p.481), o conhecimento local é uma habilidade individual e conforme Hill *et al.* (2012) por suas características dinâmicas, responde às mudanças de circunstâncias. Pretty (2011) indica que o aspecto mais importante do conhecimento local é que ele deriva de interações frequentes com a terra (fisicamente ou psicologicamente) dando origem a práticas sustentáveis de gestão. Neste sentido, é possível indicar que a questão do ‘local’ parece estar mais ao campo de aplicação do conhecimento do que, propriamente, de produção.

Segundo Scholz *et al.* (2004), o conhecimento local, também chamado em alguns campos de estudo de “conhecimento ecológico local” (CEL), refere-se a um corpo de conhecimento detido por um grupo específico de pessoas sobre os seus ecossistemas locais. Para Yli-Pelkonen e Kohl (2005, p.4), conhecimento ecológico local “refere-se à ecologia como uma ciência natural que inclui o conhecimento de uma pessoa e um conhecimento local mais específico”. O conceito também mistura conhecimento científico erudito e conhecimento baseado nas próprias observações de um residente e experiências de natureza circundante. Como tal, por suas definições, “o conhecimento ecológico local é geralmente um híbrido e, portanto, não estritamente local ou tradicional (...) é uma forma de ciência”, afirma Usher (2000, p.192).

O conhecimento ecológico tradicional, entendido como um conjunto de conhecimentos e crenças que foram desenvolvidos, testados, selecionados e acumulados por gerações, tem atraído atenção de diferentes campos de pesquisa apenas recentemente, embora tenha sido parte integrante de meios de subsistência dos povos indígenas por milênios (BERKES *et al.*, 2000; ARUNOTAI, 2006; WHITERNAN, 2012). Segundo Zukowski *et al.* (2011), pode ser adquirido através de uma mistura de observações e experiência prática e adaptado ao longo do tempo, transmitido através das gerações.

A sigla TEK – Traditional Ecological também é citada pela IUNC e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). TEK é mais usado para descrever os aspectos relacionados à preservação do ambiente. Quando se refere à gestão desses saberes, a denominação utilizada preferencialmente é TEKMS – Traditional Ecological Knowledge Management and Systems (ROUÉ, 2000).

No jargão recente da antropologia ambiental, a sigla “TEK” (*Traditional Ecological Knowledge*) tem sido usada para denotar tais conhecimentos e práticas tradicionais de baixo impacto ambiental nem sempre racionalizados na forma de um *know-how* ecológico, mas imersos em campos semânticos que se estendem para além das práticas econômicas propriamente ditas, como a religião e a cosmologia. (LIMA; POZZOBON, 2005, p.49).

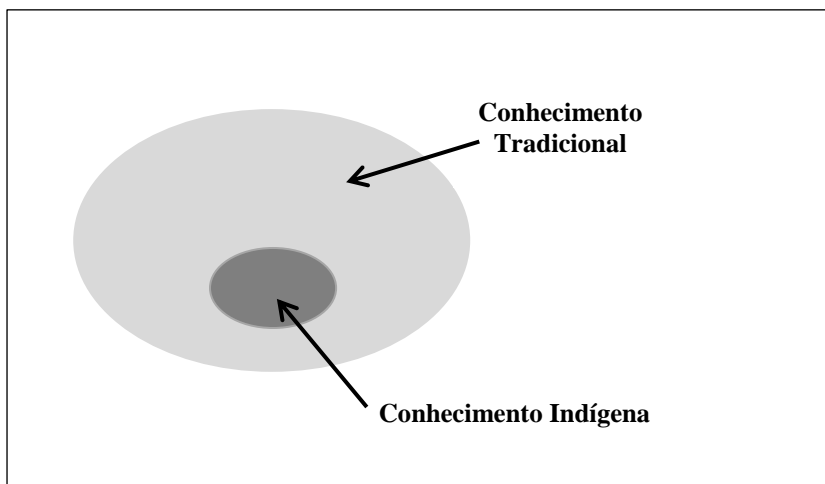
Ellen e Harris (1996) destacam ainda que o termo “indígena” é conflitivo e moralmente carregado; “nativo” e “aborígene” possuem conotações similares; “tribal” é restritivo; “*folk*” e “tradicional” são termos menos carregados moralmente, “mas ‘*folk*’ pode ter outras conotações (...) o termo ‘tradicional’ parece ter mais credibilidade e está entre as maneiras mais comuns de se referir a um tipo particular de conhecimento” (p.89).

De acordo com Perrelli (2008, p.384), de modo geral na literatura brasileira “conhecimento tradicional” ou “saber tradicional” são as expressões mais usadas. Podem ser encontradas, também, as expressões “conhecimento autóctone” e “etnociência” (e suas variantes específicas etnozoologia, etnobotânica, etnoecologia, etnomatemática, etc) (...) quando se faz referência especificamente às sociedades indígenas, observa-se a utilização dos termos “ciência indígena” ou “cultura indígena”.

Para Mugabe (1998) o conhecimento indígena é criado e utilizado por uma população que reconhecem a si mesmos como indígenas, cujas características se baseiam numa combinação cultural própria. Em essência, as populações indígenas possuem comportamento voltado para a criação, conservação e transformação de seu habitat, percebem a biodiversidade como um processo ecológico local que lhes assegura a alimentação, saúde, e desta forma criam alternativas inovadoras de preservação e proteção de seus recursos naturais. No contexto, ainda de acordo com Mugabe (1998) o conhecimento indígena é um subconjunto do conhecimento tradicional, com a única diferença de que os proprietários são populações indígenas em lugar de comunidades “não indígenas” que incorporam estilos de vida tradicionais. A distinção não implica que o conhecimento indígena e o conhecimento tradicional são

em si diferentes, mas aponta para o fato que os proprietários do conhecimento indígena têm reivindicações políticas mais amplas que os proprietários do conhecimento tradicional. A Figura 04 expõe a compreensão do autor citado.

Figura 04 - Sistema de Conhecimentos Tradicionais



Fonte: Mugabe, 1998.

Nas comunidades indígenas, segundo Perrelli (2008), a “distribuição do conhecimento tradicional entre os membros da comunidade é segmentada e assimétrica. Isto é, aquilo que é dado a conhecer aos membros da coletividade não é igualmente distribuída, variando segundo critérios como gênero, idade, função social, laços de parentesco e preferências individuais.” Tal questão é explicitada por um índio da etnia Kaiowá/Guarani:

(...) três coisas são importantes: a língua (o oral), a confiança e o respeito. O conhecimento tradicional (...) sempre foi oral e prático. Na escrita, ele se perde. Nosso conhecimento produz muita coisa de valor: remédio, família, ensina nós a ouvir. Meu pai falava muito em respeito. Eu confiava nele. Assim é a nossa pedagogia.

Começa aí. É oralmente, passado pela família. A metodologia é essa: oral (...). Nenhum conhecimento é assim passado por acaso. (...) Como eles avaliavam que deu certo? Se eu aprendi? Fazendo roça, pescando, na festa, no canto, nas nossas práticas, no modo de falar, no modo de vestir, no modo de ser. (PERRELLI, 2008, p.385-86).

Registra-se que a Convenção de Diversidade Biológica - CDB (1992) reconhece especificamente o papel vital do conhecimento tradicional, como “inovações e práticas tradicionais na conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de garantir sua proteção seja via Direitos de Propriedade Intelectual (DPI) ou outros mecanismos.”

2.1.2 - Aspectos multi/interdisciplinares do conhecimento tradicional, local e indígena

Conforme já salientado neste trabalho, o conhecimento tradicional, local ou indígena constitui um “corpo complexo” de saberes, e o mesmo ocorre, por extensão, com os estudos que o tem como foco.

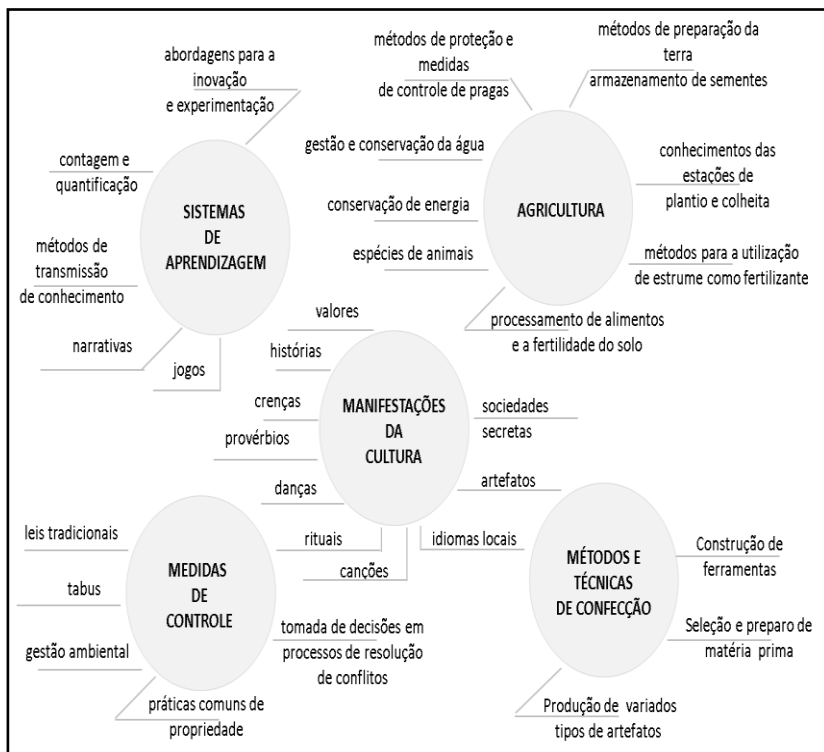
Para Santilli (2005, p.192), os conhecimentos tradicionais comportam: “técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades farmacêuticas, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais.” Mohai (2012) cita que a literatura demonstra sua aplicação nas áreas da saúde, agricultura, artes, educação, entre outros.

Dados da United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD) de 2000²⁰, indicam uma série de produtos derivados do conhecimento tradicional, comercializados internacionalmente em quantidades significativas, incluindo artesanato, plantas medicinais,

²⁰Disponível <http://www.unctad.org/en/Pages/Home.aspx>. Acesso em 10 de janeiro 2014.

produtos agrícolas, produtos florestais não madeireiros, óleos essenciais, castanhas, cortiça, goma arábica. Kargbo (2006, p.73) denota o caráter multidisciplinar do conhecimento tradicional, conforme a Figura 05.

Figura 05 – Multi/Interdisciplinaridade do conhecimento tradicional



Fonte: Criado pela autora. Baseado em Kargbo (2006).

As pesquisas da área ambiental abrem perspectivas de análise e de aplicação do conhecimento tradicional como um processo epistêmico híbrido, “a partir do qual é possível desenvolver pesquisas importantes” (CPDS, 2004, p.41). Vale dizer que este campo,

(...) transcende a academia e os movimentos ambientalistas. Está inserida em novos modelos gerenciais e em novos modos de produção,

caracterizando-se, nas suas relações, com o setor empresarial, por aspectos que envolvem pressão da opinião pública; novos marcos e normas legais que aumentam a responsabilidade dos transgressores; novos negócios decorrentes das ações ambientais; e maior consciência das relações entre economia e meio ambiente. (PHILIPPI Jr. *et al.*, 2000, p.270).

German-Castelli e Wilkinson (2002, p.89), destacam os recursos genéticos (em grande parte sob a proteção de práticas de povos não extrativistas), como insumos estratégicos para o desenvolvimento de novos produtos e processos em grandes setores industriais. Como exemplo, os produtos fármacos, alimentícios, cosméticos, pesticidas agrícolas e biológicos, entre outros, que “desempenham um papel essencial no bem-estar da atual e das futuras gerações além de serem fundamentais para o desenvolvimento sustentável a longo prazo.” O uso de plantas medicinais é praticada ao longo dos tempos, desde as formas mais caseiras até a fabricação industrial de medicamentos (GIRALDI; HANAZAKI, 2010).

O conhecimento tradicional interessa muito às companhias ocidentais e instituições de pesquisa, como pode ser observado nos seus programas de bioprospecção nas florestas tropicais, e ainda constitui um importante insumo na indústria moderna de farmacêuticos, medicina botânica, cosméticos, de pesticidas agrícolas e biológicos, e serviços médicos. (GERMAN-CASTELLI; WILKINSON, 2002, p. 90).

Por outro lado, a inegável crise ecológica mundial revela o empobrecimento do conjunto de elementos que compõe o universo do conhecimento tradicional, fato considerado preocupante e já ressaltado em outras seções deste trabalho.

Sobre a dicotomia entre conhecimento tradicional e conhecimento científico, Ellen e Harris (1996) e Nakashima (2000), destacam, por suas qualidades, a complexidade de conhecimentos de origem da tradição. Willians (2009) salienta que o conhecimento de populações tradicionais é ignorado, marginalizado pela ciência moderna.

(...) parte importante desses conhecimentos tradicionais é tácita, ou seja, reside e desenvolve-se em crenças, valores e práticas comunitárias; provêm do aprender fazendo, usando e interagindo. Esse conhecimento tácito encontra-se associado a contextos geográficos específicos; ele deriva da experimentação, sendo transmitido e desenvolvido por meio de interações locais. É um conhecimento dinâmico, não é um acervo estático, sendo definido menos por sua antiguidade e mais pelo processo social pelo qual é desenvolvido, compartilhado e utilizado. De uma perspectiva ampla, trata-se de um patrimônio cultural – incluindo conhecimentos, habilidades, crenças, arte, moral, leis, hábitos e costumes – construído no tempo/história e no espaço/território. (ALBAGLI, 2005, p.23)

Conforme citam Fernandes e Sampaio (2006), o conhecimento extraído do saber local, e de algum modo contendo o conhecimento tácito, é denominado extra racional, de difícil mensuração, mas ainda assim, não pode ser considerado como irracional. Diegues e Arruda (2001, p.31) explicam: “não são uma espécie de estágio anterior ao conhecimento científico, um proto-conhecimento ou um conhecimento pré-lógico; são, sim, conhecimentos fundados em lógicas distintas daquela que denominamos ciência ocidental.” Santos (2005), contribui com a crítica dizendo que há um desequilíbrio muito grande entre o valor que se confere ao conhecimento tecno-científico e o baixíssimo valor que se confere aos outros conhecimentos, que lhe servem de matéria-prima, como o conhecimento tradicional.

Uma distinção que é feita, frequentemente, entre o conhecimento de povos tradicionais e o conhecimento moderno ou ocidental, é que ao contrário deste último, o conhecimento tradicional não está separado em classes ou categorias. Balick e Cox (1997) consideram o conhecimento tradicional e o científico ocidental, epistemologicamente próximos, uma vez que ambos baseiam-se numa constatação empírica. Zhihong (2003) considera-os complementares. Green (2008) mostra que não existe oposição entre conhecimento tradicional e conhecimento científico, como se representassem a evolução do primitivo para o civilizado, preferindo tratar a questão como “diversidade de conhecimento”

(p.149). Segundo Diegues (2000, p.41-41) “deve ser criada uma nova aliança entre os cientistas e os construtores e portadores do conhecimento local, partindo de que os dois conhecimentos – o científico e o local – são igualmente relevantes.” O Quadro 01 mostra os principais elementos que caracterizam os sistemas de conhecimento.

Quadro 01 - Criação do conhecimento nos sistemas tradicionais, científicos e tecnológicos

SISTEMAS DE CONHECIMENTO			
	Indígena Tradicional	Ciência	Tecnologia
Criadores/ inventores	Comunidades	Indivíduos/ Grupos de Pesquisadores	Indivíduos/ Empregados
Métodos	Teórico-Empírico	Científicos	Empírico/ Científico
Sistemas de Recompensas	Reputação. Serviço à Comunidade	Reputação pela primeira descoberta	Apropriação dos benefícios
Validação/ avaliação	Uso	Avaliação pelos pares	Êxito de mercado
Codificação	Tácita/Codificada	Codificada (publicações)	Tácita/Codificada
Difusão	Livre	Livre	Restrita, sujeita a autorização prévia

Fonte: Correa, 1999.

Correa (1999) indica entre o sistema indígena/tradicional e os outros sistemas (ciência e tecnologia) acentuada diferenciação a respeito de quem cria o conhecimento, e os métodos de validação, compensação e apropriação. Isso se dá, de acordo com o autor, devido à forma

coletiva de criação do conhecimento nas comunidades, enquanto que no universo científico e no campo tecnológico o conhecimento é criado individualmente e/ou por equipes (especialistas, empregados, entre outros atores). Reforça-se a fraca separação no conhecimento tradicional entre a teoria e a prática. German-Castelli (2004, p.96), há semelhanças entre os sistemas, fundamentadas pelo aspecto “cumulativo da criação de conhecimento, tanto no sistema tradicional como no sistema tecnológico”. Na visão da autora, o conhecimento tradicional é construído a partir de um conhecimento já existente, incorporando o aprendizado realizado na interação na comunidade e com o “sistema que os rodeia como um todo (...) permanentemente re-adaptado às novas necessidades, e pode-se dizer que o conhecimento surge a partir de ‘*learning by doing*’” (p.96). Também no campo tecnológico, tanto inovações incrementais como mudanças tecnológicas são geradas a partir da integração de substratos científicos e empíricos, deste modo, produzidas através de “*learning by doing*”. E “muitas destas inovações de caráter incremental não chegam a ser codificadas, permanecendo como conhecimento tácito num modo informal” (Ibidem, p.96).

A separação entre os sistemas de conhecimento tradicionais e científicos, conforme Rahman (2000) pode estar associada aos seguintes fundamentos: (a) mérito – pelas diferenças nos temas que tratam o conhecimento tradicional e o científico; (b) metodológico e epistemológico - porque as duas formas de conhecimento empregam diferentes paradigmas para investigar a realidade e, (c) contexto - o conhecimento tradicional é mais profundamente enraizado em seu ambiente. Sintetizando, Rahman (2000) diz que o conhecimento tradicional designa um conhecimento oral, de forte característica tácita, que tem evoluído em comunidades onde é ensinado de uma geração para outra e que inclui outros tipos de conhecimento, entre eles, o científico. Os modelos mentais, *schemas*, paradigmas, perspectivas, crenças e pontos de vista, segundo o autor, ajudam as pessoas a perceber e definir o seu mundo. A Figura 06 apresenta as características do conhecimento científico e tradicional.

Figura 06 – Características do conhecimento científico e tradicional

CONHECIMENTO CIENTÍFICO	CONHECIMENTO TRADICIONAL
↓	↓
Conhecimento explícito (objetivo)	Conhecimento tácito (subjetivo)
Conhecimento da racionalidade (mente)	Conhecimento de experiência (corpo)
Conhecimento sequencial (lá e então)	Conhecimento simultâneo (aqui e agora)
Conhecimento digital (teoria)	Conhecimento analógico (prática)

Fonte: Rahman (2000, p. 04).

Curiosamente, Rezende (2008, p.47) cita: “no exato momento em que se prova a utilidade do saber tradicional para o desenvolvimento através da aplicação científica, ironicamente, ele tem as suas características tidas como tradicionais suprimidas.” Pois, conforme assinalam Ellen e Harris (1996), o saber tradicional é holístico, integrativo e situado em tradições culturais mais amplas e desse modo, separar o técnico do não técnico, o racional do não racional é uma tarefa problemática.

O conhecimento tradicional é válido em si, tem regimes diferentes do conhecimento hegemônico, “científico” (que aliás só unificou seus protocolos há cerca de 300 anos) e que essa diferença deve ser mantida. Ou seja, que é preciso manter em paralelo formas diferentes de produzir conhecimentos, não querer fundi-las uma na outra. Mas os resultados de todas são importantes e devem ser aproveitados. Um grande problema é a arrogância da “ciência” que tende a ignorar outras formas de conhecimento. (CUNHA, 2008).

Para Berkes (2009), o grande desafio está em fazer com que a ciência moderna aceite que existem formas de saber com bases

diferentes de cultura, semiótica e valores, e todos têm uma integridade e peculiaridade que os torna valiosos. Em vez de tentar misturar as diferentes bases de conhecimento, deve ser possível apreciar e respeitar as suas diferentes epistemologias e contextos culturais. Em meio a uma diversidade de culturas vem uma diversidade de significados, que conduz a uma diversidade de ações, salienta Pretty (2011).

O'Brien *et al.* (2013), ao examinar os benefícios e desafios da interdisciplinaridade participativa em modelos de produção do conhecimento, citam que entre os fatores estão: (a) quebra de barreiras entre conhecimento tradicional (entre pesquisadores e *stakeholders*²¹) e; (b) efetiva integração entre o conhecimento científico/acadêmico e o conhecimento local como novos modos colaborativos para produzir, mobilizar e implementar o conhecimento.

A carência de medidas de conciliação entre conhecimento das populações tradicionais e indígenas e o conhecimento científico como um *continuum*, em uma metodologia mediadora – entre atores e seus saberes é citada por Sillitoe (1999), Constanza (2003) e Stephenson e Moller (2009). Segundo os autores métodos que percebam e integrem diferentes níveis e tipos de conhecimentos, são capazes de gerar formas mais democráticas de ciência. Contudo, os autores reforçam a necessidade de considerar esses campos de conhecimento, e suas epistemologias, a partir de seus contextos culturais, espirituais e sociais. Questões que justificam a importância e a emergência da gestão do conhecimento tradicional serão apresentadas no capítulo 3 desta pesquisa.

Jules Pretty (2011) aborda a importância de novos compromissos entre diferentes conhecimentos e afirma que o conhecimento tradicional está se tornando mais amplamente reconhecido por instituições científicas. Conforme registrado por Philippi Jr. *et al.* (2000, p.277) “Reconhece-se, então, a necessidade de expandir as barreiras da interdisciplinaridade para além dos limites formais da ciência”. No entanto, ainda existem falsos dualismos que tendem a enfatizar a

²¹ ‘Stakeholders’ - Partes interessadas e envolvidas na questão. Podem ser caracterizados como ‘Interessados’ (POHL, 2008); ‘Não-cientistas’ (WALTER *et al.*, 2007); ‘Participantes não acadêmicos’, ‘Participantes sociais’ (TRESS *et al.*, 2004); ‘Representantes do grupo de pessoas afetadas’ (BALSIGER, 2004); ‘Representantes da indústria, governou e/ou sociedade civil’ (UITERKAMP, VLEK, 2007).

superioridade de um tipo de conhecimento sobre o outro (a ‘antiga’ dicotomia entre conhecimento popular e conhecimento científico) (PRETTY, 2011).

Por fim, destaca-se que as práticas multidisciplinares promovem a interconexão entre corpos de conhecimento e epistemes. Já as práticas interdisciplinares “invadem” diferentes campos de conhecimento e “integram” conceitos e métodos, produzindo novos corpos de conhecimentos entre disciplinas.

2.1.3 - Conhecimento tradicional – entre a tradição e inovação

Diegues *et al.* (2000) dizem que é por meio da tradição que padrões culturais são fundamentados e construídos ao longo de um processo lento, que permite aos povos tradicionais e indígenas adquirir consciência de sua cultura, dando sentido ao seu universo simbólico. O termo ‘tradição’ é frequentemente associado às ideias de antiguidade e de imutabilidade e como indicado por Little (2002), quando referido a um tipo de conhecimento, vem revestido de uma conotação de imobilidade histórica ou de atraso, em relação a outros conhecimentos. Quando é associado a uma população, esta também é percebida como atrasada e imutável. Little (2010, p. 14) afirma: “existe uma pluralidade de maneiras de fazer ciência, cada uma com seus métodos e finalidades próprias” e todas essas formas são dinâmicas, pois apresentam modificações diante de novos contextos.

Para Sáez (2001) o tradicional, assim concebido, seria estático, coletivo e integrado, em oposição à característica moderna que seria inovadora, individual e fragmentária.

Há uma tendência a assumir que tradicional implica todas ou algumas das seguintes noções: “muito antigo”, “histórico”, “inflexível” e “estático”. A utilização da palavra “inovações” na CDB indica a aceitação entre os Estados de que o CT pode ser tão inovador e inventivo quanto qualquer outro tipo de conhecimento “não tradicional”. A palavra “prática”, por outro lado sugere que técnicas e práticas rotineiras estabelecidas há muito tempo, podem continuar

sendo dinâmicas, adaptadas e merecedoras de proteção. (GERMAN-CASTELLI, 2004, p.77).

O sentimento de pertencimento (formas de vida presentes fortalecidas pelos referenciais do passado) constitui a memória coletiva de um povo (GIDDENS, 1991, 2002) e contribuem para a coesão social, sobretudo com que os indivíduos percebam a coletividade a que pertencem; como seu mundo social é organizado e quais os símbolos que regem suas vidas²². Nesta direção, segundo Giddens (1997, p.80) a “tradição é uma orientação para o passado de tal forma que este tem uma pesada influência ou, mais precisamente, é constituída para ter uma pesada influência sobre o presente.”

Sobre inovação, Bruce e Bessant (2002), indicam que esta pode ser concebida como um campo de produção de novas ideias, bens, serviços e práticas, que pretendem ser úteis. “Incluindo os conceitos de novidade, comercialização e/ou implementação”, enfatizam Popadiuk e Choo (2006, p. 303). Contudo, de acordo com Albagli (2006, p.19), “a promoção da inovação é frequentemente vista como algo desvinculado da promoção do desenvolvimento local e da inclusão social.”

A relação entre conhecimento gerado na e pela tradição, e desta forma visto como ‘localizado’, e os processos de inovação, é referida pela literatura. Segundo German-Castelli e Wilkinson (2002, p.90-91) os modos de preservação e renovação da biodiversidade biológica, caracterizados pelo manejo sustentável de práticas tradicionais, é uma forma legítima de inovação coletiva intergerações.

Tende-se hoje a considerar que a atitude inovadora e o grau de inovação explicam-se fundamentalmente pelas condições e influências sistêmicas que o entorno social exerce. A produção, a socialização e o uso de conhecimentos e informações, assim como a conversão destes em inovações constituem processos sociais cujos contornos são definidos pela história e pela cultura em cada território (...). Cada local ou região dispõe de diferentes

²² O homem precisa dessas fontes simbólicas para encontrar seu apoio no mundo, afirma Geertz (1989).

combinações de características e bens coletivos – físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos, institucionais – que influenciam em sua capacidade de aprendizado e inovação. (ALBAGLI, 2006, p.20).

Nijar (1996) assinala que tanto inovações quanto conhecimento tradicional são continuamente modificados, adaptados e construídos com base em algo já existente, portanto, constituem-se um saber cumulativo.

Um argumento frequentemente utilizado para justificar que o conhecimento tradicional seja tratado como um bem *res nullius* é a sua característica de ser coletiva, tácita ou não-codificável e indivisível. Porém, a literatura de inovação, particularmente a literatura evolucionista (neo-schumpeteriana) e da sociologia da inovação, nos demonstra que estas características também estão presentes na tecnologia *hightech*, tornando assim obsoletas as polarizações onde o conhecimento tácito era identificado com o local e o tradicional para ser definido contra ou substituído pelo conhecimento científico ocidental – universalista. (GERMAN-CASTELLI, 2004, p.3).

Os termos “tradição” e “inovação” aparecem *paripassu* no texto da Convenção de Diversidade Biológica (CDB/1992), que define conhecimento tradicional como “conhecimento, inovações e práticas das populações indígenas e comunidades locais contidos em estilos de vida tradicional.” Neste sentido, o uso da palavra “inovação” reflete a aceitação entre os Estados membros da CDB que o conhecimento tradicional pode ser tão inovador e inventivo como qualquer outro tipo de conhecimento “não-tradicional”. Concordando, German-Castelli (2004, p.76) refere-se ao conhecimento tradicional como um coletivo que abarca “conhecimento, inovações e práticas das populações indígenas e comunidades locais contidos em estilos de vida tradicional”, assim como “as tecnologias pertencentes a estas comunidades.”

Cannarella e Piccioni (2011) reconhecem a tradição e inovação como componentes complementares, referindo-se a esta associação pela expressão “Traditiovations”. “São exemplos de *traditiovations* a redescoberta, reinvenção, conservação, interpretação e aplicação pelos agentes locais (em cooperação com centros de pesquisa locais e universidade) de antigas práticas históricas” (p.693), readaptados por meio de processos de aprendizagem e suportados pelo uso das tecnologias.

Os movimentos indígenas, segundo Sousa Santos (2009), provam que a inovação se realiza tanto através do novo como do ancestral, já que “estes têm a seu dispor um passado pré-capitalista e pré-colonialista, antes de tudo”. Cunha e Almeida (2001)²³ dizem que “as populações tradicionais não estão mais fora da economia central nem estão mais simplesmente na periferia do sistema mundial” (...) começam a participar da economia da informação, pelas chamadas mercadorias de quarta geração, àquelas que possuem valor agregado ao conhecimento indígena ou local. “Entraram no mercado emergente dos “valores de existência”, como a biodiversidade e as paisagens naturais.”

Assim, forçosamente, o caboclo tornou-se um sujeito global (mesmo sem ter consciência disso) no que diz respeito à preservação do ecossistema amazônico em função de sua relação com a natureza. O ecoturismo para se desenvolver, apropriou-se dos recursos naturais locais e da cultura cabocla, entendendo pelo viés exótico também o *modus vivendis e o modus operandis* das sociedades amazônicas. (FONSECA, 2011, p.02).

Breve incursão pela Internet mostra grande variedade de roteiros de “etnoturismo”, “turismo rural” e de “contemplação” no Brasil. “As experiências têm ocorrido principalmente no Acre e no Amazonas, especificamente ligadas às Sociedades Indígenas. Contudo, inicia-se

²³ Publicado em *Unidades de Conservação*. Disponível: <http://uc.socioambiental.org>. Acesso em 25 de fevereiro 2014.

uma forte tendência acerca do turismo em Comunidades Quilombolas”, expõem Salgado e Santos (2011, p.3).²⁴

Como exemplo, destaque para o roteiro da Terra Indígena Sete de Setembro da tribo Suruí do município de Cacoal, na Rondônia, que propõe aos visitantes conhecer os hábitos e relações sociais de uma aldeia indígena²⁵ e, roteiros em várias comunidades quilombolas no estado do Mato Grosso.²⁶

A produção de artefatos culturais com destino turístico é um exemplo das culturas híbridas, destacadas por Canclini (2003, p.22). “(...) Seus produtos mantêm funções tradicionais (dar trabalho aos indígenas e camponeses) e desenvolvem outras modernas: atraem

²⁴ Os movimentos ambientalistas nas décadas de 80 e 90 desencadearam, em todo mundo o interesse para as paisagens naturais e formas singulares de vida, o chamado ecoturismo/etnoturismo. Essas variações de roteiros são classificadas pelos órgãos governamentais como formas sustentáveis de uso e preservação dos recursos naturais em diversas regiões do país e deram visibilidade às populações tradicionais e indígenas. Como estímulo, esses roteiros turísticos oferecem entre outros produtos, paisagens naturais, contato com povos nativos e suas produções simbólicas (artefatos) e, intercâmbio cultural.

²⁵ Gasodá Suruí, estudante de Turismo e criador do projeto, diz que pretende receber pequenos grupos de turistas e oferecer opções de programas culturais e passeios ecológicos na região. "Agora estamos na fase de planejamento, e nossas preocupações estão voltadas para a elaboração de um projeto sólido capaz de atender as necessidades do nosso povo. Diagnosticamos a região e fazemos levantamento de dados", explica Suruí. Disponível:<http://www.portaldomeioambiente.org.br/noticias/ecoturismo/3990-indios-criam-etnoturismo-na-amazonia>. Acesso em 7 de janeiro 2014. É dessa comunidade um importante exemplo de uso das mídias. “Ao utilizarem o *Google Earth* para mapear as suas terras e protegê-las do desmatamento através da parceria com a *Google Outreach*, braço social do *Google*, os suruí fotografam e registram as ações de desmatamento em suas terras, disponibilizando na internet essas informações e acionando, dessa forma, uma rede de instituições governamentais e não governamentais” (PEREIRA, 2012, p.19).

²⁶ A proposta de se criar Roteiros de Turismo Quilombolas surgiu em apontamentos do projeto de pesquisa de doutorado do professor da UNEMAT Antônio Estáquio de Moura, que conseguiu avanços como o reconhecimento destas comunidades junto a Fundação Palmares e outras entidades de apoio aos Quilombolas.

Disponível:<http://turismoruralmt.blogspot.com.br/2011/08/quilombolas-de-mato-grosso-em-breve.html>. Acesso em 19 de janeiro 2014.

turistas e consumidores urbanos que encontram nos bens folclóricos signos de distinção”, códigos que os bens industriais não oferecem. Neste sentido, “nem a modernização exige abolir as tradições, nem o destino fatal dos grupos tradicionais é ficar de fora da modernidade” (CANCLINI, 2003, p.239). É desse autor, o termo “reconversão”, usado para definir estratégias que buscam reinserir um patrimônio, um conjunto de saberes e técnicas em novas condições de produção e mercado. Para Canclini (2003, p.xxx) “a descolação dos patrimônios étnicos e nacionais, assim como a desterritorialização e a reconversão de saberes e costumes foram examinados como recursos para hibridar-se.”

Também são encontradas estratégias de reconversão econômica e simbólica em setores populares: os imigrantes camponeses que adaptam seus saberes para trabalhar e consumir na cidade ou que vinculam seu artesanato aos usos modernos para interessar compradores urbanos (...) os movimentos indígenas que reinserem suas demandas na política transnacional ou em um discurso ecológico e aprendem a comunica-las por rádio, televisão e *internet*. (CANCLINI, 2003, p.xxii).

As hibridações²⁷ ou reconversões ocorrem de forma mais acentuada em determinadas regiões onde as trocas são mais intensas, como exemplo, as fronteiras geográficas. Os recursos tecnológicos não são neutros, “sua simples inovação formal implica mudanças culturais, mas o significado final depende dos usos que lhes atribuem os agentes” salienta Canclini (2003, p. 240). O autor considera a necessidade de preocupar-se menos com as perdas de características próprias (aspectos de tradição e identidade) do que com suas transformações, pois, contraditoriamente, situa, a modernização e comércio de suas produções

²⁷ Marshall Sahlins tece críticas ao conceito de síntese do termo hibridação aplicado ao modo como a cultura indígena ‘lida com a sociedade globalizada’. Segundo o antropólogo “a hibridação é a noção de que uma coisa veio daqui, outra veio de lá, mas não há nenhum senso de ordem: não há princípio de ordenação, só mistura de coisas. O que estou tentando dizer é que há ordenação desse processo e, desde que essas pessoas sejam capazes de reter a integridade do território e da comunidade, cabe a elas essa ordenação” (PEIXOTO *et al.*, 2004, p.95).

Ihes permite manter aspectos de sua identidade étnica e novas formas de sobrevivência e renda.

(...) conhecimento gestado a partir da realidade e das necessidades locais é relevante tanto para se obter vantagem competitiva, transformando as características e atributos específicos de cada território em valorização econômica, como também para promover padrões de desenvolvimento mais sustentáveis, em termos sociopolíticos, econômicos e ambientais. (ALBAGLI, 2006, p.20).

Nesta direção, a pesquisa de Netto e Fialho (2014) expõe o contexto de duas comunidades tradicionais: as rendeiras de bilro da Lagoa da Conceição no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina e as paneleiras de goiabeiras da cidade de Vitória, no Espírito Santo. Ambas as comunidades estão vinculadas às políticas públicas municipais e, por conseguinte, à figura de gestores culturais, como coordenadores das atividades desenvolvidas.²⁸

A pesquisa se propôs a evidenciar quais são as principais mudanças nos modos de produção dos artefatos (painéis de barro e rendas de bilros), compreendendo seu significado para as comunidades e, se ocorrem iniciativas de inovação na sua produção. Como resultados, foram identificadas variações em praticamente todo o ciclo de produção, modificando, dessa forma, os processos tradicionais. Em linhas gerais, segundo Netto e Fialho (2014):

(1) Verificou-se mudança na divisão das tarefas que tradicionalmente, homens e mulheres desenvolviam. As mulheres trabalhavam na moldagem e polimento das painéis de barro, os homens eram responsáveis por buscar o barro, coletar no mangue o material para

²⁸ O espaço de trabalho das paneleiras é um barracão de propriedade da Associação de Paneleiras de Goiabeiras e o projeto é gerido pela Secretaria da Cultura do município de Vitória-ES. O Casarão das Rendeiras é um espaço público, situada no 'coração' da Lagoa da Conceição em Florianópolis-SC, está sob a gestão da Fundação Franklin Cascaes, subordinada ao poder público municipal.

obter o tanino²⁹, fazer a fogueira e queimar as panelas. Atualmente homens e mulheres participam de todas as fases do processo (da busca do barro até a queima e comercialização das panelas). No universo das rendeiras, há um dito popular que diz “onde há rede, há renda”. Enquanto os homens passavam vários dias no mar, as mulheres se dedicavam aos afazeres do lar e à confecção das rendas, que serviam a própria rendeira ou como complemento da renda familiar. Atualmente essa não é uma atividade exclusivamente feminina, há homens manuseando os bilros e produzindo rendas.

(2) Tradicionalmente, as panelas tinham poucas variações em seus formatos e tamanhos, eram redondas, com cabos (pequenas alças) nas laterais e com tampas lisas, sem ornamentos. As rendas eram feitas com finos fios de algodão e usadas como enfeites para roupas (golas, detalhes nos bolsos e mangas); em colchas, toalhas e paninhos de enfeite. Tanto panelas como rendas tinham destino local, eram comercializadas na própria comunidade ou cidades mais próximas, tendo seu significado fundamentalmente vinculado a sua importância (e necessidade) de uso. Atualmente, as panelas são produzidas em diferentes formatos e tamanhos, suas tampas são enfeitadas por desenhos de peixes ou ainda com a frase tipicamente turística, “Lembrança de Vitória (ES)”. Também as rendas apresentam variações no uso dos fios sintéticos coloridos, nos modelos e tamanhos das peças. Nas duas comunidades pesquisadas, nota-se que as produções estão vinculadas ao desenvolvimento turístico. Representam um “atrativo local”, e significam novos modos de subsistência para a comunidade.

(3) Nas comunidades pesquisadas pode haver “quebra” de um elo da tradição (como continuidade), pois segundo as informantes da pesquisa, as gerações mais novas (filhos e filhas de rendeiras e

²⁹ Tinta produzida com a casca do mangue vermelho macho (*Rhizophora mangle*) que dá a coloração escura às panelas e imuniza contra fungos. “Para obter o tanino que tingem as panelas, o casqueiro, sempre na maré baixa, entra no manguezal com sua canoa, escolhe uma árvore e bate na casca até soltá-la do tronco. Depois de socadas, as cascas do mangue-vermelho são maceradas e postas de molho na água por alguns dias, transformando-se na tintura de tanino que é aplicada nas panelas após a sua queima” (...) “só retiram a casca de um dos lados do tronco, em pouca quantidade, procedimento que não prejudica a árvore e o ecossistema do manguezal”. Disponível: <http://correiogourmand.com.br>. Acesso em 23 de abril de 2015.

paneleiras) em grande maioria, não querem aprender o ofício. Nogueira e Sassi (2007, p.101) em pesquisa junto à comunidade caiçara no estado de Alagoas, firma essa problemática:

O desinteresse da nova geração pela profissão do pescador é decorrente das atenções voltadas para a atividade produtiva estimulada pela expansão do processo mercantilizante e dos contatos frequentes com outros valores culturais adquiridos através da população flutuante ou dos meios de comunicação de massa. Isto cria, na comunidade, as condições concretas que propiciam a introjeção e aspirações de um modo de vida citadino.

Reitera-se que nas duas comunidades pesquisadas por Netto e Fialho (2014) há, predominantemente, mulheres adultas na preservação e socialização do conhecimento tradicional. Esta questão é destacada no estudo de Samal e Dhyani (2006, p.104), realizado em uma comunidade indiana, que mostra as mulheres como ‘guardiãs’ e ‘repositórios’ do saber, responsáveis pela preservação de práticas milenares de cultivo de plantas medicinais e agentes estratégicos em práticas de inovação e, na gestão sustentável dos recursos. Também está a par do que diz a CDB (1992) sobre considerar que as mulheres desempenham “papel vital” na preservação do conhecimento tradicional.

Destaca-se a capacidade de resiliência destas populações, que cada vez mais, têm se engajado em movimentos e ações destinados à recuperação de sua autonomia e autodeterminação³⁰. “Preservar o diverso, o diferente, o singular, passou a ser um exercício de proteção à diversidade das culturas”, citam Abreu e Nunes (2012). Também para

³⁰ Por definição, o termo Autodeterminação segundo Ferreira (2010, p.73): Princípio segundo o qual um Estado tem o direito de escolher sua própria forma de governo e ideologia. Estado ou condição de agente. Agente: Forma linguística que expressa o executor de uma ação; agentivo. O princípio ou o sujeito de uma ação. De acordo com Resende (2014, p.123) “O conceito de autodeterminação não é fixo.” “Seu conteúdo semântico mudou ao longo do tempo, adaptando-se às diferentes situações que o colocaram como demanda legítima dos povos.” No século XX o termo é usado em “conferências socialistas, nos discursos de defesa dos povos oprimidos e, no imediato pós-Primeira Guerra Mundial, para dar conta das questões relativas às minorias étnicas na Europa.”

Perrelli (2008) as populações indígenas vêm demonstrando uma enorme capacidade de resistência e cada vez mais têm se engajado em movimentos e ações destinados a recuperação de sua autonomia e autodeterminação.

Pretty (2011) ao apresentar o caso das populações Maori no sul da Nova Zelândia diz que é notável sua resiliência frente às mudanças socioambientais, que demonstra em grande sentido, capacidade de absorção dessas mudanças ao mesmo tempo em que persistem, ainda que vulneráveis, em suas práticas singulares. Entretanto, “resiliência não implica nenhuma mudança cultural, mas sim, sugere a necessidade de manter os componentes naturais e sociais fundamentais de culturas em face da mudança impulsionada externamente” (p.132-33).

Neste sentido, é possível dizer que há reinvenção das tradições como forma de inserção na sociedade atual, conforme citado por Diegues *et al.* (2000, p.25) “as dinâmicas internas de produção e reprodução da vida social sofrem adequações gradativas, em grande parte não planejadas, mas sempre criativas, às imposições decorrentes dos laços com o mercado e à ininterrupta luta política para preservação do território tribal e de seus recursos naturais.”

Para o mercado e para a mídia o popular não interessa como tradição que perdura. Ao contrário, uma lei da obsolescência incessante nos acostumou a que o popular, principalmente por ser o lugar do êxito, seja também o da fugacidade e do esquecimento. (CANCLINI, 2003, p.260).

Ações institucionais, pesquisas científicas ou ainda projetos que integram conhecimento científico e conhecimento tradicional e que tenham por objetivo ‘revitalizar’ comunidades tradicionais, devem sustentar quatro componentes intrínsecos: (1) crenças, significados e visões de mundo; (2) os meios de vida, práticas e sistemas de gestão de recursos; (3) bases de conhecimentos e linguagens e; (4) as instituições, normas e regulamentos (PRETTY, 2011).

Sem o estabelecimento de ambientes propícios à geração, à incorporação e à disseminação de conhecimentos, não se pode garantir a sobrevivência, a manutenção ou o crescimento consistente dos agentes produtivos, nem, muito

menos, o desenvolvimento socioeconômico dos ambientes em que se inserem. O desafio é associar tais estratégias à inclusão dos segmentos sociais marginalizados e ao respeito à diversidade cultural. (ALBAGLI, 2006, p.19).

UNCTAD (2000) enfatiza que em longo prazo, o desenvolvimento econômico sustentável de populações indígenas e comunidades locais, pode depender de suas habilidades em aproveitar benefícios econômicos derivados de seus conhecimentos tradicionais. As tecnologias e inovações tradicionais, que pela sua própria natureza são adaptadas às necessidades locais, podem contribuir para atingir um desenvolvimento econômico viável e ambientalmente sustentável. Torna-se, neste sentido, conveniente às populações intensificar a oferta e comercialização de produtos derivados desses conhecimentos.

Para Albagli (2006, p.21) “Essa dimensão cognitiva do desenvolvimento local coloca importantes desafios conceituais, metodológicos e políticos, particularmente no caso do Brasil. É fundamental reconhecer e capitalizar os conhecimentos específicos de cada território”, valorizando a sua diversidade cultural. Nesta visão, políticas desenvolvidas junto a essas comunidades devem considerar suas variáveis, ampliando sua capacidade de inovação e desse modo, promover a “afirmação social dos diferentes extratos e territórios no cenário em transformação.”

Em que pesem as considerações feitas até aqui, é inegável que o advento da sociedade de consumo no setor turístico atinge alto grau de massificação e constitui-se uma indústria que transforma roteiros, lugares, paisagens em mercadorias, as quais estão vinculadas ao desenvolvimento econômico e a formas diferenciadas de reprodução cultural. Contrária à noção de que as novas tecnologias representam o “declínio da importância da dimensão territorial”, Albagli (2006, p.20) cita que as transformações geradas pela dinâmica técnicoeconômica, “têm sido acompanhadas da afirmação e da maior visibilidade das diferenças socioespaciais, inclusive como fontes de diferenciação inovativa, projetando a importância do desenvolvimento local.”

2.2 - O CONTEXTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E INDÍGENAS BRASILEIRAS

Por meio de uma revisão integrativa da literatura³¹ foi possível identificar questões fundamentais que norteiam a diversidade de populações tradicionais em vários países do mundo e as especificidades de populações tradicionais e povos indígenas brasileiros, explicitando “a profusão de discordâncias semânticas que despertam” (MOREIRA, 2007). A exemplo do que destacou-se sobre as diferentes definições do conhecimento tradicional, na seção 2.3, o mesmo ocorre com as definições conceituais de povos tradicionais e populações indígenas brasileiras.

2.2.1 - Elementos conceituais de populações tradicionais e indígenas brasileiras

O uso dos termos “povos tradicionais”, “populações tradicionais”, “populações locais” ou “sociedades tradicionais” é complexo e abrangente. Contudo, conforme Cunha e Almeida (2001) a abrangência não pode ser transformada em confusão conceitual. Também as palavras “índio” ou “indígena”, alegoria³² criada pelos colonizadores europeus é emblemática. “O termo índio foi uma expressão homogeneizadora e estereotipada da complexidade sócio-

³¹ A coleta e organização dos dados são apresentadas no Capítulo 4 – Instrumentos e Métodos.

³² Conforme Ferreira (2010, p.95-96) alegoria significa “Exposição de um pensamento sob forma figurada; Ficção que representa uma coisa para dar ideia de outra. Chalmers (2002, p.110) diz que o modernismo de Oswald de Andrade usa a figura do índio como alegoria da nacionalidade e metáfora de canibalismo (devoração dos valores culturais do estrangeiro e sua transformação num produto cultural autóctone, assimilando a técnica avançada do colonizador à técnica “atrasada” da cultura periférica ao sistema cultural dominante). “(...) o índio enquanto personagem foi representado de outra forma, ou seja, como busca de uma identidade brasileira e latino-americana esfacelada ou difusa, em que mito e realidade se cruzam” (PEIXOTO *et al.*, 2004, p.136). A figura de Macunaíma, obra modernista de Mario de Andrade, é uma alegoria da miscigenação, do caráter e moral do povo brasileiro.

cultural desses povos, mas que foi engendrado e aceito por populações não brancas”, situa Silva (2010, p.84).

Little (2002, p.02) salienta que “no Brasil, esse grande leque de grupos humanos costuma ser agrupado sob diversas categorias”: “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades”, “culturas” e cada uma tende a ser acompanhada por um dos seguintes adjetivos: “tradicionais”, “autóctones”, “rurais”, “locais”, “residentes”, entre outros.

Perrelli (2008, p.385) enfatiza que o “termo ‘população’ parece ter pouco compromisso com a historicidade que confere diferenças culturais a um determinado grupo de pessoas” e a “denominação ‘povo’ é uma categoria atrelada à lógica do Estado-Nação.”³³ Neste sentido, segundo a autora, a categoria “sociedade” parece ser mais aceita por pesquisadores brasileiros, sendo inclusive adotada pela pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas do Brasil (NUPAUB) da Universidade de São Paulo (USP) que resultou no relatório “Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil”³⁴, organizado por Diegues *et al.* (2000).

Assim, neste relatório estamos utilizando a noção de “sociedades tradicionais” para nos referirmos a grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES *et al.*, 2000, p.22).

³³ Segundo Bresser-Pereira (2007) O estado-nação, que, como sua própria denominação sugere, tem o estado como seu elemento constituinte fundamental, é o principal resultado político da revolução capitalista. O Estado-nação surge quando uma sociedade que está se transformando em nação possui força suficiente para se dotar de um Estado e controlar um território.

³⁴ Trabalho solicitado pela Coordenação de Diversidade Biológica (COBIO), do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA) e apoiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

A distinção entre populações indígenas e não indígenas está no conceito de etnia e no reconhecimento de uma continuidade sociocultural, histórica e identitária. São consideradas populações tradicionais não indígenas os grupos: caíçara, açoriano, caipira, babaçueiro, jangadeiro, pantaneiro, pastoreio, quilombola, ribeirinho/caboclo amazônico, ribeirinho/caboclo não amazônico (varjeiro), sertanejo/vaqueiro e pescador artesanal.

Barrera-Bassols *et al.* (2006, p.122) asseveram que existem povos tradicionais em diversas realidades sociais, com diferentes tipos de cultura, história política e formas de subsistência. No entanto, eles compartilham duas características fundamentais: (1) sua condição de povos subordinados e, (2) seus esforços de resistência para preservar o seu patrimônio cultural e histórico identificando-se contra a homogeneização ou assimilação cultural.

Allegretti (1994) diz que o conceito de populações tradicionais está atrelado ao processo histórico de formação das Unidades de Conservação (UC) de Uso Sustentável na Amazônia, as Reservas Extrativistas – RESEX. Contudo, para Silva (2010, p.84) “não existe um modelo de população tradicional.”

O que existe são populações que por causa de algumas características gerais, podem ser denominadas como “tradicionais”, em que pese esses aspectos comuns não serem os mesmos em todos os ambientes, nem do ponto de vista quantitativo, nem qualitativo. As diferenças existem e são claramente justificadas, pois essas populações estão colocadas em realidades próprias de cada território, o que lhes inflige processos sócio-culturais e econômico-ambientais peculiares a seus contextos. Essas diferenças relacionam-se ao meio em que vivem, ao sistema de produção e proximidade com mercados consumidores, bem como ao modo de vida que levam cotidianamente, ao nível de suas organizações, tradições e construções simbólicas herdadas. (SILVA, 2010, p. 84).

Ao ser questionada sobre quem são povos tradicionais brasileiros, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (2008, p.03), responde:

Os direitos que se reconhecem hoje a povos tradicionais em geral se fundamentam nos serviços ambientais que eles prestam. A exceção são os povos indígenas cujos direitos têm um fundamento diferente: baseiam-se no fato histórico de que são eles os primeiros ocupantes. Tendo isso em mente, a definição de povos tradicionais torna-se simples. São os povos que aderem a uma tecnologia e a práticas semelhantes às que vigoravam tradicionalmente e que não são lesivas ao meio ambiente.

Contextualizando a formação das sociedades tradicionais, Arruda (1997) argumenta que a colonização portuguesa em solo brasileiro no século XVI implantou um modelo sociocultural de adaptação ao meio, com ocupação do espaço e utilização dos recursos naturais marcadamente influenciadas pelas populações indígenas. Estas práticas de exploração intensiva de recursos naturais desenvolveram-se em várias regiões brasileiras, desencadeando o surgimento e crescimento de núcleos populacionais com produção econômica baseada na monocultura, extrativismo e trabalho escravo. “O litoral no ciclo do pau-brasil, o Nordeste no ciclo da cana-de-açúcar, os Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás no ciclo do ouro e pedras preciosas, os Estados de Amazonas e Pará no ciclo da borracha, etc.” (ARRUDA, 1997, p.82).

Por essas vias se plasmaram historicamente diversos modos de ser dos brasileiros, que permitem distingui-los hoje, como sertanejos do Nordeste, caboclos da Amazônia, crioulos do litoral, caipiras do Sudeste e centro do país, gaúchos das campanhas sulinas, além de ítalo-brasileiros, teuto-brasileiros, nipo-brasileiros etc. Todos eles muito mais marcados pelo que têm de comum como brasileiros, do que pelas diferenças devidas a adaptações regionais ou funcionais, ou de miscigenação e a culturação que emprestam fisionomia própria a uma ou outra parcela da população. (RIBEIRO, 1995, p. 21).

Populações miscigenadas, geradas durante o fluxo migratório da colonização, refugiaram-se em áreas menos povoadas e ricas de recursos naturais, desenvolvendo modos próprios de subsistência, baseadas principalmente na coletividade. Algumas populações não indígenas assumem as formas de organização dos povos indígenas, criando uma “cultura rústica”. As “características desta ‘cultura rústica brasileira’ estão ainda hoje nas comunidades humanas em regiões isoladas do país e exemplos empíricos são as comunidades caiçaras, os sítiantes e roceiros tradicionais, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas” (ARRUDA, 1997, p.92).

No modelo de “cultura rústica” as famílias são as unidades de produção e consumo que, através de relações de ajuda baseadas na reciprocidade (na instituição do “mutirão”, nas festas religiosas, etc.) se articulam umas com as outras em estruturas frouxas, mas mais abrangentes que constituem os ‘bairros rurais’. Embora relativamente autônomos, esses “sítiantes tradicionais” sempre mantiveram certa relação de dependência com os pequenos núcleos urbanos, com os grandes proprietários rurais e as autoridades locais, expressa nas categorias de meeiros, parceiros, posseiros, pequenos proprietários e colonos. (ARRUDA, 1997, p.82).

Também para Diegues *et al.* (2000), as populações tradicionais não-indígenas (caiçaras, ribeirinhos amazônicos, sertanejos, etc.) receberam forte influência indígena, traços evidenciados nos modos de preparação de alimento, cerâmica, técnicas de construção de instrumentos de caça e pesca, entre outros.

Um aspecto relevante na definição dessas culturas tradicionais é a existência de sistema de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, e pela sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Esses sistemas tradicionais de manejo não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de

conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, por intermédio de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais. (DIEGUES *et al.*, 2000, p.20).

Os autores citados destacam como especificidades que compõem os atributos de populações tradicionais e indígenas:

a) Dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um *modo de vida*;

b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;

c) Noção de território³⁵ ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;

d) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;

e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;

f) Reduzida acumulação de capital;

³⁵ A posse e uso de determinado domínio geográfico ou território, gera o sentimento de pertencimento ao local como um espaço de vida, onde há garantias e direito ao plantio e colheita, a criação de espaços para o desenvolvimento de práticas coletivas como escolas e postos de saúde, entre outras, além de espaço destinado aos mortos. Para Gallois (2004, p.39), “A noção de terra indígena diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do estado, enquanto a de “território” remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial”. Vale ressaltar que o conceito de “território indígena” abarca aspectos cosmológicos (GERMAN-CASTELLI, 2004), além do elemento “terra indígena”. Segundo Lima e Vieira (2012, p.08) “o território envolve associações ao espaço através das experiências vivenciadas por pessoas que reafirmam seus vínculos identitários.”

g) Importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas;

i) Tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;

j) Fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;

k) Auto identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

Retomando a reflexão desta seção, Cunha e Almeida (2001) situam que, obstante as populações tradicionais tenham assumido os povos indígenas como modelos, a categoria ‘populações tradicionais’ não os inclui. A separação assenta-se sobre uma distinção legal fundamental: os direitos territoriais indígenas não são qualificados em termos de conservação. Todavia, do ponto de vista teórico e conceitual, segundo Silva (2010, p.86) pode-se, perfeitamente, colocar os povos indígenas no rol das assim denominadas populações tradicionais.

Geralmente, as populações indígenas não são colocadas como populações tradicionais, talvez porque apresentem diferenças e especificidades históricas no seu processo de vivificação frente ao Estado, apresentando legislação e amparo institucional próprios, e estão ligadas à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (SILVA, 2010, p.86).

De acordo com Diegues e Arruda (2001), os povos tradicionais não somente convivem no e com a natureza, mas também pensam sobre ela, “elaboram categorias próprias com as quais nomeiam, classificam, ordenam e experimentam a sua eficácia nos planos práticos, simbólico e espiritual.” Para Pinheiro *et al.* (2006) estes povos não são sinônimos de populações atrasadas, nem seus saberes, muitas vezes caracterizados

como uma antecipação da sociedade futura, por serem conservacionistas em relação à natureza.

Contudo, advertem Lima e Pozzobon (2005, p. 50), “a categoria “índio” não está necessariamente associada à sustentabilidade, nem a de “branco” à insustentabilidade, embora se atribua às sociedades indígenas a herança da sustentabilidade e à população branca o papel oposto.”

O que faz um grupo social ser identificado como tradicional não é a localidade onde se encontra, ele pode estar em uma unidade de conservação, terra indígena, terra quilombola, à beira de um rio da Amazônia, num centro urbano, numa feira, nas casas afro-religiosas, nos assentamentos da reforma agrária, enfim, não é o local que define quem elas são, mas sim seu modo de vida e as suas formas de estreitar relações com a diversidade biológica, em função de uma dependência que não precisa ser apenas com fins de subsistência, pode ser também material, econômica, cultural, religiosa, espiritual, etc. (MOREIRA, 2007, p.36).

Em geral, essas comunidades coexistem com grupos de poder hegemônico nos centros urbanos e; sua noção de (não) pertencimento está na autoidentificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. Importante registrar que “há entre eles um grande conhecimento empírico do mundo em que vivem e das particularidades do ecossistema regional” (ARRUDA, 1997, p.89).

Como ressaltando por Lima e Pozzobon (2005, p.50-54), “não são os atributos de etnicidade, classe ou orientação econômica de um dado segmento social que definem, por si, seu comportamento em relação ao ambiente, mas a conjugação particular de suas características sociais em um dado momento e lugar.” Segundo os autores citados, os povos indígenas amazônicos são formados pelos seguintes grupos sociais:

a) Povos indígenas de comércio esporádico – ocupam as áreas menos acessíveis e que estão mais distantes das rotas de mercado. São populações que ainda mantêm inalterados seus conhecimentos “mitógenos” sobre o ambiente; natural - grupos indígenas que mantêm

relações comerciais recorrentes com a sociedade local e regional demonstram compreender bem melhor as operações monetárias e o valor relativo das mercadorias.

b) Povos indígenas de comércio recorrente - abrange uma grande diversidade de situações sociais – incluindo, na verdade, a maioria dos povos indígenas da Amazônia –, cujo traço comum é o fato de que a produção para a venda já é incorporada nas práticas culturais. Em geral, trata-se de povos localizados ao longo das principais vias de comunicação.

c) Povos indígenas dependentes da produção mercantil - grupos que, ao perderem sua capacidade de produzir diretamente os principais recursos para sua sobrevivência, passaram a depender do mercado para obter o consumo básico. Entre os grupos que compõem esta categoria, a pior situação é a das terras indígenas pequenas e localizadas nas proximidades de centros urbanos. Porque apresentam altas densidades demográficas e elevadas demandas sociais de consumo, os recursos naturais que constituem a base da subsistência de outros grupos, como a caça e outros produtos da extração florestal, foram esgotados;

d) Pequenos produtores “tradicionais” - população originária do processo de colonização ibérica da Amazônia. Desde o início, este camponês moderno (produto do projeto colonial mercantil), recebeu de forma impositiva um padrão cultural de consumo de artigos manufaturados que, por ser um dos requisitos para se aproximar da condição de civilizado, foi a razão por que se tornou produtor voluntário de mercadorias. Coletor de drogas do sertão, de borracha, de castanha, de juta e malva, agricultor de pequena escala, caçador, pescador etc., foram vários os trabalhos que lhe couberam ao longo dos diversos ciclos que caracterizaram a história econômica da Amazônia.

Estudos que investigam a relação entre seres humanos e plantas, a etnobotânica³⁶ tem incluído os saberes das populações tradicionais (BÜTTOW *et al.*, 2009), que “fornecem respostas

³⁶A Etnobotânica aborda a forma como as pessoas incorporam as plantas em suas práticas e tradições culturais (BALICK; COX, 1997). Pode ser caracterizada como “a disciplina que se ocupa do estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito do mundo vegetal; esse estudo engloba tanto a maneira pela qual um grupo social classifica as plantas, como os usos que dá a elas” (GERMAN-CASTELLI, 2004, p.88).

importantes tanto para problemas de conservação biológica, como para questões direcionadas para o desenvolvimento local”, explicam Giraldi e Hanazaki (2010). Povos tradicionais e indígenas tem seu conhecimento derivado de uma forte base espiritual e segundo Posey (1999) nestas culturas, o conhecimento é universal e localmente expresso. Seus conhecimentos sobre o ambiente não são determinados pela ação do homem e a natureza, mas regidos por forças invisíveis e seu local (território) é tratado como espaço sagrado.

Conforme citam Posey e Dutfield (1996), o direito que povos indígenas reivindicam é anterior à formação dos Estados atuais e às formações das sociedades colonialistas. As diferenças entre conhecimento tradicional e conhecimento indígena, segundo Mugabe (1998) está nas reivindicações políticas feitas por ambos, sendo àquelas feitas por povos indígenas, mais amplas. Contribuindo com a questão German-Castelli (2004) cita que as comunidades locais, que incorporam estilos de vida tradicionais, são inflexíveis em suas demandas pela posse da terra, segurança econômica, e controle local sobre os recursos e tomada de decisões. Porém, em geral, eles não expressam estas demandas em termos de direitos de soberania e autodeterminação, assim como fazem os povos indígenas.

Continuando com a autora, “embora alguns dos direitos reivindicados pelos povos indígenas e pelas comunidades locais se sobrepõem, as demandas dos povos indígenas tratam de uma identidade política e étnica separada do Estado dentro do qual vivem, enquanto que as demandas dos grupos não-indígenas não.” Neste sentido, “reter” sua identidade como forma e conteúdo singular é, para os povos indígenas marcar uma identidade única e assim, ter garantias de seus direitos como “povos” (GERMAN-CASTELLI, 2004, p.202).

No âmbito legal, o Estatuto do Índio, Lei nº 6.001, de 19 de Dezembro de 1973, retrata a visão predominante na década de 1970, de preservar a cultura dos povos indígenas, integrando-os à cultura do homem branco, destinando à escola a função de promotor da integração. O mesmo documento, em seus aspectos legais, em seu artigo 3º define:

I - Índio ou Silvícola - É todo indivíduo de origem e ascendência pré-colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional. (BRASIL, 1973).

A Constituição Federal de 1988 não especifica critérios de identidade indígena, apenas institui as competências do Estado em demarcar as terras dos povos indígenas e garantir os seus direitos básicos. No capítulo VIII, artigo 231 do referido documento,

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (BRASIL, 1988).

Com a promulgação da Convenção 169 da OIT em 2004, há premissas que passam a garantir ser a “consciência da identidade indígena” critério fundamental para definir quem são os indígenas. Ainda que esses documentos oficiais firmem sérios compromissos com a questão da autoidentificação indígena, na prática, não é o que se assiste, pois atualmente podem ser diversos os interesses que levam à adoção dos termos autoidentificação ou autoafirmação da identidade indígena³⁷.

Ao se referir a grupos indígenas brasileiros, essa pesquisa adota a expressão “população indígena”, entendendo-a “como um conjunto de habitantes de um território” (FERREIRA, 2010, p.1677), como uma categoria que constitui o “povo brasileiro”, assim como outras populações tradicionais existentes no país.

³⁷ Segundo Ferreira (2010, p. 244-245) **Autoafirmação**: Necessidade íntima do indivíduo de impor-se à aceitação do meio; afirmação. O termo **Autoidentificação** não consta no referido dicionário. Na seção 2.2.3 - Situação de povos indígenas brasileiros segundo o Censo IBGE 2010- segundo dados do IBGE entre os fatores que incentivam sujeitos a se autodefinirem “indígenas” está o acesso a benefícios ou “incentivos governamentais”(IBGE/2010, 2012(c)). Outro fator a ser ressaltado é acesso ao ensino superior por meio da Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012, com critério de cor (preto, pardo ou índio) autodeclarado. Disponível: <http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html>. Acesso em 16 de setembro de 2015.

2.2.2 - Marcos constitutivos da legislação brasileira sobre populações tradicionais e indígenas e instrumentos legais de proteção e uso de seus conhecimentos

A Constituição Brasileira de 1988 reconhece os direitos à diversidade cultural, incluindo preservação e restauro dos processos ecológicos essenciais, manejo ecológico das espécies e ecossistemas e preservação da diversidade e a integridade do patrimônio genético do País. Garantindo a fiscalização de entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético (Capítulo VI - art. 225) e aos territórios, modos de vida, costumes e línguas, crenças e tradições indígenas (Capítulo VIII - art. 231 e 232) (BRASIL, 1988).

A expressão “população tradicional” foi instituída legalmente no Brasil, no art. 23 da Lei nº 9.985/2000, que trata da criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)³⁸ e sob sua égide, as Unidades de Conservação (UC).³⁹ Em seu Artigo 4, destaca o

³⁸ A adoção do termo “populações” (seguido por “tradicionais”, “locais”, “residentes”, “humanas” e “extrativistas”) pela Lei que instituiu o SNUC (Brasil, 2000) sofreu alterações no I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em Luiziana (GO), em 2006. O Decreto Presidencial n.6.040, de 7 de fevereiro de 2007, alterou esta situação inserindo, em seu artigo terceiro, a definição de Povos e Comunidades Tradicionais (em substituição ao termo população).

³⁹ O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o conjunto de unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos: aquelas que precisam de maiores cuidados, pela sua fragilidade e particularidades, e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável e conservadas ao mesmo tempo (...). Além disso, a visão estratégica que o SNUC oferece aos tomadores de decisão possibilita que as UC, além de conservar os ecossistemas e a biodiversidade, gerem renda, emprego, desenvolvimento e propiciem uma efetiva melhora na qualidade de vida das populações locais e do Brasil como um todo. (BRASIL, 2000). Estão divididas em dois grupos: (1) As unidades de proteção integral - não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico. Estão nesse grupo as Estações Ecológicas (ESEC), Reservas Biológicas (REBIO), Parques Nacionais (PARNA), Monumentos Naturais (MONAT), Refúgios de Vida Silvestre (RVS); (2) As unidades de conservação de uso sustentável - admitem a presença de moradores e têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. São as Áreas de Proteção

seguinte objetivo: “Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.”

Em seu Artigo 27 o SNUC instituiu que as UC devem dispor de um plano de manejo a “fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas” e em sua elaboração, “será assegurada a ampla participação da população residente”. Definem como órgãos executores, prioritariamente, o Instituto Chico Mendes e o IBAMA (BRASIL, 2000).

Assim, as Unidades de Proteção Integral, segundo o texto do SNUC, têm por objetivo “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (art. 7º, §1º). Já as Unidades de Uso Sustentável visam “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (art. 7º, §2º). Por uso sustentável, esta lei indicou como entendimento a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.” (art. 2º, inciso XI) (MEDEIROS, 2006, p.57).

Ainda segundo Medeiros (2006) o SNUC foi um instrumento que incorporou de uma única vez, parte das áreas protegidas previstas pela legislação brasileira e “abriu espaço para que novas categorias fossem criadas ou incorporadas a partir de experiências originais desenvolvidas no país” (p.57).

O Decreto de 13 de julho de 2006, publicado no Diário Oficial da União no dia 14 de julho de 2006 aprova a criação e denominação oficial da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das

Ambiental (APA); Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE); Florestas Nacionais (FLONA); Reservas Extrativistas (RESEX); Reservas de Fauna (REF); Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

Comunidades Tradicionais (CNPCT).⁴⁰ E em 7 de fevereiro de 2007 o Decreto 6.040 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Esta política propõe ações intersetoriais e integradas com seguinte objetivo:

Promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, no fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007).

Este documento elege três categorias, necessárias à compreensão e implementação da referida Política Pública:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Territórios Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações e;

⁴⁰ É constituída por 15 representantes de órgãos e entidades da Administração Pública Federal e 15 representantes de organizações não governamentais. Atualmente a CNPCT destaca a participação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade entre as representatividades da Administração Pública Federal e da sociedade civil, os Agroextrativistas da Amazônia, Caiçaras, Comunidades de Fundo de Pasto; de Terreiro e Remanescentes de Quilombos, Faxinais, Geraizeiros, Pantaneiros, Pescadores Artesanais, Pomeranos, Ciganos, Indígenas, Quebradeiras de coco-de-babaçu, Retireiros e Seringueiros. Disponível: <http://www.mds.gov.br>. Acesso em março de 2014.

Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltados para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras. (BRASIL, 2007).

Como instrumentos de implementação, a PNPCT elege: (1) os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; (2) a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006; (3) os fóruns regionais e locais e; (4) o Plano Plurianual. A CNPCT realizou ainda, a criação de instâncias que buscam propor e monitorar ações voltadas ao alcance dos objetivos específicos dessa política pública. São as Câmaras Técnicas Permanentes de Infraestrutura, Fomento e Produção Sustentável, Inclusão Social e Acesso aos Territórios e aos Recursos Naturais.

A Resolução nº 83, de 19 de maio de 2011, designa o Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sua criação está ancorada, principalmente pela ineficiência de políticas públicas que desenvolvem estratégias para estimular a inclusão social dos Povos e Comunidades Tradicionais tornando-os partícipes dos debates e projetos que tratam de seus conhecimentos e territórios. O documento elege como prioridade, sintonia entre a CONDRAF e a PNPCT.

Essas populações já possuem uma existência formal-legal e com espaço burocrático administrativo estatal próprio e definido juridicamente. É exatamente o Instituto Chico Mendes, outrora denominado de Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT, órgão co-gestor de áreas protegidas com populações extrativistas, ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Sem dúvida, isto proporciona um grau considerável de visibilidade para essas pessoas, as quais já possuem uma existência essencial, qual seja: a existência jurídica, a despeito de haver pouco

mais de trinta anos de luta aparente dessas populações. Se comparado com o processo de reconhecimento legal das populações indígenas, este é um tempo bastante pequeno. (SILVA, 2010, p. 85).

De acordo com Simões *et al.* (2008, p.10), outra possibilidade indicada pelo SNUC é a gestão compartilhada (cogestão) da UC por Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

A Constituição e os novos projetos de lei que se seguiram garantem caminhos possíveis para a proteção a ‘interesses coletivos’ não apenas da sociedade nacional, o que já vigorava até então, mas também de ‘coletividades singulares’ – denominadas ora por ‘comunidades locais’ ora por ‘comunidades tradicionais’ ou, de maneira mais especificada, ‘povos indígenas’, ‘quilombolas’, ‘povos da floresta’. A Constituição também prevê a proteção jurídica dos bens materiais e imateriais portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (indígenas, quilombolas, caiçaras, caboclos, caipiras), suas formas de expressão, seus modos de criar, fazer e viver e as criações científicas, artísticas e tecnológicas, qualificando tais bens como patrimônio cultural brasileiro. (ABREU; NUNES, 2012, p.18).

Ressalta-se que o modelo de UC instituído no Brasil provém da concepção norte americana de áreas protegidas originalmente construídas com objetivo de proteger a vida selvagem, ameaçada pelo avanço da civilização urbano-industrial⁴¹ (ARRUDA, 1997). A transposição do modelo norte-americano trouxe sérias consequências

⁴¹ “A ideia que fundamenta este modelo é a de que a alteração e domesticação de toda a biosfera pelo ser humano é inevitável, sendo necessário e possível conservar pedaços do mundo natural em seu estado originário, antes da intervenção humana.” De acordo com o Wilderness Act, promulgado nos EUA em 1964, a natureza selvagem é um lugar ‘where man himself is a visitor who does not remain’ (ARRUDA, 1997, p.83).

para populações que já residiam nos locais que foram considerados, oficialmente, Unidades de Conservação⁴² (DIEGUES; ARRUDA, 2001; GERMAN-CASTELLI, 2004; DRUMMOND *et al.*, 2010).

Entre os desafios para a gestão das UC brasileiras, Drummond *et al.* (2010, p.343) indicam carência de “um conhecimento seguro sobre os seus componentes e sobre suas relações mútuas”, sobretudo a “existência de um cadastro nacional de unidades de conservação preciso, atualizado e acessível à consulta pública”⁴³, além do estabelecimento de critérios ecológicos de proteção e a conservação da biodiversidade, em especial as espécies mais vulneráveis à extinção, argumentam Simões *et al.* (2008).

De acordo com Macedo (2008) há vários obstáculos para a justa e necessária integração entre os atores: técnicos, populações tradicionais e gestão pública, contudo, cita o autor, “entre esses obstáculos podemos citar o próprio entendimento acerca dessa categoria de Unidade de Conservação e a não construção de consensos a respeito de seus objetivos e potencialidades enquanto área protegida.” Ainda para o autor “são fundamentais os espaços públicos de participação, nos quais projetos coletivos são consensuados e apropriados pelos participantes” (p.166).

A questão situacional dos populações indígenas é diferente. A constituição das “Terras Indígenas” reflete o reconhecimento, por parte do Estado, dos direitos dos primeiros povos que habitavam o Brasil antes da chegada dos colonizadores. A demarcação de terras indígenas

⁴² A primeira experiência no Brasil deu-se em 1990 com a criação da Reserva Extrativista Alto Juruá (UC de uso direto) no estado do Acre onde viviam seringueiros. Reivindicava-se “que as comunidades locais que tinham protegido o ambiente e que baseavam sua vida nele, não fossem vítimas e sim parceiros das preocupações ambientais” salienta German-Castelli (2004). A partir da década de 1970, as comunidades locais/tradicionais começaram a se organizar, e até, em muitos casos, passaram a resistir à expulsão ou à transferência de seus territórios ancestrais como quer o modelo preservacionista, o que conduziu a um agravamento dos conflitos sociais e culturais junto às populações locais.

⁴³ O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) e a sua atualização estão sob responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA) com a colaboração do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e dos órgãos estaduais e municipais competentes, conforme previsto pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). (DRUMMOND *et al.*, 2010, p.343).

iniciou em 1910 através do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), mas foi com a criação da FUNAI em 1967 que se instituiu legalmente sua demarcação. Sob esta égide, em 1973 é criado o Estatuto do Índio (MEDEIROS, 2006).

Este Estatuto forneceu as bases legais e administrativas para a demarcação das terras por meio seguintes categorias: Reserva Indígena⁴⁴; Parque indígena; Colônia Agrícola Indígena e Território Federal Indígena. Em seu artigo 28, há determinação da preservação “das reservas de flora e fauna e as belezas naturais da região.”

Embora garantido nos instrumentos legais, o caráter conservacionista das Terras Indígenas brasileiras e sua integração à política nacional de gestão das áreas protegidas foi reforçado somente a partir dos anos 90 com o Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). (MEDEIROS, 2006, p. 55).

Considerado um dos mais importantes programas ambientais desenvolvidos no país, o PPG7 contribuiu para a integração da política indígena brasileira à política ambiental através do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL), garantindo às terras indígenas localizadas na Amazônia Legal financiamento para sua demarcação (FUNAI, 2000). Para Becker (2005), estas ações possibilitaram significativo avanço no reconhecimento e na demarcação de várias Terras Indígenas.

⁴⁴ “A reserva faz parte da política indigenista que se centrou no sul do país. O Estado achava que os indígenas estavam muito dispersos e que precisavam ser organizados. A reserva acaba sendo um lugar escolhido e governado pelo Estado para proteger os indígenas, mas ao mesmo tempo serve para liberar a terra em que eles já estavam. Eles eram retirados das terras onde já viviam, o tekoha, e colocados nas reservas, sempre criadas perto das cidades, então vilarejos, e das rodovias. Era também uma forma de civilizar e integrar. Índios que vivem em reservas estão confinados”. (Tonico Benites, líder Guarani Kaiowá. Disponível: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/11/23/os-indios-que-vivem-em-reservas-estao-confinados.htm>.

Acesso em 12 de dezembro de 2015.

A Agenda 21 – Nacional reconhece a contribuição de populações indígenas para a conservação da biodiversidade e afirma que a demarcação das terras indígenas, “carece de meios materiais/financeiros e vontade política”, para que aconteça efetivamente em nosso país (CPDS 2004, p.27).

As terras indígenas, mesmo não enquadradas como unidades de conservação, contribuem para a conservação da biodiversidade. Isso porque muitos grupos indígenas dependem, para sua subsistência, da manutenção da cobertura vegetal e da existência de grande número de espécies animais e vegetais em seus territórios. Além disso, detêm conhecimentos tradicionais sobre a flora e a fauna silvestres, o que aumenta, para esses grupos, a importância da manutenção da diversidade biológica. (CPDS, 2004, p.51).

Em relação aos instrumentos de proteção e de uso do conhecimento produzido pelos grupos tradicionais, conforme citam Zanirato e Ribeiro (2007), a questão da proteção da natureza e do patrimônio cultural é tema da UNESCO desde os anos de 1945. Contudo, os instrumentos de proteção ambiental começam a ser debatidos em 1949 na Conferência das Nações Unidas para Conservação e Utilização de Recursos Naturais, que reuniu especialistas de várias partes do mundo. A Conferência teve como objetivo discutir temas como a degradação, contaminação de rios e mares, desmatamento, entre outros aspectos que envolvem medidas de preservação do ambiente. Mas é a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, convocada pela ONU em 1972, que dá origem a princípios sobre a utilização e exploração de recursos naturais pelos Estados.

Os recursos naturais, incluindo-se o ar, a água, a terra, a flora, a fauna e, especialmente, amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser salvaguardados em benefício das gerações atuais e das futuras, por meio do cuidadoso planejamento ou administração, conforme o caso. (DECLARAÇÃO, 1972).

No mesmo ano, a UNESCO organizou a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural e define que o patrimônio mundial, constituído por obras e expressões de processos naturais de interesse excepcional, por vezes testemunhos únicos, devem ser considerados pertencentes a toda humanidade (CONVENCIÓN, 1972).

A Medida Provisória Nº 2.186-16, de 23/08/01, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, à proteção e alcance ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização (BRASIL, 2001). Também as Estratégias 4 e 5 da Agenda 21 – Nacional apresentam propostas de incentivo para geração e difusão de informação e do conhecimento, com o objetivo de garantir a sustentabilidade na agricultura. Com vistas a,

Subsidiar a gestão integrada dos recursos naturais em seus respectivos biomas, por meio da geração de conhecimento técnico e científico, empírico e tradicional. Implica, também, resgatar informações sobre práticas de populações tradicionais, reconhecendo seus direitos sobre esses saberes e de usuários de recursos naturais, em geral, que considerem a sustentabilidade econômica, social e ambiental desse uso. (CPDS, 2004, p.56).

O documento indica uma série de medidas e ações que pretendem proteger, recuperar e disseminar a “história, memória e cultura” de populações tradicionais e povos indígenas brasileiros (CPDS, 2004, p.88).

Sugere-se adotar os saberes e tecnologias patrimoniais produzidos por comunidades tradicionais e populações indígenas para aumentar o conhecimento sobre biodiversidade e diversidade cultural e no tratamento das doenças, reconhecendo os direitos dessas comunidades sobre esses conhecimentos. (CPDS, 2004, p.39).

De acordo com Zanirato e Ribeiro (2007) somente a partir da década de 1980, com a efetiva participação dos movimentos sociais, começa-se a discutir alternativas e elaborar políticas ambientais de proteção ao conhecimento tradicional, tendo como importante participação, lideranças indígenas. Ainda de acordo com os autores, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, foi aprovado o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)⁴⁵. Tal documento define as medidas gerais para a conservação e a utilização sustentável dos recursos naturais, entre esses o CT:

Em conformidade com sua legislação nacional, respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas; e encorajar a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento. (BRASIL, 2000).

A CDB é o primeiro acordo global que cobre todos os aspectos da biodiversidade – os recursos genéticos, as espécies, os *hábitats* e os ecossistemas – e adota um enfoque holístico da conservação e do uso sustentável dos recursos naturais e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes do uso desses recursos. Ela reconhece pela primeira vez que a conservação da biodiversidade é “uma preocupação comum da humanidade” e parte integrante dos processos de desenvolvimento.

Em seu preâmbulo, entre outras medidas, a CDB reconhece a importância da contribuição dos povos dos países em desenvolvimento à

⁴⁵ Os objetivos desta Convenção a serem cumpridos de acordo com as disposições pertinentes são: a conservação da diversidade biológica; a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado (BRASIL, 2000, p.09).

conservação da biodiversidade mundial; afirma que a biodiversidade não é um “dom da natureza”, mas sim, resultado das atividades das comunidades, e que as mulheres em particular desempenham papel vital; reafirma a soberania nacional sobre os recursos biológicos e enfatiza a importância da conservação; reconhece o papel central das populações indígenas e das comunidades locais na conservação da biodiversidade através de seus sistemas de conhecimentos tradicionais e práticas sustentáveis e, os direitos de propriedade intelectual com o entendimento que tais direitos devem promover e não comprometer os objetivos da Convenção.

Segundo Borges *at al.* (2008, p.91), a CDB considera os direitos de propriedade intelectual o “principal mecanismo para oferecer compartilhamento equitativo do saber tradicional”, denunciando que sua viabilização é problemática nos países em desenvolvimento muito por conta “da herança política da exploração acentuada dos recursos naturais brasileiros, por parte dos países economicamente dominantes fora do continente.”

Em outra direção, conforme salientado por Figueiredo (2014, p.54-55), representantes indígenas e grupos indigenistas⁴⁶ declaram os seguintes projetos contrários aos direitos de populações tradicionais e povos indígenas brasileiros:

- PEC 215 – Projeto de Emenda à Constituição que transfere a competência da demarcação das terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais do Poder Executivo para o Congresso Nacional. A medida, segundo as organizações indígenas, tem como objetivo esvaziar a Funai, Inca e ICMBIO, além de paralisar as demarcações, expropriar as terras já demarcadas dos povos indígenas, quilombolas, populações tradicionais e unidades de conservação. Em outubro de 2015

⁴⁶ “O indigenismo, enquanto um movimento sociocultural com características próprias surge num contexto de crise de legitimidade dos modelos culturais racionalistas de origem europeia (...) recebe a influência de movimentos culturais europeus que almejam preservar e resgatar valores que sentia-se estavam se perdendo no Velho Mundo em decorrência do avanço do processo de urbanização e industrialização nas grandes metrópoles”. Nas primeiras décadas do século XX o movimento indigenista revela um conjunto de trabalhos, pesquisas que “diagnosticam a situação do indígena, ao mesmo tempo em que apresentam propostas de melhoria nas suas condições de vida” (VERDUM, 2006, p.16-18).

o referido Projeto teve a aceitação dos deputados brasileiros. A aprovação definitiva depende ainda de dois turnos de votações na Câmara e no Senado.

- PEC 237 – Projeto de Emenda à Constituição que pretende arrendar as terras indígenas para criação de bois e plantio de soja, resultando em mais desmatamentos, poluição de águas-nascentes e o fim da biodiversidade brasileira;

- PLP 227 – Projeto de Lei Complementar que tem como objetivo ditar as atividades que compõem o relevante interesse público da União de forma a legitimar a expropriação das terras indígenas, quilombolas e das populações tradicionais por meio da implantação de hidrelétricas, rodovias, mineração e atividades do agronegócio, entre outros.

- O projeto de Lei nº 1218 que determina que sejam definidas terras tradicionalmente ocupadas por grupos indígenas somente aquelas demarcadas até cinco anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988. As terras demarcadas após esta data deveriam ser qualificadas como “áreas reservadas aos índios” com direito a indenização retroativa aos seus moradores. Ignorando o histórico de opressão e violência que viveram e ainda vivem povos indígenas brasileiros, o projeto ainda prevê a revisão e adequação das terras indígenas já demarcadas (ISA, 2015).

No contexto da América Latina, dados do documento CEPAL (2015, p.14-15) apontam que o longo processo de luta de populações indígenas pela defesa e reconhecimento de seus direitos teve como resultado, um conjunto de direitos baseados em dois grandes marcos: “o Convênio sobre Povos Indígenas e Tribais de 1989 (Núm. 169) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), (2006) que reconhece pela primeira vez seus direitos coletivos, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), que propõe o direito desses povos à livre determinação.” Ainda de acordo com o referido documento, o modelo mínimo de direitos dos povos indígenas, base obrigatória para os Estados, institui-se nas seguintes dimensões: o direito a: não discriminação; ao desenvolvimento e bem-estar social; à integridade cultural; à propriedade, uso, controle e acesso às terras, territórios e recursos naturais e; à participação política.

Em relação ao direito de território, o referido documento defende a articulação de “três elementos constitutivos: as terras, os territórios e os recursos naturais. Estes fatores não podem ser considerados de forma separada em virtude da relação espiritual e cultural especial que unem populações indígenas com seus territórios” (CEPAL, 2015, p.51). Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) “para as comunidades indígenas a relação com a terra não é meramente uma questão de posse e produção, mas um elemento imaterial e espiritual do qual devem gozar plenamente, inclusive para preservar seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras” (CIDH, 2009).

De acordo com as questões apontadas a Convenção OIT 169, em sua parte III – Terra, o artigo 13 institui: “A utilização do termo ‘terras’ (...) deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam (...)” (BRASIL, 2004). Ainda de acordo com o documento, em seu artigo 15, os recursos naturais existentes em suas terras deverão ser “especialmente” protegidos. “Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.” (BRASIL, 2004).

Ressalta-se que a exposição desta seção não contempla a gama de documentos, estudos e propostas que ensejam o pleno cumprimento das determinações legais direcionadas às populações tradicionais e indígenas brasileiras. Contudo, evidencia a complexidade que envolve a questão, ressaltando o papel do Estado como agente protetor dessas comunidades, responsável pela criação de medidas, métodos, canais de interlocução e a efetiva implementação de políticas públicas que garantam seus direitos, bem como medidas de proteção de seus territórios e saberes.

2.2.3 - Situação de populações indígenas brasileiras segundo o Censo IBGE 2010

Desde os primeiros contatos, nos anos de 1500, a população indígena brasileira passa por um processo de perdas. Grupos que empreendiam movimentos migratórios ao longo de várias áreas geográficas tiveram sua dinâmica forçosamente alterada com a presença dos colonizadores e seus descendentes que tomaram suas terras,

expulsando ou escravizando-os. Soma-se a isso, a partir dos anos de 1970, inúmeros conflitos que envolvem suas fronteiras, como construções de rodovias e barragens, desmatamento, poluição de rios e mares, exploração ilegal de recursos minerais, entre outras ameaças que geram sérias dificuldades na “manutenção e preservação” da sua cultura, “e impactos sobre a autonomia das comunidades, suas estratégias de auto sustentação, conservação e usufruto dos recursos naturais de seus territórios”, registra o Programa Temático de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (IBGE/PPA, 2012, p.03).

Até a primeira década dos anos 2000, o contexto situacional de grupos indígenas não figurava oficialmente no panorama de povos brasileiros. Foi a partir do Censo 2010 que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou uma série de mecanismos a fim de ampliar o conjunto de informações sobre os povos indígenas brasileiros, incluindo em seus números, questões relativas ao pertencimento étnico, a língua falada, a localização geográfica (urbana ou rural) e o percentual de população nas Terras Indígenas (TIs)⁴⁷, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação.

No contexto histórico, segundo o Censo IBGE⁴⁸ 2010 (2012a) o primeiro recenseamento pós-abolição da escravatura em 1890 a

⁴⁷“Terras indígenas”, conforme o 1º parágrafo do Art. 231 da Constituição Federal, “são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, definidas como sendo: aquelas “por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (CENSO IBGE 2010, 2012(a), p.27). “Para efeito de coleta das informações e análises dos resultados do Censo Demográfico 2010, o conjunto de terras indígenas foi formado por aquelas que estavam na situação fundiária de declarada, homologada, regularizada e em processo de aquisição como reserva indígena até a data de 31 de dezembro de 2010, ano de realização do censo demográfico”. (CENSO IBGE 2010, 2012(a), p.16).

⁴⁸ “O primeiro censo da população brasileira foi realizado em 1872, ainda durante o Império. Em 1890, já sob a República, foi realizado o segundo Censo Demográfico do País. A partir desse ano, o Censo Demográfico se tornou decenal. Com exceção das interrupções ocorridas em 1910 e 1930, os censos demográficos têm mantido a sua continuidade.” (...) “O Censo Demográfico 2010 segue os princípios normativos determinados na Lei no 5.534, de 14 de novembro de 1968. Já a periodicidade dos Censos Demográficos é regulamentada pela Lei no 8.184, de 10 de maio de 1991, que estabelece um

identificação do povo brasileiro baseou-se nas seguintes categorias: branco, preto, mestiço ou caboclo.

Nos Censos Demográficos 1900 e 1920, a informação sobre cor não foi objeto de pesquisa, sendo reintroduzida no Censo Demográfico 1940, com a classificação da população em três grandes grupos (pretos, brancos e amarelos). Sob a designação de pardos foram reunidos, no âmbito da divulgação, os que registraram outra declaração (índio, caboclo, mulato, moreno, etc.). A inclusão da categoria amarela ocorreu em função da forte imigração japonesa para o País, fundamentalmente no período 1908 a 1930. A população brasileira, segundo o Censo Demográfico 1950, foi distribuída em quatro grupos: branco, preto, amarelo e pardo. Convém esclarecer que, nos Censos Demográficos 1940 e 1950, foi investigada a língua falada para as pessoas que não falavam habitualmente o português no lar. Assim, havia a possibilidade de se identificar grupos de indivíduos que utilizavam línguas indígenas. Em 1960, foram utilizadas as mesmas categorias do Censo Demográfico 1950, com a inovação de estarem pré-codificadas para captação. Nesse censo, houve a introdução da categoria “índio” no quesito da cor. Contudo, a aplicação dessa categoria era somente para os que viviam em aldeamentos ou postos indígenas. Neste contexto, o critério utilizado poderia ser entendido como o da localização geográfica. Já no censo seguinte, o de 1970, o quesito da cor não foi investigado. A classificação utilizada pelo IBGE, no Censo Demográfico 1991, incorporou a categoria indígena, tendo sido investigado as seguintes categorias: branco, preto, amarelo, pardo e indígena. O Censo Demográfico 2000 manteve as mesmas categorias, assim como a mesma conceituação. (CENSO IBGE 2010, 2012(a), p.14).

No Censo IBGE/2010 (2012a) a informação cor ou raça é definida pela autodeclaração⁴⁹ do informante instituída na coleta de dados do censo a partir dos anos de 2000.

Sobre o “crescimento populacional indígena”, o Censo Demográfico realizado nos anos de 1991 revelou que, em 34,5% dos municípios brasileiros residia pelo menos um indígena autodeclarado. No Censo 2000, esse número cresceu para 63,5%. De acordo com o Censo 2010 o percentual atingiu 80,5% dos municípios brasileiros. “Não existe nenhum efeito demográfico que explique tal fenômeno. Muitos demógrafos atribuíram o fato a um momento mais apropriado para os indígenas, em que estavam saindo da invisibilidade pela busca de melhores condições de vida, mais especificamente, os incentivos governamentais” (IBGE/2010, 2012(c), p.04). Esse acréscimo de pessoas que se considerou indígena colaborou com o incremento significativo, no período 2000/2010 dentre todas as regiões, confirmando o processo da etnogênese⁵⁰, que ocorreu e vem ocorrendo em muitas regiões do país.

Como resultados provenientes do quesito cor ou raça, em 2010,

⁴⁹ A pessoa residente em terras indígenas foi classificada, quanto à condição de indígena, em: (a) **Declarou-se indígena** - para a pessoa que se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça; **Não se declarou, mas se considerava indígena** - para a pessoa que não se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça, mas se considerava indígena, de acordo com as tradições, costumes, cultura, antepassados, etc. (b) **Indígena** - considerou-se como indígena: - a pessoa, residente ou não em terras indígenas, que se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça; ou - a pessoa, residente em terras indígenas, que não se declarou indígena, na investigação sobre cor ou raça, mas se considerava indígena, de acordo com as suas tradições, costumes, cultura, antepassados, etc. (c) **Língua indígena falada no domicílio** - para a pessoa indígena, foi investigado se falava alguma língua indígena no domicílio. Foi captado o nome da língua indígena que a pessoa falava no domicílio. No caso da pessoa indígena que falava mais de uma, foram captados os nomes de até duas línguas indígenas que falava no domicílio. Considerou-se, também, como língua indígena a língua de sinais Urubu-Kaapor. (CENSO IBGE/2010, 2012a, p.44).

⁵⁰ De acordo com Grünewald (2008, p.23) “etnogênese” é um fenômeno em que, diante de determinadas circunstâncias históricas, um povo étnico, que havia deixado de assumir sua identidade étnica por razões também históricas, consegue reassumi-la e “passam a recriar sua existência enquanto entidade étnica diferencial.”

817,9 mil pessoas se declararam indígenas, representando 0,4% da população total do Brasil. Ao agregar as pessoas que não se declararam indígenas no quesito cor ou raça, mas se consideraram indígenas, o total de população indígena residente no território nacional passou a 896,9 mil pessoas, gerando um acréscimo de 78,9 mil indígenas. Desses, 36,2% residiam na área urbana e 63,8% na rural. A Região Sudeste apresentou o maior percentual de indígenas na área urbana, (80%). A Região Norte mostrou-se a mais populosa, com 342.836, e registrou o maior percentual de indígenas (82%), na área rural. O Quadro 02 mostra o número de indígenas por região brasileira, localizando-os em relação às TIs.

Quadro 02 – População indígena brasileira, por localização do domicílio e percentual nas TIs, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação

Grandes Regiões e Unidades da Federação	POPULAÇÃO INDÍGENA			Percentual nas Terras indígenas (%)
	Total	Localização do domicílio		
		Terras Indígenas	Fora de Terras Indígenas	
Brasil	896.917	517.383	379.534	57.7
Norte	342.836	251.891	90.945	73.5
Nordeste	232.739	106.142	126.597	45.6
Centro Oeste	143.432	104.019	39.413	72.5
Sudeste	99.137	15.904	83.233	16.0
Sul	78.773	39.427	39.346	50.1

Fonte: Criado pela autora. Com base nos dados do Censo IBGE/2010 (2012a, p.55).

Nas 488 TIs (CENSO IBGE 2010, 2012(a), p.16) onde foram colhidas as informações sobre a população residente as pessoas que se declararam como indígenas no quesito cor ou raça correspondiam a 77,2%. Aquelas que não se declararam, mas se consideraram indígenas, 13,9%. As demais, pessoas residentes nas TIs que não se declararam e não se consideraram indígenas, 8,8%. No conjunto dos 517.383 mil indígenas residentes nas TIs, 84,7% se declararam indígenas no quesito cor ou raça e 15,3%, não se declararam, mas se consideraram indígenas.

A Região Nordeste foi a que apresentou o maior percentual de pessoas que não se declararam, mas se consideraram indígenas (22,7%).

O número de etnias também foi contabilizado a partir do conjunto de pessoas que se declararam ou se consideraram indígenas. No total, foram registradas 305 etnias. No âmbito das TIs, 250 e fora delas, 300 etnias. “Para efeito do Censo Demográfico 2010, considerou-se etnia ou povo a comunidade definida por afinidades linguísticas, culturais e sociais” (CENSO IBGE 2010, 2012(a), p.85). Entre as etnias mais numerosas, cujo número de integrantes varia entre 46 mil e 15 mil, estão, em primeiro lugar, a etnia Tikuna (46.045), seguidas por Guarani Kaiowá (43.401), Kaingang (37.470), Macuxi (28.912), Terena (28.845), Tenetehara (24.428), Yanomami (21.982), Potiguar (20.554), Xavante (19.259), Pataxó (13.558) e Satere Mawé (13.310).

Sobre o uso da língua nativa e/ou de português, o Censo 2010 revelou que 37,4% dos indígenas de 5 anos ou mais de idade declararam falar uma língua indígena: dentro das TIs, 57,3% e, fora delas, somente 12,7% ainda eram falantes. Para esse contingente de indígenas investigados em 2010, 76,9% falavam português, sendo que fora das terras praticamente todos os indígenas falavam português. Entre as 15 línguas com maior número de falantes, as línguas citadas foram Yanomámi, Kayapó, Guarani Nhandeva e Kaxinawá para os residentes nas TIs, enquanto, fora das terras, as línguas Guarani Mbya, Pataxó, Wapixána e Baniwa.

Quanto à taxa de alfabetização⁵¹ nas TIs, 67,7% dos indígenas de quinze anos ou mais de idade estavam alfabetizados, enquanto para os indígenas residentes fora das TIs a taxa de alfabetização foi 85,5%. Os homens possuíam taxa de alfabetização superior às das mulheres (dentro e fora das TIs). Tal diagnóstico aponta um menor nível de analfabetismo para as gerações mais jovens e, para aqueles com idade acima de 50 anos, taxas de analfabetismo acima de 50%. Nas áreas fora das TIs, em todas as faixas etárias, os níveis de alfabetização são superiores aos do analfabetismo. Contudo, nas TIs, entre as pessoas com mais de cinco anos de idade, 32,3% foram consideradas analfabetas.

⁵¹ “Considerou-se como alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhecesse. Foi considerada analfabeta a pessoa que aprendeu a ler e escrever, mas que esqueceu devido a ter passado por um processo de alfabetização que não se consolidou e a que apenas assinava o próprio nome” (IBGE/2010, 2012a, p.41).

No quesito rendimentos, 83,0% dos brasileiros indígenas de 10 anos ou mais, recebem até 1 salário mínimo ou não possuem nenhum tipo de rendimento. Na Região Norte somente 25,7% recebem 1 salário e, 66,9% não recebe nenhum tipo de rendimento. O recenseamento mostrou que os indígenas residentes nas TIs têm rendimentos mais baixos, entretanto, na faixa até ½ salário mínimo, a proporção de indígenas é superior para os residentes nas TIs. Os indígenas residentes fora das TIs apresentam maiores rendimentos. Os estados que possuíam um número maior de indígenas com rendimentos acima de 1 salário mínimo eram Espírito Santo e Santa Catarina.

No levantamento do tipo de domicílios indígenas, foi observado que 12,6% eram do tipo oca ou maloca⁵², e o restante de casas feitas com madeira ou tijolos. Em apenas 2,9% das terras indígenas todos os domicílios foram classificados como oca ou maloca e em 58,7% das terras essas moradias não foram observadas.

Quanto aos serviços essenciais básicos, a existência de energia elétrica dentro das TIs (proveniente de companhia distribuidora ou de outras fontes, tais como eólica, solar, gerador, etc.) foi registrada em 70,1% dos domicílios. Entretanto, dentro das TIs nem todos os domicílios possuíam energia elétrica. Desse modo, 50 TIs (10,3%) não possuíam qualquer tipo de energia elétrica e em 53 TIs (10,9%) todos os domicílios possuíam energia elétrica. Ressalta-se que em 35,7% das TIs, mais de 75% a 99% dos domicílios utilizam serviço de energia elétrica. No quesito água, nas TIs, 33,6% dos domicílios utilizavam a rede geral de abastecimento de água e, 36,7%, utilizavam poço ou nascente de água. Em 57,1% das TIs, nenhum domicílio estava ligado à rede geral de abastecimento de água e somente em 3,3% das TIs todos os domicílios possuíam essa forma de abastecimento. Há registros de utilização de rios, açudes, lagos ou igarapés como fontes de abastecimento de água. Esta questão apresenta-se predominante dos domicílios das TIs da Região Norte, pois nesta região o recenseamento

⁵² “Quando localizado em habitação indígena, situada em terras indígenas, de características rústicas, podendo ser: simples e sem parede; pequena, feita com galhos de árvores e coberta de palha ou folhas; ou grande choça (cabana, casebre, palhoça, choupana) feita de taquaras e troncos, coberta de palmas secas ou palha, e utilizada como habitação por várias famílias indígenas.” (CENSO IBGE 2010, 2012a, p.34).

observou a menor proporção de domicílios ligados à rede geral de distribuição.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE, em 2011, no Brasil, 166.987 pessoas de 10 anos ou mais de idade, acessam a Internet. Dessas, 13.344 localizadas na Região Norte, 45.475 na Região Nordeste, 71.496 na Região Sudeste, 24.255 na Região Sul e 12.417 na Região Centro-Oeste. Conforme os números expostos (quadro 03), constata-se que grande parte da população indígena brasileira está localizada em áreas e regiões onde o acesso dos domicílios à Internet ainda é reduzido.

No fechamento da base territorial em 30/12/2010, o Censo Demográfico 2010, listou 516 terras indígenas classificadas, segundo a FUNAI, como: **Delimitadas** (terras que tiveram a conclusão dos estudos publicados no Diário Oficial da União pela FUNAI e se encontram em análise pelo Ministério da Justiça para expedição de Portaria Declaratória da Posse Tradicional Indígena; **Declaradas** (terras que obtiveram a expedição da Portaria Declaratória e estão autorizadas para serem demarcadas); **Homologadas** (terras que foram demarcadas e tiveram seus limites homologados pela Presidência da República); **Regularizadas** (terras que, após a homologação de seus limites, foram registradas em cartório em nome da União e no Serviço de Patrimônio da União) e; **Em processo de aquisição como reservas indígenas** (terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que não se confundem com as de posse tradicional e, por esse motivo, não se submetem aos procedimentos anteriormente descritos (CENSO IBGE 2010, 2012a, p.16).

A divulgação dos resultados dos limites territoriais fornecidos pela FUNAI compreendem 505 TIs, as quais perfazem 12,5% do território brasileiro (106 739 926 ha), com significativa concentração na Amazônia Legal. No momento do censo, o processo de demarcação encontrava-se ainda em curso para 182 terras. Contabilizando as terras em estudo e as delimitadas, as terras indígenas passam a 687, com superfície total de 108 629 852 ha. (CENSO IBGE 2010, 2012a, p.17).

Conforme o Instituto Socio Ambiental (ISA) o Brasil possui 16.886 quilômetros de fronteira terrestre e existem 185 TIs situadas em uma faixa de 150 km que percorrem 300 municípios de 11 estados, sendo que 75% delas já demarcadas e registradas. “A demarcação das TIs situadas em faixa de fronteira é uma providência fundamental, entre

outras, para a regularização da situação fundiária, fator relevante para garantir estabilidade e evitar conflitos em regiões de fronteira”. Ainda de acordo com o ISA, “a fronteira não é apenas uma linha imaginária politicamente acordada para estabelecer limites entre territórios”, constitui-se um espaço onde transitam “pessoas, mercadorias e ilícitos”. Há falta de fiscalização e monitoramento territorial, denuncia o Plano Pluri Anual (IBGE/PPA, 2012, p.11), o que coloca populações inteiras em condições de vulnerabilidade.

Atualizando os dados, segundo o Diário da União, nº 74 de 20 de abril de 2015, o Decreto Lei 8.433 homologou três TIs nos estados do Amazonas e Pará, totalizando 232.544 hectares. (No Amazonas TI Mapari do povo Kaixana com 157.246 hectares; No estado do Pará, TIs Arara da Volta Grande do Xingu dos povos Arara e Juruna com 25,5 mil hectares e Setemã do povo Mura com 49.773 hectares).

Em dezembro de 2015 durante a etapa nacional da 1ª Conferência de Política Indigenista realizada Brasília nos dias 14 a 17 de dezembro, na presença de cerca de dois mil indígenas brasileiros, representantes do governo, movimentos sociais e embaixadores de vários países, foi anunciada a publicação no Diário da União, nº 242 de 18 de dezembro de 2015, da homologação de quatro TIs no estado do Amazonas, somando 246 mil hectares. (Arary do povo Mura com 40.750 hectares; Banawa do povo Banawa com 195.700 hectares; Cajuhiri-Atravessado dos povos Miranha, Kambeba e Tikuna com 12.500 hectares e Tabocal do povo Mura com 907 hectares).

2.3 - INDÍGENAS BRASILEIROS E A CIBERCULTURA

Da mesma forma que as sociedades do passado entraram na cultura alfabética, a cultura contemporânea inaugura um tempo que se caracteriza como um novo espaço de comunicação e de sociabilidade, fazendo emergir o sujeito e suas interações, mas também um novo mercado da informação e do conhecimento. Um movimento futuro contínuo, desconhecido, pois conforme declara Santaella (2009, p.109), “cada vez mais as tecnologias interativas crescem em complexidade.”

Desde o surgimento das primeiras sociedades até as complexas cidades pós-industriais, o homem inventou o fogo, cultivou a terra, domesticou

animais, construiu cidades, dominou a energia, implementou indústrias, conquistou o espaço cósmico, viajou aos confins da matéria e do espaço-tempo. Durante esse trajeto, a tecnologia ganhou significações e representações diversas, em um movimento de vaivém com a vida social. Em alguns momentos, esta é dominada, controlada, racionalizada pelas atividades científico-tecnológicas; em outras, é a tecnociência que deve negociar e aceitar os ditames da sociedade. (LEMOS, 2010, p.25).

Pierre Lévy (1993, p.75) denomina a transição das sociedades entre a oralidade primária, a escrita e a informática como “os três tempos do espírito.” Nas sociedades de tradição oral, segundo o autor citado, os mitos, as narrativas, os cantos, a dança, são poderosas “estratégias de codificação” que fortalecem as relações de cumplicidade, estabelecendo padrões/tipos de conhecimentos e, por conseguinte a consolidação da cultura na comunidade. Esta aprendizagem informal é “validada” pelas pessoas mais velhas e com maior experiência, considerados depositários e testemunhos da tradição, ou ainda “tomadores de decisão” (GRATANI *et al.*, 2011).

Ainda de acordo com Lévy (1993, p.77), “a oralidade primária remete ao papel da palavra antes que uma sociedade tenha adotado a oralidade e a escrita, a oralidade secundária está relacionada a um estatuto da palavra que é complementar ao da escrita, tal como é o conhecimento hoje.” O autor aponta ainda que o alfabeto e a impressão, aperfeiçoamentos da escrita, desempenharam um papel essencial no estabelecimento da ciência como modo de conhecimento dominante, salientando que as formas antigas de comunicação e de conhecimento ainda têm importância nos referenciais intelectuais da sociedade contemporânea.

Segundo os estudos culturais de Clifford Geertz (1989), as narrativas são os meios pelos quais o conhecimento é adquirido, armazenado e compartilhado entre gerações. É através da oralidade que as leis se fazem e são obedecidas. Variam segundo as culturas e desse modo, espelham a própria vida na comunidade, garantindo que sistemas de parentesco, fecundidade, funcionamento do cosmos, compreensão dos ciclos, entre outros, sejam cultuados. As mensagens discursivas das

sociedades orais, segundo Lévy (1999, p.15), “são sempre recebidas no mesmo contexto em que são produzidas.”

Se as narrativas orais permitem “a fixação do conhecimento num substrato material, mantendo-a disponível ao longo do tempo para sucessivas e inúmeras gerações” (COSTELA, 2002, p.15), também desenvolvem estreita dependência entre indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social. Contrariamente, a escrita dá início a destribalização do indivíduo, dando-lhe poder para guardar suas memórias em diferentes meios e formatos, transformando-as em códigos compartilháveis. Neste sentido, a interação com outras fontes e informações (meios) criam possibilidades de novos discursos. Ademais, com o advento da cibercultura as ferramentas informacionais multiplicam-se e atualizam-se de forma exponencial (LÉVY, 1999) e também as relações sociais estão imbricadas em novos sentidos e referenciais simbólicos.

No caso brasileiro, há grupos sociais que passaram da cultura oral para a cultura tecnológica, sem necessariamente ‘dominar’ a cultura escrita. É o caso de populações que mantêm sua organização e sobrevivência sob modos tradicionais, ou sob forte dependência das condições locais onde vivem. Até este século as informações que tivemos destes grupos são oriundas de conteúdos disseminados pelos meios de informação e comunicação, ditos tradicionais (jornal, revista, rádio e tv). Estes, em sua maioria, apresentam uma versão colonialista destes povos e a figura do homem do campo ou do indígena nem sempre coerentes com suas realidades.

As mais de 300 etnias que compõem a população indígena brasileira, independentemente da localização geográfica e do grau de contato com a sociedade envolvente (com os não índios), de alguma forma fazem uso da Rede Mundial de Computadores, ora com autonomia e independência, ora em parceria com instituições e organizações indigenistas. As plataformas utilizadas são diversas. Por meio de e-mails, listas de discussões, site, blogs, portais, vídeos e redes sociais. Os fins são os mais variados: educativo, uso recreativo, ativismo político, etc. (FIGUEIREDO, 2014, p.70).

Atualmente, populações indígenas usam as novas tecnologias (celular, computador, máquina fotográfica, cartão magnético, etc.) para atividades cotidianas e, ao dominar os recursos oferecidos por elas, marcam sua presença na cibercultura. Criam e produzem conteúdos sobre seus saberes, usam o espaço virtual para conhecer e reivindicar seus direitos, sobretudo como canal de interação e de troca com diferentes grupos sociais, construindo suas próprias narrativas que refletem seu passado, presente e futuro através de meios digitais. “Estas identidades definidas nas narrativas indígenas nascem em um esteio de muitas outras definições, nativas e vindas de fora e, quando se tornam públicas para a própria comunidade, podem ser aceitas ou rejeitadas” (TAVARES, 2013, p.128).

2.3.1 - Cultura e Cibercultura: breve caracterização

É certo dizer que há, na literatura, mais de uma centena de conceitos que pretendem abarcar o termo Cultura. Cultura é com frequência lida como as grandes realizações das artes, da educação, da religião. Nesta visão, apenas determinados grupos são fazedores de cultura e, sob uma lente restritiva, algumas características culturais de um grupo, são consideradas melhores que outras.

A complexidade do conceito de “cultura” é, portanto, notável. Tornou-se um nome de um processo “íntimo”, especializado em suas supostas agências de “vida intelectual” e “nas artes”. Tornou-se também um nome de processo geral, especializado em suas supostas configurações de “modos de vida totais”. Teve um papel crucial em definição de “artes” e de “humanidades”, a partir do primeiro sentido. Desempenhou papel igualmente importante nas definições das “Ciências Humanas” e “Ciências Sociais”, no segundo sentido. Cada tendência se inclina a negar o uso do conceito à outra, apesar de muitas tentativas de reconciliação. (WILLIAMS, 1979, p.23).

Claude Lévi-Strauss⁵³ é autor de uma das mais importantes teorias no campo das ciências humanas e sociais. Desvendou a relação entre homem e natureza, destacando as forças vitais que levam os indivíduos a criar e cultivar complexos culturais, como os rituais e mitos (manifestações desprezadas pela ciência racional e positivista do século XIX), usados como matéria-prima em sua incursão aos estudos antropológicos.

Metodologicamente, o Estruturalismo de Lévi-Strauss analisa sistemas em grande escala, examinando as relações e as funções dos elementos que constituem tais sistemas. A abordagem estruturalista, segundo Lévi-Strauss (1978, p.12), “é a busca de invariantes ou de elementos invariantes entre diferenças estruturais.”

O pesquisador demonstra como determinados mitos são recorrentes entre povos tribais que vivem distantes entre si sem jamais terem contato, ressaltando que há nestes fenômenos elementos básicos que se combinam e se recombinam, configurando aspectos da cultura. É amplo seu esforço em mostrar o quanto universal é o ser humano e como é grande a tentação em comparar sociedades que compartilham o tempo, mesmo estando em partes diferentes do espaço, como acontece com as sociedades “arcaicas” e a Ocidental.

Podemos entretanto facilmente conceber uma época futura em que haja apenas uma cultura e uma civilização em toda a superfície da terra. Não creio que isso venha a acontecer, porque estão sempre surgindo diversas tendências contraditórias – por um lado, em direção à

⁵³ O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss é considerado o pai da Antropologia Estrutural (*Les Structures Elementaires de la Parente*, Tese defendida em 1947). Apoiado nos estudos sobre o consciente coletivo de Émile Durkheim, Lévi-Strauss considera que a mente possui moldes, que são estruturas que nos permitem pensar a totalidade das coisas. E a tarefa do estruturalismo é tentar explicar a consciência coletiva em função de uma **dialética mental inconsciente**, demonstrando como o conteúdo superficial, na sua modalidade característica, expressa e ajusta-se a **estruturas universais subjacentes**. A etnologia é o estudo da **superestrutura psicológica** dos sistemas sócio-culturais, cabendo a outras disciplinas o estudo da infraestrutura. “Toda classificação é superior ao caos, e mesmo uma classificação no nível das propriedades sensíveis é uma etapa em direção a uma ordem racional”, cita Lévi-Strauss (1989, p.03).

homogeneidade e, por outro, a favor de novas diferenciações (...). Mas, na realidade, não consigo entender como é que a humanidade poderá viver sem algum tipo de diversidade interna. (LÉVI-STRAUSS, 1978, p.22-23).

As sociedades ditas “primitivas” nos aparecem como tais, sobretudo, porque foram concebidas por seus membros para durar, cita Lévi-Strauss (1976), sendo sua cultura um sistema de signos estruturados de acordo com princípios que governam o funcionamento do **espírito humano** que os gera.

O pensamento mágico não é uma estréia, um começo, um esboço, a parte de um todo ainda não realizado; ele forma um sistema bem articulado; independente, nesse ponto, desse outro sistema que constitui a ciência (...) portanto, em lugar de opor magia e ciência, seria melhor colocá-las em paralelo, como dois modos de conhecimento desiguais quanto aos resultados teóricos e práticos (pois, desse ponto de vista, é verdade que a ciência se sai melhor que a magia, no sentido que algumas vezes ela também em êxito), mas não devido à espécie de operações mentais que ambas supõem o que diferem menos na natureza que na função dos tipos de fenômeno aos quais são aplicadas. (LÉVI-STRAUSS, 1989, p.29).

Segundo Clifford Geertz a Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss toma os mitos, os símbolos totêmicos, as regras de casamento, códigos a serem decifrados.

Ele não procura compreender as formas simbólicas em termos de como elas funcionam em situações concretas para organizar as percepções (significados, emoções, conceitos, atitudes); procura compreendê-las apenas em sua estrutura interna, *independent de tot sujet, de tout objet, et de tout contexte*. (GEERTZ, 1989, p.120).

A Antropologia Interpretativa⁵⁴, obra do americano Clifford Geertz tem como principal fundamento, investigações que elegem como premissa “quem as pessoas de determinada formação cultural acham que são, o que elas fazem e por que razões elas creem que fazem o que fazem”. Seus estudos apontam, especialmente a partir dos anos de 1950, um novo método de análise das sociedades e, portanto, da cultura, como uma reunião de textos. Neste sentido, como lê-la? Aí reside àquilo que Geertz define como ‘descrição densa’.⁵⁵

A cultura de um povo é um conjunto de textos, eles mesmos conjuntos, que o antropólogo tenta ler por sobre os ombros daqueles a quem eles pertencem (...) por mais imbricado que seja, o princípio orientador é o mesmo: as sociedades, como as vidas, contêm suas próprias interpretações. É preciso apenas descobrir o acesso a elas. (GEERTZ, 1989, p.212-13).

Segundo o autor, não há homens sem cultura e, da mesma forma, cultura sem homens. O que Geertz quer enfatizar é a observação dos gestos, movimentos, falas, expressões humanas e seus sentidos e significados ontológicos, “(...) pois é através do fluxo do comportamento – ou, mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação. Elas encontram-na também certamente,

⁵⁴ “A tradição *interpretatio naturae* da Idade Média que, culminando com Spinoza, tentava ler a natureza como se fossem as Escrituras, o esforço nietzschiano de tratar os sistemas de valores como se fossem atenuantes para a vontade do poder (ou o esforço marxista de tratá-los como atenuantes das relações de propriedade) e a substituição freudiana do texto enigmático do sonho manifesto pelo texto simples do sonho latente, todos oferecem precedentes, embora nem todos igualmente recomendáveis”. (...) “No que concerne à antropologia de que as forças culturais podem ser tratadas como textos, como obras imaginativas construídas a partir de materiais sociais, ainda tem que ser explorado sistematicamente”. (GEERTZ, 1989, p.210). Peter Burke (2008, p.54) cita que pela defesa da interpretação dos significados (em oposição à análise das funções sociais dos costumes, praticadas pelos antropólogos nos anos 60-70) e por sua preocupação com a hermenêutica, a obra de Geertz é uma importante referência para a história cultural.

⁵⁵ O conceito de descrição densa é originário de Gilbert Ryle e significa a interpretação da circulação de sentidos relacionados a um dado fenômeno (GEERTZ, 1989, p.06).

em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência” (Ibidem, p.12). É desse autor, um dos conceitos mais emblemáticos de cultura:

Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1989, p.04).

Ao propor tal argumento, o autor apoia-se em duas ideias: a cultura é melhor vista como um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções, usadas para governar o comportamento humano e; o homem é o animal mais desesperadamente dependente de tais mecanismos (Ibidem, p.32). O estudo da cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, é, portanto, o estudo da maquinaria que os indivíduos ou grupos de indivíduos empregam para orientar a si mesmos num mundo, que de outra forma seria obscuro (Ibidem, p.150).

Estudar a cultura latina americana sob o ponto de vista do antropólogo mexicano Nestor Canclini (2003), é confrontar-se com as contradições da cultura urbana contemporânea. Sua atenção está focada nas lógicas das culturas populares, na recepção e no consumo de bens simbólicos e na hibridação cultural, gerados pela diversidade multitemporal e pelos impactos da globalização. Segundo Canclini, a mestiçagem decorrente dos interrelacionamentos e entrecruzamentos de tradições culturais autóctones e as tradições dos setores políticos, educacionais e religiosos de origem ibérica, geraram formações híbridas⁵⁶ em todos os estratos sociais latino-americanos.

Entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas (...) não só as combinações de elementos étnicos ou religiosos, mas também a de produtos de

⁵⁶ Informações adicionais ver seção 2.1.3 - Conhecimento tradicional – entre a tradição e inovação.

tecnologia avançadas e processos sociais modernos ou pós-modernos. (CANCLINI, 2003, p. XIX, XXIX).

Para o autor, a cultura se articula em um conjunto de processos, por meio dos quais os grupos expressam imaginariamente o social e, ao estruturar relações com outros grupos, marcam suas diferenças. A hibridização consiste em um tipo de mescla que renova a cultura, produzindo “novos sentidos”, diz Canclini (2003). Contudo, a questão do híbrido recebe, na literatura corrente, diferentes visões e críticas,

Não se pode esquecer, entretanto, que a hibridização se dá entre identidades situadas assimetricamente em relação ao poder. Os processos de hibridização analisados pela teoria cultural contemporânea nascem de relações conflituosas entre diferentes grupos nacionais, raciais ou étnicos. Eles estão ligados a histórias de ocupação, colonização e destruição. Trata-se, na maioria dos casos, de uma hibridização forçada (SILVA, 2000, p.87).

É o fenômeno da globalização que evidencia e potencializa a diversidade cultural do mundo, deste modo, também ela (a globalização) pode ser considerada “uma complexa rede de projetos de sociedade e de diversidade de interesses traduzidos nas disputas das representações ideológicas, políticas e culturais que estão em curso atualmente” (CANCLINI, 2004),

Lucia Santaella (2003) enfatiza a noção de cultura como “mistura” na obra de Canclini. E segundo a autora “há consenso sobre o fato de que cultura é aprendida, que ela permite a adaptação humana ao seu ambiente natural, que ela é grandemente variável e que se manifesta em instituições, padrões de pensamento e objetos materiais” (p.30). A par disso, também para André Lemos:

Toda cultura é, antes de tudo, híbrida; formação de hábitos, costumes e processos sócio-técnico-semióticos que se dão sempre a partir de acolhimento de diferenças e no trato com outras culturas. A re-combinação de diversos elementos,

sejam eles produtivos, religiosos ou artísticos é sempre um traço constitutivo de toda formação cultural. (LEMOS, 2009a, p.38).

Considerado ainda um termo aberto e para além do campo das ciências biológicas, o fenômeno cultura se manifesta em instituições, em padrões de pensamento e em objetos materiais. Pois como situa Pierre Lévy (1993, p.144-45), “a cada etapa de nossa trajetória social, a coletividade nos fornece línguas, sistemas de classificação, conceitos, analogias, metáforas, imagens, evitando que tenhamos que inventá-las por conta própria.” Anos mais tarde, o autor define cultura como “dinâmica das representações” (LÉVY, 1999, p.22).

Ao escrever sobre cultura, Santaella (2003) tece uma analogia aos princípios da vida, quais sejam, “ela tende a se expandir como um gás para ocupar todo o espaço disponível; ela se adapta às exigências do espaço que se tornou disponível; ela se desenvolve continuamente em níveis de maior complexidade; quanto mais complexo o nível de sua organização, mas rapidamente a vida cresce”, a autora cita que também a cultura, quando “encontra condições favoráveis para seu desenvolvimento”, se propaga, faz-se presente (p.29). Pois de fato, a cultura é a parte da vida (e do ambiente) que é feita pelo humano.

Cunha (2003) assinala que a cultura deve ser entendida como se operasse simultaneamente em nível literal, ou seja, aos escritos antropológicos que descrevem cultura como algo que, embora dinâmico e mutável, informava valores e ações e; cultura como uma ‘fala política’ pois segundo a autora, quanto mais a “cultura” é abandonada pelos antropólogos, mais ela é apropriada pela política.

As diversas formas de expressão e linguagem permitiram aos homens e mulheres o compartilhamento de conhecimentos, compondo um amplo acervo de conhecimentos comuns que é denominado “cultura”. A partir dessa base comum, novos conhecimentos podem e são construídos. (SANTOS; SOUSA, 2010, p.260).

Importante registrar a visão de que cultura não é, fundamentalmente, o produto da ação do ser humano sobre as coisas ou

determinadas situações, mas é também aquilo que o move e o conduz para a ação. Neste sentido, a cultura só pode ser explicada (e entendida) em termos de si mesma.

Sobre a cibercultura, para Lemos (2010, p.17) trata-se de uma sociedade que aproxima a técnica (o saber fazer) do prazer estético e comunitário.

Às vezes, quando se fala de cultura digital, cibercultura, tem sempre uma ideia futurista, uma ideia de ficção científica. E, na realidade, não é isso, trata-se da cultura hoje marcada por essas ferramentas eletrônicas. O que a meu ver alterou substancialmente a nossa relação com os objetos técnicos na atualidade é que pela primeira vez, talvez, a gente tenha a dimensão técnica, o digital, colado à dimensão da comunicação. São tecnologias não apenas da transformação material e energética do mundo, mas que permitem a transformação comunicativa, política, social e cultural efetivamente. Porque nós conseguimos transitar informação, bens simbólicos, não materiais, de uma maneira inédita na história da humanidade. (LEMOS, 2009b, p. 135).

Desde meados dos anos 1990 a cultura das mídias convive com a cultura digital. Porém, “uma diferença gritante entre a cultura das mídias e a cultura digital, por exemplo, está no fato muito evidente de que, nesta última está ocorrendo a convergência das mídias.” (SANTAELLA, 2003, p.17)

Hoje, com as ideias mais ajustadas, posso definir com mais precisão o que tenho entendido por cultura das mídias. Ela não se confunde nem com a cultura de massas, de um lado, nem com a cultura virtual ou cibercultura de outro. É, isto sim, uma cultura intermediária, situada entre ambas. Quer dizer, a cultura virtual não brotou diretamente da cultura de massas, mas foi sendo semeada por processos de produção, distribuição e consumo comunicacionais a que chamo de “cultura das mídias”. Esses processos são distintos da lógica massiva e vieram fertilizando

gradativamente o terreno sociocultural para o surgimento da cultura virtual ora em curso. (SANTAELLA, 2003, p.13).

A evolução digital, definida por Poster (1995) como “a segunda idade das mídias”, instala uma revolução da informação e comunicação sem precedentes. A digitalização e compreensão dos dados propiciam que todo tipo de signo seja recebido, armazenado, tratado, compartilhado e disseminado.

Sobre a origem do termo cibercultura, segundo Francisco Rudiger (2011, p.08), a engenheira e empresária norte-americana Alice Hilton, fundadora do Instituto de Pesquisas Ciber Culturais em 1964, foi pioneira em citar cibercultura como “uma exigência ética da nova era da automação e das máquinas inteligentes”. Alice Hilton registrou que o progresso da tecnologia daria origem ao que ela chamou de “cibernação”, estado de proporções planetárias que exigiria completa reestruturação de programas e processos educacionais. A revolução tecnológica exigirá que os seres humanos aprendam a usar as máquinas com sabedoria, dizia Hilton.

Este termo, amplamente utilizado na literatura atual, nasceu conjuntamente com um novo ciclo de desenvolvimento tecnológico na metade do século XX, baseado na expansão dos maquinismos informáticos de processamento de dados e geração de comunicação. E corresponde, segundo Lévy (1999, p.248) “ao momento em que nossa espécie, pela globalização econômica, pelo adensamento das redes de comunicação e de transporte, tende a formar uma única comunidade mundial, ainda que essa comunidade seja – e quanto! – desigual e conflitante.”

Para Santaella (2005) a cibercultura é “um espaço feito de circuitos informacionais navegáveis. Um mundo virtual da comunicação informática, um universo etéreo que se expande indefinidamente”. Obstante todas as “instâncias de positividade que a Internet apresenta, ela também se constitui em terreno fértil para a proliferação de ideologias obscuras e superficiais” (SANTAELLA, 2007, p.133).

Pierre Lévy (1999, p.258) declara que “a cibercultura inventa uma outra forma de fazer advir a presença virtual do humano frente a si mesmo”, e correspondendo à globalização, a cibercultura ‘inventa um

universal sem totalidade.” O autor ressalta que como essência, a cibercultura promove a ideia do aqui e agora numa decomposição de micro totalidades universais, relocalizadas e transcendentais. As tecnologias digitais, segundo o autor, “surgiram, então, como a infra-estrutura do ciberespaço” (p.32).

O que é o universal? É a presença (virtual) da humanidade em si mesma. Quanto à totalidade, podemos defini-la como a conjunção estabilizada do sentido de uma pluralidade (discurso, situação, conjunto de acontecimentos, sistema, etc.) (LÉVY, 1999, p.123).

Esta questão parece estar a par da visão de Lemos (2009a, p.39): “Há três leis que estão na base do processo cultural atual da cibercultura, a saber: a liberação do pólo da emissão, o princípio de conexão em rede e a conseqüente reconfiguração sociocultural a partir de novas práticas produtivas e recombinaatórias.” E desses cruzamentos brotam novos signos que tentam abarcar conceitos e linguagens.

2.3.2 - Repercussões dos fenômenos técnicos e tecnológicos na cultura

Lévy (1993); Santaella (2003) e Lemos (2010) chamam-nos atenção para as distinções entre “técnica”⁵⁷ e “tecnologia”. Segundo Pierre Lévy (1993, p.7), “a técnica é uma das dimensões fundamentais onde está em jogo a transformação do mundo humano por ele mesmo.”

Seria a tecnologia um ser autônomo, separado da sociedade e da cultura, que seriam apenas entidades passivas percutidas por um agente exterior? Defendo (...) que a técnica é um ângulo de análise dos sistemas sóciotécnicos globais, um

⁵⁷ “Técnica, na sua acepção original e etimológica, vem do grego *tekhnè*, que podemos traduzir por arte. A *tekhnè* compreende as atividades práticas, desde a elaboração de leis e a habilidade para contar e medir, passando pela arte do artesão, do médico ou da confecção do pão, até as artes plásticas ou belas artes, estas últimas consideradas a mais alta expressão da tecnicidade humana” (LEMO, 2010, p.26).

ponto de vista que enfatiza a parte material e artificial dos fenômenos humanos, e não uma entidade real, que existiria independentemente do resto, que teria efeitos distintos e agiria por vontade própria. (LÉVY, 1999, p.23).

A técnica é definida por Santaella (2003) como um saber fazer, são as habilidades que são projetadas por um indivíduo a uma bateria de procedimentos que se criam, se aprendem, se desenvolvem. Para a autora, “a tecnologia inclui a técnica, mas avança além dela” (p.152). Segundo Lemos (2010, p.26) “hoje compreendemos por tecnologia os objetos técnicos, as máquinas e seus respectivos processos de fabricação. Do mesmo modo, utilizamos o termo técnica para abranger áreas tão díspares como a dança, a economia, as atividades esportivas ou mesmo objetos, instrumentos e máquinas.”

A evolução da espécie humana é fruto desse movimento perpétuo e infindável, sendo a técnica responsável pela criação da segunda natureza – a cultura – num processo de desnaturalização do homem (...). Esta naturalização de objetos técnicos impulsiona uma progressiva artificialização do homem e da natureza, sendo mesmo impensável a existência do homem e da cultura fora deste processo. (LEMOS, 2010, p.31).

Desde a primeira revolução industrial no século XVIII, a interpenetração da ciência na técnica em todos os domínios da vida social, desenvolve na sociedade a ideia do progresso e a formação de uma nova estrutura social. As mutações técnicas atingem níveis globais, surgem novas alianças entre técnica, trabalho e economia e a sociedade ocidental rompe com toda forma de tradição. O indivíduo começa sua trajetória de culto às máquinas, sua experiência de vida torna-se tecnológica e é ele mesmo instrumento de desenvolvimento técnico.

A sociedade pós-segunda revolução industrial (século XIX) se confronta e coexiste (de forma exponencial e cotidiana) com um curso intenso de informações propiciadas por dispositivos móveis que agem como extensões do corpo (e da vida). Contudo, conforme Lévy (1993, p.8), “hoje em dia ninguém mais acredita no progresso, e a metamorfose

técnica do coletivo humano nunca foi tão evidente. Não existe mais fundo sociotécnico, mas sim a cena das mídias.”

A comunicação de massa, fenômeno que ocorre em especial ao longo do século XIX, pode ser definida como uma dinâmica de transição cultural. Os meios de comunicação tinham como principais objetivos, sedimentar as ideias de progresso e desenvolvimento tecnológico nas sociedades, impondo padrões de consumo, e neste sentido, garantir a reprodução do fenômeno. Segundo Lévy (1999) mídias de massa (imprensa, cinema, rádio e televisão) são dispositivos que “difundem uma informação organizada e programada a partir de um centro, em direção a um grande número de receptores anônimos, passivos e isolados uns dos outros” (p.247). Mas, para Santaella (2003, p.79) “foi só com a TV que se solidificou a ideia do homem de massa junto com a ideia de *mass media*.”⁵⁸

A distribuição da informação pelos veículos de massa, o consequente alargamento de fronteiras (visíveis e invisíveis) e o intercâmbio entre contextos locais, nacionais e internacionais (SANTAELLA, 2003), são alguns efeitos da cultura tecnológica. Há sensíveis mudanças comportamentais, individuais e coletivas, segundo Rüdiger (2011). À exemplo, o fenômeno da televisão que, como um dispositivo encantador faz surgir, em rápida evolução, uma população que se une em torno de um plano de emocional universal, o espectador. Edgar Morin (2006, p.100) diz que esse envolvimento entre conteúdos e espectadores faz fluir um fenômeno que ele denomina de estético-espectatorial, ou seja, “a cultura de massa comporta uma parte mitológica-onírica que se apresenta não sob crença religiosa ou de fé patriótica, mas de ficções, espetáculos, divertimentos.”

As mais contundentes críticas à cultura de massa provêm dos pesquisadores alemães Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, que tencionavam mostrar que os meios de comunicação de massa eram

⁵⁸ A expressão *mass media* é usada desde 1923 para indicar os vários intermediários entre os produtores de informação e os seus consumidores, incluindo os meios de comunicação de massa (RIBEIRO, 2004). A literatura brasileira também utiliza a sinonímia cultura midiática. Contudo, foram os estudos da pesquisadora Lúcia Santaella que assinalam o uso da expressão “cultura das mídias” em 1992, propondo “dar conta de fenômenos emergentes e novos na dinâmica cultural (...), o surgimento de processos culturais distintos da lógica que era própria da cultura de massa” (SANTAELLA, 2003, p.52-53).

usados como forma de dominação, em especial dos trabalhadores ou classes subalternas.⁵⁹ Fundamentalmente, para eles, esse fenômeno se constituía como uma indústria cultural, ou seja, um setor específico da produção do sistema capitalista, e por isso, regulava o modo de vida das pessoas, por seus princípios e fins. Britto (2009, p.124) cita que Adorno e Horkheimer, “ressaltam que a Indústria Cultural combate um inimigo já derrotado: o ser pensante, capaz de crítica.”

Neste sentido, um dos meios mais eficazes para criar uma “unidade social” ou segundo Lévy, “o denominador comum”, foi a propaganda, através de diferentes formatos, principalmente pela radiodifusão, acolhida pela massa, por “seu caráter de novidade, de modernidade (...), por dialogarem com as carências sociais e pessoais dessa imensa parcela da sociedade” (BRITTO, 2009, p.121).

Vale ressaltar que a ideia de sociedade de massa não corresponde, necessariamente, a uma grande população, mas a oferta de determinado produto ou serviço a um grande volume de pessoas, e seu conseqüente consumo. Contraditoriamente, segundo Canclini (2003, p.257), os equipamentos de informação e comunicação, “como o rádio e a televisão, não eram propriedades das massas. Parecia mais justo chamá-la cultura para a massa”.

Contribuindo com o debate, para André Lemos (2009a, p.45) “esses produtos da mídia massiva são, erroneamente, chamados de meios de comunicação de massa.” São meios efetivamente informativos e que não propiciam formatos comunicativos mais amplos, “que não permitem nenhuma interação, a não ser, indiretamente, pela interpretação e demais processos simbólicos de recepção e formação de opinião pública.” Concordando, Britto (2009, p.122) chama atenção para o fato de nestes meios, “o receptor aparece como o que precisa ser “atingido”, mas não como aquele que possui papel realmente ativo.”

⁵⁹ O Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt fundado em 1923 tinha como objetivo inicial estudar a realidade do movimento operário europeu. Adorno e Horkheimer são considerados os expoentes dessa instituição e de um movimento que anos mais tarde ficou conhecido como “Escola de Frankfurt”. “A essência da obra da escola é mostrar a utilização dos meios de comunicação de massa para a dominação da população, em especial dos trabalhadores” (BRITTO, 2009, p.123). É na obra – A Indústria Cultural – O Iluminismo como mistificação das massas, dos autores citados, que surge o conceito de indústria cultural, usado até os nossos dias.

Para Lévy (1999, p.239) os receptores têm como característica “o fato de serem anônimos, passivos e isolados uns dos outros.”

Santaella (2003, p.67) assinala as consequências que geraram o fenômeno cultura das massas na sociedade brasileira:

- a) Os cruzamentos socioculturais em que o tradicional e o moderno, o artesanal e o industrial se mesclavam;
- b) A volatilidade das culturas urbanas;
- c) A dinâmica própria do desenvolvimento tecnológico da produção cultural e dos seus impactos sociais;
- d) As profundas modificações na suposta polaridade entre popular e erudito que a comunicação e cultura de massas estavam produzindo ao absorver e digerir essas formas de cultura dentro de si dissolvendo suas fronteiras;
- e) As novas e flexíveis interações entre culturas de elite, popular e de massa.

Como crítica ao fenômeno e suas implicações culturais, segundo Morin (2006, p.101) a cultura de massa pode ser concebida como “um aspecto capital da extensão ou da democratização da cultura urbana burguesa, e, de resto, desenvolveu-se na e pela destruição das culturas rústicas-plebeias”. Entretanto, segundo Canclini (2003, p.255):

A rigor, o processo de homogeneização das culturas autóctones da América começou muito antes do rádio e da televisão: nas operações etnocidas da conquista e da colonização, na cristianização violenta de grupos com religiões diversas – durante a formação dos Estados nacionais –, na escolarização monolíngue e na organização colonial ou moderna do espaço urbano.

Os primeiros estudos sobre comunicação, registram a cultura de massa como uma subcultura da estrutura social, por isso o equívoco de que os meios de comunicação de massa constituíam-se de ameaça às tradições populares. Neste sentido, para Canclini (2003, p.22), “a

modernização diminui o papel do culto e do popular tradicionais no conjunto do mercado simbólico, mas não o suprime.” Concordando, Santaella (2003, p.56) diz que houve uma recomposição nos papéis culturais, nos cenários sociais e até mesmo no modo de produção, mas a cultura de massa não apagou a existência de outras formas culturais presentes.

Os estudos de Lemos (2010, p. 52-53) assinalam que o desenvolvimento tecnológico pode ser distinguido por três fases:

1. A fase da indiferença (até a Idade Média) – caracterizada pela mistura entre arte, religião, ciência e mito. A técnica não possui destaque como uma “realidade em si, independente das outras esferas da cultura.”
2. A fase do conforto (Modernidade) – localizada no princípio da modernidade. “A natureza é dessacralizada, controlada, explorada e transformada. A mente está separada do corpo. A razão torna-se independente e é, daqui em diante, a norma que dirige o progresso das condições materiais e existência.”
3. A fase da ubiquidade (Pós Modernidade) ou fase da comunicação e informação digital – “corresponde à conclusão da fase do conforto (a natureza é agora controlável) e ao surgimento da tecnologia digital, permitindo escapar do tempo linear e do espaço geográfico. (...) É a fase da simulação. Estamos no vácuo espaço-temporal que alguns chamam de fim da História.”

Santaella (2003, p.13) classifica por “eras culturais”: (1) a cultura oral, (2) a cultura escrita; (3) a cultura impressa; (4) a cultura de massas; (5) a cultura das mídias e; (6) a cultura digital. Entretanto, é válido registrar que “não se trata aí, de períodos culturais lineares, como se uma era fosse desaparecendo com o surgimento da próxima. Ao contrário, há sempre um processo cumulativo de complexificação. (...) uma nova formação comunicativa e cultural vai se integrando na anterior, provocando nela reajustamentos e refuncionalizações” (p.15). Pois conforme McLuhan (2000) uma nova mídia toma como ambiente a mídia anterior.

Santaella (2007, p.128) considera curioso que em meados dos anos 1980, época em que a internet emergia “e a simbiose entre os seres humanos e as máquinas apenas se insinuava em um tipo de ficção que

passou a ser conhecida sob a rubrica de *ciberpunk*⁶⁰, jovens escritores já pressentiam os desenvolvimentos e complexidades do estado atual e futuramente prometido das tecnologias.” Também para Canevacci (2013, p.254) “quando o computador ainda era desconhecido do grande público; tecnologias digitais e contraculturas, *cyberpunk* se difundiram entre âmbitos múltiplos, da música ao modo de vida, da publicidade à web-comunicação e em seguida design, arte, arquitetura.”

A oferta de equipamentos e dispositivos que permitem formas individuais de interação informacional possibilita aos usuários também a escolha e consumo de conteúdos de forma individualizada e personalizada. Mas não são ‘simples’ extensões de membros do nosso corpo, constituem-se “extensões de órgãos sensoriais humanos especializados, a saber, extensões do olho e do ouvido, da visão e da escuta” (SANTAELLA, 2009, p. 105).

Quando digo que não se trata de meras extensões dos sentidos, chamando-os de máquinas semióticas, quero dizer que esses aparatos internalizaram no seu *modus operandi* um certo nível de inteligência, mesmo que seja, nesse estágio, um tipo de inteligência que não vai além da imitação do funcionamento dos órgãos sensoriais humanos. Entretanto, não se pode negar que tenham pelo menos alguma inteligência, pois, como simuladores dos órgãos sensoriais, são capazes de produzir e reproduzir novas entidades que, nos últimos dois séculos, vêm provocando profundas mudanças na face do planeta. (SANTAELLA, 2009, p.105).

⁶⁰ A palavra *ciberpunk* começou a ser usada em 1983 por Gardner Dozois editor da *Isaac Asimov's Science Fiction Magazine*, a partir de uma história homônima escrita por Bruce Bethke. Desde então, o termo passou a designar um tipo de ficção científica com características comuns que encontram sua exemplaridade na obra *Neuromancer* (1984) de William Gibson. Nessa história, a personagem, como sanção por um dano cometido, é banida da imersão em ambientes virtuais e condenada a viver aprisionada nos limites de seu próprio corpo. A construção de seres etéreos, de puro *software* por meio da inteligência artificial, sugerida nessa novela, atingiu um clímax de popularidade depois do sucesso recente alcançado pela série de filmes *Matrix* e seus *games* correspondentes (SANTAELLA, 2007, p.128).

As “novas mídias de função pós-massiva são mídias de comunicação, de diálogo, de conversação”, ressalta Lemos (2009c, p.02). E ao ser questionado a respeito da apropriação da cultura digital no Brasil, o autor diz:

Desterritorializar, não é? (...) Eu acho que esse é o grande desafio para a gente. E a internet e essa cultura digital criam uma possibilidade gigantesca no Brasil, porque ela dá a oportunidade que as pessoas produzam coisas. Eu acho que a quantidade aí é algo fundamental. Quanto mais gente nós temos fazendo blogs, fazendo vídeos, com celular, com câmeras mini-DV, escrevendo no Twitter, fazendo microcontos, criando ONGs, associações, lutando de maneira ativista ou artística, melhor (LEMOS, 2009c, p.14).

Recuero (2009, p.116) ressalta a capacidade das redes sociais e da Internet, de difundir informações através das conexões existentes entre diferentes atores, alterando de forma significativa os fluxos de informação dentro da própria rede. “Tal mudança criou novos canais e, ao mesmo tempo, uma pluralidade de novas informações circulando nos grupos sociais (...)”, em associação, “o aparecimento de ferramentas de publicação pessoal, tais como os weblogs, fotologs, e mesmo o YouTube”. Publicar, curtir e compartilhar, são as principais ações dessas “interfaces que possibilitam a convivência online bem como a criação de grupos sociais e o compartilhamento de artefatos culturais” citam Santos e Rossini (2014, p.87). Santinello e Versuti (2014, p. 187) citam que “essas redes modificam-se em relação ao tempo, pois envolvem características como cooperação, competição e conflito, o que influencia as ações dos sujeitos que se utilizam delas para comunicação, difundindo-se, assim, informações distintas”.

Pereira (2012, p.110) observa que desde os anos de 1998 há registros de *blogs* brasileiros, caracterizados como “diários eletrônicos (*blogs* pessoais, canal de expressão pessoal); publicações eletrônicas, (destinados às informações sobre determinados temas em que a expressão pessoal não é o objetivo) *blogs* de jornalistas, *blogs* literários, etc.” Visto como uma ferramenta popular o *blog* está associado à ideia de um diário virtual (BLOOD, 2000).

Ao longo deste capítulo foi possível assinalar a impossibilidade de separação entre indivíduo e seu ambiente, quer seja imaterial (ideias e representações) ou material (artefatos técnicos e tecnológicos). “O entendimento de cibercultura enquanto uma nova cultura emergirá dos sujeitos envolvidos neste mundo conectado e não a partir do desenvolvimento tecnológico”, defende Bucchioni (2009, p.03).

O capítulo abaixo, “Políticas de inclusão digital e populações indígenas brasileiras”, expõe as medidas tomadas por diferentes setores da sociedade brasileira no sentido de implantar as prerrogativas de uma “sociedade da informação” em nosso território⁶¹. Destaca-se neste contexto, como esse fenômeno se dá em comunidades constituídas por “grupos minoritários e/ou marginalizados”.

2.4 - POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E POPULAÇÕES INDÍGENAS BRASILEIRAS

No Brasil, assim como em diversas partes do mundo, as populações indígenas (denominadas em outros países também como nativas ou autóctones) se configuram como um dos segmentos mais desfavorecidos do ponto de vista econômico, habitacional, educacional e dos indicadores de saúde, como revelam os censos e outras pesquisas que mensuram as condições de vida da população brasileira. Além disso, por razões culturais ou de relação com o ambiente, requerem políticas públicas específicas (IBGE 2010, 2012, p.52).

Sobre os antecedentes da inclusão digital, a Lei Geral de Telecomunicações – Lei nº 9472/97 de 16/07/1997, “Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.” Destaca-se em seu Art 2º, que o “Poder Público, tem o dever de: I - garantir, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas” e; “II - estimular a expansão do uso de redes e serviços de telecomunicações pelos serviços de interesse público em

⁶¹ Texto publicado na Revista Amazônida, v. 19, n.2, p.93-120, 2015. (Versão impressa), sob o título: Inclusão digital de povos indígenas brasileiros - experiência de inclusão social e fortalecimento da identidade cultural.

benefício da população brasileira.” (BRASIL, 1997). De acordo com Figueiredo (2014, p. 68), a referida Lei propõe a universalização do acesso à informação e à tecnologia da informação, constituindo-se desse modo, uma obrigação legal e uma prioridade declarada das políticas públicas.

No ano de 1999, o Ministério da Ciência e Tecnologia produziu um documento com o título ‘Bases de um Programa Brasileiro para a Sociedade da Informação’. Como objetivo principal, articular e coordenar ações de modo a “garantir vantagem competitiva para a pesquisa, desenvolvimento e ensino brasileiros, acelerando a oferta de novos serviços e aplicações na Internet, em prol da inserção internacional dos produtos, serviços e empreendimentos brasileiros.” Entre suas principais argumentações, o documento aponta os impactos que as redes digitais de alta qualidade deverão ter na sociedade, sobretudo no que tange à educação, cultura e exercício da cidadania; a função das tecnologias de informação no campo econômico atendendo a novas demandas de produtos e serviços e na renovação de estruturas tradicionais de produção e comercialização; o valor das tecnologias de informação frente ao mercado internacional; a necessidade de infraestrutura de redes e suporte para diferentes atividades e; a urgência no suporte à pesquisa e à formação de especialistas na instalação, operação e desenvolvimento de serviços e aplicações para a nova geração de redes de alta velocidade (BRASIL, 1999).

Ainda neste ano, o Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999 cria o Programa Sociedade de Informação, marco oficial brasileiro de inserção a sociedade da informação, contemplando em seus objetivos,

(...) integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para que a economia do país tenha condições de competir com o mundo global, e ao mesmo tempo, contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade.

Os primeiros passos para a inclusão de povos indígenas à sociedade tecnológica foram dados durante a primeira Cúpula Mundial sobre a sociedade da informação, realizada em Genebra no ano de 2003, pela União Internacional de Telecomunicações (UIT), agência da

Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de recomendações e medidas de acesso e uso das TICs. Em 2005 durante a sua segunda edição, realizada em Tunis, na Tunísia definem-se os modos de participação dos atores sociais, incluindo discussões sobre a questão etnocultural.

O relatório de 2005 repete 2003, ao enumerar os princípios essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade da informação que beneficie a todos, dos quais destaco: melhora no acesso à infraestrutura de informática e telecomunicações; criação de um ambiente de incentivo à adoção de novas tecnologias; desenvolvimento e ampliação das aplicações das TICs; respeito à diversidade cultural; respeito às dimensões éticas da sociedade da informação; incentivo à cooperação internacional e regional; (...) (YOUNG, 2006, p.98).

Como compromisso assumido com os povos indígenas, o documento indica: “trabalhar ativamente para lograr o multilinguismo em Internet, como parte de um processo multilateral, transparente e democrático em que intervenham os governos e todas as partes interessadas, em seus respectivos papéis.” (PROGRAMA DE AÇÕES DE TUNÍSIA PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO)⁶²

A UNESCO⁶³, em sua página brasileira, registra que a “Lei Geral de Acesso à Informação do Brasil, sancionada em 18 de novembro de 2011 e em vigor desde 16 de maio de 2012 e foi um grande avanço para o país nesta área”. O modelo desse marco legal propõe regras demarcatórias do papel do Estado como, “fornecedor de informações por ele geradas aos cidadãos e cidadãs, e pela diminuição da exclusão digital.”

Pinto (2009, p.08) cita que uma das principais estratégias criadas pelo governo no combate à exclusão digital “foi o FUST-Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, através da lei de número 9.998 do dia 17 de agosto de 2000.” Entre outras ações, pretendia “(...) proporcionar recursos destinados a cobrir a universalização de serviços de telecomunicações”, numa ação conjunta

⁶²Disponível: <http://www.itu.int.wsis/>. Acesso em 02 de setembro 2014.

⁶³Disponível: <http://www.unesco.org.br>. Acesso em 11 de outubro 2014.

com a ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações). Ainda de acordo com a autora citada, o Instituto Nacional de Tecnologia (ITI), vinculado à Casa Civil foi o órgão responsável pela guarda da certificação digital oficial do Brasil, bem como pioneiro nas articulações para democratização das TICs. Por meio do Programa PC Conectado lançado em junho de 2005 o ITI incluiu o tema na agenda das políticas públicas brasileiras, provocando debates em diversos setores (PINTO, 2009b).

Entre as medidas governamentais brasileiras de acesso e uso das TICs que incluem populações indígenas estão:

(a) O Ministério da Cultura financia desde 2004 a criação de telecentros multimídias com acesso à Internet – os Pontos de Cultura – cujas ações pretendem estimular a produção cultural em rede, valorizando a integração comunitária⁶⁴. Nos anos de 2010 foram instalados 650 Pontos de Cultura, destes, 30 caracterizam-se como Pontos de Cultura Indígena desenvolvidos em parceria com a FUNAI por meio do Programa Mais Cultura, além de outros 50 Pontos de Cultura instalados em comunidades indígenas através do Programa Cultura Viva (RENESE, 2011).

(b) O Programa Nacional de Apoio a Inclusão Digital nas Comunidades – Telecentro.BR – lançado em fevereiro de 2010 e coordenado pelo Ministério do Planejamento, objetivando a ampliação e coordenação das políticas existentes na época, implantando e modernizando os telecentros;

⁶⁴ Entre os 650 Pontos de Cultura em funcionamento no início de 2010, 30 são Pontos de Cultura Indígena, desenvolvidos em parceria com a FUNAI através do Programa Mais Cultura; 50 são Pontos de Cultura implementados em comunidades indígenas com ação direta entre comunidade e Programa Cultura Viva. Disponível: http://www.cultura_viva/?page_id=9. Acesso em 11 de outubro 2014. De acordo com Renesse (2011), até meados de 2010 existiam cento e treze pontos de acesso à internet, situados em aldeias indígenas. Os pontos de acesso, a maior parte instalada após 2007, principalmente em escolas e organizações comunitárias, estavam localizados em 20 Estados do Brasil: Acre (14), Alagoas (2), Amazonas (12), Amapá (2), Bahia (6), Ceará (2), Maranhão (3), Minas Gerais (2), Mato Grosso do Sul (4), Mato Grosso (11), Paraíba (2), Pernambuco (6), Paraná (1), Rio de Janeiro (1), Rondônia (4), Roraima (26), Rio Grande do Sul (6), Santa Catarina (4), São Paulo (3) e Tocantins (2).

(c) Projeto Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), criado em 2002 pelo Ministério das Comunicações. Possui ações direcionadas prioritariamente para comunidades em condições de vulnerabilidade e que não possuem acesso as TIC. Associa-se ao Ministério das Comunicações, outros 13 ministérios⁶⁵. De acordo com dados constantes no *site*⁶⁶ através da adoção do *software livre*, “oferece gratuitamente conexão à Internet em banda larga – por via terrestre e satélite”, e as comunidades atendidas contam com o *site* www.idbrasil.org.br, que está acessível a todos. O Programa é estruturado por meio de Pontos de Presença e Pontos GESAC, oferecendo serviços gratuitos, como acesso à Internet, recursos digitais, capacitação e oficinas. Os Pontos estão distribuídos em municípios de todas as regiões do país, instalados em escolas públicas, órgãos públicos, sindicatos, aldeias indígenas, comunidades quilombolas e ribeirinhas, zonas rurais, periferias urbanas, telecentros comunitários, pontos remotos de fronteira, sedes de organizações não governamentais, dentre outros. (GESAC. RELATÓRIO/2009, 2010, p. 09).

Como é possível notar, na parcela final dos anos de 1990 e nas décadas seguintes, uma série de medidas públicas de inclusão digital são implementadas junto às comunidades brasileiras afastadas dos grandes centros, incluindo povos denominados minoritários ou marginalizados. Populações indígenas são incluídos no contexto do atendimento a essa demanda.

Contudo, vale registrar que há na literatura, diferentes visões acerca da implantação de políticas públicas de inclusão digital e suas ramificações. Em sua análise, Morales (2008) cita que como resultado de acordos globais, a implementação do GESAC não possui caráter local ou tradicional, ainda, não teve origem em instituições indigenistas como a FUNAI, por exemplo. Para a autora, há desarmonia nos discursos de instituições públicas e projetos de implantação das TIC e os atores locais, quanto à acessibilidade, manutenção das máquinas,

⁶⁵ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC); da Pesca e da Agricultura (MPA); da Defesa (MD); do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Educação (MEC); de Minas e Energia (MME); da Saúde (MS); do Turismo (MTur); da Cultura (MinC); da Justiça (MJ); da Integração Nacional (MI) e; do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

⁶⁶ Disponível: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/inclusao-digital/programa-gesac>. Acesso em 23 de agosto 2014.

capacitação de técnicos, questões relacionadas a infraestrutura prometida pelo Estado durante a etapa da implantação.

Divergindo sobre a questão, para Pinto (2009b, p.10), entre as políticas públicas de inclusão digital, o GESAC “é quem mais têm conseguido incluir a uma ampla variedade da população, considerado, sobretudo as localidades de difícil acesso (...), que passou a considerar as particularidades, diferenças da comunidade brasileira. Em muitos casos o GESAC é o único canal de comunicação da população.” Conforme afirma Pereira (2012, p. 19), “a demanda indígena pela inclusão digital é maior que a cobertura oferecida.”

Em um exemplo claro, os prêmios sociais, projetos, e outros programas sociais do governo que são atendidos pelo GESAC, não se complementam, ou são abandonados pelas instituições financiadoras, no caso o Governo federal por meio dos Ministérios. Para isso vamos citar aqui o projeto índios on line (www.indiosonline.org.br) que inicialmente teve computadores e acesso a internet pagos pelo governo em algumas comunidades, seguido pelo ganho do premio ponto de cultura, também assistencializado pelo governo, que atendeu outras comunidades e hoje, esse projeto sofre com as dificuldades para manter esses pontos ativos, a falta de equipamento, pois uma vez inseridos nas comunidades, aumenta a demanda dos usuários, e o sucateamento dos mesmos. Atualmente o projeto atende comunidades que quase todos os estados da federação brasileira, que para manter o portal atualizado, recorrem a lan houses, laboratórios de escolas e universidades (Texto de Alex Makuxi, 2011, p.10-11)⁶⁷.

Para Ademario, diretor da escola indígena Pataxó:

O GESAC foi uma luta. A gente queria que fosse implantado dentro de nossas comunidades porque a gente também queria se informatizar; A gente

⁶⁷ Texto “Inclusão digital e comunidades indígenas: a internet como parceira”. Disponível: <http://www.indioeduca.org/?p=729>. Acesso em 14 de abril 2015.

não queria ficar no centro da mata, a gente quer conhecimento como os outros não indígenas (...). A gente sabe se expressar e sabe se comunicar e fala seus próprios projetos e reivindica realmente o que é melhor. (MORALES, 2008, p.55).

Renesse (2011, p.18-19) destaca que as Secretarias Estaduais de Educação se aliam ao Programa e promovem a inclusão digital em escolas indígenas. A Fundação Bradesco, representando as ações do setor privado, “conta com uma centena de Centros de Inclusão Digital nos país, inclusive em aldeias indígenas.” “(...) a Associação de Cultura e Meio Ambiente, o Instituto Socioambiental (ISA), o Comitê para Democratização da Informática e outros órgãos, detém seus próprios programas, mesclando recursos oferecidos no âmbito dos programas mencionados acima, com financiamentos de outras fontes.”

As parcerias envolvem agentes externos ao governo, associando frequentemente o setor privado que atua como patrocinador, um ou vários órgãos do poder público estadual ou municipal cofinanciando os projetos ou fornecendo uma contrapartida em espaços ou serviços e, comumente, organismos não-governamentais operando junto às comunidades na qualidade de proponentes e coordenadores dos projetos, envolvendo muitas vezes, ainda, outras entidades nacionais ou estrangeiras no financiamento. (...) Tais projetos envolvem tipicamente uma nebulosa de agentes representando múltiplos setores da sociedade, cada qual com intenções e objetivos próprios. (RESENSE, 2011, p.19).

Na visão de Cazeloto (2008, p.197), a informatização generalizada no cotidiano de comunidades marginalizadas “reforça as estruturas de subordinação e poder da cibercultura e capitaliza as redes de produção internacionais até o espaço da vida privada”.

Segundo Moura (2013, p.595), propostas de inclusão digital para “segmentos que, por séculos, viveram em condição de invisibilidade é também uma forma de ação reparadora, tendo em vista que se desenvolve entre grupos específicos que apresentam menores chances de serem incluídos.” Ainda segundo o autor, “o ponto-chave para a inclusão social é a diversidade, mas infelizmente, os programas de inclusão digital são incapazes de partilhar e acolher alternâncias para a efetivação de políticas de diversidade”, revelando programas e políticas públicas, em sua maioria, omissas acerca das especificidades e

demandas locais. “Um problema sempre suscitado quando se inicia um trabalho sobre inclusão digital é o da constante afirmação no campo acadêmico de que esse processo peca por não ter incorporado os direitos humanos, sociais e históricos de povos minoritários” (p.582).

De modo enfático Cazeloto (2008, p.197) declara que, tomar o projeto de inclusão digital como “motor de realização da justiça social é o mesmo que fazer uma justaposição mecânica”, pois o discurso igualitário desconhece as peculiaridades dos contextos nos quais se dá esta inclusão. E desse modo, “reforça as estruturas de subordinação e poder da cibercultura e capitaliza as redes de produção internacionais até o espaço da vida privada.”

Contrapondo a visão de Cazeloto, Pinto (2009b, p.02) diz que se o problema social de acesso às TICs foi solucionado com os programas de inclusão digital, ficou o “desafio de ensinar aos usuários no uso criativo e produtivo das informações digitais das redes, isto é, a criação de conteúdos.”

Para a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2015.p.17-18) “na última década constatam-se ingentes avanços na promulgação de leis e decretos, em diferentes âmbitos e com diversos alcances”, no entanto, segundo o documento “este processo de inclusão ocorre com contradições e mesmo retrocessos, e as brechas na aplicação dos direitos dos povos indígenas, plasmados nas constituições e legislações internas, continuam sendo críticas.”

O referido documento usa a expressão ‘brecha digital’ para descrever “a separação entre quem tem acesso efetivo às tecnologias digitais e da informação, em particular a Internet, e quem tem um acesso muito limitado ou carece de acesso”. Compreendida como um conjunto de fatores tecnológicos e de habilidades de uso, a brecha digital “inscreve-se nas dinâmicas de inclusão e exclusão e ocorre a partir do reforço e aprofundamento de desigualdades sociais e econômicas preexistentes” (CEPAL, 2015, p.111).

2.4.1 - Indígenas brasileiros – acesso e uso das tecnologias digitais

Destacam-se, nas laudas seguintes, projetos cujas ações são desenvolvidas junto a comunidades indígenas investigadas por

pesquisadores brasileiros. Desde a década de 1980 os pesquisadores Dominique Gallois e Vincent Carelli (1995) investigam formas de auto representação de populações indígenas através da produção de vídeos. Gallois e Carelli (2010, p.04) afirmam que a relação de povos indígenas com as tecnologias promove a sua sobrevivência cultural, garantindo que comuniquem e expressem “sem tutor, sua posição quanto ao convívio com nossa sociedade.”

Pereira (2008) realizou um mapeamento da presença indígena brasileira na Internet entre os anos de 2005 e 2007, salientando que os primeiros registros de participação indígena brasileira na rede, datam de 2001 sendo que em 2006, havia 27 *sites* indígenas *online*. No ano de 2008 eram 37 *sites*, os quais foram classificados segundo a autora por: *sites de organização* (62,17%); *sites pessoais* (21,62%) e; *sites de etnias* (16,21%).

Ainda de acordo com os estudos de Eliete Pereira, na dinâmica do ciberespaço tanto a criação quanto a desarticulação de *sites* e *blogs* indígenas acontecem de forma dinâmica, fluida. Resultados de sua pesquisa estão na publicação do livro ‘Ciborgues Indígenas a presença nativa no ciberespaço’. Nele, a autora realiza um mapeamento de 50 *sites* indígenas entre os anos de 2006 e 2009, refletindo sobre as “aberturas e cruzamentos dos significados da presença indígena no ciberespaço” (PEREIRA, 2012, p.24). Desse modo, segundo ela,

Essas potencialidades do ciberespaço de promoção do protagonismo indígena lançam desafios para os mesmos. Se a luta por aquilo que para os índios é central em suas demandas - a “terra” como lugar de sobrevivência cultural - já não passa pela ocupação de espaços políticos tradicionais, mas pelo ambiente informacional, é porque nele se revelam as mais diversas dinâmicas, intrínsecas ao sentido comunicativo da ação e do conflito. Para dar conta desse desafio, as organizações indígenas, principalmente aquelas nacionais e regionais, estão aos poucos buscando profissionalizar-se, introduzindo na gestão das suas organizações uma estrutura voltada à gestão da informação. (PEREIRA, 2012, p.119).

Outra questão manifestada pela autora é o significado da palavra “presença” indígena na Internet. Segundo ela, “presença não corresponde diretamente à participação”. A “participação efetiva depende do envolvimento, óbvio, de sujeitos e/ou povos indígenas” (que se autodefinem indígenas), “de forma atualizada”. Não obstante, a autora considera em sua pesquisa “a presença indígena associada à participação dos próprios índios, mesmo quando os *sites* não são constantemente atualizados”, “pois *sites* que foram, por algum motivo, “abandonados”, ou seja, estão desatualizados, ainda assim são indicativos de uma “participação”” (PEREIRA, 2012, p. 105).

Em sua pesquisa sobre os Kaiowá/Guarani do Mato Grosso do Sul, região norte do Brasil, Perreli (2008, p.382) diz que estes grupos usam a Internet desde os anos 2000, como modo de “incorporar conhecimentos e tecnologias do mundo dos brancos e afiná-las com o seu modo de ser e viver, com sua forma de organização política, social e econômica”.

Na análise do Blog Diários (atual Arquivos) sitiado no portal da Rede Índios Online, Bucchioni (2009, p.11) se empenha em entender como o espaço virtual adquire sentido e significado para seus participantes. Diz a autora:

Embora, eu achasse que os textos evidenciarium certa dificuldade com a língua portuguesa, devido á tradição majoritariamente oral dos povos indígenas, o que se verificou foi, justamente, o contrário (...). Realmente interessante nesse contato foi a quantidade de vídeos com o qual me deparei (...). O uso desse recurso é totalmente viável, sobretudo se pensarmos que essa ferramenta permite a permanência da comunicação oral, fato que facilita a participação da comunidade indígena, como pude observar nos diversos vídeos com depoimentos, reflexões de índios mais velhos. (BUCCHIONI, 2009, p.11-12).

Os estudos de Tavares (2012, p.89) apresentam um mapeamento e análise da comunicação de povos indígenas brasileiros na Internet. Para a autora “observa-se, na diversidade dos cibermeios encontrados, a busca pela construção de uma comunicação

independente, de autoria de povos indígenas (...).” Ainda segundo ela, ao construir as próprias narrativas significa “uma mudança de representatividade para esses povos se compararmos com a antiga relação de subordinação perante a cobertura do jornalismo tradicional como único canal de comunicação com a sociedade” (p.91).

Silva e Cavalcante (2009) refletem sobre modos de “reinvenção” cultural dos índios Tapebas residentes no município de Caucaia, no Estado do Ceará. A origem do fenômeno se deu a partir da implantação de um telecentro nos anos de 2000 pela ONG Visão Mundial. Segundo as autoras, desde a época da implantação do projeto, até os dias atuais há, entre os indígenas, opiniões dissonantes a respeito do uso da tecnologia na comunidade. Porém, a maioria dos Tapebas, percebe as tecnologias digitais como ferramentas necessárias “para o fortalecimento de sua identidade étnica e, por que não dizer, da luta pela retomada de suas terras” (p.02).

Segundo as autoras, há pouca diferença cultural entre a comunidade Tapeba e as comunidades circundantes de não índios. As influências ocorrem pelo “estabelecimento de relações de trabalho e lazer com os não-índios da região e a ocorrência de casamentos interétnicos (...) fez com que parte dos índios de Caucaia perdesse (...) o interesse no cultivo de mecanismos de distinção e de afirmação étnica.” Contudo, a partir da regulamentação de suas terras, buscam ressignificar sua cultura.” Curiosamente, para Estênio Tapeba, o professor da escola local, a Internet também é usada para reaprender sua língua materna. “Eu estudo Tupi e tento repassar Tupi pros meus alunos (...) e eles estão gostando” (SILVA; CAVALCANTE, 2009, p.09). É também neste sentido que as autoras utilizam a palavra “reinvenção”, ou seja, através das tecnologias digitais, índios integrados⁶⁸ estabelecem contato com seus referenciais tradicionais, trocando informações e conhecimentos

⁶⁸ Darcy Ribeiro (1996) define índios integrados aqueles que perderam sua língua original e em sua aparência não se distinguem de comunidades rurais com quem convivem. Utilizam dos mesmos hábitos alimentares, se vestem do mesmo modo dos não-índios. Segundo o autor, há ainda outras ‘categorias’: *isolados* que são os grupos que vivem em áreas afastadas e que só tiveram contato com não-índios de forma rara ou acidental. *De contato intermitente* àqueles cujos territórios começam a ser alcançados e ocupados por grupos sociais distintos e indígenas de contato permanente que corresponde a grupos que já perderam sua autonomia social e estão em completa dependência com a sociedade vigente.

com parentes que preservaram sua cultura de origem, ainda, pesquisando em materiais disponíveis na própria rede.

Freitas e Mattos (2009) destacam o fenômeno da comunicação como canal de interação sociocultural nas chamadas mídias alternativas ou comunitárias. A Rádio Caramuru FM⁶⁹ criada pelo povo Pataxó Hã-Hã-Hãe no sul da Bahia é usada como instrumento contra hegemônico, de luta e fortalecimento cultural. Conforme dizem os autores o acesso às mídias massivas por uma comunidade “dá voz” a uma “discursividade particular da tradição indígena e da sua autorrepresentação” (p.13).

Em seus estudos sobre os Guaranis do Estado de Santa Catarina, Nunes Jr.(2009) argumenta que a apropriação e uso da Internet por grupos indígenas substituíram os antigos intermediários: Funcionários do Estado, Cientistas, entre outros, e “que a opção indígena pelas tecnologias, segundo relatos colhidos nas aldeias Guarani, não vem pelo gosto ou curiosidade, mas pela necessidade” (NUNES Jr., 2009, p.53). Fato similar acontece com os indígenas Guajajara⁷⁰. Em depoimento no I Simpósio indígena sobre Usos da Internet no Brasil⁷¹, o líder Paulo explica: “(...) infelizmente a gente tem que se apropriar desta ferramenta porque a necessidade requer, devido aos contatos.” “(...) na percepção de Paulo, não é que o Guajajara se interessam pela Internet, mas precisam saber lidar com ela não porque

⁶⁹ A Rádio Caramuru FM está localizada na reserva Caramuru-Catarina Paraguaçu, localizada entre os municípios de Camacan, Pau-Brasil e Itajú da Colônia, situados na região Sul da Bahia (FREITAS; MATOS, 2009, p.8). Existem atualmente mais de 4.800 rádios comunitárias com funcionamento autorizado pelo Ministério das Comunicações. Dentre essas, apenas uma sediada em Terra Indígena, duas em assentamentos rurais, 32 com sede em zonas rurais e nenhuma em comunidade quilombola. Isso não significa que não existam experiências de rádio entre esses grupos. Fonte: Associação Mundial de Rádios Comunitárias – AMARC Brasil (2013). Disponível em: <http://amarcbrasil.org>. Acesso em 15 de janeiro 2014.

⁷⁰ Os Guajajara são um dos povos indígenas mais numerosos do Brasil. Estima-se que há 18.342 habitantes de 11 Terras Indígenas na margem oriental da Amazônia, todas situadas no Maranhão. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJA63EBC0EITEMIDOF0E8C69757740BF8BEA00577BE61324PTBRNN.htm>. Acesso em 05 de novembro 2014.

⁷¹ Realizado na Universidade da São Paulo (SP), nos dias 24 a 26 de novembro de 2010. Participaram do evento 24 convidados vindos de 16 diferentes comunidades indígenas, de 13 estados brasileiros. Disponível em: <http://www.usp.br/nhii/simposi/>. Acesso em 5 de novembro 2014.

representa um potencial de atuação para os membros da comunidade, mas porque representa o efeito inevitável do contato, isto é, do protagonismo do mundo exterior marchando sobre os Guajajara”, salienta Renesse (2011, p. 38).

Corrêa (2010); Costa (2010) e Neves (2010) ao registrar o projeto ‘Crianças Suruí-Aikewára: entre a tradição e as novas tecnologias’⁷², desenvolvido em uma comunidade indígena localizada na região Sudeste do Estado do Pará, entre os municípios de São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia, salientam ações afirmativas da identidade indígena através da criação e produção de audiovisuais. As mídias digitais “tem servido para dar visibilidade e “guardar” a história e a memória da comunidade indígena.” E “numa reflexão preliminar podem ser constatados ganhos positivos para a comunidade, uma vez que se abre a possibilidade de conhecer a realidade desse povo (...)” (COSTA, 2010, p.11).

Não obstante as pesquisas apresentadas acima, de forma enfática, Moura (2013, p. 582) relata que populações tradicionais e indígenas brasileiras ainda têm pouca presença. “Temos um ciberespaço de cerceamento da diversidade cultural e invisibilizador das culturas e cosmologias indígenas e de matriz africana; um espaço de formação e informação que não foi absorvido pelos conceitos de inclusão, a qual se encontra, meramente, no plano intelectual”. Há no Brasil segundo o autor “a ideia errônea de inclusão digital como “modismo”, apoiado em ações isoladas e superficiais”. O autor defende uma proposta de inclusão digital que vise o “fortalecimento da sociedade civil”, especialmente através da “prática do aprender, do ensinar e de promover mudanças juntos” (p.584).

⁷² O projeto é financiado pelo programa Criança Esperança, amplamente divulgado pela Rede Globo/UNESCO e a Universidade da Amazônia. Teve início em 2010, com a finalidade de “construir junto com índios Suruí, metodologias de ensino que conciliem a tradição cultural com a elaboração de materiais didáticos de diferentes linguagens, livros, CD-Rom e DVDs que sirvam de apoio e de utilização na escola.” (COSTA, 2010, p.2).

2.4.2 - Conceitos de inclusão digital

Segundo a pauta da Primeira Oficina de Inclusão Digital, realizada em 2001 através de uma ação conjunta entre setores públicos e sociedade civil,⁷³ inclusão digital é a “denominação dada, genericamente, aos esforços de fazer com que as populações das sociedades contemporâneas possuam acesso aos conhecimentos necessários para utilizar os recursos de tecnologia de informação e de comunicação existentes, dispondo também de acesso físico e regular a esses recursos.”

Conforme os estudos de Rondelli (2003, p.01), a inclusão digital “esta relacionada à aprendizagem necessária ao indivíduo para circular e interagir no mundo das mídias digitais, como consumidor e produtor de seus conteúdos e processos.” Desse modo, os níveis ou tipos de inclusão digital dependem do uso que as pessoas fazem das informações e dos recursos tecnológicos que tem acesso.

Na visão de Neri (2003, p.06), a inclusão digital “representa um canal privilegiado para a equalização de oportunidades da nossa desigual sociedade em plena era do conhecimento”, constituindo-se atualmente, segundo Sorj (2003, p.14), “uma das condições fundamentais de integração na vida social.”

Ainda nesta perspectiva, Costa (2005, p.05) cita que a inclusão digital “é vista como um importante meio de integração das classes menos favorecidas, sendo um fator de auxílio para a inclusão social das mesmas”, contudo, para Young (2006, p.97), “significa capacitar as pessoas para o uso efetivo dos recursos tecnológicos de maneira plena,

⁷³ Organizada pela Secretaria de Comunicação de Governo da Presidência da República e da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, com o apoio das organizações do Terceiro Setor: Sampa.org, Rede de Informações para o Terceiro Setor - RITS e Comitê de Democratização da Informática e do Governo do Distrito Federal. Os resultados dos trabalhos desenvolvidos durante o evento servirão como subsídio na formulação do posicionamento do Governo Federal brasileiro em relação a políticas públicas e estratégias na área digital. São aliados deste Projeto o Programa Sociedade da Informação, Comunidade Ativa e UNESCO. Disponível: <http://www.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em 17 de outubro 2014.

como ferramentas que contribuem para o desenvolvimento social, econômico, intelectual e político do cidadão.”

Pinto (2009b, p.03) ressalta o termo inclusão digital como surgido “ante o intensivo desenvolvimento das TICs, sobretudo da tecnologia digital on-line”. Ainda segundo a autora, a inclusão digital de grupos indígenas brasileiros começou como uma política pública, mas há iniciativas da área privada, da sociedade civil, de empresas transnacionais e organismos internacionais.

A questão da promoção da inclusão digital por parte dos governos e de organizações não governamentais pode significar um tipo de controle e coerção segundo Salazar (2007, p.15), e neste sentido, “se a divisão digital é exclusão cultural, a inclusão digital não tem necessariamente significado inclusão cultural.”

Como é possível perceber nas “vozes dissonantes” dos autores citados, a questão da inclusão digital transita por diferentes vieses, provocando reflexões sobre os limites e impactos gerados pelos programas implementados nos diferentes pontos do país. Com base no exposto até aqui, as seções abaixo expõe um panorama a partir de duas perspectivas: (a) inclusão digital como meio de dirimir a exclusão social para diferentes povos e comunidades e, (b) inclusão digital como instrumento potencializador do fortalecimento da identidade cultural indígena.

2.4.3 - A inclusão digital como inclusão social

Exemplo do sentido e significado democrático de uso das tecnologias de informação e comunicação e o protagonismo social de diferentes sujeitos é o movimento Zapatista de Chiapas, no Sul do México⁷⁴. No início dos anos 90, o uso da Internet era recente em vários

⁷⁴ Mobilizados para defender sua terra e sua diversidade, tendo como inspiração o ideal da reforma agrária do líder Emiliano Zapata (1879-1919) camponeses mexicanos oriundos de povos Tzotziles, Tzeltates, Choles, Tojolabales, Mames e Zoques em 1º de janeiro de 1994 gritam: Ya basta! (PEREIRA, 2012). A fundação do EZLN, no entanto, é anterior ao ano de 1994, mais precisamente após a Revolução Mexicana de 1910, quando a ditadura de Porfírio Diaz foi derrubada e o Partido Revolucionário Institucional (PRI) tomou o poder que

países em desenvolvimento, contudo, no sul do México foi amplamente utilizada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). Bridge e Di Felice (2002) ressaltam a função política da comunicação destacando que os zapatistas seriam o marco do surgimento de uma nova forma de luta – para além das armas e além do local, um “conflito sem lugares”. Castells (2002) se refere aos Zapatistas como “novos sujeitos”, agentes sociais mobilizadores que dão voz a projetos e ações autônomos na preservação e afirmação de seus códigos culturais.

A utilização da Internet permitiu aos Zapatistas disseminar seus comunicados e denunciar ao mundo, criando uma rede de grupos de apoio mobilizadores de uma opinião pública internacional capaz de impedir o governo mexicano de usar a repressão em larga escala e forçando-o a negociar com os Zapatistas (PEREIRA, 2012, p.95).

Não obstante o movimento liderado pelo EZLN possuir forte sentido militar, também é citado por ter adquirido expressão no uso de meios de comunicação. A palavra é a grande arma do grupo de Chiapas, tanto para reivindicar como para responder às acusações do governo (CREPALDI, 2006, p.02). Neste sentido, tornando-se visível aos olhos do governo local bem como em contextos internacionais, chamando a atenção de todo o mundo pelas redes, “ocupando um território virtual dominado pelo inimigo, iniciava-se a *infoguerra*” (NUNES Jr., 2009, p.41).

(...) a ameaça de extermínio foi e é um estímulo importante para o zapatismo se tornar um exemplo ainda inigualável de estratégia de participação e comunicação por parte de um

vigorou até a eleição de Vicente Fox (Partido da Ação Nacional) em 2000. Nestes mais de 70 anos, os movimentos populares que discordavam da administração do PRI foram constantemente reprimidos, perseguidos, presos e torturados. Isso levou à formação dos movimentos armados clandestinos para melhorar as condições de vida da população pobre. O Zapatismo, ou movimento neo-zapatista, foi a estratégia encontrada pelos nativos da etnia Maia e mestiços para garantirem seu território e sua autonomia como povos indígenas mexicanos, já que o governo mexicano tinha objetivos de utilizar as terras indígenas do sul do México nos planos de desenvolvimento ligados aos interesses de criação da Área de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA). O EZLN possui um sítio oficial na internet, o E-Z-L-N (<http://www.ezln.org.mx/index.html>).

grande movimento social. São milhares de pessoas observando, registrando, organizando, interpretando, traduzindo e disponibilizando informações sobre Chiapas pelos mais diversos meios, interpondo um eficiente obstáculo à repressão. (FIGUEIREDO, 2003, p.34).

De acordo com Abdel-Moneim (2002, p.44), no uso de “tecnologias emergentes na amplificação das vozes indígenas, assim como na criação e distribuição de textos (...) os/as rebeldes neozapatistas circulam como símbolos multifacetados da resistência”. Desse modo, as tecnologias caracterizam-se como novos meios e processos de mediação entre “vozes indígenas” e as “culturas hegemônicas” mexicanas.

A par disso, Silva e Cavalcante (2009, p.06) questionam: será mesmo a inclusão digital um modo de se criar e/ou fortalecer os caminhos para a igualdade social, uma vez que normalmente ela está direcionada às camadas menos privilegiadas economicamente – como é o caso, aliás, de parte das sociedades indígenas?” O exercício do domínio e uso autônomo das TIC e Internet por povos indígenas brasileiros é considerado por Figueiredo (2014, p.122):

(...) como um meio, que – acoplado ao histórico de resistência e à memória social deste segmento populacional, além de poder possibilitar a renovação e a produção das práticas culturais das diferentes etnias, como o registro e a divulgação de línguas, mitos e rituais – concorre, ainda, para o fortalecimento da atuação dos diversos grupos sobre o próprio destino, na gestão e ampliação de suas relações com a sociedade não indígena.

Contudo, segundo a pesquisadora, a presença de fontes indígenas na grande mídia continua pouco expressiva. Já nas mídias participativas, no *Facebook*, por exemplo, depoimentos em áudio, vídeos, manifestos, cartas, “pode ser considerada um indicativo contra o silenciamento da voz indígena, silenciamento este preponderante na imprensa tradicional” (p.117).

Conforme indicam os estudos de Tavares (2012, p.91), ao produzir e divulgar seus conteúdos, povos indígenas exercitam um

jornalismo independente ou “cidadão”, cujo objetivo é atender suas próprias demandas. Neste sentido, a inclusão digital adquire sentido social “estimulando, sobretudo o uso eficiente e eficaz de ferramentas tecnológicas para o desenvolvimento de conteúdos”, salienta Pinto (2009b, p.03).

Concordando com Tavares, para Costa (2010, p.5) as mídias ampliam os meios para que a história indígena sobreviva entre as diferentes fronteiras culturais. Em contato com os produtos da sociedade informacional, o jovem indígena Suruí “transita por outros espaços e se constitui também em outras identidades, já que ele pode ser um eleitor, um estudante, pode receber uma bolsa assistencial do governo, ter um número de celular, possuir um MP3, conviver com jovens da sociedade envolvente.”

De acordo com Renesse (2011, p.18) a expressão “inclusão digital” figura como “inclusão social”, denotando a percepção de que a não-inclusão significa *ipso facto* exclusão, o que é traduzido as vezes, pela ideia de “alfabetização digital”, equiparando, assim, a importância do domínio das ferramentas de comunicação eletrônica, à da escrita. Pereira (2012, p.18) destaca: “muito embora existam experiências significativas de presença indígena na rede digital, é fato que a inclusão digital ainda é um enorme desafio.”

2.4.4 - A inclusão digital e o fortalecimento da identidade cultural indígena

Mota (2010, p.33) argumenta: “Será a Internet mais um exemplo de dominação Ocidental que irá acelerar a homogeneização cultural? Ou poderão os povos indígenas e as minorias culturais aliar-se à revolução da informação para assegurar sua sobrevivência cultural (...) e ação de reafirmação da identidade cultural?”

Nos estudos culturais a questão da identidade adquire sentido e significado a partir de sistemas culturais específicos. Segundo Escosteguy (2001, p.141) as razões para o surgimento da identidade cultural como objeto de pesquisa nos estudos culturais são: (a) a desestabilização gerada pela modernidade e a discussão do panorama de crise moderno e; (b) os processos de globalização que se intensificaram a partir desta última década do século XX.

Ainda no campo dos estudos culturais, Nestor Garcia Canclini compreende identidade cultural a partir de um viés construtivista, indicando como conceito um conjunto de significados partilhados, “uma construção imaginária que se narra” (CANCLINI, 2005, p.117). Mas também, a identidade cultural é vista como um processo em constante mudança, gerada por fatores subjetivos, sociais e externos que influenciam na autoidentificação de um determinado indivíduo ou grupo (PINTO, 2012). Para Stuart Hall (1996) “as identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação e sutura feitos no interior dos discursos, da cultura e história.”

A par disso, ao refletir sobre a presença indígena na virtualidade e o espaço virtual como um complexo ‘local’ de comunicação e partilha, Bucchioni (2009, p.09) reconhece que a presença indígena na cibercultura “nos obriga a repensar esse “ser índio”. Mais do que isso, nos coloca diante das imbricações entre identidade e tecnologias de comunicação e suas relações com essa outra possibilidade de “habitar” que se verifica na contemporaneidade.”

“Na medida que os índios se apropriam de recursos tecnológicos para fortalecer sua cultura, redesenham modelos de diálogo entre seu próprio povo, e entre a sociedade envolvente. De certo modo, esta negociação fica mais justa”, aponta Corrêa (2010, p.10).

Para Neves (2010, p.3) não há como negar que a proximidade de grupos de modo de vida tradicional com hábitos culturais, especialmente disseminados pela sociedade envolvente trouxe-lhes novos referenciais sociais, impactando na preservação de seus conhecimentos e de suas identidades. Porém, ainda que os Suruí-Aikewára convivam com a linguagem dos dígitos de seus cartões bancários, dos dígitos eleitorais pintados em suas casas, do registro de energia elétrica e de aparelhos receptores das parabólicas e celulares, e já estejam definitivamente conectados, eles não deixaram de ser um povo da floresta. Os audiovisuais produzidos junto aos Suruí-Aikewára “serviram como uma contra-mola dentro da engrenagem, uma resistência no terreno ‘adversário’” complementa Corrêa (2010, p.07). Também entre os Kuikuro do Alto Xingu segundo Franchetto (2007, p.03) “dos anos 80 até 2001, as coisas do branco invadiram a aldeia: roupas, utensílios, escola, antenas parabólicas, televisões, CD e DVD players, livros, motos, carros, a língua portuguesa”

Lima e Vieira (2012, p.03) defendem que a inclusão digital, “assume um papel significativo na construção de um *corpus* de conhecimentos que materializa visões de mundo e práticas de transmissão de saberes vivenciados cotidianamente pelos índios” e, ao explorar as potencialidades da Internet, grupos indígenas têm utilizado “o espaço virtual com múltiplas finalidades, entre as quais, a de reforço a uma identidade que mescla a tradição e o moderno”. Os ‘índios digitais’ constroem, desta forma, uma “memória digital”.

Por fim, conforme Gallois e Carelli (2010, p. 04), “Se é de fato aceito que a experiência da comunicação globalizada representa para os índios um processo extremamente rico de atualização de suas identidades, eles teriam assim oportunidade de participar diretamente deste debate, em nível nacional”.

Conforme exposição feita até aqui, propostas ou projetos que pretendam a inclusão digital apresentam pontos em comum. O primeiro deles enfatiza que políticas públicas implantadas em reservas indígenas e comunidades de povos tradicionais estão centradas no uso das TICs e na Internet, enquanto há lacunas em ações de continuidade de manutenção dos espaços e equipamentos, capacitação para seu uso e especialmente, espaços de diálogos sobre o conceito de inclusão digital que interessa a estes povos.

Ao marcar os principais impactos que as medidas resultantes de projetos de inclusão digital público e privado têm tido sobre duas comunidades indígenas, Pinto (2009b, p.14) cita que os atores das comunidades pesquisadas mostram-se entusiasmados com a novidade, porém questionam a “lentidão, burocracia e escassez de recursos”, sobretudo por parte dos setores governamentais. Sua pesquisa mostrou que “a inclusão digital destinada à população indígena é mais do tipo *restrita*, isto é, aquela ligada à disponibilidade de equipamentos tecnológicos, o consumo de recursos e informação e a capacitação de pessoas para o uso de computadores.”

Como segundo ponto, as pesquisas demonstram preocupação quanto aos impactos gerados pelas mídias digitais (e da Internet) nas comunidades indígenas. Conforme descreve Bucchioni (2009, p.09) “nos coloca diante das imbricações entre identidade e tecnologias de comunicação e suas relações com essa outra possibilidade de “habitar” que se verifica na contemporaneidade.”

Pinto (2009a, p.17) questiona: “Até que ponto a tecnologia poderia contribuir para o logro das suas reivindicações políticas, sociais, culturais e étnicas que lhes permita resolver seus conflitos interétnicos, com o Estado e o setor privado?”. Conforme salientado por Silva e Cavalcante (2009, p.10) para os índios Tapebas a tecnologia é “uma desobstruidora de caminhos, repleta de situações que envolvem pessoas de todos os lugares do mundo, e a partir da qual há a possibilidade de inúmeras trocas de valores informacionais.”

Na visão de Colaço e Sparemberger (2010, p.221) a Internet “possibilita maior liberdade de expressão, os sujeitos são os protagonistas do seu próprio discurso e de suas reivindicações, apresentando um novo paradigma: o da ‘representação participativa’.” Entretanto, as autoras levantam dúvidas quanto à manutenção da identidade cultural das comunidades envolvidas. A esse respeito Gallois e Carelli (2010, p.02) dizem que não há como afirmar, hoje, que suas formas de apropriação de elementos culturais não indígenas provocam a perda de identidade e que a preservação das suas particularidades étnicas depende do isolamento do grupo.

Como terceiro ponto, é através das tecnologias e da Internet que diferentes grupos assumem seu protagonismo social. Pela via da defesa de seus direitos buscam fazerem-se visíveis, reafirmar sua cultura, fortalecer laços comunitários através de conexões em rede, melhorar sua autoestima, fazer-se fonte de informação e dar sua opinião sobre as informações jornalísticas em geral, salienta Tavares (2013, p.253). Pinto (2012, p.122) registra que “os povos indígenas estão mais atentos à nova realidade tecnológica, pois tem um papel estratégico no acesso e na criação de conteúdos próprios.” Ao ser um incluído digital cria novos “estados de conhecimento ou de identidade cultural.”

Há neste contexto, segundo Di Felice (2009), a “indigenização” das mídias. Pois “a ação desses sujeitos que não se limitam aos suportes técnicos da produção de mensagens, dado que as mídias nativas realizam-se com a interação entre os dispositivos tecnológicos sensíveis e os sujeitos produtores de conteúdos, promovem a multiplicação de vozes e a pluralização dos pontos de vista.” Não obstante as dificuldades e limites de projetos de inclusão social que compreendam as reais necessidades e vontades destes povos ressalta Tavares (2012, p.91), “a possibilidade de construir as próprias narrativas significa uma mudança de representatividade para esses povos”, contribuindo para desmistificar a imagem do índio incutida socialmente.

Ademais, a inclusão digital e as demandas que advirão a partir dela podem proporcionar muitos benefícios aos seus utilizadores. Questões como redução das distâncias físicas e relativização do tempo e do espaço propiciam que jovens indígenas tenham acesso ao ensino superior por meio de cursos à distância. Ainda o uso das redes sociais como “ponte intercultural” (Alex Makuxi, 2011); a rede como espaços desterritorializados para a divulgação de suas principais reivindicações e lutas; também como instrumento de fiscalização de atos governamentais e referentes aos seus interesses (COLAÇO; SPAREMBERGER, 2010).

No decorrer dos estudos surgiram termos que caracterizam a interação de povos indígenas e tecnologias digitais como: “novo índio” (BUCCHIONI, 2009); “etno-político” (PINTO, 2009a); “índio digital” (LIMA; VIEIRA, 2012); “ciborgue indígena”; “cibermeio indígena” (PEREIRA, 2012; TAVARES, 2013; FIGUEIREDO, 2014); “internetnicidade” (NUNES Jr., 2009); “mídias nativas” (DI FELICE, 2009) e “mídias indígenas” (MOURA, 2013).

É fato que o contato virtual e o sentido de ‘presença’ no ciberespaço estimula povos indígenas ao protagonismo. Conforme Mota (2010, p.29) a Internet passa a existir como “metáfora activa no seu poder para traduzir a experiência social e, novas formas, criando um espaço para partilhar histórias, valores, costumes e experiências” bem como “para o desenvolvimento e fortalecimento de determinados movimentos políticos e étnicos”.

Processos de inclusão digital (em qualquer âmbito ou grupo social) devem constituir espaços para capacitação e aprendizagem para o uso das mídias, garantindo autonomia na criação e difusão de conteúdos que explicitem seus interesses, suas reivindicações e lutas, proporcionando, desse modo, novas e dinâmicas relações sociais entre grupos indígenas e não indígenas. Contudo, é preciso considerar o que pensam e dizem os povos indígenas sobre a inclusão digital. Na descrição e análise dos cibermeios, apresentada na capítulo 5, especificamente em sua etapa 3 – dimensão 1, esta pesquisa põe em tela a percepção dos informantes indígenas dos cibermeios Portal Índio Educa e Vídeos nas Aldeias, sobre a questão apresentada neste capítulo.

3. GESTÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL – PERSPECTIVA EMERGENTE

Ao realizar revisões sistemáticas em bases de dados identificou-se número expressivo de pesquisas que tratam, entre outras questões, de investigar modos e meios de integrar o conhecimento tradicional/local, à visão científica dos modelos de GC.

A literatura consultada ressalta a necessidade da compreensão desses conhecimentos como um sistema complexo, “um corpo cumulativo de conhecimento”, conforme ICSU (2002). Stevens (2008) cita que, por sua característica holística e por diferir de forma extrema do conhecimento ocidental, o conhecimento de populações tradicionais deve ser gerenciado de forma singular. Na visão do autor, há urgência em processos de registro, sistematização, preservação e compartilhamento, garantindo que conhecimentos tradicionais sejam acessíveis às populações presentes e gerações futuras.

Há, no material analisado, referências ao uso do conhecimento tradicional associado ao conhecimento científico em diferentes campos:

- Modelos de gestão que associam o conhecimento tradicional e conhecimento científico (SIENA; MENEZES, 2007; LODHI; MIKULECKY; 2011; GAVAZZI, 2012);
- Sistemas de cogestão da pesca (BATISTA; LIMA, 2010; MATTOS *et al.*, 2011; SILVANO; BEGOSSI, 2012; FREITAS *et al.*, 2012);
- Técnicas de agricultura (SANTOS *et al.* 2009; LINS NETO *et al.*, 2010; BASLEV *et al.*, 2010; LWOGA, 2011);
- Gestão de recursos marinhos (FOALE, 2006; GERHARDINGER *et al.*, 2009a;2009b; HILL *et al.*, 2010; SCHLACHER *et al.*, 2010; ZUKOWSKI *et al.*, 2011);
- Uso e conservação do solo (BARRIOS; TREJO, 2003; BARRERA-BASSOLS *et al.*, 2006; DAWOE *et al.*, 2012);
- Preservação e uso sustentável dos recursos florestais (HERRMANN, 2005; 2006; RERKASEM *et al.*, 2009; ISAAC *et al.*, 2009; PARK; YEO-CHANG, 2012);
- Modelos de valorização cultural de povos e seus conhecimentos (PHUTEGO; CHANDA, 2004; CRONIN,

2004; TIBBY *et al.*, 2008; THOMAS, 2012; JIAO *et al.*, 2012).

De acordo com Failing *et al.* (2007), o conhecimento tradicional ou indígena é uma categoria importante de conhecimento local e em muitas partes do mundo sua inclusão nos processos de decisão é obrigatória por exigências legais ou regulamentares, sendo vital na gestão dos recursos naturais (ROBERTSON; MCGEE, 2003; STAVE *et al.*, 2007; TERER *et al.*, 2012).

Concordando, Santos *et al.* (2009) salientam que, no âmbito das políticas públicas, projetos de gestão por iniciativas de técnicos e/ou de governo devem incorporar o conhecimento das populações locais em seus programas de extensão, promovendo-os como fonte de renda, sob pena desse sistema de conhecimento se perder. Nesta direção, “a utilização do conhecimento ecológico tradicional associado ao conhecimento científico deve ocupar um lugar fundamental”, afirmam Batista e Lima (2010, p.02).

Ao reconhecer o caráter tácito do conhecimento tradicional como problemático para gestores e tomadores de decisão (ANUNCHIRACHEEVA *et al.*, 2003; MONDO *et al.*, 2007; *INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION*, 2007). De acordo com Freitas e Tagliani (2009, p.272), “métodos participativos podem ser particularmente úteis quando se tenta construir soluções integradas para problemas complexos ou de projeto para engajar subgrupos específicos dentro de uma comunidade”. Os autores esclarecem que dados científicos podem ser demasiados complexos para comunidades tradicionais, e do mesmo modo, o conhecimento local, por sua subjetividade, pode ser difícil para a tomada de decisão de gestores, “como resultado, usuários de recursos não entendem os dados técnicos e cientistas e tomadores de decisão tendem a subestimar o conhecimento dos pescadores e não incorporá-los devidamente ao processo de gestão” (p.2072).

Silvano e Begossi (2012) citam que os atuais modelos de gestão têm encontrado dificuldades de integrar, de forma equânime, o conhecimento de pescadores, que pode ser útil no desenvolvimento de novas hipóteses e geração de dados para os modelos de cogestão. Os autores registram como dificuldades detectadas na Reserva de

Desenvolvimento Sustentável pesquisada, a falta de cooperação entre pescadores e gestores.⁷⁵

Ainda de acordo com a literatura consultada, há indicação para o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como importantes ferramentas no registro, explicitação e compartilhamento do conhecimento tradicional, por meio de banco de dados (WORLD BANK, 1998; AGRAWAL, 2002; ALEXANDER *et al.*, 2004; BRAHY, 2006; PUMPA; WYELD, 2006; SUKULA, 2006; SIENA; MENEZES, 2007; MONDO *et al.*, 2007; YUHUAN *et al.*, 2011; BIDWELL *et al.*, 2011); modelos especialistas (GIORDANO *et al.*, 2008); centros de estudos e catalogação (KARGBO, 2006); sistemas de informações geográficas (ANUNCHIRACHEEVA, 2003; CLOSE; HALL, 2006; TRAN *et al.*, 2008); patentes e certificações (SIENA; MENEZES, 2007); inventários (FREITAS; TAGLIANI, 2009) e sistematização de mapas mentais (GAVAZZI, 2012).

Para Cannarella e Piccioni (2011, p.689), as tecnologias são “elementos cruciais no âmbito das estratégias de desenvolvimento rural, sobretudo, para as áreas caracterizadas pelas condições marginais e em desenvolvimento”.

A informação oral tem sido parte integrante da identidade rural e meio de subsistência na África por gerações. (...) Propomos dispositivos sensíveis, combinados com plataformas de redes sociais e de conteúdo gerado pelo usuário, oferecendo oportunidades revolucionárias em práticas de conhecimento digital para as comunidades rurais gerenciarem seu conhecimento. (BIDWELL *et al.*, 2011, p.618).

Entretanto, o uso das TIC não garante, por si só, a proteção e preservação do conhecimento tradicional; ao contrário, o uso indevido desses artefatos pode causar mudanças irreversíveis não somente em sua manutenção, mas no modo como o conhecimento tradicional está sendo identificado, adquirido e compartilhado, constituindo, segundo Lwoga (2011), uma barreira na interlocução entre os diferentes atores.

⁷⁵ Tais aspectos contrariam as determinações do SNUC, pontuadas na seção 2.4.2 que apresenta os marcos constitutivos da legislação brasileira sobre populações tradicionais e indígenas.

Conforme citado por Netto *et al.* (2013), as TIC podem colaborar de forma efetiva em todas as etapas dos modelos de GC, porém, diante das rápidas mudanças tecnológicas, há uma série de desafios a serem enfrentados: (a) uso adequado e intencionalidades; (b) disponibilidade de ferramentas; (c) metodologias inclusivas; (d) acessibilidade.

Neste sentido, o *International Finance Corporation* (2007), propõe uma série de medidas (práticas, princípios e ferramentas) para atuação junto a populações tradicionais e indígenas, destacando como prioritárias:

- a. Pré-consulta com as comunidades através de suas instituições representativas - destinada a acordar questões de consulta antes mesmo de o processo ter início, deixando claros os pontos principais que envolvem o projeto;
- b. A identificação cuidadosa de seus representantes - é uma parte essencial da preparação para o processo de consulta;
- c. Cuidado especial deve ser dado à forma e maneira em que a informação é comunicada, garantindo adequação cultural ao diálogo – levar em conta as tradições orais; inclusão de tradutores, técnicas de exposição (*briefings*, audiovisuais).
- d. Consulta Livre, Prévia e Informada - questões legais devem estar amparadas pela Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, adotada em 1989.⁷⁶

No contexto brasileiro, entre as ações prioritárias da Agenda 21 – Nacional (CPDS, 2004, p.80-81) destaca-se a implementação de “pesquisa e experimentação com o objetivo de validar tecnologias empíricas utilizadas por populações nativas ou tradicionais” em modelos de gestão. De acordo com Rodrigues *et al.* (2011), pesquisas sobre gestão do conhecimento tradicional, por sua singularidade e

⁷⁶ Adotada em 27 de junho de 1989 em Genebra, Suíça, pela 76ª Seção da Conferência Geral da OIT, a Convenção 169 – denominada “Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, 1989” – entrou em vigor em 05 de setembro de 1991, doze meses após o registro de sua segunda ratificação, efetuada pelo México (05.09.1990). O Brasil teve seu ingresso legal na Convenção 169 em 2007.

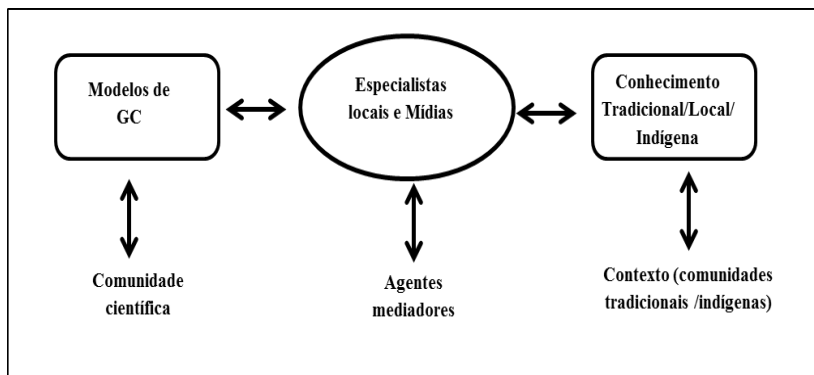
Disponível: http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=node/21. Acesso em 09 de abril 2014.

importância, caracterizam-se como diferencial frente à pesquisa científica internacional.

Nesta direção, projetos, ações ou atividades de gestão que envolva conhecimentos de comunidades reconhecidamente tradicionais ou de populações indígenas devem prioritariamente, incluir elementos (atores) mediadores que podem ser os chamados “especialistas locais” (GRATANI *et al.*, 2011) ou “*knowledge broker*” (MEYER, 2010). Tais atores destacam-se por possuir profundo conhecimento sobre o contexto em que vivem e pela liderança que exercem na comunidade, além da disponibilidade e vontade de aliar-se à comunidade científica ou outras instituições. Agem como agentes políticos (MIEG, 2006). Por suas aptidões para o registro, compartilhamento, uso e armazenamento, as mídias atuais e a Internet também devem ser consideradas agentes mediadores. Tal visão pauta as reflexões deste capítulo. Neste contexto, destacam-se as efetivas medidas para a identificação e explicitação do conhecimento tácito e, do mesmo modo, o valor do conhecimento tradicional, sua reconhecida importância e uso em diversos campos de conhecimento.

A Figura 07 representa a perspectiva ora projetada.

Figura 07 - Elementos representativos para a Gestão do Conhecimento Tradicional



Fonte: Criação da autora.

Sobre ao papel dos mediadores locais, Failing *et al.* (2007, p.48) observam que “dependendo do contexto, grupos sociais e culturais identificáveis podem ter intuições particulares relevantes para uma decisão” e desse modo, “desenvolvem expertises baseadas em fatos específicos e relacionadas às condições, processos e práticas locais.” Gavazzi (2012) mostra que a Comissão Pró-Índio do Estado do Acre, no Brasil, elaborou estratégias de proteção e de conservação de territórios incluindo em suas premissas a formação de Agentes Territoriais Indígenas (AAFI).⁷⁷

O Programa de Formação tem uma filosofia pedagógica e socioambiental de base intercultural. Nela se combinam o manejo, a conservação do meio ambiente e a sistematização dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas (...). A partir do princípio da autoria, traduzido numa metodologia, os agentes são chamados a pensar, a produzir e a aplicar os conteúdos do programa curricular relativo à questão socioambiental, de forma a relacionar seus próprios conhecimentos aos saberes das demais culturas indígenas e não indígenas (...). (GAVAZZI, 2012, p. 21).

Ainda segundo Gavazzi (2012, p.21), na etapa de sistematização do conhecimento deve-se propor o “diálogo crítico com saberes de outras culturas, que tenham relevância e sentido cultural, ambiental e sócio-econômico nos contextos em que foram pensados e aplicados”. Articulando “prática e teoria, conhecimento pessoal e conhecimento coletivo, saber cultural e saber intercultural” os agentes indígenas, em contato com outras formas de conhecimento, “modificam e ampliam seus próprios conhecimentos” (Ibidem, p.21). Continuando com o autor, “todas as reflexões das atividades práticas realizadas no curso se dão por meio de debates, desenhos, textos e levantamento bilíngues” (p.23), ou seja, por modos de codificação e sistematização dos conhecimentos. Os

⁷⁷ Com seus territórios demarcados, povos indígenas, agricultores e seringueiros do Acre tomaram como desafio manter seus territórios ocupados, melhorando suas condições de vida a partir de formas de organização política e econômica baseadas em padrões culturais de seus membros, ao mesmo tempo, permitindo formas de inserção no mercado (GAVAZZI, 2012, p. 20).

mapas, destinados à gestão territorial e ambiental, “são elaborados em uma linguagem que todos podem entender, até aqueles que não dominam a língua escrita (...) podem ser usados como base para discussão, negociação, gestão e resolução e conflitos com todos da comunidade”, salienta Gavazzi (2012, p.272).

Lwoga (2011), no artigo intitulado “*Knowledge management approaches in managing agricultural indigenous and exogenous knowledge in Tanzania*”, mostra que a base de confiança dos agricultores está fortemente alicerçada nas relações sociais e a aquisição de novos conhecimentos se dá, principalmente, através do modo face a face. Neste sentido, a “aquisição” do conhecimento tácito não deve ser puramente tecnológica, diz a autora. Ainda para Lwoga (2011), por sua complexidade, processos de gestão junto às comunidades locais transformam-se num grande desafio e modelos desenvolvidos para ambientes organizacionais “devem ser usados com cautela” (p.407).

Os estudos de Njiraine e Le Roux (2011) apontam que modelos de GC, por sua aptidão para a captura, explicitação e compartilhamento do conhecimento tácito, podem contribuir para o armazenamento, codificação e transferência do CT. Contribuindo, Zukowski *et al.* (2011) reforçam a necessidade de organização e avaliação do conhecimento para, em seguida, a aplicação deste na gestão. Enfáticos, Lodhi e Mikulecky (2011) dizem não ter dúvida que existe a necessidade de uma “gestão do conhecimento tradicional.”

Vale registrar que os estudos de Lwoga (2011) e de Njiraine e Le Roux (2011) fazem referência ao processo de conversão do conhecimento de Nonaka e Takeuchi (1995) e indicam os espaços (cognitivos, físicos, virtuais)⁷⁸ de interação e aprendizagem como vitais para boas práticas em gestão do conhecimento tradicional. Os autores ressaltam a importância do uso de mídias para registro e preservação do conhecimento e argumentam que os recursos oferecidos pelas mídias digitais estão entre os meios que mais têm contribuído para o fluxo do

⁷⁸ “Partindo do conceito originalmente proposto pelo filósofo japonês Kitaro Nishida (1921-1970), definimos *ba* como um contexto compartilhado em movimento, no qual o conhecimento é partilhado, criado e utilizado. *Ba* proporciona a energia, a qualidade e os locais para desempenhar as conversões individuais de conhecimento e percorrer a espiral de conhecimento.” “*Ba* é o tempo e o espaço fenomenológico onde o conhecimento emerge, como uma ‘corrente de significado’.” (NONAKA; TOYAMA, 2008, p.100).

conhecimento, sendo que as mídias também atuam como elementos mediadores em processos de gestão junto às comunidades tradicionais.

A gestão do conhecimento parte da gestão da informação, mas deve ir além e propor sistemas mentais, sociais, capazes de selecionar, organizar, desenvolver e dispor as informações e os conhecimentos de valor de acordo com as demandas de uma organização ou cultura organizacional. (SANTOS; SOUSA, 2010, p.265). Essa cultura, de acordo com Fialho *et al.* (2008, p.84) “será a direcionadora de condutas para a criação, compartilhamento e disseminação do conhecimento da sustentabilidade na prática, com a preocupação de satisfazer as necessidades das gerações atuais e futuras.”

Segundo O’Leary (2002), a GC pode ser caracterizada pelos esforços destinados na: (1) captura do conhecimento; (2) conversão do conhecimento pessoal em conhecimento disponível ao grupo; (3) conectar pessoas com pessoas, as pessoas ao conhecimento, o conhecimento às pessoas e o conhecimento ao conhecimento e; (4) medir esse conhecimento para facilitar a gestão dos recursos e ajudar a compreender a sua evolução.

Silva (2014, p.136) percebe a GC “como ciência e como prática”. GC é a gestão de atividades e processos (CEN, 2004) e, de acordo com Nörth (2010, p.45), “para o êxito da gestão orientada ao conhecimento é decisivo saber como se cria o processo de converter o conhecimento individual em coletivo e o conhecimento coletivo em individual.” A GC é constituída por “processos essenciais” (PROBST *et al.*, 2002) que, no seu conjunto, formam o ciclo do conhecimento (SCHULTE *et al.*, 2004). Ainda de acordo com Silva (2014) nos estudos de Heising (2009), Probst *et al.* (2002) e Folkens e Spiliopoulou (2004), a seleção dos processos/etapas ou fases da GC convergem e constituem o ciclo do conhecimento. O mesmo autor descreve os seis processos/etapas que compõe o ciclo do conhecimento, conforme Quadro 03.

Quadro 03 – Processos/etapas/fases de GC

PROCESSOS/ETAPAS/FASES DE GC EM EVIDÊNCIA NA LITERATURA
<ul style="list-style-type: none"> • Identificação do conhecimento: É a busca e localização de novas informações, ideias e conhecimentos que se apresentem como relevantes para o objetivo em tela (WANG; AHMED, 2005). É a forma de tornar o conhecimento “visível” (FOLKENS; SPILIOPOULOU, 2004, p.27). • Aquisição do Conhecimento: É o processo pelo qual o conhecimento existente é acessado e absorvido (WANG; AHMED, 2005). A aquisição pode ocorrer a partir de repositórios humanos ou por meio de repositórios não humanos (FOLKENS; SPILIOPOULOU, 2004), em bases de dados (BRESIC, 2012). Ou, ainda, a reutilização de conhecimento, denominada por Marbán <i>et al.</i> (2009) por “importação do conhecimento”. • Criação do Conhecimento: É considerado um processo central na GC e, segundo Folkens e Spiliopoulou (2004), consiste na geração de novas habilidades, novos produtos, ideias e processos mais eficientes. A criação pode ocorrer por meio da organização do conhecimento anterior em novas formas, da combinação de informações relevantes ou de <i>insights</i> acerca da aplicação do conhecimento em novos contextos (CALHOUN; STARBUCK, 2003). Criar conhecimento é um ato essencialmente humano (NONAKA; TAKEUCHI, 2008). • Compartilhamento do Conhecimento: Envolve a transferência de conhecimento de uma (ou mais) pessoa (s) para outra (s) (BOUTHILLIER; SHEARER, 2002). Pode efetivar-se através da interação direta entre as pessoas (em atividades de colaboração) ou mediante documentos, bases de dados e outros meios de transmissão não humana (CEN, 2004), com o uso de diferentes mídias. • Uso do Conhecimento: Compreende a efetiva aplicação do conhecimento, adquirido ou criado. Para Steil (2007), o uso diz respeito à efetiva integração do conhecimento por pessoas e organizações em sua prática diária. • Armazenamento do Conhecimento: Inclui não apenas a guarda (retenção) do conhecimento, mas envolve a seleção do que será armazenado e sua devida organização (categorização), atualização, disponibilização e o periódico descarte de conteúdos sem valor. Requer a estruturação de diretórios facilmente acessíveis (PROBST <i>et al.</i>, 2002; CEN, 2004; FOLKENS; SPILIOPOULOU, 2004; WANG; AHMED, 2005).

Fonte: Criado pela autora, com base nos estudos de Silva (2014).

Compreendendo que o conhecimento científico, através de seus modelos, métodos e sistematizações, pode validar a legitimidade do conhecimento tradicional, apresenta-se, à luz das problematizações feitas até aqui, três abordagens de GC: (a) a espiral de conversão de conhecimento (SECI) de Nonaka e Takeuchi (1995), direcionada aos processos de GC no ambiente organizacional; (b) o Modelo I-Space ou Cubo de Boisot, de Max Boisot (1995;1998), destinado aos métodos de GC em ambientes organizacionais com fortes indicações para aplicação na gestão de fluxos de informação e conhecimento na sociedade e, (c) *Indigenous knowledge for development – A framework for action* (1998-1999), criado pelo *The World Bank* associado a outras instituições, destinado a procedimentos de GC que incluam o conhecimento de comunidades tradicionais. Esse último, por sua concepção e especificações metodológicas, aproxima-se dos modelos indicados por Heising (2009) e Probst *et al.* (2002), apresentados por Silva (2014).

3.1 - ESPIRAL DE CONVERSÃO DO CONHECIMENTO - SECI

Na teoria da criação do conhecimento organizacional, Nonaka e Takeuchi (1995) fazem a distinção entre dois tipos de conhecimento: o conhecimento tácito e o conhecimento explícito. Os autores buscam em Polanyi a dimensão epistemológica do conhecimento tácito. “Conhecimento tácito é visto como uma ação interna que somos totalmente incapazes de controlar ou até mesmo de perceber” (POLANYI, 2009, p. 14). Nonaka e Takeuchi (1995) justificam que o conhecimento tácito, na tese de Polanyi possui características individuais, está incorporado nas ações e é afetado pelas vivências. O conhecimento tácito pode ser difundido por meio de códigos escritos ou falados, constitui-se a partir de habilidades e experiências, ou seja, faz parte de um contexto específico e os indivíduos são fontes primárias desse tipo de conhecimento (GORE; GORE, 1999). Ainda de acordo com Nonaka e Takeuchi (2008, p.54), a “chave para a criação do conhecimento reside na mobilização e na conversão do conhecimento tácito” e, segundo Bennet e Gabriel (1999) e Augier e Vendelo (1999), há, no campo organizacional, crescente interesse em desenvolver métodos que propiciem a explicitação e codificações desse tipo de conhecimento em suas mais diferentes formas.

Na tese de Nonaka e Takeuchi (1995), o conhecimento gerado pela experiência tende a ser tácito, físico e subjetivo. Já o conhecimento consciente, resultado da racionalidade, tem aptidão para ser explícito e objetivo e nessa dimensão pode ser sistematizado, processado, facilmente compartilhado, armazenado e difundido por diferentes meios.

A partir da importância e necessidade de identificar, criar, compartilhar e utilizar o conhecimento alinhado aos objetivos da organização, integrando pessoas, processos e tecnologias, Nonaka e Takeuchi (1995) desenvolvem a abordagem que propõe quatro modos de conversão do conhecimento, denominado modelo SECI - Socialização (transformação de conhecimento tácito em tácito) - Externalização (tácito em explícito) - Combinação (explícito em explícito) e Internalização (explícito em tácito).

A espiral de conversão do conhecimento (Figura 08) mostra a dinâmica entre os quatro modos de conversão do conhecimento, responsáveis pela ampliação do conhecimento individual na organização.

Figura 08 – Espiral do Conhecimento – SECI



Fonte: Nonaka e Takeuchi (2008, p.69).

- **Socialização** – visa compartilhar o conhecimento tácito individual por meio da interação direta entre indivíduos, com objetivo de criar novos conhecimentos tácitos. Na socialização, um campo de interação é construído possibilitando que indivíduos compartilhem suas experiências.
- **Externalização** – o conhecimento tácito advindo da socialização é articulado com o conhecimento explícito por meio de “diálogo ou reflexão coletiva” (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p.69). O processo usa frequentemente metáforas, analogias e/ou esboços.
- **Combinação** – processo “desencadeado pela ‘rede’ do conhecimento recentemente criado e do conhecimento existente de outras seções da organização, cristalizando-os dessa maneira em um novo produto, serviço ou sistema administrativo” (NONAKA; TAKEUCHI, 2008, p.69). O novo conhecimento explícito é disseminado pela organização (NONAKA *et al.* 2011).
- **Internalização** – processo de incorporação do conhecimento explícito em conhecimento tácito ou o "aprender fazendo" desencadeia a internalização do conhecimento.

A Espiral aumenta em escala à medida que o conhecimento se move pelos níveis ontológicos: de indivíduo para indivíduo (Socialização), de indivíduo para grupo (Externalização), do grupo para a organização (Combinação) e da organização de volta para o indivíduo (Internalização) (NONAKA *et al.*, 2011, p.50). Cada um dos modos de conversão gera um tipo de conteúdo do conhecimento: A **Socialização** gera um conhecimento compartilhado; a **Externalização** gera um conhecimento conceitual; a **Combinação** gera um conhecimento sistêmico e; a **Internalização** gera um tipo de conhecimento operacional (FIDALGO, 2012).

Vale destacar que os autores japoneses estão empenhados em desenvolver uma teoria baseada na criação do conhecimento coletivo no contexto organizacional. Neste sentido, as entidades indivíduo, grupo, organização e interorganização é que irão definir os níveis de criação do conhecimento. “O aspecto mais importante é que os indivíduos, os grupos e as organizações estão eles próprios se transformando durante o processo de criação de conhecimento, uma vez que eles mesmos são uma coleção de processos” (NONAKA *et al.*, 2011, p.44).

Em relação às fases do processo de criação do conhecimento:

- **Partilha do conhecimento tácito:** necessidade de ‘espaços’ destinados à interação e troca de conhecimento entre indivíduos e entre equipes na organização;
- **Criação de conceitos:** os modelos mentais são compartilhados (verbalizados) e transformados em conceitos;
- **Justificação dos conceitos:** validação dos conceitos na e para a organização;
- **Construção de um arquétipo:** significa conceito justificado, transformado em algo tangível, deste modo concreto;
- **Difusão interativa do conhecimento:** o conceito passa para um novo ciclo de criação do conhecimento.

Em síntese, ao analisar o processo de criação do conhecimento, Nonaka e Toyama (2008, p.115) citam que “o processo SECI ajuda a entender que os conhecimentos tácito e explícito agem dialeticamente (...) à medida que novas fronteiras para a interação estão sujeitas a mais contradições, o processo de criação do conhecimento pode ser contextualizado como uma espiral interminável.” No desenvolvimento das fases acima descritas, forma-se um ambiente coletivo de conhecimento organizacional.

3.2 - FLUXO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO (I-SPACE - CUBO DE BOISOT)

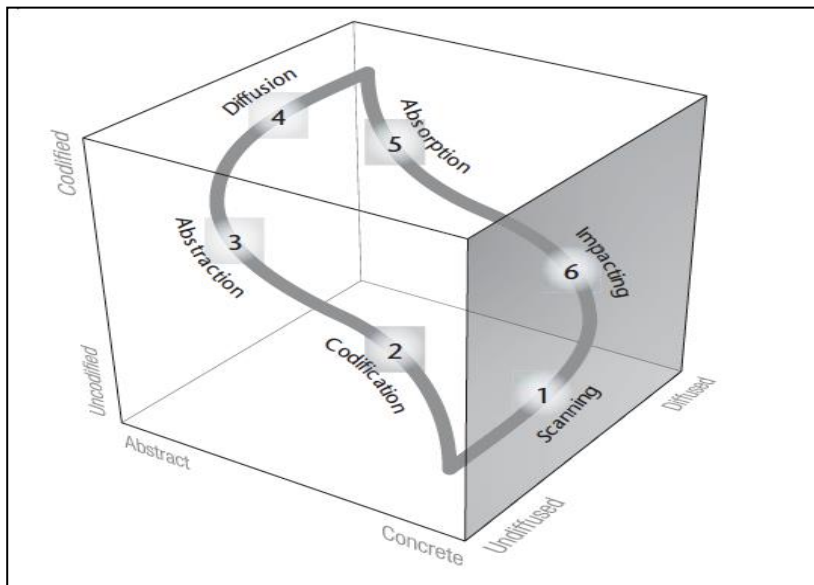
O modelo I-Space ou Espaço de Informação de Max Boisot (1995) é uma estrutura para uma análise de fluxos de informação e de conhecimento. O espaço informativo nos estudos de Boisot, diz Castilho (2015, p.68), constitui-se um campo informativo destinado a “identificar o espaço físico e virtual por onde fluem os dados estruturados que alimentam a interação entre os agentes e geram conhecimento.” Tem como premissa que o conhecimento estruturado flui mais facilmente e de forma mais ampla que o conhecimento não estruturado. Na dimensão individual, a geração de conhecimento ocorre no cérebro por meio da percepção, codificação e abstração (CASTILHO, 2015).

Para Boisot e Cox (1999), uma informação pode ser estruturada segundo duas dimensões: Codificação e Abstração. A Codificação é a forma pela qual o indivíduo “apreende” um dado em seu mapa mental, já a Abstração se refere à categorização conceitual para determinado tipo de conhecimento, tornando-o apto para ser disseminado e compartilhado (BOISOT; COX, 1999). Juntas, as dimensões Codificação e Abstração tornam o conhecimento Difusível (LING, 2007).

- **Codificação** – capta o grau em que o conhecimento pode ser transformado em uma forma, um código;
- **Abstração** – constitui uma espécie de reducionismo e capta o grau em que o conhecimento pode ser dotado de uma estrutura mínima - categorização;
- **Difusão** – está relacionada ao acesso e transferência de informações.

Castilho (2015, p.66) diz que a perspectiva central que gera os fluxos informativos no I-Space “é o de que quanto maior a estruturação de um dado, maior sua possibilidade de compartilhamento e quanto maior o índice de disseminação do dado estruturado, maior sua capacidade de gerar conhecimento entre os participantes por meio do compartilhamento.” Segundo Boisot (1995), o conhecimento gerado dentro de um espaço informativo é resultado das recombinações entre tipos de conhecimento. “Sem o *know how* que permite fazer um uso efetivo de códigos”, a simples posse do conhecimento tácito pode oferecer pouca vantagem competitiva (BOISOT, 1995, p.494). Boisot e Cox (1999) afirmam que o conhecimento surge a partir de fluxos cíclicos de estruturação de dados. A Figura 09 mostra a estruturação e difusão da informação no Espaço de Informação.

Figura 09 – Estruturação e difusão da informação no Espaço de Informação



Fonte: Boisot (1995).

Na representação de Boisot, “no início, a estruturação do fenômeno ou objeto é concreta e pouco difundida, mas à medida que os agentes processadores avançam na codificação, cresce o grau de abstração e conseqüentemente também o de disseminação dentro do espaço informativo” (CASTILHO, 2015, p. 70). Boisot (1998) propõe que os dados que podem ser mais facilmente estruturados e convertidos em informações tornam-se mais difundíveis e os dados que são menos estruturados exigem um contexto compartilhado para que se tornem mais difundíveis. Juntos, eles sustentam uma estrutura conceitual simples, o Espaço de Informação. As estruturas “Escaneamento/digitalização”, “Codificação”, “Abstração”, “Difusão”, “Absorção” e “Impacto” ocorrem em seqüência e formam um Ciclo de Aprendizagem Social⁷⁹ - (SLC)

⁷⁹ No original “The Social Learning Cycle (SLC)”.

- **Escaneamento/digitalização** - Procura por padrões pertencentes a indivíduos ou pequenos grupos. Captura de dados;
- **Codificação** – Os elementos, dados e informações, são apreendidos e codificados. Atribui estrutura e coerência às percepções;
- **Abstração** - Generaliza a aplicação das percepções recém-codificadas a uma ampla gama de situações. Conceitualiza, reduzindo-as às características essenciais;
- **Difusão** - Partilha os conhecimentos recém-criados com uma população específica;
- **Absorção** - Aplica os novos conhecimentos codificados em diferentes situações numa lógica de “aprender fazendo” ou “aprender usando”;
- **Impacto** - Incorpora o conhecimento abstrato nas práticas concretas. A incorporação pode ocorrer em artefatos, técnicas, regras de organização ou práticas de comportamento. Absorção e o Impacto ocorrem muitas vezes em conjunto.

O Quadro 04 apresenta as escalas de conhecimento no Espaço de Informação de acordo com Boisot (1998).

Quadro 04 – Guia das escalas do conhecimento no Espaço de Informação

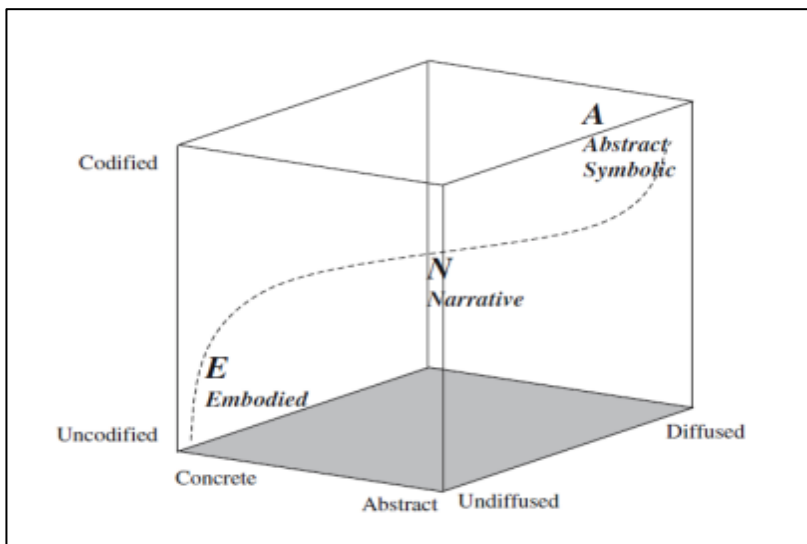
Nível/Categoria	Codificação	Abstração	Difusão
ALTO	Facilmente capturado em figuras e fórmulas	Geralmente compreendido por todos os indivíduos que o operam	Aproveitável por todos indivíduos que necessitam fazer uso
MÉDIO	Descrito em palavras e diagramas. Pode ser lido e escrito em documentos e instruções	Aplicável somente em setores específicos. Necessita se adaptado ao contexto aonde se aplica	Aproveitável por poucos indivíduos

BAIXO	Duramente articulado, é mais fácil mostrar do que dizer	Limitado a um setor e às suas aplicações	Aproveitável por um ou dois indivíduos
-------	---	--	--

Fonte: Boisot (1998).

Em um estudo mais recente de Boisot e Li (2006), conforme a Figura 10, o dado concreto e não codificado está incorporado nos indivíduos ou grupos de indivíduos e não é disseminado. Um terceiro tipo de conhecimento é gerado e passível de ser compartilhado e disseminado.

Figura 10 – Conversão de conhecimento tácito em explícito em um Espaço de Informação



Fonte: Boisot e Li (2006), *apud* Castilho (2015, p. 71).

Há, no conceito de Espaço Informativo de Boisot, a associação de processos individuais e coletivos de geração de conhecimento, ou

seja, um fluxo de conhecimentos tácitos (pessoais, intrínsecos) e conhecimentos explícitos (codificados, extrínsecos). Neste sentido, vale ressaltar, a conversão do conhecimento tácito, pessoal, é permeado de uma complexidade, gerada pelas percepções, preferências e visões de mundo individuais. Já o conhecimento codificado, quando empregado na criação de novos conhecimentos, está vinculado a novos níveis de abstração, compreendendo categorias mais abrangentes e universais (CASTILHO, 2015, p.74).

Segundo Boisot e Li (2006), o conhecimento narrativo pode ser localizado em algum lugar entre o conhecimento totalmente incorporado e o conhecimento totalmente abstrato, para mediar a relação entre ambos, participando tanto da expressividade do primeiro como do nível simbólico do segundo. “A continuação do processo amplia a difusão e a codificação gerando conteúdos informativos abstratos e simbólicos (*Abstract Symbolic*), capazes de serem percebidos e captados por agentes situados noutros espaços informativos”, cita Castilho (2015, p.71). Na medida em que cresce o envolvimento do indivíduo ou grupos de indivíduos com o dado, este se transforma em uma informação no formato de narrativa e, dessa forma, possui características que a tornam passível para ser difundida para além do grupo.

Por seus objetivos já expostos, esta pesquisa dá ênfase a processos de explicitação do conhecimento tácito, sobretudo, métodos que percebam os diferentes elementos que compõe o processo, sobretudo, sejam capazes de compreender sua extensão, importância e complexidade.

3.3 – QUADRO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO INDÍGENA

Em 1998, *The World Bank* (WB) liderou uma iniciativa de aliança entre várias instituições no âmbito da “*Partnership for Information and Communication Technology for África* (PICTA)”, parceria formada por 17 representantes de agências das Nações Unidas envolvidas no desenvolvimento de ações voltadas para o reconhecimento, registro e uso do conhecimento de populações nativas ou locais (*indigenous knowledge - IK*), incluindo as tecnologias de informação e comunicação. Segundo WB, aprender sobre o

conhecimento local/tradicional de forma a integrá-lo às suas atividades pode melhorar a comunicação com as comunidades, contribuindo para ações voltadas ao desenvolvimento local. O conhecimento local/tradicional representa um importante recurso e está sendo subutilizado no processo de desenvolvimento, cita o documento.

Isso vai exigir: a conscientização daqueles que oferecem consultoria sobre o desenvolvimento, ouvindo para aprender com as comunidades locais sobre o que sabem e combinando conhecimento local com outros tipos de conhecimento e desta forma, encontrar soluções realistas e relevantes para os problemas de desenvolvimento das comunidades locais. A preservação do capital de IK [*conhecimento indígena*] pode enriquecer a comunidade global e contribuir para a promoção da dimensão cultural do desenvolvimento. Em alguns casos, também pode ajudar a proteger o ambiente global. (WORLD BANK, 1998, p.iii).

Há no documento apresentado pelo WB preocupação explícita com o processo de comunicação entre a Instituição bancária e as comunidades onde atua⁸⁰. É neste contexto que o WB propõe a sistematização do conhecimento local e de sua integração em projetos e ações, destacando que este pode desempenhar um papel mais significativo para o incremento social e econômico de populações de países em desenvolvimento e que as TIC podem contribuir neste processo.

O referido documento indica que, embora o conhecimento tradicional seja facilmente compartilhado entre os membros de uma comunidade (na medida em que essas práticas são parte da vida diária desta comunidade), é geralmente compartilhado em menor grau com outras comunidades. Por suas características tácitas, é incorporado em práticas e experiências, sendo mais comumente trocado por meio da comunicação pessoal e demonstração de mestre para aprendiz (WORLD

⁸⁰ Através da divulgação de uma pesquisa de satisfação o documento mostrou que seus clientes estão muito satisfeitos com o conhecimento que os funcionários do banco possuem sobre as melhores práticas internacionais, mas, menos satisfeitos com a capacidade do pessoal para adaptar as práticas internacionais à realidade local (WORLD BANK, 1998, p.03).

BANK, 1998, p. 12). O *framework* é organizado a partir de quatro premissas básicas:

1. Disseminar informações com o desenvolvimento de um banco de dados de práticas de conhecimento tradicional: identificar instrumentos para captura e difusão do conhecimento e publicar casos de uso do conhecimento em formato impresso e eletrônico;
2. Facilitar a troca de conhecimento entre comunidades rurais: ajudar a construir capacidade local para partilhar conhecimento, especialmente entre centros locais de conhecimento tradicional; identificar métodos adequados de captura, divulgação do conhecimento às comunidades; facilitar uma rede global para troca (intercâmbio) de conhecimentos;
3. Aplicar o conhecimento tradicional no processo de desenvolvimento: sensibilizar para a importância do conhecimento entre os parceiros de desenvolvimento; ajudar países a preparar políticas nacionais de apoio a práticas nativas; integrar as práticas nativas em projetos e programas apoiados pelos parceiros;
4. Construir parcerias: aprender com as comunidades locais e ONGs; aproveitar os recursos limitados dos parceiros para obter maior impacto e, abordar a questão da propriedade intelectual do conhecimento tradicional.

A partir das recomendações apresentadas acima, o modelo apresenta as seguintes etapas:

- **Reconhecimento e identificação:** alguns conhecimentos podem estar incorporados em um *mix* de tecnologias ou valores culturais, tornando-os irreconhecíveis à primeira vista, para o observador externo;
- **Validação:** trata-se de uma avaliação da importância e relevância do conhecimento tradicional (para resolver problemas), que inclui confiabilidade, funcionalidade, eficácia e a possibilidade de transferência;

- **Gravação e documentação:** constitui-se um grande desafio devido à natureza tácita do conhecimento tradicional. Em alguns casos, as ferramentas modernas podem ser utilizadas, enquanto que, em outras circunstâncias, pode ser apropriado contar com métodos mais tradicionais (por exemplo, narração, desenhos);
- **Armazenamento** em repositórios recuperáveis: não se limita ao documento de texto, mas diferentes mídias, fitas, filmes, contação de histórias;
- **Transferência:** esta etapa vai além de simplesmente transmitir o conhecimento para o destinatário, mas também inclui o teste do conhecimento no novo ambiente;
- **Disseminação** para uma comunidade mais ampla promove a troca e maiores impactos na transferência do conhecimento.

De acordo com World Bank (1998, p.10), “algumas práticas locais só podem ser transferidas diretamente, de praticante para praticante”. Nesse sentido, a seleção cuidadosa de parceiros potenciais para cooperar em todo processo participativo é um pré-requisito para uma transferência de acordo com as especificidades da abordagem, bem como dos resultados que se pretende alcançar. A aplicação de projeto piloto deve ser considerada e os resultados amplamente divulgados dentro da comunidade e demais públicos envolvidos. Como uma questão pontual, o documento firma a visão de que toda “troca de conhecimento é um processo de aprendizagem” (Ibidem, p.09).

3.4 - ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DAS TRÊS ABORDAGENS NA GESTÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL

Não obstante suas diferenças estruturais, as três abordagens propõem etapas/estruturas/ações que promovem a identificação/codificação de variados tipos ou níveis de conhecimentos, seu registro e armazenamento com possibilidades de uso, transferência, compartilhamento e disseminação.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o SECI é direcionado para a GC organizacional, o modelo I-Space propõe que o conhecimento possa

ser transferido (compartilhado) dentro da empresa, mas também em toda a sociedade (LING, 2007), e o modelo proposto pelo WB é destinado especificamente à sistematização do conhecimento local/tradicional. O Quadro 05 destaca os processos de GC nos modelos SECI, I-Space e World Bank.

Quadro 05 – Processos de GC nos modelos SECI, I-SPACE e World Bank

ABORDAGENS DE GC			
PROCESSOS DE GC	SECI	I-SPACE	QUADRO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO INDÍGENA (WORLD BANK)
Identificação do conhecimento		Escaneamento Digitalização	Reconhecimento e Identificação
Aquisição do conhecimento	Partilha do conhecimento tácito		Validação
Criação do conhecimento	Criação de Conceitos	Codificação	Gravação, Documentação
	Validação		
Compartilhamento do conhecimento	Construção de um arquétipo	Abstração	
Uso do conhecimento			
	Difusão	Difusão, Absorção	Tranferência e Divulgação
		Impacto	
Armazenamento			Armazenamento
ÊNFASE →	ORGANIZAÇÃO	SOCIEDADE	COMUNIDADE

Fonte: Criação da autora.

A partir da exposição, destacam-se as etapas que respondem à identificação do conhecimento tácito (considerado de valor, útil para determinado grupo de pessoas ou organização) e, ações para sua explicitação, codificação e posterior uso e disseminação.

A etapa de “Identificação” do conhecimento no GC tem por objetivo “dar forma”, tornar o conhecimento visível. Do mesmo modo, a etapa “Reconhecimento” e “Identificação”, do WB. No I-Space, as etapas “Escaneamento” e “Digitalização”, representam a busca e a captura dos dados, para posterior estruturação e difusão. Suas ações também correspondem às etapas de “Aquisição” do conhecimento (GC) e “Partilha” do conhecimento tácito (SECI), onde ocorrem interações e trocas de conhecimentos entre os indivíduos participantes. Na sequência, a etapa de “Criação” do conhecimento no GC compreende a geração e a combinação de novas formas de conhecimento. As etapas de “Criação de conceitos” (SECI), “Codificação” (I-Space) e “Gravação e Documentação” (WB), pressupõem a externalização e transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito, portanto, em um formato conceitual. A etapa de “Uso do conhecimento” (GC) não encontra, nos outros modelos, um termo que represente a aplicação do conhecimento ou da informação. As etapas de “Difusão” (SECI), “Difusão e Absorção” (I-Space) e, “Transferência” e “Divulgação” (WB), compreendem a partilha, troca, divulgação e criação de novos conhecimentos.

Santos e Sousa (2010, p.266), ao referirem-se à abordagem de Nonaka e Takeuchi, dizem que “a transmissão de informações e de conhecimentos no âmbito das organizações, além de considerar a comunicação tácita e explícita, deve considerar também processos formais e informais de comunicação e de educação.” Os autores consideram a abordagem japonesa simplista, pois ignora “que a correta interpretação da informação demanda um conhecimento tácito. Além disso, desconsidera que a ‘transmissão’ do conhecimento é realizada por meio de informações.”

Para Boisot, citado por Artigas (2008), as abordagens do I-Space e do SECI apoiam-se mutuamente. “No entanto, o trabalho de Nonaka é derivado de observações empíricas sobre grupos de trabalho no contexto organizacional, enquanto o I-Space é derivado do tipo de informação que flui na comunicação entre agentes do conhecimento.” Ling (2007) cita que o I-Space compreende o conhecimento em diferentes graus de confiabilidade, abstracionismo e difusibilidade. Pretende, neste sentido,

abarcando a complexidade das relações, contextos e fluxos de conhecimento propondo uma relação “em rede”.

Segundo Dalkir (2005), o modelo de Boisot (1998) congrega conteúdo, informação e gestão do conhecimento (GC). Ademais, de acordo com Fidalgo (2012), no I-Space a dimensão de “Codificação” está associada à categorização e classificação. A dimensão de “Abstração” está associada à Criação do Conhecimento, através da análise e da compreensão; e a “Difusão” ao acesso e à transferência da informação.

Boisot (1998) observa que um bom conhecimento é aquele que também possui um contexto no qual possa ser interpretado. No I-Space, os personagens de conhecimento mudam continuamente e todo conhecimento diferente pode encontrar sua posição em algum ponto do espaço. Ao mesmo tempo, o conhecimento começa a ser transferido, transformando conhecimento pessoal em especializado, conhecimento físico (livros) em conhecimento teórico e assim por diante. A evolução dinâmica do conhecimento dentro do I-Space permite localizar e acompanhar as diferentes etapas por onde atravessam informação e conhecimento, estando estes em relação com o contexto e com a estrutura. Artigas (2008) afirma que Max Boisot, em sua Tese de Doutorado, considera os diferentes tipos de conhecimento humano e teoriza sobre sua interação no ciclo social de aprendizagem. A integração das dimensões “Codificação”, “Abstração” e “Difusão”, definem o contexto onde os fluxos de informação e de conhecimento atingem diferentes níveis de estrutura e, dessa forma, podem ser interpretados e utilizados.

O capítulo final deste trabalho (capítulo 6), retoma os pontos principais das abordagens e, considerando os dados e informações provenientes das análises dos cibermeios, no contato com os informantes indígenas, apresenta um roteiro com indicações para a GC do conhecimento tradicional indígena.

4. INSTRUMENTOS E MÉTODOS

4.1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

A busca humana pelo conhecimento e pela compreensão da realidade é histórica. “As religiões e as filosofias tem sido poderosos instrumentos explicativos do significado da existência individual e coletiva” (MINAYO, 2009, p. 09), e a Ciência é apenas mais uma. Mas “na sociedade ocidental é a forma hegemônica de construção da realidade” (Ibdem, p.09).

Segundo Meksenas (2002, p.90) “o que fundamenta o ato de conhecer e, portanto, a filosofia, a ciência e a pesquisa é a percepção que temos do mundo vivido por meio da atitude mental”, não tratando somente dos “significados de coisas físicas, mas também das abstratas”.

Este processo, designado de pesquisa, genericamente pode-se definir como um esforço durável de observações, reflexões, análises e sínteses para descobrir as forças e as possibilidades da natureza e da vida, e transformá-las em proveito da humanidade. (CHIZZOTTI, 2008, p.19).

Em se tratando de pesquisas situadas no campo das ciências sociais, Hughes (1983), Sousa Santos (2009), Minayo (2009) e Chizzotti (2008) argumentam que, por suas características subjetivas necessitam amparo de uma visão de mundo que considere critérios de historicidade e de provisoriedade, pois os organismos (a sociedade, as organizações, os indivíduos) são dinâmicos e historicamente localizados, e sendo os objetos essencialmente qualitativos (MINAYO, 2009) carecem de um consenso paradigmático (SOUSA SANTOS, 2009). De acordo com Bauer e Gaskell (2008, p. 20), a pesquisa social apoia-se em “dados sobre o mundo social”, “que são o resultado, e são construídos nos processos de comunicação.”

Contribuindo, Chizzotti (2008, p.25) salienta que “toda pesquisa explícita uma concepção e o pesquisador assume, manifesta ou latente, ingênua ou justificadamente, uma concepção da realidade.” Neste intento, há de se ter coerência entre a lente usada para ler o mundo (paradigma) e as formas usadas para produzir conhecimento sobre esse

mesmo mundo. Contudo, segundo Sousa Santos (2009), vive-se uma fase de passagem, denominada de “transição paradigmática”. Nesta perspectiva, um novo paradigma terá que ser não apenas científico, mas social. No paradigma emergente, o conhecimento tem seu horizonte na totalidade, avançando “à medida que seu objeto se amplia” e “constitui-se a partir de uma pluralidade metodológica” (SOUSA SANTOS, 2009, p.76-77).

De acordo com Araújo *et al.* (2009, p.29), não há, na contemporaneidade, uma síntese metodológica consensual para as pesquisas no campo social, mas “uma multiplicidade de métodos a partir das vertentes racionais da *indução e dedução*”. Estas são traduzidas por Moreira e Caleffe (2008, p.59-60), como “uma família de abordagens” ou conjunto de tradições, estando as pesquisas centradas na compreensão do “significado humano da vida social e a sua elucidação e exposição pelo pesquisador”. Neste sentido, o pesquisador que envereda pela trilha da interpretação e da compreensão do fenômeno necessita perceber o objeto, intencioná-lo, tornando-o significativo (GOTO, 2008).

Segundo Saccol (2009), as seguintes dimensões devem constituir uma pesquisa: (a) ontologia – forma de entender como as coisas são; (b) epistemologia – forma de entender como o conhecimento é gerado; (c) paradigma de pesquisa – instância filosófica que informa a metodologia da pesquisa, (d) método – estratégia ou plano de ação para conduzir a pesquisa e, (e) técnica (s) de coleta e de análise dos dados. Para Moreira e Caleffe (2008), a questão ontológica diz respeito à natureza ou essência do fenômeno estudado, a questão epistemológica refere-se às bases do conhecimento, como pode ser adquirido e comunicado a outros seres humanos, enquanto a questão metodológica relaciona-se ao método que o pesquisador irá utilizar.

4.1.1 - Abordagem qualitativa da pesquisa

Quanto à abordagem ou natureza dos dados, esta é uma pesquisa qualitativa. Pesquisas desta natureza têm em sua essência o objetivo de compreender o significado que os acontecimentos (fenômenos naturais, sociais e técnicos) em situações particulares despertam nas pessoas. Segundo Alami *et al.* (2010), sua força reside no poder de mostrar a

ambivalência da maioria das realidades sociais. Para Flick (2009, p.08), este tipo de pesquisa “visa abordar o mundo lá fora” e “entender, descrever, e às vezes, explicar os fenômenos sociais”. Ou seja, investigações qualitativas assumem o ambiente da vida real como fonte direta para obtenção de dados (MICHEL, 2009). Creswell (2014) destaca as principais características da pesquisa qualitativa:

a) habitat natural (coleta de dados no campo, no ambiente onde os participantes vivenciam a questão ou o problema de estudo);

(b) o pesquisador é visto como instrumento-chave (coleta pessoalmente os dados) e não tende a utilizar ou se basear em questionários ou instrumentos desenvolvidos por outros pesquisadores;

(c) múltiplos métodos (pesquisadores qualitativos reúnem múltiplas formas de coleta de dados), a seguir examinam todos os dados e procuram entender o seu significado, organizando-os em categorias ou temas que perpassam todas as fontes de dados;

(d) raciocínio completo por meio da lógica indutiva e dedutiva (o processo lógico dedutivo significa que o pesquisador qualitativo usa habilidades de raciocínio complexo durante todo processo da pesquisa);

(e) significados dos participantes (foco na captação do significado que os participantes atribuem ao problema ou questão);

(f) projeto emergente (não há rigidez no plano inicial de pesquisa);

(g) reflexão (os pesquisadores “se posicionam” em um estudo de pesquisa qualitativa, transmitem seu *background*, informando sua interpretação das informações);

(h) relatório holístico (os pesquisadores estão vinculados não pelas relações rígidas de causa e efeito, mas pela identificação de interações complexas dos fatores em uma determinada situação).

Segundo Alami *et al.* (2010, p.31), a pesquisa qualitativa requer qualidades de improvisação e de flexibilidade e, por sua estratégia indutiva, “o real é considerado como algo opaco: os fatos não se exprimem *a priori*. Para que se possa ‘ver’ algo, será necessário explorá-los, analisá-los, impregnar-se dos mesmos e, depois, distanciar-se deles.” Em todos os casos, o tema pode parecer “pequeno” ou

“grande”, “nobre” ou “banal”, o pesquisador em Ciências Sociais ou o responsável pelos estudos buscam compreender as implicações sociais e culturais dos comportamentos sem prejudicar sobre sua importância *a priori* na vida cotidiana.

Para Creswell (2010), as pesquisas de natureza qualitativa envolvem uma grande variedade de materiais empíricos, que podem ser estudos de caso, experiências pessoais, narrativas orais, relatos de introspecções, produções e artefatos culturais, interações, em estudos que descrevam a rotina e os significados da vida humana em grupos. Atento às questões éticas desta modalidade de pesquisa, Creswell (2014, p.58) afirma que há um “falso conceito que estas questões surgem apenas durante a coleta de dados. Elas surgem, no entanto, durante as diversas fases do processo de pesquisa e estão em contínua expansão.”

O trabalho aqui proposto considera a atuação da pesquisadora a partir da observação virtual e da coleta de múltiplos e variados dados. Neste sentido, reitera-se a observação de Michel (2009, p.37): “na pesquisa qualitativa, o pesquisador participa, compreende e interpreta.” Apoiado nos estudos de Flick (2009, p.08-9), este trabalho comunga com a visão de que a abordagem qualitativa representa “formas de sentido, as quais podem ser reconstruídas, analisadas com diferentes métodos”, cuja busca está em “esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo a sua volta, o que estão fazendo ou o que está lhes acontecendo.”

Quanto aos objetivos, essa proposta de pesquisa é considerada exploratória. Segundo Gil (2011, p.27), a finalidade desta modalidade de pesquisa é “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.” Estudos sobre uso de mídias por Populações Tradicionais e Indígenas brasileiras e Gestão do Conhecimento Tradicional compõe um campo com interfaces ainda pouco pesquisadas e, portanto, passível de ser explorado. Neste particular, pretende-se, primeiramente, dimensionar como o fenômeno se mostra na prática cotidiana, para, com base neste conhecimento, expor os principais elementos que envolvem o contexto investigado.

Pode-se considerar ainda, sua aproximação com as pesquisas descritivas, pois para Oliveira (2010, p.70), como característica, a pesquisa exploratória “procura analisar fatos e/ou fenômenos, fazendo uma descrição detalhada da forma como se apresentam (...) é uma análise em profundidade da realidade pesquisada.” Neste sentido, é

compreensível que o caráter descritivo da pesquisa ganhe expressivos contornos na descrição de narrativas, de mensagens, nos roteiros dos vídeos, entre outros conteúdos compartilhados no ambiente virtual pesquisado.

4.1.2 - Sobre o método da pesquisa – Etnografia Virtual

Quanto ao método, a etnografia virtual foi escolhida para a condução da pesquisa. De acordo com Winkin (1998), historicamente, a etnografia passou por três grandes mudanças. A primeira principalmente com os estudos de Malinowski, a presença e a coleta de dados pelo próprio pesquisador no campo de pesquisa. Vem daí a importância da observação participante, pois, conforme Malinowski (1978) o etnógrafo é cronista e historiador ao mesmo tempo. Suas fontes de informações são, sem dúvida, muito acessíveis, mas também complexas e enganosas e o tempo de estudo se faz fundamental.

Na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e do material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida tribal. O etnógrafo tem que percorrer esta distância ao longo dos anos laboriosos que transcorrem desde o momento em que pela primeira vez pisa numa praia nativa e faz as primeiras tentativas no sentido de comunicar-se com os habitantes da região, até a fase dos seus estudos, quando redige a versão definitiva dos resultados obtidos. (MALINOWSKI, 1978, p.23)

A segunda mudança ocorre entre os anos de 1930-35 com pesquisadores americanos. Lloyd Warner (1898-1970), em seus estudos em Harvard e depois sob a assistência do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago⁸¹, baseou sua obra no princípio de que a

⁸¹A Escola de Chicago trouxe como novidade a etnografia das minorias sociais: os pobres, *outsiders*, “desajustados” índios e aculturados, imigrantes vivendo em guetos e outros grupos subordinados. Os pesquisadores privilegiam

etnografia não se aplica somente em tribos indígenas, pois a cidade é um laboratório natural e em seu interior existe micro-sociedades, fenômenos importantes a serem interpretados.

A terceira mudança ocorre por volta de 1950. Foi caracterizada pelo desprendimento da tendência da realização de estudos etnográficos apenas com classes tidas como marginalizadas pela sociedade e admite ser utilizada em contextos complexos, para além das fronteiras culturais: em qualquer lugar, com quaisquer tipos de pessoas, desde que o método seja sistematizado, realizado de forma adequada aos objetivos propostos.

Chegamos ao século XXI e à emergência de novas mudanças. A etnografia como método investigativo da relação entre seres humanos e máquinas, de diferentes espaços e, especialmente do que resulta dessas interações. É sobre essa modalidade que este trabalho se firma. Rifióti (2010 p. 15) cita que “pesquisadores que se dedicam ao estudo do ciberespaço tem se confrontado com uma série de dilemas de ordem teórica e metodológica que exigem uma revisão das modalidades clássicas de pesquisa etnográfica.” Essa é também uma questão levantada pelo antropólogo Arturo Escobar e explicitada por Rudiger (2012, p.156), que faz entre outras perguntas: “Quais são os conceitos e métodos mais apropriados para se estudar esse âmbito (o ciberespaço), em seus respectivos contextos geopolíticos, sociais e étnicos?”

O problema fundamental apontado pelo antropólogo Massimo Canevacci está em como fazer uma pesquisa empírica criticamente orientada sobre a cultura digital (CANEVACCI, 2013). Para dar conta dessa realidade emergente, o autor aponta a necessidade de um pensamento científico mais sintonizado com a dinâmica em curso. Pois, se as práticas sociais que emergem na rede reproduzem comportamentos tradicionais, é neste mesmo espaço que germinam novos modos de relacionamento entre humanos, máquinas, avatares, códigos, espaços ficcionais e o mundo.

Este *locus* se constituiu como um ambiente favorável para legitimar e reconhecer o outro na produção de conhecimentos que vem sendo, mais recentemente, praticada pelos sujeitos por meio de diferentes artefatos tecnológicos e especialmente na Internet (*web*).

ambientes cativos, gente que está mais ou menos isolada, pois vive numa cidade, num bairro, num hospital de onde mal pode sair (WINKIN, 1998).

É um processo que se desenvolve a partir da ação do pesquisador, de suas escolhas dentro do contexto pesquisado e, por isso, não tem uma estrutura rígida, pois depende do que vem do campo de pesquisa. Deste modo, parte de uma visão dialética da cultura, na qual esta se movimenta entre as estruturas sociais e as práticas sociais dos sujeitos históricos (GUTIERREZ, 2009, p.132).

Angrosino (2009, p.120-21) argumenta que atualmente os etnógrafos podem “se libertar do ‘lugar’ por meio da internet” e “incorporar o ciberespaço como *locus* da pesquisa.” Entretanto, o autor salienta:

- A comunicação eletrônica se baseia quase que exclusivamente na palavra escrita ou em imagens escolhidas a dedo. O etnógrafo acostumado a “ler” o comportamento através de nuances de gestos, expressão facial e tom de voz está, portanto, em certa desvantagem.
- É muito fácil para as pessoas *on-line* esconder suas identidades – algumas vezes, tudo que interessa na participação de um grupo *on-line* é assumir uma identidade inteiramente nova.
- Se você estiver fazendo o tipo de pesquisa que depende da “exatidão” dos “fatos”, então será necessário desenvolver um senso crítico, para avaliar cuidadosamente as fontes virtuais e evitar fazer afirmações que não poderão ser confirmadas por outros meios.

Para Hine (2004), a etnografia do virtual pode ser usada para desenvolver a percepção do sentido da tecnologia e dos espaços socioculturais que são por ela estudadas. Em entrevista a Adriana Braga (2012), Christine Hine diz:

Acho que a pesquisa baseada apenas em dados online pode ser etnográfica, desde que seja focada na experiência de navegação do/a etnógrafo/a nesse *setting*. Essa pesquisa pode tornar-se autoetnográfica, e acho que é útil aplicar à Internet esse modelo, que nos diz coisas

interessantes sobre o modo como incorporamos o uso da Internet a experiências sociais significativas. (BRAGA, 2012, p.06)

Na mesma entrevista, Hine diz que,

Os fenômenos digitais são muito complexos. Existem em múltiplos espaços, são fragmentados e costumam ser temporalmente complexos. Não podemos esperar ter uma vivência de um fenômeno assim apenas “estando presentes ali”, porque não sabemos automaticamente onde é “ali”, nem como “estar presentes”. Mas podemos ajudar a entender os fenômenos digitais tentando adquirir nossa própria experiência autêntica desses fenômenos como etnógrafos inseridos, incorporados, e refletindo constantemente sobre o que sabemos e como o sabemos. Penso que este aspecto da reflexividade – refletir sobre como sabemos o que sabemos sobre uma situação - provavelmente seja a parte mais significativa da etnografia em ambientes digitais. É importante refletir continuamente sobre a maneira como nosso entendimento é plasmado por determinadas abordagens metodológicas, pelo subconjunto de participantes com quem acontece de estarmos interagindo e pelos meios que escolhemos para essas interações. (BRAGA, 2012, p. 04).

Segundo Hine (2004), a etnografia virtual permite responder algumas questões no que diz respeito ao ciberespaço, entre elas: como os usuários da Internet percebem suas capacidades comunicativas e interativas; como a Internet afeta as organizações e as relações sociais, em relação ao espaço e tempo; quais são as implicações para a autenticidade e segurança e, se a experiência do virtual é radicalmente diferente da experiência do real físico. Por isso, continua a autora, a etnografia virtual tem espaço assegurado nas pesquisas onde os objetivos incluem saber “o que as pessoas estão realmente fazendo com a tecnologia” (p.08).

Rüdiger (2012, p.157) diz que, de acordo com Christine Hine, “a etnografia pode ser usada para elaborar melhor, enriquecer nosso

conhecimento das novas tecnologias, relevando a maneira como elas são agenciadas pela cultura, mas, ao mesmo tempo, a agenciam”. O mesmo autor destaca os seguintes campos de pesquisa para a aplicação da etnografia virtual: (a) “a produção e o uso das novas tecnologias em seus contextos socioculturais”; (b) “a formação e estrutura das comunidades mediadas por computadores”; (c) “a representação da tecnologia na cultura popular *one off-line*”; (d) “os processos de comunicação por meio de redes telemáticas”; (e) “a economia política da cibercultura como novo vetor de globalização”. (Ibidem, p. 157).

Segundo Hine (2004, p.76) é preciso perceber a Internet “como um contexto cultural”, e, “aceitar uma noção multi-situada ou conectiva da etnografia abre muitos caminhos diferentes para realizar e conduzir projetos de pesquisa”. (Ibidem, p. 79). Entre as ações e pesquisas, tendo como método a etnografia virtual, a autora cita: páginas de *web*, revistas de páginas de *web*, informes midiáticos sobre eventos na Internet, revistas e suplementos dedicados a Internet, bolsa de valores, grupos de notícias, *chats*, grupos virtuais de estudo, etc.

Em relação à incorporação e análise de documentos virtuais em pesquisas científicas,

(...) a originalidade e o vigor dos métodos visuais, e conseqüentemente o que podemos aprender com eles, não é o caráter exclusivo de suas percepções nem sua verificabilidade em contextos múltiplos, mas o fato de que são constantemente adaptáveis e estão levando a pesquisa de forma contínua em novas direções, de uma maneira que combina com a fluidez e o fluxo da própria experiência humana. (BANKS, 2009, p.154).

Desse modo, sobre possíveis críticas em relação à inconsistência de uma etnografia do virtual, onde não há necessariamente a presença física do pesquisador *in loco*, reiteram-se questões já apontadas nesse trabalho que refletem e caracterizam as transformações da sociedade, em especial as implicações das tecnologias e mudanças paradigmáticas em relação a contextos e pesquisas atuais. Nessa visão, de acordo com Rocha e Montardo (2005, p. 10), o pesquisador passa a ser “testemunho de um mundo que também se desenrola no ciberespaço” e os usuários da Internet, segundo a visão

de Hine (1998), estão implicados na construção da tecnologia em dois sentidos: através das práticas pelas quais entendem esta tecnologia e através do conteúdo que produzem.

Conforme Montardo e Passerino (2006), há três formas de aplicar a etnografia do ambiente virtual:

(1) como ferramenta metodológica para o estudo de comunidades puras, que são aquelas que só existem por haver as possibilidades propiciadas pela Internet;

(2) como ferramenta metodológica para o estudo de comunidades derivadas, que são aquelas que existem no virtual, mas têm estrita relação com o espaço físico e;

(3) como ferramenta exploratória para diversos assuntos, como a análise de *blogs* e outras formas de rede social *online*.

Ressalta-se que a segunda forma de aplicar os estudos etnográficos, conforme os autores citados, está de acordo com a investigação realizada e apresentada neste trabalho. Esta questão também ampara a definição de critérios para a escolha dos *sites* (cibermeios) investigados, conforme será apresentado na seção 4.2.2.

Quanto aos desafios éticos da etnografia virtual, Angrosino (2009, p.121) menciona que “as normas éticas de consentimento informado e proteção de privacidade e sigilo continuam sendo importantes, embora estejamos lidando com pessoas que não vemos face-a-face.” Ademais, segundo o autor, em pesquisas baseadas na análise de conteúdo de um *website* público é “provavelmente aceitável citar mensagens enviadas para páginas de mensagens públicas, desde que as citações não sejam atribuídas a pessoas identificáveis” (p.121).

Ressalta-se, também, o papel que é assumido pelo pesquisador, como citado por Gallois e Carelli (1995, p.70): “Se está claro que o autor não apaga sua presença na construção do trabalho, esta opção de comunicação exige que ele atenuar sua voz, para deixar espaço à voz dos outros”, não perdendo de vista as “contingências específicas do interno” (CLIFFORD, 2011, p. 32). Segundo a tese de James Clifford (1998), há quatro modos de autoridade na pesquisa etnográfica, sendo que os dois primeiros cedem lugar aos dois últimos:

(1) Autoridade experiencial – modelo clássico e presente na obra de Malinowski. Há a comprovação da presença do pesquisador no

contexto da investigação (o “Eu estive lá”), tentando mostrar o envolvimento do “leitor na complexa subjetividade da observação participante”, ou então, unindo “o leitor e o nativo numa participação textual”, produzindo a ideia de que o etnógrafo é “sensível ao estrangeiro” (CLIFFORD, 1998, p.32).

(2) Autoridade interpretativa – a crítica principal recai na compreensão da cultura como um conjunto de textos (tese de Clifford Geertz). Para Clifford (1998, p.40), “a interpretação não é uma interlocução. Ela não depende de estar na presença de alguém que fala.” Ademais, “se muito da escrita etnográfica é feita no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar” (p.41).

(3) Autoridade dialógica – entende etnografia como o resultado de “uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais sujeitos conscientes e politicamente significativos” (CLIFFORD, 1998, p.43).

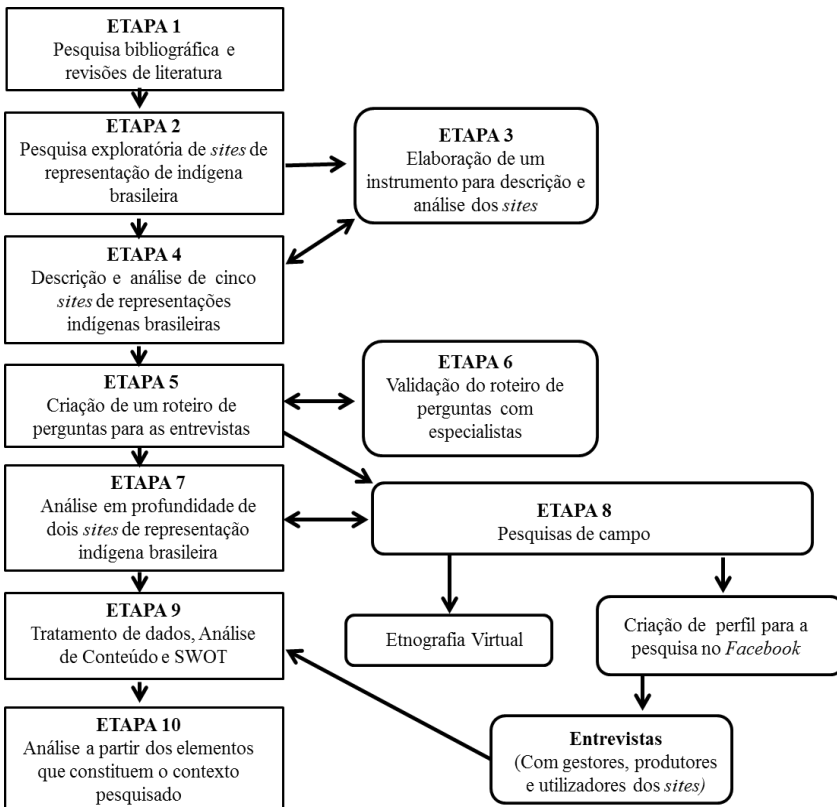
(4) Autoridade polifônica – rompe com as etnografias que pretendem conter uma única voz, geralmente a do etnógrafo, propõe a “produção colaborativa do conhecimento etnográfico, citar informantes extensa e regularmente” (CLIFFORD, 1998, p.54). Desse modo, o autor nota que uma “realidade cultural” acaba sendo inventada através de um processo textual, já que o etnógrafo precisa torná-la inteligível para o leitor, que acha estranha essa “realidade cultural”. Contudo, Clifford (1998), vê que a antropologia moderna tenta por os informantes nativos como construtores ativos dessa realidade, quebrando o poder absoluto do etnógrafo baseada na sua observação pessoal.

Conforme expõe Canevacci (2012, p.94), “este foi o paradigma da antropologia - colher o ponto de vista nativo – agora está se redefinindo de modo diferente: colher os pontos de vista polifônicos e sincréticos da autorrepresentação”.

4.2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta Tese, do ponto de vista metodológico, adotou o percurso apresentado na Figura 11.

Figura 11 – Representação esquemática das etapas de desenvolvimento metodológico do trabalho



Fonte: Elaboração da autora.

A seguir, será detalhada cada etapa.

4.2.1 - Pesquisa bibliográfica e revisão de literatura em bases de dados

Este trabalho utilizou pesquisa bibliográfica e realizou revisões da literatura em bases de dados explicitando a situação atual de pesquisas que se referem ao conhecimento de populações tradicionais e povos indígenas brasileiros, conforme exposto na fundamentação teórica. Deste modo, tornou-se possível definir um quadro conceitual, caracterizando a problemática, ou seja, questões relativas à perda, erosão ou transformação do conhecimento tradicional.

4.2.1.1 - Levantamento de Teses que tratam do tema

No período de março a maio de 2012, realizou-se o primeiro levantamento de Teses que tratam de temas relacionados às populações tradicionais e indígenas brasileiras. Utilizou-se bases de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD). Os seguintes descritores foram empregados: “conhecimento tradicional”, “conhecimento indígena” e “conhecimento local”, como principais. Na sequência, como aportes, as expressões “conhecimento etnobotânico”, “saber tradicional”, “saber local”. Como critério, foram coletados trabalhos publicados nos últimos dez anos. Seguindo a mesma sistemática, nos anos de 2013 a 2015 os dados foram atualizados, sendo que não há, nas bases consultadas, registro de Teses defendidas em 2015 com os descritores mencionados. Os resultados do levantamento estão apresentados no Apêndice 1.

Ressalta-se que, ao inserir os descritores já mencionados, acrescidos da palavra “mídia” ou “mídias”, a busca revelou a inexistência de Teses nas bases de dados consultadas no período do levantamento, reiterando o ineditismo da pesquisa de doutoramento em tela.

Inicialmente, identificaram-se 97 (noventa e sete) Teses que apresentam em seus títulos e palavras-chave os descritores selecionados. Porém, dez (10) trabalhos não estavam disponíveis para análise na íntegra, e desse modo, foram desprezadas, assim como 11 (onze) Teses cujas investigações não possuíam relação direta com populações tradicionais ou indígenas brasileiras.

Como resultado, inventariaram-se setenta e seis (76) pesquisas defendidas entre os anos de 2004 a 2014 e identificadas pelas seguintes categorias: (a) as IES e os Programas de Pós Graduação onde as pesquisas foram desenvolvidas; (b) campo/área ou subárea das pesquisas; (c) temas e/ou subtemas das pesquisas e; populações ou comunidades pesquisadas. Estes, segundo consulta à CAPES, são Programas que respondem as seguintes áreas de conhecimento: Biodiversidade – Ecologia, Botânica e Zoologia; Biotecnologia; Ciências Agrárias – Agronomia; Ciências Biológicas I – Biologia; Ciências Biológicas II – Farmacologia; Ciências Sociais Aplicadas – Administração, Direito, Economia; Educação – Antropologia Educacional; Psicologia; Linguística, Letras e Artes – Línguas Indígenas; Multidisciplinar – Engenharia/Gestão. O Apêndice 1 mostra um quadro que situa as Instituições de Ensino Superior e os respectivos Programas onde as Teses foram defendidas. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) há três Teses, sendo duas delas sediadas no Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (EGC).

4.2.1.2 - Levantamento de artigos científicos que tratam do tema

Foram realizadas sessões periódicas de pesquisa em bases de dados eletrônicas, desde junho de 2012. A revisão integrativa de trabalhos publicados em periódicos, realizada nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science* e *Scielo* em 2012, revisada e ampliada em 2013 e 2014, proporcionou o levantamento do “estado da arte” de estudos que relacionam povos tradicionais e indígenas e o uso de mídias.

Elegeram-se os seguintes critérios: todas as categorias de artigo (original, revisão de literatura, reflexão, atualização, relato de experiência etc.); somente artigos com resumos disponíveis para análise; publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol, entre os anos

2002 e 2015 e com registro, no título e/ou resumo e/ou palavras-chave, dos descritores “*local knowledge*” ou “*traditional knowledge*” ou “*indigenous knowledge*”, associados ao descritor “*knowledge media*”. Esta escolha dos descritores mostrou uma grande variedade de trabalhos, que, em sua maioria, não correspondiam com os objetivos da busca.

Entendendo que as pesquisas que tratam da GC, em grande medida, fazem referência ao uso de variadas mídias nas etapas de codificação, compartilhamento e disseminação do conhecimento e, de modo a obter uma filtragem dos trabalhos visualizados, optou-se pela associação do termo “*knowledge management*” aos descritores acima mencionados. Estudos que não atenderam aos critérios de inclusão mencionados foram excluídos. Ressalta-se, contudo, que nos trabalhos selecionados para análise o foco estava em identificar se havia referência às mídias e como foram caracterizadas, ou usadas nas diferentes etapas de gestão do conhecimento tradicional.

O conjunto de trabalhos é apresentado na íntegra, no Apêndice 1 que mostra os diferentes termos usados para referenciar o conhecimento de povos tradicionais. Se existe polissemia entre o uso, abrangência e/ou limitações dos termos, no plano conceitual o que se vê são definições que tentam abarcar a universalidade epistemológica do conhecimento tradicional.

Seguindo indicações de Botelho *et al.* (2011), a organização dos materiais coletados possibilitou:

- a) Construção de base conceitual e significados de conhecimento tradicional, local e indígena;
- b) Identificação dos principais periódicos que publicam estudos dessa natureza;
- c) Localização de pesquisas brasileiras e seus contextos de estudo;
- d) Métodos de pesquisa utilizados; e
- e) Modelos e Mídias utilizadas e/ou indicadas para a gestão do conhecimento tradicional.

O contexto da gestão do conhecimento tradicional é apresentado no capítulo 3 e cumpre um dos objetivos específicos deste trabalho, ou seja, “Identificar, a partir das abordagens de GC, ações que possam

contribuir para as etapas de identificação, aquisição, conversão, compartilhamento, disseminação, uso e armazenamento do conhecimento tradicional indígena”. Parte do material analisado compõe o artigo “Gestão do conhecimento aplicada ao conhecimento tradicional: o estado da arte”, apresentado no XV Congresso Latino-Iberoamericana de Gestão de Tecnologia – ALTEC em 2013⁸².

Destacam-se, ainda, pesquisas de campo realizadas em 2012 junto às populações tradicionais – panelistas de goiabeiras em Vitória (ES) e rendeiras de bilro em Florianópolis (SC) – que possibilitaram o exercício da coleta (entrevistas presenciais e observação participante) e, conseqüentemente, o tratamento qualitativo dos dados. Como resultado, o artigo “*Traditional knowledge along with innovation and creativity processes – brazilian clay pot and bobbin lace makers*”⁸³ mostra como aspectos da tradição estão sendo transformados em iniciativas inovadoras, usadas como geração de renda e visibilidade às comunidades pesquisadas (seção 2.1.3).

4.2.2 - Pesquisa exploratória dos sites de populações tradicionais e indígenas brasileiros e critérios de seleção de amostra

Em março de 2013 iniciou-se a etapa 2 da pesquisa. Tendo por objetivo identificar o *status* de aproximação de populações tradicionais e indígenas com as mídias na *web*, utilizou-se o buscador “Google” e, usando os descritores “populações tradicionais” e “povos indígenas”, acrescidos do termo “mídias digitais”, identificaram-se várias páginas, que foram analisadas (uma a uma) e aquelas que apresentavam a participação das comunidades foco da pesquisa foram selecionadas. Não houve, por parte da pesquisa, interesse na reunião quantitativa de cibermeios, mas de um número representativo para posterior seleção da amostra final para o trabalho.

No processo de organização, selecionaram-se 50 (cincoenta) ambientes virtuais, sendo: 29 (vinte e nove) *sites*; 16 (dezesesseis) *blogs* e

⁸² Realizado de 27 a 31 de outubro de 2013 na cidade de Porto (PT). Disponível: <http://www.altec2013.org/>

⁸³ Trabalho publicado na Revista Sociedade e Cultura da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Disponível: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/issue/current>.

5 (cinco) *web* rádios (conforme Apêndice 2). Destes, 07 (sete) são de propriedade de populações tradicionais e 43 (quarenta e três) são de propriedade de populações indígenas, representando, 86% do total de meios virtuais pesquisados.

Na sequência, criaram-se critérios para a seleção da amostra final.

- (1) Optou-se pela observação virtual, descrição e análise de cinco (5) meios, sendo que dois (2) seriam analisados em profundidade. Desses, um (1) meio deveria estar vinculado a uma ONG, Associação ou Instituto e um (1) em estreita relação com a comunidade de origem;
- (2) Opção pelos meios virtuais indígenas, dada à sua expressiva representação no ciberespaço, ou seja, 86% dos meios mapeados;
- (3) Seleção dos meios que apresentaram atualizações sistemáticas e cuja última postagem data do ano de 2014;
- (4) Opção por meios virtuais que representam um coletivo de pessoas, que possuem um projeto cujas ações e conteúdos postados promovem, entre outros desdobramentos, a participação e a interlocução entre sujeitos indígenas e não indígenas. Excluem-se, desse modo, os *blogs* (de representação pessoal) e as *web* rádios;
- (5) Seleção daqueles que indicaram, por seus conteúdos e postagens, estreita relação com o espaço físico, ou seja, a comunidade a que pertencem e cujas postagens de comentários e conteúdos de produção indígena estão disponíveis para análise.

Quadro 06 - Seleção da amostra a partir dos critérios estabelecidos

Critério 1	Escolha do <i>site</i> Índios Online, dada sua visibilidade e importância.	
Critério 2	Excluídos os números (6,12,17,18,23,32,33) * (resultando 43 meios virtuais indígenas)	
Critério 3	Excluídos os números (19,20,21,22,24,25,26,27,28,29,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45)* - (resultando em 21 meios virtuais indígenas)	
Critério 4	Excluídos os números (46,47,48,49,50)* (resultando (15 <i>sites</i> e 01 <i>blog</i> indígenas)	
Critério 5	Excluídos os números (02,03,04,05,08,09,10,11,13,16,30)* - (resultando 5 <i>sites</i> indígenas).	
MEIOS SELECIONADOS PARA A PESQUISA		
Tipo	Nome de apresentação	Endereço
Site	Índios Online	http://www.indiosonline.net/
Site	Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas	http://www.mulheresindigenas.org/
Portal	Índio Educa	http://www.indioeduca.org/
Site	Vídeos nas Aldeias	http://www.videonasaldeias.org.br/
Site	Ação dos Jovens Indígenas de Dourados - AJI	http://www.jovensindigenas.org.br/

Fonte: Elaboração da autora. * Ver Apêndice 2.

Seguindo os critérios acima destacados, em agosto de 2014 deu-se início à navegação nos cibermeios, tendo como referenciais os preceitos apontados pela etnografia virtual. Seguiu-se um roteiro sistemático de acompanhamento. O cibermeio Índios Online foi monitorado durante o período de 11 (onze) meses, de 05 de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015. A navegação foi diária nos primeiros três meses, período em que o *site* foi descrito e os conteúdos selecionados. Na sequência, foram oito meses de acompanhamento semanal, identificando e coletando as novas postagens.

Conforme já mencionado, a partir da experiência com o cibermeio Índios Online e fazendo uso do instrumento para descrição e análise criado (apresentado na seção 4.3), as pesquisas nos demais

cibermeios ocorreram no período de 01 de março de 2015 a 31 de julho de 2015, portanto, 4 (quatro) meses em que foram monitorados diariamente. Os registros do acompanhamento estão apresentados no Apêndice 5.

Atribui-se atenção especial à exploração do *site*, sua arquitetura, funcionalidade, com foco em seus conteúdos e no exercício da compreensão sobre o significado e o sentido que as pessoas dão ao meio virtual.

Em face do exposto, buscou-se na literatura pesquisas que realizaram empenho similar, ou seja, trabalhos que têm como *locus* de investigação, meios virtuais. Após análise destes materiais e tendo-os como referência, criou-se um instrumento para descrição e análise dos cibermeios indígenas. A base teórica e conceitual da elaboração do referido instrumento é detalhada na seção 4.3 deste capítulo.

4.2.3 - Pesquisa documental e de “campo” e entrevistas

A pesquisa documental constitui-se um importante e necessário meio de coleta de dados no âmbito deste trabalho. Da mesma forma as entrevistas. Os dados coletados constituem-se plurais. Sabe-se que ambientes virtuais comportam diferentes formatos e conteúdos de informação e de conhecimento. Como salientado por Fragoso *et al.* (2011, p.178), estudos que elegem a “etnografia da contemporaneidade” devem incluir a análise também dos discursos e conteúdos que estão disponíveis na Internet, de modo a considerar as fronteiras (espacial, temporal, relacional) e as esferas de influência (analítica, ética e pessoal) para a construção do campo a ser pesquisado. Desse modo, foram considerados todos os conteúdos públicos do ambiente virtual *locus* do estudo (imagens, vídeos, sons, textos, ícones, mensagens trocadas por *email*, *Whatsapp*, incluindo as conversas pelo *chat* e/ou *Skype*).

A entrevista é uma técnica de coleta de dados amplamente referida pela literatura (SILVA; MENEZES, 2005; MOREIRA; CALEFFE, 2008; BAUER; GASKELL, 2008; MICHEL, 2009; CRESWELL, 2010; GIL, 2010) sendo considerada como adequada para estudos de escopo qualitativo. Nesta visão, elaborou-se um roteiro de perguntas a partir dos objetivos propostos pela presente pesquisa, organizadas em um instrumento com padrão semiestruturado, conforme

apresentado no Apêndice 3, segundo indicações de Moreira e Caleffe (2008).

Este documento foi validado nos dias 01 e 02 de junho de 2015 por meio telefônico, com dois especialistas que atuam em cibermeios indígenas: a pesquisadora não indígena Joana Brandão Tavares, Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina, coordenadora do Programa “Pelos Mulheres Indígenas” da ONG Thydêwá e Secretária de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República; e o indígena Karkaju Pataxó, que atua em atividades culturais indígenas na Aldeia Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabralia, sendo, atualmente, coordenador técnico dos Jogos Indígenas Pataxó. Por suas experiências com os cibermeios indígenas, os especialistas trouxeram importantes contribuições que foram adequadas ao roteiro de perguntas. Somente após a validação com os referidos especialistas, deu-se início às entrevistas com gestores, produtores e utilizadores dos cibermeios indígenas.

Foi elaborado o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (Apêndice 4), no qual constam as informações necessárias sobre a pesquisa e a questão dos “direitos do entrevistado”. Este documento foi lido aos informantes e, após sua aceitação, e com a devida concordância por parte dos/das participantes na utilização de suas “falas” na presente pesquisa, deu-se início às entrevistas. Um dos aspectos assegurados pelo protocolo é o do anonimato dos participantes, ou seja, seus nomes não serão associados às respectivas opiniões. Desse modo, os entrevistados serão identificados pelas letras G, P, U acrescidos de um numeral.

Em relação aos informantes, o presente trabalho elegeu três categorias:

Gestores: Definidos neste trabalho como os sujeitos que administram o ambiente virtual;

Produtores: Definidos neste trabalho como os sujeitos que atuam diretamente na produção de conteúdos digitais (técnicos de imagem, de som; fotógrafos; roteiristas, etc);

Utilizadores: Definidos neste trabalho como os sujeitos que acessam o ambiente virtual, buscam informação, realizam postagens e interagem com os conteúdos, com gestores, com produtores de conteúdos e/ou com outros utilizadores.

As entrevistas com os **gestores** tiveram os seguintes objetivos:

- Compreender o sentido e o significado que gestores atribuem ao *site* e à cultura tecnológica;
- Identificar (sob a visão do gestor), a atuação dos sujeitos envolvidos na produção de conteúdos digitais e dos utilizadores do *site*;
- Verificar questões relativas à funcionalidade do *site*, de acesso, disponibilidade e uso das mídias digitais pela comunidade;
- Examinar como a gestão compreende a disseminação, o compartilhamento e a preservação do conhecimento indígena em meios digitais;
- Analisar por que e como ocorre a disseminação, o compartilhamento, a preservação, o uso e o armazenamento dos conteúdos digitais.

As entrevistas com os **produtores** tiveram por objetivo:

- Saber “por que” e “como” os conteúdos digitais são produzidos;
- Identificar os sujeitos envolvidos, suas competências e objetivos no uso das mídias digitais para a produção de conteúdos;
- Compreender como ocorre a produção dos conteúdos, para quais fins, principais dificuldades e perspectivas futuras;
- Identificar o sentido e o significado que produtores de conteúdos atribuem ao *site* e ao uso das tecnologias e a Internet;
- Analisar por que e como ocorre a disseminação, o compartilhamento, a preservação, o uso e o armazenamento dos conteúdos digitais.

As entrevistas com os **utilizadores** tiveram por objetivo identificar os sujeitos que acessam o *site* e através deles, analisar:

- Aspectos relacionados ao acesso, acessibilidade, usabilidade e interação examinando o uso que os sujeitos fazem dos recursos tecnológicos e da Internet;
- Compreender como os utilizadores percebem o conhecimento indígena nos meios digitais;
- Investigar o sentido e significado que os utilizadores atribuem ao *site* e a cultura tecnológica;

- Compreender como os utilizadores percebem a criação, transformação, disseminação, armazenamento, preservação e uso dos conteúdos digitais.

Definiu-se que os participantes “utilizadores” seriam selecionados via amostragem por conveniência, através da técnica “*snowball*” ou bola de neve, também denominada “cadeia de informantes” (PENROD *et al.*, 2003). Segundo Gil (2011), a amostragem por conveniência, aplicada em estudos exploratórios ou qualitativos, é “destituída de qualquer rigor estatístico” e o “pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo.”

Desse modo, a reunião dos informantes “gestores”, “produtores” e “utilizadores” se daria pelo contato com os gestores e/ou administradores por meio dos *sites* pesquisados. Entretanto, três fatores implicaram no insucesso da seleção e amostragem via *sites* analisados: (1) Durante análise dos *sites*, percebeu-se um número inexpressivo de postagens e/ou de comentários de possíveis utilizadores. Dados coletados mostram, por exemplo, postagens que possuem muitas visualizações, mas o mesmo não acontece com os comentários, tornando complexa a identificação dos sujeitos “utilizadores” para posterior seleção da amostragem. Tal questão é apresentada em detalhes na seção 5.1 deste trabalho. (2) Na maioria das comunidades ou aldeias indígenas, há problemas com o acesso à Internet (pelo próprio sinal ou ainda pela falta de energia elétrica para uso dos equipamentos, ou, ainda, falta de equipamentos), o que dificultaria a aplicação da técnica de amostragem dos sujeitos utilizadores e posterior interação para coleta de dados. (3) Durante a etapa de seleção dos informantes (março e abril de 2015), houve tentativas de interação e contato com os mesmos por meio dos canais de comunicação e interação (contatos/fale com a gestão) dos *sites* pesquisados. Contudo, não houve retorno aos *emails* enviados ou às mensagens deixadas na seção ‘contatos’ ou ‘fale conosco’. Identificou-se, desse modo, sérios limites na etapa de seleção e posterior convite aos informantes. Diante da problemática apresentada, definiu-se pela busca dos informantes via redes sociais.

No mês de maio de 2015 foi criado um perfil no *Facebook*, chamado “Pesquisa MídiasIndígenas”⁸⁴ a qual possibilitou a reunião, de

⁸⁴Acesso: <https://www.facebook.com/profile.php?id=100009306928275>.

modo rápido, de um expressivo número de potenciais colaboradores. Passou-se a fazer os convites para as entrevistas, de modo individual, no espaço de bate-papo do *Facebook*. A pesquisadora explicava seus objetivos e perguntava se a pessoa contactada gostaria de participar e colaborar com a pesquisa. Dos 23 (vinte e três) indígenas convidados, 07 (sete) aceitaram e de fato participaram da pesquisa. Houve alguns que não responderam ao convite, outros que demonstraram curiosidade, mas não se sentiram encorajados em participar, justificando que tinham dificuldades para falar ou escrever a língua (português), ou que estavam muito ocupados com atividades na comunidade, e, ainda, alguns que aceitaram o convite, mas usaram argumentos evasivos para não serem entrevistados naquele ou em outro momento. Os sujeitos que aceitaram definiram “como” seriam realizadas as entrevistas. O contato e o convite para participação em entrevista com os gestores não indígenas dos cibermeios também se deu pela rede social *Facebook*.

As entrevistas foram realizadas nos meses de junho a setembro de 2015, com data, horário e meio (canal) de contato previamente definido, em acordo entre a pesquisadora e os/as participantes.

O Quadro 07 registra as informações das entrevistas realizadas.

Quadro 07 – Relação e detalhamento das entrevistas

Entrevista Data	Categoria/ Local onde reside	Formação acadêmica do entrevistado	Experiência* e posição funcional	Meio
(1) 30/06/2015	Gestor não indígena Olinda - PE	Antropólogo, indigenista e documentarista. Criador do projeto Vídeo nas Aldeias.	[40 anos] Secretário executivo do Vídeo nas Aldeias e formador dos Realizadores	Skype
(2) 30/06/2015	Utilizador indígena São João das Missões - MG	Graduado em Ciências Sociais	[9 anos] Pesquisador no projeto Saberes Indígenas na área de audiovisual	Facebook
(3) 30/06/2015	Utilizador indígena Belém - PA	Acadêmico de Biomedicina	[20 anos] Produtor de audiovisuais independente.	Celular
(4)	Produtor	Ensino Médio	[12 anos] Diretor financeiro	Celular

01/07/2015	indígena Xingu - MT		da Associação Indígena Kisedje – AIK.	
(5) 18/07/2015	Produtor Indígena Altamira - PA	Ensino Fundamental	[13 anos] Atua em projetos vinculados a produção de audiovisuais.	Skype
(6) 22/07/2015	Gestor não indígena Oliveira - BA	Diretor de Cinema. Empreendedor Social.	[21 anos] Presidente da Thydêwá.	Whatsapp
(7) 25/07/2015	Produtor indígena Boa Vista - RR	Acadêmica de Sociologia em um curso a distância.	[5 anos] Atua como Administradora voluntária.	Whatsapp
(8) 30/07/2015	Utilizador indígena Porto Real do Colégio - AL	Professor. Contador de História Oral e Escrita. Estuda as origens do Povo Kariri-Xocó	Professor. Contador de História Oral e Escrita.	Email
(9) 30/08/2015	Produtor indígena Ilhéus - BA	Doutorado em Linguística.	Professora da Fundação Nacional do Índio- FUNAI	Email

Fonte: Elaboração da autora. * Experiência em projetos/ações com grupos indígenas brasileiros.

4.2.4 - Tratamento dos dados

No contexto da pesquisa, a Análise de Conteúdo (AC) permitiu a sistematização e codificação da variedade de dados coletados, a fim de extrair as categorias e elementos de análise a partir dos conteúdos (textos e audiovisuais) selecionados. Após a discussão das categorias e seus elementos, a matriz SWOT propiciou a identificação das “forças, fraquezas, oportunidades, ameaças” no uso de mídias digitais e da Internet na disseminação e preservação do conhecimento indígena.

4.2.4.1 - Análise de Conteúdo

Weber (1990) diz que a AC é um método que utiliza procedimentos para realizar inferências sobre o texto, considerando o emissor, a mensagem e o receptor. É consenso na literatura que a AC consolidou-se como um método de tratamento de dados, tendo como referência o desenvolvimento e o emprego de técnicas sistemáticas de análise de dados (CHIZZOTTI, 2008; GIL, 2011). Para Bauer (2008, p. 203), “a metodologia da análise de conteúdo possui um discurso elaborado sobre qualidade, sendo suas preocupações-chave a fidedignidade e a validade (...) eu acrescento coerência e transparência como dois critérios a mais para uma boa prática na AC”. Segundo Chizzotti (2008, p.113), por suas características, a AC aproxima-se da linguística, da semiótica, da hermenêutica e é usada “a fim de se extrair significados expressos ou latentes de um texto.”

Na AC, segundo Bauer (2008, p.210), “o pesquisador caminha através da seleção, criação de unidades e categorização dos dados brutos” e, “pode lidar com grandes quantidades de dados; presta-se para dados históricos; e ela oferece um conjunto de procedimentos maduros e bem documentados.” Ainda conforme o autor, a AC pode receber o auxílio do computador, a exemplo, de *KWOC – KeyWorld out of Context*; *KWIC – KeyWorld in Context*; e *CAQDAS – Computer-assisted Qualitative Data Analysis Software*; contudo, “o codificador/intérprete humano está longe de ser dispensado” (p. 210).

Segundo as etapas da AC definidas por Gil (2011), elege-se como perspectivas para a pesquisa:

- **Pré-análise** - compreende desde a definição e análise do ambiente virtual *locus* da pesquisa, com a devida aceitação e inclusão da pesquisadora como participante e a coleta de dados já explicitada neste documento;
- **Exploração do material** - a sistematização, organização e codificação dos dados coletados proporcionarão identificação de padrões recorrentes (inferências) e definição de categorias de análise;
- **Tratamento dos dados, inferência e interpretação** – a compreensão e análise dos dados em comunhão com a

observação participante e as bases teóricas proporcionarão atingir os objetivos do trabalho.

Há, segundo Minayo (2000) várias técnicas usadas para gerar a compreensão dos significados manifestos e latentes em diferentes tipos de mensagens e, a análise temática ou categorial, que consiste em operações de desmembramento do texto em unidades (categorias), segundo reagrupamentos analógicos, é a técnica mais utilizada pela AC. Ressalta-se que a presente pesquisa utiliza a técnica da análise temática ou categorial. Segundo Bardin (2011), esse tipo de análise é indicado para situações em que se utilizem peneiras de análise que remetam para uma variável, e que a escolha dos elementos ou unidades de registro e de contexto deve responder de maneira pertinente em relação às características da matéria e face aos objetivos da análise. Neste sentido, ainda nas palavras da autora citada, “a função primordial da análise do conteúdo é o desvendar crítico” (BARDIN, 2011, p.15).

Na fase da interpretação dos dados, conforme Moraes (1999, p.04), “os valores e a linguagem natural do entrevistado e do pesquisador, bem como a linguagem cultural e os seus significados, exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir”. Toda leitura se constitui numa interpretação e, conforme afirma o autor citado, entre a questão dos múltiplos significados que podem ser inferidos em uma mensagem e as múltiplas possibilidades de análise que esta possibilita, está o contexto em que a comunicação se situa.

Weare e Lin (2000) indicam as seguintes questões em relação à AC em ambiente Web: (1) a coleta de dados eletrônicos aumentou a capacidade dos pesquisadores para empregar técnicas de amostragem científica, melhorando assim a validade externa de suas pesquisas, mas ao mesmo tempo em que a Internet facilita a coleta de dados, seu tamanho e mutabilidade complicam o desenvolvimento de amostras científicas aleatórias; (2) a natureza não linear da *Web* obscurece as fronteiras e meio ambiente de mensagens e envolve uma semântica mais complexa; e (3) a *Web* facilita a coleta de dados e a rápida codificação, e a página principal pode ser uma unidade de análise adequada.

Acompanhando as mudanças que a internet trouxe para os diversos campos, estudos sobre a aplicação e uso da AC em conteúdos de ambientes virtuais vêm ganhando força nas últimas décadas (ROSENBAUM, 1998; SCHULTZ, 1999; HAAS; GRAMS, 2000;

PERRY; BORDKIN, 2000; ZHOU; DeSANTIS, 2005; HOFFMAN, 2006).

4.2.4.2 - Análise dos dados – matriz SWOT

A sigla SWOT deriva da língua inglesa e traduz-se: Strengths (fortalezas), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças). Wehrich (1982) introduz a matriz SWOT, entre as décadas de 50-60 como uma ferramenta utilizada para a análise de situação. Segundo o autor, a matriz é composta pelas seguintes combinações: maxi-maxi (fortalezas/oportunidades); maxi-mini (fortalezas/ameaças); mini-maxi (fraquezas/oportunidades) e; mini-mini (fraquezas/ameaças).

Como uma técnica de GC, a matriz SWOT é utilizada para a análise de ambientes internos e externos com o objetivo de obter um sistemático apoio para situações de decisão (GHAZINOORY *et al.*, 2011). Como uma estratégia, busca ampliar os pontos fortes do ambiente organizacional, reduzindo riscos decorrentes dos pontos fracos, aproveitando oportunidades e reduzindo ameaças, cita Damian (2012, p.113). Entre os benefícios estão a facilidade na sua utilização, simplicidade, flexibilidade, baixo custo para aplicação e capacidade para a integração das informações (SORENSEN *et al.*, 2004; CAPUANO, 2008).

A ferramenta colabora no sentido de identificar as fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças que podem envolver o uso de mídias digitais e a Internet para a disseminação e preservação do conhecimento tradicional de povos indígenas brasileiros.

Para construir a matriz, foram empregados dois instrumentos: (a) a Análise de Conteúdo realizada sobre o teor das entrevistas, usando, como categorias de análise, os próprios elementos “fortalezas”, “fraquezas”, “oportunidades” e “ameaças”; e (b) a Análise de Conteúdo elaborada a partir da avaliação dos cibermeios procedida pela autora. Deste modo, a matriz SWOT foi estabelecida por meio da visão de um coletivo de pessoas intimamente relacionadas ao tema, incluindo os entrevistados – que forneceram sua percepção experiencial – e a própria pesquisadora, que contribuiu com um posicionamento científico, tendo por base seu contato com a realidade em estudo. Ou seja, reuniu-se uma

visão interna, proveniente de sujeitos fortemente envolvidos com a questão (os entrevistados), e uma visão externa, essencialmente analítica, oriunda da pesquisadora. Entretanto, é importante esclarecer que a composição final (resultado) da matriz espelha a visão da autora na condição de interpretadora dos conteúdos e posicionamentos colocados, não tendo sido fruto de uma discussão e consolidação em grupo.

4.2.5 - Conteúdos selecionados para análise

A etapa de coleta de dados nos *sites* pesquisados teve como eixo norteador os objetivos da presente investigação, ou seja, “analisar a representação e participação indígena na cultura digital percebendo os meios utilizados, suas características principais e objetivos” e “compreender a origem e os contornos atuais de conteúdos digitais produzidos por grupos indígenas brasileiros”. Busca-se, desse modo, captar as intencionalidades implícitas e explícitas dos conteúdos postados.

Como um sistema complexo (ICSU, 2002; DIEGUES *et al.*, 2000; STEVENS, 2008), ao ser estudado o conhecimento tradicional indígena revela um universo de conhecimento. Ao analisar os conteúdos, fez-se o esforço de chegar ao seu “tema” ou “assunto” central, compreendendo suas intencionalidades. Ao seguir o escopo da presente pesquisa, não se omite aspectos singulares como o universo mítico e ritualístico, questões de ordem social como disputas de terra, em alguns casos, a retomada de seus territórios, carência de políticas públicas que os reconheçam cultural e socialmente, entre outros aspectos que envolvem populações indígenas na atualidade. O Quadro 08 apresenta a quantidade e o formato dos conteúdos analisados.

Quadro 08 – Quantidade e formato dos conteúdos analisados – Cibermeios Índio Educa e Vídeo nas Aldeias

Conteúdos/Cibermeio	Textos	Audiovisuais
	Nº	Nº
Índio Educa	20	16
Vídeo nas Aldeias	-	33
Total de conteúdos analisados	20	49
Total Geral	69	

Fonte: Elaboração da autora.

Ao analisar na íntegra (um a um) os textos e audiovisuais, deu-se especial atenção às temáticas que se repetiam e dessa forma, destacar, segundo Minayo (2000), temas e/ou categorias de análise. As categorias de análise “Disseminação do Conhecimento”, “Preservação do Conhecimento” e “Uso das mídias e Internet” foram selecionadas *a priori*, levando em conta os objetivos da pesquisa. As categorias “Educação Indígena” e “Ativismo Indígena” emergiram durante a análise dos dados. Destacam-se, do mesmo modo, os elementos constituintes de todas as categorias, considerados unidades de análise. O Quadro 09 mostra as categorias e seus elementos de análise.

Quadro 09 - Categorias e Elementos extraídos na Análise de Conteúdo

CATEGORIAS	ELEMENTOS DE ANÁLISE
DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO	Em práticas de ensino do CI (pela transferência)
	Intercâmbio cultural
PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO	Continuidade dos fazeres tradicionais e modos de sobrevivência
	Valorização, afirmação da identidade indígena
USO DAS MÍDIAS	Meios de comunicação, interação e difusão

E INTERNET	Formação e profissionalização e registro (guarda) do CI
EDUCAÇÃO INDÍGENA	Construção de um currículo escolar diferenciado e formação de professores indígenas
ATIVISMO INDÍGENA	Manifestação contra o preconceito e discriminação e luta pelos direitos indígenas

Fonte: Elaboração da autora.

Sabe-se que a mensagem da comunicação exprime e representa o emissor e está inserida em um campo simbólico. Neste sentido, para entender os significados de um texto escrito, uma narrativa, um audiovisual ou ainda uma mensagem de *email*, é preciso perceber os meandros do seu contexto (conteúdo, autor, destinatário), incluindo as formas de codificação e transmissão da mensagem. Reitera-se que a fase da interpretação representa uma etapa imprescindível em toda a análise de conteúdo, especialmente em pesquisas de natureza qualitativa.

Diante das escolhas metodológicas e de acordo com o roteiro apresentado neste capítulo, optou-se pela associação da etnografia virtual, da AC e da SWOT. A combinação multimétodos (FRAGOSO, 2011) reforça e desvela o caráter epistêmico da presente pesquisa.

A seção a seguir apresenta o instrumento elaborado para as descrições dos ambientes virtuais analisados.

4.3- APRESENTAÇÃO DO INSTRUMENTO ELABORADO PARA EMBASAR A DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS 'CIBERMEIOS INDÍGENAS BRASILEIROS'

Nos meses de agosto a dezembro de 2014, realizou-se um estudo piloto através da observação e análise do *site* Índios Online. Conforme já registrado, a tarefa revelou a complexidade que envolve pesquisas que tratam do ciberespaço, explicitando a necessidade de um roteiro metodológico. Buscou-se na literatura trabalhos que realizam empenho similar, ou seja, investigações que se propõem a desenvolver análises de *websites* e de seus conteúdos.

Para o desenvolvimento do instrumento de descrição e análise dos cibermeios, esta pesquisa buscou suporte nos trabalhos de Carneiro

e Henrique (2005), Corigliano e Baggio (2006), Bottentuit Jr e Coutinho (2007), Tomikawa (2009), Pereira (2012) e Damian (2012).

Corigliano e Baggio (2006) dizem que o número de pesquisas e estudos que tomam os *sites* como objeto de estudo tem sido crescente, entretanto, não há um método, técnica ou instrumento universalmente aceito sobre análise de *websites*. A maior parte dos estudos realizados se agrupa no método heurístico⁸⁵ que utiliza dos princípios do método automatizado, informam os autores.

Este trabalho não faz uso de métodos automatizados. As etapas de descrição e análise se dão a partir do acesso dos *sites* selecionados, um a um, observando, percebendo, compreendendo, analisando e registrando questões relacionadas à sua arquitetura de informação, aos elementos de interação (canais de comunicação), aos conteúdos constantes e, especialmente, ao que dizem os sujeitos envolvidos, agentes, produtores e utilizadores dos *sites*.

Neste exercício, sentiu-se a necessidade de reunir, ainda que de forma breve, os principais conceitos que regem o ciberespaço e que estão presentes nas etapas/dimensões propostas pelo referido instrumento, apresentados nas seções a seguir.

Ressalta-se ainda que, diante da expressiva atuação indígena no ciberespaço e do crescente número de pesquisas que tratam do tema em questão, doravante, este trabalho tratará desses *sites* como “cibermeios indígenas”, caracterizados desse modo na literatura brasileira por Pereira (2012); Tavares (2013) e Figueiredo (2014).

4.3.1 - Caracterização das etapas de elaboração do Instrumento de Descrição e Análise dos Cibermeios Indígenas Brasileiros

A análise dos cibermeios indígenas foi antecedida por uma seleção de itens-base. Este “olhar criterioso” levou à elaboração de um instrumento de descrição e análise, organizado a partir de três etapas, divididas por dimensões, a seguir detalhadas.

⁸⁵ As heurísticas, de acordo com Figueiredo (2002) são um conjunto de princípios firmados e reconhecidos, contra os quais as características de um *site* podem ser avaliadas.

4.3.1.1 - Etapa 1 – Dimensões 1, 2 e 3 - Identificação e descrição dos aspectos técnicos e de operabilidade dos cibermeios

Construída através de dados obtidos na navegação dos cibermeios indígenas, a dimensão 1 trata da identificação do cibermeio. Detalha o *layout* da página principal, descrevendo a estrutura apresentada, classificando o cibermeio, por suas características, como portal ou *website*.

Segundo a literatura, há algumas décadas os portais são utilizados como meios de organização e difusão dos mais variados conteúdos e “passaram a filtrar *sites* e documentos em grupos pré-configurados de acordo com seu conteúdo (...) o passo seguinte foi a integração de outras funções, como, por exemplo, as comunidades virtuais e suas listas de discussão” (DIAS, 2001, p.51)⁸⁶. Na sua estrutura mais comum, o portal conta com um motor de busca, um conjunto de áreas subordinadas com conteúdos próprios, área de notícias, fóruns, entre outros.

Os *websites* são mecanismos que podem ser acessados por “usuários comuns” e, quase sempre, por vontade própria. No entanto, da mesma forma que se sentem motivados para “entrar” no ambiente

⁸⁶ Nos anos de 1990 o portal desempenhava o papel de ‘máquina de busca’, facilitando o acesso às informações na rede a partir de pesquisas *booleanas* e a navegação por meio de *links*. O uso dos operadores booleanos - E; OU; OU EXCLUSIVO; NÃO - associados a diferentes termos de busca (assuntos, temas, etc), “pode restringir ou ampliar o universo pesquisado” (DIAS, 2001, p.59). Segundo Dicionário de Internet *links* são palavras ou ilustrações pré-estabelecidas como pontos de saltos. Quando clicadas, provocam a transferência para outro assunto ou página Web (Disponível: http://www.faficp.br/centros/d_matematica/jcoelho/txt/ap-jc01-dicionario.pdf. Acesso: 09 de agosto 2014). Mascheroni e Pasquali (2006) classificam três categorias de *links*: *links* tópicos – palavras chaves textuais, porções de textos sublinhados que levam a páginas de explicações adicionais ou aprofundamento sobre o tema, tendo por base um mecanismo de associação semântica; *links* estruturais – palavras chaves inseridas na barra de navegação e no menu, que conectam diferentes níveis de estruturas do *site* ou páginas de um mesmo nível hierárquico, e *links* associativos – listas de envios às páginas que apresentam conteúdo similar.

virtual, a opção de “sair” do ambiente está sempre presente. Há um conjunto de fatores que podem prolongar o tempo de navegação no *site*. Krug (2001) ressalta que a página de entrada deve ser autoexplicativa. Para Nielsen (2000, p.10), “os utilizadores demonstram uma notável impaciência e insistência na gratificação instantânea”, desse modo, continua o autor, “na *Web*, os utilizadores experimentam a usabilidade primeiro e pagam depois”. Questão importante a ser ressaltada, segundo o autor citado, é que a organização de um *site* deve, em primeira análise, procurar responder aos objetivos dos seus utilizadores.

Há vários tipos de estruturas de *sites* e, de acordo com Brinck *et al.* (2002), podem ser organizados em diferentes tipos de estruturas em simultâneo, como uma estrutura híbrida, por exemplo. Para o autor, os tipos mais comuns apresentam uma estrutura: (a) hierárquica ou em árvore; (b) linear ou sequencial; (c) matriz ou grelha e; (d) “*full mesh*”.

Quanto às funções, segundo a visão de Carvalho *et al.* (2004, p. 56), os *websites* destacam-se como expositores de informação; coletores de informação e pontos de encontro entre utilizadores. Contudo, para avaliar um *website* é necessário analisar todas as suas dimensões, “como um provedor de informações úteis, bem organizadas e fáceis de encontrar, com alto grau de interação e facilidade de uso” (Ibidem, p.56), envolvendo três perspectivas ou dimensões interdependentes, interdisciplinares e complementares. São elas: (a) conteúdo; (b) arquitetura e; (c) design de interação.

Desse modo, nesta etapa cada cibermeio indígena visitado: (a) recebeu um número identificador utilizado como simples codificação dos *sites* analisados; (b) foi registrado por seu título ou nome referenciado pelo *site* e o seu endereço de acesso na *web*; (c) teve identificados seus aspectos institucionais, ou seja, quem são os gestores, patrocinadores, apoiadores, entre outros; (d) foi identificado o (s) idioma(s) usado (s) pelo *site*. No caso de versões em vários idiomas, aborda-se preferencialmente o português ou, caso este não conste na lista, considera-se o inglês. Nesta seção é registrado se há conteúdos na linguagem indígena e por fim; (e) registrou-se a data e hora da última navegação/visita realizada pela pesquisadora. O campo do “instrumento de descrição e análise” relativo a esta etapa é apresentado no Quadro 10.

Quadro 10 – Campo do “instrumento de descrição e análise” relativo à etapa 1, dimensão 1 do instrumento

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1
DIMENSÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CIBERMEIO
NÚMERO: TÍTULO: ENDEREÇO: ASPECTOS INSTITUCIONAIS/GESTÃO: IDIOMA: DATA/HORA DA ÚLTIMA VISITA:

Fonte: Elaboração da autora.

A segunda dimensão da etapa 1 descreve (detalhadamente) o *layout* da página principal do cibermeio indígena. Verifica fatores como clareza na estrutura e aparência visual (*design*), descreve o *menu* principal, a posição dos buscadores, mecanismos de busca interna do *site* e indica a existência de um mapa. Também relata questões relacionadas às cores, tamanho e fonte das letras usadas nos textos, entre outros elementos presentes em seu *design* conforme apresenta o Quadro 11.

Quadro 11 – Campo do “instrumento de descrição e análise” relativo à etapa 1, dimensão 2 do instrumento

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1
DIMENSÃO 2 - DESCRIÇÃO DO <i>LAYOUT</i> DA PÁGINA PRINCIPAL DO CIBERMEIO
MENU: POSIÇÃO NOS BUSCADORES: MECANISMOS DE BUSCA INTERNA: HÁ MAPA DO SITE? OUTROS (CORES, TAMANHO E FONTE DA LETRA, ETC):

Fonte: Elaboração da autora.

A dimensão 3 da etapa 1 verifica se o cibermeio indígena possui um conjunto de elementos que permita aos utilizadores acessarem seus interesses e objetivos de forma rápida e eficaz, além de sentirem-se motivados a continuar nele. Neste sentido, questões de disponibilidade, acessibilidade e interação são elementos que possuem um papel decisivo. Ressalta-se que a acessibilidade não diz respeito somente ao acesso, mas inclui a percepção, compreensão, navegação, interação e a forma como as pessoas em geral, podem participar ativamente no cibermeio (e de forma interativa, enviar comentários, sugestões, construindo diálogos e trocas de informações entre pessoas e entre grupos). O campo do “instrumento de descrição e análise” relativo a esta etapa é apresentado no Quadro 12.

Quadro 12 – Campo do “instrumento de descrição e análise” relativo à etapa 1, dimensão 3 do instrumento

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1
DIMENSÃO 3 - DISPONIBILIDADE/ACESSIBILIDADE/USABILIDADE/INTERAÇÃO
<p>ACESSIBILIDADE Quais são os limites de acesso e acessibilidade? As mídias atuais (utilizadas) são adequadas? Há indicação para o uso de outras mídias? Quais?</p> <p>USABILIDADE O <i>site</i> apresenta problemas de disponibilidade? Quais? Os <i>links</i> funcionam corretamente? Qual foi a última atualização?</p> <p>RECURSOS MULTIMÍDIA Quais são os recursos multimídia usados? Há um uso equilibrado desses recursos?</p> <p>HÁ MEIOS DE INTERAÇÃO DISPONÍVEIS? COMO SÃO UTILIZADOS? Há espaços para comentários dos textos e para <i>downloads</i> ou <i>uploads</i>?</p> <p>HÁ ALGUM GRAU DE INOVAÇÃO?</p>

Fonte: Elaboração da autora.

Em relação aos descritores “navegação”⁸⁷, “acessibilidade”⁸⁸, “usabilidade”⁸⁹ e “interação”, aqui propostos para conceitualização constituem-se, no espaço virtual, elementos intercambiáveis ou interdependentes. A presença de indicadores que permitam a identificação do *site*, e de suas principais características de forma rápida,

⁸⁷ Para Tomikawa (2009, p.160), navegação é o “ato de conectar-se a diferentes computadores da rede distribuídos pelo mundo, usando as facilidades providas por ferramentas como *browsers Web*. O navegante da rede realiza uma ‘viagem’ virtual explorando o ciberespaço, da mesma forma que o astronauta explora o espaço sideral.” A navegação, segundo Lemos (2010, p.156), “(...) é a sensação de nos deslocar, de poder olhar a partir de outras perspectivas, de tocar e mesmo mudar o curso dos acontecimentos. A navegação é o trajeto pelo fluxo da informação.”

⁸⁸ Por acessibilidade, em seu conceito genérico, entende-se o acesso e uso das mídias digitais a todo tipo de cidadão (incluindo aqueles com necessidades especiais) domiciliados em todos os espaços geográficos ao redor do mundo. De acordo com as pesquisas realizadas pelo Centro de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade (CERTIC), “a acessibilidade consiste na facilidade de acesso e de uso de ambientes, produtos e serviços por qualquer pessoa e em diferentes contextos. Envolve o Design Inclusivo, oferta de um leque variado de produtos e serviços que cubram as necessidades de diferentes populações”, oferecendo contextos de “adaptação, meios alternativos de informação, comunicação, mobilidade e manipulação”. O referido Centro indica que acessibilidade da Internet envolve três noções: “Utilizadores” – refere-se à inexistência de obstáculos impostos aos indivíduos face às suas capacidades sensoriais e funcionais; “Situação” – significa que o sistema é acessível e utilizável em diversas situações, independentemente do *software*, comunicações ou equipamentos e; “Ambiente” – significa que o acesso não é condicionado pelo ambiente físico envolvente, exterior ou interior.

⁸⁹ Usabilidade é definida por Krug (2001, p.05) como “assegurar que algo funcione bem: que uma pessoa com habilidade e experiência médias (ou mesmo abaixo da média) consiga usar este “algo” – seja um *site*, um avião de caça ou uma porta giratória – de acordo com o propósito dela, sem ficar desesperadamente frustrado.” Nielsen (2003) divide a usabilidade em cinco componentes: (1) facilidade de aprender; (2) facilidade de memorizar; (3) utilização eficaz; (4) redução de erros e; (5) satisfação. A usabilidade, de acordo com Cybis (2010, p. 167), “é a qualidade que caracteriza o uso de um sistema interativo. Ela se refere à relação que se estabelece entre utilizador, tarefa, interface, equipamento e demais aspectos do ambiente no qual o utilizador utiliza o sistema”.

pode colaborar para uma navegação mais consistente, e desse modo, contribuir para aumentar o nível de usabilidade e interação.

Importante salientar que, ao pesquisar na literatura conceitos que regem os termos “interação” e “interatividade”, identificou-se que estes possuem sentidos ainda em desvelamento, não raro, são tratados como sinônimos. Jensen (1998, p.05) afirma que “interatividade” desenvolveu-se como um derivado de “interação”, sugerindo uma analogia entre “trocas tipo humano-humano e humano-máquina”. Segundo Primo (2005, p.10), “interatividade” é um termo “elástico e impreciso”. Interação não significa, somente, um “modo de conversação e conexão”, mas um “contexto onde as partes são ‘agentes’ engajados na ação”, diz Lemos (2010, p.111). Este trabalho, não se deterá na especificação técnica dos sistemas informáticos. Importa-se em investigar as relações entre os sujeitos, e as aproximações que estabelecem com as tecnologias, no caso do estudo em questão, as mídias digitais e a Internet. Neste sentido o termo “interação”, conforme mencionado, considera-se apropriado e incluirá a análise das relações entre seres humanos, mediadas pelas mídias.

Em grande medida, a interação entre utilizador e interface é determinada por meio dos itens de navegação. Um percurso de navegação deve permitir que os utilizadores respondam facilmente, em todas as páginas do *site*, as seguintes perguntas: em que *site* estou? Onde estou dentro do *site*? O que posso fazer aqui? Para onde posso ir daqui? Onde está a informação que estou buscando? (TOMIKAWA, 2009, p.87). A existência de um mapa do *site* pode também ser um excelente elemento para tornar mais “segura” e, por isso, mais eficaz a procura de informação e a navegação no *site* destaca Silva (2006, p.33).

Como pode ser observado, esta dimensão identifica quais recursos multimídia são usados pelo cibermeio indígena. A evolução dos recursos multimídia (audiovisuais, imagens, gráficos, fotografias, animações, aplicativos, hipertextos) pode contribuir de diversas maneiras com a informação escrita (texto), mas também podem ter diferentes significados e intencionalidades. Também descreve os meios disponíveis para interação, como “fale conosco”, “relacionamento”, “*web 2.0*”, “*chat*”, etc. Procura, ainda, perceber “marcas” características nos cibermeios, seja na dimensão técnica (navegação, orientação, interface), seja na dimensão dos conteúdos apresentados, e se esta “marca” pode caracterizar algum “grau de inovação”.

4.3.1.2 - Etapa 2 – Dimensão 1 - Descrição e análise dos conteúdos constantes nos cibermeios

Considerada a etapa com maior expressividade para os objetivos desta pesquisa, descreve e analisa os conteúdos constantes no cibermeio indígena (textos, imagens, audiovisuais, *slogans*, avisos, etc.). Segue o seguinte roteiro: (a) descreve todos os conteúdos disponíveis na página principal (durante o período de navegação); (b) seleciona e organiza os conteúdos por categorias; (c) analisa as categorias através da técnica da AC; (d) utiliza as informações obtidas nas entrevistas compreendendo como se dá a criação, elaboração e escolha dos conteúdos constantes no cibermeio, analisando suas intencionalidades, finalidades ou objetivos. Com a intenção de compreender como a preservação do conhecimento se manifesta nos cibermeios, neste percurso também identifica como ocorre a conversão das narrativas orais em formatos multimídia e sua disseminação. O Quadro 13 expõe as principais questões a serem problematizadas com os informantes.

Quadro 13 – Campo do “instrumento de descrição e análise” relativo à etapa 2, dimensão 1 do instrumento

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 2
DIMENSÃO 1 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO CIBERMEIO
<p>Os conteúdos constantes nos <i>sites</i> ou portal são escolhidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> -Pela emergência em noticiar/informar algum fato ou evento? -Pela importância do tema ou assunto para a comunidade? <p>Há conteúdos constantes nos <i>sites</i> ou portal que tratam da preservação do conhecimento tradicional?</p> <ul style="list-style-type: none"> -Em que “linguagem” (vídeo, texto, fotografia, outro)? -Qual assunto/tema/conhecimento? -Possui um “formato” didático? Ou tem caráter informativo? -É direcionado para um público específico? (grupos indígenas e não indígenas?) -Os conteúdos são usados, por exemplo, na sala de aula da escola da

comunidade? Ou em outros espaços não formais de ensino-aprendizagem?
 -Na organização/construção desses conteúdos, há preocupação com a manutenção das características tradicionais do conhecimento? Ou para a comunidade o conhecimento tradicional pode ser modificado?

Os *sites* ou portal trazem só o conhecimento produzido por eles (indígenas) ou conhecimentos que são produzidos por não indígenas e que tratam de temas relacionados ao conhecimento tradicional?

Como o conhecimento é “guardado” (armazenado) nos *sites* e no portal?

- O conhecimento armazenado é disseminado ou difundido em outros meios ou canais? Por exemplo *sites* internacionais? Como podem ser acessados?

A renovação/atualização dos conteúdos constantes nos *sites* e no portal é uma atividade constante e/ou rotineira? Segue um padrão?

Os conteúdos estão disponíveis? Estão protegidos?

Fonte: Elaboração da autora.

4.3.1.3 - Etapa 3 – Dimensão 1 – Identificação, caracterização e percepção dos gestores, produtores de conteúdo e utilizadores do cibermeio

Na etapa 3, a coleta de dados se deu por meio de troca de mensagens, *e-mails* e conversas por *chat* com sujeitos que, de forma espontânea, quiseram participar da pesquisa. A coleta de dados também contou com a realização de entrevistas semiestruturadas. Em toda e qualquer ação de interação com os cibermeios indígenas pesquisados, os sujeitos tiveram conhecimento sobre as intenções da pesquisadora e dos objetivos do trabalho.

Conforme citado no capítulo 4 – Instrumentos e Métodos –, definiu-se pelos seguintes informantes; (1) Gestores – sujeitos que atuam na organização e gerência do ambiente virtual (financiadores; pesquisadores); (2) Produtores - sujeitos que atuam na criação e produção dos conteúdos constantes no ambiente virtual; e (3) Utilizadores – sujeitos que acessam o *site*, deixam comentários, utilizam os conteúdos, mas não participam na gestão, administração do *site* e na escolha e produção dos conteúdos. O Quadro 14 expõe as principais questões a serem problematizadas com os informantes.

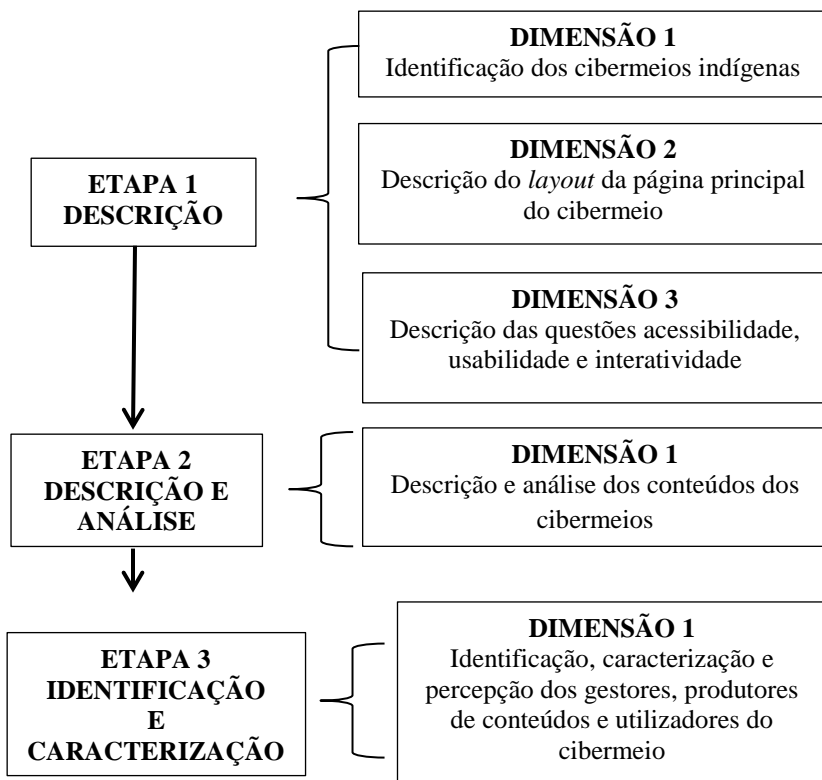
Quadro 14 – Campo do “instrumento de descrição e análise” relativo à etapa 3, dimensão 1 do instrumento

<p align="center">INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 3</p>
<p align="center">DIMENSÃO 1 – IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS GESTORES, PRODUTORES E UTILIZADORES DO CIBERMEIO</p>
<p>Qual é o sentido dos <i>sites</i> e do portal para a comunidade/população/grupo indígena?</p> <p>Quem são os sujeitos/agentes que escolhem os conteúdos que irão para a página?</p> <p>Quem são os sujeitos/agentes que desenvolvem os conteúdos? (escrevem, produzem vídeos, fotografias)</p> <p>Qual é a relação entre estes dois grupos (quem escolhe e quem desenvolve os conteúdos)? São as mesmas pessoas?</p> <p>Como se autodefinem (se autorrepresentam)?</p> <p>Qual é o papel (a importância) da internet para a comunidade/população/grupo indígena?</p> <p>Identificar outros grupos de sujeitos que se interessam ou utilizam os conteúdos dos sites e que não participam da escolha e da produção dos conteúdos.</p> <p>GRAU DE AUTOSSUFICIÊNCIA DOS SUJEITOS (GESTORES/PRODUTORES)</p> <ul style="list-style-type: none"> -Na habilidade dos sujeitos para o desenvolvimento e a escolha dos conteúdos constantes no site. -Na criação, escolha e seleção dos conteúdos. -Na gestão de recursos financeiros para compra de equipamentos e de infraestrutura.

Fonte: Elaboração da autora.

A Figura 12 mostra uma representação esquemática das etapas de descrição e análise dos cibermeios indígenas, organizadas segundo o instrumento proposto.

Figura 12 – Representação esquemática das etapas de descrição e análise dos cibermeios



Fonte: Elaboração da autora.

Por sua visibilidade na rede, projetada pela interlocução com diferentes segmentos nacionais e internacionais, bem como pelo expressivo volume de conteúdos e pela abrangência de seus canais de diálogo e de interação com comunidades indígenas de diferentes etnias e em diferentes pontos do país, o “Portal Índios Online” foi escolhido para a testagem (piloto) do instrumento aqui apresentado. Durante os meses de agosto a dezembro de 2014 realizou-se a observação, acompanhamento e compilação de dados, conforme documentos apresentados nos Apêndices 5 e 6. Esse exercício possibilitou identificar

possíveis lacunas ou distorções no instrumento. Após alguns ajustes, deu-se continuidade com a observação e coleta de dados nos cibermeios “Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas” (documento completo nos Apêndices 5 e 7); “Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI)” (documento completo nos Apêndices 5, 8 e 9).

Salienta-se que a etapa 3 do instrumento – Identificação, caracterização e percepção dos gestores, produtores de conteúdos e utilizadores do *site*, foi realizada através de entrevistas somente de sujeitos vinculados aos cibermeios Índio Educa e Vídeo nas Aldeias.

Na sequência deste trabalho, o capítulo 5 apresenta a descrição e análise em profundidade dos cibermeios Índio Educa e Vídeo nas Aldeias.

5. OS CIBERMEIOS, OS CONTEÚDOS DIGITAIS E A INTERNET: ELEMENTOS DE REPRESENTAÇÃO E PROTAGONISMO INDÍGENA

Dando início às descrições e análise dos cibermeios, assume-se o conceito de “leitor imersivo” (SANTAELLA, 2004, p.33), aquele que se encontra “em estado de prontidão, conectando-se entre nós e nexos, num roteiro multilinear, multissequencial e labiríntico”, e, como estratégia de navegação, adota-se o estilo do “Detetive”, aquele que aprende com a própria experiência, através de avanços, descobertas, disciplina e auto-organização, e , de forma “Previdente”, segue um percurso elaborado e ordenado.

Segundo Renesse (2011, p. 51), as chamadas “mídias eletrônicas indígenas brasileiras” compõem um “conjunto de páginas eletrônicas de acesso aberto em que pessoas, entidades ou grupos indígenas situados no Brasil assumem e ostentam explicitamente a condição de titular”. Sobre a produção dos conteúdos, o autor salienta que nem sempre o conteúdo produzido por estas mídias é de autoria dos agentes indígenas, “e que na condição de titulares eles aparecem como os responsáveis pela mediação desses conteúdos, seja divulgando conhecimentos “ditos” do grupo, seja repassando notícias de outros veículos”. Neste sentido, a declaração por parte dos titulares indígenas de que as mídias são suas não significa que eles sejam os únicos envolvidos ou que eles sejam autônomos no processo de gestão e de elaboração desta mediação (RENESE, 2011).

Até agora muitos dos espaços que aparecem na WWW são cedidos por usuários particulares (normalmente europeus e norte americanos) que tem se encarregado de difundir temáticas indígenas desde seus próprios países ou grupos de solidariedade. (...) Outros apoios partem de iniciativas empreendidas por organizações não governamentais (ONGs) que levam a cabo projetos de desenvolvimento para a América. (PINTO, 2009a, p.16).

Assim, “é possível e comum que páginas e *sites* indígenas sejam produzidos ou administrados com ajuda ou por iniciativa de parceiros não indígenas (...), seja qual for a configuração dessa parceria, o titular

declarado é aquele que assume a autoridade sobre a comunicação, conseqüentemente o autor da mediação” (RESENSE, 2011, p.70).

Durante a navegação dos “cibermeios indígenas brasileiros” e no início dos trabalhos de análise dos mesmos, identificou-se que são gerenciados, predominantemente, por ONGs, e financiados por diferentes setores, como instituições bancárias, comerciais, embaixadas estrangeiras, programas governamentais. Em alguns casos, constituem-se ações resultantes (ou evoluções) de políticas públicas de inclusão digital, conforme apresentado na seção 2.4, ou ainda de projetos com iniciativas de participação em Editais Públicos de financiamento, destinados a grupos sociais distintos.

Em linhas gerais, pode-se dizer que, de acordo com a explanação de Brinck *et al.* (2002), os cibermeios indígenas apresentam uma estrutura híbrida, pois, ainda que apresentem um modelo padrão comum (conteúdos organizados em linhas e colunas, textos e imagens, vídeos, temas similares em notícias, entre outros), cada qual possui especificidades próprias, conteúdos (imagens e textos) direcionados para objetivos pré-estabelecidos a partir de sua criação e intencionalidades, tornando a descrição e análise complexas.

O cibermeio indígena Índio Educa tem seu foco na criação de conteúdos (textos e audiovisuais) destinados à utilização em atividades de ensino e aprendizagem, com foco na educação indígena. O Vídeo nas Aldeias caracteriza-se pelo empenho na formação de indígenas para a criação, produção e disseminação de conteúdos audiovisuais. Os projetos que sustentam os dois cibermeios propõem e realizam espaços de formação e capacitação para suas demandas. No Índio Educa há atividades voltadas para a capacitação de jovens universitários a partir da categoria “Administrador Indígena” e no Vídeo nas Aldeias, de formação de produtores de audiovisuais, os chamados “Realizadores Indígenas”.

As seções a seguir apresentam os cibermeios Índio Educa e Vídeo nas Aldeias. Reitera-se que ambos tiveram seus conteúdos analisados em profundidade e tratamento dos dados coletados, por meio técnica da AC, conforme seção 5.3 deste trabalho.

Após, a pesquisa utilizou a matriz SWOT, destacando as fortalezas/fraquezas/oportunidades/ameaças no uso de mídias digitais e da Internet na preservação e disseminação do conhecimento de populações indígenas brasileiras.

5.1 - PORTAL ÍNDIO EDUCA

**INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO
INDÍGENA – ETAPA 1****DIMENSÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CIBERMEIO**

Nome: INDIO EDUCA

Endereço: <http://www.indioeduca.org/>

Aspectos Institucionais: Projeto vinculado a ONG THYDÉWÁ, o Portal Índio Educa foi criado a partir do edital Plano de Ação Conjunto Brasil – Estados Unidos para a Promoção da Igualdade Racial e Étnica (JAPER), em parceria entre a Brazil Foundation e a Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil. O projeto conta com a colaboração do Pontão de Cultura Viva: Esperança da Terra e do Ministério da Cultura. Segundo dados do Portal, o Índio Educa nasceu em setembro de 2011 e tem o compromisso de contar “a verdadeira história e cultura dos povos indígenas através das mais variadas formas, especialmente via internet.” Possui a seguinte equipe gestora: Alex Makuxi, Maré Gonçalves Brito, Marina Cândido Marcos, Renata com o nome indígena Aracy, Yolly Sabrina Taurepang, Micheli Alves Machado com o nome indígena Kuña Mboy Poty. Todos são estudantes universitários. Como colaboradores da rede e do projeto: Maria Pankararu, Potyra Tê Tupinambá, Marcia Singer e Sebastian Gerlic. Outros colaboradores envolvidos na produção do *site*: Aporinã Pataxo Hahahae, Avanilson Karaja, Helder CJR, Indianara Ramires Machado, Karkajú Pataxó, Naine Terena.

Idioma: Português

Data/hora da última visita: 31 de julho de 2015, às 12h53m.

Mapa do Portal: Não Possui.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 2 - DESCRIÇÃO DO *LAYOUT* DA PÁGINA PRINCIPAL DO CIBERMEIO

A Figura 13 mostra a página inicial do Portal Índio Educa. Customizada, a tela possui um fundo azul cheio de pontos irregulares brancos que lembra um céu cheio de estrelas. A inscrição do título **Índio Educa** é apresentada com letras maiúsculas que possuem desenhos que remetem às pinturas indígenas (usadas em seus diversos artefatos e como pintura corporal). O acento da letra “i” representa uma pena. Os conteúdos estão organizados em doze *hiperlinks* em formato de pequenos “portais” distribuídos em três linhas e quatro colunas. Apresentados de forma lúdica, cada “portal” é caracterizado por um desenho que mostra a figura do indígena em relação ao tema apresentado.

Figura 13 - Página principal do Portal Índio Educa



Fonte: Índio Educa - 02 de março 2015.

Em quatro “portais” vê-se a representação do uso de artefatos tecnológicos por indígenas: computador, máquina fotográfica, filmadora, fone de ouvido, são eles: **Ser Índio**, **Fotos**, **Vídeos** e

Multimídias. Há um “portal” com um indígena carregando uma pilha de livros com o título **Biblioca**. Os demais representam ações ou atividades cotidianas, como um indígena deitado na rede para o título **Atualidade**, indígenas em uma roda de conversa sob o título **Quem somos**, um professor indígena em sala de aula para o título **Ajudando o professor**, o desenho de uma mulher indígena acendendo o cachimbo para o título **Fale Conosco**, um indígena fazendo uma refeição no “portal” **Cultura** e outro indígena em pé para o “portal” **História**. Há, ainda, um “portal” com o desenho de uma cobra enrolada, que tem o título **Mitos e Verdades**. No canto direito da página há uma tarja branca com o ícone “**lupa**”, destinado para busca de conteúdos no Portal. A cor das letras de todos os *links* e conteúdos é branca, já os títulos das matérias e conteúdos possuem a cor laranja.

Ao clicar nos “portais” ou seções, o navegador direciona para as páginas de conteúdos. As seções **Ser índio**, **História**, **Cultura**, **Atualidade** apresentam um texto curto de abertura da página. Abaixo do texto, expõe *links* com as matérias recentes publicadas no Portal, como mostra a Figura 14.

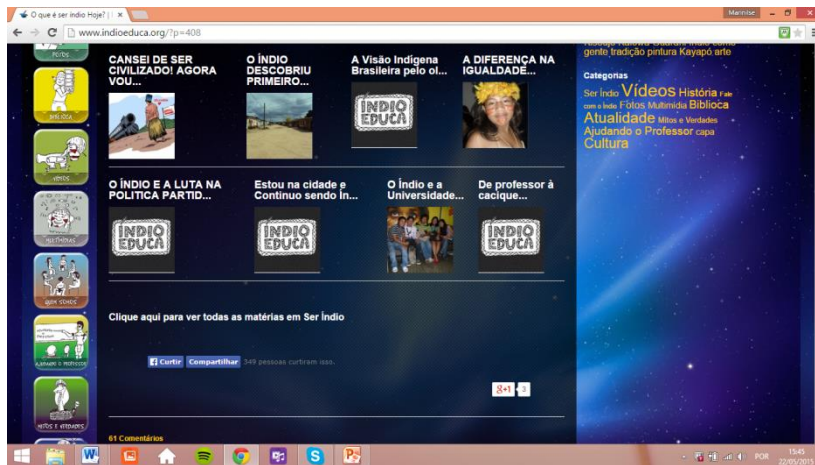
Figura 14 - Página da seção Ser índio - Portal Índio Educa

Fonte: Índio Educa - 22 de maio 2015.

Abaixo das matérias aparecem *links* para as ações “curtir” e “compartilhar” do Facebook, com o número de pessoas que curtiram a

página. Há também, logo abaixo, o ícone do Google +1 com possibilidades de compartilhamento dos conteúdos, conforme Figura 15.

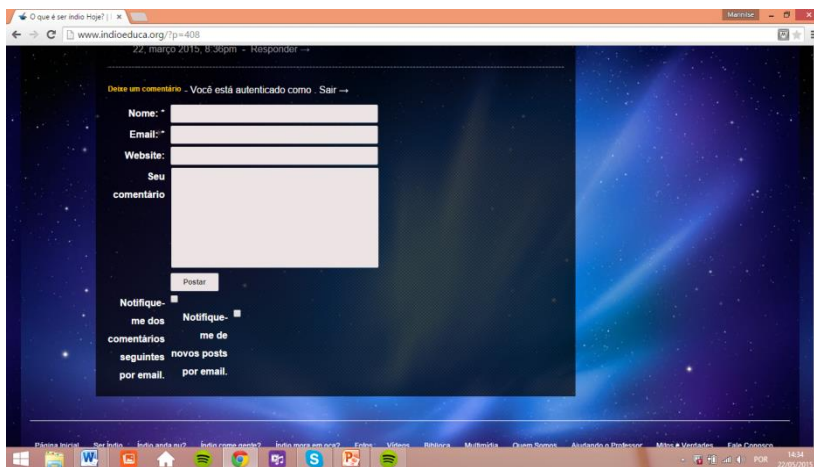
Figura 15 - Página da seção Ser índio - Portal Índio Educa



Fonte: Índio Educa - 22 de maio 2015.

Esse padrão se repete nas outras seções; o que diferencia, contudo, é o texto de entrada, personalizado para cada seção, e os comentários. Ao lado esquerdo da página central (sob o olhar do navegador), uma coluna exibe o conjunto dos “portais” ou seções. Nota-se, encabeçando esta coluna um “portal” com o desenho de uma oca, denominado **Página Inicial** (ver Figura 14). Ao lado direito, *tags* coloridos exibem os números de visualizações das matérias nos últimos trinta dias. Abaixo dos *tags*, nuvens de palavras caracterizam os assuntos ou temas apresentados nos conteúdos. A Figura 16 mostra o espaço destinado ao envio de comentários.

Figura 16 - Página da seção Ser índio/deixe um comentário - Portal Índio Educa



Fonte: Índio Educa - 22 de maio 2015.

Continuando com a descrição da página inicial do Portal, a seção **Fotos** é um espaço para compartilhamento de imagens fotográficas, registros de atividades e ações desenvolvidas pelos membros participantes do Portal. Imagens de participação em ações sociais, como passeata contra violência, em evento comemorativo ao dia do Índio, jogos indígenas e registros visuais da cultura indígena (pintura corporal, moradias, casa de farinha), compõem a seção. As postagens datam dos anos de 2011 e 2012. A página inicial expõe as imagens em conjunto e de forma organizada, por títulos. Possuía até o dia 31 de julho de 2015, 35 (trinta e cinco) comentários, sendo o último postado em 30 de julho de 2015. Nota-se que os comentários não aparecem seguindo uma ordem cronológica. Há comentários de anos anteriores (2012 e 2013) em meio a comentários de 2014 e 2015. Como mediadores, gestores e administradores respondem aos questionamentos, participando nas reflexões geradas pelas interações. Também é possível visualizar o número de comentários em cada conjunto de imagens.

O texto que apresenta a seção **Biblioca** diz: “Esse espaço é para vocês compreenderem sobre os temas relacionados à questão indígena, com teses, dissertações, monografias, textos, artigos, enfim, trabalhos que podem auxiliar o professor e alunos para entender a história e

cultura dos índios. Nossa Biblioca se inicia com trabalhos escritos por indígenas. Queremos suas opiniões e colaborações para aumentar nossa Biblioca.” **Vídeos** e **Multimídias** são espaços de compartilhamento e armazenamento de conteúdos digitais (Os audiovisuais serão analisados e apresentados na etapa 2 – descrição e análise dos conteúdos do cibermeio). A seção **Quem somos** apresenta um curto texto de apresentação do projeto Índio Educa, com o título “Afinal, quem somos nós povos indígenas?”, expondo, com fotografias e breve histórico, os gestores e colaboradores do Portal.

A seção **Ajudando o Professor** é um espaço destinado a auxiliar professores em atividades relacionadas à temática indígena. Dispõe de diversos conteúdos, além de um canal para diálogo entre utilizadores, produtores e gestores. Até 31 de julho de 2015, havia três conteúdos em destaque, pelo número de comentários. “Será que estou lecionando discriminação?”, de autoria de Sabryna, com 11 (onze) comentários, e os conteúdos “O tal descobrimento do Brasil”, de Alex Makuxi e “O que (não) fazer no Dia do Índio?”, de Marina Cândido Marcos, com 10 (dez) comentários cada um. Os 20 (vinte) conteúdos desta seção, descritos no Apêndice 12, serão analisados e apresentados na etapa 2 – descrição e análise dos conteúdos do cibermeio.

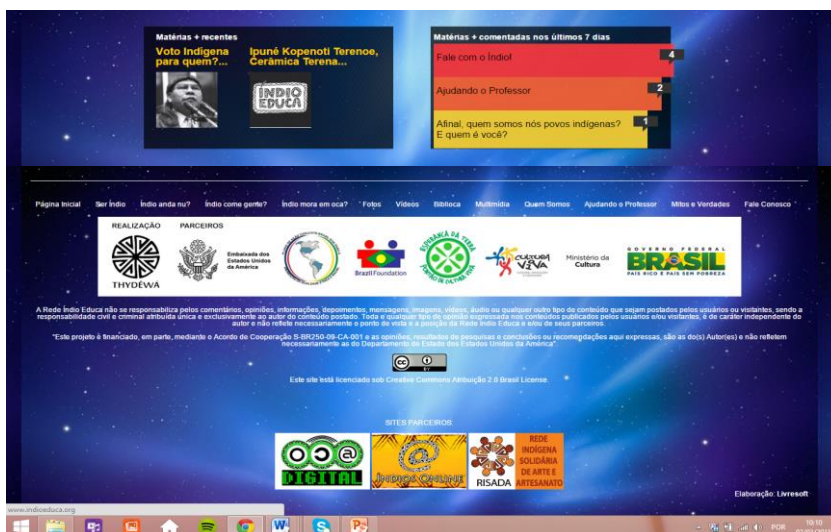
Mitos e Verdades é um espaço que se propõe a reunir as histórias tradicionais indígenas. Há neste espaço alguns vídeos e um texto que conta a origem do povo Karajá. A seção **Fale Conosco** apresenta um convite para interação e troca de conhecimentos entre povos e culturas: “Fale com o índio!”.

Nota-se que todos os textos de apresentação das seções foram postados no ano de criação do Portal, em 2011. Todas as páginas são hipertextos, sendo possível transitar por várias outras interfaces, com diferentes classificações de conteúdos, vídeos, fotos e comentários de diferentes pessoas.

Percorrendo a página inicial do Portal no sentido vertical, abaixo das seções, há dois espaços na cor azul escuro, destinados a destacar as notícias, com o título **Matérias + Recentes**. Ali há um *link* para o texto de Alex Makuxi, publicado em 29 de setembro de 2014, que tem o seguinte título: “Voto indígena, para quem?”. A imagem que abre a

matéria é uma fotografia do Índio Mário Juruna⁹⁰, líder político indígena. Há, também, um *link* que abre o audiovisual postado por Marina Cândido Marcos em 28 de setembro de 2014, produzido por alunos da oficina de audiovisual Vídeo Índio Brasil, realizada em 2010, o qual mostra como é feita a tradicional cerâmica Terena (Figura 17).

Figura 17 – Rodapé da página inicial do Portal Índio Educa



Fonte: Índio Educa - 02 de março 2015.

No rodapé da página inicial, uma fina linha branca na horizontal separa um campo que mostra os *links* de conteúdo e matérias diversas e abaixo desta, uma tarja branca expõe a participação das seguintes instituições: Realização: Thydêwá; Parceiros: Embaixada dos Estados Unidos da América, Plano e Ação Conjunto Brasil-EUA para a

⁹⁰ Mário Juruna nasceu em Couto de Magalhães (MT) em 3 de setembro de 1943. Filho do cacique Apoenã, tornou-se cacique da aldeia Xavante Namurunjá, no município de Barra do Garça (MT), aos 17 anos. Nos anos de 1970, em negociações com a FUNAI, Juruna surpreendeu usando o gravador para registrar o que o homem branco dizia. Foi o primeiro deputado federal indígena do Brasil, eleito em 1982. Cumpriu mandato até 1986. Morreu em 18 de julho de 2002.

Promoção da Igualdade Étnica e Racial, Brazil Foundation, Esperança da Terra - Pontão de Cultura Viva, Cultura Viva e Ministério da Cultura do Governo Federal Brasileiro. Finalizando, o portal está licenciado pela *Creative Commons Atribuição 2.0 Brasil License*.

Logo abaixo, é possível identificar os *sites* parceiros: Oca Digital, Índios Online e Rede Indígena Solidária de Arte e Artesanato – RISADA, todos vinculados a ONG Thydêwá. A *Livresoft*, com a colaboração de Helder CJR, elaborou a estrutura do Portal (conforme citado no rodapé da página, à direita).

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 3 - DISPONIBILIDADE/ACESSIBILIDADE/USABILIDADE/ INTERAÇÃO

Por suas características, o Índio Educa configura-se como um Portal cujo conceito direciona-se para ambientes virtuais desenvolvidos e direcionáveis a segmentos definidos. Sua estrutura apresenta um caráter didático, isto pode ser notado no modo como as seções são organizadas. Cada tema configura-se como uma “janela” ou um “portal”, cuja imagem em desenho representa simbolicamente o assunto/tema abordado.

Como forma de interação, o Portal disponibiliza, nas seções **Ser Índio, História, Cultura, Atualidade, Fotos, Biblioca, Multimídias e Quem somos**, abaixo das matérias, espaço para envio de mensagens. A seção **Fale Conosco** é um convite para interação com a comunidade indígena do portal. Observam-se como recursos multimídia, variado acervo fotográfico e vídeos.

Durante a navegação de coleta de dados, o *website* não apresentou problemas de acesso aos conteúdos e a ferramenta de busca é ágil e segura.

Ao lado esquerdo da página central (sob o olhar do navegador), uma coluna exibe o conjunto dos “portais” ou seções. Este recurso facilita o trânsito por entre as seções, possibilitando, desse modo, que o

navegador visualize os outros *links* e seções, ainda que não esteja na página inicial do cibermeio.

O Portal possui um perfil no *Facebook* com o seguinte endereço: <https://www.facebook.com/Projeto-%C3%8Dndio-Educa-151405148352301/?fref=ts>.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 2

DIMENSÃO 1 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO CIBERMEIO

As seções **Ser Índio**, **História**, **Cultura** e **Atualidade** são apresentadas por um texto introdutório sobre o assunto ou tema que a seção se propõe a tratar. Com os títulos “O que é ser índio hoje?”, “Índio anda nu?” , “Índio come gente?” e “Índio mora em oca?”, os conteúdos de texto possuem uma estrutura semelhante, são curtos, questionadores e, ao mesmo tempo, informativos.

A metodologia escolhida pela gestão do Portal favorece a criação de espaços e ações educativas, destinadas a desmistificar a imagem do indígena, contribuindo, desse modo, para reflexões sobre a falta de informação sobre a realidade atual desses povos, compreensão sobre seus modos tradicionais de vida, além da inevitável assimilação de novos hábitos culturais, suas consequências ou implicações para as gerações atuais e futuras.

Percebe-se, portanto, que os conteúdos de textos no Índio Educa (seção **Ajudando o Professor**) e os audiovisuais (seção **Vídeos**) são de autoria de um coletivo indígena, que, por sua vez, participa também da gestão do Portal, compartilhando conteúdos autorais e também respondendo as postagens.

O curto texto que abre a seção **Vídeos**, postado no Portal em 13 de setembro de 2011, diz: “Este é um espaço para vocês ficarem por dentro de filmes e documentários que mostram um pouco do cotidiano indígena, histórias e culturas. Aqui vocês vão conhecer também formas de um povo ver e sentir o mundo”. O Apêndice 10 traz o detalhamento dos audiovisuais constantes no Portal Índio Educa – seção **Vídeos**, escolhidos para o tratamento da análise de conteúdo (AC), conforme o

quadro 17. Entre os temas apresentados estão: capacitação para o uso das tecnologias; educação e currículo escolar indígena; preservação e valorização da cultura indígena; saúde indígena e luta para a posse da terra (homologação e demarcação de terras indígenas).

Chama a atenção os audiovisuais produzidos por Naine Terena, os “Diários Visuais”. Com apoio do Governo Federal, através da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), entre outras entidades, os quatro vídeos apresentam depoimentos de indígenas sobre sua cultura e a história de seus povos, os Terenas do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo; os Karitiana de Rondônia e os Umutina do Mato Grosso. Os audiovisuais ressaltam as principais características destes povos, dando destaque para mulheres e homens mais velhos das comunidades. Em síntese, os conteúdos registram o papel da mulher Terena como fundamental no plantio, colheita e venda de produtos, como modo de subsistência e de permanência em suas comunidades; os modos de resistência ao processo de homogeneização cultural em ações desenvolvidas pelo grupo de jovens indígenas, a Nação Nativa Umutina. Ainda, o conteúdo “Cultura do Povo Terena” apresenta narrativas de velhos residentes na Aldeia Limão Verde em Aquidauana, no Estado de Mato Grosso do Sul, sobre a origem e formação da sua comunidade e a importância do registro da “dança do bate pau com a roupa da ema”, que representa o histórico de sua cultura tradicional e da memória Terena.

O audiovisual “Espelho Partido”, produzido em 2011, é resultado de um trabalho de capacitação para o uso das tecnologias digitais com jovens indígenas. Seu conteúdo ressalta “o ser índio” e “sentir-se índio”. Problematisa o preconceito dirigido aos indígenas que absorveram aspectos da cultura não indígena, e que mantêm, valorizam e preservam aspectos relativos aos seus referenciais culturais, autoidentificando-se como indígena. Quando um espelho se parte, é preciso reconstruí-lo juntando os pedaços. Esta parece ser a metáfora do espelho partido dirigida ao indígena: a reconstrução de sua história, de sua identidade no tempo presente e também a quebra da imagem do indígena construída socialmente.

A música está presente em todos os audiovisuais. Abrindo os conteúdos, como trilha sonora ou fundo melódico, nota-se a repetição constante de um tipo de som fundamental, dando um sentido de força que conduz o enredo principal. Os sons da natureza, os risos das crianças e o canto das mulheres contribuem para a presença da musicalidade nos audiovisuais.

A seção **Ajudando o Professor** traz o seguinte texto de apresentação, postado pela equipe gestora em 14 de setembro de 2011: “Caro professor, este portal lhe auxiliará em trabalhar a Temática indígena na escola. Sabemos da dificuldade encontrada em adquirir materiais para essa finalidade. Por isso nós criamos esse Portal. Um diálogo entre nós indígenas desse lado da telinha e você do outro lado, para planejarmos uma aula para seus alunos. Nesse espaço você pode deixar suas dúvidas, e responderemos e publicaremos em forma de matéria para ajudarmos outros professores e pesquisadores”. O documento que apresenta os textos postados entre 12 de outubro de 2001 e 31 de julho de 2015, selecionados para o tratamento da AC, é apresentado na íntegra no Apêndice 11.

É possível evidenciar que tem sido dada muita importância para desmistificar a imagem indígena socialmente construída. Os títulos “Professor, tem um índio na nossa sala!” (postado em 17 de novembro de 2011), “Educação indígena e educação escolar indígena” (postado em 16 de novembro de 2011) e “Dia do índio: se comemora ou se indigna?” (postado em 12 de abril de 2013), de autoria de Alex Makuxi; “Será que estou lecionando discriminação?” (postado em 16 de janeiro de 2012) e “Adeus ‘decoreba’! A onda agora é aprender Brincando!” (postado em 23 de dezembro de 2012), de autoria de Sabrynna; “Índio não quer apito, índio não quer fazer fumaça – Índio Educa” (postado em 18 de janeiro de 2013) e “O que (não) fazer no dia do índio” (postado em 18 de abril de 2013), de autoria de Marina Cândido Marcos, imprimem a importância de um trabalho de informação sobre a formação étnica, aspectos culturais e condição atual que vivem povos indígenas brasileiros. Negando o modelo estereotipado, há décadas divulgado e utilizado quando se trata de retratar o indígena brasileiro, os textos de Alex Makuxi⁹¹ mostram como o contexto indígena pode (e deve) ser trabalhado em atividades pedagógicas, bem como em atividades desenvolvidas (sobre a cultura de seu povo) em espaços educativos não indígenas. Diz ele,

Para muitos mal desinformados nós índios não vivemos mais na selva, aliás, meu povo o “makuxi” nunca vivemos na selva, pois somos de uma região de Lavrado. Outro sim, não vivemos

⁹¹ Texto “O índio, os livros didáticos e o senso comum” de Alex Makuxi. Publicado no portal Índio Educa em 12 de fevereiro de 2014. Disponível: <http://www.indioeduca.org/?p=2035>. Acesso em 12 de maio de 2015.

mais “pelados”, mais não por acaso, esquecemos de nossos trajes, eles estão em casa, guardado sempre a espera da hora certa. Algumas pessoas faz a ligação da palavra índio á Amazônia, e esquece que até as grandes regiões metropolitanas estão cheias de índios de diversas etnias.

A Lei 11.645/2008⁹², citada no texto de Laísa Erê Kaingang, refere-se às Diretrizes e Bases da Educação Nacional que inclui, no currículo oficial de Ensino Fundamental e Médio, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Seu conteúdo programático deve transitar pelos diversos aspectos da história e da formação da sociedade brasileira a partir desses dois grupos étnicos. Segundo Laísa, a Lei “veio pra mostrar ao país que existimos sim! E ainda existiremos mesmo que sejamos obrigados a nos integrar totalmente à sociedade ocidental, somos diferentes sem deixar de ser iguais. Temos nossa língua, nossos costumes e nossa força!”.

Os conteúdos com foco na preservação do conhecimento tradicional indígena estão situados na seção **História**. Elder Silva Marques, aluno de graduação em Gestão Territorial Indígena pela Universidade Federal de Roraima e colaborador do Índio Educa, é autor de vários deles: “Trocando conhecimento - patrimônio indígena do povo Makuxi” (publicado em 01 de agosto de 2012); “Defendendo e divulgando sítios arqueológico de Camararé – Terra Indígena Raposa Serra do Sol” (publicado em 30 de janeiro de 2013); “Valores e conhecimentos culturais de armas tradicionais” (publicado em 05 de fevereiro de 2013), são alguns deles. Os textos possuem formato informativo. Elder é autor de outros textos que, em um formato didático, apresentam vários elementos da cultura indígena.

⁹² Altera a Lei 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996 e assegura aos indígenas processos de aprendizagem em suas línguas maternas, conforme artigo 78: O sistema de ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisas, para oferta de Educação escolar bilingue e intercultural aos povos indígenas [...]. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 29 de março de 2015.

Ainda sob a questão da preservação do conhecimento indígena, vale registrar o conteúdo de Nhenety Kariri-Xocó, postado em 02 de junho de 2013 sob o título “Acreditando no futuro”. Trata-se de um projeto denominado “Memórias históricas do povo Kariri-Xocó - um povo de muitas culturas”, que tem por objetivo geral “Conhecer, registrar e divulgar os conhecimentos dos mais velhos para a preservação de nossa identidade cultural.” O resultado da pesquisa de campo, de entrevistas e produção de vídeos e imagens comporá um livro sobre os velhos Kariri-Xócos, indica o conteúdo.

Os materiais ou conteúdos do Portal Índio Educa, selecionados para a Análise de Conteúdo estão relacionados no Quadro 15, na seção 5.3 deste trabalho.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 3

DIMENSÃO 1 – IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS GESTORES, PRODUTORES E UTILIZADORES DO CIBERMEIO

Esta etapa contempla a coleta de dados realizada através de entrevistas com gestor, produtores e utilizadores de conteúdos do *site* analisado. Busca identificar e caracterizar os sujeitos envolvidos com as atividades realizadas e divulgadas pelo *site*. Foram realizadas entrevistas com um gestor (**G1**), com dois produtores de conteúdos (**P1** e **P3**) e com dois utilizadores de conteúdos (**U2** e **U4**).

O informante **G1** nasceu em Buenos Aires, na Argentina, e vive no Brasil há 21 anos. Possui formação em Direção de Cinema, onde produziu na área de publicidade, institucionais e documentários. Desde os anos 2000 atua junto a grupos indígenas e não indígenas através da ONG Thydêwá, da qual é sócio-fundador e, atualmente, presidente. Desenvolve projetos junto a grupos indígenas na Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Define-se como “Empreendedor Social”. Vive em Olivença, distrito do município de Ilhéus, no Estado da Bahia.

Identificada como **P1**, a produtora de conteúdos, ou “Administradora Indígena” entrevistada, nasceu na Aldeia Araçá, município de Amajari e atualmente reside na capital, Boa Vista, no

Estado de Roraima. Na época da seleção dos bolsistas para o projeto Índio Educa, cursava a Faculdade de Gestão Territorial Indígena, na Universidade Federal de Roraima. O curso foi interrompido após o término do repasse das bolsas de estudo em 2012. Atualmente, **P1** cursa Sociologia na modalidade à distância e desenvolve atividades no Portal de forma voluntária (sem recebimento de recursos financeiros e/ou bolsa de estudo).

A informante **P3** nasceu na Aldeia Brejo dos Padres Tacaratu, em Pernambuco. Graduou-se em História e Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Atuou como professora em comunidades indígenas através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Em 2002, obteve da Fundação Ford uma bolsa para o doutorado. Sua pesquisa tem como título “Afoyé, a língua do povo do mel” e versa sobre a língua indígena Ofayé, investigada junto a um grupo pequeno que a mantém (cerca de 11 indígenas) em uma tribo localizada em Brasilândia, interior do Mato Grosso do Sul. Atualmente **P3**, é professora da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Ilhéus, Bahia.

O Portal Índio Educa é fruto de um projeto cujo objetivo é promover ações afirmativas na diminuição do preconceito étnico racial. A organização do projeto definiu como premissa procurar indígenas universitários, oferecendo-lhes recursos financeiros através de “uma bolsa e, assim, continuar e apoiar os estudos deles, e eles colaborar na produção de conteúdo e diálogo com a sociedade. Fizemos um edital aberto convocando os indígenas interessados, contando como seria a história”, diz o informante **G1**. Então foram selecionados seis bolsistas e, a partir daí, a escolha do *design* ou do formato do Portal foi acontecendo.

(...) estava chegando e ficando de moda, no auge, o *touchscreen*, essa coisa mais intuitiva, iconográfica, então que decidimos abrir um portal que simula, de alguma forma, um tabuleiro de smartfone, ou de tablet, nesta iconicidade, nessa facilidade de navegação. Aí decidimos os tópicos, discutimos os tópicos, cada um dos índios ficou encarregado de dois, um mais de produção, outro mais de aglutinar arquivos já existentes, ou aumentar a rede de relações. (Informante **G1**)

Ao ser indagado sobre o sentido e significado do Portal Índio Educa para a comunidade indígena, de acordo com o informante citado,

A gente pensou este projeto como tendo em seu público beneficiário mais direto, a sociedade brasileira como um todo. Então nós pensamos: os brasileiros não conhecem os indígenas e os indígenas mesmo tem que dizer quem eles são e o que eles querem. Então, o primeiro público a ser pensado diretamente como foco é principal, é a sociedade brasileira, para diminuir o preconceito, então o primeiro público beneficiado são os brasileiros. O que não implica também serem beneficiadas outras pessoas de outras nacionalidades e também os indígenas. Porque de alguma forma, quando se “melhora” o preconceito, o planeta como um todo ganha. As vítimas do preconceito direto, quando se diminui o preconceito, elas também são beneficiadas. (Informante **G1**)

Para a informante **P1**, o Índio Educa repercutiu muito positivamente em sua vida, pois “foi o *site* que ampliou o espaço do índio, das respostas do próprio índio, do âmago do índio para a sociedade. Porque até então nós éramos vistos como seres que não sabíamos nos expressar”. O espaço propiciou, segundo ela, no coletivo do Portal, a criação de meios para dar respostas aos rótulos, estereótipos e as imagens de indígenas, construídas em desacordo com a realidade. “A comunidade viu isso como um pontapé crucial na explicação de como vivemos, como vestimos, o que comemos”, salienta. A informante **P3** diz que o Índio Educa “permite diminuir as distâncias (em vários sentidos), ter maior diálogo intercultural, conhecer as diversas realidades indígenas.”

Quanto à escolha dos conteúdos, ao narrar como se deu em 2011 o processo de organização do projeto e do respectivo Portal Índio Educa, **G1** conta que houve muitos momentos de diálogos, em que planejavam como e quais seriam os seus principais pressupostos.

(...) íamos negociando, mês a mês, discutindo em nível aberto e no coletivo do grupo como cada um estava se saindo. Cada um deles tem um perfil diferente e cada um postou também diferente, tem

peças que postaram pouco, tem pessoas que postaram muito, teve pessoas que dialogaram muito, teve pessoas que dialogaram menos, mas a gestão sempre foi compartilhada, com todos os momentos normais de divergências e de convergências. (Informante **G1**)

A respeito desse modelo de gestão compartilhada, **P1** ressalta, que “apesar de nós sermos cocriadores do Índio Educa, mas, o ponto chefe era o diretor da Thydêwá, (...) poderia ser feito assim como um acordo, todavia tínhamos que ter o aval dele.” A afirmação da informante é confirmada por **G1** quando diz que nas “primeiras postagens nossa equipe fixa do projeto ainda dava palpíte, sugeria mudanças e tal, mas logo (...) eles começaram a postar direto, logo, logo e cada vez mais.” **P3** cita que “os temas são de livre escolha dos autores. O bom senso, a necessidade, o conhecimento que temos ou relevância do tema é o limite.”

Sobre a importância da Internet na vida de populações indígenas brasileiras, **G1** pergunta: “Qual é a importância que tem a Internet na vida de qualquer pessoa?” Neste sentido, segundo o gestor, diante das demandas de cada grupo social, “a gente pode pensar algumas dificuldades específicas do ser indígena, como, por exemplo, a distância dos lugares estabelecidos para resolver as coisas (...)”, contudo, diz ele, ao destacar a Internet como uma poderosa ferramenta de comunicação e de expressão, “então, neste sentido, para os indígenas que são os excluídos (...), eles podem apresentar seu mundo e comunicar-se com o mundo de forma direta, porque até antes, a tutela era muito forte”. A Internet é vista como um meio que pode contribuir com diferentes possibilidades de diálogo, e o Portal Índio Educa, como um espaço intercultural, de uma dimensão educativa, salienta **G1**.

A informante **P1** considera a Internet “extremamente importante, porque é uma ferramenta utilizada por nós, povos indígenas, para nos comunicarmos automaticamente com os parentes de outras regiões, e até mesmo aqui da região de Roraima”, e, desse modo, divulgar o que está acontecendo “em momento real”. Ao serem indagados sobre o que entendem por inclusão digital, surpresa, **P1** diz: “Para falar a verdade, essa expressão - incluído digital -, eu ainda não tinha escutado.”

Mas a principio eu entendo que seja uma pessoa que esteja sintonizada nas questões digitais, esteja totalmente incluso nas questões digitais de hoje em dia, por exemplo, o que nós estamos fazendo agora, a entrevista whatsapp, eu estou totalmente inclusa na área digital, porque, pelo fato de a gente estar conversando, não ter aquela dificuldade de, por exemplo, a ligação está ruim, ou então, eu não consigo falar com você, minhas cartas não chegam, mas o fator digitalizado, como posso dizer, é uma ferramenta totalmente útil para que esta comunicação seja possível. **(Informante P1)**.

A informante **P3** diz que as políticas públicas de inclusão digital, “ficaram mais nas promessas do que aconteceram de fato. Não é tão fácil ser incluído digitalmente, quando não se têm disponíveis as ferramentas necessárias para tal inclusão.” Para **G1**, a inclusão digital pressupõe não somente uma infraestrutura montada, mas “há de ter-se também uma facilidade de uso e uso crítico e consciente (...) eu acho que incluído digital é aquela pessoa que sabe usar as ferramentas disponíveis digitalmente para melhorar sua qualidade de vida, para melhorar o acesso aos direitos que a pessoa tem”, diz ele. Sobre o significado que o Portal Índio Educa tem em sua comunidade, **P3** afirma:

Para a minha comunidade, o Índio Educa é uma forma de sair da invisibilidade e mostrar quem somos, como vivemos, o que almejamos, quais são nossas lutas, nossas conquistas, nossas tradições, nossas histórias. **(Informante P3)**

A entrevista investigou como os produtores de conteúdos se descrevem ou se autointitulam. **P1** se define como parte da equipe “administradora” do Portal. “(...) eu ainda continuo sendo uma das administradoras, no qual entrei por meio de currículo, por meio de entrevista, assim como os outros cinco administradores também de todo Brasil”. **P3** se intitula “parte da equipe de gestão” do Portal. Segundo **G1**, o projeto previa a construção de um meio colaborativo de aprendizagem e, neste sentido, desde as primeiras etapas os indígenas

selecionados foram “monitorados, acompanhados, fortalecidos, empoderados”, incentivados a exercer certa autonomia na produção dos conteúdos e em atividades de gestão do Portal.

Durante a fase das entrevistas, identificaram-se sujeitos que não participaram na criação do referido Portal e, tampouco atuam como bolsistas no projeto. Estes foram entrevistados de modo a compreender que sentidos dão ao Portal Índio Educa, às produções audiovisuais e aos textos, além dos recursos que a Internet pode proporcionar para suas comunidades ou aldeias.

O informante **U2** pertence à tribo Kariri-Xocó, localizada no município de Porto Real do Colégio, no Estado de Alagoas. A história de sua vida está publicada na revista Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, v.13, n.37, 1999.⁹³ Sobre a importância do Portal, ele diz que o Índio Educa representa um canal de “diálogo entre indígenas e a sociedade nacional”,

Os trabalhos escritos ou em imagens tem suma importância, pelo fato que o indígena estar escrevendo sua própria história de um lado nunca antes mostrado, uma visão de mundo dos próprios povos nativos desta terra, a relação destes com a natureza, o que podemos aprender com esse acervo de conhecimentos harmônico com os seres de nosso planeta. (**Informante U2**)

Sobre pontos a serem melhorados no Portal, **U2** diz que o Índio Educa poderia estender suas ações, ampliando a divulgação de pesquisas realizadas por estudantes indígenas, como, por exemplo, artigos, trabalhos de conclusão de curso de graduação, biografias, “como uma referência a ser consultada por pesquisadores que buscam a essência indígena no mundo contemporâneo.”

Entre os benefícios gerados pelo uso da Internet, segundo **U2**, “a Internet pode ajudar muito os povos indígenas, na questão de estudos, pesquisas, cultura, trabalho, cidadania”. Pode ainda “ser nossa grande aliada no combate ao desmatamento, com monitoramento via satélite podemos fiscalizar os limites de nossas terras.” **U2** se considera incluído

⁹³ Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-4014&lng=en&nrm=iso Acesso em 03 de agosto 2015.

digital, pois “acessa vários *sites*” vinculados aos povos indígenas e “redes sociais”. “Foi através dessas redes que publicamos livros, CDs, DVs, vídeos, com projetos que beneficiam as comunidades indígenas. Pelas redes se inscrevemos nos editais (...)”, diz ele.

Em relação à situação atual do Portal, **G1** diz “que o Portal poderia ter inúmeras fotos indígenas e seus contatos de *email*, telefone, para facilitar inclusive que as pessoas possam ter mais relação com os indígenas e mais trocas”, além de “novas postagens no Portal e mais interação”. Contudo, conforme diz o gestor, “tem coisa que fica mais fácil de ser executável dentro de um projeto, com financiamento (...)”. A questão da falta de recursos para continuidade das atividades dos bolsistas é destacada por **P1**.

O *site* deu um pouco assim, como posso dizer, uma caída nos posts, cada um tem uma vida, cada um tem família, tem estudos para seguir, então se houvesse um patrocínio que fizesse com que a gente se dedicasse totalmente ao *site* com certeza, hoje em dia, o número de visualizações seria maior, porque estaríamos nos dedicando especialmente a esse *site*, especialmente a essa causa, no qual a gente lutou, entendeu? (...) Só que justamente essa falta de patrocínio nos deixa assim, com pés e as mãos atadas (...) falando financeiramente, porque o lucro maior é ter a disseminação da história e da cultura indígena contada de uma forma real e verdadeira. (Informante **P1**).

Como expectativas para o futuro do Índio Educa, **G1** projeta, a partir de novas parcerias e recursos, “escolher cinco novos bolsistas, um de cada região, para um novo processo de seis meses ou um ano”, incluindo ao projeto a produção de materiais didáticos e informativos. O gestor indica, por exemplo, a produção de “um manual especial para jornalista saber abordar essa temática na mídia”, e “atacar o preconceito de forma mais positiva, afirmativa, para valorizar todas as nossas diversidades.”

Ainda de acordo com **G1**, há na visão da gestão do Índio Educa, como projeto futuro, a criação e divulgação de “material impresso aberto e livre” (segundo a perspectiva dos Recursos Educacionais

Abertos – REA),⁹⁴ com uma tiragem que contemple as escolas brasileiras. Seria organizado a partir dos conteúdos do Portal, “com uma abordagem jovem, moderna, como a que a gente tem capacidade de fazer (...) dá para a gente mostrar que temos não somente a capacidade técnica, mas a sensibilidade e a visão de um livro que está demandado por nosso Brasil.”

Registra-se que, conforme informações das entrevistas, a gestão do projeto busca parceiros para uma nova etapa do Portal Índio Educa.

5.2 - SITE VÍDEO NAS ALDEIAS

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CIBERMEIO

Nome: VÍDEO NAS ALDEIAS

Endereço: <http://www.videonasaldeias.org.br/>

Aspectos Institucionais: Segundo dados constantes no *site*, o Vídeo nas Aldeias foi criado em 1986 e tem por objetivo “apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais.” Seu foco é a criação e compartilhamento de audiovisuais com povos indígenas. O projeto Vídeo nas Aldeias surgiu em atividades da ONG Centro de Trabalho Indigenista (CTI) como uma experiência realizada pelo pesquisador Vincent Carelli e os índios Nambiquara. Em 1997 ocorreu na aldeia Xavante de Sangradouro, a primeira oficina de formação audiovisual e a partir das iniciativas e experiências, o Vídeo nas Aldeias tornou-se “um centro de produção de vídeos e uma escola de formação audiovisual para povos indígenas”. A partir dos anos de 2000, o Vídeo nas Aldeias configura-se como uma ONG independente. “Dá suporte técnico e financeiro para viabilizar a emergente produção audiovisual e sua difusão entre os povos indígenas, bem como no circuito midiático nacional e internacional”, através de três linhas de atuação: formação, produção e divulgação. Atualmente, a equipe que atua no *site* é apresentada por duas categorias distintas: Realizadores e

⁹⁴ Open Educational Resources (OER). Disponível: <https://wiki.creativecommons.org>. Acesso em 23 de agosto de 2015.

Equipe Vídeo nas Aldeias. Na primeira estão os seguintes indígenas de várias etnias/povos: Adalberto Domingos Kaxinawá, Ariel Duarte Ortega, Caimi Waiassé, Iawysy Waimiri, Jorge Protodi, Kabaha Waimiri, Karané Ikpeng, Komoi Panará, Maricá Kuikuro, Paturi Panará, Tadeu Siã Kaxinawá, Wamé Atroari, Yaiku Suya, Amunegi Kuikuro, Asusu Kuikuro, Divino T. Serewahú, Isaac Pinhanta, Jorge Ramos Morinico, Kambrinti Suya, Ka Siripinã Waiãpi, Kumaré Ikpeng, Natuyu Iuwipo Txicão, Sanapyty Atroari, Takumã Kuikuro, Wewito Piyãko, Zezinho Yube, Araduwá Waimiri, Benki Pinhanta, Germano Beñites, Jaime Llullu Manchineri, Josias Maná Kaximawa, Kamikia P.T. Kisedje, Kokoyamaratxy Suya, Mahajugi Kuikuro, Patricia Ferreira, Sawá Waimiri, Vanessa Ayani, Whinti Suyá. Na equipe VNA: Vincent Carelli, Dominique Tilkin Gallois, Tiago Campos Torres, Amandine Goisbault, Gabriel Mascaro, Tatiana Soares de Almeida, Virginia Valadão (*in memorium*), Mari Corrêa, Ernesto Ignácio de Carvalho, Ana Carvalho, Marcelo Pedroso, Tutu Nunes, Leonardo Sette, Altair Paixão, Fabio Costa Menezes, Sergio Bloch.

Idioma: Português e Inglês

Data/hora da última visita: 31 de julho de 2015, às 12h39m.

Mapa do *site*: Não possui.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 2 - DESCRIÇÃO DO LAYOUT DA PÁGINA PRINCIPAL DO CIBERMEIO
--

Em sua página inicial, conforme mostra a Figura 18, o *site* Vídeo nas Aldeias possui uma tela amarela centralizada, que expõe os conteúdos, e está sob um fundo preto com representações gráficas indígenas na cor cinza. Esta estrutura de *design* se mantém em todas as interfaces do *site*.

Em um *banner* no topo superior, imagens fotográficas de indígenas brasileiros relacionam aspectos da tradição e uso de tecnologias, com destaque à produção de audiovisuais, imprimindo os objetivos do *site*. O símbolo do *site*, na cor vermelha, apresenta a letra “V” e a letra “A”, ligadas por uma espécie de corda. Circulando o

desenho, a inscrição Vídeo nas Aldeias está escrita na cor branca. O *site* possui a versão nos idiomas português e inglês, indicados em ícone no canto superior direito da página, conforme mostra a Figura 18.

Figura 18 - Página inicial do *site* Vídeo nas Aldeias no idioma inglês



Fonte: Vídeo nas Aldeias - 02 de março 2015.

Abaixo do *banner*, entre finas faixas decoradas por pequenos quadrados contendo pontos pretos, há uma linha na cor vermelha onde estão dispostos, linearmente, os *links* para acesso aos conteúdos do *site*. São eles: **Home**, **Vídeo nas Aldeias**, **Catálogo**, **Realizadores**, **Biblioteca**, **Notícias**, **Oficinas**. Na mesma linha, uma pequena tarja branca expõe a ferramenta de busca com a seguinte inscrição: “Digite aqui para buscar”, uma pequena forma quadrada preta e uma seta em amarelo representam *link* para a busca. Na sequência da página, até o seu rodapé, os conteúdos estão organizados em três colunas e três campos horizontais, em tamanhos distintos.

O primeiro campo expõe matérias e conteúdos de modo dinâmico e transitivo. À esquerda, há imagens que expõem os audiovisuais produzidos pelos Realizadores do Vídeo nas Aldeias (Figura 18) e vê-se uma imagem com o título “Iauaretê, cachoeira das onças”. Ao lado da imagem (no centro da página), uma sinopse do audiovisual que está disponibilizado para visualização na íntegra no *site* e no *YouTube* e, ao lado direito (no mesmo campo), há uma coluna transitiva que expõe

banners direcionando para as matérias completas no *link* **Notícias**. Com destaque o *banner* “Cineastas Indígenas – um outro olhar. Guia para professores e alunos”⁹⁵, que em sua matéria completa no *link* **Notícias**, divulga a ação didática. Esta questão será tratada na etapa 2 – descrição e análise dos conteúdos.

O segundo campo horizontal é composto por três colunas: **Videoteca**, com exposição de cinco audiovisuais com *links* ativos, ou seja, é possível acessá-los na íntegra. Ao final da coluna, há o *link* “Ver Todas” que direciona para o *link* **Catálogo**. A coluna **Notícias** traz um convite para o lançamento da coleção “Um dia na Aldeia”. Trata-se de uma parceria entre o Vídeo nas Aldeias, a Editora Cosac Naify e a Petrobrás Cultural. A coluna **Oficinas** divulga as oficinas de audiovisuais realizadas nos anos de 2012 e 2013. Ao final da coluna, o *link* “Ver Todas” direciona para o *link* **Oficinas**. A Figura 19 mostra a página inicial do *site*.

Figura 19 - Página inicial do *site* Vídeo nas Aldeias

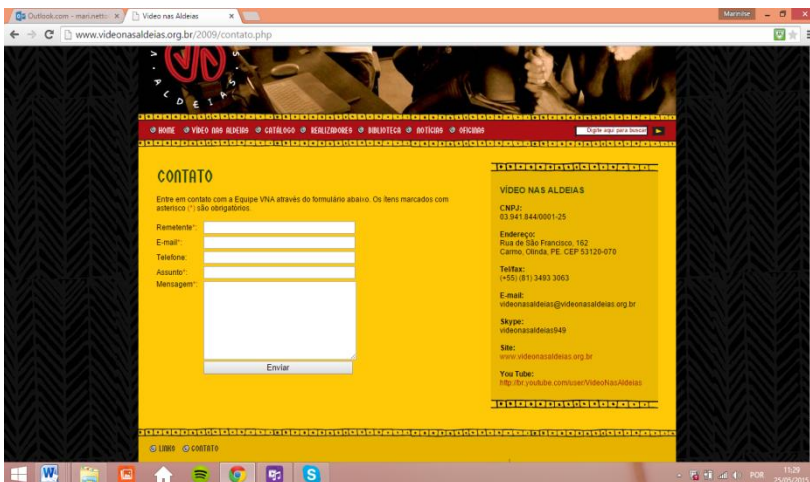
The screenshot shows the homepage of the website 'Vídeo nas Aldeias'. The page is divided into three main vertical sections: 'VIDEOTECA', 'NOTÍCIAS', and 'OFICINAS'. At the top right, there is a red banner with the text 'PROFESSORES E ALUNOS'. The 'VIDEOTECA' section lists five video titles with their directors and durations. The 'NOTÍCIAS' section features a large image of a person in traditional indigenous attire and text about a collection of videos. The 'OFICINAS' section lists two workshops with dates and locations. The footer contains the website's address and a copyright notice for Cosac Naify.

Fonte: Vídeo nas Aldeias - 02 de março de 2015.

⁹⁵ Material para download. Disponível: http://www.videonasaldeias.org.br/downloads/vna_guia_prof.pdf. Acesso em 12 de março de 2015.

No terceiro campo da página inicial do Vídeo nas Aldeias, há as seguintes indicações: **Links** e **Contato**. Ao clicar em **Links**, o navegador direciona para uma página onde estão registrados os endereços da *web* de projetos e/ou instituições que possuem relação com o Vídeo nas Aldeias: Redes de Mídia Indígena; Associações indígenas parceiras; ONGs parceiras e principais Instituições financiadoras. O **link Contato** disponibiliza um canal de interação (endereço de *email*). Em uma coluna à esquerda, estão informações legais e endereços para contato com o *site*, conforme Figura 20.

Figura 20 – link Contato - site Video nas Aldeias



Fonte: Vídeo nas Aldeias - 25 de maio 2015.

Ao final da página inicial do Vídeo nas Aldeias estão os logos da UNESCO e da Embaixada da Noruega, mostrados na Figura 21.

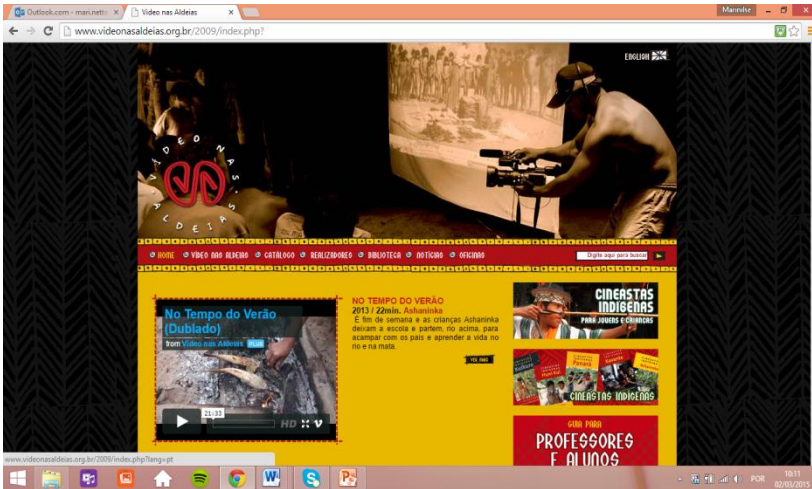
Figura 21 – Rodapé da página inicial - *site* Vídeo nas Aldeias



Fonte: Vídeo nas Aldeias - 02 de março 2015.

Ao navegar pelos *links* e páginas de conteúdos, nota-se que as mesmas possuem o *design* da página inicial, ou seja, apresentam uma imagem fotográfica (de topo, representando o uso de mídias digitais por povos indígenas) e os conteúdos distribuídos em colunas. Ao clicar nos *links* de conteúdos, estes passam da cor branca para a cor amarela. No *link* **Home**, conforme mostra a Figura 22, a fotografia do *banner* em destaque, mais uma vez, reforça aos objetivos do *site*, ou seja, a produção de audiovisuais. O *link* **Vídeo nas Aldeias** direciona para quatro outros *links*: “**Apresentação**”, “**Realizações**”, “**Reconhecimento**” e “**Áreas de Atuação**”, conforme Figura 23.

Figura 22 – Link “Home” do site Vídeo nas Aldeias



Fonte: Vídeo nas Aldeias - 02 de março 2015.

Figura 23 – Links Vídeo nas Aldeias - site Vídeo nas Aldeias



Fonte: Vídeo nas Aldeias - 25 de maio 2015

O *link* **Apresentação** expõe o histórico do *site* (já registrado na etapa 1 – Identificação do *site* deste trabalho). O *link* **Realizações** trata-se de documento que apresenta as premissas e breve histórico da atuação do Vídeo nas Aldeias. Este documento será detalhado na etapa 2 – descrição e análise dos conteúdos.

Na página com o título **Reconhecimento**, há depoimentos de pessoas de diferentes partes do mundo sobre a produção do Vídeo nas Aldeias. **Áreas de Atuação** mostra um panorama, em território brasileiro, das aldeias indígenas por etnias, conforme Figura 24. São trinta e uma (31) aldeias. Ao clicar nas figuras, dez possuem “Realizadores Indígenas”, as aldeias estão concentradas no Estado do Mato Grosso. Nas demais aldeias, não há indicação de “Realizadores Indígenas”, mas verifica-se a indicação do Instituto Sócio Ambiental (ISA), com o respectivo endereço na Internet.

Figura 24 – Áreas de atuação do *site* Vídeo nas Aldeias



Fonte: Vídeo nas Aldeias - 02 de março 2015.

O *link* **Catálogo** é um espaço de armazenamento e compartilhamento dos conteúdos audiovisuais produzidos pelos Gestores do *site* (não indígenas) e pelos Realizadores Indígenas. Ressalta-se que nem todos estão disponíveis para visualização e alguns podem ser visualizados no canal *Youtube*. Pela importância de seus

conteúdos, esta seção será analisada na etapa 2 – descrição e análise dos conteúdos do *site*, neste capítulo.

O link **Realizadores** apresenta as equipes que atuam no Vídeo nas Aldeias. A página que apresenta o grupo de Realizadores Indígenas permite a visualização das etnias a que pertencem, além de suas produções e participações em outras atividades. (Figura 25).

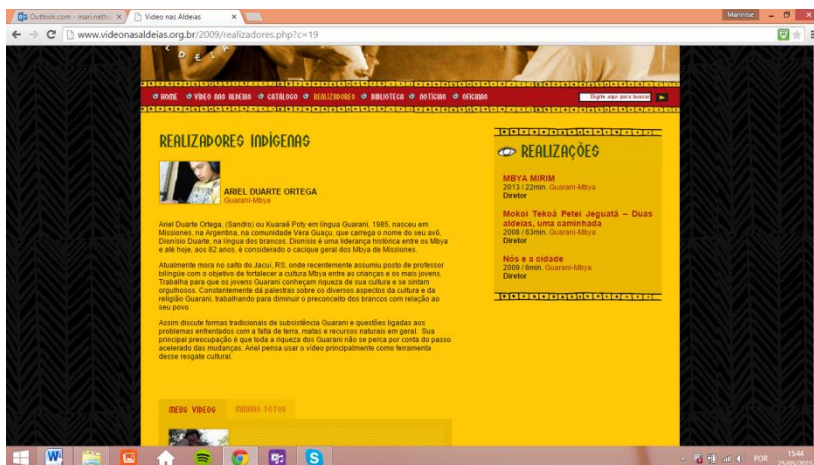
Figura 25 – Realizadores Indígenas – etnias - *site* Vídeo nas Aldeias



Fonte: Vídeo nas Aldeias - 25 de maio 2015.

A página (Figura 26) apresenta a fotografia e o currículo do Realizador, destacando suas produções de audiovisuais. Do mesmo modo, a página da equipe Vídeo nas Aldeias mostra os membros não indígenas em fotografias, currículos e principais realizações. Nota-se que não há divulgação de *email* pessoal dos mesmos. Tal questão pode estar vinculada à opção de reunir as informações no *site*, de modo que as interações com os Realizadores aconteçam no/pelo cibermeio?

Figura 26 – Página individual de um Realizador Indígena - *site* Vídeo nas Aldeias



Fonte: Vídeo nas Aldeias - 25 de maio 2015.

O *link* **Biblioteca** trata-se de um hipertexto que apresenta, de forma resumida, textos produzidos por autores indígenas e não indígenas. Ao final do resumo, o *link* “Ver mais” direciona para uma página com o texto completo. Lá é possível fazer o *download* ou gerar documento para impressão do mesmo. O *link* **Notícias** é um espaço de divulgação de diversos eventos, como lançamentos de livros e vídeos, além de participação em eventos nacionais e internacionais. A página permite gerar um documento para impressão dos conteúdos.

O *link* **Oficinas** destina-se ao registro das oficinas de audiovisuais organizadas pelo Vídeo nas Aldeias, sendo que a última, segundo registros do *site*, foi realizada em 2013. Esta página também permite gerar um documento para impressão dos conteúdos.

**INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO
INDÍGENA – ETAPA 1****DIMENSÃO 3 -
DISPONIBILIDADE/ACESSIBILIDADE/USABILIDADE/
INTERAÇÃO**

A exemplo dos outros cibermeios analisados, os conteúdos do *link Notícias* também são apresentados em uma estrutura semelhante a um *blog*, ou seja, as postagens mais recentes ocupam a parte superior da página, seguida das postagens mais antigas em uma única interface.

Como forma de interação, o *site* oferece o *link Contato*. Contudo, a fim de interagir com possíveis informantes para esse trabalho, foram encaminhadas três mensagens neste espaço, mas não houve retorno em nenhuma delas.

Como recursos multimídia, o *site* conta com um variado acervo de audiovisuais. O Vídeo nas Aldeias possui uma página no canal *YouTube* com o seguinte endereço: <http://www.youtube.com/user/VideoNasAldeias>. Também possui um perfil no *Facebook* com o seguinte endereço: <https://www.facebook.com/vnaolinda?fref=ts>.

Durante a navegação de coleta de dados, o *site* não apresentou problemas de acesso aos conteúdos. Ao inserir o termo ‘Realizador’ no campo de busca, a ferramenta apresenta o resultado (encontrados 30 resultados), contudo, não direciona para a(s) página(s) onde os mesmos estão localizados.

É possível fazer *download* ou gerar documento para impressão das matérias publicadas na página **Biblioteca**.

**INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO
INDÍGENA – ETAPA 2****DIMENSÃO 1 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO
CIBERMEIO**

Segundo os informantes, os conteúdos dos audiovisuais são selecionados a partir de diálogo com a comunidade e os temas ou assuntos variam de acordo com os interesses dessas comunidades. Importante registrar que há conhecimentos que são registrados através dos audiovisuais e não são veiculados para “fora” da aldeia ou comunidade indígena. Essa questão será retomada no item 5.3.1, que trata da disseminação do conhecimento indígena.

Há notícias veiculadas no *site* (nos *links* **Biblioteca** e **Notícias**) que não são produções dos Realizadores Indígenas. Tem origem em eventos que ocorreram fora das comunidades ou aldeias, mas possuem estreita relação com o universo indígena. A questão da preservação do conhecimento indígena está presente em vários conteúdos, como também a importância da valorização e continuidade da sua cultura.

Por sua importância, a análise dos conteúdos do *site* Vídeo nas Aldeias fixa-se no *link* **Catálogo**. Este apresenta os audiovisuais produzidos por grupo de Realizadores do *site* (não indígenas) e Realizadores Indígenas. Contudo, selecionaram-se para análise somente os audiovisuais de autoria e produção dos Realizadores Indígenas disponíveis para visualização, os quais compõem o quadro apresentado no Apêndice 12 deste trabalho.

No conjunto, os trinta e três (33) audiovisuais compõem um variado acervo de conhecimento indígena. Há (conforme apresenta o Quadro 17, seção 5.3), entre os Realizadores representantes de nove etnias indígenas: Povo Kuikuro, Guarani Mbya, Ashaninka, Kanixawá, Panará, Kisêdjê, Xavante, Waimiri Atroari e Ikpeng.

Três dos sete conteúdos produzidos pelo Povo Kuikuro apresentam o registro do processo de capacitação para o uso da tecnologia, as oficinas realizadas na aldeia. Os outros quatro audiovisuais estão relacionados ao registro de suas tradições e reflexões sobre as condições de vida atual. Nas produções dos Realizadores Ashaninka, ganham força questões relacionadas à educação ambiental,

especialmente na disseminação de conhecimentos sobre o manejo agroflorestal e a importância do plantio e conservação do solo na aldeia, além do manejo da pesca. Visando melhores condições de vida para as gerações presente e futura, a transferência do conhecimento é realizada pelo professor da aldeia em aulas práticas na mata.

Para o Povo Kaxinawá, importância foi dada ao registro da arte indígena nos grafismos e na tecelagem. Outro audiovisual desse povo aborda o uso medicinal do cipó aiauasca, a “miração” e os cantos através dos ensinamentos dos mais velhos. Há, ainda, depoimentos sobre o processo de perda e retomada de seu território, conforme mostrado em dois conteúdos.

Chamam atenção os audiovisuais produzidos pelos Realizadores Guarani Mbya. Diferenciam-se dos conteúdos produzidos por outras etnias do Norte e Nordeste do país, pois mostram o cotidiano de grupos indígenas que vivem próximo ao urbano. Os conteúdos revelam a triste realidade desses povos, que em estado de vulnerabilidade social, usam a venda do artesanato como garantia de sobrevivência.

Em outra visão, os indígenas Panará registram as narrativas tradicionais e o imaginário cultural de seu povo através da reprodução de suas histórias e lendas. A preservação ambiental (das matas) também é registrada nas produções dos Realizadores Kisêdjê. Estes reforçam suas tradições, assim como os Realizadores Xavantes, nas reproduções de cerimoniais de iniciação aos jovens no mundo espiritual e no domínio da tecnologia para o registro de sua cultura. As questões se repetem nos audiovisuais produzidos pelos Waimiri Atroari e o povo Ikpeng.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 3

DIMENSÃO 1 – IDENTIFICAÇÃO, CARACTERIZAÇÃO E PERCEPÇÃO DOS GESTORES, PRODUTORES E UTILIZADORES DO CIBERMEIO

Conforme já registrado, esta etapa contempla a coleta de dados realizada através de entrevistas com gestor, produtores e utilizadores. Busca identificar e caracterizar os sujeitos envolvidos com as atividades desenvolvidas e divulgadas pelo *site* analisado. Foram realizadas

entrevistas com um gestor do Vídeo nas Aldeias, com dois produtores de audiovisuais e dois utilizadores de conteúdos do *site*.

O informante **G2** é antropólogo, indigenista e documentarista. Atua há 40 anos junto aos povos indígenas brasileiros e é um dos idealizadores do projeto Vídeo nas Aldeias. Segundo informações constantes em página que apresenta a equipe não indígena do *site*, o gestor produziu uma série de 16 (dezesesseis) documentários sobre o método e os resultados do trabalho realizado pelo Vídeo nas Aldeias. O audiovisual “A Arca dos Zo’ê” recebeu vários prêmios, entre eles no 16º Tokyo Vídeo Festival e no Cinéma du Réel em Paris. A trilogia “O espírito da TV”, “A Arca dos Zo’ê” e “Eu já fui seu irmão” foi exibida pelo Canal+ na França além de televisões públicas em diversos países. Em 1999, **G2** e o Vídeo nas Aldeias receberam o prêmio UNESCO na 6ª Mostra do Filme Etnográfico e, em 2000, a série Índios no Brasil, em parceria com a TV Escola e Ministério da Educação – MEC, distribuiu dez mil cópias para escolas públicas. Em 2009, **G2** finalizou o longa metragem “Corumbiara”, que conta sua trajetória junto aos índios da Gleba Corumbiara no sul de Rondônia. O filme foi premiado no Festival de Gramado neste mesmo ano.

O informante **P2** nasceu na aldeia do povo Kisedje na Terra Indígena Wawi, no Mato Grosso. É Realizador Indígena do VNA há 12 anos. Também atua como diretor financeiro da Associação Indígena Kisedje – AIK e coordena uma produtora de audiovisuais própria. Segundo informações constantes na página que apresenta a equipe indígena do Vídeo nas Aldeias, em 2005, **P2** participou da oficina de leitura e produção de textos e trabalhou na elaboração de um programa para a rádio Xingu FM. Nos anos seguintes, produziu quatro programas durante os cursos de Agentes Indígenas de Saúde, de Gestão e Encontro de Mulheres. Um dos programas, relativo à desnutrição, foi premiado na I Mostra Nacional de Saúde Indígena - Gente que faz Saúde Indígena, realizada pela Fundação Nacional da Saúde – FUNASA, no ano de 2006, em Brasília. “A História do monstro Khátpy” (2009), “Amtô a festa do Rato” (2010), “Filmando Khátpy” (2011), “Kisêdgê Ro Sujareni, Os Kisêdgê contam a sua história” (2011), “Txêjkhô Khâm Mby, Mulheres guerreiras” (2011) e “Carta Kisêdjê para a Rio+20 Amne Adji Papere Mba” (2012) são algumas de suas produções.

O informante **P4** vive na aldeia de Ipatsé, localizada na terra Indígena do Xingu, no Mato Grosso. Atua como Realizador no VNA desde 2002, quando participou da primeira oficina de audiovisual

realizada em sua comunidade. Na época, **P4** tinha 15 anos de idade. Entre as suas produções audiovisuais, destaque para “Nguné Elü, O dia em que a lua Menstruou” (2004), “Imbé Gikegü, Cheiro de Pequi” (2006), “Espero que Vocês Gostem destes Filmes” (2007). “As Hipermulheres” (2011), em produção com Leonardo Setti e Carlos Fausto, utiliza as linguagens documentais e ficção para mostrar o ritual “Jamuikumalu”, protagonizado pelas mulheres da aldeia Kuikuro. O filme conquistou prêmios no Festival de Gramado. O curta “Karioka”, produção solo do indígena, foi exibido no 26º Festival Internacional de Curta de São Paulo, em agosto de 2015. **P4** possui formação pela Escola de Cinema Darcy Ribeiro, da cidade de Rio de Janeiro. Atualmente, trabalha na produção de um novo filme, onde mostra a sua percepção, seu olhar, sobre a cidade de Londres, onde passou um curto período. Além de participar de capacitação junto ao Vídeo nas Aldeias, atua na Associação Indígena Kuikuro do Alto Xingu – AIKAX.

Durante contato para as entrevistas com os produtores, percebe-se que os mesmos não estão fixos em suas aldeias ou comunidades de origem. Percorrem outras comunidades e com suas câmeras, registram os principais eventos e manifestações de povos indígenas brasileiros. Na época da entrevista, **P2** tinha concluído filmagens na Aldeia Laranjal, do povo Arara em Belém, no Pará. **P4** vinha de uma oficina de audiovisual realizada na Terra Indígena Apyterewa do povo indígena Parakanã e estava produzindo imagens do processo de retirada dos ribeirinhos atingidos pela construção da Usina de Belo Monte em Altamira, também no Estado do Pará.

Ao ser perguntado sobre o sentido do Vídeo nas Aldeias para a comunidade indígena, **G2** diz que o *site* é um espaço que disponibiliza, de forma rápida, vários materiais, tanto da área do cinema quanto material didático para as escolas diferenciadas. Para os Realizadores Indígenas o Vídeo nas Aldeias representa um espaço de formação e, como uma vitrine para as suas produções, o *site* segundo **P4**, é o lugar onde acontece a divulgação das produções e onde “cada realizador tem o seu arquivos dentro do Vídeo nas Aldeias (...) eles vão mostrando todo processo de nosso trabalho dentro do *site* deles (...)”

Para **P2**, o *site* contribui para novas oportunidades, como participações em eventos e em festivais de audiovisuais.

Lá mostra o nosso trabalho, trabalho de todos os cineastas indígenas e então lá fala também um

pouco sobre as dúvidas do que é um cineasta. Então, foi muito importante pra nós. Contribui muito porque, na verdade, os filmes que a gente produz são da comunidade mesmo, através deste *site* pode dar estímulo ao festival, as pessoas verem, pode incentivar as pessoas externas a comprar, pode criar algumas oportunidades. **(Informante P2)**

Outra questão indagada aos informantes é de como os assuntos ou temas são escolhidos para a produção dos audiovisuais. **G2** diz:

Olha, o método que a gente usa para produção audiovisual evita escolhas de temas. *A priori*, começa por uma certa formação do olhar e mais em cima de personagens, de criar relação com as pessoas, chamar o cotidiano, e a partir daí, a gente acredita muito que quem vai dar os temas é um pouco os personagens, a situação. A gente não começa as coisas de uma maneira cerebral, intelectual, esse é um procedimento muito nosso, racionalistas, né? A gente acredita num cinema mais intuitivo, mais observacional, de um trabalho inicial de sensibilização com as imagens, com conteúdo e muito em cima da interação entre quem filma e quem é filmado. E daí surge o tema, daí surge o projeto de novos temas. **(Informante G2)**

Ainda de acordo com **G2**, há aldeias em que a tradição está mais presente, caracterizada por suas atividades cotidianas. Nestes casos, “cada momento do ano é um tema, é uma atividade, que (...) tem a sua versão mítica, ela tem a sua versão econômica”. Ao final de cada etapa de trabalho, há momentos de reflexão sobre a etapa (ou produção) seguinte e a comunidade pode sugerir os temas.

Segundo **P2**, a seleção dos temas ocorre de modo coletivo, “dentro da aldeia a gente discute na comunidade de que forma vão ser selecionado (...), daí eles escolhem e aí a gente produz os vídeos.” O informante **P4** diz: “a gente faz contrato com a comunidade, acordo com comunidade (...). Eu falo para a comunidade, eu acho que têm que fazer esse filme, eles falam acho que pode, a gente vai assim.” Contudo há,

segundo ele, conhecimentos que são registrados e circulam somente dentro da comunidade e há outros que são distribuídos, veiculados fora do universo indígena. Na visão do indígena este é um modo de preservação de sua cultura.

Sobre a importância da Internet na vida de populações e comunidades indígenas brasileiras, os informantes estão de acordo que as redes sociais situam-se entre os canais mais usados por eles. Para **P2**, a Internet é usada para divulgação de suas produções, informações sobre a causa indígena e, “a rede social está sendo muito importante para mobilizar alguma coisa, e também com Internet pode ser mais conhecido.” Ao mesmo tempo em que a Internet facilita a comunicação entre diferentes pessoas e lugares, segundo **P4**, por meio dela os jovens indígenas vêm adquirindo novos hábitos sociais.

A Internet facilitou comunicação com família, importante também para a gente poder resolver as coisas que a gente tem hoje em dia (...), quando tem emergência a gente já pode conectar diretamente com pessoas para tirar a pessoa doente, para professores indígenas que estão dentro da comunidade poder comunicar com outras pessoas (...), do outro lado também ele causou impacto cultural dentro de comunidades indígenas, porque ela já quebrou muita regra pela comunidade (...), e isso já influenciou muito dentro da comunidade indígena mesmo. **(Informante P4)**

Ao serem indagados sobre o que entendem por inclusão digital, na visão de **G2**, os indígenas estão cada vez mais “se” incluindo.

Eu acho que eles têm um desejo enorme, eu acho que a gente está passando por um processo que está começando agora, mas que vai revolucionar o espaço indígena e o seu relacionamento com esse país, que são as novas gerações de índios na universidade, eu acho que isso aí é o novo momento. (...) Eu acho que quando a juventude indígena vai para a universidade, eles se redescobrem índios, de certa forma, confrontando com esse espaço que não é deles, e também aumenta possibilidades de uma experiência, de

um intercâmbio vivencial de não indígenas com indígenas e, enfim, as consequências que isso trará e dos profissionais que serão formados. **(Informante G2)**

“Essa pergunta foi difícil, né?” foi a resposta de **P2** ao que entende por inclusão digital. Para ele “tem situações que Internet e tecnologias ajudam, né?”. **P4**, ao responder a pergunta, diz:

Porque tecnologia entrando na comunidade indígena, na mão de indígena é, como falei, como arma para gente deixar nossa força, que eu falo assim, nosso grito (...), a gente manda nossos gritos pela rede social para outros mundos ver o que está acontecendo. E através de audiovisual, a gente pode mandar nossa luta. **(Informante P4)**

Em relação aos equipamentos utilizados, segundo **G2** “essa passagem do analógico para o digital complicou bastante no primeiro momento, no sentido de que não basta ter uma câmera e uma fita, agora você tem que ter todo um aparato (...)”. A par disso, **P2** diz que há situações em que “recebe o convite para trabalhar e ao mesmo tempo os equipamentos não estão funcionando, então a gente acaba não fazendo o trabalho.” Também para **P4**,

A dificuldade que eu tenho (...) é ter mais equipamento. Filmadora, ilha de edição, máquina para a gente poder produzir e distribuir nosso trabalho junto com comunidade indígena, isso é dificuldade que a gente tem. A gente já sabe um pouco de conhecimento sobre como a gente pode utilizar o equipamento. **(Informante P4)**

Outra questão abordada na entrevista investiga como os produtores de audiovisuais se descrevem ou se autointitulam. Houve consenso entre os informantes que o termo que melhor os representa, na atualidade, é o de “cineasta indígena”. Essa questão é explicada por **G2**,

A geração que hoje está produzindo filmes mais completos, muito mais ricos, e que acabam sendo o carro-chefe da presença e do reconhecimento

dessa nova categoria, que é a figura do cineasta indígena (...). Uma categoria que emplacou com a progressiva, sucessiva e ininterrupta presença dessa produção nos mais amplos espaços cinematográficos (...). Vai rompendo com os ensinamentos do senso comum que quer jogar os índios lá no espaço congelado, do passado, então para subverter mesmo esse conceito. **(Informante G2)**

Segundo o informante **G2**, há pelo menos dois grupos de sujeitos implicados no processo de audiovisuais. Os diretamente implicados, ou seja, os cineastas indígenas (que participam de capacitação para o uso dos equipamentos e aprendem sobre modos de construir as narrativas de representação das comunidades indígenas em audiovisuais) e os grupos indígenas que solicitam registros de seus rituais e festas e que demonstram interesse em assistir aos vídeos produzidos em suas comunidades ou aldeias, bem como os audiovisuais produzidos em outras populações indígenas. Acrescenta-se a esses, ainda, dois grupos não diretamente envolvidos: os professores que utilizam as produções audiovisuais como material didático nas escolas indígenas e as comunidades indígenas e não indígenas que tem interesse e acessam os *sites* e os conteúdos, por diferentes meios ou canais.

Neste sentido, na sequência das entrevistas com os gestores e produtores do Vídeo nas Aldeias, identificou-se sujeitos que constituem o último grupo destacado, ou seja, os utilizadores. O informante **U1** mora na TI Xakriabá em São João das Missões, Estado de Minas Gerais. É graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Atua como pesquisador no projeto Saberes Indígenas na produção de material didático para as escolas indígenas, na área de audiovisual. Produz vídeos há cerca de nove anos e possui uma página no *Facebook* onde divulga o trabalho etnofotográfico⁹⁶ produzido por ele. O informante **U3** é natural da Aldeia Nova Jacundá, em Belém, Estado do Pará. Cursa Biomedicina na Universidade Federal do Pará – UFP e trabalha com produção de audiovisual há pouco mais de 10 anos.

⁹⁶ Disponível: <http://www.facebook.com/edgarcorreakanayko.etnofotografia>. Acesso em 30 de junho 2015.

O informante **U1** diz que conhece e acessa o Vídeo nas Aldeias: “o *site* é bem bacana, utilizo mais o canal do *YouTube*”. “O Vídeo nas Aldeias é uma importante referência nessa área, quando se trata de formação de cineastas indígenas”, aponta. Na TI Xakriabá, onde vive, há um Ponto de Cultura e, por meio dele, a exemplo do projeto realizado pelo Vídeo nas Aldeias, são realizadas oficinas de audiovisuais para jovens. Uma delas, inclusive, foi “mediada” pelo grupo de realizadores indígenas do *site*. **U1** diz que, nos últimos anos, vem crescendo a interação indígena com meios digitais, porém em sua comunidade o sinal da Internet é limitado, dificultando o uso de forma mais efetiva. Já **U3** lembra que em tempos passados a equipe de Vídeo nas Aldeias realizou contato com a sua comunidade através do cacique, mas não houve estabelecimento de vínculos para realização de oficinas ou outros projetos.

Entre os benefícios gerados pelo uso da Internet, segundo **U3** está “a possibilidade de divulgação dos acontecimentos da aldeia, principalmente a cultura, as ações de cultura, fazer integração com outros povos indígenas. Muito bom a Internet.” Também para **U1**, a Internet propicia “interações entre diversos meios, assuntos do mundo, notícias e troca de informações”.

Há uma preocupação corrente, principalmente com os mais velhos, de saber fazer o devido uso das tecnologias a nosso favor (...) para o fortalecimento cultural. Nesse sentido, a Internet pode ser uma boa ferramenta de luta para divulgar, promover, para que mais pessoas possam ter acesso às informações sobre os povos indígenas, pois é através das informações que se chega ao conhecimento e, tendo conhecimento, creio eu que diminui o pré-conceito. (**Informante U1**)

Em relação ao grau de autossuficiência dos diferentes sujeitos envolvidos com o *site*, pode-se dizer que, na questão da escolha ou seleção dos temas a serem registrados, conforme já registrado, estes estão sob a observação e as condições específicas de cada comunidade ou aldeia, ou seja, subordinados às decisões do coletivo indígena.

A captação e gestão dos recursos destinados à capacitação para o uso das mídias, implantação de infraestrutura necessária para produção

e veiculação dos audiovisuais, passam por diferentes instâncias. Além de parcerias com instituições nacionais e internacionais, acesso a políticas públicas, conforme cita **G2**, é preciso estabelecer contato e relações com os chamados “aliados locais” e o Vídeo nas Aldeias estimula que os próprios indígenas busquem meios para isso. Também os incentiva à participação em projetos de patrocínio cultural, eventos, festivais, propondo parcerias, mas também que exerçam a autonomia em projetos futuros.

Sobre pontos a serem melhorados no *site*, segundo **P4**: “eu acho que isso tem que ser melhorado no Vídeo nas Aldeias (...) colocar outros filmes de outros povos indígenas no circuito comercial, assim como entrou ‘As Hipermulheres’”. **P2** diz que o *site* poderia ser alimentado com mais informações sobre associações indígenas e coisas do gênero.

Sobre o futuro do Vídeo nas Aldeias, **G2** afirma que estão em uma “política de disponibilização cada vez maior de filmes”. A exemplo, a inserção de 27 (vinte e sete) audiovisuais produzidos pelo Vídeo nas Aldeias e disponibilizados no Isuma TV⁹⁷, um canal onde um “coletivo de cinema, de minorias étnicas do planeta, pode ter uma janela lá e ficar postando seus materiais”, pensando “numa articulação maior, inclusive com uma proposta de um portal neste modelo”. Para o gestor, como projeto futuro, o Vídeo nas Aldeias almeja a criação de um Observatório de Cinema Indígena, “onde se possa organizar e disseminar os audiovisuais produzidos pelos indígenas brasileiros”, diz **G2**.

⁹⁷ Isuma TV é um portal onde os cineastas indígenas podem disponibilizar seus filmes e notícias de forma gratuita. Os filmes devem refletir uma visão nativa sobre determinado(s) assunto(s). O portal tem como objetivo propor meios para que povos nativos do mundo todo estabeleçam contato e trocas. Também divulga informações sobre questões ambientais e direitos humanos de povos indígenas. Disponível: <http://www.isuma.tv/video-nas-aldeias>. Acesso em 12 de julho de 2015.

5.3 APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA ANÁLISE DE CONTEÚDO (AC) NOS TEXTOS E AUDIOVISUAIS DOS CIBERMEIOS ÍNDIO EDUCA E VÍDEO NAS ALDEIAS.

A partir da seleção e exame dos conteúdos constantes no Portal Índio Educa e *site* Vídeo nas Aldeias, e conforme premissas metodológicas apontadas neste trabalho (Capítulo 4 - Instrumentos e Métodos), a técnica de Análise de Conteúdo ampara a análise dos materiais discriminados no Quadro 15.

Quadro 15 – Textos e Audiovisuais selecionados para Análise de Conteúdo

TEXTOS ÍNDIO EDUCA		23	Educação Indígena Tumbalalá	46	BIMI - Mestra de Kenes
01	O ÍNDIO, OS LIVROS DIDÁTICOS E O SENSO COMUM	24	Música Tupinambá	47	A história do monstro Khátpy
02	O que (não) fazer no Dia do Índio	25	Espelho Partido	48	Nós e a cidade
03	Índio: Do esteriótipo ao preconceito	26	Arupãb kijetxawê txihihãe	49	KIDENE, academia Kuikuro
04	DIA DO ÍNDIO: SE COMEMORA OU SE INDIGNA?	27	Plantas Medicinais	50	Huni Meka, os Cantos do Cipó
05	Índio quer se conectar e entrar na rede	28	História dos Tumbalalás no sertão da Bahia	51	Imbé Gikegü, Cheiro de pequi
06	Índio não quer apito, índio não quer fumaça – ÍNDIO EDUCA	29	Diários Visuais – Terena	52	Já me transformei em imagem
07	DOSSIÊ CAXIRI NA CUIA	30	Diários Visuais – Umutina	53	Mokoy Tekoá Petei Jeguatá, Duas aldeias, uma caminhada

08	Você é indígena?	31	Diários Visuais – Karitiana	54	Para os nossos netos
09	O tal descobrimento do Brasil	32	Pataxó Hã Hã Hãe e desenvolvimento rural	55	Priâra Jô, Depois do ovo, a guerra
10	DO DIA DO ÍNDIO	33	Cultura do Povo Terena, narrada por Isac Dias, ancião Terena	56	Espero que vocês gostem destes filmes
11	Mês indígena	34	Terra Tradicional Guarani	57	Kahehijü Üguhüüti, O manejo da câmera
12	Adeus “decoreba”! A onda agora é aprender Brincando!	35	Artesão Tupinambá de Olivença	58	KUHI IKUGÜ, os Kuikuro se apresentam
13	Será que estou lecionando discriminação?	36	Desenhando os cantos do Nixi Pae	59	Xinã Bena, Novos tempos
14	Todo dia é dia de índio	AUDIOVISUAIS VÍDEOS NAS ALDEIAS		60	A gente luta mas come fruta
15	A invisibilidade antes da Lei 11.645	37	Eu já virei espirito	61	Kiarâsâ Yô Sâty, O amendoim da cutia
16	PROFESSOR: TEM UM ÍNDIO NA NOSSA SALA!	38	MBYA MIRIM	62	Caminho para Vida, Aprendizes do Futuro, Floresta Viva
17	EDUCAÇÃO INDÍGENA E EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA	39	No tempo do verão	63	Nguné Elü, O dia em que a lua menstruou
18	19 de Abril é dia do Índio? Ou é mais um dia de vários outros dos Povos Indígenas?	40	Carta Kisêdgê para o RIO+ 20 – AMNE ADJI PAPERE MBA	64	Kinja Iakaha, um dia na aldeia
19	Ajudando o professor	41	Bicicletas de Nhanderu	65	Shomötsi
20	Voto indígena para quem?	42	Desterro Guarani	66	MARANGMOTXÍ NGMO MĪRANG, Das crianças Ikpeng para o mundo

AUDIOVISUAIS ÍNDIO EDUCA		43	TXÊJKHÔ KHÂM MBY - Mulheres Guerreiras	67	Moyngo, O Sonho de Moragareum
21	Ipuné Kopenoti Terenoé, Cerâmica Terena	44	AMTÔ – a festa do rato	68	Wapté Mnhõnõ, Iniciação do Jovem Xavante
22	Depoimento de Kanatyo Pataxó da aldeia Muã Mimatxi -Povo Pataxó-MG	45	Kene Yuxi, As voltas do kene	69	TSÔ ‘REHIPARI, Sangradouro

Fonte: Elaboração da autora. Os títulos estão descritos como originalmente divulgados nos cibermeios.

No total, foram examinados 20 (vinte) textos e 49 (quarenta e nove) audiovisuais, totalizando 69 (sessenta e nove) conteúdos analisados a partir da AC, através da identificação de elementos recorrentes nas categorias definidas *a priori*, levando em conta os objetivos da pesquisa e duas categorias que emergiram durante a análise dos dados.

O Quadro 16 apresenta a reunião dos conteúdos em categorias.

Quadro 16 – Detalhamento da AC nos conteúdos analisados.

CATEGORIAS <i>(definidas a priori)</i>	ELEMENTOS DE ANÁLISE	CONTEÚDOS SELECIONADOS (NºS)
DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO	Em práticas de ensino do CI (pela transferência)	12/24/27/41/44/46/47/60/61
	Intercâmbio cultural	40/51/53/63/64/66
PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO	Continuidade dos fazeres tradicionais e modos de sobrevivência	07/21/30/31/33/35/36/39/45/ 62/68
	Valorização e afirmação da identidade indígena	03/06/08/10/16/29/43/67/69

USO DAS MÍDIAS E INTERNET	Meios de comunicação, interação e difusão	05/14/22/25/37/38/49/52/59/65
	Formação e profissionalização e registro (guarda) do CI	50/54/55/56/57/58
CATEGORIAS <i>(identificadas e definidas durante a coleta de dados)</i>	ELEMENTOS DE ANÁLISE	CONTEÚDOS SELECIONADOS (NºS)
EDUCAÇÃO INDÍGENA	Construção de um currículo escolar diferenciado e formação de professores indígenas	01/02/11/13/15/17/19/23/26
ATIVISMO INDÍGENA	Manifestação contra o preconceito e discriminação e luta pelos direitos indígenas	04/09/18/20/22/28/32/34/42/48

Fonte: Elaboração da autora.

As seções a seguir apresentam as categorias e seus respectivos elementos de análise. As argumentações estão fundamentadas na análise dos materiais selecionados e ancoradas pela revisão de literatura realizada.

5.3.1 - Categoria Disseminação do Conhecimento

Conforme já registrado neste trabalho, de acordo com Geng *et al.* (2008), a disseminação do conhecimento busca por meios e métodos que levem o conhecimento, de quem ou do que o detém, para quem o necessita, de modo que este seja assimilado e compartilhado. Segundo Green *et al.* (2009, p.152) a disseminação refere-se a “esforços conscientes” para a difusão de “ideias, políticas e práticas”, para diferentes audiências e, para Tan e Wang (2009), o processo de

disseminação do conhecimento pode ocorrer por meios formais e informais, objetivando que o conhecimento seja utilizado por um grande número de pessoas. Complementando, na visão de Macoubrie e Harrison (2013), na disseminação do conhecimento, o agente é ativo.

Sobre o(s) conceito(s) de “conhecimento”, Fialho *et al.* (2010, p.42), segue a definição de “*expertise*” e “informação valiosa da mente combinada com experiência, contexto, interpretação e reflexão”. Complementando a definição com a visão de Santos e Souza (2010, p.260), pode-se dizer que todo conhecimento é gerado a partir de “operações mentais”, “processos imaginativos” ou, ainda, por meio de “novas percepções recebidas pelos sentidos diante da observação e da ação”. Ainda de acordo com os autores, “o conhecimento pode ser obtido tanto pela transmissão a partir de quem o possui, pelo ensino, ou extraído com base na experiência” (p.262).

É a partir dos autores citados e seus principais referenciais teóricos, que esta pesquisa sustenta as análises que respondem à categoria “disseminação do conhecimento”. Ao reunir os principais conceitos dos estudos citados e, estabelecendo relações com o contexto da presente pesquisa, entende-se, disseminação do conhecimento indígena como uma categoria que abarca ações conscientes que incluem a transferência e a mobilidade de tipos de conhecimentos, entre diferentes populações indígenas, bem como entre populações indígenas e não indígenas, por meio de variados tipos de intercâmbios e trocas.

Estudos sobre indígenas brasileiros mostram que as possibilidades de construir as próprias narrativas significam uma mudança de representatividade desses povos (NUNES Jr., 2009; TAVARES, 2012), pois as tecnologias atuais podem ser caracterizadas como meios que sustentam a “voz” de sujeitos que buscam espaços de autorepresentação ou de “representação participativa”, conforme destacam Colaço e Sparenberger (2010). Servem, também, como meio para a construção da “memória digital do tradicional” (LIMA; VIEIRA, 2012, p.11).

Estas expressões identitárias implícitas nas suas primeiras manifestações ciberculturais, que por agora constituem o forte da maioria dos povos indígenas que conseguiram ter acesso a recursos tecnológicos, tem ido mudando de a pouco, com aquelas etnias, que começaram a fazer uso do ciberespaço um espaço etno-político ou via de

expressão de outra opção política, em confluência ou não com a política “tradicional” representativa, para uma mais participativa (PINTO, 2009a, p.17).

De acordo com Lima e Vieira (2012, p.16), os indígenas “passam a ser ‘etnojornalistas’ no relato dos fatos sob a visão dos índios e protagonistas de sua própria cultura também na *web*”. Sobre o conceito do termo “etnojornalista” ou “etnojornalismo” o *site* Petei Xe Rajy⁹⁸, de propriedade indígena, informa que “Etno-jornalismo é a atividade que consiste em lidar com notícias, dados factuais e divulgação de informações. Também se define Etno-jornalismo como a prática de coletar, redigir, editar e publicar informações sobre eventos atuais.” Acrescenta-se ao conceito “A essência do Etno-jornalismo, entretanto, é a seleção e organização das informações no produto final (jornal, revista, programa de TV, etc), chamada de edição, no nosso caso é nosso site, um veículo de comunicação digital” (extraído da mesma fonte). Percebe-se, portanto, que o caráter étnico se dá na “seleção e organização das informações no produto final (...) chamada de edição”.

É possível notar, a partir dos conteúdos analisados, que os indígenas têm a percepção de que seus conhecimentos constituem-se a partir de características próprias e que estas estão relacionadas a um contexto étnico ou, ainda, local. Há conteúdos que imprimem a importância desses conhecimentos e de suas contribuições em inúmeros campos de estudo e aplicação. Ao registrá-los, os indígenas tem a intenção de gerar novos conhecimentos e, novos modos e meios para guardá-los e/ou difundi-los.

Neste sentido, o uso das mídias no registro de seus rituais, cerimônias, cantos, ritos de miração, acervo de plantas usadas para cura, entre outras práticas e elementos do conhecimento indígena, contribuem para sua preservação e disseminação. Serve também com herança para as gerações futuras, pois conforme citam German Castelli e Wilkinson (2002), o conjunto de conhecimentos que reúne modos de vida, organização social, universo mítico e biodiversidade é o resultado de

⁹⁸ Disponível: <https://peteixerajy.wordpress.com/oficinas/etnojornalismo/>. Acesso em 28 de abril 2015.

várias gerações de experiências e práticas e constitui uma herança coletiva, e, desse modo, deve ser protegida para que seja perpetuada.

Conforme análises realizadas nos cibermeios e nos conteúdos de textos e vídeos selecionados, as populações indígenas brasileiras convivem, atualmente, com modos tradicionais e contemporâneos de disseminação do conhecimento. O intercâmbio e as trocas culturais significam para esses povos possibilidades reais de interação com outros povos indígenas e com não indígenas, permitindo, neste sentido, também o contato com outros tipos de conhecimentos. Lemos (2009a) cita que as tecnologias de informação e comunicação e as redes que lhes dão suporte provocam e potencializam ações participativas, descentralizadas e colaborativas entre indivíduos e instituições. A par disso, Santos e Souza (2010, p.263) reforçam a visão de que “a capacidade de comunicação de um indivíduo aumenta na medida que ele desenvolve novas formas de expressão”, para além das palavras, dos sinais e sons.

Especificamente sobre os conteúdos analisados disponíveis no Portal Índio Educa, identificou-se que, de modo didático, os mesmos foram produzidos com a intenção de gerar diálogo, primeiramente, dentro da comunidade indígena, sobre as principais questões que envolvem a falta de conhecimento (ou acesso a informações distorcidas), sobre a sua história ao longo dos séculos, como vivem na atualidade e quais são suas principais reivindicações e demandas.

Pode-se dizer, então, que, para o Portal Índio Educa, a disseminação do conhecimento tem como “fio condutor” as produções textuais e os audiovisuais onde os seguintes temas são tratados: práticas de ensino sobre elementos culturais indígenas (nº 12), música indígena (nº 24) e, cultivo, preparação e uso de plantas medicinais (nº 27). Há textos que buscam desmistificar a imagem do indígena brasileiro que, ainda neste século, é mostrada em livros didáticos na forma de narrativas romantizadas, ideológicas e, por vezes, descontextualizadas. A cultura indígena, quando referida em livros didáticos, em textos ou ilustrações é tratada, de modo estereotipado, e em situação de inferioridade em relação a cultura dominante.

O material didático produzido pelos Administradores indígenas do Portal Índio Educa é criado com o objetivo explícito de reconstruir socialmente a imagem indígena. Nas múltiplas interações, reforçam a identidade indígena (LIMA; VIEIRA, 2012) e recriam a sua imagem

(GALLOIS; CARELLI, 2010). De acordo com Silva e Cavalcanti (2009, p. 02), geram possibilidades de “reinventarem a si próprios e a sua cultura”.

Os conteúdos, textos e vídeos estão acessíveis e são recomendados para as escolas indígenas, mas também são indicados para atividades em espaços educacionais não indígenas. Nessa direção, a disseminação do conhecimento indígena acontece também no uso que os professores indígenas e não indígenas fazem dos conteúdos em seus espaços de ensino (especificidades desta questão serão apresentadas na seção 5.3.4).

A disseminação do conhecimento, como sentido de “troca” e de “intercâmbio”, também ocorre no espaço interativo, disponível no Portal. Lá é possível ver vários comentários e perguntas (de utilizadores) que são respondidas pelos administradores de conteúdo e gestores do Portal. Percebe-se que, no imaginário popular, o indígena ainda é retratado de forma dicotômica, como “aquele que é naturalmente puro e selvagem” e que habita a mata, e, “aquele que não é mais índio”, pois usa roupas, aparelhos eletrônicos e fala a língua dos brancos. Pode-se dizer, portanto, que ao refletir, dialogar e promover novas significações e conceitos sobre a cultura indígena e suas principais questões, os conteúdos transformam-se em objetos de disseminação do conhecimento. Esta questão está de acordo com a visão de Carvalho *et al.* (2006), quando dizem que os debates geram a externalização do conhecimento e dessa forma, a articulação do “conhecimento tácito” em conceitos explícitos.

Nos conteúdos analisados do cibermeio Vídeo nas Aldeias, ganha força a importância para o uso de equipamentos (particularmente as filmadoras) em produções audiovisuais em que os indígenas produtores buscam, entre outras questões, registrar a sua cultura. Ao analisar os audiovisuais, veem-se conteúdos que registram celebrações e rituais (n^{os} 44, 47, 61); confecção de tecelagem (n^o 46); universo espiritual dos Mbya-Guarany (n^o 41)⁹⁹ e manejo agroflorestal (n^o 60). As ações de registro de seus saberes e práticas são estendidas para outras comunidades e aldeias e, desse modo, formam-se redes onde cresce o volume de registros, ao passo que há novos sujeitos interessados no

⁹⁹ Segundo informações disponíveis no *site* Vídeo nas Aldeias, o filme recebeu o prêmio Cora Coralina no XIII FICA, Festival Internacional de Cinema Ambiental em Goiás, 2001.

domínio das tecnologias e assim, demonstram sua capacidade no uso e na criação de conhecimento (AGUILAR, 2012).

A disseminação do conhecimento indígena na circulação dos audiovisuais em festivais e eventos no Brasil e exterior é outra questão a ser registrada. A análise revelou conteúdos que mostram a relação entre o passado e o presente através de mitos Kuikuro (nº 51)¹⁰⁰; manifesto das mulheres Kisêdjê “contra o desmatamento das florestas e a poluição dos rios” para o evento Rio+20 (nº 53)¹⁰¹; o comportamento dos indígenas na aldeia Kuikuro durante o eclipse da lua (nº 63)¹⁰²; o dia a dia nas aldeias Waimiri e Atroari na Amazônia (nº 64), e o relato de quatro crianças Ikpeng sobre seu cotidiano na aldeia (nº 66). O audiovisual é uma resposta a um vídeo recebido de crianças de Sierra Maestra, em Cuba.

Esse acervo documental representa não somente o registro de seus conhecimentos, mas, sobretudo, meios de interação (trocas, intercâmbios, ações conscientes) e diálogos entre sujeitos e culturas. Os registros audiovisuais não são fenômenos que geram ações isoladas; constituem-se esforços coletivos, mediados por grupos indígenas e não indígenas.

Entre as práticas que podem promover a disseminação do conhecimento indígena identificadas a partir das análises dos cibermeios e conteúdos, podem-se destacar:

¹⁰⁰ De acordo com o *site* Vídeo nas Aldeias, o filme recebeu os seguintes prêmios: Menção honrosa da III MoVA Caparaó, no Espírito Santo, em 2006; Prêmio Manuel Diégues Júnior, no Museu del Folclore, na concepção – realização-; e menção honrosa média concedida pela ABDeC, na 10ª Mostra Internacional do Filme Etnográfico em 2006; Prêmio Especial do Júri, Festival Internacional de Curtas do Rio de Janeiro – CURTA CINEMA, em 2006; melhor curta metragem no Festival Présence Autochtone de terres em Vue Montréal, no Canadá, em 2007.

¹⁰¹ Ainda de acordo com o *site* Vídeo nas Aldeias, o audiovisual recebeu o prêmio de melhor filme do ForumDoc, em Belo Horizonte, em 2008.

¹⁰² Informações extraídas do *site* Vídeo nas Aldeias registram que o audiovisual recebeu o prêmio de melhor filme na mostra competitiva nacional do Forumdoc.bh.2003 – 7º Festival de Filme Documentário e Etnográfico de Belo Horizonte, em 2003, além de Menção Especial na 9ª Mostra Internacional do Filme Etnográfico, no Rio de Janeiro, em 2003.

- a) Dentro da comunidade ou aldeia: Tradicionalmente pela forma oral e pelo fazer contínuo de atividades que incluem as práticas de seus referenciais culturais. Produção de artefatos, plantio e colheita de alimentos, cultivo de plantas, festas, rituais de cura e proteção, etc., mantendo modos próprios de organização social e sobrevivência mítica cultural;
- b) No intercâmbio com os parentes indígenas, e de outras etnias, residentes em diferentes regiões do país e na relação com não indígenas: ao estabelecer trocas culturais (e de conhecimento), ao absorver aspectos da cultura não indígena, em visitas, festas comemorativas, nas universidades;
- c) Na educação formal: em atividades nas escolas indígenas e não indígenas;
- d) Em eventos específicos que geram novos conhecimentos no campo da criação de conhecimento: captação da imagem e de áudio, capacitação e formação para o uso dos equipamentos na produção e edição de conteúdos de textos e audiovisuais;
- e) Na Internet: por meio de *sites* de associações e/ou instituições indígenas, *blogs* indígenas, nas redes sociais.

Há, entre os cibermeios, variações na identificação de canais ou meios que possam promover a disseminação de seus conhecimentos, identificadas, vale salientar, na análise dos cibermeios, nos conteúdos de audiovisuais de texto, bem como nas entrevistas.

Os Realizadores do Vídeo nas Aldeias desenvolvem ações de produções audiovisuais em comunidades e aldeias indígenas. Participam de capacitação para o uso das tecnologias em oficinas promovidas pelo cibermeio e, em outros locais, por iniciativa própria. São incentivados a participar de eventos nacionais e internacionais, nos quais as suas produções audiovisuais mediam diálogos interculturais. O cibermeio tem, em suas ações, desenvolvido e apoiado a produção de materiais que tratam da cultura indígena, tendo, inclusive, participado de um projeto em que os materiais foram distribuídos para alunos do ensino fundamental e médio, em escolas de algumas regiões do país.

No Portal Índio Educa, as produções didáticas de textos e de audiovisuais, indicadas para processos de ensino e aprendizagem na

educação indígena e não indígena, revelam-se meios que promovem a reflexão e o debate de temas que desejam disseminar. Outro canal de disseminação identificado é o espaço destinado para interação com as pessoas que acessam os conteúdos e desejam fazer algum questionamento, comentário ou sugestão. A gestão do cibermeio faz as mediações, respondendo as postagens e, se for o caso, indicando novas fontes de consultas e pesquisa. Entre os canais de disseminação similares aos dois cibermeios estão as ações desenvolvidas no cotidiano de comunidades e aldeias, os intercâmbios virtuais gerados pela divulgação e disponibilização dos conteúdos na Internet e as trocas entre diferentes grupos, em espaços formais e informais.

O Quadro 17 apresenta meios de disseminação do conhecimento tradicional indígena, segundo a análise realizada.

Quadro 17 – Meios de disseminação do conhecimento tradicional indígena nos cibermeios Vídeo nas Aldeias e Índio Educa



Fonte: criação da autora.

5.3.2 – Categoria Preservação do Conhecimento

Na visão deste trabalho, a “preservação do conhecimento” é vista como um conjunto de ações necessárias para salvaguardar, recuperar ou ainda impedir a perda de tipos de conhecimentos que, ao longo do tempo, constituíram-se como meios de sobrevivência e de identificação de determinado grupo social e que, reconhecidamente, possuem valor cultural, histórico e/ou, ainda, econômico.

Aspectos que norteiam a questão da perda ou modificação do conhecimento tradicional são referenciados por diferentes autores, entre eles, Diegues *et al.* (2000), Canclini (2003), Zhihong (2003) e UNESCO (2004). Já as pesquisas de Ngulube (2002), Anunchiracheeva *et al.* (2003), Stevens (2008), Freitas e Mattos (2009), Hirunsalee e Kanegae (2010), Lwoga (2011), Zukowski *et al.* (2011), Lodhi e Mikulecki (2011), Njiraine e Le Roux (2011) e Silvano e Begossi (2012) discutem e propõem meios e métodos de preservação do conhecimento tradicional.

O conhecimento tradicional ou local é ancorado firmemente na experiência do lugar, e, como tal, tende a lidar com coisas particulares, segundo Failing *et al.* (2007). O lugar primordial de referência do saber indígena é a comunidade (SANTANA, 2009, p.48-49). Contudo, exclui-se a visão do conhecimento tradicional indígena como algo “inflexível”, “estático” ou “fixo”, comprometido ou preso a determinado local, período ou época (DIEGUES, 2000; DIEGUES; ARRUDA, 2001; SÁEZ, 2001; GERMAN-CASTELLI, 2002,2004; ALBAGLI, 2005).

Estudos mostram que populações tradicionais e indígenas passam por um processo irreversível de mudanças, oscilando entre a continuidade de seus modos peculiares de vida (resistência) e a assimilação de novos hábitos, incluindo a aproximação e domínio das tecnologias e Internet (SILVA; CAVALCANTE, 2009; GALLOIS, CARELLI, 2010; AGUILAR, 2012). Nesta dinâmica, elementos culturais tradicionais estão sendo reelaborados, de acordo com as suas demandas sociais e econômicas atuais, os quais refletem, entre outras questões, necessidade e desejo de dar visibilidade aos seus conteúdos simbólicos e suas identidades étnicas (BUCCHIONI, 2009). A etnogênese, processo em que os próprios grupos recriam sua existência (GRÜNEWALD, 2008), dando continuidade a aspectos singulares de sua cultura, está presente nas comunidades ou aldeias próximas à

urbanidade, ou, ainda, naquelas em que há indivíduos que circulam por contextos não indígenas, cujos novos hábitos reverberam em seu grupo mais próximo.

Os elementos extraídos na análise dos conteúdos “continuidade dos fazeres tradicionais e modos de sobrevivência” e “valorização e afirmação da identidade indígena” são temas, na visão deste trabalho, que se complementam, pois “a produção de objetos culturais é indissociável da produção de sujeitos sociais”, diz Gallois (2007, p. 99).

A partir da compreensão sobre a importância de gerar conteúdos e ações que contribuam para desmistificar a figura do indígena construída pela história e ampliar, ou ainda esclarecer, informações de senso comum, as produções de autoria indígena buscam em textos curtos, didáticos, recontar a história e, nesse curso, promover meios de preservação e valorização de conhecimentos, da memória e identidade cultural. “A interação dos índios com a linguagem cinematográfica resulta em conteúdos enunciativos de identificações étnicas, portanto, em práticas de significação em constante transformação” (PEREIRA, 2012, p.52).

Segundo Colaço (2013), filmar os próprios rituais significa, para povos indígenas brasileiros, reativá-los, difundi-los, interpretá-los. O intercâmbio intercultural, “além de outros benefícios, pode gerar o reforço da identidade cultural das comunidades isoladas, através da divulgação das suas culturas e a conseqüente valorização das suas particularidades diante das diferenças” (p.104-105). Preservação, nesta visão possui o tem sentido de “guardar a tradição” e mostrar para as futuras gerações.

Marcas de tais intencionalidades são identificadas, entre os materiais do Portal Índio Educa, em conteúdos que ensinam o preparo da bebida macuxi (nº 07); manuseio do barro e modelagem da cerâmica Terena (nº 21); extração da madeira para confecção de arcos e lanças (nº 35); registros dos cantos sagrados através de desenhos (nº 36) e os conteúdos de autoria de Naine Terena (nºs 30, 31 e 33), que trazem relatos da importância da continuidade de modos de representação e preservação da cultura Terena. Nos conteúdos do Vídeo nas Aldeias, a preservação do conhecimento indígena esta contemplada em registros de práticas de ensino sobre o uso e cuidado com rio e mata passados de pai para filhos na aldeia Ashaninka (nº 39); registros do universo mítico (nºs

43¹⁰³; 67; 69); grafismo tradicional indígena (nº 45); projeto de manejo agroflorestal realizado por indígenas no Estado do Acre (nº 62), e ritual de iniciação dos jovens Xavantes (nº 68)¹⁰⁴.

Nota-se, nos conteúdos do Portal Índio Educa, grande empenho em propor espaços de diálogos e de reflexões, que possam agir de modo à “reconstrução” da imagem indígena (conforme destacado no item 5.3.1). Algumas questões são problematizadas. Pode ser um momento para “reafirmar a identidade étnica e territorial” indígena? (nº 10) ou desmistificar a “imagem pejorativa de índio” (nº 06) e a visão do indígena divulgada em ilustrações ou desenhos de materiais distribuídos nas escolas? (nº 16). O audiovisual “Diários Visuais – Terena” (nº 29), também reflete as questões apontadas.

A questão da valorização e afirmação da identidade passa ainda pela preocupação com as crianças e jovens indígenas. Historicamente, no lastro de grandes períodos de perseguição, catequização, escravidão e consequente discriminação, muitos indígenas passaram a esconder a sua identidade e ao desvincularem-se de referenciais de origem, pouco a pouco perderam o sentimento de pertencimento. Situações de discriminação e desvalorização são constantes e agem na negação à sua identidade cultural. No texto “Índio; do esteriótipo¹⁰⁵ ao preconceito” (nº 03), disponível no Portal Índio Educa, Alex Makuxi narra sua surpresa, ao perguntar para uma turma da escola indígena, quais deles eram índios, e não ouve nenhuma resposta afirmativa. Inconformado, Alex repetiu a pergunta individualmente e o resultado foi o mesmo. Nenhuma criança indígena se reconheceu (naquele momento) como tal.

O fato de que essas crianças se recusaram a se autodenominarem índio não é por outro motivo se

¹⁰³ Segundo informações coletadas no cibermeio Vídeo nas Aldeias, o filme recebeu prêmio de melhor curta metragem, Mostra Municípios no 11º Goiânia Mostra Curtas, em Goiás, 2011.

¹⁰⁴ Conforme o *site* Vídeo nas Aldeias, o filme recebeu as seguintes premiações: Troféu Jangada, prêmio da Organização Católica Internacional de Cinema (OCIC) na 6ª Mostra Internacional do Filme Etnográfico, realizada no Rio de Janeiro, em 1999; Prêmio Manuel Diégues Júnior, na 6ª Mostra Internacional do Filme Etnográfico, Rio de Janeiro, em 1999; Prêmio no X International Festival of Ethnographical Films, Nuoro, Itália, em 2000; Gran Prêmio Anaconda, na Bolívia, em 2000; Prêmio do 1º Festival de Filme Etnográfico da Sardenha, em 2000.

¹⁰⁵ Mantido como originalmente escrito.

não o estereótipo causado pelo uso frequente da imagem distorcida dos índios nos grandes meios de comunicação, assim como também nos livros didáticos circulados dentro das escolas indígenas. (Alex Makuxi).

Ainda, segundo Alex Makuxi, “a identidade indígena está nos traços natos, nos ideais, na natureza, está no dia a dia, está com cada um cidadão que faz parte dessa imensa família chamada indígena” (“Índio quer se conectar e entrar na rede”, postado no Portal Índio Educa em 28 de junho de 2012).

Seguindo nessa direção, no texto “Você é indígena” (nº 08), Aracy Tupinambá narra como ocorreu o seu processo de identificação indígena e autorreconhecimento durante a fase da infância e adolescência. “Naquela época, eu não entendia muito bem porque as pessoas sempre ficavam surpresas com essa informação, de ser indígena, mestiça ou não”.

Nos estudos culturais, o viés construtivista (CANCLINI, 2005), ou ainda o enfoque essencialista de Stuart Hall (1996), indicam que a identidade cultural é “um processo dinâmico, em via de reconstrução, de reelaboração, definindo-se a partir de relações e interações múltiplas”, diz Grünewald (2008, p. 25). A questão da identidade adquire sentido e significado a partir de sistemas culturais específicos, gerados nas dinâmicas culturais em curso, ou seja, no contexto da modernidade e da globalização (ESCOSTEGUY, 2001). Ao realizarem estudos sobre a identidade do índio a partir dos cibermeios indígenas, Lima e Vieira (2012, p. 03) trabalham com a hipótese de que,

Os índios reforçam a sua identidade na internet motivados principalmente pelo ativismo como projeto político relevante na divulgação e na ocupação de espaços para além das aldeias, como também de revitalização, reinvenção de sua identidade étnica.

German-Castelli (2004) cita que, para os povos indígenas, marcar uma identidade única pode significar garantias de seus direitos como “povos”. Em outra visão, o protagonismo indígena, segundo Colaço e Sparemberger (2010, p.212), gera um “mecanismo de

libertação e independência” junto às comunidades indígenas e à sociedade em geral. Ademais, para Tavares (2012, p.91), o protagonismo indígena representa “o início de uma mudança histórica na articulação dos povos indígenas enquanto atores sociais independentes”.

O protagonismo é exercido, mais recentemente, por lideranças indígenas com formação universitária. Os indígenas universitários constituem-se, a seu modo, agentes mediadores e novos circuitos de informação e conhecimento para seu povo. “Forma-se assim uma geração de intelectuais indígenas, socialmente legitimados para a recriação da história e interpretação contínua de aspectos da tradição” (MONTE, 2002, p.103). Os “intelectuais indígenas”, segundo Bergamaschi (2014) se revelam em seu protagonismo em lutas contra a discriminação e o preconceito, pelo reconhecimento, valorização e necessidade de preservação de seus conhecimentos, pela garantia de acesso aos seus direitos políticos e sociais.

5.3.3 – Categoria Uso das Mídias e Internet

Conforme reflexões apresentadas nas laudas iniciais deste trabalho, a literatura que trata dos conceitos da expressão “Mídia do Conhecimento” reconhece-na como um campo de múltiplas possibilidades de comunicação entre seres humanos e aparelhos tecnológicos e o conhecimento. Santos e Souza (2010, p.270) citam que “o registro de informações permite que mídias perenes possam exercer, parcialmente, os papéis de fonte e de transmissor de informações, de forma que o processo de comunicação possa ocorrer sem a presença da fonte de informação original.”

Vale registrar, o campo “Mídia do Conhecimento” está alinhado aos conceitos do campo “Gestão do Conhecimento” (SANTOS; RODRIGUES, 1999; ABDEL-MONEIN, 2002; SANTOS; SOUZA, 2010; SOUSA; RODRIGUES, 2011). Entende-se, desse modo, que as mídias atuais possuem propriedades para capturar, sistematizar, criar, produzir, armazenar e distribuir conteúdos em diferentes formatos.

Pesquisas que investigam o uso das mídias e da Internet na dimensão cultural e social do indivíduo evidenciam novos modos de relação entre seres humanos e a tecnologia, que, por sua vez, ampliam

os espaços de interação, colaboração e criação de conhecimento (LÉVY, 1993, 1999; SANTAELLA, 2003, 2007, 2009; LEMOS, 2009a, 2009b, 2010; RUDIGER, 2011).

Especialmente em comunidades indígenas, as mídias e a Internet têm sido usadas por diversas explicações, mas conforme Pereira (2012, p.46), a principal parece estar “na capacidade expressiva das imagens de englobar o fundamental da comunicação indígena: a oralidade e a corporalidade.” As tecnologias e a Internet, de acordo com Aguilar (2012), servem como apoio para a prática de suas expressões e reforço da identidade.

De fato, como explicam Tavares (2013) e Figueiredo (2014), a apropriação e uso das tecnologias e da Internet significa um meio de fortalecimento de sua atuação frente à sociedade não indígena e, conforme Lima e Vieira (2012), de seus direitos. Ainda para Gallois e Carelli (2010, p.03), as novas modalidades de representação que envolvem a reconstrução de sua autoimagem envolve ainda “um processo seletivo de particularidades culturais, que cada povo realiza em função de sua experiência e de seus interesses no contato.” Como bem registra Canevacci (2013, p.264), “documentar a própria cultura através do digital é o desafio de hoje que envolve as culturas “indígenas” (e muitas culturas metropolitanas)”.

Kleber, índio Bororo, biólogo e produtor de vídeos, faz o seguinte depoimento:

Sempre me apaixonou filmar. Mas o problema não é este. O problema é que nós Bororos temos que nos aproximar das nossas histórias. Não podem mais ser só antropólogos e missionários que nos relatam (...) e então eu comecei a filmar porque quero mostrar a importância e a autonomia da nossa cultura, sem que seja modificada por intervenção externa (...) e o meu instrumento fundamental é este. (CANEVACCI, 2012, p.46).

Ao analisar os conteúdos dos cibermeios Índio Educa e do Vídeo nas Aldeias, a partir da lente e dos preceitos da área da “Mídia do Conhecimento”, identificaram-se os seguintes temas com maior evidência: uso das mídias digitais e Internet como “meios de

comunicação e interação, formação e profissionalização” e para “registro e documentação (guarda) do conhecimento indígena”.

Como sujeitos protagonistas do uso de mídias, têm-se duas categorias: os ‘Realizadores Indígenas’ (Vídeo nas Aldeias) e os ‘Administradores Indígenas’ (Índio Educa). Ao incursionar por suas produções, objetiva-se compreender as principais motivações para o uso de equipamentos (gravadores, filmadoras, máquinas fotográficas, celulares, etc.) e a Internet, estendendo o olhar para a destinação dos conteúdos produzidos.

No caso do estudo em questão, as mídias digitais estão no centro de um processo que podemos indicar como “quebra de paradigma”. A reinvenção das narrativas (SILVA; CAVALCANTI, 2009), processo desencadeado pelo crescente uso das tecnologias por grupos indígenas, pode ser vista como uma experiência eficiente de reativar e difundir saberes em via de erosão ou perda, fato evidenciado pelo crescente número de vídeos produzidos e compartilhados em redes sociais e no YouTube. Ressalta-se que no formato digital os conteúdos indígenas podem ser lidos por diferentes pessoas, de diferentes línguas e culturas e as narrativas tornam-se fluidas, possibilitam interação entre diferentes sujeitos, além de novos discursos sobre elas. Este processo reflete o que Lemos (2009a) define como desterritorialização, pois, segundo o autor, a cibercultura dá condições e oportunidade para que as pessoas produzam e possam compartilhar coisas.

A atual fase pós-industrial e a aceleração das culturas digitais, na verdade, incluem outras ‘divisões’ entre sujeitos pertencentes as culturas e experiências diversas (...) a divisão entre quem ‘comunica’ e quem ‘é comunicado’, entre quem tem historicamente o poder de narrar e quem está apenas na condição de ser narrado. Tornou-se insuficiente até a clássica vocação da antropologia de ‘colher o ponto de vista nativo’. (CANEVACCI, 2012, p.69).

As transformações geradas nas vias televisivas (tv a cabo, antena parabólica), a partir dos anos de 1990, representam a possibilidade de uma comunicação abrangente, gerando expectativas para diferentes segmentos da sociedade brasileira, inclusive povos indígenas, que, apesar das dificuldades e limitações de acesso, por meio

da Internet, sem tutores ou porta-vozes, passam a se manifestar publicamente. Tendo como agente mediador as tecnologias, promovem “a apropriação e manipulação de sua imagem”, dizem Gallois e Carelli (1995, p. 62).

Na experiência indígena com as mídias, segundo Bucchioni (2009, p. 13), “o conceito de comunicação transcende sua visão instrumental de modo a estabelecer um sentimento de partilha.” Então, para Canevacci (2012, p.69), rompem-se as barreiras entre “quem representa e quem é representado, entre quem filma e quem é filmado, quem narra e quem é narrado, quem enquadra e quem é enquadrado.”

O projeto Vídeo nas Aldeias, de acordo com Gallois e Carelli (1995, p.62), foi “concebido como um programa de intervenção direta, parte da premissa de que as identidades indígenas são, hoje, mais disseminadas que exclusivas, construídas a partir de tradições fragmentadas” e de influências culturais. Para os autores, a importância do autorreconhecimento e da possibilidade de constituir-se como um povo autônomo coloca o projeto como uma contribuição, propiciando aos povos indígenas a oportunidade de “um diálogo adaptado às suas formas de transmissão cultural” (Ibidem, p.62). E, “aos poucos o projeto transformou-se em uma escola de cinema para índios”, salienta Araujo (2010, p.10).

Segundo estudos de Pereira (2012, p.18), “organizações e sujeitos indígenas atuam e reelaboram discursos sobre si, condizentes (...) com a participação de indígenas enquanto usuários e produtores de conteúdo de informação.” Tem-se, desse modo, a ascensão de sujeitos como protagonistas de sua história e no exercício da autoria, e, conforme Monte (2004), também a luta por seus direitos ganha expressividade e, por meio dela, ampliam-se formas de comunicação e de relação com “os outros”, na “definição de seus projetos presentes e futuros”.

Na perspectiva de perceber o indígena que atua como protagonista, revisita-se a expressão “intelectual indígena”, que, segundo Bergamaschi (2014), representa um agente mediador.

Aquele que conjuga a formação acadêmica, que se apropria da escrita e das metodologias consagradas no meio acadêmico, mas que igualmente (e em primeiro lugar) é formado na oralidade e na perspectiva da tradição de seu povo, atuando como um diplomata, um mediador

entre dois mundos de saberes: o indígena e o não indígena. (BERGAMASCHI, 2014, p.16).

Em relação aos conteúdos constantes do Portal Índio Educa, há entre os temas apresentados reflexões sobre a problemática da inclusão de povos indígenas na cultura técnica e tecnológica da sociedade não indígena (n^os 05; 14; 25). Nos audiovisuais do Vídeo nas Aldeias destaca-se de forma expressiva a importância que o Realizador indígena dá as mídias, em especial a possibilidade da criação e registro de imagens e sons (n^os 37, 49, 52, 55¹⁰⁶, 56, 57¹⁰⁷ e 58); o uso das mídias para refletir sobre o processo de colonização (n^o 38), e registro em CD e livro dos cantos de miração do povo Kunikui (50¹⁰⁸); os audiovisuais (n^o 59¹⁰⁹ e 65) revelam o cotidiano atual de indígenas Kaxinawá e Ashaninka.

A possibilidade de aproximação pela rede com seus “parentes” e de não indígenas de diferentes partes do mundo constitui para povos indígenas brasileiros meios de contato, de expressão e desse modo, “na difícil e conflituosa relação entre o “eu” e um “outro” (...) se controem e reconstroem identidades”, cita Bucchioni (2009, p.13). Franchetto (2007, p.28) registrou em sua pesquisa o crescimento sistemático da

¹⁰⁶ Segundo dados do *site* Vídeo nas Aldeias o vídeo foi selecionado entre os 10 filmes preferidos do público no Festival Internacional de Curtas de São Paulo e Prêmio da TV SESC para difusão no canal no Festival internacional de Curtas de São Paulo em 2008. Melhor documentário internacional no V Festival Internacional de Cortometrajes de Cusco (FENACO), Peru, em 2008. Prêmio Porta-Curtas da Petrobrás, Festival Janela Internacional de Cinema de Recife em 2008. Prêmio Manuel Diegues Júnior (Museu do Folclore) categoria Concepção e Realização. Mostra Etnográfica do Rio de Janeiro em 2008. Melhor curta da Mostra competitiva do Festival Cine Gate’s, Brasília, em 2008. Melhor roteiro do Curta-Canoa, em Canoa Quebrada, Ceará, em 2008.

¹⁰⁷ Prêmio Retrato da Periferia e prêmio dos Melhores Filmes, no Visões periféricas no Rio de Janeiro em 2007 e Troféu Icumam de melhor filme da Curta Mostra Municípios da 7^a edição do Goiânia Mostra Curtas, em 2007.

¹⁰⁸ De acordo com o *site* Vídeo nas Aldeias o vídeo Prêmio Retrato de Periferia e menção honrosa da ABDeC, Visões Periféricas, Rio de Janeiro, em 2007. Prêmio TV Cultura de Adquisições de Curta metragem, seção Formação do olhar em São Paulo, 2007.

¹⁰⁹ Segundo dados do *site* Vídeo nas Aldeias o vídeo recebeu o prêmio Tatu de Prata, prêmio Revelação na XXXIII Jornada Internacional de Cinema da Bahia em 2006. Melhor Filme no Forumdoc. BH, em 2006.

experiência dos realizadores indígenas, pois estão, segundo ela, “sendo requisitados por outras associações indígenas e por conhecidos documentaristas brancos”. Ainda de acordo com a autora, “o problema será, talvez, mantê-los ligados às propostas de sua comunidade, cuja realização necessita de anos de empenho e envolvimento”.

A seção 5.3.1 deste trabalho expôs que os conteúdos produzidos pelos jovens indígenas do Portal Índio Educa, destacam-se pelo empenho em disseminar novos conhecimentos em espaços de reflexão, que buscam desconstruir a imagem indígena socialmente construída. Aliados a essa questão, os conteúdos se transformam em veículos de comunicação entre populações indígenas e não indígenas. Em outra direção, as mídias sociais, ou redes sociais (*Facebook, Whatsapp, Twitter, YouTube*, etc) são vistos como espaços que potencializam o exercício da livre comunicação, oportunizam a expressão de opinião individual, a mobilização coletiva e a denúncia, como um poderoso canal de divulgação de múltiplas e variadas informações. Como bem pontuado por Pinto (2009a), ao mesmo tempo em que as tecnologias possuem potencial para ajudar na democratização e acesso a outros recursos como educação, fortalecimento político social, conhecimento entre povos, o uso consumista das tecnologias de informação e da Internet pode levar a uniformização hegemônica das identidades.

A mídia (...), não é apenas um suporte tecnológico, mas uma instituição responsável por criar uma lógica no mundo, muitas vezes, não muito clara, mas que exerce sentido na vida humana, pois influencia as relações sociais ou até cria novas formas de sociabilidade. (COSTA, 2010, p.06).

Em outro sentido, segundo Recuero (2009, p.10), “a Internet permite que essas informações permaneçam no ciberespaço, proporcionando que as redes não apenas difundam, mas igualmente discutam essas informações”, pois como diz Mota (2010, p.39), “a Internet surge como um mosaico de oportunidade para a ética civil e para os direitos humanos.”

No capítulo que apresenta as reflexões sobre a necessidade e a importância da gestão do conhecimento tradicional, a etapa de armazenamento do conhecimento inclui entre outras funções, a seleção

do que será armazenado, sua organização e a estruturação de diretórios facilmente acessíveis (FOLKENS; SPILIOPOULOU, 2004; WANG; AHMED, 2005). No início dessa seção foram mencionadas as qualidades das mídias atuais para o armazenamento dos diferentes tipos de conteúdos digitais. Probst *et al.* (2002) apontam para os aspectos de acessibilidade aos conteúdos guardados. Folkens e Spiliopoulou (2004) salientam os cuidados para que o conhecimento, ainda que armazenado, não se perca. Isso inclui não apenas a sua “guarda”, mas a seleção “do quê”, “como” será armazenado e posterior acesso.

Na aproximação com as mídias digitais e a Internet, as ações indígenas não estão limitadas a aprender e usar a tecnologia, trata-se, pois, de um processo que os mobiliza de forma global, envolvendo as dimensões perceptivas, interpretativas e expressivas do seu universo. Ressalta-se que o correto armazenamento de dados, informações e conhecimentos referentes ao universo tradicional indígena oportuniza torná-los acessíveis a outras culturas, para novas gerações e uma permanente e rica fonte para novos estudos.

5.3.4 – Categoria Educação Indígena

Ao analisar os conteúdos do Portal Índio Educa, depara-se com um conjunto de materiais direcionados para reflexões sobre a educação escolar indígena. A expressividade no número de conteúdos e claras intencionalidades, caracterizadas por seus temas, leva-nos a reflexões sobre a questão, tendo como respaldo a visão de autores que pesquisam a temática.

A proposta de um currículo escolar diferenciado e a formação de professores capacitados e com competências para a educação escolar indígena são os assuntos tratados pelos textos e audiovisuais analisados. Neles estão explicitados os principais conflitos que envolvem estudos sobre populações indígenas. Os títulos “O índio, os livros didáticos e o senso comum” (nº 01); “O que (não) fazer no dia do índio” (nº 02); “Mês indígena” (nº 11); “Será que estou lecionando discriminação?” (nº 13); “A invisibilidade antes da Lei 11.645” (nº 15); “Educação indígena e educação escolar indígena” (nº 17); “Ajudando o professor” (nº 19); “Educação indígena Tumbalalá (nº 23) e “Arupãb kijetxawê txihihã” (nº 26) contribuem para processos de ensino e aprendizagem,

promovendo ações que visam debates sobre a história contada pelos livros didáticos. “Que nossos professores tenham a chance de ensinar aos seus alunos a história atual dos indígenas (...), sem ter de usar imagens ultrapassadas que fazem as crianças se decepcionarem ao nos encontrar” (A invisibilidade antes da lei 11.645. Texto de Alex Macuxi).

Monte (2001) cita que nas escolas diferenciadas há o empenho pela recuperação das memórias históricas e afirmação de suas identidades étnicas. “No entanto, para que isso ocorra, os índios necessitam entender a cultura do outro – notadamente do homem ‘branco’ – ‘civilizado’ – por meio de um ensino que sirva para que os mesmos se afirmem como tais (p.50).” Essa visão é compartilhada por Silva e Cavalcanti (2009). Em sua experiência com a educação indígena, Nascimento (2004) diz que, ainda que esses grupos estabeleçam relações com conceitos científicos, e que sustentem conhecimentos acerca do mundo, valorizam como exemplo os fenômenos da natureza, lidos e interpretados segundo sua tradição.

Em termos legais, em fins dos anos de 1980, a Nova Constituição Federal reconhece o direito das comunidades tradicionais quanto às formas de organização social, usos e costumes tradicionais e o direito à educação específica e diferenciada. Os movimentos indígenas, de modo articulado, provocaram uma mudança que abriu caminho nas décadas que se seguiram para importantes premissas relativas à educação indígena, moderadas pelos conceitos de interculturalidade (BRASIL, 1994).

Em 1993, o Ministério de Educação, através das Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, estabelece os parâmetros para a atuação das diversas agências governamentais e lança, em 1998, o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI). Em 1999, a Resolução nº 3, do Conselho Nacional de Educação estabelece diretrizes para o funcionamento das escolas indígenas brasileiras, “reconhecendo-lhes a condição de escolas com normas e ordenamento jurídico próprios” (BRASIL, 1999, Art. 1º).

A Lei 11.645 de 10 de março de 2008, modifica a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Em seu artigo 26-A, institui obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas escolas públicas e privadas, de ensino fundamental e médio, em todo território nacional. Institui, em seu parágrafo 1º, que:

O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008).

A partir da referida Lei, cresce a demanda por materiais didáticos. A respeito desta questão, Tavares (2013, p.153) cita “a defasagem do sistema educacional brasileiro com relação à abordagem dos povos indígenas motivou a criação do projeto *Índio Educa* (ÍNDIO EDUCA, on-line) que visa produzir material didático para preencher esta lacuna”. De acordo com Figueiredo (2014, p.131), um dos objetivos da produção de conteúdos é “minimizar os estereótipos ou preconceitos existentes na sociedade em relação aos Povos Originários.” Entretanto, de acordo com Nascimento (2004, p. 56), “no Brasil a questão da educação escolar indígena, embora venha passando há mais duas décadas por um processo de intensa reflexão e análise, é, ainda hoje, um tema longe de se aproximar de um estado de síntese”. Entre as dificuldades para a concretização da escola diferenciada para as comunidades indígenas, segundo a autora, estão:

(1) os entraves burocráticos do Estado; (2) a ausência de domínio conceitual das diversas categorias que sustentam o arcabouço teórico das mudanças; (3) o não-preparo dos profissionais em educação indígena (gestores e professores), aliado à ausência de um modelo de cultura escolar diferenciada; (4) a ausência de conhecimento do cotidiano das escolas indígenas. (NASCIMENTO, 2004, p.19).

Voltando aos cibermeios analisados, e aos seus conteúdos, a questão educacional é um tema também presente no escopo do projeto Vídeo nas Aldeias, que, desde os anos de 1990, em parceria com o Ministério da Educação, produz materiais didáticos. “Índios no Brasil”,

material destinado ao ensino fundamental, teve divulgação e implementação em atividades educativas via programa TV Escola¹¹⁰. Segundo Monte (2004)¹¹¹, no Vídeo nas Aldeias “os processos interculturais estão na origem e nos fins de sua produção audiovisual”.

A difusão de audiovisuais sobre a temática indígena nas línguas originais nas escolas das aldeias ajuda a concretizar o direito, reconhecido internacionalmente, a uma educação diferenciada com um currículo próprio. Para as indígenas, o acesso a este material é de importância fundamental para enfrentar a invasão cultural globalizante transmitida pela televisão, e da qual se tornam espectadoras passivas. (CARELLI *et al.*, 2003, p.45).

Em 2010, o livro “Cineastas Indígenas – um outro olhar. Guia para professores e alunos”, uma realização do Vídeo nas Aldeias e do projeto Cultura Viva, com parceria do ISA, apoio da Embaixada da Noruega e patrocínio do Programa Petrobrás Cultural, estende os estudos sobre a temática aos alunos do ensino médio.

Também em 2010, através do Edital nº 9, o Ministério da Educação (MEC) determinou às Universidades e Institutos Federais do Brasil a criação de grupos de educação tutorial em nível de graduação, exclusivos à formação de estudantes indígenas. Por meio desta política, constituiu-se uma proposta de institucionalização no que concerne à educação superior indígena brasileira.

Dezessete grupos de educação tutorial indígena foram constituídos em universidades e institutos federais nas cinco regiões do país. Em interface com distintas territorialidades, culturas e fronteiras de contato, estes grupos configuram novos espaços dialógicos de produção intelectual

¹¹⁰ A TV Escola é um canal de ensino a distância que promove a capacitação a professores da rede pública de ensino. Foram distribuídas 10.000 cópias da série “Índios no Brasil” para o sistema nacional de ensino. Os audiovisuais foram difundidos via satélite para cerca de 50.000 escolas/ano. (MONTE, 2004).

¹¹¹ Disponível: <http://www.videonasaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=9>
Acesso em 23 de abril de 2015.

indígena no cenário universitário, ainda pouco conhecidos. (FREITAS, 2015, p.09).

A presença indígena em meios universitários nas grandes cidades e capitais brasileiras é recente, mais ainda a implantação de um espaço universitário em uma aldeia¹¹². Também é recente a criação de meios legais de apoio e incentivo ao ingresso indígena em cursos universitários¹¹³. Segundo Bergamaschi (2014, p.17), os cursos mais procurados pelos indígenas são as licenciaturas interculturais, cursos nas áreas da saúde, direito, ciências da terra, que, segundo a autora, “dialogam diretamente com as políticas indigenistas.”

Existe, portanto, pouco empenho das universidades no sentido da formação de pesquisadores indígenas, pois isso exige não somente a aplicação de novas tecnologias, mas a apropriação e ressignificação tecnológica em termos de empoderamento de povos vulnerabilizados (MOURA, 2013, p. 586).

De acordo com Freitas (2015, p.10), as ações de pesquisa e extensão que os jovens indígenas protagonizam nos meios acadêmicos se estendem às suas comunidades e, numa dinâmica circular, envolve

¹¹² No dia 15 de setembro de 2015 foi inaugurada a primeira faculdade dentro da aldeia Porto Lindo, Município de Japorã (MS). São 40 indígenas ingressantes para o curso de Pedagogia na modalidade EAD, Polo da UAB (Universidade Aberta do Brasil). Disponível: <http://www.campograndenews.com.br>. Acesso em 16 de setembro de 2015.

¹¹³ A Lei de nº 12.711/2012, em seu Artigo 5º: “Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Segundo dados no sítio da FUNAI, o Programa Bolsa Permanência instituído pelo MEC através da Portaria nº 389, de 09 de maio de 2013, garante aos universitários indígenas ingressantes em instituições federais o valor de R\$ 900,00 (novecentos reais) mensais, durante o período letivo. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/educacao-escolar-indigena?start=6>. Acesso em 13 de setembro de 2015.

diferentes grupos de sujeitos e especialidades, “como pesquisadores, estudantes não indígenas, servidores técnico administrativos, mas também xamãs, lideranças e professores indígenas bilíngues”.

Como evidenciado, o conjunto de conteúdos têm se voltado à valorização e documentação de práticas cotidianas, incluindo rituais, cerimônias e intencionalidades educativas. Estas práticas são registradas pelos Realizadores/Administradores em suas aldeias ou comunidades, ou ainda em outros espaços, e dão sentido social, político e educativo ao uso das mídias. Forma-se, neste sentido, um acervo de registros de caráter histórico originalmente contextualizado, e que pode ser usado por diferentes atores e mediações. Cabe ainda registrar que não se trata somente de produção de novos conteúdos, mas de uma mobilização que age em vários aspectos da cultura indígena.

5.3.5 – Categoria Ativismo Indígena

Ao analisar os conteúdos do Portal Índio Educa e do *site* Vídeo nas Aldeias, evidenciam-se, em textos e audiovisuais, demonstrações conscientes de práticas de cidadania e ativismo. Desse modo, pode-se dizer que os cibermeios se configuram como espaços de empoderamento político e cultural, de disseminação de conteúdos que se revelam como manifestos que pretendem, em diálogo com a sociedade civil, denunciar o preconceito e a discriminação que sofrem, bem como buscar aliados na luta por direitos garantidos pela Constituição brasileira, entre eles, a terra.

Na visão de Lima e Vieira (2012, p.13), os cibermeios indígenas “se propõem a serem espaços onde muitas destas categorias de ativismo cibernético podem ser identificadas com facilidade, nas suas várias seções, bem como se configuram em espaços de construção de identidades e preservação de uma memória das tradições indígenas”.

A partir do exemplo do movimento Zapatista de Chiapas (MOTA, 2010; PEREIRA, 2012), guardadas as devidas proporções e diferenciações de contexto, pode-se dizer que povos indígenas brasileiros perceberam o “potencial da Internet em oferecer oportunidades para alcançar audiências muito especializadas, e poder ser usada como instrumento de mobilização” (MOTA, 2010, p.29). Desse modo, buscam estabelecer laços com a sociedade não indígena e

ganham aliados na criação de uma rede de mobilização virtual, recebendo estímulo e apoio de diferentes dimensões da sociedade. Neste sentido, no espaço Internet, surge a categoria “seguidores”, composta por indígenas e não indígenas que apoiam a causa, buscam compreender suas principais implicações na sociedade brasileira e colaboram, sobretudo, compartilhando e disseminando as notícias, textos e vídeos.

De acordo com Mota (2010, p. 31), “a combinação da Internet e do ciberativismo tem o potencial de conferir poder aos ativistas e às comunidades indígenas de provocar a erosão das fronteiras geográficas ao alcançar pessoas em todos os cantos do mundo”. Como um fenômeno da cibercultura, o ciberativismo, de acordo com Lemos (2003), nasceu e organizou-se na Internet, utilizando as arquiteturas de informação da rede, de modo a difundir informações, promover diálogo, ideias, ações e criando meios de participação.

Na medida em que o ativismo virtual dissemina aspectos da cultura e tradição, articuladas à questão da identidade, os indígenas buscam superar velhos rótulos, contradizem a imagem do “índio genérico e objeto do passado” (LIMA; VIEIRA, 2012, p.01), e “mostram-se agora visíveis em sua diversidade” (PEREIRA, 2012, p.96). Como agentes de mudanças, sobretudo, firmam sua resistência a uma sociedade que persiste em enquadrá-los a partir de um modelo, e, somado a isso, que não os reconhece como cidadãos.

Os índios não se recusam a ser “cidadãos brasileiros”. Tampouco estão alheios, por incapacidade cultural, às técnicas e conhecimentos que lhes permitam melhorar suas condições de vida, em acordo com padrões culturais e formas de organização social que eles não pretendem abandonar suas formas de apropriação, seletivas, de elementos culturais externos não têm, forçosamente, como resultado, a perda de identidade. Nossa civilização nem “desbota” nem representa uma escolha exclusiva. (GALLOIS; CARELLI, 2010, p. 02).

No Portal Índio Educa, os textos com os títulos: “Dia do índio: se comemora ou se indigna” (nº 04), “O tal descobrimento do Brasil” (nº 09), “19 de abril é dia do índio? Ou é mais um dia de vários outros dos povos indígenas?” (nº 18) e “Voto indígena para quem?” (nº 20),

expressam a importância de materiais que, de modo objetivo e questionador, contribuem para descaracterizar a imagem historicamente construída e reconhecer o lugar que indígenas ocupam - ou deveriam ocupar - na sociedade atual. “Uma das últimas bandeiras de lutas, que ainda permanece entre a população indígena, é ter ‘um índio no poder’. Sim! No poder legislativo (...). Cabe a nós povos indígenas e simpatizantes, articular, conscientizar nosso próprio povo, embora isso não seja uma tarefa muito fácil”, diz um trecho de autoria de Alex Makuxi. (“Voto indígena para quem?”, postado em 29/07/2014).

Os audiovisuais do Portal Índio Educa “Depoimento de Kanatyó Pataxó da aldeia Muã Mimatxi – Povo Pataxó-MG” (nº 22), “História dos Tumbalalás no sertão da Bahia” (nº 28), “Pataxó Hã Hã Hã e desenvolvimento rural” (nº 32) e “Terra tradicional guarani” (nº 34) trazem à tona a situação que vivem nas comunidades e aldeias, seus modos de sobrevivência e de resistência. Refletem as questões já destacadas, acrescentando, em seus conteúdos, a problemática luta pela terra e contra o desmatamento.

Os audiovisuais do *site* Vídeo nas Aldeias, “Desterro Guarani” (nº 42) e “Nós e a cidade” (nº 48), revelam as condições de algumas comunidades de povos indígenas Guarani Mbya da região Sul do país. As “Reservas”, comunidades que estão próximas a grandes centros urbanos e rodovias, ficam vulneráveis aos modos de vida adquiridos com a cultura não indígena. Além disso, não há floresta, não há rio, espaços que possibilitam o exercício da tradição e sobrevivência. Esses povos têm conseguido manter sua língua materna, mas o mesmo não acontece com outros referenciais culturais nativos. O estado de pobreza e de dependência com a cultura envolvente denuncia a negligência do Estado e a falta da real implementação de políticas públicas destinadas às suas principais necessidades. O preconceito que sofrem aumenta a violência na própria comunidade e fora dela.

Em seus manifestos divulgam que a garantia, por direito, de seus territórios tradicionais inclui a necessidade da criação de mecanismos que possam gerar autonomia e sustentabilidade, porque deles dependem a sobrevivência de seus povos. Neste contexto, o ciberativismo praticado pelos povos indígenas tem como importante elemento ações de resistência e valorização de seus sistemas culturais, espirituais e políticos. A comunicação digital permite-lhes desenvolver estratégias de atuação “originais”, onde buscam “direito à voz e acesso ao conhecimento” (PEREIRA, 2012, p.264).

Evidencia-se, pois, a distinção de uma “política indígena”, protagonizada na Internet, por denúncias de violência e preconceito que sofrem, pela exigência de que seus direitos, mas também, de articulação entre parentes e comunidades não indígenas, ou seja, as tecnologias estão no centro da mediação entre “vozes indígenas” e as “culturas hegemônicas” (ABDEL-MONEIM, 2002, p.44). Os indígenas manifestam-se dispostos ao diálogo e relação com as dimensões sociais não indígenas, demonstrando capacidade para o ativismo e protagonismo político cultural. Por suas características e especificidades, na interação com os espaços coletivos, hegemonicamente não indígenas, sobressai a expressão da sua diversidade.

Estas expressões identitárias implícitas nas suas primeiras manifestações ciber culturais, que por agora constituem o forte da maioria dos povos indígenas que conseguiram ter acesso a recursos tecnológicos, tem ido mudando de a pouco, com aquelas etnias, que começaram a fazer uso do ciberespaço um espaço etno-político ou via de expressão de outra opção política, em confluência ou não com a política “tradicional” representativa, para uma mais participativa (PINTO, 2009a, p.17).

Ao percorrerem o espaço Internet, os indígenas “saem” da dimensão “local”, transitam pela dimensão social não indígena e encontram no mundo virtual o espaço para amplificar vozes que repercutem seus anseios e conflitos locais. Tem-se, desse modo, uma circularidade comunicativa e informativa, em que a experiência com as mídias e a Internet resulta em novos modos de ser e estar no mundo, de autorrepresentação, de discursos e práticas sociais. Por fim, ressalta-se a visão de Abdel-Moneim (2002, p.44), sobre importância e necessidade da “construção de alianças através das fronteiras de etnia, gênero, classe da sociedade civil de maneira que possam promover o nascimento de instituições sociais e políticas mais democráticas e justas”.

5.4 – MATRIZ SWOT - FORTALEZAS/FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES/AMEAÇAS

A etapa de estudo e interpretação dos dados, através da utilização da Análise de Conteúdo, permitiu identificar questões de ordem contextual, apresentadas a partir da leitura e análise dos conteúdos (textos e audiovisuais) constantes no cibermeios analisados. Acrescenta-se a isso questões explicitadas nas entrevistas com gestores, produtores de conteúdos e utilizadores dos cibermeios. A soma destes elementos permite uma avaliação mais aprofundada da realidade estudada. Tal avaliação foi procedida por um exercício de aplicação do método SWOT, adaptado para os fins e condições do presente trabalho.

A matriz SWOT é composta por elementos positivos e negativos, internos e externos. Os elementos positivos são as fortalezas e as oportunidades, enquanto os negativos são as fraquezas e ameaças. Os elementos internos são as fortalezas e fraquezas, ao passo que os externos estão representados pelas oportunidades e ameaças. O Quadro 18 registra, de modo sintético, as fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças relativas à realidade situacional verificada.

Quadro 18 – Fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças identificadas no uso de mídias digitais por populações indígenas brasileiras

FORTALEZAS [+] INTERNO	FRAQUEZAS [-] INTERNO
<ul style="list-style-type: none"> • Os cibermeios apresentam conteúdos variados e de fácil visualização. Permitem navegação entre <i>links</i> ou seções; • Existência de um projeto e de especialistas em diferentes áreas do conhecimento que amparam e direcionam suas ações; • Características especialmente focadas em um contexto ou tema, que não se repetem em outros cibermeios; • Atuação na produção e “guarda” 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de recursos humanos para alimentar, digitalizar conteúdos e atualizar os cibermeios; • Insuficiente domínio da língua portuguesa, especialmente na forma escrita, identificado no contato com alguns informantes indígenas; • Necessidade de domínio de novos códigos, gerada pelo uso das tecnologias; • Deficiência nos cibermeios para contato e interação com o

<p>de conteúdos voltados para a preservação e disseminação do conhecimento tradicional indígena;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de espaços de compartilhamento e divulgação de conteúdos que manifestam as suas principais demandas, contribuindo para a criação de um “lugar” para o protagonismo indígena; • Estímulo e promoção de capacitação para o uso das tecnologias na produção textual e audiovisual; • Acordos e alianças com comunidades indígenas e não indígenas; • Produção, compartilhamento e disseminação de materiais direcionados para a educação indígena e não indígena; • Criação de meios de capacitação para a produção de audiovisuais. Há valorização do “Cineasta Indígena”; • Preocupação com o registro e circulação de determinados tipos de conhecimento indígena. Dois mecanismos de disseminação: interno e público. 	<p>público externo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pouca interação entre os diferentes sujeitos (quem posta e quem visualiza) os conteúdos nos cibermeios; • Falta de recursos para manutenção e/ou compra de equipamentos; • Problemas e limites de acesso ao sinal de Internet; • Dificuldade de acordo/negociação entre comunidades indígenas para o registro e disseminação de seus conhecimentos; • Carência de recursos financeiros para formação continuada para o uso das mídias digitais; • Carência ou inexistência de sistemas de armazenamento dos conteúdos digitais produzidos.
<p>OPORTUNIDADES [+] EXTERNO</p>	<p>AMEAÇAS [-] EXTERNO</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização (virtual/física) para suas principais reivindicações via Internet; • Maior intercâmbio e trocas com outros povos e culturas. Diálogo com a sociedade; • Valorização dos registros audiovisuais por parte de lideranças indígenas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldade na obtenção (captação) de recursos financeiros em políticas públicas ou outras instâncias; • Permanente dependência financeira externa para a gestão do projeto e do cibermeio; • Uso não adequado da Internet (redes sociais) por jovens;

<ul style="list-style-type: none"> • Participação em eventos, festivais nacionais e internacionais; • Profissionalização no uso das mídias digitais e Internet; • Maior oferta (barateamento) de equipamentos, como celulares, gera meios populares de captação de imagens e sons; • Meios de atuação, presença e de protagonismo social e autoafirmação da identidade indígena. Ativismo indígena; • Formação de uma rede articulada, de produção, disseminação e uso de materiais didáticos focados em questões indígenas (Recurso Educacional Aberto); • Criação de um Observatório do Conhecimento Indígena; • Ação da GC (desenvolvimento de modelos e ferramentas) específicos para o conhecimento tradicional e indígena. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mercantilização do conhecimento tradicional; • Desinteresse das novas gerações pela continuidade de atividades que incluem seu universo material e imaterial; • Substituição (crescente e em larga escala) de formas tradicionais de disseminação e preservação do CT; • Perda de conhecimento tradicional; • Falta de pesquisa no âmbito acadêmico sobre armazenamento e disseminação do conhecimento indígena.
---	--

Fonte: Criação da autora.

A análise mostra que o uso das mídias e Internet por populações indígenas, demonstra, em seu âmbito interno, os seguintes pontos fortes ou fortalezas:

Os cibermeios Portal Índio Educa e Vídeo nas Aldeias possuem uma estrutura simples, são inteligíveis quanto à navegação entre *links* e seções e ao acesso aos seus conteúdos. Não obstante suas características e caráter singulares, apresentam conteúdos que refletem a realidade atual de povos indígenas brasileiros.

Há o efetivo empenho e envolvimento de diferentes especialistas na gestão dos projetos que “amparam” os cibermeios. O Vídeo nas Aldeias (criado em 1986) teve como contexto a ONG Centro de Trabalho Indigenista e somente em 2000 constitui-se uma ONG independente. O Portal Índio Educa (criado em 2011) é um projeto vinculado à ONG Thydêwá (criada em 2002). Vê-se, portanto, que os

cibermeios são resultados de ações institucionais. Nos dois casos, os gestores entrevistados salientam, entre os objetivos dos projetos, a “presença e reconhecimento dessa nova categoria que é a figura do cineasta indígena” (...) “rompendo com ensinamentos de senso comum, que quer jogar os índios lá no espaço congelado, do passado” (G2), e “explicar como é a vida do índio hoje e entender em uma perspectiva também histórica, de recontar a história em outra visão” (G1).

Então, para nós, a riqueza do projeto está no diálogo. A gente entende que no diálogo se diminui o preconceito, no diálogo que tem a compreensão mútua e possibilidade de construir futuros melhores para todos. Primeiro, teve um diálogo interno entre instituição e os indígenas bolsistas e depois teve um diálogo entre principalmente os indígenas bolsistas e a coordenação pedagógica do projeto (...). Até que começaram a publicar com maior autonomia, liberdade e segurança, e o diálogo foi passando a ser entre indígenas autores dos conteúdos publicados no Portal e os internautas leitores de conteúdos, deixando de ser simplesmente autores e leitores desses conteúdos, para passar a ser agentes em diálogo. **(Informante G1)**

Como atributos singulares entre os cibermeios, evidenciam-se o forte engajamento para questões que buscam reconstruir a imagem indígena através da criação, produção e divulgação de materiais direcionados para a educação indígena (Portal Índio Educa), e foco na formação de produtores ou cineastas indígenas, com incentivo para capacitação e uso das modernas tecnologias, incluindo estímulos a participações em eventos e intercâmbios culturais (Vídeo nas Aldeias). Neste sentido, por suas características e temáticas apresentadas, pode-se dizer que os cibermeios, em análise global sobre o universo indígena na cibercultura, tornam-se complementares.

Os cibermeios indígenas significam espaços de compartilhamento e disseminação de conhecimentos tradicionais, de divulgação de suas principais reivindicações e demandas, propõem reflexões sobre o futuro desses povos e de seus conhecimentos. Ademais, propiciam e favorecem a criação de um “lugar” para o exercício do protagonismo social.

É uma grande e poderosa ferramenta de luta, assim como o arco e flecha, a borduna. Está presente nos enfrentamentos, protestos, reivindicação perante o governo, usamos também essa arma de luta que é a câmera fotográfica, pois através delas pode-se conquistar muitos objetivos, se tornando uma ferramenta de luta e reivindicações dos direitos indígenas. **(Informante U1)**

Por suas características, o espaço na Internet estimula a expressão individual e coletiva, promove a divulgação de informações e conhecimentos, ao mesmo tempo em que os projetos incentivam a capacitação para acesso e uso das tecnologias e a própria Internet. “Para aqueles que interagem conosco, o *site* oportuniza saber mais sobre nós”, diz a informante **P4**, e, como um meio que promove o diálogo e o intercâmbio cultural, o Portal Índio Educa “nos oportuniza ter voz e ser protagonistas, sujeitos de nossas histórias e porta-voz de nossos conhecimentos”, afirma.

Entre outras questões, o contato virtual e o sentido de “presença” na cultura não indígena, propiciada pelo acesso à Internet, explicita a realidade que vivem populações nas grandes metrópoles, desmistificando a visão de que muitos jovens indígenas têm da cidade como um lugar de melhores oportunidades e opções de vida, ou seja, um lugar melhor para viver.

É a partir da atuação e visibilidade de suas produções que os indígenas produtores passam a ser mais valorizados por suas comunidades ou aldeias. “Hoje em dia, as pessoas de outras aldeias chamam a gente para registrar também a cultura deles (...), fazer dvd, tudo isso está sendo espalhado pelo Alto Xingu”, diz **P4**.

Mostrar qual é a realidade das aldeias. Isso é muito importante, fazer um trabalho com outras comunidades de outros estados. Intercâmbio. Toda vez que eu viajo para trabalhar em outras comunidades e outra região, lá na nossa aldeia também as pessoas chegam lá para fazer intercâmbio, fazer troca de experiência (...) reuniões, ver como é a nossa organização, tudo isso vem para o bem. **(Informante P2)**

Segundo **G2**, os resultados de uso dos equipamentos para o registro da cultura indígena se popularizou, “proliferou” com “coisas boas, menos boas, mais amadoras (...). Eu desconheço, inclusive a maioria”, diz ele. De qualquer modo, a possibilidade de registrar os diferentes povos e seus conhecimentos é visto por ele como “um marco do processo, de repente há um entendimento maior (...) no sentido inclusive de ampliar a rede de alianças e de circulação, de espaço de circulação de lideranças dentro do país.”

O audiovisual é muito importante dentro da comunidade, ele visualiza tudo para eles (...) aquele que foi registrado, filmado, gravado, eles conseguem visualizar, eles conseguem escutar, eles conseguem ver o movimento daquilo, por isso que ele é muito valorizado dentro da comunidade (...) pelos velhos, mulheres, crianças, eles valorizam muito mais isso dentro da comunidade. Cada casa, você pode escutar as coisas que a gente foi gravando, eles assistindo lá, cada casa assistindo, mesmo coisa, você está ouvindo, cada um está tocando o que foi gravado pelo coletivo de cinema. (**Informante P4**)

Os registros audiovisuais constituem-se meios para preservação e disseminação do conhecimento indígena. “A partir do momento que a nossa cultura está sendo digitalizada, ela já está sendo preservada para as gerações futuras”, pontua a informante **P1**. Na visão da informante **P3**,

Acho que a ideia de quem produz conteúdos digitais é pensando em colaborar de algum modo, com as gerações futuras (...). Produzir um filme, contar e registrar uma história, um comportamento cultural de um dado povo é uma forma de guardar a memória e isso muitos povos estão fazendo e se fortalecendo etnicamente. (**Informante P3**)

Preservar o conhecimento, para o **G1**, significa compreendê-lo enquanto dinâmica cultural e social, pois, “na minha visão, o

conhecimento é vivo, então ele se preserva, enquanto ele é usado” e, desse modo, “ele vai se preservando e atualizando com o tempo, nas demandas da realidade, do contexto.”

Nós fazemos os livros não para manter na prateleira, mas para ele ser lido e ser rediscutido e a vontade de fazer um novo, um melhor. Suporte por si só não salvaguarda, não mantém nada, não preserva nada, suporte pode ser uma ajuda, um dos componentes, uma das variáveis junto, holisticamente a outras tantas. O fato de usar mantém o conhecimento vivo, então a importância do suporte e da tecnologia é isso. O conhecimento é vivo e a gente espera usar as ferramentas para mantê-lo vivo. **(Informante G1)**

Percebe-se, portanto, vigoroso envolvimento com as produções e como essas repercutem nas comunidades. Entretanto, importante mencionar, há preocupação e cuidado com tipos de conhecimentos que, codificados em meios digitais, devem circular somente em comunidades indígenas.

Na verdade esses cantos que a gente faz, quer dizer, a gente documenta, os cantos só para os índio mesmo, outro tipo de história construindo na linguagem de cinema mesmo a gente vai mostrado para festivais e outros. Temos dois caminhos que a gente fala: a gente constrói filme, vai gravando ritual só para as aldeias mesmo, para circular no local e aí depois a gente pensa também mostrar para os não indígenas para fora da comunidade, esse filme vai ser mostrado fora da aldeia, esse filme vai ser mostrado só para aquela comunidade. **(Informante P4)**

A escolha ou definição do que será registrado em meios digitais, e se deve circular em diferentes comunidades ou formatos, passa por acordo entre os produtores e as lideranças indígenas. Alguns desses registros ficam “guardados em segredo” **(P4)**, como forma de garantir a segurança da própria comunidade.

Aqui no Xakriabá, por exemplo, tem-se uma preocupação no que é filmado para fora e o que é filmado para dentro, ou seja, temos que estar

cientes o que queremos mostrar e o que é não deve ser mostrado fora. Por isso a importância de se ter um trabalho coletivo e discutido com a comunidade. **(Informante U1)**

Verifica-se, portanto, que há dois processos de disseminação: um interno, ou restrito, e outro externo, ou público.

Nos processos de disseminação do conhecimento alguns conteúdos produzidos circulam por comunidades indígenas e não indígenas, em eventos, em mostras e festivais de audiovisuais, em atividades educativas, entre outros meios.

A nossa cultura está sendo disseminada, ela está sendo mostrada como ela realmente é, então o compartilhamento de boca a boca, por meio de debates, leva as pessoas que não conhecem, à curiosidade, de visitar o Portal, de conhecer o Portal ou de entrar em contato pessoalmente. Assim como você está entrando em contato comigo, eles procuram a gente de forma individual, para aprender, conhecer, buscar as verdadeiras informações, então no mundo globalizado em que vivemos, as pessoas (...), procurando saber a realidade e não estão apenas se baseando nas histórias contadas pelos brancos. **(Informante P1)**

Além da preservação e disseminação, há o claro interesse no uso das mídias digitais e Internet no fortalecimento da cultura indígena **(P4)**.

Esse é objetivo do nosso trabalho, quer dizer, registrar em vários elementos das culturas do Kuikuro, Xinguana, como cantos, narrativas, festas e danças, documentar com audiovisual, mostrar qualidade de material documentado diretamente para comunidade mesmo. **(Informante P4)**.

Essa visão é compartilhada por **P2**, que diz: “Isso é o nosso objetivo também porque gravações em áudio e vídeo para nós mesmos e para as futuras gerações. Lá para frente, eles vão precisar para fazer pesquisa, tal e tudo mais.”

Porque a gente sabe que aquele é nosso pertence mesmo, aquele é nosso espiritual, por isso é muito importante para gente pode aprender aquela história que vem de muito tempo, passar esse conhecimento para os seus filhos, para os netos, suas filhas, para eles continuar ensinando seus filhos. Depois, acho que espiritualmente ele tem muita força para gente poder ter nossa cultura sempre viva também. (...) Eu acho por isso ele tem muito valor, porque ele é nossa força, nosso tronco, como se fosse tronco daquela árvore, tronco daquilo, de água, tronco de pedra, qualquer coisa, aquela história, aquele conhecimento dos mais velhos exatamente é nossa força. Acho que ele tem muito valor, ele tem muita força para a gente, eu acho que isso é muito importante para a gente. (**Informante P4**)

Entre as intencionalidades dos conteúdos produzidos e direcionados para a educação indígena, estão “mostrarmos como somos realmente é uma forma de desmistificar as realidades indígenas”, ressalta **P3**. O informante **U1** cita que os conteúdos são importantes para “ensinar, mostrar o que somos, quem somos”. “Tendo o conhecimento sobre nós e nós sobre o outro, creio que muitos pré-conceitos que se tem, tendem a diminuir”. Para **P4**, os professores indígenas “valorizam muito nosso trabalho, eles também querem sempre que a gente tenha equipamento para a gente poder produzir mais as coisas dentro da comunidade indígena mesmo”.

O nosso *site* procura ser assim, utilizar a parte didática, para que ela seja bem compreendida, tanto nas escolas e também ser utilizada pelos professores, (...) ajudando no planejamento de aulas de cada um deles, por exemplo, no dia do índio nosso *site* é mais visitado, porque eles procuram saber a verdadeira história e é isso que nós procuramos passar para cada um deles. (**Informante P1**).

O informante **G2** comenta o “assombro dos mais velhos” diante das imagens em vídeo: “se tivessem tido essa ferramenta antes, eu teria a imagem do meu avô e vocês entenderiam como era nosso conhecimento”, dizem os velhos indígenas para os mais jovens.

É diferente porque antigamente não tinha essas coisas para a gente gravar, era tudo oral, né? Isso é a memória de um povo, esquece rápido, então agora com os equipamentos, gravados, acho que esse lado é melhor então pra eles. Eles gostam de ver, toda vez que eu volto do trabalho, eu mostro os vídeos para eles. (Informante **P2**).

Ainda de acordo com **G2**, em muitas aldeias ou comunidades os audiovisuais produzidos pelos produtores indígenas, além de serem utilizados como materiais didáticos, “viram temas de TCC e Tese dos professores indígenas, toda a pesquisa de autoconhecimento gerado pelo processo documental acaba retornando e sendo socializado em vários espaços da vida da aldeia, inclusive no currículo escolar diferenciado”.

Quanto às fraquezas, a análise verificou:

Conforme citam os gestores entrevistados, os dois cibermeios passam por dificuldades de gestão. No Vídeo nas Aldeias, segundo **G2**, a equipe é “muito reduzida” e há um considerável volume de material para ser digitalizado e incluído no cibermeio. No Portal Índios Online, as bolsas de estudo destinadas à equipe de “Administradores” perdurou por apenas nove meses e, atualmente, “só há colaboradores no projeto, sem qualquer formalidade ou financiamento. Acho que o compromisso é étnico”, diz **P3**. Os informantes também relatam a falta de recursos para compra ou manutenção de equipamentos e para formação continuada e de novos Realizadores, além de deficiências no sinal de Internet nas comunidades e aldeias. Segundo o **G1**, há necessidade urgente de novos parceiros, “buscar outras pessoas para se aproximar (...) recursos para pagar bolsas (...) aumentar o conteúdo e aumentar o fluxo.”

Ao se aliar à cultura tecnológica, os indígenas necessitam dominar novos códigos, entre eles a linguagem escrita em idioma não indígena. Durante contato pelas redes sociais e a etapa de seleção dos informantes para entrevistas, percebeu-se que muitos indígenas contactados não possuem pleno domínio do português, sendo inclusive um dos motivos apresentados como negativa para participação na

presente pesquisa. Conforme já registrado, muitos indígenas passaram da linguagem oral para a tecnológica, sem o domínio pleno da língua não indígena, escrita.

Outra questão está relacionada à inexpressiva interação nos cibermeios analisados. Não houve retorno às mensagens enviadas nos canais próprios, destinados ao contato com os gestores ou produtores indígenas. Tal questão pode estar vinculada à falta de pessoal para, rotineiramente, processar os dados e informações recebidas ou, ainda, por problemas técnicos e de operacionalidade interna dos cibermeios. Sobre essa questão, **G2** diz que na divulgação de materiais, “a gente dissemina por *email*, diretamente, então a gente não tem usado muito, não é nada ativo, nessa área do *site*”, segundo ele, a pouca interação entre a gestão e utilizadores, ou ainda produtores de conteúdos se deve, em grande medida, à facilidade de interação nas redes sociais, em especial o *Facebook*, pois conforme seu relato, “para eu falar com a rede de índios é pelo *Facebook*”.

O *site*, não é realmente um espaço, por exemplo, eles não tem interação no *site*, e realmente o *site* não é o nosso canal, e hoje em dia cada um tem a sua página no Facebook, ou produtora, ou coletivo, vários alunos têm sua carreira solo, independente, então não é nada centralizado. (Informante **G2**)

Em relação à falta de recursos para manutenção e/ou compra de equipamentos, o informante **P2**, diz, “tem algumas vezes que a gente recebe o convite para trabalhar e, ao mesmo tempo, os equipamentos não estão funcionando, então a gente acaba não fazendo o trabalho.” Essa dificuldade também é citada por **P4**:

Então, a dificuldade que eu tenho é conseguir mais equipamento para gente poder conseguir produzir. Ter mais equipamento, filmadora, ilha de edição, máquina para a gente poder produzir e distribuir nosso trabalho junto com a comunidade indígena, isso é dificuldade que a gente tem, a gente já sabe um pouco de conhecimento sobre como a gente pode utilizar o equipamento. A dificuldade que a gente tem hoje é falta de

equipamento, falta de recursos para a gente poder conseguir mais nosso trabalho. **(Informante P4)**

Para a informante **P1**, a dificuldade para o uso dos equipamentos está na base, ou seja, segundo ela, “a única coisa que precisa é uma oficina que venha explicar para possíveis novos Administradores, para que venham saber utilizá-las, mas elas não tem muito mistério, elas são bem fáceis de usar”. De modo mais amplo, refletindo sobre a criação de conteúdos disponibilizados pelo portal Índio Educa, **P3** diz que há dificuldades na “produção textual em si”. Esta questão remete ao não domínio da versão escrita da língua não indígena.

Ainda, há relatos de que em algumas comunidades indígenas ocorrem dificuldades de negociação entre os sujeitos que desejam registrar imagens de tipos de conhecimento (por entender que há necessidade, uma vez que está em vias de serem perdidos), que estão restritos a determinadas pessoas ou grupos, os chamados “detentores de conhecimento”, pessoas mais velhas que relutam em passar adiante determinado conhecimento que possuem.

Os câmbios internos de processos de transmissão do conhecimento muitas vezes, essa transmissão está ameaçada. Primeiro, porque houve muitas perdas de velhos; segundo, porque há falta de interesse das novas gerações que estão muito mais seduzidas com elementos do mundo fora, ou a regras de transmissão e de propriedade de conhecimentos não funcionam mais ou são justamente cerceantes, porque não há mais quem queira investir nisso. **(Informante G2)**

Nas falas dos informantes, não há menção, de modo claro, sobre onde e como os conteúdos digitais estão sendo armazenados. Dessa forma, há possibilidade eminente da perda de conteúdos digitais produzidos e não armazenados adequadamente.

No que se refere a oportunidades, a análise permitiu confirmar que o uso das mídias e Internet por populações indígenas está sujeita a condições positivas oriundas do meio externo.

O acesso e uso da Internet propicia a difusão da informação de modo rápido. É por meio dela que comunidades indígenas organizam reuniões, eventos e mobilizações, além do contato virtual com familiares que estão fora da comunidade ou aldeia ou, ainda, com parentes de outras localidades.

Porque tecnologia entrando na comunidade indígena, na mão de indígena, é como falei, como arma para a gente deixar nossa força, eu falo assim, nosso grito através dos audiovisuais. A gente pode fazer uma política através de nossa ferramenta, a gente pode mandar pela tela mesmo para as autoridades não indígenas, para eles verem que tem muito preconceito sobre os indígenas. (Informante **P4**)

Com a visibilidade gerada pelas produções audiovisuais e Internet, cresce o interesse por parte de lideranças indígenas para a produção de audiovisuais em suas comunidades ou aldeias, como modo de registrar seu cotidiano, suas festas ou cerimônias ritualísticas e, dessa forma, criam meios de preservação e disseminação de seus conhecimentos. Ainda, o acesso externo a fontes de capacitação continuada para o uso das mídias digitais e Internet, participação em eventos internacionais, podem contribuir de modo significativa para a formação profissional dos indígenas.

Nessa aproximação, direta ou indiretamente há a transmissão de conhecimentos por ambas as partes. Agora, dar o devido valor para o conhecimento indígena ainda é um processo lento, mas que ocorre (...) e creio que o audiovisual ajuda nesse sentido de poder mostrar, valorizar futuramente a cultura de um povo. (Informante **U1**)

Ao se tornarem valorizados por seus parentes e pelo público externo (diferentes setores da sociedade), os indígenas explicitam suas principais necessidades e expectativas frente à sociedade não indígena. Criam espaços de mobilização para reivindicar o cumprimento e aplicação de leis que asseguram seus direitos. Ainda neste sentido, ampliam-se oportunidades de intercâmbio e trocas culturais, dando

visibilidade às suas principais reivindicações e lutas em eventos nacionais e internacionais.

Nós, indígenas, fazendo, construindo nosso trabalho não é mais não indígena chegar na comunidade indígena e enganar de novo povo indígena, eu quero deixar isso para tras, já aconteceu isso quando aconteceu o primeiro contato (...). Eu acho que a gente tem essa força, para mostrar nossa força para mundo dos brancos. Isso eu acho importante para povo indígena do Brasil. **(Informante P4)**

Os indígenas fazem-se “presentes” e ampliam as vozes da sua comunidade ou aldeia também nas redes sociais. O expressivo uso da Internet pelos aparelhos celulares é notada pela informante **P3** em sua comunidade, “pelo *whatsapp*”, “eu mesma faço parte de alguns grupos, entre eles, um grupo de professores Tupinambá para atualizar informações sobre um curso que estão participando.”

Nestas redes, marcamos bate-papo, fazemos nossos encontros (...). Foi através destas redes que publicamos livros, CDs, DVDs, vídeos, com projetos que beneficiam as comunidades indígenas. Pelas redes, se inscrevemos nos editais disponibilizados pela Internet. A Internet pode ser nossa grande aliada no combate o desmatamento, com monitoramento via satélite, podemos fiscalizar os limites das terras indígenas, as queimadas, os impactos ambientais, etc. **(Informante U2)**

Este compartilhamento de vídeo, no *YouTube*, nas redes sociais, é para isso, mais visibilidade, para ter mais acesso, esse é o objetivo. **(Informante P2)**

O desejo de ocupar espaços de protagonismo social estimulam os jovens à participação em processos de formação universitária. Isso gera grandes modificações nos espaços indígenas e em seu relacionamento com outras culturas.

Quando a juventude indígena vai para a universidade, eles se redescobrem índios, de certa forma, confrontando com esse espaço que não é deles, (...) e também aumenta possibilidades de uma experiência, de um intercâmbio vivencial de não indígenas com indígenas. **(Informante G2)**

A renovação de lideranças indígenas inclui mais recentemente indígenas com formação universitária. Estes representam novos circuitos de informação e conhecimento para seu povo “porque tem um membro na sua comunidade que está buscando conhecimento do lado de fora, que pode vir a ser útil para a própria comunidade”, diz **G1**. Na visão dos indígenas,

Já está sendo claro, cada vez mais já está saindo matéria, a gente está mostrando nosso trabalho. Temos professores indígenas, agentes indígenas de saúde, indígena advogado, tudo isso já está acontecendo dentro da terra indígena, na comunidade indígena. Isso pode ser muito importante para a gente. **(Informante P4)**

Há, entre os gestores, a explícita intencionalidade de criação de novos e mais abrangentes meios de interação entre populações indígenas e não indígenas. A partir do contexto atual, projeta-se a possibilidade da formação de uma rede articulada entre populações indígenas brasileiras (e povos tradicionais de outros países), promovendo maior visibilidade, e que inclua meios de proteção e armazenamento de suas produções.

Nossa estrutura vê no *site* um recurso educacional aberto, um Open Educational Resources – OER, em inglês, ou REA¹¹⁴ em português e então as pessoas podem usar material e reciclar e revisar, e retocar, só precisam citar a fonte. Os professores usaram esse material com bastante liberdade,

¹¹⁴ “Os REA fazem uso de licenças abertas (ex: Creative Commons) que são incorporadas para garantir o seu reuso e a sua disseminação sem ter que pedir permissão ao autor ou pagar o uso de direitos autorais” (SANTOS, 2010). O Projeto Brasileiro sobre Recursos Educacionais Abertos: Desafios e Perspectivas (Projeto REA.br) teve início em 2008. Disponível: <http://www.rea.net.br>. Acesso em 24 de novembro de 2015.

muitas vezes deram *feedback*, outras tantas não. Então alguns trechos desses conteúdos foram replicados em livros que estão começando a circular, ou em outros *sites*, ou foram planos de aula de professores, ou foram respostas de alunos a perguntas de professores. (Informante **G1**)

Como uma atualização do cibermeio, segundo **G1**, a partir de novos recursos, há meios para um novo edital para a seleção de bolsistas que atuem na manutenção e atualização do cibermeio. O gestor destaca a importância da criação de uma seção destinada a identificação dos participantes (Administradores), com fotografia, endereço de *email*, entre outras informações.

Para **G2**, entre as demandas, está a criação de um Observatório de Cinema Indígena. A criação de um meio onde as informações e materiais estarão organizados, “para a gente trabalhar num levantamento e numa articulação maior, inclusive com uma proposta de um portal do cinema indígena. Aumentaria a visibilidade.” O gestor cita como exemplo o Portal Isuma TV, o qual disponibiliza em seu acervo, alguns vídeos de produção indígena brasileira.

Por fim, destaca-se a ação da GC (envolvendo uso de Mídias e da Engenharia do Conhecimento) para desenvolver modelos e ferramentas específicos para o conhecimento tradicional e indígena. Contudo, conforme salientado na seção 2.4 deste trabalho, processos de inclusão digital (em qualquer âmbito ou grupo social) devem constituir espaços para capacitação e aprendizagem para o uso das mídias, incluindo reflexões sobre suas implicações no cotidiano das comunidades indígenas.

Por outro lado, a análise permitiu confirmar que o uso das mídias e Internet por populações indígenas sofrem, também, **ameaças**:

A necessidade de recursos financeiros oriundos de políticas públicas, apoiadores, aliados locais e ainda financiadores externos foi citada pelos gestores. De acordo com **G2**, o momento é de dificuldade. “Teve uma época mais favorável, que foi a era do Ministro da Cultura Gil, do Programa Cultura Viva, que deu um belo apoio ao projeto, (...) nos permitiu ampliar o número de povos com os quais a gente trabalha”. Segundo **G1**, as bolsas de estudo destinadas aos Administradores do

Portal “vinham de um projeto desenvolvido junto ao Brazil Foundation (...), mas agora não temos injeção de recursos financeiros.”

Além de recursos financeiros, a gestão do projeto necessita de pessoal qualificado para acesso a editais públicos ou outros tipos de parcerias. Nesse sentido, a dependência de instituições mantenedoras, ou ainda, a insuficiência de recursos financeiros, aliada à falta de pessoal capacitado para o cumprimento de suas demandas, pode gerar uma série de implicações na gestão dos projetos.

Outra questão identificada nas análises diz respeito às novas gerações e a cultura não indígena dominante. A discriminação e o preconceito que sofrem afloram nesses jovens, bem como o desejo e a necessidade de sentir-se incluídos socialmente.

Quando saí pela primeira vez na cidade, ainda não indígenas falavam pra indígenas, gritava quando indígena estava na cidade como se fosse um cachorro. Quando a gente mostra nosso trabalho, diminuiu um pouco disso. Claro que a gente tem ainda nossa luta também. Eu falo isso, a gente já está mostrando que nós indígenas estamos fazendo já dentro da nossa comunidade, não indígena achava que os índios não faz nada pela sua aldeia mesmo assim, hoje em dia, a gente já está mostrando que nós já sabemos dentro da nossa comunidade. **(Informante P4)**

É comum que jovens indígenas busquem fora de suas comunidades e aldeias novas oportunidades de vida e sobrevivência. Na aproximação com o universo não indígena, estão em desvantagem. Tal questão coloca em evidência a negação de sua identidade étnica.

Os jovens indígenas estão cada vez menos indígenas. Por quê? Porque eles ainda estão com aquela parte discriminatória na cabeça, então eles procuram dizer que não são indígenas, procuram dizer, claro que pelos traços, procuram dizer que são de famílias asiáticas. Por outro lado, há muito jovens que estão vestindo a camisa, estão lutando pela causa, estão realmente mostrando quem são, então é um embate, sempre, como sempre vai haver os prós e os contras. **(Informante P1)**

De acordo com o entrevistado **U1**, “no contato com os não indígenas as transformações culturais ocorrem o tempo todo.” “Acho apenas que o mundo está em constante transformação e nós também mudamos. Adotamos outras estratégias para agir no e com o mundo. Divulgar nossa realidade é também uma estratégia de resistência”, salienta **P3**.

Identificaram-se aspectos que evidenciam que há, entre grupos indígenas, pessoas que entendem o conhecimento tradicional com valor de “propriedade” e de “mercantilização”. De acordo com o informante **G2**, “em algumas sociedades para você aprender a ser cantor, você tem que pagar para o cantor mais velho, que vai transmitir aqueles conhecimentos”. O valor da natureza, dos recursos naturais e dos processos de conhecimento gerados a partir dela, é entendido, de modo distinto, de acordo com a visão de diferentes grupos ou sociedades. A lógica indígena tem sua tradição, marcada pela transmissão dos conhecimentos de geração em geração. Essa consciência garantiu que conhecimentos seculares ainda neste século, constituam o universo de conhecimento indígena. Ao negociarem a transmissão do conhecimento, estão contrariando as bases que os têm mantido sob modos tradicionais. A decisão de “vender” o conhecimento pode, em grande medida, causar perdas irreparáveis em sua cultura.

O uso inadequado da Internet e das redes sociais por jovens indígenas pode gerar desinteresse pelo próprio universo cultural e cotidiano da sua comunidade ou aldeia. É explícita a preocupação com a formação e o destino dos jovens indígenas, “principalmente com os mais velhos de saber o devido uso das tecnologias”, diz o informante **U1**. De acordo com relatos dos informantes o uso dos celulares para acesso as redes sociais trazem expressivas e crescentes mudanças de hábitos culturais. Entre as questões indicadas pelos informantes está o desprendimento (cada vez maior) dos jovens de sua cultura, e a prostituição virtual, “quebrando regras na comunidade”, diz **P4**.

Salienta-se, por fim, que, ao longo dos séculos, conhecimentos milenares, conforme a literatura expõe, já foram perdidos, erodidos ou transformados. Entretanto, os autores que advertem sobre tal questão também mostram que povos tradicionais e indígenas brasileiros criam novos meios para minimizar a problemática. Neste sentido, surge a seguinte questão: o crescente uso das câmeras para registro audiovisual de rituais, cerimônias ou modos de fazer de diferentes artefatos podem, ao longo do tempo, substituir formas tradicionais de disseminação,

preservação e guarda de conhecimentos? Registra-se que a perda de valiosos e importantes conhecimentos indígenas é uma ameaça constante.

6. ANÁLISE TRANSVERSAL A PARTIR DOS ELEMENTOS QUE CONSTITUEM O CONTEXTO PESQUISADO

Este trabalho apontou, em suas páginas iniciais, que por séculos, a oralidade tem sido o principal meio de comunicação e expressão entre povos indígenas. Apresentou as bases teóricas sobre a importância do conhecimento tradicional indígena, registrando que, por suas características eminentemente tácitas, empíricas, representa um acervo de saberes e de experiências em vias de sofrer mudanças irreversíveis ou, ainda, em algumas populações, de desaparecer. Este trabalho também destacou a importância e aplicação do conhecimento tradicional indígena em diversos campos científicos.

Como evidenciado, nos últimos anos é expoente o interesse de grupos indígenas no uso das mídias digitais e da Internet, contrariando a visão de senso comum que os coloca, entre outros contextos, em situação de atraso ou apatia cultural. Há algumas décadas, esses povos vêm encontrando novos meios de interação social, em ações que envolvem sua comunidade ou aldeia de origem, estendendo-as para os parentes de outras regiões e estados brasileiros. E, nessa dinâmica, intensificam-se as trocas e intercâmbios também com os grupos não indígenas.

A apropriação que vêm fazendo das mídias e da Internet torna-os protagonistas de suas histórias e de sua cultura e, ao ocuparem espaços instituídos hegemonicamente, firmam-se em suas principais reivindicações, lutando pela garantia de seus direitos. De modo ativo, agem, sobretudo, respondendo ao olhar que a sociedade não indígena coloca sobre eles e sobre suas formas de vida.

Sobre os processos de mediação entre povos não indígenas e indígenas, desde as primeiras pesquisas antropológicas, os estudos culturais dos anos de 1950, até a atual fase, esses povos têm sua relação com a sociedade em geral mediada por não indígenas. Numa relação desigual, de subordinação e de marginalização, vêm, ao longo de séculos, “negociando” suas demandas com instituições de diferentes setores e nações. Ao saírem do isolamento cultural e dominarem códigos do mundo globalizado, reagem à tutela ou ao domínio de seus representantes e, especialmente nas últimas décadas, imprimem suas principais reivindicações nas redes sociais.

Essa análise não negligencia reflexões sobre as principais implicações da migração das mídias no campo social e cultural de povos indígenas brasileiros, pois ao substituir modos tradicionais de preservação e disseminação de seus conhecimentos pelos registros audiovisuais, as novas gerações estão criando laços cada vez mais estreitos com a cultura não indígena. Haverá modos de definir quais são os limites que garantam que tradição e modernidade sejam associadas sem que ocorram mudanças irreversíveis em todo o universo de conhecimento indígena? Por outro lado, entende-se que, como um processo natural, do mesmo modo que ocorrem com outros grupos culturais, nas demandas atuais as mídias cumprem a função de mediadoras e, no caso indígena, entre o espaço da comunidade ou aldeia, atingindo outras dimensões da sociedade atual, o que pode significar, entre outras questões, a ruptura do seu isolamento cultural.

Ao acessar a Internet e as redes sociais pelo computador ou ainda por aparelhos digitais móveis, os indígenas participam da rede global e não estão imunes às implicações geradas pelo mau uso delas. O abandono de seus referenciais culturais é somente uma delas. Ao tornarem-se visíveis, os indígenas estão suscetíveis a agressões ou, ainda, a manifestações preconceituosas sobre seus comportamentos ou hábitos atuais. Assim como na cultura não indígena, é necessário encontrar modos adequados para o uso das redes sociais e da Internet. Lucas Benite, indígena da etnia Guarani Mbya, diz que, “é preciso estar ‘espiritualmente’ preparado para receber as ferramentas” (KLEIN; RENESSE, 2011, p.03).

O uso intensivo de meios massivos de comunicação por povos indígenas brasileiros se deu a partir da década de 1980 com as rádios¹¹⁵. Enfrentando uma série de dificuldades, equipamentos defasados e antenas com pouco alcance, empenharam-se em dar visibilidade a

¹¹⁵ Há no acervo do *site* Programa de Índio, criado em 2009, cerca de 200 programas de rádio produzidos nos anos de 1985 a 1991, pelo Núcleo de Cultura Indígena. Veiculado pela Rádio USP e outras emissoras educativas, em vários estados do Brasil, o Programa de Índio “surgiu num momento de articulação e organização do movimento indígena. Foi uma ferramenta importante na comunicação entre as aldeias e o povo das cidades, com divulgação de informações que não teriam outro canal de veiculação.”

Disponível: http://www.programadeindio.org/index.php?s=pi&n=pi_historia. Acesso em 19 de novembro de 2015.

problemas e demandas sociais, “contribuindo para certo tipo de luta social – midiativismo” (FREITAS; MATOS, 2009, p.09). Atualmente, é possível acessar canais de rádios indígenas pela Internet. Entre os conteúdos transmitidos, as demandas (falta de reconhecimento de seus direitos básicos) se repetem ao longo dos anos, mas há novos referenciais: as vozes são múltiplas e firmes, divulgam conteúdos de produção própria, os quais revelam aspectos singulares de cada povo ou etnia, há uma extensiva e crescente ocupação do espaço midiático caracterizado por suas principais reivindicações e lutas, demonstrando, desse modo, uma participação politizada e consciente.

Nos anos que se seguiram, em algumas comunidades e aldeias, jovens indígenas buscam acessar e dominar novos códigos mediados pelo uso de tecnologias, como as filmadoras. São incentivados por projetos sob a gestão de ONGs e financiados por instituições públicas e privadas, nos âmbitos nacionais e internacionais (PEREIRA, 2012). Nasce uma geração de produtores de audiovisuais, os Cineastas Indígenas, cujo envolvimento com as tecnologias ampliam seus modos de ser e de estar no mundo. Passados dezoito anos desde a primeira oficina de audiovisual realizada em 1997 na aldeia Xavante de Sangradouro no Estado de Mato Grosso, como fruto desse fenômeno, há um acervo digital sobre o conhecimento indígena brasileiro que “guarda”, entre outros aspectos, a linguagem oral por meio das narrativas dos mais velhos. A par disso, a criação de inúmeros *sites* e *blogs* de propriedade indígena, fóruns virtuais e a utilização de ferramentas como *Skype*, *Email* e *WhatsApp*, demonstram a aproximação e apropriação das mídias. Somam-se as postagens de conteúdos no *YouTube* que registram marcas indígenas no território Internet.

Nesta direção, a conversão das tradições orais para o formato multimídia em registros do cotidiano ou, ainda, a reconstrução de seus rituais por meio das encenações, representa um elo entre meios de preservação do que elegem como importante e necessário para salvaguardar e garantir sua tradição para as futuras gerações, e a disseminação desses conteúdos para além de seus espaços, motivados pelo desejo de tornarem-se visíveis perante a sociedade não indígena.

Sob o olhar desta pesquisa, os cibermeios indígenas representam, por sua legitimidade e inovação, meios que promoveram visibilidade para os indígenas e suas demandas, sobretudo a disseminação de suas produções. Vale dizer que os projetos que geraram

os cibermeios e que amparam suas ações foram os instrumentos responsáveis por apresentar e incentivar indígenas ao uso de tecnologias digitais. Contudo, em uma reflexão para além dos aspectos já destacados nas páginas que revelam a análise dos cibermeios, percebeu-se que estes, ainda que apresentem as ferramentas e os canais de comunicação, que propõem diálogos a partir de troca de mensagens, não respondem à questão de interação. A ideia que se tinha, no início da pesquisa, de que os cibermeios poderiam mediar a comunicação entre essa pesquisadora e os indígenas, foi substituída pela percepção da distância geográfica não dirimida pela via virtual. A sensação de falta de comunicação e interação, ou de “isolamento geográfico”, foi atenuada na busca pelos indígenas, nas redes sociais, o que pode caracterizar seu desejo e vontade de um percurso “não institucional” na rede. Há, neste sentido, a tendência para que a comunicação e a interatividade com povos indígenas brasileiros se estabeleçam e se fortaleçam pelas redes sociais?

Conforme já citado, os canais de comunicação, disponíveis nos cibermeios analisados, não diluíram as fronteiras físicas. Foi através da rede social *Facebook* que aconteceu a interação e, na sequência, o convite para participação dos informantes indígenas nessa pesquisa. O perfil “Pesquisa MídiasIndígenas” foi criado na página do *Facebook* em maio de 2015. Foram dois meses de aproximação e envio de “convite de amizade” para indígenas de diferentes partes do Brasil. Foi surpreendente o número de convites aceitos e, do mesmo modo, as primeiras conversas pelo *chat* da rede social. Passados pouco mais de 7 meses, o perfil possui contato com indígenas das seguintes etnias e estados brasileiros: Kuikuro do Alto Xingu (Mato Grosso); Panará (Mato Grosso e Pará); Ikpeng do Parque indígena do Xingu (Mato Grosso); Kaxinawá (Acre); Munduruku (Amazonas, Mato Grosso e Pará); Pankararu (Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo); Gavião (Pará e Maranhão); Kayapó (Mato Grosso e Pará); Macuxi (Roraima); Pataxó (Bahia); Xakriabá (Minas Gerais); Kisêdgê (Mato Grosso); Karajá (Goiás, Mato Grosso, Pará e Tocantins); Kariri-Xocó (Alagoas); Guajajara (Maranhão); Guarani (Mato Grosso do Sul, Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina); Tupinambá (Bahia); Xavante (Mato Grosso) e Wayapi (Pará).

A literatura que investiga a aplicação, o uso e as possibilidades geradas pelo uso das redes sociais (LEMONS, 2010; SANTAELLA, 2013; RECUERO, 2009; SANTOS; ROSSINI, 2014; SANTINELLO; VERSUTI, 2014) ressalta que entre, suas qualidades, estão a atualização

constante, facilidade de manuseio, espaços colaborativos, criação de comunidades virtuais, flexibilidade na comunicação e interatividade, acesso a materiais, notícias em tempo real e *feedback*. As redes sociais configuram-se como ferramentas de agregação e difusão de práticas que podem ser caracterizadas como inovadoras, diz Di Felice (2013). Para Lemos (2009c, p.46), como um meio onde a informação é compartilhada e distribuída de forma ágil, o *Facebook* propicia a interação, sobretudo a visão de “desterritorialização”. Por fim, vale ainda registrar que, como um “lugar” de coprodução, conversação e compartilhamento de valores, costumes, linguagens e conhecimentos, as redes sociais caracterizam-se por apresentar novas formas de narrativas pelas imagens, textos e vídeos postados, os quais caracterizam preferências, visão de mundo, identidades virtuais individuais e coletivas.

Em outra visão, a apropriação das tecnologias e da Internet repercute nas comunidades ou aldeias em informações como consultas a serviços básicos e como canal de comunicação com seus parentes e diferentes povos. Ao se apropriarem das tecnologias, jovens indígenas assumem novos papéis e, como representantes legítimos, desenvolvem habilidades, e, atuando como sujeitos mediadores entre o mundo da tradição e o da modernidade, geram novas oportunidades para seu povo.

As políticas públicas que pretendem executar projetos de inclusão digital no Brasil, se comparadas a outras da área social e infraestrutura, por exemplo, começaram a ser pensadas recentemente e possuem uma relação de dependência com outras instâncias, como a área da saúde, educação, telecomunicações, etc. Os organismos envolvidos e os mecanismos de gestão precisam encontrar formas de responder aos desafios e demandas de implementação. Povos indígenas brasileiros ocupam espaços de difícil acesso e a distância geográfica, neste caso, constitui-se um grande desafio a ser transposto também para a dimensão virtual.

A inclusão digital é um processo maior que a disponibilização dos computadores e da rede. É preciso capacitar as pessoas para o uso dos equipamentos e seus recursos, é preciso que as comunidades tenham acompanhamento de técnicos em informática e especialistas locais na instalação e manutenção dos equipamentos, é preciso que exista um projeto de capacitação para o uso das mídias. “O Gesac instalou [os equipamentos] e depois abandonou”, diz Takumã Kuikuro (KLEIN; RENESSE, 2011, p.01). Elizeu Pedrosa reclama que “só em 2010

vieram novos PCs, por via fluvial (...). Quando enviam seis equipamentos, só chegam funcionando três ou dois” (Ibidem, p.02).

Se a promessa do governo de “atender” todas as escolas públicas brasileiras com Internet banda larga¹¹⁶, de fato, tivesse sido cumprida, escolas localizadas em zonas rurais e em comunidades e aldeias indígenas teriam possibilidades de catalisar projetos que comportassem, entre suas ações, a promoção do conhecimento, incluindo em sua dinâmica curricular, o uso das tecnologias e da Internet para busca de materiais acessíveis e atualizados, bases para pesquisas, canais de comunicação e troca de experiências, enfim, acesso ao mundo virtual e o que ele tem a oferecer para a comunidade escolar.

Voltando às redes sociais, seus atributos, características e propriedades já mencionadas, em linhas gerais, oferecem ferramentas que podem propor uma relação dinâmica de ensino e aprendizagem. Tais características contrariam o percurso metodológico, tradicional, ainda presente em muitas instituições de ensino brasileiras e em outras dimensões da vida social. A partir dessa argumentação, tem-se a visão de que, se as escolas representam para as comunidades, espaços de criação de conhecimento e trocas entre grupos e culturas, as universidades constituem espaços onde as trocas se ampliam e onde o protagonismo indígena pode ser apoiado. Como medidas de fomento a participação indígena na sociedade, (a) criação de sistemas de catalogação e guarda do acervo indígena, (b) criação de banco de dados, (c) organização de grupos articulados para a criação e produção de

¹¹⁶ Esta era uma das metas a serem alcançadas até 2015, de acordo com o Plano Plurianual (2012-2015), divulgado pelo Ministério das Comunicações. Disponível: <http://www.mc.gov.br/publicacoes>. Acesso em 20 de novembro de 2015. De acordo com Brasil (2014): “Art. 4º Serão beneficiados com as ações do programa: I - unidades do serviço público, como escolas, telecentros, instituições públicas de saúde e de assistência social, localizadas em áreas rurais, remotas, urbanas em situação de vulnerabilidade social e de fronteira ou de interesse estratégico; II - órgãos da administração pública localizados em municípios com dificuldades de acesso a serviços de conexão à internet em banda larga; III - organizações da sociedade civil, por meio das quais seja possível promover ou ampliar o processo de inclusão digital; e IV - povos e comunidades tradicionais, em conformidade com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, aprovada pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.”

materiais educativos para processos de ensino em escolas indígenas e não indígenas, a exemplo do que faz o projeto Índio Educa, (d) ações que estimulem a articulação entre os jovens universitários indígenas e a comunidade acadêmica, mediada pelas mídias e Internet, (e) projetos de gestão em diferentes campos epistemológicos que incluam o conhecimento tradicional indígena e seus especialistas locais, (f) criação de espaços de formação qualificada de lideranças para elaborar e gerir projetos, além de realizar o acompanhamento burocrático que envolve estes processos em nível governamental.

Sobre a preservação do conhecimento tradicional indígena, pode-se dizer, portanto, que as ações de registro e organização de um acervo de audiovisuais e de textos de autoria indígena geram pelo menos duas dinâmicas que envolvem a preservação de seus conhecimentos:

A primeira delas começa com a movimentação e o envolvimento da comunidade ou aldeia para as gravações. Há todo um aparato preparado para o registro audiovisual, desde a permissão dos mais velhos que são chamados para ‘reavivar’ as narrativas, as negociações entre o que será registrado e seus fins. Em alguns casos, os rituais e cerimônias “encenados” não são representações culturais vivenciados pela geração atual; então, é preciso recorrer aos parentes de outras aldeias para que, juntos, possam recordar elementos e, desse modo, reconstruir as narrativas. É um trabalho que envolve pesquisa. É nesse “reviver” que ocorre a explicitação do conhecimento (na narrativa oral e experiencial) para posterior codificação em meios digitais. Do mesmo modo, quando se trata de conhecimentos relacionados especificamente ao seu cotidiano, como manejo agroflorestal, plantio e colheita, seleção de plantas e ervas medicinais e o preparo de chás e bebidas, confecção de utensílios tradicionais, como a rede de dormir, de pescar, cerâmica, cestos, etc. A preservação se intensifica pelas vivências e trocas entre gerações. Parte desse conhecimento pode ser modificado, conforme as necessidades e as condições do contexto onde será utilizado.

A segunda dinâmica está relacionada ao destino que será dado aos conteúdos produzidos. A preservação encontra meios para se firmar quando os audiovisuais são exibidos para o público indígena. Quando se tornam referenciais para os propósitos dos jovens cineastas. Ainda, quando se transformam em materiais didáticos na educação indígena e não indígena, e quando são divulgados em meios virtuais. A digitalização, registro e armazenamento de seus conhecimentos têm sido

vistos como modos de proteger e guardar seus conhecimentos e os registros são vistos pelos caciques e chefes de comunidade também como um meio de transmissão (pelo ensino) para as futuras gerações. Os audiovisuais contribuem para registrar a tradição em memórias indígenas, conforme os indígenas Kuikuro, “segurar nosso costume (*tisügühiitu ihetoho*)”, citam Fausto e Franchetto (2011, p.79).

A disseminação do conhecimento indígena em formato digital passa pelos ambientes virtuais, ou seja, os cibermeios indígenas, as redes sociais e transita em eventos como festivais de cinema, mostras nacionais e internacionais, em ações que envolvem a gestão do conhecimento, em atividades nas escolas e universidades, revelando a comunicação e a troca de conhecimento pela migração de uma cultura, predominantemente oral, para a cultura digital. O Quadro 19 apresenta as características diferenciadoras dos cibermeios analisados.

Quadro 19 – Características diferenciadoras dos cibermeios analisados

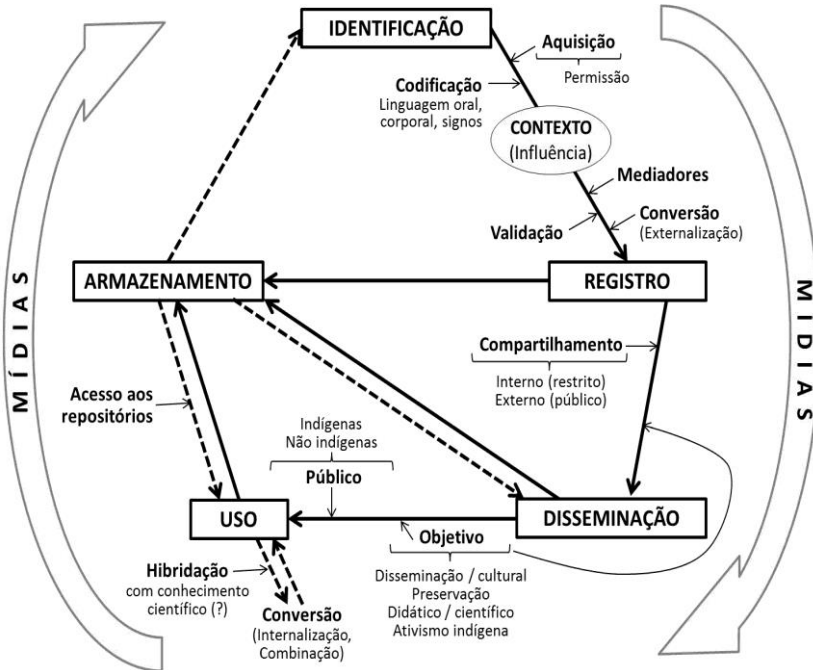
CRITÉRIOS	VIDEO NAS ALDEIAS	ÍNDIO EDUCA
Quanto aos objetivos do cibermeio		
Objetivo (interno)	Formação de indígenas para o uso de câmeras em registros audiovisuais para “guardar” conhecimentos indígena	Formação de indígenas para a produção de materiais didáticos sobre a temática indígena
Objetivo (externo)	Dar visibilidade para a produção audiovisual, fortalecendo os cineastas indígenas e suas produções	Criar espaços para que seus materiais sejam usados e divulgados em escolas indígenas e não indígenas
Quanto aos objetivos e características dos conteúdos		
Tipo de conteúdo	Audiovisuais de produção indígena e coprodução com não indígenas	Ênfase em textos (de autoria indígena). Também audiovisuais de autoria indígena e

		em coprodução com não indígenas
Objetivo da produção e divulgação do conteúdo	Registro, “guarda” e disseminação do conhecimento tradicional indígena	Recontar a história dos indígenas brasileiros. Promover reflexões sobre o histórico e atuação indígena na sociedade atual
Principais temas/assuntos tratados no conteúdo	Registro de cerimônias e ritos, mitos, festas, preservação da natureza e dos recursos naturais, confecção de artefatos, denúncias de violência e discriminação e processos de capacitação para os audiovisuais.	Histórico indígena na versão dos indígenas. Luta pela demarcação das terras, manifestos contra a violência e o preconceito
Audiência para o conteúdo produzido	Populações indígenas, instituições parceiras, mostras e festivais de cinema, sociedade em geral	Professores e alunos indígenas e não indígenas, sociedade em geral

Fonte: Criação da autora.

Especificamente sobre a gestão do conhecimento tradicional indígena, o capítulo 3 evidenciou, a partir da literatura referenciada, a emergência de modelos de gestão que congreguem conhecimentos tradicionais e científicos, sobretudo a complexidade que envolve a explicitação do conhecimento tácito. O conjunto de elementos recolhidos e analisados, provenientes da revisão bibliográfica, das análises dos cibermeios e das falas dos informantes indígenas, levou à criação de um roteiro para a gestão do conhecimento tradicional indígena (GCTI), apresentado na Figura 27.

Figura 27 - Roteiro para a gestão do conhecimento tradicional indígena



Fonte: Criação da autora.

O início do processo de GCTI se dá com a identificação do conhecimento, tornando-o visível (FOLKENS; SPILIOPOULOU, 2004, p.27), o que significa buscar, localizar e reconhecer o conhecimento já existente. A identificação, segundo Wang e Ahmed (2005), é a busca e localização de novas informações, ideias e conhecimentos. Nas atividades/ações que envolvem a aquisição do conhecimento tradicional, é necessário prever a participação efetiva dos líderes ou das pessoas mais velhas. Conforme já apresentado neste trabalho, há tipos de conhecimentos que não são compartilhados entre populações não indígenas; neste sentido, deve-se respeitar a decisão da comunidade, garantindo que não haja violação de tais determinações. Há o costume, em grande parte das comunidades e aldeias indígenas, de seguir os ensinamentos dos mais velhos, pois segundo sua cultura, são os

depositários da memória e as principais fontes do saber. Por sua natureza predominantemente tácita, a aquisição do conhecimento tradicional indígena não deve ser puramente tecnológica (LWOGA, 2011).

Nas atividades que envolvem a codificação do conhecimento tradicional, aconselha-se a criação de mecanismos para o diálogo mais próximo da realidade contextual, com a colaboração de pessoas da comunidade, denominados especialistas ou mediadores locais, de modo a elucidar possíveis palavras, termos ou significados não correntes, como, por exemplo, linguagem corporal, dizeres locais, metáforas, idioma nativo, entre outras. Percebe-se, portanto, conforme roteiro apresentado, que o contexto é um elemento-chave nesta etapa. Ações que possam gerar algum tipo de dano ou impacto no ambiente de identificação do conhecimento tradicional devem ser necessariamente evitadas. Reitera-se, neste sentido, a importância do contexto para sua interpretação, conforme os estudos de Boisot (1998). Segundo orientações do World Bank (1998), devem ser realizadas ações para sensibilizar sobre a importância do conhecimento tradicional indígena entre os parceiros, ou seja, entre todas as instâncias de desenvolvimento da gestão.

A conversão do conhecimento propõe a combinação e associação entre diferentes tipos de conhecimentos, “dialeticamente”, nas dimensões tácitas e explícitas (Nonaka; Toyama, 2008, p. 115). A codificação e a sistematização do conhecimento (métodos, planos, modelos, etc.) tornam-o “difusível” (BOISOT, 1998). A conversão mais importante, nesta etapa, é a externalização, ou seja, a conversão do conhecimento tácito (conhecimento tradicional indígena) em conhecimento explícito, difusível para disseminação e acesso entre indígenas e não indígenas.

Na etapa de registro, as mídias ganham destaque, entretanto, não devem ser consideradas como os elementos mais importantes, ou seja, o elemento humano é que detém o conhecimento, e as mídias devem ser empregadas como mediadoras. Nesse caso, é importante identificar quais são as mídias mais adequadas aos objetivos e fins propostos. No caso dos registros audiovisuais, é imperioso garantir que as especificidades da cultura não sejam negligenciadas ou não se percam ao longo do processo de registro. Outra questão a ser destacada é como se dará o uso e circulação dos registros, prevendo e garantindo requisitos para a permanência somente entre os atores envolvidos na

GCTI, ou, no caso de divulgação externa, “como” e “quais” públicos poderão ter acesso.

Ao buscar modos de explicitação e codificação do conhecimento tradicional indígena, devem-se prever formas de preservação e/ou de armazenamento deste, garantindo, dessa maneira, sua “guarda” e “reuso”, além de medidas que o torne acessível ao maior número de pessoas e contextos.

Neste sentido, o roteiro indica a etapa de disseminação do conhecimento tradicional indígena, conforme preceitos e determinações salientadas na literatura. Conforme citam Probst *et al.* (2002), a “distribuição” do conhecimento consiste no processo de compartilhar e disseminar o conhecimento entre indivíduos ou entre equipes de trabalho. O compartilhamento e a disseminação podem efetivar-se por meio da interação entre seres humanos ou, ainda, apoiados em outros meios de transmissão não humana (CEN, 2004). A disseminação do conhecimento busca por “métodos para a assimilação do conhecimento” (GENG, *et al.*, 2008), os quais incluem, “meios formais e informais” (TRAN; WANG, 2009). Conforme o roteiro apresenta, é prudente que os objetivos para as etapas, bem como o público envolvido sejam previamente indicados. É necessário decidir os canais e meios mais adequados para compartilhamento e disseminação.

A etapa de uso compreende o eficaz aproveitamento do conhecimento adquirido durante o processo de GCTI, mas é necessário que o conhecimento seja incorporado às práticas comportamentais, técnicas, regras da equipe ou organização (BOISOT, 1998). Folkens e Spiliopoulou (2004) salientam que é fundamental que o conhecimento identificado, adquirido ou criado, responda às necessidades e demandas do processo e indivíduos que necessitam fazer o seu uso. De acordo com World Bank (1998), há necessidade de ações que contribuam com a dimensão cultural do desenvolvimento e as questões locais, que envolvem pessoas e processos, devem estar sob atenção, constantemente. Importante mencionar que a desejável associação entre tipos, estruturas ou epistemes de conhecimentos, ou seja, na hibridação, resultado da combinação de conhecimento tradicional e conhecimento científico, torna-se necessário seguir regulamentações específicas, entre elas, se for o caso, deixar claras as questões de autoria, bem como os direitos de propriedade intelectual. O conhecimento tradicional indígena, uma vez registrado e disseminado (portanto, na forma explícita), é usado e, neste uso, produz novos conhecimentos tácitos e

explícitos pelos processos de internalização e combinação, respectivamente (NONAKA; TAKEUCHI, 2008).

O armazenamento do conhecimento inclui não apenas a guarda ou composição de um acervo de inventário, mas envolve a seleção, a organização, a atualização e disponibilização por meio de diretórios acessíveis (WORLD BANK, 1998; PROBST *et al.*, 2002; CEN, 2004; FOLKENS; SPILIOPOULOU, 2004). Na GCTI, a finalidade do armazenamento é a retenção do conhecimento em repositórios humanos e não humanos, de modo a prevenir a sua perda e possibilitando seu reuso. O armazenamento dos conteúdos de textos e de audiovisuais indígenas deve fazer com que estes materiais permaneçam facilmente acessíveis, especialmente para as populações de origem. Pode-se prever a criação de banco de dados regionais, nacionais e internacionais, acessíveis à comunidade indígena e não indígena, tendo, inclusive, a participação de universidades no desenvolvimento de projetos, expertises, processos e artefatos. Destaca-se a importância do uso de diferentes mídias em cada uma das etapas, indicadas aos seus objetivos e finalidades.

Por fim, há questões que perpassam todas as etapas do processo de GCTI. São elas: (a) conceitos e definições técnicas devem ser devidamente esclarecidos aos especialistas locais; (b) processos de gestão que envolvam populações indígenas que não dominam a língua portuguesa devem incluir, necessariamente, um especialista local que possui o domínio da língua original e também dos códigos da sociedade não indígena; (c) após o devido armazenamento, durante o processo de GCTI podem surgir novas demandas para reuso e também para a identificação/aquisição/criação de novos conhecimentos; (d) todos os atores que participam do contexto de identificação e aquisição do conhecimento, no caso a população indígena, devem estar cientes de todo o processo de GC, incluindo os resultados obtidos, sejam eles recursos materiais ou imateriais; (e) no caso da criação de um acervo ou inventário de conhecimento indígena, deve-se prever a participação efetiva do especialista indígena, sendo corresponsável pela manutenção e guarda; e (f) relações de confiança devem ser alimentadas e estendidas a todos os grupos envolvidos.

Silva (2014, p.220) apresenta indicações de atividades que podem ser desempenhadas por uma equipe de “apoio, ou acompanhamento, de natureza interdisciplinar”, entre elas: (a) auxiliar na coleta de dados,

informações e conhecimentos, em especial no que diz respeito a aspectos e especificidades da realidade local; (b) analisar e/ou deliberar sobre demandas e contribuições provenientes das partes interessadas; (c) atuar como *knowledge broker*, isto é, como corretor ou mediador do conhecimento, constituindo um canal de comunicação entre os atores, bem como promovendo uma ponte que permita unir o conhecimento científico ao conhecimento leigo e à cultura local; e (d) validar informações, resultados e/ou conclusões. Salienta-se que este tipo de equipe de apoio pode atuar em todas as etapas do processo de GCTI, mas notadamente durante a identificação e o registro do conhecimento, momento em que a mediação junto à comunidade indígena pode ser essencial para o êxito da explicitação do conhecimento.

Segundo os conceitos que regem o campo das Mídias do Conhecimento, as tecnologias de informação de comunicação de compartilhamento e de colaboração podem ser usadas em cada uma das dimensões, contribuindo para a captação de imagens e sons, e para o registro, divulgação, compartilhamento, disseminação e o armazenamento do conhecimento. Por fim, esta análise não negligencia importantes questões que norteiam processos de GCTI. As diferentes percepções e visões de mundo dos atores, a linguagem, as competências para o uso dos diferentes aparatos tecnológicos e a distância geográfica estão entre as nuances a serem consideradas e barreiras a serem transpostas. Soma-se a elas a noção de tempo e métodos necessários para que ocorra a interação entre os atores e formas de conhecimento (ZACK, 1999; GILL, 2000; MACHADO; DESIDERI, 2002).

7. CONCLUSÕES

A seção que apresentou a problemática desta pesquisa destacou as características, qualidades e a importância do conhecimento tradicional, elegendo-o como um elemento valioso, e que pode contribuir com o desenvolvimento da ciência, devendo, portanto, ser pesquisado, preservado e protegido. Esta seção também salientou que, devido a sua característica predominantemente tácita, sua codificação e consequente preservação tornam-se grandes desafios, e a sua transformação, erosão ou perda é um fato reconhecido. Como fatores que implicam em perdas ou transformação do conhecimento tradicional estão ações de políticas públicas não condizentes com a realidade e as necessidades das comunidades, processos de exclusão social e/ou migração em busca de novos modos de subsistência.

Há algumas décadas, populações indígenas brasileiras vêm encontrando novas formas de lidar com a realidade social, usam as tecnologias para estender seus vínculos, e a Internet como um lugar onde expõem e reivindicam suas principais demandas, entre elas, a demarcação de terras indígenas, a solução para graves conflitos nas fronteiras, ameaça ambiental gerada pela derrubada de florestas para construção de grandes empreendimentos, a contaminação de rios, etc. Ainda, como um espaço de ativismo político e cultural, registram o território da rede com manifestos que denunciam violência, discriminação e preconceito que sofrem. Ao fazer uso da Internet e na interação com variados recursos tecnológicos, entre eles, as redes sociais, povos indígenas brasileiros buscam tornarem-se visíveis perante a sociedade. Mais do que isso, lutar pela garantia de seus direitos.

A partir da problemática apresentada, elegeu-se, como objetivo geral, caracterizar o contexto de uso das mídias por populações indígenas brasileiras, identificando como as mídias digitais e a Internet podem contribuir para a preservação e disseminação de seu conhecimento tradicional.

Respondendo ao objetivo geral, pode-se dizer que, parte do universo de conhecimento tradicional está sendo registrado e dessa forma, preservado. Mas a preservação, na visão dessa pesquisa, não está somente “no” registro audiovisual, mas “como” ele é concebido. Há registros de audiovisuais que são “representações”, ou seja, encenações de cerimônias e de rituais que revelam como “eram” determinados tipos

de práticas. Ao realizarem essas produções, os indígenas estão não somente constituindo um acervo da memória e tradição indígena, mas, sobretudo, mobilizando as comunidades para a retomada, e a prática, de seus saberes. Na dinâmica dos registros audiovisuais, ocorrem também processos de transmissão de conhecimento, pois é preciso que os elementos da tradição, corporificados na memória dos mais velhos, ou ainda, daqueles que possuem o conhecimento, sejam explicitados às atuais gerações que não conhecem. Ao registrar elementos do cotidiano, modos de fazer determinado artefato, ou conhecimento relativo ao espaço físico e em relação com o cultivo e a preservação de recursos naturais, os indígenas buscam “guardar” o conhecimento para seus filhos e netos. Há audiovisuais que têm em seu conteúdo, nas narrativas dos mais velhos, a história da ocupação e organização do território, os modos de subsistência e relação com o universo simbólico, como referenciais. Do mesmo modo ocorre com a disseminação, o processo de registro é marcado por conversas, aprendem no coletivo, trocam informações, em diálogos, em reuniões, na exibição dos audiovisuais. Em formato digital o conhecimento é disseminado no cibermeio, nos *blogs* individuais, nas redes sociais, para instituições que os apoiam e, ainda, em outros espaços formais e informais.

Esta pesquisa identificou que, apoiados por instituições e sob a égide de projetos que buscam dar visibilidade a populações indígenas brasileiras, os cibermeios Vídeo nas Aldeias e Índio Educa constituem uma representatividade indígena na rede, incentivam, criam possibilidades para que jovens indígenas exerçam a autoria e encontrem, no uso das tecnologias, mediações para novas e intensas relações com a sociedade em geral. Em especial, na produção de audiovisuais e textos, em que buscam registrar temas que elegeem como importantes para mostrar e refletir a cultura indígena, na visão indígena.

Na análise dos cibermeios, observou-se que os mesmos apresentam uma estrutura que propõe ao navegador incursionar por várias seções que contém e disponibilizam conteúdos de autoria indígena, ou ainda, em coprodução com não indígenas. Não há dificuldades no acesso aos conteúdos. Demonstam, por suas características, seus objetivos e finalidades, por exemplo, as imagens de indígenas manuseando filmadoras no Vídeo nas Aldeias, mostram seu direcionamento para a formação de produtores de audiovisuais e disseminação dos conteúdos produzidos, dando visibilidade a suas identidades culturais e grupos étnicos. Há, neste cibermeio, a

predominância de conteúdos audiovisuais. No portal Índio Educa, as seções organizadas por ícones, como um visor de tela digital, oferecem ao navegador conhecimentos sobre o contexto indígena atual. Seus conteúdos, com predominância para os textos de autoria própria, possuem caráter didático e buscam reelaborar o olhar da sociedade sobre o indígena, e também a visão que indígenas possuem deles mesmos. A visibilidade que os cibermeios promovem para a cultura indígena elege-os como uma importante referência na disponibilização e acesso a cultura digital indígena, caracterizando, desse modo, sua grande contribuição com a expressiva população indígena brasileira.

Desde a primeira oficina de audiovisual, realizada no ano de 1997, o Vídeo nas Aldeias apoia os indígenas brasileiros no fortalecimento de suas identidades e de seus patrimônios. A tecnologia audiovisual foi a ferramenta usada para a criação de uma rede que tinha entre seus “nós” a criação e a distribuição dos vídeos produzidos entre as comunidades indígenas. Tornou-se uma escola de formação audiovisual, que gerou um valioso acervo de imagens. Propiciou aos indígenas a oportunidade de, através de seus audiovisuais, estabelecerem trocas com outros indígenas e com outras culturas. Os jovens bolsistas universitários que colaboraram com a criação do portal Índio Educa, em 2011, foram capacitados para o exercício da autoria, ao mesmo tempo que, definiam junto com a gestão, que tipo de abordagem teriam os conteúdos e quais eram os temas. Decidiram que seriam textos simples, com uma abordagem direta, didática, que responderiam as dúvidas básicas sobre o que comem os indígenas, o que vestem, onde moram e como vivem, refletindo sobre a resistência, modos de subsistência e relação (de subordinação) com a cultura não indígena.

Ao responder o primeiro objetivo específico, ou seja, compreender a origem e os contornos atuais de conteúdos digitais produzidos por grupos indígenas brasileiros pode-se dizer que, para os jovens cineastas indígenas, o uso das filmadoras, repercutiu no modo de ver a cultura indígena através dos seus registros, proporcionou o contato com outras realidades, gerou meios de profissionalização. Para os bolsistas do Índio Educa, ao elaborarem os textos e entrarem em contato com os textos produzidos pelos colegas, os jovens ressignificaram a relação com a sua cultura, assumindo a visão do projeto, ou seja, desconstruir a história contada pelos livros e colocar outras histórias no lugar delas. Suas produções são usadas como recursos didáticos em escolas indígenas e não indígenas. O domínio e uso da tecnologia e da

Internet trouxeram a esses jovens e a suas comunidades, novas oportunidades e intercâmbios com a sociedade em geral.

Conforme proposto no segundo objetivo específico, buscou-se analisar a representação e participação indígena na cultura digital, descrevendo os meios utilizados, características e objetivos a partir das categorias “preservação”, “disseminação do conhecimento”, e “uso das mídias digitais e Internet”. A par disso, ao analisar os cibermeios e seus conteúdos, pode-se dizer que a preservação do conhecimento tradicional indígena ganha sentido no registro para “reavivar” e para “guardar” o conhecimento, os modos de fazer e viver, para o fortalecimento da cultura, bem como referenciais de memória para as futuras gerações.

Sobre a disseminação do conhecimento tradicional indígena, pode-se dizer que conforme análises realizadas nos cibermeios e nos conteúdos de textos e vídeos selecionados, atualmente populações indígenas brasileiras convivem com modos tradicionais e contemporâneos de disseminação do conhecimento. Entre as práticas de disseminação do conhecimento indígena, identificadas a partir das análises dos conteúdos, a disseminação do conhecimento ocorre: (a) no interior da comunidade ou aldeia, de forma tradicionalmente oral, por atividades diárias que incluem as práticas de seus referenciais culturais transmitidas, ou seja, transferidas de uma pessoa para outra, através do exercício, da observação e da repetição e da assimilação; (b) no intercâmbio e trocas com indígenas aparentados ou de outras etnias em visitas às comunidades ou aldeias; (c) nas relações que estabelecem com não indígenas, em visitas, reuniões, em festas comemorativas, nas universidades; (c) na educação formal, em atividades nas escolas indígenas, na transferência de conhecimento por meio de materiais didáticos e ações que pretendem desmistificar e/ou reconstruir a imagem indígena para a própria comunidade e para a sociedade em geral; (d) em eventos específicos que geram novos conhecimentos no campo da criação, na captação de imagens e de áudio, em oficinas para capacitação e formação para o uso dos equipamentos, na produção e edição de conteúdos de textos e audiovisuais; (e) na Internet, por meio de *sites* de associações e/ou instituições indígenas, *blogs* indígenas, nas redes sociais. Neste sentido, o intercâmbio e as trocas culturais significam possibilidades reais de interação com outras comunidades indígenas e com não indígenas, permitindo, neste sentido, também o contato com outros tipos de conhecimentos.

No uso das mídias para o registro audiovisual, as ações indígenas não estão limitadas a aprender e usar a tecnologia. Trata-se, pois, de um processo que os mobiliza de forma global, envolve suas dimensões perceptivas, interpretativas e expressivas, novos domínios e códigos que os tornam protagonistas e autores. Quanto aos materiais analisados, no formato digital os conteúdos indígenas podem ser lidos por diferentes pessoas, de diferentes línguas e culturas, possibilitam interação entre diferentes sujeitos, além de disseminarem novos discursos sobre o contexto indígena.

As mídias estendem as fronteiras das comunidades e aldeias, promovem o contato e interação com outras culturas e grupos sociais e oferecem meios para acessar os benefícios básicos como consulta a previdência ou assistência social, cursos na modalidade à distância, realização de pesquisas, contato com parentes de outras regiões do país, com grupos indígenas de várias partes do mundo. O uso e apropriação das tecnologias permite saber o que acontece no mundo, traz para a comunidade ou aldeia atualizações sobre as suas principais reivindicações e lutas. Também proporciona aos jovens indígenas possibilidade de formação audiovisual, de autoria e de protagonismo. Em outra direção, as mídias sociais ou redes sociais (*Facebook, Whatsapp, Twitter, YouTube*, etc), são vistas como espaços que potencializam o exercício da livre comunicação, oportunizam a expressão de opinião individual, a mobilização coletiva e a denúncia, configurando-se como um poderoso canal de divulgação de múltiplas e variadas informações.

Na análise dos conteúdos selecionados, percebeu-se o forte viés didático dos materiais do portal Índio Educa. Tais materiais respondem à demanda surgida com a aprovação da Lei 11.645, a qual institui a obrigatoriedade de estudos sobre a cultura indígena nos currículos escolares brasileiros. Outra questão evidente foi a identificação da categoria ativismo indígena. O caráter didático informativo dos textos é reforçado pelo apelo para que seus direitos sejam reconhecidos, que não sofram discriminação e que a sociedade não indígena os reconheça por sua diversidade e pelas valiosas contribuições que podem oferecer. Tem-se, desse modo, o protagonismo e o ativismo social e cidadão indígena.

A aplicação da ferramenta matriz SWOT registrou, no contexto deste trabalho, quais são as fortalezas, fraquezas, oportunidades e ameaças no uso de mídias digitais e da Internet na preservação e disseminação do conhecimento tradicional de indígena. Estes elementos

foram respaldados pelas falas dos informantes e respondem ao terceiro objetivo específico, ou seja, apontar os pontos fortes e fracos do uso de mídias e de ambientes virtuais de populações indígenas brasileiras, para preservação e disseminação do seu conhecimento.

Ao navegar pelos cibermeios analisados, não houve dificuldades para transitar pelas diferentes seções ou *links*. Da mesma forma ao acessar os conteúdos. Os cibermeios possuem uma estrutura simples e permitem a navegação sem interrupções ou atropelos. Como ponto forte a destacar, a representatividade dos cibermeios indígenas analisados, em especial, o projeto que ampara ações que incentivam e promovem o protagonismo indígena, através da capacitação para uso das mídias digitais. Pode-se dizer que os cibermeios Vídeo nas Aldeias e Índio Educa, por suas especificidades, se complementam na representação de populações indígenas. Estes projetos e suas respectivas ações e visões formam jovens indígenas para que possam atuar de modo consciente e ativo em suas comunidades, estabelecendo contatos, firmando acordos e alianças e reafirmando a identidade indígena. Os cibermeios dispõem de espaços para arquivo e compartilhamento de seus conteúdos de autoria indígena e com coprodução não indígena. As mídias e a Internet possibilitam a criação de um “lugar” para o protagonismo e ativismo indígena, os quais geram possibilidades de repensar o lugar que ocupam na sociedade atual, sua aproximação com comunidades indígenas de diferentes países e com a sociedade não indígena em geral. Há a valorização dos cineastas indígenas. Ressalta-se que são tomadas medidas para que o conhecimento indígena, codificado em meios digitais seja compartilhado apenas no âmbito interno da comunidade indígena ou também de forma pública, isto é, alcançando a comunidade não indígena.

Essas questões, a partir da visão desta pesquisa, são eventos externos, vistos como oportunidades para os cibermeios e para o uso das mídias e Internet na preservação e disseminação do conhecimento tradicional indígena. As tecnologias e a Internet transformam-se em espaços de mobilização (virtual/física) para suas principais reivindicações, além de intercâmbio, promovem diálogo e trocas com outros povos e culturas. Para os cibermeios, entre as oportunidades geradas por suas forças externas, podem ser citadas, conforme apontado pelos gestores, a formação de uma rede articulada, de produção, disseminação e uso de materiais didáticos focados em questões indígenas e a criação de um Observatório do Conhecimento Indígena.

Ao dar destaque para o valor e importância do conhecimento tradicional indígena, abrem-se possibilidades para que novas pesquisas sejam realizadas contribuindo para o desenvolvimento de modelos, métodos e ferramentas específicos para a gestão do conhecimento tradicional indígena.

Como pontos fracos, identificou-se, nas falas dos entrevistados, há falta de recursos humanos para alimentar, digitalizar conteúdos, atualizar os cibermeios e mediar os comentários. Esta questão pode estar gerando falhas nos canais de interação, ou, estar vinculada a problemas técnicos não identificados durante a análise da funcionalidade e usabilidade dos cibermeios. Nota-se que há um número considerável de visualizações e o mesmo não ocorre com comentários ou postagens. Segundo os gestores, há carência de recursos para a manutenção das ações do projeto e suas ampliações, ou ainda, para a formação continuada para o uso das mídias digitais. Outro ponto fraco refere-se ao uso das tecnologias e da Internet sem o domínio de novos códigos, por determinados grupos indígenas. A dificuldade com a língua portuguesa na modalidade escrita foi detectada. Há outros códigos que os indígenas precisam dominar, entre os quais outros idiomas importantes para a operação, o manuseio de equipamentos, a linguagem das redes, o domínio de elementos gráficos e sinais técnicos. Os informantes apontam a falta de recursos para a compra de equipamentos novos ou ainda para participação em eventos, além de formação continuada para a produção textual. Em muitas comunidades ou aldeias indígenas há um local destinado para a comunidade acessar a Internet, mas podem ocorrer vários imprevistos, como sinal fraco, equipamentos quebrados, ou ainda a inexistência de sinal. Especificamente em relação ao registro audiovisual de tipos de conhecimentos que estão em risco, a pesquisa evidenciou que os produtores encontram, em algumas comunidades, pessoas que possuem determinado conhecimento e que são resistentes ou negam sua transmissão para a comunidade. Não foi evidenciado, de modo claro, um sistema de armazenamento dos conteúdos digitais produzidos, além do espaço disponibilizados nos cibermeios.

Existem algumas ameaças para a continuidade dos projetos e ações. A dificuldade na obtenção (captação) de recursos financeiros e a permanente dependência financeira externa para a gestão do projeto e do cibermeio representam grandes desafios para os projetos que amparam os cibermeios. Os informantes citam que há preocupação dos mais velhos e das lideranças, pelo uso que os mais jovens fazem das redes

sociais. O acesso à Internet tem colaborado, em grande medida, para a assimilação de novos hábitos e o desinteresse pela sua cultura. Esta questão, aliada a ações mercantilistas de alguns “detentores” do conhecimento tradicional e a substituição de formas tradicionais de preservação e disseminação de conhecimento, podem levar à perda de seus referenciais. Vale dizer que a falta de pesquisa sobre meios ou métodos para o armazenamento do conhecimento indígena também é uma ameaça.

Ao dar resposta ao quarto objetivo específico, qual seja, identificar, a partir de abordagens de GC, ações que possam contribuir para as etapas de identificação, registro, disseminação, uso e armazenamento do conhecimento tradicional indígena, apresentou-se um roteiro que possui suas bases nos estudos de três abordagens de GC, na percepção da pesquisa, a partir das análises dos cibermeios e seus conteúdos, e das entrevistas. O roteiro demonstra o processo de gestão do conhecimento tradicional indígena, caracterizando as etapas e ações, indicando o uso das mídias em todas as etapas. O roteiro é indicado, *a priori*, para emprego apenas no contexto apresentado, contudo, por suas características, há possibilidades de aplicação em contextos semelhantes, em que o conhecimento tácito (indígena ou de outras populações) seja integrado a outros tipos de conhecimentos.

Ao refletir sobre o contexto apresentado, os fatores e segmentos que negligenciam as comunidades indígenas brasileiras e o valor de seus conhecimentos, essa pesquisa contribui de modo a estimular o olhar para a diversidade, expondo um contexto investigativo que pode gerar novos conhecimentos sobre eles, sua visão de vida e a relação atual com a sociedade. Contribui com um registro que percebe a inclusão digital e o uso de mídias como direito à participação, sobretudo de autorrepresentação na sociedade do conhecimento, e não somente sua adaptação às exigências desta. As contribuições desta pesquisa acompanham outras pesquisas realizadas no país que entendem que a preservação do conhecimento tradicional é uma medida que garantirá que um sistema completo e complexo de conhecimentos não se perca por completo, o que pode beneficiar não somente as populações que o detém, mas a sociedade como um todo.

7.1 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

Explanadas as conclusões obtidas a partir da presente pesquisa, apresentam-se temas que podem resultar em propostas para pesquisas futuras:

Investigação similar à apresentada pode ser replicada em estudos de *sites* criados por outras comunidades tradicionais, ou ainda, desdobramentos da análise aqui apresentada, com aperfeiçoamento do instrumento de descrição e análise. Este pode ser aprimorado em seus requisitos técnicos ou adaptado a novas situações em que estudos possam identificar questões não apresentadas nesta pesquisa.

Outra questão se refere a pesquisas que avaliem os impactos que a transição da cultura oral para a cibercultura promoverá, em longo prazo, ao universo do conhecimento tradicional de populações indígenas brasileiras. Tal pesquisa pode ter, como foco, investigações que acompanhem se o crescente e expressivo uso das câmeras para registro audiovisual e memória do conhecimento tradicional pode, ao longo do tempo, substituir as práticas e ensinamentos pela oralidade, ainda presentes em comunidades e aldeias.

Em relação aos cibermeios analisados, ambos revelaram a emergência de novos apoiadores e colaboradores, indicando que os próprios *sites* necessitam de organização e atualização em seus conteúdos. Nessa direção, um tema que pode ser aprofundado diz respeito ao acompanhamento das mudanças ou transformações, além da implementação de projetos futuros, conforme perspectivas apresentadas pelos gestores dos referidos cibermeios.

Esta pesquisa abre uma lacuna na questão da identificação de *sites* de populações tradicionais em outros países, estabelecendo paralelo entre os objetos, finalidades e ações, além dos conteúdos produzidos, incluindo considerações que possam identificar limites e avanços em relação ao contexto brasileiro apresentado.

É válido, registrar ainda, a importância de pesquisas que possam propor alternativas para o devido armazenamento dos conteúdos indígenas, estabelecendo critérios para acesso e uso, indicando suportes técnicos e mídias adequadas.

REFERÊNCIAS

ABDEL-MONEIM, Sarah G. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual de resistência no Chiapas cibernético. **Rev. Estud. Fem.**, v.10, n.1, p.39-64, 2002.

ABREU, Regina; NUNES, Nina L. Tecendo a tradição e valorizando o conhecimento tradicional na Amazônia: o caso da “linha do tucum”. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 18, n. 38, p. 15-43, 2012.

AGUILLAR, Alejandra. Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no Brasil. **Inf. & Soc.:Est.**, v.22, n.1, p.121-128, 2012.

AGRAWAL, Arun. Indigenous knowledge and the politics of classification. **International Social Science Journal**, v.54, n.173, p.287-297, 2002.

ALAMI, Sophie; DESJEUX, Dominique, GARABUAU-MOUSSAOUI, Isabelle. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ALLEGRETTI, Mary H. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON, A; ALLEGRETTI, M.H.; M, A; SCHWARTZMAN, S.; MENEZES, M.; MATTOSOS, R.; FLEISCHFRESSER, V.; FELIPPE, D.; WAWZYNIAK,V.; ARNT, R. **O destino da floresta; reservas extrativista e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p.17-47.

ALEXANDER, Merie; CHAMUNDEESWARL, K.; KAMBU, Alphonse; RUIZ, Manuel; TOBIN, Brendan. **The role of registers and databases in the protection of traditional knowledge: a comparative analysis**. Tokyo: United Nations University/Institute of Advanced Studies, 2004. 46p. (UNU-IAS Report).

ALBAGLI, Sarita. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 17-22, 2006.

_____. Interesse global no saber local: a geopolítica da biodiversidade. In: MOREIRA, E.; BELAS, C.A.; BARROS, B. (Orgs.). SEMINÁRIO SABER LOCAL / INTERESSE GLOBAL: PROPRIEDADE INTELECTUAL, BIODIVERSIDADE E CONHECIMENTO

TRADICIONAL NA AMAZÔNIA, Belém, 2005. **Anais...** Belém: CESUPA, MPEG, 2005. p.17-27.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ANUNCHIRACHEEVA, Supaporn; DEMAINE, Harvey; SHIVAKOTI, Ganesh P.; RUDDLE, Kenneth. Systematizing local knowledge using GIS: fisheries management in Bang Saphan Bay, Thailand. **Ocean & Coastal Management**, v. 46, p. 1049-1068, 2003.

ARAÚJO, Silvia M. de; BRIDI, Maria A.; MOTIM, Benilde L. **Sociologia: um olhar crítico**. São Paulo: Contexto, 2009.

ARAUJO, Ana C. Z. de. **Cineastas indígenas: um outro olhar : guia para professores e alunos**. Ana Carvalho Ziller de Araujo, Ernesto Ignacio de Carvalho, Vincent Robert Carelli. (Orgs.) Olinda, PE: Video nas Aldeias, 2010.

ARUNOTAI, Narumon. Moken traditional knowledge: an unrecognised form of natural resources management and conservation. **UNESCO**, p.139-150, 2006.

ARRUDA, Rinaldo. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1, Conferências e Palestras. Curitiba, 1999. **Anais...** v.1, p. 262-276. Curitiba, 1997.

ARTIGAS, Darwin O. R. **Influencia de las TI/SI sobre el desarrollo de las capacidades potenciales de las pymes para gestionar conocimiento en un Espacio-I**. 2008, 230f. Tese (Doutorado em Ciencias y Tecnología) - Departamento de Sistemas, Universidad Centroccidental Lisandro Alvarado - UCLA. México, 2008.

AUGIER, Mie; VENDELO, Morten T. Networks, Cognition and management of tacit knowledge, **Journal of Knowledge Management**, v.3, n.4, p. 252-61, 1999.

BAECHLER, Jean. Grupos e Sociabilidade. In: BOUDON, R. (Ed.), **Tratado de Sociologia**. Lisboa: Edições Asa, p.57-95, 1995.

BALICK, Michael J.; COX, Paul A. **Plants, People, and Culture: The Science of Ethnobotany**. New York: Scientific American Library, 1997.

BALSIGER, Phillip W. Supradisciplinary research practices: history, objectives and rationale. **Futures**, v.36, p.407-421, 2004.

BALSLEV, Henrik; KNUDSEN, Tina R.; BYG, Anja; KRONBORG, Mette; GRANDEZ, César. Traditional knowledge, use, and management of *Aphandra natalia* (areaceae) in Amazonian Peru. **Economic Botany**, v.64, n.1, p.55-67, 2010.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRERA-BASSOLS, Narciso; ZINCK, J. Alfred; VAN RANST, Eric. Symbolism, knowledge and management of soil and land resources in indigenous communities: ethnopedology at global, regional and local scales. **Catena**, v.65, p.118-137, 2006.

BARRIOS, E.; TREJO, M.T. Implications of local soil knowledge for integrated soil management in Latin América. **Geoderma**, v.111, p.217-231, 2003.

BATISTA, Valdick S.; LIMA, Liane G. In search of traditional bio-ecological knowledge useful for fisheries co-management: the case of jaraquis *semaprochilodus* spp. (characiformes, prochilodontidae) in central Amazon, Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v.6, n.15, 2010, 9p.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2008, p. 189-217.

_____; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos avançados**, v.19, n.53, p. 71-86, 2005.

BENNETT, Roger; GABRIEL, Helen. Organizational factors and knowledge within large marketing departments: an empirical study. **Journal of Knowledge Management**, v.3, n.3, p. 212-25, 1999.

BERGAMASCHI, Maria A. Intelectuais indígenas, interculturalidade e educação. **Tellus**, ano 14, n. 26, p. 11-29, 2014.

BERKES, Fikret. Indigenous ways of knowing and the study of environmental change. **Journal Royal Society of New Zealand**, v.39, p.151-156, 2009.

_____; COLDING, Johan; FOLKE, Carl. Rediscovery of traditional ecological knowledge as adaptive management. **Ecological Applications**, v.10, p.1251-1262, 2000.

BIDWELL, Nicola J.; WINSCHIERS-THEOPHILUS, Heike; KAPUIRE, Gereon K.; REHM, Mathias. Pushing personhood into place: situating media in rural knowledge in Africa. **International Journal of Human-Computer Studies**, v.69, p.618-631, 2011.

BLOOD, Rebecca. **Weblogs: A History and Perspective. Rebecca's Pocket**. 7 Set 2000. Disponível em: http://www.rebeccablood.net/essays/weblog_history.html. Acesso em 23 de outubro de 2015.

BOISOT, Max H. Is your firm a creative destroyer? Competitive learning and knowledge flows in the technological strategies of firms. **Research Policy**, n.24, p.489-506, 1995.

_____; Knowledge assets: securing competitive advantage in the Information Economy. New York: Oxford **University Press**, 1998.

BOISOT, Max; COX, Benita. The I-Space: a framework for analyzing the evolution of social computing. **Technovation**, v. 19, n. 9, p. 525-536, 1999.

BOISOT, Max; LI, Yan. Organizational versus Market Knowledge: From Concrete Embodiment to Abstract Representation. **Journal of Bioeconomics**, v. 8, p. 219-251, 2006.

BOOTH, Annie; SKELTON, Norm. “We are fighting for ourselves” – First Nations’ evaluation of British Columbia and Canadian environmental assessment processes. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v.13, n.3, p.367-404, 2011.

BORGES, Katia N.; BRITTO, Milena B.; BAUTISTA, Hortensia P. Políticas públicas e proteção dos saberes das comunidades tradicionais. **RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 10, n.18, p.87-92, 2008.

BOTELHO, Louise. L. R.; CUNHA, Cristiano. C. de A.; MACEDO, Marcelo. 2011. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Revista Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte, v.5, n.11, p.121-136. Mai/ago 2011. Disponível: <http://www.ges.face.ufmg.br>. Acesso em out.2012.

BOTTENTUIT JR. João B.; COUTINHO, Clara P. Concepção de um portal de WebQuest em língua portuguesa: análise de sites existentes e a identificação das suas características. **XVIII Simpósio Brasileiro de Informática**. São Paulo, SP, 28 a 30 de novembro de 2007. 18p.

BOUTHILLIER, France; SHEARAM, Kathleen. Understanding knowledge management and information management: the need for an empirical perspective. **Information Research**, v.8, n.1, paper n.141, 2002.

BRAGA, Adriana. Etnografia segundo Christine Hine: abordagem naturalista para ambientes digitais. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação- **E-compós**, Brasília, v.15, n.3, 2012. 9p.

BRAHY, Nicolas. The contribution of databases and customary law to the protection of traditional knowledge. **International Social Science Journal**, v.58, n.188, p.259-282, 2006.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Congresso Nacional: Brasília, 1988. Presidência da República. Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 14 de fevereiro de 2012.

_____. **Decreto n. 5.051 de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da organização Internacional do Trabalho - OIT sobre povos indígenas e tribais. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2004.

_____. **Decreto n. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Presidência da República. Brasília, 2007.

_____. Lei nº. 9.985 de 18 de julho de 2000. Regulamenta o Art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. **Diário Oficial [da]**

República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 julho 2000.

_____. **Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997**. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Brasília: Presidência da República. Brasília, DF, 16 julho de 1997.

_____. **Nota Conjunta**. Brasília: Ministério das Comunicações e Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília, 1995. Disponível: <http://www.cgi.br/regulamentacao/notas.htm>. Acesso em 20 de setembro 2014.

_____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília. Presidência da República. Brasília, DF, 10 de março de 2008. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 27 de julho de 2015.

_____. **Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, 1974. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm. Acesso em 14 de dezembro de 2014.

_____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, Presidência da República. Brasília, DF, 29 de agosto de 2012. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 12 de setembro de 2015.

_____. **Portaria nº 2.662, de 13 de novembro de 2014**. Aprovar a Norma Geral do Programa GESAC. Brasília. Ministério das Comunicações. Brasília, DF, 13 de novembro de 2014. Disponível: <http://www.comunicacoes.gov.br/index.php>. Acesso em 15 de novembro de 2014.

_____. SNUC Sistema Nacional de Unidades de conservação: **texto da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e vetos da presidência da República**

ao PL aprovado pelo congresso Nacional. - São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2000. 2ª edição ampliada. 76 p.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Globalização e Estado-Nação.** Escola de Economia de São Paulo. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-EESP). [textos para discussão]. 2007, 30p. Disponível: [http://http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1976/TD160.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1976/TD160.pdf?sequence=1). Acesso em jan. 2014.

BRESIC, Boris. Knowledge acquisition in databases. **Management Information Systems**, v.7, n.1, p.32-41, 2012.

BRINCK, Tom; GERGLE, Darren; WOOD, Scott D. **Usability for the web: designing web sites that work.** San Diego, Academic Press, 2002.

BRIDGE, Marco F.; DI FELICE, Massimo. **Votán-Zapata: A marcha indígena e a sublevação temporária.** São Paulo: Xamã, 2002. 225p.

BRITTO, Rovilson R. **Cibercultura** – Sob o olhar dos estudos culturais. São Paulo: Paulina, 2009.

BROWN, John S., DUGUID, Paul. Organizational knowledge. **California Management Review**, v.40, n.3, p.90-111, 1998.

BRUCE, Margaret; BESSANT, John. **Design in business: strategic innovation through design.** Harlow: Pearson Education Limited, 2002.

BUCHIONI, Xenya de A. **Blog Diários: reflexões sobre a identidade indígena na virtualidade.**2010, 109f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2010.

BUCCHIONI, Xenya de A. Comunicação, visibilidade e vínculo: a presença indígena na virtualidade. Intercom- Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.** Curitiba, PR, 4 a 7 de setembro de 2009.14p.

BUSINGYE, Janice; KEIM, Wiebke. The political battlefield: negotiating space to protect indigenous and traditional knowledge under capitalism. **International Social Science Journal**, v.60, n.195, p.37-54, 2009.

BÜTTOW, Miriam V.; BARBIERI, Rosa L.; NEITZKE, Raquel S.; HEIDEN, Gustavo. Conhecimento tradicional associado ao uso de butiás (*Butia* spp. *Arecaceae*) no Sul do Brasil. **Rev. Bras. Frutic. Jaboticabal**, SP, v.31, n.4, p.1069-1075, 2009.

CALHOUN, Mikelle A.; STARBUCK, William H. Barriers to creating knowledge. In: EASTERBY-SMITH, M.; LYLES, M. A. (Eds.). **Handbook of organizational learning and knowledge management**. Malden, USA: Blackwell Publishing, 2003, p.473-492.

CANCLINI, Nestor G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003.

_____. **Diferentes, desiguales y desconectados: mapas de la interculturalidade**. Barcelona: Gedisa, 2004.

_____. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

CANEVACCI, Massimo. **A linha de pó: a cultura bororó entre tradição, mutação e auto-representação**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. Antropologia, ensino e cultura. **Perspectiva**: Florianópolis, v.20, n. Especial, p. 35-56, jul./dez.2002.

_____. **Sincrétika: explorações etnográficas sobre artes contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel, 2013.

CANNARELLA, Carmelo; PICCIONI, Valeria. Traditiovations: creating innovation from the past and antique techniques for rural areas. **Technovations**, v.31, p.689-699, 2011.

CAPUANO, Ethel A. Construtos para modelagem de organizações fundamentadas na informação e no conhecimento no serviço público brasileiro. **Ciência da Informação**, v. 37, n.3, p.18-37, 2008.

CARELLI, Vincent, CORREA, Mari e MONTE, Nietta. **Vídeo nas Aldeias se Apresenta**. VÍDEO NAS ALDEIAS, Olinda, 2003.

CARNEIRO, Celso Dal Ré; HENRIQUE, André. Análise de Sites em Geociências e Difusão de Materiais Didáticos na Internet. **Geol. USP Publ. Espec.**, v. 3, p. 57-70, 2005.

CARTA de São Luís do Maranhão, dezembro de 2001. Disponível: http://www.biopirataria.org/artigos/carta_São_Luis_do_Maranhão.pdf. Acesso em jan.2014.

CARVALHO, Ana A.A.; SIMÕES, Alcino; SILVA, João P. Indicadores de qualidade e de segurança em um *site*. N: JORNADAS DA SECÇÃO PORTUGUESA DA ADMEE: A avaliação e a validação das competências em contextos escolares e profissionais, 2., 2004. Braga, Portugal. **Actas...** Braga, Portugal: CIED, IEP, 2004.

CARVALHO, Antonio R. de S., MASCARENHAS, Carlos C., OLIVEIRA, Edson A. de A. Q. Ferramentas de disseminação do conhecimento em uma instituição de C,T&I de defesa Nacional. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v.3, n.2, p.77-92, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2003.

_____. **O poder da identidade**. (A Era da Informação: Economia, Sociedade, Cultura), v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTILHO, Carlos A. V. de. O papel da curadoria na promoção do fluxo de notícias em espaços informativos voltados para a produção de conhecimento. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. **Tese**. 2015.155p.

CASTRO, Edna. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1998. 16p. (Papers do NAEA, 092).

CASTRO, Eduardo V. de. A indianidade é um projeto de futuro, não uma memória do passado. **Prisma Jur.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 257-268, 2011.

CAVALCANTE, Ana Luisa B. L. **Design para a sustentabilidade cultural: recursos estruturantes para sistema habilitante de revitalização de conhecimento local e indígena**. 2014. 321f. (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. UFSC, Florianópolis, 2014.

CAZELOTTO, Edilson. **Inclusão Digital: uma visão crítica**. São Paulo: SENAC, 2008.

CDB – CONVENÇÃO PARA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. 2 - Série Biodiversidade n.1. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, 1992.

CDB – A CONVENÇÃO PARA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Cópia do Decreto Legislativo nº. 2, de 5 de junho de 1992. Ministério do Meio Ambiente-MMA. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, 2000.32p.

CEN – COMITÉ EUROPÉEN DE NORMALISATION/ EUROPEAN COMMITTEE FOR STANDARDIZATION. European guide to good practice in Knowledge Management – part 1: Knowledge Management Framework. Brussels: CEN, 2004.

CEPAL - COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. Os povos indígenas na América Latina – Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos – Síntese, 2015. Disponível: <http://repositorio.cepal.org/>. Acesso em 24 de março de 2015.

CHALMERS, Vera. O outro é um: o diagnóstico antropófago da cultura brasileira. In: CHIAPPINI, Ligia; BRESCIANI, Maria S. (Orgs.). Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CIDH – Derechos de los Pueblos Indígenas y Tribales sobre sus tierras ancestrales y recursos naturales. Normas y jurisprudencia del Sistema Interamericano de Derechos Humanos (OEA/Ser.L/V/II. Doc. 56/09), 30 de dezembro. 2009.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Sobre a autoridade etnográfica.** In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CLOSE, C. H.; HALL, G. B. A GIS-based protocol for the collection and use of local knowledge in fisheries management planning. **Journal of Environmental Management**, v.78, p.341–352, 2006.

COLAÇO, Thais L. Inclusão digital dos povos da floresta. **Portal do e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento.** 2013. p.97-

111. Disponível: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/inclus%C3%A3o-digital-dos-povos-da-floresta>. Acesso em abr.2014.

_____; SPAREMBERGER, Raquel F. L. Sociedade da informação: comunidades tradicionais, identidade cultural e inclusão tecnológica. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, v. 1, n.1, p. 207-230, 2010.

CONSTANZA, Robert. A vision of the future of science: reintegrating the study of humans and the rest of nature. **Futures**, v.35, p. 651-671, 2003.

CONVENCIÓN para la Protección del Patrimonio Mundial Natural y Cultural, 1972. Disponível: <http://www.unesdoc.unesco.org>. Acesso em mar.2014.

CORIGLIANO Magda A.; BAGGIO, Rodolfo. On the Significance of Tourism Website Evaluations. In: Hitz, M.; Sigala, M.; Murphy, J. (Eds.). **Information and Communication Technologies in Tourism 2006 – Proceedings of the International Conference in Lausanne – Switzerland** Springer, Wien, 2006,p. 320-331.

CORREA, Carlos. La conservación de Recursos Genéticos vegetales y los Derechos de Propiedad Intelectual. In: **Derechos comunitarios intelectuales. Respuesta a la transnacionalización del conocimiento?** Rurales 5. Año 3, n.1, 1999.

CORRÊA, Mauricio N. Os Aikewára no YouTube: o mundo digital e ações afirmativas. 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: redes sociais e aprendizagem. 02 e 03/12/2010, Recife, Universidade Federal de Pernambuco - Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologias na Educação **Anais...** Disponível: <http://www.ufpe.br/nehete/simpósio2010/index.html>. Acesso em mar.2014. 12p.

COSTA; Alda C. A comunidade indígena e o mundo tecnológico: reflexões sobre os impactos das mídias sociais navida dos Aikewára. 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: redes sociais e aprendizagem. 02 e 03/12/2010, Recife, Universidade Federal de Pernambuco - Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologias na Educação **Anais...** Disponível: <http://www.ufpe.br/nehete/simpósio2010/index.html>. Acesso em mar.2014. 14p.

COSTA, Leonardo. Inclusão digital uma alternativa para o social? Análise de projetos realizados em Salvador. In: ENCONTRO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA APLICADA, ECONOMIA POLÍTICA E INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA, 5., 9 a 11 de novembro de 2005. Bahia: **Anais...** Salvador, Faculdade da Bahia, 2005.

COSTELLA, Antônio F. **Comunicação do grito ao satélite**: história dos meios de comunicação. Campos do Jordão (SP): Editora Mantiqueira, 2002.

CPDS - COMISSÃO DE POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AGENDA 21 NACIONAL. **Agenda 21: Resultado da Consulta Nacional**. 2ª ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 158p.

CREPALDI, Lilian. A comunicação popular do Exército Zapatista de Libertação Nacional: um ensaio sobre identidade e linguagem. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – UnB – 6 a 9 de setembro de 2006, 15p.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa & projeto de pesquisa**. Escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

_____. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRONIN, Shane J.; GAYLORD, David R.; CHARLEY, Douglas; ALLOWAY, Brent V.; WALLEZ, Sandrine; ESAU, Job W. Participatory methods of incorporating scientific with traditional knowledge for volcanic hazard management on Ambae Island, Vanuatu. **Bull Volcanol**, v. 66, p.652-668, 2004.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.

CUNHA, Manuela C. da. Cultura en la política: derechos intelectuales en las poblaciones indígenas y locales. In: IX CONGRESO DE ANTROPOLOGÍA DE LA FEDERACIÓN DE ASOCIACIONES DE ANTROPOLOGÍA DEL ESTADO ESPAÑOL, 4 a 7 setembro de 2002. Barcelona: **Anais...** Barcelona, Institut Català d'Antropologia, 2003.

_____. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, v.13, n.36, p.147-163, 1999.

_____. **Povos tradicionais têm um pacto com o meio ambiente.** (Entrevista) Instituto Sociedade, População e Natureza. 2008. Disponível: [http://: www.ispn.org.br/](http://www.ispn.org.br/). Acesso em dez. 2012.

_____; ALMEIDA, Mauro W.B. Quem são as populações tradicionais? In: CAPOBIANCO, J. P. R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWER, D.; IKEDA, S.; PINTO, L. P. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.** São Paulo: Estação Liberdade, 2001, 540p.

CYBIS, Walter. Ergonomia e usabilidade - **conhecimentos, métodos e aplicações.** São Paulo: Editora Novatec, 2010.

DAFT, Richard L. **Organizações: teorias e projetos.** Tradução de Cid. Knipel Moreira. São Paulo: Pioneira, 2002.

DALKIR, Kimiz, **Knowledge Management in Theory and Practice.** Elsevier, McGill University, 2005. p. 25-74.

DAMIAN, Ieda P. M. **Um modelo para análise dos serviços de sites de governos eletrônicos.** 2012, 222f. Tese. (Doutorado em Administração de Organizações) - Programa de Pós-Graduação em Administração de Organizações. USP, São Paulo, 2012.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Larry. **Conhecimento organizacional** - como as organizações gerenciam seu capital o intelectual. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DAWOE, E.K.; QUASHIE-SAM, J.; ISAAC, M.E.; OPPONG, S.K. Exploring farmer's local knowledge and perceptions of soil fertility and management in the Ashanti Region of Ghana. **Geoderma**, v.179, n.180, p.96-103, 2012.

DÉCADA da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: UNESCO, 2005.120p.

DECLARAÇÃO de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, 1972. Disponível: <http://www.dhnet.org.be/direitos/sip/onu/doc/estoc72.htm>. Acesso em mar.2014.

DI FELICE, Massimo. A digitalização das florestas (prefácio). In: PEREIRA, Eliete da S. **Ciborgues indígenas@s.br a presença nativa no ciberespaço**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. **Paisagens pós-urbanas – o fim da experiência urbana e as formas comunicativas de habitar**. São Paulo: Annablume, 2009.

_____. Ser redes: o formismo digital dos movimentos net-ativistas. São Paulo: **Matrizes**, p.49-71, 2013.

DIAS, Cláudia A. Portal corporativo: conceitos e características. **Revista Ciência da Informação**, v. 30, n.1. jan/abr/2001.

DIEGUES, Antonio C. (Org.) **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____.; ARRUDA, Rivaldo. S.V. (Orgs). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. (Biodiversidade 4).

_____.; _____.; SILVA, Viviane C.F. da; FIGOLS, Francisca A.B.; ANDRADE, Daniela. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL COBIO-COORDENADORIA DA BIODIVERSIDADE NUPAUB-NÚCLEO DE PESQUISAS SOBRE POPULAÇÕES HUMANAS E ÁREAS ÚMIDAS BRASILEIRAS. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2000. 211p.

DINIZ, Marcelo B.; DINIZ, Márcia J. T. Arranjo produtivo do artesanato na Região Metropolitana de Belém: uma caracterização empírica. **Novos Cadernos NAEA**, v.10, n.2, 2007.

DRUMMOND, José A.; FRANCO, José L. de A.; OLIVEIRA, Daniela de. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, Roseli S. (Org.) **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010. p.341-386.

ELLEN, Roy; HARRIS, Holly. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. In: EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP, 3, 1996, Canterbury. **Proceedings...** Canterbury, 1996.

ESCOSTEGUY, Ana C. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.

ETIENDEM, Denis N.; HENS, Luc; PEREBOOM, Zjef. Traditional knowledge systems and the conservation of Cross River gorillas: a case study of Bechati, Fossimondi, Besali, Cameroon. **Ecology and Society**, v.16, n.3, 22p. 2011.

FAILING, L.; GREGORY, R.; HARSTONEA, M. Integrating science and local knowledge in environmental risk management: A decision-focused approach. **Ecological Economics**, v. 64, p.47-60, 2007.

FAUSTO, Carlos; FRANCHETO, Bruna. **Tisakisü – Tradição e novas tecnologias da memória**. (1ª reimpressão). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

FERNANDES, Valdir; SAMPAIO, Carlos A. C. Formulação de estratégias de desenvolvimento baseado no conhecimento local. **RAE – Eletrônica**, v.5, n.2, 2006, 24p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de H. **Dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 5ª ed. Curitiba: Editora Positivo, 2010. 2272p.

FIALHO, Francisco A. P.; FILHO, Gilberto M.; MACEDO, Marcelo; NITIDIERI, Tibério da C. **Gestão da sustentabilidade na era do conhecimento**. Santa Catarina, Visual Books, 2008.

FIALHO, Francisco A.P.; MACEDO, M.; SANTOS, Neri dos; MITIDIERI, Tibério da C. **Gestão do conhecimento e aprendizagem: as estratégias competitivas da sociedade pós-industrial**. Florianópolis: Visual Books, 2006.

_____. MITIDIERI, Tibério da C.; SANTOS, Neri dos. **A Gestão do Conhecimento nas Organizações**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

FIDALGO, Filipe M.B. **Proposta de um modelo conceptual para explicitação e reutilização na transferência de conhecimento tácito**. 2012. 234f. Tese (Doutor em Ciências da Informação) - Departamento de Ciência da Engenharia e da Arquitectura. Universidade Fernando Pessoa. Porto, Portugal, 2012.

FIGUEIREDO, Guilherme G. De. Terra, Violência e Outra Democracia: O Caso do EZLN. **Reforma Agrária**. 2003. Disponível: <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/agr15.shtml>. Acesso em 12 de fevereiro de 2015.

FIGUEIREDO, Verônica de S. Hegemonia e contra-hegemonia nas ordens discursivas sobre a questão indígena no Brasil: silenciamento e

ativismo. 2014.326f. **Tese** (Doutora em Comunicação). Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOALE, Simon. The intersection of scientific and indigenous ecological knowledge in coastal Melanesia: implications for contemporary marine resource management. **UNESCO**, p.129-137, 2006.

FOLKENS, Folker; SPILIOPOULOU, Myra. Towards an evaluation framework for knowledge management systems. In: KARAGIANNIS, D.; REIMER, U. (Eds). **Practical aspects of Knowledge Management**. Berlin: Springer-Verlag, 2004, p.23-34.

FONSECA, Antonio P. Turismo e Populações Tradicionais Amazônicas: comunicação turística e memória. **RELEM** – Revista Eletrônica Mutações, jan-jul., 2011, 16p.

FRAGOSO, Suely; AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel. **Métodos de pesquisa para a internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANCHETTO, Bruna. A comunidade indígena como agente da documentação linguística. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.4, n.1, p.11-32, jul. 2007.

FREITAS, Ana E.de C. (Org.) **Intelectuais indígenas e a construção da universidade pluriétnica no Brasil**. Povos indígenas e os novos contornos do programa de Educação Tutorial/Conexões de Saberes. Rio de Janeiro: E-papers, 2015.

FREITAS, Ricardo O. de; MATTOS, Lucineide M. de. Caramuru FM: a rádio comunitária do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 32, Curitiba, 2009. 15p. **Anais...** Curitiba, Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009, Intercom, 2009.

FREITAS, Simone T.; PAMPLIN, Paulo A. Z.; LEGAT, Jefferson; FOGAÇA, Fabíola H. dos S.; BARROS, Roseli F.M. de. Conhecimento tradicional das marisqueiras de Barra Grande, área de proteção ambiental do Delta do Rio Paraíba, Piauí, Brasil. **Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v.15, n.2, p.91-112, 2012.

FREITAS, Débora M. de; TAGLIANI, Paulo R.A. The use of GIS for the integration of traditional and scientific knowledge in supporting

artesanal fisheries management in Southern Brazil. **Journal of Environmental Management**, n.90, p.2071-2080, 2009.

FUNAI. Participando do PPTAL: Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas na Amazônia Legal. Brasília: FUNAI, 2000.

GALLOIS, Dominique T. Não sabíamos que existiam limites. In: BRITO, J.P (coord.). **Os índios, nós.** Lisboa, Museu Nacional de Etnologia, 2000. p.246-51.

_____. Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.4, n.2, p.95-116, 2007.

_____. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: RICARDO, Fany. (org) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições sociais.** São Paulo. Instituto Socioambiental, 2004. p.17-41.

_____; CARELLI, Vincent. Índios eletrônicos: uma rede indígena de comunicação. **Revista Sexta Feira.** Antropologia, Artes e Humanidades. (Online). Disponível: http://issuu.com/gersontung2/docs/n2-web_1 2010. Acesso em 21 de agosto de 2012.

_____; _____. Vídeo e diálogo cultural – experiência do projeto Vídeo nas aldeias. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 61-72, jul./set. 1995.

GHAZINOORY, Sepehr; ABDI, Mansoureh; AZADEGAN-MEHR, Mandana. Swot Methodology: A State-of-the-Art Review for the Past, a Framework for the Future. **Journal of Business Economics and Management**, v.12, n.1 p. 24-48, 2011.

GAVAZZI, Renato A. **Agrofloresta e Cartografia Indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.** 2012. 297p. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

GENG, Xiaoqing, SUN, Cun; YOU, Baoqin; MAO, Runqing. A model of knowledge diffusion in organizational knowledge innovation. In: IEEE ICMIT, 2008. Bangkok. **Proceedings**, p. 957-960, 2008.

GERHARDINGER, Leopoldo C.; HOSTIM-SILVA, Mauricio; MEDEIROS, Rodrigo P.; MATAREZI, José; BERTONCINI, Áthila A.; FREITAS, Matheus O.; FERREIRA, Beatrice P. Fishers' resource mapping and goliath grouper *Epinephelus itajara* (Serranidae) conservation in Brazil. **Neotropical Ichthyology**, v.7, n.1, p.93-102, 2009a.

GERHARDINGER, Leopoldo C.; GODOY, Eduardo A.S.; JONES, Peter J.S. Local ecological knowledge and the management of marine protected areas in Brazil. **Ocean & Coastal Management**, v.52, p.154-165, 2009b.

GERMAN-CASTELLI, Pierina. **Diversidade Biocultural: Direitos de Propriedade Intelectual Versus Direitos dos Recursos Tradicionais**. 2004, 243p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

_____; WILKINSON, John. Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.19, p.89-112, 2002.

GESAC. **Metas do Ministério das Comunicações para o Plano Plurianual – PPA 2012/2015**. Disponível: [:file:///C:/Users/mari/Downloads/ppa-2012-2015-comunicacoes%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/mari/Downloads/ppa-2012-2015-comunicacoes%20(2).pdf) Acesso em 23 de novembro de 2015.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós tradicional. In: GIDDENS, A., BECK, U.; LASH, S. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

_____. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GILL, Satinder P. The tacit dimension of dialogue for knowledge transfer. **Helsinki School of Economics and Business Administration**, 2000.

GIORDANO, R.; LIERSCH, M. V; URICCHIO, V.F. The integration of expert and stakeholder cognitive models to support environmental monitoring. International congress on environmental modeling and software integrating sciences and information technology for environmental assessment and decision making. **Proceedings**. 2008, p.880-887.

GIRALDI, Mariana; HANAZAKI, Natalia. Uso e conhecimento tradicional de plantas medicinais no Sertão do Ribeirão, Florianópolis, SC, Brasil. **Acta bot. bras.**, v.24, n.2, p. 395-406. 2010.

GORE Chris; GORE Emma. Knowledge management: the way forward. **Total Quality Management**, v.10, n. 4-5, p.554-60, 1999.

GOTO, Tommy Akira. **Introdução à psicologia fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl**. Coleção Temas de Psicologia. São Paulo: Paulus, 2008.

GRATANI, Monica; BUTLER James R. A.; ROYEE, Frank; VALENTINE, Peter; BURROWS, Damien; CANENDO Warren I.; ANDERSON, Alex. Is validation of indigenous ecological knowledge a disrespectful process? A case study of traditional fishing poisons and invasive fish management from the Wet Tropics, Australia. **Ecology and Society**, v.16, n.3, 25p. 2011.

GREEN, Lawrence W.; OTTOSON, Judith M.; GARCÍA, Cesar; HIATT, Robert A. Diffusion theory and knowledge dissemination, utilization, and integration in Public Health. **Annual Review of Public Health**, v.30, p.151-174, 2009.

GREEN, Lesley J.F. Indigenous knowledge and Science: reframing the debate on knowledge diversity. **Journal of the world Archeological Congress**, v.4, n.1, p. 144-163, 2008.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. Cultura indígena no Nordeste em panorama. **Ariús**, v.14, n.1/2, p. 19-28, 2008.

GUTIERREZ, Suzana de Souza. A Etnografia virtual na pesquisa de abordagem dialética em redes sociais on-line. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 32, 2009, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Espaço Livre, 2009, p. 1-16. Disponível: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT16-5768-Int.pdf>>. Acesso em jan. 2014.

HAAS, Stephanie W.; GRAMS, Erika S. Readers, Authors, and Page Structure: A Discussion of Four Questions Arising from a Content Analysis of Web Pages. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 51, n. 2, p. 181-192, 2000.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996, p. 68-75.

HARGREAVES, Andy. **O Ensino na Sociedade do Conhecimento: a educação na era da Insegurança**. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Porto: Porto Editora, 2003.

HEFFERNAN, Claire. The Livestock Guru: demand-led knowledge transfer for poverty alleviation. Information and Communication Technologies and Development, 2006. **ICTD'06** International Conference on 25-26 may 2006. Berkeley, Califórnia.

HEISIG, Peter. Harmonisation of knowledge management – comparing 160 KM frameworks around the globe. **Journal of Knowledge Management**, v.13, n.4, p.4-31, 2009.

HERRMANN, Thora M. Indigenous knowledge and management of *araucaria araucana* in the Chilean Andes: implications for native forest conservation. **Biodiversity and Conservation**, v.15, p. 647-662, 2006.

_____. Knowledge, values, uses and management of the araucaria araucana forest by the indigenous Mapuche Pewenche people: a basis for collaborative natural resource management in southern Chile. **Natural Resources Forum**, v.29, p.120-134, 2005.

HILL, Rosemary. GRANT, Chrisy; GEORGE, Melissa; ROBINSON, Catherine; JACKSON, Sue; ABEL, Nick A typology of indigenous engagement in Australian Environmental management: implications for knowledge integration and social-ecological system sustainability. **Ecology and Society**, vol.17, n.1, 2012. 23p.

HILL, Nicholas A.O.; MICHAEL, Keith P.; FRAZER, Allen; LESLIE, Stefan. The utility and risk of local ecological knowledge in developing stakeholder driven fisheries management: the Foveaux strait dredge oyster fishery, New Zealand. **Ocean & Coastal Management**, v.53, p. 659-668, 2010.

HINE, Christine. **Etnografia Virtual**. Colección Nuevas tecnologías y sociedade. Editorial UOC, Barcelona, 2004.

HIRUNSSALEE, Siyanee; KANEGAE, Hidehiko. The use of local knowledge and its transfer for community self-protection development in flood prone residential area. **World Academy of Science. Engineering and Technology**, v.40, p. 480-485, 2010.

HOFFMAN, Lindsay H. Is Internet content different after all? A content analysis of mobilizing information in online and print newspaper. **I&MC Quarterly**, v. 3, n. 1, p. 58-76, 2006.

HUGHES, John. **A filosofia da pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais dos indígenas – Resultados do universo**: Brasil, 2010. Rio de Janeiro, 2012a. 244p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**: Brasil, 2010. Rio de Janeiro, 2012b. 211p.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**: Brasil, 2010. Rio de Janeiro, 2012c. 31p.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas. Plano Plurianual 2012-2015. Disponível: http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ouvidoria/pdf/acesso-a-informacao/Plano_plurianual-PPA_2012-2015.pdf. Acesso em 22 de abril de 2015.

ICSU, INTERNATIONAL COUNCIL FOR SCIENCE. **Science, traditional knowledge and sustainable development**. Paris, France: ICSU, 2002, 24p. (ICSU Series on Science for Sustainable Development, 4).

IFN - INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION. **Stakeholder Engagement: A Good Practice Handbook for Companies Doing Business in Emerging Markets**. Washington, 2007, 201p. Disponível: <http://www.ifc.org/enviro>. Acesso em abr.2014.

ISA - INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível: <http://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em 12 de outubro de 2015.

ISAAC, Marney E.; DAWOE, Evans; SIECIECHOWICZ, Krystyna. Assessing local knowledge use in agroforestry management with cognitive maps. **Environmental Management**, v. 43, p.1321-1329, 2009.

JACOBSON, Chris; STEPHENS, Anne. Cross-cultural approaches to environmental research and management: a response to the dualisms inherent in Western science? **Journal of the Royal Society of New Zealand**, v.39, p.159-162, 2009.

JENSEN, Klaus B. **Interactivity in the wild. An empirical study of 'interactivity' as understood in organizational practices**. 1998. Disponível em: < www.nordicom.gu.se/common/publ_pdf/180_003-030.pdf>. Acesso em 23 de setembro de 2015.

JIAO, Yuanmei; LI, Xiuzhen; LIANG, Luohui; TAKEUCHI, Kazuhiko; OKURO, Toshiya; ZHANG, Dandan; SUN, Lifang. Indigenous ecological knowledge and natural resource management in the cultural landscape of China's Hani Terraces. **Ecol. Res.**, v.27, p. 247-263, 2012.

KARGBO, John A. Indigenous knowledge and library work in Sierra Leone. **Journal of librarianship and information science**, v.38, n.2, p.71-78, 2006.

KLEIN, Tatiane e RENESSE, Nicodème de. **O que dizem (e pensam) os índios sobre as políticas de inclusão digital?** 2011. Disponível: <http://pib.socioambiental.org/pt/c/iniciativas-indigenas/web-indigena/o-que-dizem-e-pensam-os-indios-sobre-as-politicas-de-inclusao-digital>. Acesso em 05 de abril de 2014.

KOTHARI, Ashish. **Traditional knowledge and sustainable development**: draft for discussion. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development (IISD), 2007. Disponível em: <http://www.iisd.org>. Acesso em dez. 2012.

KUMARI, Jyoti. Indigenous knowledge erosion. **Indian Folklife**, v.2, n.4, p.10-11, apr/jun 2003.

KRUG, Steve. **Não me faça pensar: uma abordagem do bom senso à navegalidade da web.** São Paulo: Market Books, 2001.

LANDRY, Véronique; BOUVIER, Anne-Laure; WAAUB, Jean-Philippe. **Aboriginal land planning in Canadá: the role of Strategic Environmental Assessment in adaptive co-management.** [Ottawa]: Canadian Environmental Assessment Agency, 2009.

LAWSON, Clive; LORENZ, Edward. Collective learning, tacit knowledge and regional innovative capacity. **Regional Studies**, v.33, n.4, p.305-17, 1999.

LEMONS, André. **Ciberativismo.** Correio Brasiliense. Caderno Pensar, Brasília, DF, 15 de novembro de 2003. Disponível: <http://www.correiobraziliense.com.br/> Acesso em 23 de setembro de 2014.

_____. **Cibercultura** – tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.

_____. Cibercultura como Território recombinate. In: Trivinho, Eugênio e Cazaloto, Edilson. (Org.) **Cultura e seu espelho.** Campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa. São Paulo ABCiber - Itaú Cultural – CAPES. 2009a.

_____. Infraestrutura para a cultura digital. In: SAVAZONI, R; COHN, S. (Orgs). **Cultura digital. br.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, p.135-49, 2009b.

_____. Nova esfera Conversacional. In: KÜNSCH, Dimas A. *et al.* Esfera pública, redes e jornalismo. Rio de Janeiro, **Ed. E-Papers**, p 9-30.2009c.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia Estrutural Dois.** Ed. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1976.

_____. **Mito e significado.** Edições 70: Lisboa, Portugal, 1978.

_____. **O pensamento selvagem.** 11 Ed. Campinas: Papirus, 1989.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência.** São Paulo: Ed. 34, 1993.

_____. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Deborah; POZZOBON, Jorge. Amazônia Socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. São Paulo. **Revista Estudos Avançados**, v.19, n.54, 2005.

LIMA, Izaíra T. da S.; VIEIRA, José G. Índios Digitais: uma proposta de estudo da identidade do índio a partir dos portais Índios *On Line* e Indioeduca. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Fortaleza, CE, 3 a 7 de setembro de 2012.15p.

LING, Li Hong. From-Shannon – Weaver to Boisot: A review on the research of knowledge transfer model. **IEEE**, p.5439-5442, 2007.

LINS NETO, Ernani M. de F.; PERONI, Nivaldo; ALBUQUERQUE, Ulysses P. de. Traditional knowledge and management of Umbu (*spondias tuberosa*, Anacardiaceae): Na endemic species from the semi-arid region of Northeastern Brazil. **Economic Botany**, v.64, n.1, p. 11-21, 2010.

LITTLE, Paul E. **Conhecimentos tradicionais para o século XXI: etnografias da intercientificidade**. São Paulo: Annablume, 2010.

_____. Etnoecologia e direito dos povos: elementos de uma nova ação indigenista. In: LIMA, A.C.S.; BARROSO-HOFFMANN, M. (Orgs.) **Etnodesenvolvimento e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002, p.39-48.

LODHI, Mohammad S.; MIKULECKY, Peter. Motives and modes of indigenous knowledge management. **Recent Research in Urban Sustainability and Green Development**, p.89-94, 2011.

LUNDVALL, Bengt-Ake; BORRAS, Susana. The globalizing learning economy: Implications for innovation policy. Report based on contributions from seven projects under the TSER programme. DG XII, **Commission of the European Union**, dezembro, 1997.

LWOGA, Edda T. Knowledge management approaches in managing agricultural indigenous and exogenous knowledge in Tanzania. **Journal of Documentation**, v.67, n.3, p. 407-430, 2011.

MACEDO, Heitor S. **Processos participativos na gestão de áreas protegidas - Estudos de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do Sul do Brasil**. 2008. 206f. Dissertação (Mestre em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MACHADO, Ana C. M.M; DESIDERI, Piero E. dos S. As dificuldades na difusão do conhecimento tácito nas organizações. **XXII Encontro**

Nacional de Engenharia de Produção ENEGEP/ABEPRO, 2002, Curitiba,PR, 23 a 25 de outubro de 2002. 8p.

MACOUBRIE, Jane; HARRISON, Courtney. **The Value-Added research dissemination framework**. Washington, DC: Office of Planning, Research and Evaluation, Administration for Children and Families, U.S. Department of Health and Human Services, 2013. 23 p.

MAINA, Charles K. Traditional knowledge management and preservation: Intersections with Library and Information Science. **The International Information & Library Review**, v.44, n.1, p.13-27, 2012.

MALINOWSKI, Bronislau. **Os argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural,1978.

MAHROEIAN, Hamidreza; FOROZIA, Amirreza. Challenges in managing tacit knowledge: A study on difficulties in diffusion of tacit knowledge in organizations. **International Journal of Business and Social Science**, v. 3, n.19, p.303-308, 2012.

MARBÁN, Óscar; SEGOVIA, Javier; MENASALVAS, Ernestina; COVADOGA, Fernández-Baizán. Toward data mining engineering: A software engineering approach. **Information Systems**, v.34, p.87-107, 2009.

MATTOS, Patrícia P.; NOBRE, Itamar de M.; ALOUFA, Magdi A.I. Reserva de desenvolvimento sustentável: avanço na concepção de áreas protegidas? **Sociedade & Natureza**, ano 23, n.3, p. 409-422, 2011.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 2000.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v.9, n.1, p. 41-64, 2006.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MEYER, Morgan. The rise of knowledge broker. **Science Communication**, v.32, n.1, p.118-127, 2010.

MICHEL, Maria H. **Metodologia e pesquisa científica em Ciências Sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. São Paulo: Atlas, 2009.

MIEG, Harald A. System experts and decision making experts in transdisciplinary projects. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v.7, n.3, p.341-351, 2006.

MINAYO, Maria C. de S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.9-29.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MOHAI, Kgomotso H. Promoting African indigenous knowledge in the knowledge economy: exploring the role of higher education and libraries. **Aslib Proceedings: New Information Perspectives**, v.64, n.5, p.540-554, 2012.

MONDO, Theodora Mwebesa T.; BARYAMUREEBA, Venansius; WILLIAMS, D. Collaborative Framework for Supporting Indigenous Knowledge Management. **PIKM'07**, n.9, Lisboa, Portugal. p.163-170, 2007.

MONTARDO, Sandra; PASSERINO, Liliana. Estudo dos *blogs* a partir da netnografia: possibilidades e limitações. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v.4, n.2, 2006.

MONTE, Nietta L. **A formação dos “realizadores indígenas”**. 2004. Disponível:

<http://www.videonasaldeias.org.br/2009/biblioteca.php?c=9>. Acesso em 25 de março de 2015.

_____. Identidades indígenas em situação de fronteira. Campo Grande, MS: **Tellus**, ano 2, n. 3, p. 99-107, 2002.

_____. Textos para o currículo escolar indígena. In: SILVA, Aracy Lopes da (Org.); FERREIRA, Mariana Kawall Leal. **Práticas pedagógicas na escola indígena**. São Paulo: Global Gaia, 2001.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORALES, Elena N. **Apropriação de uma política pública de “inclusão digital” entre os Pataxós de Coroa Vermelha, Bahia**. 2008,

117f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, UnB, Brasília, 2008.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luiz Gonzaga. **Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MOREIRA, Eliane. Conhecimento tradicional e a proteção. **T&C Amazônia**. Manaus, n.11, p.33-40, 2007.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX**. Vol.2-Necrose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MOTA, Sara P. Direitos indígenas no ciberespaço: a conectividade nas margens. **QUADERNS-E**, v.15, n.1, p.22-42, 2010.

MOURA, Flávia de Barros P.; MARQUES, José Geraldo W. Etnobotânica na Chapada Diamantina, Bahia. In: MOURA, F. de B.P. (Org). **Conhecimento tradicional e estratégias de sobrevivência de populações brasileiras**. Maceió: EDUFAL, 2007. p.55-67.

MOURA, Ricardo D. Múltiplos saberes da diversidade em rede: conexões interculturais no debate da inclusão digital na perspectiva dos povos da floresta. **RBPG**, Brasília, v. 10, n. 21, p. 577 - 597, 2013.

MUGABE, John. **Intellectual Property Protection and Traditional Knowledge. An Exploration in International Policy Discourse**. Paper prepared for the World Intellectual Property Organization (WIPO), Geneva, Switzerland. Dezembro, 1998.

MULLER, Silvana G. **Patrimônio cultural gastronômico: Identificação, Sistematização e Disseminação dos Saberes e Fazeres Tradicionais**. 2012, 288f. Tese. (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC, Florianópolis, 2012.

MULYOUTAMI, Elok; RISMAMAN, Ratna; JOSHI, Laxman. Local knowledge and management of simpukng (forest gardens) among the Dayak people in East Kalimantan, Indonésia. **Forest Ecology and Management**, v.257, p.2054-2061, 2009.

MUTENGE, M.J.; ORTMANN, G.F.; FERRER, S.R.D. Management of non-timber forestry products extraction: Local institutions, ecological knowledge and market structure in South-Eastern Zimbabwe. **Ecological Economics**, v. 70, p. 454-461, 2011.

NAKASHIMA, Douglas. Traditional Knowledge: Resisting and Adapting to Globalization. **UNCTAD Expert Meeting on Systems and National Experiences for Protecting Traditional Knowledge, Innovations and Practices**. Genebra. 30 de Outubro – 1 de Novembro. 2000, 8p. Disponível: http://r0.unctad.org/trade_env/docs/unesco.pdf. Acesso em mar. 2014.

NASCIMENTO, Adir Casaro. Escola Indígena: palco das diferenças. Campo Grande: **UCDB**, 2004. 205 p. (Coleção Teses e Dissertações em educação, v. 2).

NERI, Marcelo C. **Mapa da exclusão digital**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

NETTO, Marinilse; FIALHO, Francisco A. Traditional knowledge and processes of innovation and creativity: Brazilian pottery and bobbin lace makers. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.17, n.1, p.145-158, 2014.

_____. FIALHO, Francisco A.; COELHO, Christianne C. de S. R. Inclusão digital de povos indígenas brasileiros - experiência de inclusão social e fortalecimento da identidade cultural. **Revista Amazônida**, v. 19, n.2, p.93-120, 2015.

_____; SILVA, Antonio W. L. da.; CUNHA, Cristiano J.C.A.; SELIG, Paulo M. Gestão do conhecimento aplicada ao conhecimento tradicional: o estado da arte. In: CONGRESSO LATINO-IBEROAMERICANA DE GESTÃO DE TECNOLOGIA, 15, 2013, Porto, Portugal. **Anais...** Porto, 27 a 31 de outubro de 2013. Disponível: http://www.altec2013.org/programme_pdf/1049.pdf. Acesso em fev.2014.

NEVES, Ivânia dos S. E-aikewara: inscrições de urucum no ciberespaço. 3º Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação. Redes sociais e aprendizagem. Universidade Federal de Pernambuco- Núcleo de Estudos de Hipertexto e Tecnologia na Educação. 02 e 03 de dezembro de 2010, 18p. Recife. **Anais**. Disponível: <http://nehte.com.br/simpósio/anais/#.VCA4T5RdU24>. Acesso em agosto 2013.

NGULUBE, Patrick. Managing and preserving indigenous knowledge in the knowledge management era: “challenges and opportunities”. **Information Development**, v.18, n.2, p.95-100, 2002.

NIELSEN, Jakob. **Projetando Websites**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

NIJAR, Gurdial Singh. In Defense of Local Community Knowledge and Biodiversity. A conceptual framework and the essential elements of a Rights Regime. **Third World Network**. Paper 1. Published by Third World Network, Panang, Malaysia, 1996.

NJIRAINI, Dorothy; LE ROUX, C.J.B. Applying Earl's KM model in IK management: with reference to Kenya and South Africa. **The Electronic Library**, v.29, n.6, p.817-827, 2011.

NOGUEIRA, Eliane M.S.; SASSI, Roberto. A arte das caixaras e o conhecimento dos caixareiros de Alagoas. In: Moura, F. B. P. (Org.). **Conhecimento tradicional e estratégias de sobrevivência de populações brasileiras**. EDUFAL, Alagoas, p. 91-103, 2007.

NONAKA, Ikujiro. A empresa criadora de conhecimento. In: TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008, p.39-53.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. Teoria da criação do conhecimento organizacional. In: TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008. p.39-53.

_____. **The knowledge-creating company**. New York: Oxford University Press, 1995.

NONAKA, Ikujiro; TOYAMA, Ryoko. Criação do conhecimento como processo sintetizador. In: TAKEUCHI, H; NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, p.91-117, 2008.

NONAKA, Ikujiro; TOYAMA, Ryoko; HIRATA, Toru. **Teoria e casos de empresas baseadas no conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

NORTH, Klaus. **Gestão do Conhecimento**. Um guia prático rumo à empresa inteligente. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

NUNES Jr. Orivaldo. **INTERNETNICIDADE: Caminhos das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação entre Povos Indígenas**. 2009, 111f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis, 2009.

O'BRIEN, Liz. MARZANO, Mariella; WHITE, Rehema M. 'Participatory interdisciplinarity': Towards the integration of

disciplinary diversity with stakeholder engagement for new models of knowledge production. **Science and Public Policy**, v.40 p. 51-61, 2013.

O'LEARY, Daniel E. Knowledge Management in accounting and professional services. In: ARNOLD, V.; SUTTON, S.G. (Eds.) **Researching Accounting as na Information Systems Discipline**. Sarasota: American Accounting Association, 2002.

OLIVEIRA, José N. de. Um pouco da minha infância. **Estudos Avançados**, v. 13, n.37, p. 87-103, 1999.

OLIVEIRA, Maria M. de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

PACHECO, Roberto C.; FREIRE, Patrícia de S.; TOSTA, Kelly C. B. T. Experiência multi e interdisciplinar do Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC. In: PHILIPPI Jr., Arlindo; SILVA NETO, Antonio J. **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**. Barueri-SP: Manole, 2011, p.566-606.

PARK, Mi Sun; YEO-CHANG, Youn. Traditional knowledge of korean native beekeeping and sustainable forest management. **Forest Policy and Economics**, v.15, p. 37-45, 2012.

PDBR - POLITICA DESENVOLVIMENTO DO BRASIL RURAL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Brasília, 2010, 60p.

PEI, Shengji; ZHANG, Guoxue; HUAI, Huyin. Application of traditional knowledge in forest management: Ethnobotanical indicators of sustainable forest use. **Forest Ecology and Management**, v.257, p.2017-2021, 2009.

PEIXOTO, Fernanda A.; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia M. **Antropologias, histórias, experiências**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

PERASSI, R. **Conhecimento, mídia e semiótica na área de Mídia do Conhecimento**. UFSC: Florianópolis, 2009. (material didático)

PENROD, Janice; PRESTON, Deborah B.; CAIN, Richard; STARKS, Michael T. A discussion of chain referral as a method of sampling hard-to-reach populations. **Journal of Transcultural Nursing**, vol 4. n° 2. April, 2003. 100-107p.

PEREIRA, Eliete da S. **Ciborgues indígen@s.br a presença nativa no ciberespaço**. São Paulo: Annablume, 2012.

_____. Nos meandros da presença étnica indígena na rede digital. In: Di Felice, M. (org) **Do público para as redes – a comunicação digital e as novas formas de participação social**. São Caetano do Sul: Editora Difusão, 2008. p. 287-333.

PEREIRA, Eliete. **Ciborgues indíge@s.br a presença nativa no ciberespaço**. 2007, 169p. Dissertação. (Mestre em Ciências Sociais) - Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas do Instituto de Ciências Sociais. UnB, Brasília, 2007.

PERRELLI, Maria Aparecida de S. “Conhecimento Tradicional” e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas Kaiowá/Guarani. **Ciência & Educação**, v.14, n.3, p.381-396, 2008.

PERRY, Monica; BODKIN, Charles. Content analysis of Fortune 100 company Web sites. **Corporate Communications: An International Journal**, v. 5, n. 2, p. 87- 96, 2000.

PHILIPPI JR. Arlindo; TUCCI, Carlos E. M.; HOGAN, Daniel J.; NAVEGANTES, Raul. Uma visão atual e futura da interdisciplinaridade em C&T Ambiental. In: Philippi Jr. A.; TUCCI, C.E.M.; HOGAN, D.J.; NAVEGANTES, R. (Eds.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000. p.169-280.

PINHEIRO, Antonio do S. F.; BARROS, Benedita da S.; BARBOSA, Neila C. dos S.; SOUZA, Alyne M.F. A proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais na Amazônia; pesquisa, inovação e desenvolvimento: há parceria possível? In: BARROS, Benedita da S.; LÓPEZ-GARCEZ, Claudia L.; MOREIRA, Eliane C.P.; PINHEIRO, Antonio do S. F. (Org.). **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Centro Universitário do Pará, 2006. p. 241-259.

PINTO, Alejandra A. A identidade/diversidade cultural no espaço comunicacional postmoderno, existe já um território digital indígena?. Faculdade de Arquitetura, e Comunicação. LECOTEC. **II Simpósio de Comunicação. Tecnologia e Educação Cidadã. Grupo de Trabalho Cultura Digital**. 11 a 13 de novembro de 2009a. Bauru (SP). 19p.

_____. A “Inclusão digital indígena” na sociedade da informação. V ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 27 a 29 de maio de 2009b. Salvador, Bahia.15p.

_____. Identidade/diversidade cultural no ciberespaço: práticas informacionais e de inclusão digital nas comunidades indígenas no **Brasil. Inf. & Soc. Est.** João Pessoa, v.22, n.1, p.121-128, 2012.

POHL, Christian. From Science to policy through transdisciplinary research. **Environmental Science and Policy**, v.11, p.46-53, 2008.

POLANYI, Michael. **The tacit dimension**. University of Chicago Press edition, 2009.

POPADIUK, Silvio; CHOO, Chun W. Innovation and knowledge creation: How are these concepts related? **International Journal of Information Management**, v. 26, n. 4, p. 302-312, 2006.

POSEY, Darrell A. **Cultural and Spiritual Values of Biodiversity**. Nairobi, Kenya: UNEP, IT Publications,1999.

_____; DUTFIELD, Graham. Mind the gaps: Identifying Commonalties and Divergences between Indigenous Peoples and Farmers Groups. **Oxford Centre for the Environment, Ethics & Society – UK**, prepared for the 5th Global Biodiversity Forum – Buenos Aires, Argentina, 1-3 november, 1996.

POSTER, Mark. The second media age. Cambridge, **Polity Press**, 1995.

PREECE, Jennifer; ROGERS, Yvone; SHARP, Helen. Design de Interação: Além da Interação homem-computador. Editora Bookman, São Paulo: 2005.

PRETO, Seila C.S.; MERINO, Eugenio A.D.; FIGUEIREDO, Luiz F.G. de. Gestão estratégica de Design e Aprendizagem Situada em comunidades tradicionais locais. **Projética**, v.2, n.1, p.5-18, 2011.

PRETTY, Jules. Interdisciplinary progress in approaches to address social-ecological and ecocultural systems. **Environmental Conservation**, v.38, n.2, p. 127–139, 2011.

PRIMO, Alex F.T. **Enfoques e desfoques no estudo da interação mediada por computador**, n. 45, 2005. Disponível em: http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/enfoques_desfoques.pdf. Acesso em 14 de dezembro de 2015.

PROBST, Gilberto; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. **Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2002.

PUMPA, Malcolm; WYELD, Theodor G. Database and narratological representation of Australian aboriginal knowledge as information visualisation using a game engine. In: BANISSI, E. *et al.* (Eds.). **Proceedings of the 10th International IEEE Conference on Information Visualisation (IV 06)**. London: IEEE, p.237-242, 2006.

PUMPA, Malcolm; WYELD, Theodor G.; ADKINS, Barbara. Performing traditional knowledge using a game engine: communicating and sharing Australian aboriginal knowledge practices. In: KINSHUK, R. *et al.* (Eds.). **Proceedings of the 6th IEEE International Conference on Advanced Learning Technologies (ICALT 2006)**. Kerkrade/Holanda: IEEE, p.810-814, 2006.

PUTHEGO, T.C.; CHANDA, R. Traditional ecological knowledge and community-based natural resource management: lessons from a Botswana wildlife management area. **Applied Geography**, v.24, p.57-76, 2004.

RAHMAN, Aatur. Development of an integrated traditional and scientific knowledge base: a mechanism for accessing, benefit-sharing and documenting traditional knowledge for sustainable socio-economic development and poverty alleviation. **UNCTAD - Expert Meeting on Systems and National Experiences for Protecting Traditional Knowledge, Innovations and Practices**. Genebra, 30 de outubro a 1 de novembro, 2000, 15p.

RECUERO, Raquel. Redes Sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo; FIRMINO, Fernando (Orgs.). **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009. p.39-55.

RENESE, Nicodème de. **Perspectivas Indígenas sobre e na internet**. Ensaio regressivo sobre o uso da comunicação em grupos ameríndios no Brasil. 2011, 147p. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RERKASEM, Kanok; YIMYAM, Narit; RERKASEM, Benjavan. Land use transformation in the mountainous mainland Southeast Asia region

and the role of indigenous knowledge and skills in forest management. **Forest Ecology and Management**, v. 257, p. 2035-2043, 2009.

RESENDE, ANA C. Z. de. **Direitos e autonomia indígena no Brasil (1960-2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial**. 2014, 360f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

REZENDE, Enio A. **Biopirataria ou bioprospecção? Uma análise Crítica da gestão do saber tradicional no Brasil**. 2008, 416 f. Tese. (Doutorado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, UFBA, Salvador, 2008.

_____; RIBEIRO, Maria T.F. O cupuaçu é nosso? Aspectos atuais da biopirataria no contexto brasileiro. **RGSA - Revista de Gestão Social e Ambiental**, v.3, n.2, p. 53-74, Maio a Ago. 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro. A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

RIBEIRO, Berta. **O índio na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

RIFIÓTIS, Theophilos; MÁXIMO, Maria E.; LACERDA, Juciano de S.; SEGATA, Jean. **Antropologia da cibercultura**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.

ROBERTSON, Hugh A.; MCGEE, Tara K. Applying local knowledge: the contribution of oral history to wetland rehabilitation at Kanyapella Basin, Australia. *Journal of Environmental Management*, v. 69, p.275-287, 2003.

ROCHA, Paula J.; MONTARDO, Sandra P. Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (e-compós)**, 22p. 2005. Disponível: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/55/55>. Acesso em abr. 2013.

RODRIGUES, Thiago M.; SOUSA, Richard P.L.de. Branding: gestão do conhecimento e mídia do conhecimento. In: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO – KM BRASIL, 9, 2011, Gramado, RS. **Anais...** Gramado, Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento, 26-27 outubro de 2011.

RONDELLI, Elisabeth. Quatro passos para a inclusão digital. **I-coletiva**, 2003. Disponível: www.comunicacao.pro.br/setepontos/5/4passos.htm. Acesso em 23 de setembro de 2014.

ROSA, Carlos A. de P. **História da Ciência**. 2ª ed. Brasília: FUNAG, 2012.

ROSENBAUM, Howard. Web-based Community Networks: A study of information organization and access. **ASIS '98 Contributed Papers – Political and Social Implications of Information Access**, p.516-529. 1998.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: Diegues, Antonio C. **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB-SP, 2000. p. 67-80.

RUDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura**. Perspectivas, questões e autores. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. Sherry Turkle, percurso e desafios da etnografia virtual. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v.14, n.2, p.155-163, 2012.

RUDZKIENE, Vitalija; MARTINAITYTE, Eugenija. Government Project Implementation Efficiency Measurement Methodological Issues, 6 th International Scientific Conference May 13–14, 2010, Vilnius, Lithuania **BUSINESS AND MANAGEMENT**, 2010 Selected papers. Vilnius, 2010 p. 956-964.

SACCOL, Amarolinda Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em Administração. **Revista da Administração da UFSM**, v.2, n.2, p.250-269, 2009.

SÁEZ, Oscar. E. O prometeo de Pie. Alternativas étnicas y éticas a la apropiación del conocimiento. **Ensayos e Investigaciones – Cuadernos de Bioética**. Buenos Aires, 2001. Disponível: <http://www.bioetica.org/cuadernos/enscons17.htm>. Acesso em nov.2013. 15p.

SALAZAR, Juan F. Indigenous people and the cultural construction of information and communication technology in Latin America. In: DYSON, Laurel E.; HENDRIKS, Max; GRANT, Stephen. Information technology and Indigenous people, London: **Information Science Publishing**, 2007.

SALGADO, Hebert C.; SANTOS, Rosselvelt J. dos. Etnoturismo, complexidade territorial e populações tradicionais: a territorialização do turismo nos espaços Culturais Quilombolas. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, 2011. 18p.

SAMAL; Prasanna K.; DHYANI, Pitamber P. Gender in the management of indigenous knowledge: reflections from Indian Central Himalaya. **Current Science**, v.91, n.1, p.104-108, 2006.

SANTAELLA, Lucia. **As linguagens como antídotos ao midiacentrismo**. MATRIZES, v.1, n.1, 2007. Disponível: <http://revcom.portcom.intercom.org.br/index.php/MATRIZES/issue/curr ent>. Acesso em jun.2013.

_____. **Culturas e artes do pós humano** – da cultura das mídias à cibercultura. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Comunicação ubíqua: repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013.

_____. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. O fim do estilo na cultura pós-humana. In: TRIVINHO, Eugênio; CAZELOTO, Edilson. (Orgs). **A cibercultura e seu espelho [recurso eletrônico]: campo de conhecimento emergente e nova vivência humana na era da imersão interativa**. São Paulo: ABCiber, Instituto Itaú Cultural, 2009, p.103-111.

_____. Os espaços líquidos da cibermídia. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação- e-compós*, 2005, p.1-13.

SANTANA, José V. J. de. Globalização e saber indígena: Na “Geografia do Sagrado” a possibilidade de construção de uma identidade étnica. **Revista Fórum Identidades**, ano 3, v.6, p.43-54,2009.

SANTILLI, Juliana. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. In: LIMA, André; BENSUSAN, Nurit. (Orgs). **Quem cala outorga?** Subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. São Paulo – Instituto Socioambiental, 2003.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTINELLO, Jamile; VERSUTI, Andrea. **Facebook: conectividade e reflexões da rede social para o contexto social do século XXI**. In: PORTO, C.; SANTOS, E. (Orgs.) Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar [online]. Campina Grande: EDUEPB, p.185-197, 2014.

SANTOS, Edméia; ROSSINI, Tatiana S. S. Comunidade REA-Brasil no Facebook: um espaço de ativismo, autorias, compartilhamentos e inquietações. In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edméia. (Orgs). **Facebook e educação: publicar, curtir**, compartilhar [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2014, pp. 85-112.

SANTOS, Karine L. dos.; PERONI, Nivaldo; GURIES, Raymond P.; NODARI, Rubens O. Traditional knowledge and management of *Feijoa (Acca sellowiana)* in Southern Brazil. **Economic Botany**, v.63, n.2, p. 204-214, 2009.

SANTOS, Laymert G. **Saber Tradicional x Saber Científico**. Povos Indígenas no Brasil 2001 a 2005 - ISA, 6p. 2005.

SANTOS, Eduardo T.; RODRIGUES, Marcos. **Educação à Distância: Conceitos, Tecnologias, Constatações, Presunções e Recomendações**. São Paulo: EPUSP, 1999. 32p.

SANTOS, Flávio M.R. dos; SOUZA, Richard P.L. de. O Conhecimento no campo de Engenharia e Gestão do Conhecimento. **Perspectivas em Ciências da Informação**, v.25, n.1, p.259-282, 2010.

SCHLACHER, Thomas A.; LLOYD, Stewart; WIEGAND, Aaron. Use of local ecological knowledge in the management of algal blommms. **Environmental Conservation**, v.37, n.2, p. 210-221, 2010.

SCHOLZ, Astrid; BONZON, Kate; FUJITA, Rod; BENJAMIN, Natasha; WOODLING, Nicole; BLACK, Peter; STEINBACK, Charles. Participatory socioeconomic analysis: Drawing on fishermen's knowledge for marine protected area planning in California. **Marine Policy**, v.28, p.335-349, 2004.

SCHULTZ, Tanjev. Interactive Options in Online Journalism: A Content Analysis of 100 U.S. Newspapers. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 5, n. 1, 1999.

SCHULTE, P.A.; LENTZ, T.J.; ANDERSON, V.P.; LAMBORG, A.D. Knowledge Management in occupational hygiene: The United State example. **The Annals of Occupational Hygiene**, v.48, n.7, p. 583-594, 2004.

SENA, Caio C.A.de.; CHAVEIRO, Eguimar F. Etnoturismo no cerrado de goiás: espaço étnico e turismo indígena na Chapada dos Veadeiros – Brasil. Población, turismo e identidad cultural. XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina: Reencuentro de saberes territoriales latinoamericanos. 8 a 11/4/2013. Lima, Perú. **Anais...** Disponível: http://www.egal2013.pe/wp-content/uploads/2013/07/Tra_Carlos-Rerisson-Rocha-da-Costa.pdf . Acesso em abr.2014.15p.

SHARIQ, Syed Z. How does knowledge transform as it is transferred? Speculations on the possibility of a cognitive theory of knowledgescapes. **Journal of Knowledge Management**, v.3, n.43, p. 243-51, 1999.

SIENA, Osmar; MENEZES, Daniel S. Gestão do conhecimento em reservas extrativistas. In: Seminário sobre sustentabilidade, 2, Curitiba, 2007. **Anais....** Curitiba, FAE, 2007. Disponível: http://www.unifae.br/publicações/pdf/IIseminário/pdf_praticas/praticas_19 Acesso em mar.2013.

SILLITOE, Paul. Defining indigenous knowledge: the knowledge continuum. In: Indigenous knowledge and development monitor, **CIRAN**, v.6, n.3, 1999.

SILVA, Antonio W. **Governança de indicadores de sustentabilidade em processos de avaliação ambiental estratégica sob mediação da Gestão do Conhecimento**.2014. 572f. Tese. (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, UFSC, Florianópolis, 2014.

SILVA, José B. da. Elementos para a construção do sentido e o significado do conceito de população tradicional e sua importância para o século XXI. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n. 3, p. 83-92, 2010.

SILVA, Marina. Saindo da invisibilidade: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**. Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007.

SILVA, Ravena S. M. da; CAVALCANTE, Carmen L. C. A reinvenção cultural dos índios Tapebas por meio da inclusão digital. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 2009. **Anais**. 12p.

SILVA, Tomaz T. da. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Edna L. da; MENEZES, Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVANO, Renato A.M.; BEGOSSI, Alpina. Fishermen's local ecological knowledge on Southeastern Brazilian coastal fishes: contributions to research, conservation, and management. **Neotropical Ichthyology**, v. 10, n.1, p. 133-147, 2012.

SIMÕES, Luciana L. (Coord.) **Unidades de Conservação: Conservando a vida, os bens e os serviços ambientais**. São Paulo, 2008. 23p.

SOUSA, Richard P. L. de; RODRIGUES, Thiago M. Conhecimento, Mídia e Semiótica na área de Mídia do Conhecimento. In: VANZIN, T.; DANDOLINI, G.A. **Mídias do Conhecimento**. Florianópolis: Pandion, 2011.p.47-73.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A Reinvenção da Emancipação Social a partir das Epistemologias do Sul. Palestra proferida na UNB em junho de 2009. In: CLAVELIN, Isabel. **Jornal Irohin**. Brasília, ano 13, n.24. 2009.

SORENSEN, Lene; VIDAL, Rene V.V.; ENGSTRÖM, Erik. Using soft OR in a small company: the case of Kirby. **European Journal of Operational Research**, Amsterdam, v. 152, n.3, p.555-570, 2004.

SORJ, Bernardo. **Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. UNESCO, 2003.

STAVE, Jorn; GUFU, Oba; NORDAL, Inger; STENSETH, Nils Chr. Traditional ecological knowledge of a riverine forest in Turkana, Kenya: implications for research and management. **Biodivers. Conserv**, v.16, p. 1471-1489, 2007.

- STANOEVSKA-SLABEVA, K. **The concept of knowledge media: The past and future.** St. Gallen, Suíça: University of St. Gallen, 2002.
- STEHR, Nico; UFER, Ulrich. On the global distribution and dissemination of knowledge. **International Social Science Journal**, v.60, n.195, p.7-24, 2009.
- STEIL, Andréa V. **O estado da arte das definições de gestão do conhecimento e seus subsistemas.** Florinópolis: Instituto Stela, 2007. Technical Report.
- STEPHENSON, Janet; MOLLER, Henrik. Cross-cultural environmental research and management. **Journal of the Royal Society of New Zealand**, v.39, n.4, p.139-49, 2009.
- STEVENS, Amanda. A different way of knowing: tools and strategies for managing indigenous knowledge. **Libre**, v.58, p.25-33, 2008.
- SUDUC, Ana Maria; BÎZOI, Mihai; GORGHIU, Gabriel; GORGHIU, Laura M. Using web conferencing for disseminating the educational projects results. In: UZUNBOYLU, H. (Org.). **Innovation and Creativity in Education**, v.2, p. 2813-2818, 2010.
- SUKULA, Shiva K. Developing indigenous knowledge databases in India. **The Electronic Library**, v.24, n.1, p.83-93, 2006.
- SUTHERLAND, Willian J. Parallel extinction risk and global distribution of languages and species. **Nature**, v. 423, p. 276-279. 2003.
- SVEIBY, Karl Erick. **A nova riqueza das organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Criação e dialética do conhecimento. In: TAKEUCHI, H.; NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento.** Porto Alegre: Bookman, 2008. p.17-38.
- TAN, Jian; WANG, Xianjia. Enterprise Cluster Knowledge Disseminate in Small-World Network. In: YU, W.; HE, H. B.; ZHNG, N. (Org.). **Advances in Neural Networks - Isnn 2009, Pt 2, Proceedings**, v.5552, p. 702-708, 2009.
- TAVARES, Joana B. Ciber-informações indígenas no Brasil: um mapeamento e análise da comunicação de povos indígenas brasileiros na internet a partir das potencialidades das novas mídias e do aporte da comunicação comunitária. **Voices & Diálogos**, Itajaí, v.11, n.1, p.82-93, 2012.

_____. **Ciber-informações nativas: uma análise da circulação da informação dos cibermeios de autoria de povos indígenas residentes no território brasileiro (2005-2012)**. Dissertação. 2013. 435f. (Mestre em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. UFSC, Florianópolis. 2013.

TERENA, Marcos. A juventude indígena e os caminhos entre tradição e modernidade. **Revista da ESPM**, p.84-90, set/out.2008.

TERER, Taita; MUASYA, Muthama A; DAHDOUH-GUEBAS, Farid; NDIRITU, George G.; TRIEST, Ludwig. Integrating local ecological knowledge and management practices of an isolated semi-arid papyrus swamp (Loboi, Kenya) into a wider conservation framework. **Journal of Environmental Management**, v.93, p.71-84, 2012.

THOMAS, Evert. The impact of traditional lifestyle, provenance and contact history on plant use knowledge and management: a cross-cultural comparison of two small-scale societies from the Bolivian Amazon. **Hum. Ecol.**, v.40, p.355-368, 2012.

TIBBY, John; LANE, Marcus B.; GELL, Peter. A. Local knowledge and environmental management: a cautionary tale from Lake Ainsworth, New South Wales, Australia. **Environmental Conservation**, v.34, n.4, p.334-341, 2008.

TOMIKAWA, Jun M. **Marketing turístico e internet: uma análise dos sites oficiais de turismo dos estados brasileiros**. 2009. 160f. Dissertação. (Mestre em Turismo) - Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Turismo, UnB, Brasília, 2009.

TRAN, Phong; SHAW, Rajib; CHANTRY, Guillaume; NORTON, John. GIS and local knowledge in disaster management: a case study of flood risk mapping in Viet Nam. **Disasters**, v.33, n.1, 18p. 2008.

TRESS, Gunther; TRESS, Barbel; FRY, Gary. Clarifying integrative research concepts in landscape ecology. **Landscape Ecology**, v.20, p.479-492, 2004.

UITERKAMP, Anton J.M.S.; VLEK, Charles. Practice and outcomes of multidisciplinary research for environmental sustainability. **Journal of Social Issues**, v.63, n.1, p.175-197,2007.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development – **Systems and national experiences for protecting Traditional Knowledge, Innovations and Practices**. Background note by the

UNCTAD Secretariat. Trade and Development Board. Commission on Trade in Goods and Services, and Commodities. Expert Meeting on Systems and National Experiences for Protecting Traditional Knowledge, Innovations and Practices. Geneva. 30 de Outubro - 1 de Novembro. 2000. Disponível: [http:// www.unctad.org](http://www.unctad.org). Acesso em mar.2014.

UNESCO. **Best practices using indigenous knowledge**. Karin Boven (Nuffic) and Jun Morohashi (UNESCO/MOST) (editors). Unesco, 2002. 281p.

_____. **Declaración Universal sobre la Diversidad Cultural**. San Borja, Peru: UNESCO, 2004.

USHER, Peter J. Traditional ecological knowledge in enviromental assessment and management. *Arctic*, v. 53, n.2, p.183-192, 2000.

VERDUM, Ricardo. Etnodesenvolvimento: nova/velha utopia do indigenismo. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas. Universidade de Brasília. Brasília, **Tese**. 2006. 190p.

WALTER, Alexander I.; HELGENBERGER, Sebastian; WIEK, Arnim; SCHOLZ, Roland W. Measuring societal effects of transdisciplinary research projects: Design and application of an evaluation method. **Evaluation and Program Planning**, v.30, p.325-338, 2007.

WANG, Catherine L.; AHMED, Pervaiz K. The knowledge value chain: a pragmatic knowledge implementation network. **Handbook of Business Strategy**, v.6, n. 1, p. 321-326, 2005.

WEARE, Christopher; LIN, Wang Y. Content Analysis of the World Wide Web: Opportunities and Challenges. **Social Science Computer Review**, v.18, 2000.

WEBER, Robert P. **Basic content analysis**. 2 ed. Newbury Park: SAGE, 1990.

WEIHRICH, Heinz. The tows matrix a tool for situational analysis. **Long Range Planning**, v.15,n.2, p. 54-66,1982.

WILLIAMS, J. ‘O ye of little faith’: traditional knowledge and western science. **Journal Royal Society of New Zealand**, v.39, p.167-169. 2009.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

WHITEMAN, Gail. Why are we talking inside? Reflecting on traditional ecological knowledge (TEK) and management Research. *Journal of Management Inquiry*, v.13, n.261, p. 261-277, 2012.

WORLD BANK. **Indigenous knowledge for development: a framework for action**. 1998. Disponível: <http://www.worldbank.org/afr/ik/ikrept.pdf>. Acesso em nov. 2013.

WYELD, Theodor G. Visualising Australian indigenous knowledge practices using the game engine. In: BANISSI, E. *et al.* (Eds.). **Proceedings of the 11th International Conference on Information Visualisation (IV 07)**. Zurich/Suíça: IEEE, p.395-396, 2007.

ZACK, Michael H. Managing codified knowledge. **Sloan Management Review**, p.45-58, 1999.

ZANIRATO, Silvia H.; RIBEIRO, Wagner C. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente & Sociedade**, v.10, n.1, p.39-55, jan/jun, 2007.

ZHIHONG, B. Indigenous knowledge and development. Landscapes of diversity- indigenous knowledge, sustainable livelihoods and resource governance in Montane Mainland. Southeast Asia. In: Jianchu, Xu; Mikesell, S. (Eds.). **Proceedings of the III Symposium on MMSEA**. CBIK, Kunming Yunnan, p. 403-411, 2003.

ZHOU, Quan; DeSANTIS, Rich. Usability Issues in City Tourism Website Design: A Content Analysis. **IEEE International Professional Communication Conference Proceedings**, 2005.

ZUKOWSKI, Sylvia; CURTIS, Allan; WATTS, Robyn J. Using fisher local ecological knowledge to improve management: The Murray crayfish in Australia. **Fisheries Research**, v.110, p.120-127, 2011.

YHUHUAN, Du; LUO, Guo. Structure framework of the traditional knowledge database in China. Fourth International Conference on Intelligent Networks and Intelligent Systems. IEEE. 2011, p. 232-235.

YLI-PELKONEN, Vesa; KOHL, Johanna. The role of local ecological knowledge in sustainable urban planning: perspectives from Finland. *Sustainability: Science, Practice, & Policy*, v.1, n.1, p.3-14, 2005.

YOUNG, Ricardo. A inclusão digital e as metas do milênio. **Inclusão social**. Brasília, v.1, n.2, p. 96-99, 2006.

APÊNDICE 1
INVENTÁRIO DE TESES BRASILEIRAS QUE TRATAM DO
CONHECIMENTO DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E POVOS
INDÍGENAS (2004 a 2015), DISPONÍVEIS NO BANCO DE TESES
DA CAPES E NA BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E
DISSERTAÇÕES (BDTD).

Nº	AUTOR/ ANO	TÍTULO	IES/CAMPO/ ÁREA
CONHECIMENTO TRADICIONAL			
01	German Castelli 2004	Diversidade biocultural: Direitos de propriedade intelectual <i>Versus</i> Direitos dos recursos tradicionais	UFRRJ - Desenvolvimento Agricultura e Sociedade
02	Peroni 2004	Ecologia e genética da mandioca na agricultura itinerante do litoral sul paulista: uma análise espacial e temporal.	UNICAMP – Instituto de Biologia
03	Fernandes 2005	Etnofarmacologia como ferramenta para a educação ambiental	UNICAMP - Instituto de Biologia
04	Mendonça 2006	A influência do conhecimento tradicional na formulação de políticas públicas: O caso da pesca artesanal do rio São Francisco.	USP - Engenharia Ambiental
05	Mafra 2006	Espaços transversais em educação matemática: uma contribuição para a formação de professores na perspectiva etnomatemática	UFRN- Educação -Matemática
06	Bezerra 2007	Cientistas, visitantes e guias nativos na construção das representações de ciência e paisagem na floresta nacional de Caxiuanã	UFPA - Ciências Sociais Antropologia
07	Oliveira 2007	Cerrado e Escola: os saberes tradicionais como alternativa metodológica à Educação Ambiental formal.	UFU - Geografia e Gestão do território
08	Cunha 2007	Ordens e desordens socioambientais – saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa Paranaense.	UFPR - Meio ambiente e desenvolvimento
09	Schuch	Plantas medicinais em atenção	UFRGS -

	2007	primária veterinária: atividade antimicrobiana frente a bactérias relacionadas com mastite bovina e a dermatófitos.	Veterinária - Plantas medicinais
10	Andréo 2008	Prospecção químico-farmacológica em plantas superiores: estudo químico e atividade sobre o sistema gastrointestinal de <i>Mouriri</i> pusa Gardner e <i>Muriri</i> elliptica Martius (Melastomataceae)	UNESP - Departamento de Química Orgânica
11	Araújo 2008	Uma tradição viva: raízes para alma. Uma análise fenomenológica de experiências de pertencer em uma comunidade rural de Minas Gerais	USP - Psicologia- Psicologia Clínica
12	Martinez 2008	Estudos de espécies florestais e forrageiras de áreas de várzea do baixo Amazonas-Pará, para uso em sistemas silvipastoris	UFRA - Ciências Agrárias
13	Oliveira 2008	Bebendo na raiz: um estudo de caso sobre saberes e técnicas medicinais do povo brasileiro	UnB - Centro de Desenvolvimento Sustentável
14	Rezende 2008	Biopirataria ou bioprospecção? Uma análise crítica da gestão do saber tradicional no Brasil	UFBA - Administração Gestão do Conhecimento
15	Castro 2008	O uso dos recursos naturais e o desafio para a conservação da biodiversidade marinha: mudanças e conflito em uma comunidade pesqueira na ilha de Santa Catarina - Brasil	UFRGS - Biociências – Ecologia
16	Picinini 2008	Plantas medicinais utilizadas por comunidades assistidas pelo programa de saúde da família, em Porto Alegre: subsídios à introdução da fitoterapia em atenção primária em saúde	UFRGS - Agronomia Fitotecnia
17	Oliveira 2009	Bioprospecção de espécies vegetais do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético em comunidades quilombolas de Oriximiná-PA.	UFRJ - Química de Produtos Naturais

18	Rigolin 2009	Produção e circulação do conhecimento tradicional associado à Biodiversidade: estudos de caso peruanos	UNICAMP - Instituto de Geociências- Política Científica e Tecnológica
19	Schmidt 2009	A repartição dos benefícios decorrentes do acesso à diversidade biológica e ao conhecimento tradicional associado no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica-CDB, da Organização Mundial da Propriedade Intelectual-OMPI e da Organização Mundial do Comércio-OMC	UnB – Direito
20	Torres 2009	A bioprospecção na Colômbia: um exemplo de conflito entre as capacidades de ciência e tecnologia e o marco regulatório	UNICAMP - Instituto de Geociências- Política Científica e Tecnológica
21	Rodrigues Jr. 2009	A proteção internacional do patrimônio biocultural imaterial a partir da concepção de desenvolvimento sustentável	USP – Direito
22	Santos 2010	Saberes da terra: o lúdico em Bombas, uma comunidade quilombola (estudo de caso etnográfico)	USP- Educação
23	Ferreira 2010	Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do Médio Rio Cuiabá, Mato Grosso	UFSCAR – Ciências Biológicas e da Saúde- Ecologia
24	Stori 2010	Adaptividade e resiliência no sistema socioecológico da comunidade caiçara da ilha Diana, município de Santos-SP.	UFSCAR - Ecologia e Recursos Naturais
25	Gomes 2010	Quintais agroflorestais no município de Irati-Paraná, Brasil: agrobiodiversidade e sustentabilidade socioeconômica e ambiental	UFPR - Engenharia Florestal
26	Santos	Tecendo estórias das comunidades	USP-Filosofia-

	Silva 2010	remanescentes de quilombolas aqui e acolá	Letras
27	Radomsky 2010	Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual	UFRGS - Filosofia - Antropologia Social
28	Sobreira 2011	Práticas religiosas afro-brasileiras, marco regulatório e uso do meio ambiente e do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro.	UERJ - Meio Ambiente- Construção social do Meio Ambiente
29	Rocha 2011	A rede sociotécnica do babaçu no bico do papagaio – T0: Dinâmicas da relação sociedade- natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista	UFRGS - Ciências Econômicas - Desenvolvimento Rural
30	Borges 2011	Pequi, jatobá, algodãozinho... a biodiversidade do cerrado na medicina popular	UFG - Estudos Socioambientais- Geografia
31	Barbieri 2011	A relação de consumo sobre os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, através da biopirataria	UNIMES - Direito
32	Ávila 2011	Viabilidade sócio ambiental do cooperativismo no setor de pesca profissional na baixada cuiabana/MT	UFSCAR - Ciências Biológicas e da Saúde -Ecologia e Recursos Naturais.
33	Fraxe 2011	Do Geodireito ao conselho de gestão do patrimônio genético CGEN: caminhos e instrumentos de gestão do conhecimento biotecnológico na Amazônia	UFAM - Direito
34	Veiga 2011	Etnobotânica e Etnomedicina na reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé, Baixo Rio Negro: plantas antimaláricas, conhecimentos e percepções associadas ao uso e à doença	INPA - Ciências Biológicas Botânica
35	Marques 2011	Estudo de plantas medicinais do cerrado em busca de substâncias	UFMS - Saúde e Desenvolvimento

		bioativas e o potencial anti-leishmania de <i>momordica charantia</i> linn	na Região Centro-Oeste
36	Vilhena 2011	Manejo comunitário de recursos comuns na Amazônia: uma análise sobre os acordos de pesca da região do baixo Tocantins no estado do Pará	UFPA - Desenvolvimento Sustentável do trópico úmido
37	Zappes 2011	O golfinho nariz-de-garrafa, <i>tursiopsis truncatus</i> (montagu, 1821) e a pesca artesanal no atlântico sul: comparação do conhecimento de pescadores tradicionais	UENF - Ecologia e recursos naturais
38	Chiariello 2012	Politecnia e Polivalência na organização do trabalho em cooperativas populares e tradicionais	UFSCAR - Ciências Exatas - Engenharia da Produção
39	Alencar 2012	Farmacopéias tradicionais: o papel das plantas medicinais na sua constituição, formação e manutenção em comunidades da caatinga	UFRPE – Botânica
40	Muller 2012	Patrimônio cultural gastronômico: Identificação, sistematização e disseminação dos saberes e fazeres tradicionais	UFSC - Engenharia e Gestão do Conhecimento
41	Lima 2012	Integração de conhecimento ecológico tradicional e da ecologia de populações para a conservação de quelônios (<i>testudines: podocnemididae</i>) no rio Purus, Amazonas, Brasil	INPA - Biologia – Ecologia
42	Lins Neto 2012	Conhecimento tradicional, fenologia, variabilidade morfológica e genética de populações de <i>spondias tuberosa</i> arruda (anacardiaceae) no semiárido nordestino.	UECE - Biotecnologia
43	Goes 2012	Conhecimento e relevância do uso de plantas medicinais numa comunidade pomerana no município de Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, Brasil.	UFRJ - Ciências Biológicas – Botânica
44	Cruz 2012	Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais:	UFRGS - Ciências

		um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano nos campos de Cima da Serra –RS.	Econômicas - Desenvolvimento Rural
45	Quinteiro 2012	Etnobotânica aplicada à definição de formas tradicionais de uso, manejo e percepção dos recursos vegetais em Visconde de Mauá: ações conjuntas para etnoconservação florestal da mata atlântica	UFRRJ - Ciências Ambientais e Florestais
46	Soldati 2013	Produção, transmissão e estrutura do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais em três grupos sociais distintos: uma abordagem evolutiva	UFRPE – Botânica
47	Cunha 2014	Ordens e desordens socioambientais; saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense	UFPR – Ciências Ambientais
CONHECIMENTO/SABER LOCAL			
48	Curado 2004	“Esverdeando” a reforma agrária: atores sociais e a Sustentabilidade ambiental em assentamentos rurais No estado de Goiás	UnB - Desenvolvimento Sustentável
49	Knox 2007	Vivendo do mar: Tradição, memória e mudança na vida pesqueira de Pitangui/ RN	UFRN - Programa de Pós graduação em Ciências Sociais
50	Nobre 2009	Atravessando fronteiras. Viagem rumo à saúde tradicional	UFPA - Pós Graduação Ciências Sociais – Antropologia
51	Ferraz 2010	O cotidiano de uma escola rural ribeirinha na Amazônia: práticas e saberes na relação escola-comunidade.	USP - Programa de Pós Graduação em Psicologia.
52	Fonseca 2011	Etnobotânica nas restingas no centro de diversidade vegetal de Cabo Frio, Rio de Janeiro, Brasil	JBRJ - Botânica
53	Alonso 2011	Estudo etnofarmacognóstico de plantas medicinais popularmente indicadas para tratamento de doenças	INPA – Ciências biológicas - Botânica

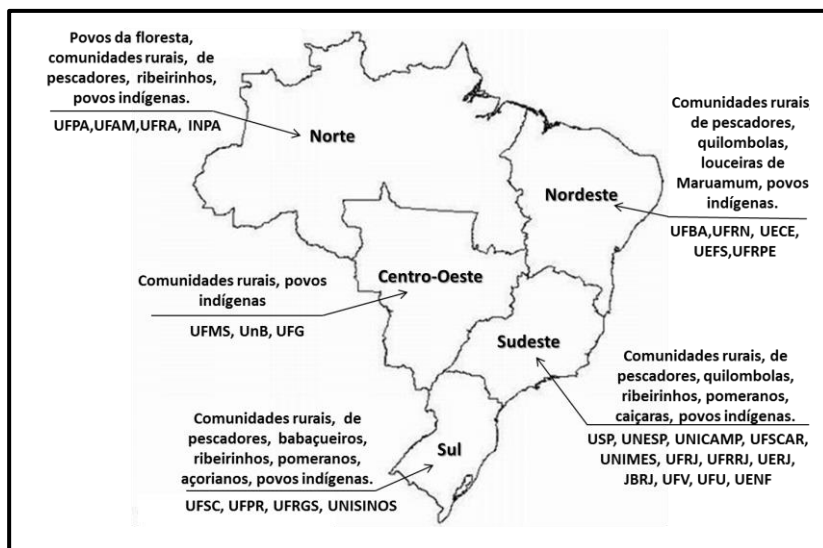
		tropicais em nove comunidades ribeirinhas no trecho Coari-Manaus-AM	
54	Almeida 2011	Estrutura, uso e manejo da vegetação da caatinga por comunidades quilombolas do município de Jeremoabo, Bahia, Brasil	UEFS - Botânica
55	Pereira 2011	O uso e manejo de pimentas efetuados pela comunidade quilombola da APA do rio Curiaú; Macapá; AP; Brasil	JBRJ - Botânica
56	Braga 2012	Conhecimento local ribeirinho e suas aplicações para o manejo participativo da pesca na reserva extrativista do baixo Juruá, estado do Amazonas	INPA - Biologia – Ecologia
57	Pelegrini 2012	Percepção ambiental da comunidade de mostardas na importância e conservação do parque nacional da lagoa do peixe, RS.	UNISINOS - Biologia
58	Donazzolo 2012	Conservação pelo uso e domesticação da <i>feijoa</i> na serra gaúcha RS.	UFSC - Recursos Genéticos Vegetais
59	Teixeira 2012	Diversos olhares sobre a paisagem da mata seca de Santana da Serra, MG: Relações solo-vegetação e etnoecologia	UFV - Botânica
CONHECIMENTO ECOLÓGICO LOCAL			
60	Baptista 2011	O conhecimento ecológico local e a percepção ambiental de uma população de pescadores do Rio Grande do Sul	UNISINOS - Saúde – Biologia
61	Cavalcante 2014	Etnodesign e sustentabilidade cultural – Revitalização e preservação do conhecimento local	UFSC - Engenharia e Gestão do Conhecimento
62	Freitas 2014	Auto-ecologia de <i>epinephelus morio</i> e <i>mycteroperca bonaci</i>	UFPR – Ecologia
CONHECIMENTO INDÍGENA			
63	Pereira 2005	<i>Nimaira uruki yetara uruki</i> : “esa es mi lucha” Ritual e política entre os Uitoto-	UFRJ - Antropologia Social - Museu

		murui, rio Carapananá, Amazônia colombiana	Municipal
64	Bergamasc hi 2005	Nhemb'ó-ei enquanto o encanto permanece! processos e práticas de escolarização nas aldeias guarani	UFRGS – Educação
65	Andrade 2006	Rumo ao etnodesenvolvimento Krahô: o papel do indigenismo e do BND	UnB - Política e Gestão ambiental
66	Melo 2007	A confluência entre a ecologia do fogo e o conhecimento Xavante sobre manejo do fogo no cerrado.	UnB - Desenvolvimento Sustentável
67	Santos 2008	Cultura material e etnicidade dos povos indígenas do São Francisco afetados por barragens: Um estudo de caso dos Tuxá de Rodelas, Bahia, Brasil.	UFBA- Cultura e Sociedade
68	Aguiar 2011	Comunidade indígena de Tunuí Cachoeira, Alto Rio Negro, Amazonas: uma abordagem etnobotânica e morfológica das palmeiras	INPA – Ciências Biologicas - Botânica
69	Oliveira 2012	Entre plantas e palavras. Modos de constituição de saberes entre os Wajãpi (AP).	USP - Ciência Social - Antropologia Social
70	Marqui 2012	Tornar-se aluno(a) indígena - uma etnografia de uma escola guarani mbya '	UFSCAR – Antropologia Social
71	Figueiredo 2014	Hegemonia e contra-hegemonia nas ordens discursivas sobre a questão indígena no Brasil: silenciamento e ativismo	UnB - Comunicação
Conhecimento Etnobotânico			
72	Almassy Jr. 2004	Análise das características etnobotânicas e etnofarmacológicas de plantas medicinais na comunidade de Lavras Novas - Ouro Preto - MG.	UFV - Fitotecnica - Produção Vegetal
73	Monteiro 2010	Estudo etnoveterinário de plantas medicinais com atividade anti- helmíntica	UECE – Ciências Veterinárias - Plantas medicinais

74	Quinteiro 2012	Etnobotânica aplicada à definição de formas tradicionais de uso, manejo e percepção dos recursos vegetais em visconde de Mauá: ações conjuntas para etnoconservação florestal da mata atlântica	UFRRJ - Ciências Ambientais e Florestais
75	Miranda 2012	Etnobotânica de sistemas agrícolas de pequena produção na região da serra da mantiqueira	UNESP - Ciências Biológicas - Biologia Vegetal
76	Nunes 2012	Plantas forrageiras utilizadas em comunidades rurais da caatinga no nordeste do Brasil: etnobotânica e aspectos nutricionais	UECE – Biotecnologia

Fonte: Elaboração da autora.

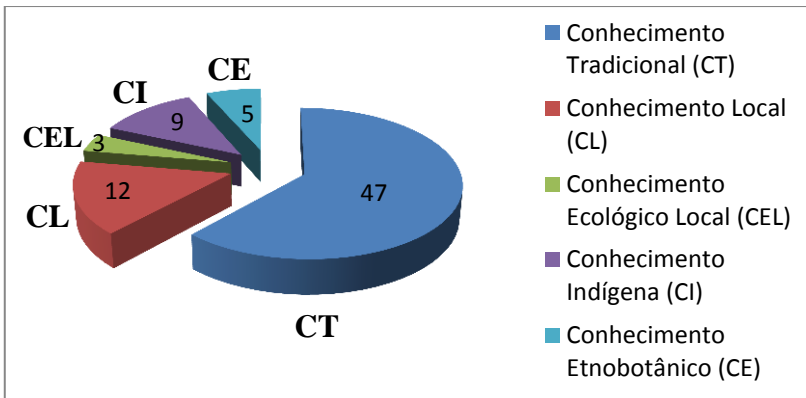
O mapa abaixo mostra a localização das Instituições Universitárias e as populações alvo das pesquisas inventariadas.



Fonte: Elaboração da autora. Dados da Pesquisa.

A região Sudeste conta com o maior número, 32 (trinta e duas); seguida da região Sul com 14 (quatorze); Norte e Nordeste, cada uma delas com 10 (dez) e a região Centro Oeste, com 8 (oito) pesquisas.

Dando continuidade à exposição da revisão realizada, a Figura abaixo apresenta as expressões mais utilizadas nas pesquisas. Nota-se que a expressão “conhecimento tradicional” é, substancialmente, mais empregada.



Fonte: Elaboração da autora. Dados da pesquisa.

RESULTADO DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA, REALIZADA NAS BASES DE DADOS *SCOPUS*, *WEB OF SCIENCE E SCIELO*, EM 2012, NAS QUAIS FORAM COLETADOS TRABALHOS PUBLICADOS NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, OU SEJA, DESDE JANEIRO DE 2002. A REVISÃO FOI AMPLIADA NOS ANOS DE 2013 E 2015.

Autores/ano de publicação

Conhecimento Indígena

ROSS, PICKERING, 2002; Mc GREGOR, 2002; VOGT *et al.*, 2002; KASCHULA *et al.*, 2005; COOPER *et al.*, 2005; SAMAL; DHYANI, 2006; KARGBO, 2006; BARRERA-BASSOLS *et al.*, 2006; BABIDGE *et al.*, 2007; CHRISTENSEN; GRANT, 2007; MONDO *et al.*, 2007; BLANCKAERT *et al.*, 2007; AJIBADE, 2007; MWEBESA, BARYAMUREEBA, 2007; VERRAN *et al.*, 2007; DO VALE Jr, 2007; NADKAMI, 2008; STEVENS, 2008; ULLUWISHEWA *et al.*, 2008;

KALA *et al.*, 2008; DONG *et al.*, 2009; SILVA, 2009; SINGH; SUREJA, 2008; SINGH, 2009; TAHMASEBI, 2009; SUBBA, 2009; AHMED *et al.*, 2009; TERRA NASCIMENTO *et al.*, 2009; RERKASEM *et al.*, 2009; LWOGA *et al.*, 2010; WANGPAKAPATTANAWONG *et al.*, 2010; CHOWDHURY, MASAO, 2010; MURA, 2010; LODHI; MIKULECKY, 2011; GRICE *et al.*, 2011; HOSSEINI *et al.*, 2011; LWOGA, 2011; NJIRAINÉ; LE ROUX, 2011; QUINTRIQUEO *et al.*, 2011; McCALLUM; CARR, 2012; ROBINSON; WALLINGTON, 2012; MOAHI, 2012; RODRIGUES *et al.*, 2012; JUANWEN *et al.*, 2012; EGERU, 2012; HUDSON *et al.*, 2012; FIRTH, 2012; MOORE, 2012; TAKAKURA, 2012; TELEWA *et al.*, 2012; AKENA, 2012; MCGINTY, 2012; KUTAY *et al.*, 2012; HILL *et al.*, 2012; EL SAYED *et al.*, 2012; OBA, 2012; KESKITALO *et al.*, 2012; YI-FONG, 2012; BRIGGS, 2012; HARE, 2012; LEE *et al.*, 2012; REGMI; FLEMING, 2012; BOHENSKY *et al.*, 2013; GANGAN *et al.*, 2013; SUBRAHMANYESWARI; CHANDER, 2013; NEVES *et al.*, 2013; KAEWPRADIT *et al.*, 2013; PASITPAKAKUL *et al.*, 2013; WEBB, 2013; GONZALEZ-PEREZ *et al.*, 2013; URRIETA, 2013; HAMMER *et al.*, 2013; KHAZAN, 2013; DANMORE *et al.*, 2013(a); DANMORE *et al.*, 2013(b); SAQIB *et al.*, 2014; CODJOE *et al.*, 2014; OROZCO, 2014; CITY *et al.*, 2014. (79)

Conhecimento Tradicional

GERMAN-CASTELLI; WILKINSON, 2002; CRONIN *et al.*, 2004; POLANSKY; HEERMANS, 2004; AZEVEDO, 2005; ZOBOLO; MKABELA, 2006; HEFFERNAN, 2006; ZANIRATTO, RIBEIRO, 2007; MOREIRA, 2007; BERKES *et al.*, 2007; MENDONÇA; FERRAZ, 2007; ELVIN-LEWIS, 2007; KENDRICK; MANSEAU, 2008; PERRELLI, 2008; SVENSSON, 2008; NATH *et al.*, 2009; FREITAS; TAGLIANI, 2009; RAWAT; SAH, 2009; MISRA, 2009; SHARMA *et al.*, 2009; SANTOS *et al.*, 2009; PEI *et al.*, 2009; BAROOAH; PATHAK; 2009; MARCHESE *et al.*, 2009; TAHMASEBI, 2009; BUTTOW *et al.*, 2009; MODRO *et al.*, 2009; ARAUJO *et al.*, 2009; BALSLEV *et al.*, 2010; GIRALDI; HANAZAKI, 2010; PRADO, CATÃO, 2010; LINS NETO *et al.*, 2010; WYATT *et al.*, 2010; DOS SANTOS, 2010; CHANTARASOMBAT *et al.*, 2010; MOHIUDDIN, ALAM, 2011; CARVALHO *et al.*, 2011; BIDWELL *et al.*, 2011; CANNARELLA, PICCIONI, 2011; JHA; JHA, 2011; PEREIRA, 2011; PARK; YEO-CHANG, 2012; CETINKAYA *et al.*, 2012; MAINA, 2012; FREITAS *et al.*, 2012; SOUTO *et al.*, 2012; SORTE Jr., 2012; KARJALA, 2012; FORSYTH, 2012; MASON *et al.*, 2012; LACEY, 2012; ARAUJO, 2013; ABREU; NUNES, 2012; ARDAKANI; EMADI, 2012; NASCIMENTO *et al.*, 2012; ROBURN; HWECH'IN, 2012; KIMMERER, 2012; COZZUOL

et al., 2013; OTTINGER, 2013; SOUZA Jr, 2013; RIBEIRO; MAIA CARVALHO, 2013; WILLIAMS; HARDISON, 2013; DE LUCENA *et al.*, 2013; ARAUJO; 2013; NAIR; VAN STADEN, 2014; FENELON *et al.*, 2014; ENN, 2014. (66)

Conhecimento Local

CORBURN, 2002; ANUCHIRACHEEVA *et al.*, 2003; BARRIOS; TREJO, 2003; SEKHAR, 2004; ROBIGLIO; MALA, 2005; ALVES; GIUSEPPE, 2005; FERNANDES; SAMPAIO, 2006; CLOSE; HALL, 2006; FAILING *et al.*, 2007; REED *et al.*, 2007; MEASHAM, 2007; FERNANDES *et al.*, 2008; GIORDANO *et al.*, 2008; TIBBY *et al.*, 2008; TRAN *et al.*, 2008; LIWENGA, 2008; MIRANDA; HANAZAKI, 2008; MORA, 2008; MALLEY *et al.*, 2009; MULYOUTAMI *et al.*, 2009; KNAPP; FERNANDEZ-GIMENEZ, 2009a; KNAPP; FERNANDEZ-GIMENEZ, 2009b; BISONG *et al.*, 2009; RANTANEN; KAHILA, 2009; MOLINA *et al.*, 2009; MARNEY *et al.*, 2009; ARAÚJO *et al.*, 2009; DAVIES; HOLCOMBE, 2009; BORGES; PEIXOTO, 2009; BALDAUF *et al.*, 2009; RAYMOND *et al.*, 2010; HIRUNSALEE; KANEGAE, 2010; MORENO-BAEZ *et al.*, 2010; CHRISTO *et al.*, 2010; MERÉTIKA *et al.*, 2010; CARVALHO; FRAZÃO-MOREIRA, 2011; JUNQUEIRA *et al.*, 2011; PRETTY, 2011; CAMACHO, 2011; SILVA *et al.*, 2011; MAFIMISEBI *et al.*, 2012; HERNANDEZ-HERNANDEZ *et al.*, 2011; MATTOS *et al.*, 2011; PERUZZO, 2011; DAWOE *et al.*, 2012; JACQMAIN *et al.*, 2012; HARDY; PATTERSON, 2012; SHEIL; SALIM, 2012; LIMA; BATISTA, 2012; ZAMUDIO; HILGERT, 2012; DAVIDOV, 2013; BEZERRA *et al.*, 2013. (52)

Conhecimento ecológico tradicional

WHITEMAN, 2004; PARLEE; BERKES, 2006; RAI, 2007; STAVE *et al.*, 2007; CHEVEAU *et al.*, 2008; HERRMANN; TORRI, 2009; GERHARDINGER *et al.*, 2009a; ZUCHIWSCHI *et al.*, 2010; TIWARI *et al.* 2010; WEKESA *et al.*, 2010; TANG; GAVIN, 2010; HOUEHANOU *et al.*, 2011; KULDIP *et al.*, 2011. (13)

Conhecimento ecológico local

MURRAY *et al.*, 2006; WILSON *et al.*, 2006; MORENO *et al.*, 2007; MULLER *et al.*, 2009; GERHARDINGER *et al.*, 2009b; HILL *et al.*, 2010; MAMUN, 2010; SCHLACHER *et al.*, 2010; ZUKOWSKI *et al.*, 2011; SILVANO; BEGOSSI, 2012; TERER *et al.*, 2012; RAY, KOLDEN, 2012. (12)

Conhecimento etnobotânico

ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002; HANAZAKI *et al.*, 2006; LEITÃO

et al., 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2009; TEIXEIRA; BESSA, 2009; PATZLAFF; PEIXOTO, 2009; MOHIUDDIN *et al.*, 2012; FARINHA; PÓVOA, 2012; BALDAUF *et al.*, 2013; KIM; SONG, 2013. (10)

Conhecimento ecológico indígena

PUTHEGO; CHANDRA, 2004; HERRMANN, 2005; HERRMANN, 2006; FOALE, 2006; GRATANI *et al.*, 2011; JIAO *et al.*, 2012. (6)

Conhecimento agro ecológico local e bio-ecológico tradicional

ARMITAGE, 2003; WYCKHUYS; O'NEIL, 2007; BATISTA; LIMA, 2010; MING *et al.*, 2010. (4)

Conhecimento técnico indígena

LAL; VERMA, 2008; SETHI *et al.*, 2011. (2)

Conhecimento cultural local

FLANAGRAN; LAITURI, 2004. (1)

Fonte: Elaboração da autora. Dados da pesquisa.

O conjunto de trabalhos mostra a seleção de duzentos e quarenta e cinco (245) artigos, distribuídos em dez (10) categorias:

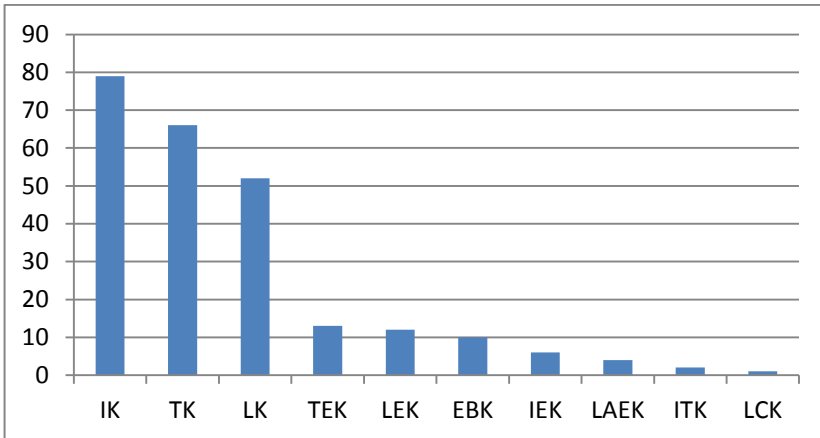
1. Indigenous Knowledge (IK)
2. Traditional Knowledge (TK)
3. Local Knowledge (LK)
4. Traditional Ecological Knowledge (TEK)
5. Local Ecological Knowledge (LEK)
6. Ethnobotanical Knowledge (EBK)
7. Indigenous Ecological Knowledge (IEK)
8. Local Agro Ecological Knowledge (LAEK)
9. Indigenous Technical Knowledge (ITK)
10. Local Cultural Knowledge (LCK)

Especificamente ao conjunto de pesquisas brasileiras, foram identificados setenta e três (73) trabalhos publicados no período de 2002 a 2013, distribuídos em oito (8) categorias:

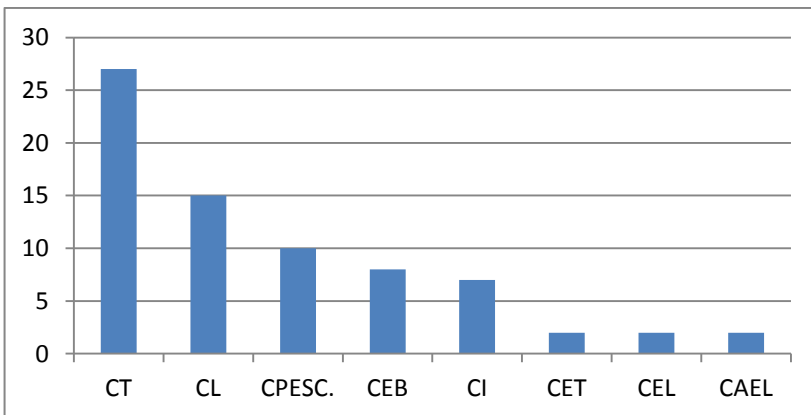
1. Conhecimento Tradicional (CT)
2. Conhecimento Local (CL)
3. Conhecimento dos Pescadores (CPESC)
4. Conhecimento Etnobotânico (CEB)
5. Conhecimento Indígena (CI)

6. Conhecimento Ecológico Tradicional (CET)
7. Conhecimento Ecológico Local (CEL)
8. Conhecimento Agro Ecológico Local (CAEL)

Os gráficos abaixo mostram as diferentes expressões usadas na literatura para designar o CT. Na sequência, o gráfico seguinte mostra as diferentes expressões usadas na literatura brasileira.



Fonte: Elaboração da autora. Dados da pesquisa.



Fonte: Elaboração da autora. Dados da pesquisa.

APÊNDICE 2
MAPEAMENTO DE 50 CIBERMEIOS (SITES/BLOGS/WEB
RÁDIOS) USADAS POR POPULAÇÕES TRADICIONAIS E
INDÍGENAS BRASILEIROS. (REVISADO E ATUALIZADO EM
12/12/2014)

Nº	Tipo	Nome de apresentação	Endereço	Última atualização/postagem
01	Site	Índios Online	http://www.indiosonline.net/	23/11/2014
02	Site	Conselho Indígena de Roraima	http://www.cir.org.br/	11/12/2014
03	Site	Fórum Carajás	http://www.forumcarajas.org.	06/12/2014
04	Site	Povos Indígenas no Brasil	http://www.indios.org.br/	11/12/2014
05	Site	Hutukara- Nação Ianomami	http://www.hutukara.org/	05/12/2014
06	Site	Rede Cerrado	http://www.redecerrado.org.br/index.php/povos-e-comunidades-tradicionais	04/12/2014
07	Site	Eu sou pelas mulheres indígenas	http://www.mulheresindigenas.org/	02/12/2014
08	Site	Thidewá	http://www.thydewa.org/work/arco-digital/	24/11/2014
09	Site	Associação Artística Cultural Nhandeva - Nossa Gente	http://www.nhandeva.org/	10/11/2014
10	Site	IEPÉ - Instituto de Pesquisa e Formação indígena	www.institutoiepe.org.br	16/11/2014
11	Site	Povo Indígena Paiter Suruí – Associação Metareíla	http://www.paiter.org/	03/11/2014
12	Site	Ocareté	http://www.ocarete.org.br/povos-	17/10/2014

			tradicionalis/caicaras/	
13	Site	Instituto Tribos Jovens	http://www.tribosjovens.org.br/	18/07/2014
14	Site	Índio Educa	http://www.indioeduca.org/	28/07/2014
15	Site	Vídeos nas aldeias	http://www.videosnasaldeias.org.br/	06/06/2014
16	Site	Risada-Rede Indígena Solidária de Arte e Artesanato	http://www.risada.org/	19/02/2014
17	Site	Quilombolas em Oriximiná	http://www.quilombo.org.br/	03/2014
18	Site	Movimento Estadual das quebradeiras de coco babaçu	http://www.miqcb.org/	06/09/2013
19	Site	Amigos do Kamayura da Aldeia Kamayura	www.kamayura.org.br	06/2013
20	Site	Anaí- Associação Nacional de Ação Indigenista	http://www.anai.org.br	09/07/2012
21	Site	COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira	http://www.coiab.com.br/	29/09/2011
22	Site	Rede Cultura Digital Indígena	http://culturadigital.org.br/project/rede-de-cultura-digital-indigena/	26/11/2010
23	Site	Linha do Tucum	http://www.linhadotucum.art.br/	05/02/2010
24	Site	Rede Social Aldeia Brasil Indígena	http://www.webbrasiliindigena.org/	06/07/2009
25	Site	Associação Warã da Aldeia Abelhinha	http://wara.nativeweb.org/	26/07/2002

26	Site	INBRAPI - Instituto Indígena Brasileiro para a Propriedade Intelectual	http://www.inbrapi.org.br/	Site desativado
27	Site	IDETI - Instituto das Tradições Indígenas	www.ideti.org.br	Página não disponível
28	Site	Ikpeng	http://www.ikpeng.org	Nenhuma data identificada
29	Blog	Petei Xe Rajy	http://peteixerajy.wordpress.com/	02/09/2011
30	Blog	Sites Indígenas – A Internet a favor dos povos indígenas	http://sitesindigenas.blogspot.com.br/	07/12/2014
31	Blog	Ação dos Jovens indígenas de Dourados - AJI	http://ajindo.blogspot.com.br/	03/12/2014
32	Blog	Blog dos Ribeirinhos	http://blogdosribeirinhos.blogspot.com.br	17/09/2014
33	Blog	A Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais	http://redepuxirao.blogspot.com.br	10/07/2014
34	Blog	APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil	http://apoinme.org.br/	06/03/2013
35	Blog	Fórum dos Membros CRADES M'Boi Mirim	http://cradesmboimirim.blogspot.com.br/	30/11/2012
36	Blog	Baenahahahae	http://baenahahahae.blogspot.com.br/	16/02/2012
37	Blog	Apiwtxa - Associação do Povo Ashaninka do Rio Amônia	apiwtxa.blogspot.com/	30/09/2011
38	Blog	Santuário dos Pagés	santuariodospajes.blogspot.com	31/08/2011
39	Blog	NEARIn - Núcleo de escritores e	http://escritoresindigenas.blogspot.com.br/	23/05/2011

		artistas Indígenas		
40	Blog	Saberes da Floresta – TI Kampa do Rio Amônia	http://saberesdafloresta.blogspot.com.br/	07/07/2009
41	Blog	Instituto Arapoty	institutoarapoty.blogspot.com/	26/01/2009
42	Blog	Aikax Kuikuru	http://associacaoindigenakuikuro.blogspot.com.br/	10/07/2008
43	Blog	Veyékou Emó'u Têrenoe - Voz Terena	vozterena.blogspot.com	27/06/2008
44	Blog	Grupo Produtivo das Mulheres da Marçal de Souza	http://mulheresdamarc.al.blogspot.com.br/	06/12/2007
45	Blog	GRUMIN-Rede de Comunicação indígena	http://grumin.blogspot.com.br/	22/08/2006
46	Web Rádio	Radio Indígena	http://www.radioindigena.com/	12/12/2014
47	Web Rádio	Rádio Yandê	http://radioyande.com/	02/12/2014
48	Web Rádio	Rádio Kiriri	https://radiokiriri.wordpress.com/	21/08/2014
49	Web Rádio	Rádio Taba-Atã	http://www.indiosonline.net/?p=17369	29/06/2014
50	Web Rádio	Rede Social Aldeia Brasil Indígena	http://webradiobrasilindigena.wordpress.com/	06/07/2009

Fonte: Elaboração da autora. Dados da pesquisa.

APÊNDICE 3
ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS (VALIDADO POR
ESPECIALISTAS EM JUNHO DE 2015)

<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento Projeto de Pesquisa de Tese de Doutorado: DISSEMINAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL DE POPULAÇÕES INDÍGENAS BRASILEIRAS EM MEIOS DIGITAIS: UMA PROPOSTA DE DIRETRIZES A PARTIR DAS MÍDIAS DO CONHECIMENTO</p>

IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)
Nome completo: _____. Formação acadêmica: () Sim. Qual: _____. () Não possui. Vínculo com o cibermeio indígena: _____. Vínculo profissional atual: _____. Idade (opcional): _____. Há quanto tempo atua como Gestor/Produtor/a _____.

Nº	PERGUNTAS	G/P/U*	OBJETIVOS	BASE TEÓRICA
01	Conte-nos sobre a origem, a estrutura e os objetivos do site	G	As perguntas 01 a 05 buscam conhecer a origem, estrutura, objetivos do site analisado e; identificar o sentido e o significado que os diversos atores atribuem ao site e ao uso das tecnologias.	Protagonismo na internet (CANEVACCI, 2002; 2012; COLAÇO; SPAREMBERGER, 2010; PEREIRA, 2012). Inclusão Digital (RONDELLI, 2003; NERI, 2003; MORALES, 2008; CAZELOTO, 2008; PINTO, 2009a, 2009b; SILVA; CAVALCANTI, 2009; RENESSE, 2011; TAVARES,
02	Como o site repercute em sua vida? E na vida das pessoas de sua comunidade?	G/P/U		
03	Você acredita que o site possa criar novas oportunidades para a comunidade a quem se destina? Como?	G/P/U		
04	Em sua opinião qual é a importância da	G/P/U		

	internet na vida de populações indígenas brasileiras?			2012; LIMA; VIEIRA, 2012; MOURA, 2013; FIGUEIREDO, 2014).
05	O que você entende por “incluído digital”?	G/P/U		
06	Em sua opinião, o site é acessado por quais tipos de pessoas e instituições?	G/U	As perguntas 06 a 08 têm por objetivo detalhar questões que envolvem visibilidade, funcionalidade, usabilidade, acessibilidade e interação do site.	Usabilidade (KRUG, 2001; NIELSEN, 2003; CYBIS, 2010 Interação (LÉVY, 1999; LEMOS, 2010; PRIMO, 2005; TOMIKAWA, 2006; 2009; LEMOS, 2010; SANTAELLA, 2004); Acessibilidade (CERTIC, 2014)
07	Você conhece as ferramentas que o site disponibiliza? Você teve dificuldades em acessar, utilizar ou interagir com o site?	P/U		
08	Na sua opinião, o que poderia ser melhorado ou aperfeiçoado no site?	G/P/U		
09	Qual é o objetivo de transformar o conhecimento tradicional indígena em um conteúdo de formato digital? (audiovisuais, por exemplo). Este objetivo vem sendo alcançado de forma satisfatória?	G/P	As perguntas 09 a 11 objetivam a compreensão de como ocorre a seleção e a produção dos conteúdos e para quais fins são produzidos.	Codificação do conhecimento (WORLD BANK, 1998; BOISOT, 1998; AGRAVAL, 2002; ALEXANDER <i>et al</i> , 2004; PUMPA; WYELD, 2006; ALBAGLI, 2006; WYELD, 2007; SUKULA, LWOGA, 2011; BRAHY, 2006; TAKEUCHI, NONAKA, 2008; NONAKA <i>et al</i> ,
10	Como são selecionados os assuntos/temas produzidos digitalmente? Quem os escolhe?	G/P		

	A escolha dos assuntos/temas para a produção dos conteúdos poderia ser feita de outra forma? Como?			2011). Produção de conteúdos por povos indígenas (GALLOIS; CARELLI, 1995; 2010; BUCCHIONI, 2009; CORRÊA, 2009; COSTA, 2009; NEVES, 2009; PINTO, 2012). Indigenização das Mídias (DI FELICE, 2009). Hibridação (CANCLINI, 2003)
11	Há algum aspecto que você considera essencial para a produção de conteúdos digitais?	P		
12	Em sua opinião, qual é a razão para que o conhecimento indígena em formato digital seja compartilhado?	G/P	Os objetivos das perguntas 12,13 e 14 estão em investigar aspectos relacionados ao compartilhamento, codificação, uso e preservação do conhecimento indígena.	Compartilhamento do conhecimento (CEN, 2004; FIALHO <i>et al.</i> , 2008). A difusão de conteúdos codificados (BOISOT,1995;1998; LING,2007) Aquisição/ criação de conhecimento (CALHOUN; STARBUCK, 2003; WANG; AHMED, 2005). Preservação (DIEGUES <i>et al.</i> , 2000; NGULUBE, 2002; ZHIHONG, 2003; UNESCO,2004;
13	O conhecimento indígena, transformado em conteúdos digitais, está sendo aplicado ou usado em alguma atividade na comunidade? Como ocorre?	G/P		
14	Em sua opinião o conhecimento indígena em conteúdos digitais está sendo preservado para gerações futuras? Como isso é percebido?	G/P/U		

				FAILING <i>et al.</i> , 2007
15	Como você descreve a participação dos produtores do site? Poderia ser diferente? Como?	G/U	As perguntas 15 a 17 têm por objetivo registrar a participação dos diferentes atores indígenas no site, dando-lhes espaço para que possam apontar melhorias futuras.	Presença e Participação indígena na sociedade do conhecimento (BUCCHIONI, 2009; CORRÊA, 2009; COSTA, 2009; NEVES, 2009; PEREIRA, 2012; PINTO, 2012; TAVARES, 2012;2013; FIGUEIREDO, 2014)
16	Como você descreve a participação dos utilizadores do site? Poderia ser diferente? Como?	G/P		
17	Como você descreve a participação dos gestores do site? A participação dos gestores poderia ser diferente? Como?	P/U		
18	Você já usava mídias antes de começar a produzir conteúdos digitais? Como a participação no projeto (site) mudou sua relação com o uso das mídias.	P	As perguntas 18 a 21 objetivam a compreensão de como se deu a aproximação, a escolha e o uso das mídias na produção de conteúdos digitais.	Mediação do Conhecimento (SANTOS; RODRIGUES, 1999; ABDEL-MONEIM, 2002; SOUSA; RODRIGUES, 2011). Cibercultura (LEMOS, 2009; 2010; SANTAELLA, 2003;2007;2009; LÉVY, 1993;1999; RUDIGER, 2011).
19	Você participou de projetos ou programas de capacitação para o uso das mídias digitais? Como foi/foram?	P		
20	Quais mídias são utilizadas para a produção dos conteúdos? São	P		

	adequadas? Há outras mídias que poderiam ser mais adequadas e não são utilizadas para a criação de conteúdos digitais? Quais? Por quê?			
21	Quais são os principais desafios e dificuldades no uso das mídias digitais para a produção de conteúdos? Como poderiam ser sanados?	P		
22	Em sua opinião há algum tipo de interferência no conhecimento tradicional transformado em conteúdo digital? Qual? Como?	P	As perguntas 22 a 26 buscam identificar a visão dos produtores sobre a transformação do formato do conhecimento com a sua codificação em meios digitais. Ainda, objetivam compreender aspectos da criação/transformação, disseminação, preservação e armazenamento do conhecimento indígena.	Aquisição/criação do conhecimento (CALHOUN; STARBUCK, 2003; WANG; AHMED, 2005). Codificação (WORLD BANK, 1998; BOISOT, 1998; CARTA DE SÃO LUIZ DO MARANHÃO, 2001; AGRAVAL, 2002; ALEXANDER <i>et al</i> , 2004; BRAHY, 2006; PUMPA; WYELD, 2006; WYELD, 2007; TAKEUCHI, NONAKA, 2008; SUKULA, LWOGA, 2011; NONAKA <i>et al</i> ,
23	Em sua opinião, qual é a importância dos	G/P/U		

	conteúdos produzidos?			2011). armazenamento (PROBST et al.,2002; CEN, 2004; FOLKENS; SPILIOPOULOU, 2004; WANG; HAMED,2005). Disseminação do conhecimento (DAVENPORT; PRUSAK, 1998; CARVALHO <i>et al.</i> , 2006;GREEN <i>et al.</i> , 2009; SANTOS; SOUZA, 2010). GENG <i>et al.</i> (2008).
24	Em sua opinião, como os sujeitos contribuem para a disseminação dos conteúdos digitais produzidos? (Disseminação aqui entendida como um processo em que há diálogo ou troca entre os agentes)	G/P/U		
25	O conteúdo de conhecimento indígena é 'guardado' (armazenado) no site? Como?	P/G		
26	Como a comunidade percebe o seu conhecimento (originalmente oral) em 'novos formatos'?	G/P		
27	Há algo que você gostaria de dizer que não foi contemplado pelas perguntas?	G/P/U	Tem por objetivo abrir espaço para manifestação dos informantes de aspectos não contemplados na entrevista.	

Fonte: Elaboração da autora. Dados da pesquisa.

APÊNDICE 4
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
APRESENTADO AOS ENTREVISTADOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Através deste instrumento, o Senhor/Senhora está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“CONTEXTO E USO DAS MÍDIAS POR POPULAÇÕES INDÍGENAS BRASILEIRAS: ELEMENTOS QUE PODEM CONTRIBUIR PARA A PRESERVAÇÃO E A DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL EM MEIOS DIGITAIS E INTERNET”**, base de uma Tese de Doutorado a ser apresentada pela autora ao Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento – da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

A autora é professora universitária, Mestre em Educação e com experiência em pesquisas que envolvem a participação ativa de seres humanos como fontes de informação, conhecimento e/ou opinião.

O objetivo desta pesquisa é “Caracterizar o contexto de uso das mídias por povos indígenas brasileiros, identificando como as mídias digitais e a Internet podem contribuir para a preservação e disseminação de seu conhecimento tradicional”. O objetivo para a qual o Senhor/Senhora está sendo convidado (a) é conhecer sua vivência enquanto gestor/produtor/utilizador de conteúdos digitais em cibermeios indígenas brasileiros.

O Senhor/Senhora foi selecionado (a) intencionalmente e sua participação não é obrigatória, tampouco remunerada. Sua assinatura a este Termo representa seu consentimento e sua adesão à pesquisa. No entanto, a qualquer momento, o Senhor/Senhora pode deixar de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará qualquer prejuízo em sua relação pessoal com a pesquisadora.

A entrevista será realizada pela autora do estudo e gravada em áudio. O produto das gravações é de propriedade da autora, independente de seu uso ou não na pesquisa, sendo mantidas por até um ano após a data da entrevista. Findo este prazo poderão ser destruídas. Apenas a autora terá acesso ao conteúdo das gravações, o qual será empregado exclusivamente para fins acadêmicos.

Por questões procedimentais, seu nome será apresentado no texto de Tese de Doutorado, seja no campo de agradecimentos e/ou no campo da apresentação da metodologia empregada. Parte do conteúdo de sua entrevista poderá ser transcrito literalmente no campo referente aos resultados do

trabalho. Porém, assegura-se que não haverá identificação de autoria do pronunciamento, de modo que os conteúdos das entrevistas serão atribuídos a autores representados por letras (“Entrevistado A”; “Entrevistado B”; etc). Além da Tese de Doutorado, as informações obtidas poderão ser utilizadas para elaboração de artigos científicos e outras publicações similares, sempre obedecendo aos princípios de não associação entre o nome do entrevistado (a) e sua opinião.

O presente Termo será expedido em duas vias, que deverão ser assinadas pelo Senhor/Senhora e pela autora da pesquisa, permitindo cópia para cada uma das partes. Através do endereço eletrônico da autora, a qualquer momento o Senhor/Senhora pode manifestar-se sobre o projeto e sua participação.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado (a) sobre todos os procedimentos que norteiam a minha participação na pesquisa, bem como sobre o projeto em si. Fui informado (a) de que minha participação é voluntária e não remunerada. Autorizo o emprego das informações por mim prestadas exclusivamente para fins acadêmicos e de tal modo que não haja identificação de autoria. Declaro, ainda, saber que posso retirar-me do estudo a qualquer momento, invalidando o uso das informações que eu tenha fornecido.

Nome

completo: _____

CPF ou RG: _____ Data: _____

Assinatura: _____

Autora da Pesquisa: Profa. Marinilse Netto. E-mail: mari.netto@hotmail.com - Identidade: 1232016-SSP/SC.

Assinatura: _____.

APÊNDICE 5
DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS *SITES* ÍNDIOS ONLINE, EU SOU
PELAS MULHERES INDÍGENAS E AÇÃO DE JOVENS
INDÍGENAS DE DOURADOS - AJI.

O Portal Índios Online se autointitula a “rede das redes” na articulação, divulgação e preservação das tradições de grupos indígenas de diferentes etnias. Pode-se dizer, portanto, que o Índios Online, representa, por sua importância e abrangência, uma categoria de discurso que explicita interesses e demandas dos povos indígenas brasileiros. Como uma extensão do campo social, o Índios Online legitima-se como um ambiente ativo de luta, com caráter denunciativo, reverberando na rede questões discutidas nas aldeias e comunidades indígenas. No centro das atenções, a temática sobre a demarcação ou retomada de “territórios indígenas”, mobiliza discussões também no âmbito virtual.

Na visão de Mota (2010, p. 36), o Portal Índios Online “é um espaço alternativo de debate e reflexão sobre a relação que os índios querem ter com a tecnologia, lutando contra o preconceito que se as comunidades indígenas tiverem contato com a tecnologia (...) perderão totalmente a sua identidade e cultura.” “Esta rede faz uso da Internet como um instrumento ou ferramenta de empoderamento político-cultural, pois permite diminuir as distâncias, encurtar os tempos de comunicação e a difusão de conteúdos dos mesmos indígenas”, escreve Alex Macuxi (2011, p.06)¹¹⁷.

É importante destacar aqui que dentre os objetivos da Rede estão: Facilitar o acesso à informação e comunicação para diferentes nações indígenas, estimular o dialogo intercultural. Promover aos próprios índios pesquisarem e estudarem as cultura indígenas. Resgatar, preservar, atualizar, valorizar e projetar as culturas indígenas. Promover o respeito pelas diferenças. Conhecer e refletir sobre o índio de hoje. Salvar os bens imateriais mais antigos desta terra Brasil.

¹¹⁷ Inclusão digital e comunidades indígenas: A Internet como parceira. Disponível: <http://www.indioeduca.org/?p=729>. Acesso em 14 de abril de 2015.

Disponibilizar na internet arquivos (textos, fotos, vídeos) sobre os índios nordestinos para Brasil e do Mundo. (ÍNDIOS ONLINE).

A questão da mobilização e do uso da Internet como suporte e canal de interação social, também é identificada no Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas. Com um viés de engajamento ideologicamente feminista, temas como educação, saúde, violência doméstica, entre outros, figuram com destaque nos conteúdos de matérias e notícias. O portal caracteriza-se como um meio de divulgação das atividades, bem como, das comunidades participantes, criando ou fortalecendo laços de integração e união em prol dos direitos das mulheres indígenas.

Amplamente divulgado, o livro “Pelas Mulheres Indígenas”, é parte de um conjunto de ações que visam gerar empoderamento das mulheres indígenas, ações essas que agem de modo a criar espaços de informação, sobretudo de formação social e política. Há, no livro, textos informativos sobre vários temas, incluindo as questões de direitos básicos como saúde e educação. Samal e Dhyani (2006) dizem que a responsabilidade pela guarda, manutenção e ensino dos fazeres tradicionais é considerada eminentemente feminina. Essa visão se reflete nos registros dos depoimentos de mulheres indígenas que compõe as páginas do livro citado. O protagonismo feminino indígena, nas últimas décadas, se destaca também através da conquista de espaços tradicionalmente exercidos por homens. Para Elionai Pataxó “eu tenho como um grande exemplo a minha Cacique Arian Pataxó, que fundou a Aldeia Dois irmãos e luta por melhorias para nossa Aldeia. (PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015, p.12)

(...) são cada dia mais as lideranças indígenas mulheres (temos destaque na Bahia para os trabalhos de 04 “Cacicas”); mais de 80% “dos” professores nas aldeias são professoras; a maior parte “dos” indígenas que está cursando estudos terciários são mulheres; existem condições suficientes, tanto pelos “problemas” como pelas “potencias” para que as mulheres indígenas venham dar um salto quântico e melhorar sua situação e venham melhorar a vida dentro das comunidades indígenas também. Agora mais do que nunca devemos investir no fortalecimento das mulheres indígenas que já são o portal para uma

nova humanidade e que ainda são das “piores vítimas” de nossa sociedade atual. (PROJETO BÁSICO “PELAS MULHERES INDÍGENAS”, 2015, p.04).

Segundo dados da FUNAI, em texto assinado por Carol Macario¹¹⁸, nas comunidades ou aldeias indígenas brasileiras há, atualmente, doze (12) mulheres caciques, sendo: quatro (4) no estado de Mato Grosso, uma (1) no Amazonas, uma (1) em São Paulo, uma (1) em Alagoas, uma (1) em Rondônia e três (3) no estado da Bahia, incluindo na lista a mais recente mulher a assumir este posto, a indígena Eunice Antunes de 33 anos, da Aldeia M’Bya Guarani no Morro dos Cavalos, município de Palhoça no estado de Santa Catarina. “Desde os 5.000 anos de ocupação tupi-guarani na região, pela primeira vez uma mulher assumiu o posto de cacique da aldeia” salienta a autora citada. Registra-se que a primeira mulher indígena a assumir posto de cacique foi Creuza Assoripa Umutina, da etnia Amutina, no Mato Grosso em 2004.

Ao analisar o *site* da Ação de Jovens Indígenas de Dourados – AJI, percebe-se que o mesmo identifica-se como uma iniciativa de valorização e de fixação do jovem indígena em sua comunidade ou aldeia e na formação de futuros líderes. Ao incentivar o uso das tecnologias a gestão do *site* parece cumprir seus propósitos, ou seja, proporcionar a estes jovens a socialização étnica, o reconhecimento de sua identidade cultural, a valorização de seus modos de vida, além de entender as mídias como canais para reivindicar seus direitos. Por suas características o *site* da AJI pode ser classificado como um meio difusor de informação (notícias) e de canais de informação (*sites*/fontes das notícias). Ao difundir informações que foram publicadas em outros meios, o *site* dá credibilidade às fontes originais e às notícias, ao mesmo tempo em que toma para si, parte dessa credibilidade pelo espalhamento da informação.

¹¹⁸ Segundo reportagem veiculada no Jornal Notícias do Dia, em 13 de abril de 2015, com o título “Revolução feminina no Morro dos Cavalos: Eunice Antunes é a primeira mulher cacique.” Disponível: <http://www.ndonline.com.br/florianopolis/plural/32429-revolucao-feminina-na-aldeia-do-morro-dos-cavalos-eunice-antunes-e-a-primeira-mulher-cacique.html>. Acesso em 13 de abril de 2015.

Segundo Indianara Ramires, em uma entrevista cedida por e-mail, o portal (**referindo-se ao site da AJI**) saiu para “contrapor os jornais, que em geral são bancados por fazendeiros”, observa-se aí a preocupação de o indígena ocupar os meios de comunicação, no caso a internet, para ter voz, em nome de seu povo. Para a mesma, o fato de o próprio índio estar ali postando matérias e conteúdos, lhe dar certas autonomias: “Acredito que o blog e o site é uma forma de expressão nossa, do nosso jeito, é índio falando de Índio, isso que é o bacana, somos reportes, jornalistas etc.”. Considerar o simples fato de o índio ter internet, não caracteriza um movimento Social, mas no momento em que começa usar, para um bem de seu povo, para lhe dar voz, para competir com a mídia, isso sim lhe dar caracteres de um movimento social. (Entrevista realizada por Alex Makuxi com Indianara Rodrigues por *email* em 2011. Texto disponível no *site* Índio Educa). **(grifos da autora)**

Ao inferir análise sobre os conteúdos produzidos e disponíveis nos três *sites* analisados, ou seja, Portal Índios Online, Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas e AJI, nota-se, que as narrativas, formas tradicionais de transmissão de conhecimentos, estão presentes nos formatos digitais e constituem-se meios para o registro das histórias e memórias das diferentes etnias indígenas. Lima e Vieira (2012, p.08) citam que a oralidade promove a “manutenção, reprodução e transmissão de saberes e de uma memória que ultrapassa gerações”.

Ao compartilhar os conteúdos, os *sites* Índios Online e Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas disponibilizam ao final das matérias, espaço para que os navegadores ou utilizadores possam registrar comentários. Nestes espaços, é possível identificar quantas visualizações e comentários cada conteúdo obteve. Ao analisar esta questão, nota-se que, no conjunto, o número de comentários não é expressivo. O Índios Online apresentou, no período de 11 meses (agosto de 2014 a julho de 2015), 68 (sessenta e oito) conteúdos que tiveram 17 (dezesete) comentários e, 37.747 (trinta e sete mil, setecentas e quarenta e sete) visualizações. O *site* Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas apresentou, no período de 04 meses (março a julho de 2015), 72 (setenta e dois)

conteúdos que tiveram 16 (dezesseis) comentários, e 8.803 (oito mil oitocentas e três) visualizações. No mesmo período, o *site* da AJI apresentou 99 (noventa e nove) conteúdos de texto, contudo, a questão “interação” não pode ser realçada, pois, não há, nos *links* dos conteúdos, ícones de visualizações e de comentários. A par disso, cabem investigações futuras sobre por que a interação através de comentário, sugestões, etc., não ocorre de forma mais expressiva nos *sites* analisados. (O número de visualizações e comentários dos conteúdos dos *sites*, durante a etapa de coleta de dados, estão disponíveis nos Apêndices 6,7, 8 e 9 deste trabalho).

PORTAL ÍNDIOS ONLINE

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO ÍNDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CIBERMEIO
--

Número: 01

Nome: ÍNDIOS ONLINE

Endereço: www.indiosonline.net

Aspectos Institucionais: Caracterizado como a ‘rede das redes’ o Portal¹¹⁹ Índios Online foi ‘ao ar’ em 19 de abril de 2004. Foi criado por índios e não índios membros da ONG Thydêwá, incentivados por Sebastián Gerlic, idealizador e promotor da iniciativa¹²⁰ como um canal intercultural. O portal tem uma gestão compartilhada entre quatro povos indígenas e recebe colaboração de sete etnias, de três estados do Nordeste brasileiro: Kiriri, Tupinambá, Pataxó Hã Hã Hãe, Tumbalalá

¹¹⁹ Segundo Tavares (2013), o Portal Índios Online se apropria, simbolicamente, da denominação ‘Portal’. Trata-se portanto, de um *website*.

¹²⁰ Thydêwá em Pankaruru significa “Esperança da terra”. Segundo Pereira (2012, p.137), Sebastián Gerlic é nascido em Buenos Aires, na Argentina e vive no Brasil desde os anos de 1994. Com experiência na área de Cinema e Publicidade Gerlic se juntou a uma organização fundada por Kiriri, com sede em Salvador, chamada “Águia Dourada”, a qual ajudou a organizar a coleção de livros escrita pelos próprios índios, chamada de “Índios na visão dos índios”. Após divisões internas, com a ajuda de outros membros, Gerlic fundou a Thydêwá, dando continuidade a publicação da coleção, a qual conta com oito livros publicados entre os anos de 1997 e 2004.

na Bahia, Xucuru-Kariri, Kariri-Xocó em Alagoas e os Pankararu em Pernambuco. A rede é composta por cinco gestores: Alex Makuxi do estado de Roraima; Patrícia Pankararu do estado de Pernambuco; Nhenety Kariri-Xocó do estado de Alagoas e Fábio Titiah e Yonana Pataxó Hã hã hã, do estado da Bahia. Conta ainda, com indígenas voluntários, que colaboram para o portal. A Thydêwá possui um “Ponto de presença”, projeto de inclusão digital implementado pelo GESAC (registrado no Capítulo 2 – A inclusão digital de povos indígenas brasileiros), e um Ponto de Cultura¹²¹, ambos divulgados no Índios Online. No ano de 2009, a Thydêwá deu início ao programa “Esperança da Terra – Um Pontão de Cultura Verde”, propondo a “eco-alfabetizar” 240 pessoas, entre elas, indígenas, quilombolas, sem terra, funcionários públicos, acadêmicos, entre outros que participam, trocando experiências e conhecimento. Em nível federal, conta com a parceria do Ministério da Cultura e do Ministério das Comunicações, e, localmente com a Prefeitura de São José da Vitória, do Estado da Bahia. No ano de 2010, recebeu o prêmio “Ponto de Mídia Livre”, projeto desenvolvido pelo Ministério da Cultura que “visa reconhecer 60 iniciativas de mídia livre realizadas por Pontos de Cultura e/ou instituições da sociedade civil sem fins lucrativos, legalmente constituídas, que desenvolvem diretamente ou apoiam iniciativas de mídia livre, que já estejam no ar a partir de julho de 2009” (Portal Índios Online).

Idioma: Português

Data/hora da última visita: 31 de julho de 2015 às 13h32m.

Mapa do site: Não possui.

¹²¹ O Ponto de Cultura é a ação prioritária e o elemento de articulação entre as demais atividades do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. O projeto recebe apoio e financiamento do MinC e é implementado nas comunidades por entidades governamentais ou não governamentais. Os Pontos de Cultura possuem um caráter mediador entre o Estado e a Sociedade e objetivam a realização de ações de impacto sociocultural nas comunidades. “Para se tornar um Ponto de Cultura, os responsáveis pela entidade devem participar do edital de divulgação da Rede de Pontos de Cultura em seu estado ou município, enviando projeto para análise da comissão de avaliação, composta por autoridades governamentais e personalidades culturais. Havendo a inclusão por seleção, será celebrado convênio plurianual para execução do projeto aprovado”. Disponível: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>. Acesso em 02 de dezembro 2014.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 2 - DESCRIÇÃO DO *LAYOUT* DA PÁGINA PRINCIPAL DO CIBERMEIO

A figura abaixo mostra a página principal do *site* Índios Online. Nela, há predominantemente, as cores amarela e laranja em todo enquadramento da página. Em uma faixa, o nome do *site* está inserido em um cocar de penas amarelas formando um semicírculo na parte superior da página. Com destaque o símbolo @ (de rede), decorado com elementos similares ao grafismo indígena. O fundo da imagem do cocar tem a cor preta. Os conteúdos da página estão dispostos sobre um fundo branco. Os textos apresentam letras pretas. Apenas a chamada para uma campanha para a demarcação de terras indígenas está escrito em letras maiúsculas, na cor rosa.

Página principal do *website* Índios Online



Fonte: Índios Online - 05 de agosto de 2014.

Ao lado esquerdo da página (sob o olhar do navegador), linearmente, em uma barra na cor laranja, apresenta os *links* escritos em branco: **Oca; Quem Somos, Participe, Todos os Artigos, Contato e**

NOTA DA GESTÃO. Continuando, no canto à direita, o ícone lupa (na cor branca) indica espaço de busca de conteúdos constantes no *site*.

Durante o período de navegação para coleta de dados na modalidade piloto, (realizada de 05 de agosto a 07 de dezembro de 2014), observou-se uma mudança na página principal. As barras laterais, na cor amarela forte, foram substituídas por barras na cor marrom, com desenhos de pequenas formas triangulares na cor laranja. Aspecto que remete novamente ao grafismo indígena (a alteração pode ser observada na figura abaixo).

Página principal do *website* Índios Online



Fonte: Índios Online - 01 de dezembro de 2014.

Após breve descrição da tela principal do Portal, iniciou-se incursão pelos *links*. O *link* “**Oca**” não direciona a uma interface específica. O *link* “**Quem somos**”, apresenta um texto que registra informações gerais sobre o *site*, bem como seus objetivos. O *link* “**Particpe**” é um chamado para participação *online* (Índio OFFLINE? Torne-se um Índio ONLINE, participe). Dispõe de um canal de acesso a participação *online*. O acesso é feito através de Nome, *email*, Nação a que pertence, deixando uma mensagem no *site*. Como é possível notar, é um chamado destinado exclusivamente para indígenas cadastrados.

O link “**Todos os Artigos**” apresenta os conteúdos constantes na página principal do *site*. Ao seu lado, o link “**Contatos**”, propõe interação através de um canal de troca de mensagens. Foram enviadas três mensagens. Em uma delas houve retorno da gestão do *site* informando que a mensagem recebida estava aguardando aprovação da gestão, para posterior retorno, depois disso, não houve contato ou retorno das mensagens enviadas. “**NOTA DA GESTÃO**” faz as boas vindas àqueles que visitam o portal, dirigindo-se, com exclusividade, aos povos indígenas.

O design de exposição dos conteúdos apresenta a seguinte dinâmica: As chamadas para os conteúdos estão localizadas no centro da página. O ícone “**Siga a Flecha**” (em tarja preta) direciona o navegador para o conteúdo completo. Ao lado dos textos, à esquerda do olhar navegador, há imagens que reforçam visualmente os conteúdos.

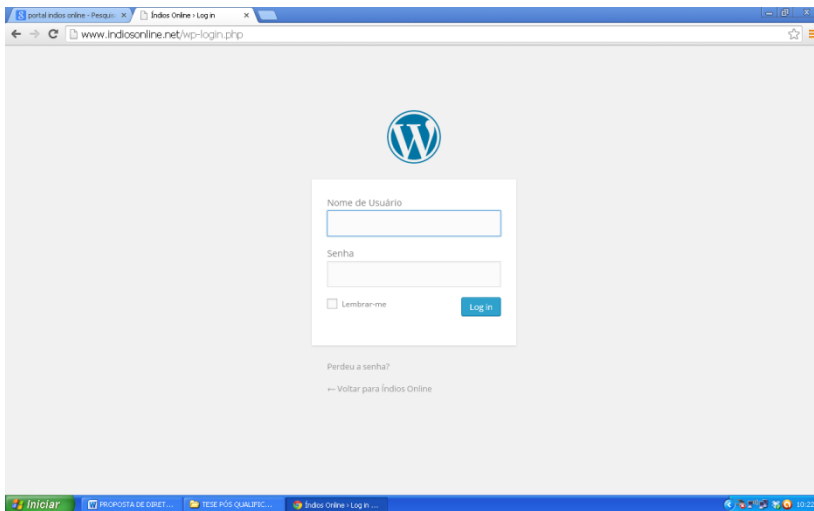
No canto direito da página (ainda sob o olhar do navegador) uma coluna organiza outros tipos de conteúdos. Com o letrero “**Campanha**”, logo abaixo a fotografia de uma indígena, e ao clicar no link, o *site* direciona o navegador para uma petição pública destinada a sensibilização do governo federal para demarcação da terra indígena Tupinambá de Olivença¹²². Logo abaixo, o letrero “**Canal Índios Online**” encabeça a visualização de vários conteúdos em formatos de audiovisuais, que são mostrados alternadamente. Possuem no canto direito a marca YouTube. (Os conteúdos serão descritos e analisados na Etapa 2 - Dimensão 1 - deste instrumento).

Na sequência o letrero **ADM** (administração), composto dos links ‘**Entrar**’ com login e senha (conforme figura abaixo), **Posts RSS** e **RSS dos comentários**, referem-se às postagens e comentários e o gestor de conteúdo WordPress.org., ou seja, a plataforma, usada pelo *site*.

¹²² A petição é divulgada pelo *site*

https://secure.avaaz.org/po/petition/Terra_Indigena_Tupinamba_de_Olivenca_demarcao_ja Acesso em 05 de dezembro de 2014.

Página de acesso ao *site* destinado aos usuários da Rede



Fonte: Rede Índios Online - 07 de dezembro de 2014

Logo abaixo, o letrero “**Parceiros**” indica a participação da Associação Hahãhãe Indígena de Água Vermelha – AHIÁV¹²³. E imediatamente abaixo deste, uma faixa com a palavra **links** direciona para quatro *banners*. O primeiro traz o seguinte texto: “Índio off-line? você é a nossa Rede. Fique On!”. Ao clicar, o convite redireciona para o mesmo campo do link “**Participe**”, ou seja, espaço para contato com o *site* através de *email*. O segundo é um *link* para o *site* Índio Educa (<http://www.indioeduca.org/>)¹²⁴. O terceiro *banner* direciona para o *site* Risada-Rede indígena Solidária de Arte e Artesanato

¹²³ Conforme informações constantes no Portal Índios Online, “A Associação Hãhãhãe Indígena de Água Vermelha, é uma organização sem fins lucrativos, que tem como missão defender e ajudar em diversos aspectos a comunidade Indígena e em especial seus associados (...). A Associação AHIÁV, na pessoa de Fábio Titiá, presidente, foi a primeira associação a trazer internet para dentro da aldeia, já fizeram filmes, livros, encontros de jovens, encontro de mulheres”. Disponível: www.indiosonline.org.br. Acesso em 23 de setembro 2014.

¹²⁴ Detalhado no capítulo 5 deste trabalho.

(<http://www.risada.org/>)¹²⁵. O quarto *banner* também direciona para um *site* o Oc@ Digital (<http://ocadigital.art.br/>).¹²⁶

**INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO
INDÍGENA – ETAPA 1**

**DIMENSÃO 3 -
DISPONIBILIDADE/ACESSIBILIDADE/USABILIDADE/INTERA
ÇÃO**

Em termos gerais, o *site* é dinâmico. O Portal Índios Online é considerado pioneiro em articulação de povos indígenas e referência em comunicação digital de povos indígenas brasileiros. O CMS - Content Management System, sistema de gerenciamento de conteúdo é uma plataforma de criação de *websites* e *blogs* e sua utilização é livre.

Em sua página principal o *site* apresenta os conteúdos em uma estrutura semelhante a um *blog*, ou seja, as postagens mais recentes

¹²⁵ Conforme informações constantes no *site*, a RISADA “é uma Rede composta por Indígenas, atualmente de quatro etnias: Kariri-Xocó (AL), Pankararu (PE), Tupinambá e Pataxó Hãhãhãe (BA), que atua com visão Planetária, através do comércio justo e solidário, com responsabilidade perante a vida, ao meio ambiente, com carinho pela nossa Mãe Terra. Somos um grupo de indígenas, alguns de nossos artesões e ou artistas; todos nos preocupados com o Meio Ambiente, dos nós preocupados com nossas culturas, com a preservação de nossas matas e de nossas tradições, com as artes e conhecimentos tradicionais de nossos povos. Alguns de nós artesões digitais, que apropriados das tecnologias de Informação e comunicação registramos com fotos e vídeos nossa realidade e usamos a internet para proteger nossa natureza e para dar condições de vida digna aos artesões de nossas comunidades.” Disponível: <http://www.risada.org/Acesso> em 23 de setembro 2014.

¹²⁶ “Realizado pela ONG Thydêwá, em parceria com a Cardim Projetos, o projeto OCA DIGITAL, contemplado no Edital da Fundação Telefônica de Arte e Tecnologia e no Fundo de Cultura do Estado da Bahia – Demanda Espontânea, inicia, a partir do dia 05 de março de 2012, suas oficinas de formação em arte-tecnologia e mídias locativas. “A OCA Digital funciona como uma Célula de Inteligência Coletiva, onde converge e dialoga a diversidade cultural”, diz o coordenador do projeto e presidente da ONG Thydêwá, Sebastián Gerlic.” Disponível: <http://www.thydewa.org/work/ocadigital/>. Acesso em 02 de dezembro 2014.

ocupam a parte superior da página, seguida das postagens mais antigas. Durante a navegação de coleta de dados o mesmo não apresentou problemas de acesso aos conteúdos. De modo geral, os *links* funcionam corretamente. Não foi possível acessar o *site* “Oca Digital” pelo *link* do Índios Online.

Na interface onde estão postados os conteúdos completos, há *hiperlinks* que direcionam o navegador tanto para notícia anterior como para a posterior e também um índice que relaciona postagens similares. O *layout* é personalizado, fundindo elementos da cultura indígena com os do mundo digital. A fusão de ambos demonstra a integração do indígena e o mundo tecnológico.

Observam-se como recursos multimídia, fotografias e vídeos. Os conteúdos (textos e vídeos) criados e produzidos pela rede Índios Online estão disponíveis para *download* no *site* da Thydêwá¹²⁷. Contudo, não foi possível acessar os vídeos pelo buscador do *site*. Os vídeos, conforme descrição na dimensão 2 deste trabalho, são disponibilizados também pelo *YouTube*.

Como meios interativos, o *site* dispõe da plataforma *WordPress* para integrantes cadastrados na Rede Índios Online e o espaço ‘**Comentários**’, para não integrantes, que desejam contribuir ou interagir com os temas dos conteúdos postados (estes comentários devem ser moderados. Ou seja, antes da exibição no ambiente virtual, passam por aprovação dos administradores). Também há um espaço de aprendizagem colaborativa, com o auxílio do programa *moodle*¹²⁸, denominado Arco Digital¹²⁹.

¹²⁷ <http://www.thydewa.org/downloads1/>. Acesso em 04 de dezembro 2014.

¹²⁸ Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment (MOODLE) constitui-se um sistema de gerenciamento de aprendizagem. Um ambiente virtual de aprendizagem de código aberto, livre e gratuito (www.moodle.org.)

¹²⁹ Nos anos de 2006, com o objetivo de tornar-se uma comunidade de colaboração entre tribos e etnias, bem como abrindo à participação de não índios, a Thydêwá criou o *site* Arco Digital. Nele, são oferecidas oficinas de nas áreas da saúde, jornalismo, cidadania e direitos indígenas e economia. “O ARCO DIGITAL é um Curso Livre para índios de todo Brasil. Será realizado totalmente pela Internet e está dividido em 4 ciclos de 1 mês cada um. O ARCO DIGITAL busca fortalecer a capacidade dos índios a planejar e executar as suas próprias ações e os seus próprios projetos” (PORTAL ÍNDIOS ONLINE).

O *site* disponibiliza integração com as redes sociais *Twitter*, *Facebook*, *Google +* e *Pinterest* para compartilhamento dos conteúdos. Durante a navegação notou-se que os vídeos (localizados na coluna direita da página principal) aparecem de modo alternado e dinâmico. É possível visualizar vários deles em pouco tempo. Contudo, durante a navegação houve dificuldade em localizar no *site* um vídeo já visto.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 2

DIMENSÃO 1 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO CIBERMEIO

Conforme descrito na Etapa 1 – Dimensão 2 deste trabalho, o *link* “**NOTA DA GESTÃO**” é um conteúdo direcionado aos povos indígenas que acessam o *site*. Como é possível notar, na figura abaixo, a linguagem utilizada é simples e direta. O conteúdo do convite reforça a importância da participação de comunidades indígenas “em rede”.

Mensagem de boas vindas ao do *website* Índios Online

CAROS INDIOS ON LINE:
BEM VINDO AO PORTAL INDIOS ON LINE, AQUI É UM ESPAÇO DE PRODUÇÃO DA PAZ,
DA DIVULGAÇÃO DAS CONQUISTAS DE NOSSO POVO. , DE NOSSA CULTURA E TRADIÇÃO;
ATRAVÉS DO
PORTAL PODEMOS TRATAR DE ASSUNTOS DE NOSSAS IMPORTANCIA COMO
POR EXEMPLO: INCLUSÃO DIGITAL, DIREITOS HUMANOS E OUTROS.
O PORTAL É UMA OPORTUNIDADE TAMBÉM DE ESTARMOS DIVULGANDO NOSSOS EVENTOS,
DAS NOSSAS LUTAS COM RELAÇÃO A NOSSAS TERRAS.
EM SUMA O PORTAL É UM MEIO DE COMUNICAÇÃO ENTRE VOCÊ E VÁRIAS NAÇÕES INDÍGENAS
DO BRASIL E DO MUNDO. TEM CRESCIDO BASTANTE NOS ULTIMOS ANOS E VEM CRESCENDO
CADA VEZ MAIS.
EMBORA TENHA SURGIDO NO NORDESTE, A REDE INDIOS ON LINE HOJE ATUA NO BRASIL DE
PONTA A PONTA, DO NORTE AO SUL E DO LESTE AO OESTE.
POR ISSO VENHA VOCÊ TAMBÉM CONTRIBUIR COM O NOSSO CRESCIMENTO, VENHA PARTICIPAR
DESSA GRANDE ALDEIA VIRTUAL, TRAGA SEU POVO PRA JUNTO DE NÓS!!!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO:
gestaoindiosonline@googlegroups.com
OBS: NÃO ACEITAMOS MATÉRIA OU COMENTÁRIOS QUE VENHAM PREJUDICAR OS POVOS
INDÍGENAS, DE MANEIRA ALGUMA.

GESTÃO INDIOS ON LINE

Fonte: Rede Índios Online - 05 de agosto de 2014.

A página principal apresenta conteúdos de textos, imagens e audiovisuais. Os textos estão organizados em uma coluna que ocupa 2/3 do tamanho da página. As postagens seguem a ordem cronológica de publicação, das mais atuais (no topo) para as mais antigas. Os conteúdos dos textos são variados. As chamadas para os textos completos possuem em média três linhas, contudo, há alguns somente de uma linha e outros de quatro linhas. Conforme já descrito, para cada texto acompanha uma imagem em seu lado esquerdo, que em sua maioria, são imagens (fotografias) que estão presentes no conteúdo completo da notícia. Mas há também imagens de pinturas e de cartazes. Para acessar o texto completo há uma tarja preta com o dizer: “**Siga a Flecha**”.

Ao “seguir a flecha”, acessa-se uma interface que contém: Título da notícia, seguido de uma tarja preta com a descrição **Geral**; a data da publicação (dia/mês/ano); e os ícones de número de visualização e de comentários, conforme figura abaixo.

Interface do texto completo da página do *website* Índios Online

Fonte: Índios Online - 02 de dezembro de 2014.

A tarja **Geral**, um *hiperlink*, direciona para outra interface, onde aparece a seguinte frase: “**Categoria mãe das postagens no Índios Online**”. Uma imagem de uma indígena indica um conteúdo postado em

21 de maio de 2014. Ao abrir a postagem vê-se, inicialmente, um vídeo de 0,36' realizado por Maria D'Ajuda, durante o evento Encontro Teia Nacional 2014, que mostra o depoimento de Alciene de Oliveira, nome indígena Kaxinawá, do Acre. Foi perguntado a ela: "O que é ser mulher indígena"? Na sequência, outro vídeo, de 1m40", com o mesmo tema do anterior, mostra o depoimento de Fernanda Kaigang. Logo abaixo dos vídeos, aparecem publicações dos anos de 2007 e 2008. A figura abaixo mostra parte da interface citada.

Interface "Categoria mãe das postagens no Índios Online" - Geral - Índios Online



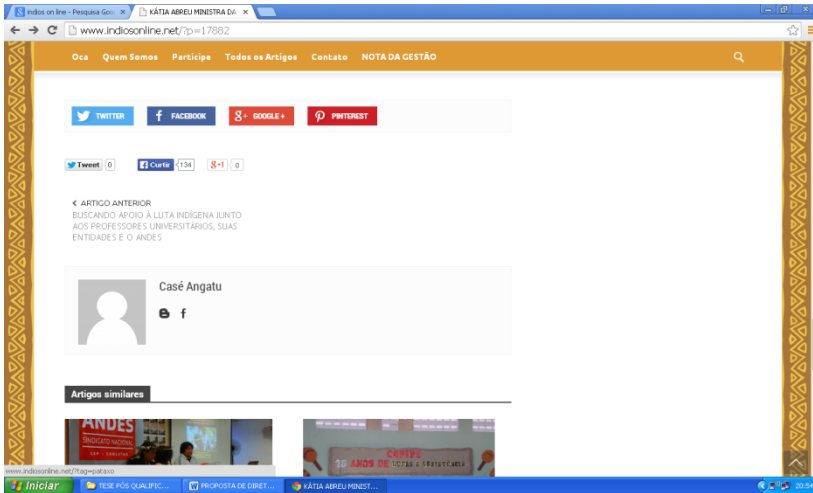
Fonte: Índios Online - 02 de dezembro de 2014.

Voltando a interface anterior, na página da notícia completa, abaixo da tarja **Geral**, está o autor e a notícia, e, ao seu final, os *links* para as redes sociais, *Twitter*, *Facebook*, *Google + e Pinterest*, também a marcação da autoria da postagem. Em alguns textos não há indicação de autoria do conteúdo, mas é possível identificar o autor da postagem.

Importante ressaltar que, conforme evidenciado nas figuras acima, a coluna à direita acompanha a troca de interfaces, porém, permanece com suas próprias configurações. Ou seja, a página do *site* possui uma divisão em que 2/3 da página 'rodam' em separado da

coluna de 1/3 à direita. Outra mudança observada na estrutura mostra as imagens da coluna principal, que estavam à esquerda dos textos nas chamadas, na interface de texto completo, aparecem à direita do texto.

Links para as redes sociais e identificação do autor da postagem - Índios Online



Fonte: Índios Online - 02 de dezembro de 2014.

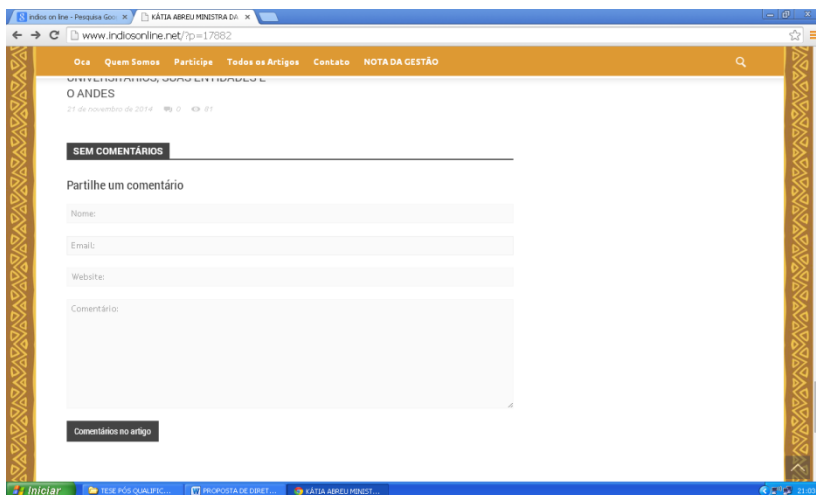
Como é possível perceber nas figuras abaixo, ao fim do texto completo, há uma tarja com indicação de “**Artigos similares**”, direcionando para outros conteúdos da página mostrados em chamadas de imagem e texto. Na sequência, a tarja “**Sem comentários**”, indica a inexistência de interação com o conteúdo postado. No caso dos conteúdos que possuem comentários, há a indicação na tarja do número de comentários e logo abaixo o registro (de forma integral) dos mesmos, incluindo identificação, dia e hora da postagem. Na sequência, abaixo, há o campo “**Partilhe um comentário**”, trata-se, pois de um chamado para participação e de interação com o *site* e seus conteúdos.

Direcionamento para conteúdos similares do *site* e indicação de interação com o conteúdo - Índios Online



Fonte: Índios Online - 02 de dezembro de 2014.

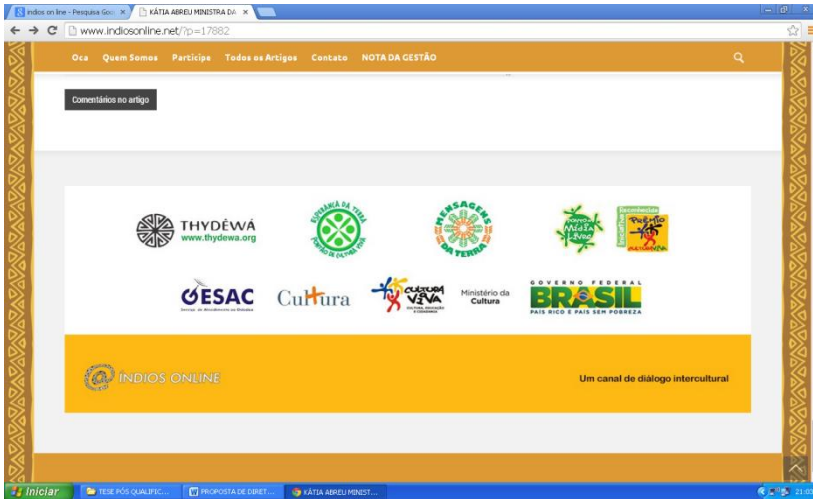
Espaço para interação com os conteúdos postados - Índios Online



Fonte: Índios Online - 02 de dezembro de 2014.

No rodapé da página, conforme a figura abaixo, são identificados os aspectos institucionais do *site* (já descritos na Etapa 1 – Dimensão 1) deste trabalho.

Rodapé da página com a indicação de aspectos institucionais do *site* Índios Online



Fonte: Índios Online - 01 de dezembro de 2014.

Quanto aos conteúdos de textos (registrados no Apêndice 6), o *site* mostra que o texto mais recente teve postagem em 24/07/2015 e o texto mais antigo, data do início desta coleta de dados, em 05 de agosto de 2014. O Índios Online apresentou, no período de 11 meses, 68 (sessenta e oito) conteúdos que tiveram 17 (dezesete) comentários, e 37.747 (trinta e sete mil, setecentas e quarenta e sete) visualizações. Casé Angatu é autor de 13 (treze) conteúdos.

O conteúdo com maior número de visualizações (1.533), e de comentários (04), tem como título “Polícia Militar da Bahia aterroriza indígenas no Sul da Bahia”, de autoria de Potyra Tê Tupinambá. Trata-se de um conteúdo que denuncia abusos de autoridade praticados pela polícia militar do estado da Bahia, “designada para “fazer a segurança” no Território Tupinambá de Olivença desde julho de 2014. Ao final do texto, a autora escreve: “Pedimos o apoio de todos para acionarmos os

organismos de defesa de Direitos Humanos. Pedimos socorro... Clamamos por Justiça!>". Os comentários postados por indígenas da comunidade reforçam a situação de medo e indignação pela situação.

Ao analisar os conteúdos do *link* **Todos os Artigos**, percebe-se que os assuntos abordados são variados e refletem as principais problemáticas que envolvem, ainda nesse tempo, povos indígenas brasileiros: (a) a luta pela demarcação de terra indígena; (b) reivindicações de infraestrutura em aldeias e comunidades assistidas pelo Estado; (c) denúncias de violência que vêm sofrendo em consequência da luta pela terra e conflitos interculturais.

Ganham destaque os conteúdos que mostram mobilizações para eventos que pretendem capacitá-los para as novas demandas sociais, como liderança política, acesso a programas governamentais, organização escolar indígena, reconhecimento e valorização de sua cultura e de seus saberes e a partir do crescente protagonismo indígena, na criação e produção de meios de comunicação com outras culturas e outros povos.

Concluída a descrição dos conteúdos de texto, localizados no centro da página principal, passa-se a descrição dos conteúdos de vídeos, localizados em coluna à direita do navegador sob a tarja preta com o letrero **"Canal Índios Online"**.

Conforme registrado na Etapa 1 – dimensão 3, os vídeos possuem a marca do *YouTube*¹³⁰, ou seja, estão disponíveis também neste *site*. Há vídeos que mostram várias etnias indígenas, contudo, nem todos os vídeos mostrados no *site* são de autoria ou produzidos por indígenas. Durante o período de navegação, não foi identificado no *site* um espaço de armazenamento dos audiovisuais. Há vários deles disponíveis no "Canal Índios Online". Três conteúdos foram selecionados para descrição, por suas características de aproximação com as reflexões propostas por essa pesquisa, a seguir:

¹³⁰ Considerado, atualmente, o maior *site* de compartilhamento de vídeos do mundo, totalmente gratuito. A ferramenta criada pelo *Google* está disponível em versões para Android, iOS, Windows Phone, Symbian e Web. Nele, é possível ler e criar comentários, avaliar o vídeo, assistir sugestões relacionadas, e outras opções. O programa é basicamente o mesmo em todas as plataformas. Disponível: <http://www.techtudo.com.br/tudo-sobre/youtube.html>. Acesso em 04 de dezembro 2014.

O primeiro audiovisual tem como imagem de entrada um índio, de costas, sentado à frente de um computador. Ao clicar nesta imagem, abre um vídeo de 3 minutos com o título: ‘Tempo Circular’. O vídeo mostra um homem velho, sentado ao pé de uma pequena fogueira que narra uma história para um jovem rapaz que aparentemente, é seu filho. No outro dia, o rapaz dirige-se a um local com acesso a Internet e digita o texto narrado pelo homem velho, em uma página no computador, após, compartilha a narrativa na Internet. Ao acessar o vídeo pelo YouTube, vê-se que o mesmo teve até a data de 01/08/2015, teve 479 (quatrocentas e setenta e nove) visualizações.

O segundo vídeo, de 9m56’ com o título “Outro lado da moeda”. O texto é de Curupaty Abaetê Tupinambá (que no vídeo anterior, interpreta o rapaz), as imagens do vídeo são de Juliana Guedes e produção da rede Índios Online. O vídeo denuncia a violência que a comunidade Tupinambá de Olivença enfrenta. Suas lutas, seus direitos e condições atuais de vida. O vídeo é também um chamado para que todos indígenas que acessam o conteúdo se juntem ao povo Tupinambá nesta luta. Ao acessar o vídeo pelo YouTube vê-se que o mesmo teve, até a data de 01/08/2015, 384 (trezentas e oitenta e quatro) visualizações.

O terceiro vídeo, “Amor real” mostra uma apresentação musical de 3m11’, de uma dupla de índios Pankararu (voz e violão). Este vídeo no YouTube possui até 01/08/2015, 420 (quatrocentas e vinte) visualizações.

Como é possível notar, os vídeos também refletem as principais problemáticas (discriminação, violência, luta pela terra, etc.) e avanços (criação e produção de conteúdos digitais que reforçam a identidade cultural destes povos e visibilidade), que envolvem atualmente povos indígenas brasileiros (conforme já apontados neste trabalho), estando diretamente vinculados a questão da preservação de seus saberes, a luta por seus direitos e ao protagonismo social através da Internet.

Sobre os aspectos que convergem para o objetivo deste trabalho, os conteúdos expõe o uso de diferentes tecnologias, desde os registros fotográficos até a produção final do livro que se encontra disponível para *download* (no primeiro conteúdo) e; o uso da Internet como modo de preservação, disseminação e compartilhamento da cultura indígena (no segundo conteúdo). A preocupação com a preservação de seus conhecimentos é explicitada nos relatos do livro.

Nós, mulheres indígenas Kariri-Xocó, preservamos nossa arte e nossa história e, muitas vezes, é através delas que buscamos sustento para nossas famílias. Nós preservamos, desde o período primitivo até os dias de hoje, a cerâmica utilitária: potes, panelas e outros, todos feitos de barro. Embora a cada dia seja menos comum, ainda acontece o escambo: trocamos nossas cerâmicas por alimentos como feijão, farinha, galinha e frutos. Também são muitas as indígenas que fazem artesanatos com sementes e penas, como brincos, colares, pulseiras; e incluso nos últimos anos muitas estão trabalhando também com madeira, fazendo arco-e-flecha, zarabatana, cachimbos, machados e pau de cabelo (...). Através da venda e ou da troca dos artesanatos, as mulheres indígenas alimentam, vestem, calçam seus filhos, sendo assim um importante meio de sobrevivência. É comum cantarmos quando trabalhamos os artesanatos ou fazemos outro trabalho manual. Nesses cantos se preservam nossa história, nosso ser indígena. Muitas artes são ensinadas de mãe para filha; mantendo sempre viva a tradição das Kariri- Xocó; as experiências de nossos ancestrais estão em nós e assim vivemos na realidade. É através de nossas mãos e nossa sabedoria que a cultura e a vida são preservadas. (Relato de Itamy Kariri Xocó). (THYDÊWÁ, 2014, p.17).

No caso do vídeo “Tempo Circular”, ao criar intencionalmente um novo formato para a narrativa oral, o jovem índio se apropria de meios tecnológicos e num processo de hibridação (CANCLINI, 2003), desloca a centralidade tradicionalmente oral. Ampliando seus espaços comunicativos e, compartilhando sua cultura com outros povos, o jovem índio toma a Internet como um meio de visibilidade e de intercâmbio intercultural. “Além de outros benefícios, pode gerar o reforço da identidade cultural das comunidades isoladas, através da divulgação das suas culturas e a consequente valorização das suas particularidades diante das diferenças”, afirma Colaço (2013, p.104).

Ressalta-se que a etapa 3 – Identificação e Caracterização dos Gestores, Produtores e Utilizadores do cibermeio, caracterizada pela

coleta de dados em entrevistas semiestruturadas, segundo justificativas já apresentadas, não foi realizada com este *site*.

EU SOU PELAS MULHERES INDÍGENAS

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CIBERMEIO

Número: 02

Nome: EU SOU PELAS MULHERES INDÍGENAS

Endereço: <http://www.mulheresindigenas.org/>

Aspectos Institucionais: É uma ação realizada pela Thydêwá e foi criada em 2013. Caracteriza-se como “uma rede multiétnica e pluricultural que busca melhor a realidade das mulheres indígenas, começando pelo Nordeste e pela formação de 16 Agentes Multiplicadoras de Transformação Social.” Possui a seguinte equipe gestora: Joana Brandão Tavares (assistente de formação); Fernanda Martins, Gessy Tupinambá e Karine Pereira (articuladores sociais); Maria Cristina Vila (consultora de feminismo); Potyra Tê Tupinambá (consultora de direitos) e Sebastian Gerlic (consultor social). Atualmente a rede possui 61 (sessenta e um) membros em oito comunidades: Pankararu (PE); Xokó (SE); Kariri-Xokó (AL); Karapotó (AL); Tupinambá (BA); Pataxó Hãhãhãe (BA); Pataxó do Prado (BA) e Pataxó de Barra Velha (BA).

Idioma: Português

Data/hora da última visita: 31 de julho de 2015 às 13h16m.

Mapa do portal: Não possui.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 2 - DESCRIÇÃO DO LAYOUT DA PÁGINA PRINCIPAL DO CIBERMEIO

A figura abaixo mostra a página principal do Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas. Vê-se a cor roxa com variações de tons em lilás como cores predominantes na tela. No topo da página há uma tarja na horizontal com textura gráfica em formas geométricas triangulares contínuas. Esta grafia aparece novamente em uma tarja fixa na tela inferior, em dimensão maior e com outros detalhes (pequenos círculos), e cor (tons de azul). O restante desta tela apresenta cor roxa com leve riscado em linhas diagonais na cor lilás.

O *banner* do topo representa o nome do portal e é composto por letras arredondadas, sendo as das palavras “mulheres indígenas”, maiores e mais encorpadas, recebendo uma textura próxima à pintura corporal indígena. De modo estilizado, o símbolo do gênero feminino aparece como elemento em destaque no título. Os conteúdos da página estão dispostos em uma tela branca, sobreposta à tela em cor. Este plano é dividido em três campos distintos: o primeiro em uma larga faixa que ocupa todo o espaço em horizontal da página, e que contém um módulo transitivo de conteúdos em destaque. Esta faixa se move horizontalmente exibindo as postagens mais relevantes.

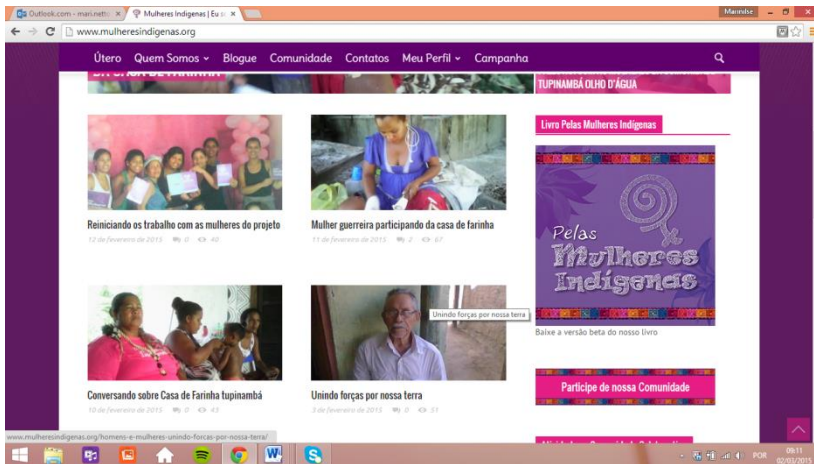
Página principal do Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas



Fonte: Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 02 de março de 2015.

O segundo módulo está localizado logo abaixo do primeiro, e contém 2/3 do tamanho total da página. Ali, os conteúdos estão exibidos por ordem de postagem, sendo primeiro os mais recentes, indicando data, comentários e número de visualizações das postagens. O terceiro campo ocupa 1/3 da página, está situado à direita do navegador e em formato de coluna. Apresenta a divulgação do livro com disponibilização na versão beta e na sequência, um chamado para participação na comunidade e para as matérias constantes no *link* “**Comunidade Colaborativa**”.

Página principal do Portal Eu sou Pelas Mulheres Indígenas



Fonte: Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 02 de março de 2015.

A cor lilás (combinação do azul com o rosa), é incorporada a identificação do movimento feminista nos anos de 1970. O desenho de um círculo com uma pequena cruz equilateral embaixo, representa o gênero feminino. É uma representação simbólica do espelho na mão da deusa romana do amor e da beleza, Vênus.

Símbolo feminino estilizado que compõe o título do Portal



Fonte: Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas.

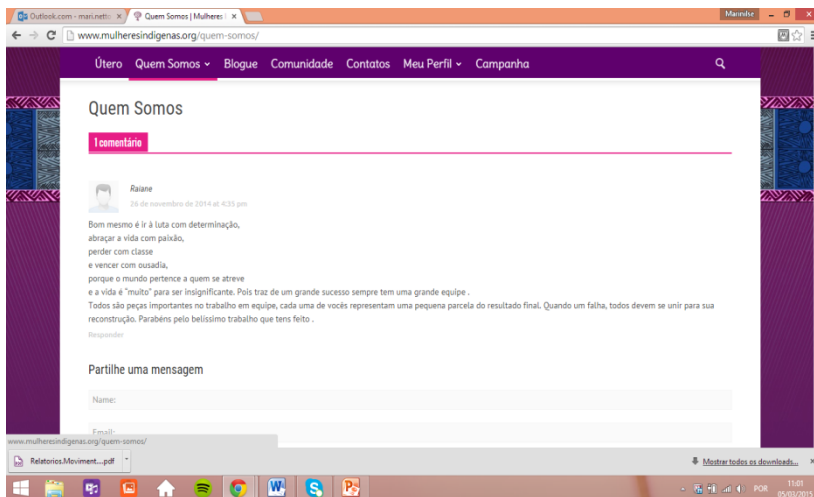
Data: 02 de março de 2015.

Dando continuidade a observação, começando pelo lado esquerdo da página (sob o olhar do navegador), linearmente, no plano horizontal, abaixo do *banner* do topo há um menu na cor lilás que apresenta as seguintes seções escritas em letras brancas: **Útero**; **Quem Somos**; **Bloque**; **Comunidade**; **Contatos**; **Meu Perfil** e **Campanha**. No canto à direita, o ícone lupa (na cor branca) indica o espaço de busca aos conteúdos. Ao posicionar o *mouse* nestes *links* surge uma tarja cor-de-rosa que demonstra a interatividade destes botões, sendo possível clicá-los. Ao clicar a tarja se fixa logo abaixo da palavra, situando o navegador sobre a seção na qual ele se encontra. Observa-se que a cor rosa “sublinha” todos os conteúdos.

Após breve incursão pela descrição da tela principal, iniciou-se a navegação pelas seções. O **Útero** é a página inicial do *website*. Nela estão expostos vários conteúdos escritos e imagens (os conteúdos serão detalhados na etapa 2 deste instrumento). Ao clicar em **Quem Somos** vê-se que se trata de um meio de interatividade.

Há ali um conteúdo publicado em 26 de novembro de 2014 e, logo abaixo um espaço (disponível) destinado a troca de mensagens entre diferentes tipos de pessoas, conforme mostram as figuras abaixo. O espaço direcionado para mensagens indica os seguintes descritores: name; e-mail; website; (na língua inglesa) e comentário (na língua portuguesa). Chama-nos a atenção a variação de palavras escritas nos idiomas português, inglês e indígena. Tal questão terá outra ocorrência na descrição da seção **Blogue**.

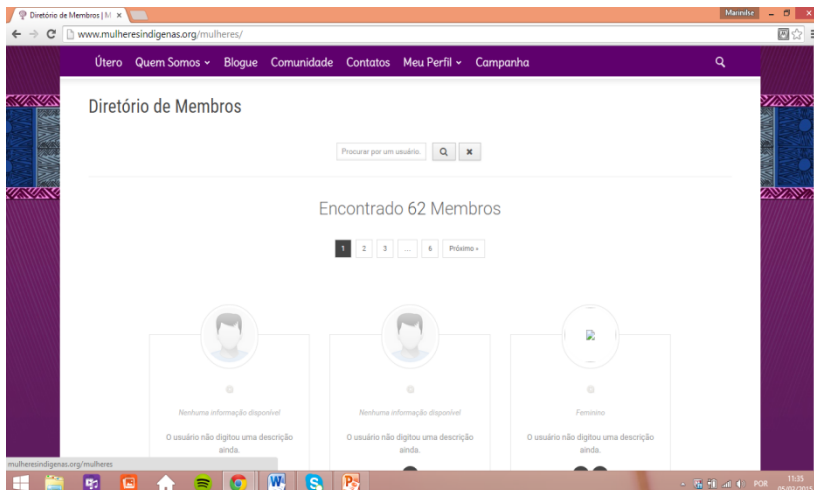
Mensagem postada no *link* **Quem somos** - Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas



Fonte: Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 05 de março de 2015.

Quem Somos também direciona para diferentes tipos de informações e telas: **Projeto**; **Nós mulheres**, **Equipe** e **Transparência**. Na página **Projeto** é apresentado o objetivo e as comunidades participantes do portal. Ali também é possível a interação através de troca de mensagens. A página **Nós mulheres** direciona para o **Diretório de Membros**. Conforme expõe a figura abaixo, na data do início da descrição do *site* (em março de 2015) havia 62 (sessenta e dois) membros, destes, 42 (quarenta e dois) se identificaram como sendo do sexo feminino, dois do sexo masculino e 18 (dezoito) membros não se identificaram. Constatou-se que somente 31 (trinta e um) membros haviam inserido sua foto de identificação e alguns dados de informação pessoal. O espaço oferece o serviço de busca pelos membros através do uso do ícone lupa e limpar a busca, usando o ícone **X**.

Diretório de Membros - Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas



Fonte: Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 05 de março de 2015.

Ao abrir o histórico de um membro, percebe-se que o espaço **Meu Perfil** se configura como uma área restrita, onde os membros cadastrados podem fazer o gerenciamento de seus dados, alterar sua foto e informações. Este perfil é usado pelos usuários para interação com o *site* em comentários. Os registrados são exibidos na seção “Quem Somos / Nós Mulheres”. Também é possível cadastrar-se iniciando um novo perfil através do caminho “Meu perfil / Registrar”. Os membros podem disponibilizar neste espaço também seus endereços nas redes sociais (*facebook*), além de *email*.

Durante a etapa de análise e descrição do portal identificou-se uma mudança na página **Nós mulheres**. Esta, conforme mostra figura acima, direcionava para o link **Diretório de Membros**. É possível identificar, conforme figura abaixo que a mesma foi renomeada para **Nossa Rede**, e conta (em 21/05/2015) com 75 (setenta e cinco) membros. Percebe-se, portanto, que o portal está em constante atualização.

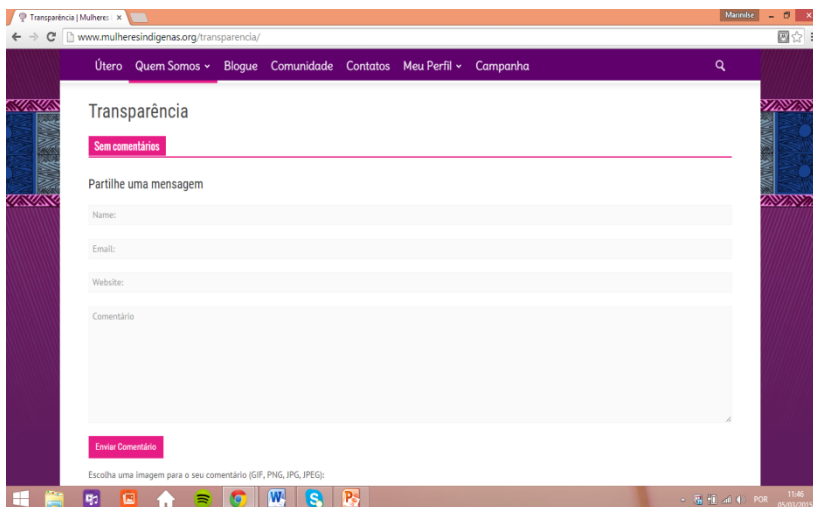
Nossa Rede - Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas



Fonte: Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 21 de maio de 2015.

Na sequência, o *link* **Equipe** apresenta informações sobre os atores envolvidos com as diferentes atividades do *site*, cujos dados estão registrados no item “Aspectos Institucionais” deste instrumento. Ali também é possível a interação através de troca de mensagens. Do mesmo modo o *link* **Transparência** mostra-se como um espaço para diferentes tipos de interação através da troca de mensagens. Contudo, nota-se que este espaço não possui nenhum comentário postado.

Link Transparência - Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas



Fonte: Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 05 de março de 2015.

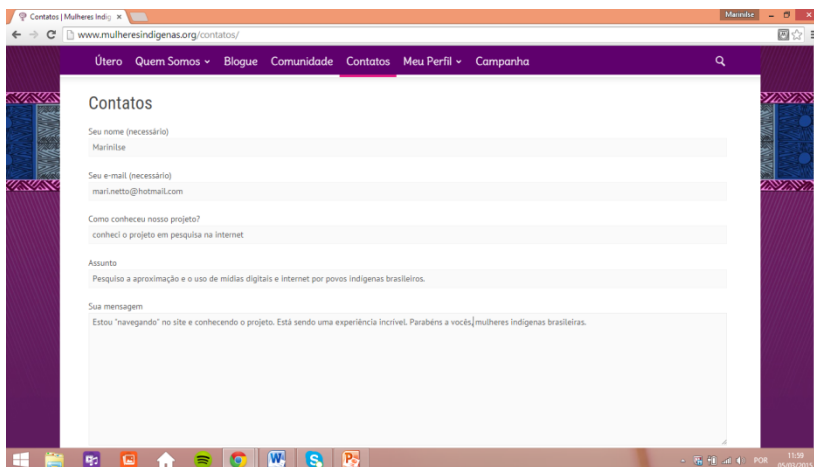
O *link* **Blogue** (figura abaixo) apresenta 45 (quarenta e cinco) *tags*, palavras que sugerem a organização (por categoria) dos conteúdos ali postados. Ao colocar o cursor em cima da palavra “Teia”, por exemplo, aparece uma notificação de que neste *tag* há três tópicos. Ao clicar, o *tag* direciona para uma página com os tópicos completos, compostos de textos curtos, fotografias e vídeos. Ao realizar uma observação mais detalhada nota-se que há seis *tags* na língua inglesa; sete na língua indígena e 31 (trinta e um) na língua portuguesa. O *tag* Pataxó possui maior número de tópicos, 19 (dezenove).

Link Blogue - Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas

Fonte: Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 05 de março de 2015.

O **link Comunidade** direciona para a página **Comunidade Colaborativa**. Ali estão organizados, por título do assunto, conteúdos postados que podem ser de interesse da comunidade, como concursos literários, oficina de fotografia, campanha contra a violência doméstica, documentos sobre o direito feminino, entre outros. Na sequência o **link Contatos** dispõe de um canal para envio de mensagens aos administradores, gestores do *site*, permitindo que qualquer pessoa tenha acesso, não necessitando ser registrado. Enviou-se uma mensagem, conforme figura abaixo, e pouco tempo depois (menos de uma hora) houve o recebimento de uma mensagem no *email* particular desta pesquisadora de uma das gestoras do *site* dando-nos as boas vindas. Tal fato mostra que as mensagens são remetidas corretamente e respondidas de forma pró-ativa pela equipe de administração, cumprindo com o papel interativo desta ferramenta.

Mensagem enviada pela pesquisadora ao Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas



Contatos | Mulheres Indígenas

www.mulheresindigenas.org/contatos/

Útero Quem Somos Blogue Comunidade Contatos Meu Perfil Campanha

Contatos

Seu nome (necessário)
 Marilize

Seu e-mail (necessário)
 mari.netto@hotmail.com

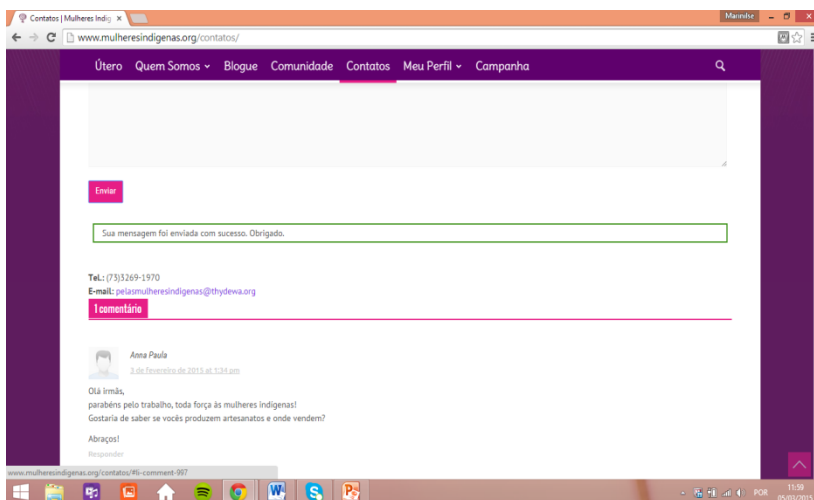
Como conheceu nosso projeto?
 conheci o projeto em pesquisa na internet

Assunto
 Pesquisa a aproximação e o uso de mídias digitais e internet por povos indígenas brasileiros.

Sua mensagem
 Estou navegando no site e conhecendo o projeto. Está sendo uma experiência incrível. Parabéns a vocês, mulheres indígenas brasileiras.

Fonte: Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 05 de março de 2015.

Aviso de envio da mensagem enviada pela pesquisadora ao Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas



Contatos | Mulheres Indígenas

www.mulheresindigenas.org/contatos/

Útero Quem Somos Blogue Comunidade Contatos Meu Perfil Campanha

Envie

Sua mensagem foi enviada com sucesso. Obrigado.

Tel: (73)3269-1970
 E-mail: pelasmulheresindigenas@thydevia.org

comentário

Anna Paula
 3 de Fevereiro de 2015 at 12:34 am

Olá irmãs,
 parabéns pelo trabalho, toda força às mulheres indígenas!
 Gostaria de saber se vocês produzem artesanatos e onde vendem?
 Abraços!

Responder

Fonte: Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 05 de março de 2015.

O **Meu perfil** trata-se de um canal para cadastramento e respectivo acesso dos membros ao *site*. Direciona para os seguintes descritores: **Entrar, Editar Perfil, Registrar, Envie seu relatório**. Tratam-se, pois de meios de acesso e interatividade com os membros. **Campanha** apresenta a divulgação do projeto Pelas Mulheres Indígenas na divulgação das ações e do livro produzido por elas.

Voltando a página inicial do *site*, abaixo da faixa em movimento, há uma tela que ocupa 2/3 da página que dispõe os seguintes conteúdos: “Apoio às guerreiras Kariri- Xocó e Karapotó-Plaki- ô”, postado em 13 de março de 2015, com 51 (cincoenta e uma) visualizações; “Perfil oficinaira”, postado em 12 de março de 2015, com um comentário e 18 (dezoito) visualizações; três conteúdos “sem título” postados em 12 de março de 2015 sem comentários e visualizações; “Ensinos de igualdade”, postado em 12 de março de 2015, com dois comentários e 17 (dezessete) visualizações; “Aprendendo”, postado em 12 de março de 2015, com dois comentários e 10 (dez) visualizações e; “Fechame do nosso livro pelas Mulheres indígenas”, sem comentários ou visualizações. Todas as postagens apresentam imagens de ‘entrada’ ao conteúdo na íntegra.

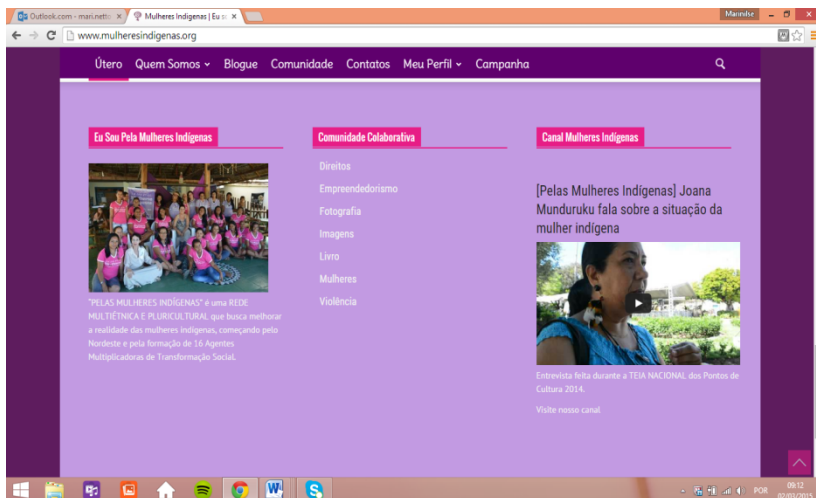
No canto direito da página (sob o olhar do navegador), logo abaixo do módulo transitivo, há uma coluna que dispõe outros conteúdos. O primeiro apresenta a divulgação do livro “Pelas mulheres indígenas”, lançado em 27 de setembro de 2014. Como registrado, o livro é uma produção colaborativa de mulheres indígenas, na produção dos materiais (fotografias e textos) e em relatos sobre suas experiências de vida, suas aspirações e sobre o que é ser mulher indígena hoje (observa-se que o lançamento e divulgação do referido livro ganha espaço em vários *links* e conteúdos do *site*). Há ainda a indicação “Baixe a versão beta do nosso livro”.

O segundo item da coluna é uma tarja com o dizer: **Participe de nossa Comunidade** que direciona para a página de registro de conta para acesso e participação. Logo abaixo, a tarja **Atividade na Comunidade Colaborativa** expõe as últimas postagens dos membros. Mostra-se atualizada. Na sequência há a tarja **Redes Sociais** que direciona para a conta do *facebook*: <https://www.facebook.com/pelasmulheresindigenas>.

Ao final (figura abaixo) há um módulo que ocupa toda a extensão da página na cor lilás. Esta se divide em três colunas, sendo a

primeira a divulgação do *site* “Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas”, com fotografia e um grupo de mulheres; na coluna central a inscrição **Comunidade Colaborativa** e logo abaixo várias categorias direcionáveis para conteúdos: Direitos, Empreendedorismo, Fotografia, Imagens, Livro, Mulheres, Sexualidade, Violência.

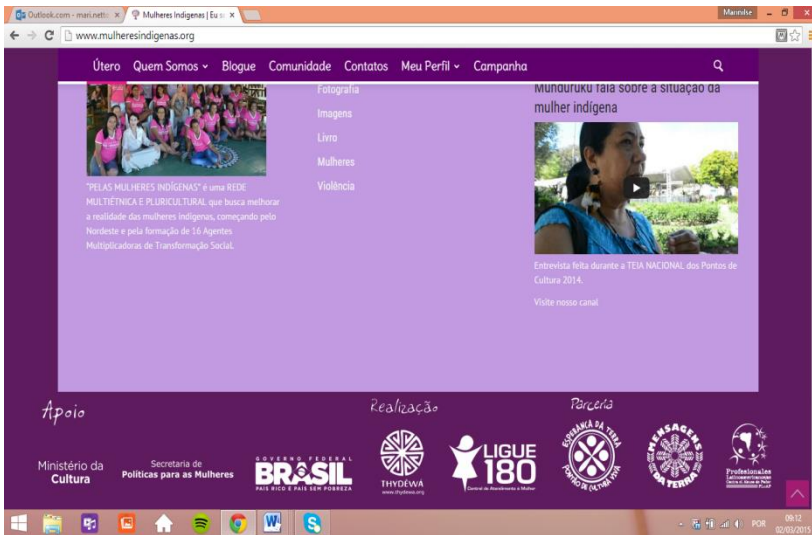
Página inicial do Portal Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas



Fonte: Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 05 de março de 2015.

No rodapé da página (figura abaixo), o portal indica seus principais apoiadores, realizadores e parceiros, entre eles, o Ministério da Cultura, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, o Governo Federal, ONG Thydêwá, a Central de atendimento à Mulher, Esperança da terra – Pontão de Cultura Viva, Mensagens da Terra e o grupo Profissionais Latinoamericanos contra o Abuso de Poder (PLCAP).

Rodapé da página inicial do Portal Eu sou Pelas Mulheres Indígenas



Fonte: Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 05 de março de 2015.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 3 - DISPONIBILIDADE/ACESSIBILIDADE/USABILIDADE/ INTERAÇÃO

Por suas características estruturais, Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas configura-se como um Portal cujo conceito direciona-se para ambientes virtuais desenvolvidos por diferentes segmentos e que disponibilizam, de forma organizada, conteúdos pré-selecionados e organizados em áreas subordinadas às seções. Percebe-se pela customização apresentada em seu *layout*, forte viés de engajamento ideologicamente ligado ao movimento feminista.

Como forma de interação, oferece os seguintes meios: **Comunidade Colaborativa**, **Contatos**, **Meu Perfil**. Todos os conteúdos postados, ao final da matéria, dispõem de um espaço para comentários. Do mesmo modo, a seção **Campanha** destina-se a divulgação da circulação do livro Pelas Mulheres Indígenas e faz o

seguinte pedido: “Faça uma foto sua, ou da comunidade, recebendo o livro. Basta realizar um comentário adicionando a foto com o botão abaixo: “Escolha uma imagem para o seu comentário (GIF, PNG, JPG, JPEG)”.” A questão da interatividade (com populações indígenas e não indígenas) pode ser considerada um ponto forte do portal, pois conforme já registrado, o *link* **Contatos** propicia de forma ágil a interação entre utilizador e administração.

A **Comunidade Colaborativa** além de um espaço de interação é caracterizado no portal como um espaço de aprendizagem e troca de informações online pelos membros. Os temas são Direito, Empreendedorismo, Fotografia, Imagens, Livro, Mulheres, Sexualidade e Violência. Para acessar basta usar o login e a senha cadastrados.

O portal indica acesso aos livros da coleção “Índios na Visão dos Índios” para *download* gratuito no *site* da Thydêwá: <http://www.thydewa.org/downloads1/>.

Na seção **Blogue** os conteúdos são apresentados em uma estrutura semelhante a um *blog*, ou seja, as postagens mais recentes ocupam a parte superior da página, seguida das postagens mais antigas em uma única interface. Ao final desta interface é possível acessar os conteúdos mais antigos no *link* “**VER MAIS**”, o qual direciona para outras interfaces, cujo conteúdo mais antigo disponível data de 17 de fevereiro de 2014. Na interface onde está postado o conteúdo completo há *hiperlinks* que direcionam o navegador tanto para notícia anterior como para a posterior.

Observam-se como recursos multimídia, variado acervo fotográfico e alguns vídeos. O Portal disponibiliza integração com as redes sociais *Twitter*, *Facebook*, *Google +* e *Pinterest* para compartilhamento dos conteúdos. Os conteúdos de audiovisuais estão disponíveis no YouTube. Durante a navegação de coleta de dados o portal não apresentou problemas de acesso aos conteúdos ou a ferramenta de busca.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 2

DIMENSÃO 1 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO CIBERMEIO
--

Quanto aos conteúdos, optou-se pela exposição e análise da seção **Blogue** por se tratar de um espaço que por sua natureza propõe a participação por meio de postagens de conteúdos, disponíveis para visualizações e comentários. Definiu-se pela coleta e análise de conteúdos postados durante a fase de investigação desta pesquisa, ou seja, de 05 de março a 31 de julho de 2015, conforme material sistematizado e apresentado no Apêndice 7. O *site* apresentou no período de quatro meses, 72 (setenta e dois) conteúdos. Estes apresentam 16 (dezesesseis) comentários e, 8.803 (oito mil oitocentas e três) visualizações.

O conteúdo com maior número de visualizações, 679 (seiscentas e setenta e nove), tem como título “Apoio às guerreiras Kariri-Xocó e Karapotó-Plaki-ô” de autoria de Edriane Xocó¹³¹. Trata-se de uma carta de apoio à luta pela conquista de seu território enviada pelas mulheres Pataxó Há há hãe, Pankararu, Pataxó Prado, Pataxó Barra Velha, Xokó e Tupinambá. O texto traz a seguinte mensagem:

Nós da rede Pelas Mulheres Indígenas, viemos através dessa carta dar nosso apoio às companheiras de luta. Sentimos muita falta das guerreiras kariri- xocó e Karapotó- plaki-ô. Gostaríamos de expressar nossa total solidariedade em pró de suas lutas, uma vez que a luta pelos nossos territórios se torna igual a todos os povos indígenas. De antemão, estamos mandando forças espirituais, que o nosso grandioso Deus e nossos encantos de luz estejam a frente desta batalha. Sabemos que não é nada fácil ficar limitados dentro de nossos territórios. Povo unido jamais será vencido! Essa é a nossa mensagem que queremos transmitir para todas, não estamos presente fisicamente mas estamos

¹³¹ “Meu nome é Edriane, sou Xokó, moro no município de Porto da Folha. Sou casada, tenho dois filhos, sou secretária da associação de mulheres indígenas Xokó há 07 anos. Trabalhei na mobilização social pela FETASE (Federação dos trabalhadores do Sergipe). Sou formada em história e agora estou como agente das mulheres do projeto da Thydêwá. Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas.” (Disponível: <http://www.mulheresindigenas.org/apoio-as-guerreiras-kariri-xoco-e-carapoto-plaki-o>. Acesso em 20 de abril 2015.

espiritualmente. Somos mulheres guerreiras e não desistimos nunca. Diante da situação em que encontramos-se, nos sensibilizamos por que essa luta também é nossa, é nossa história, somos um povo só, uma cultura que luta para ser reconhecida e ter o nosso espaço, o nosso território demarcado. (EU SOU PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015).

Apesar do número expressivo de visualizações, este conteúdo possui o registro de apenas um comentário, contudo, ao abri-lo nota-se que não se trata de um comentário especificamente sobre o conteúdo, mas um *link* de acesso ao *site* da ONG Thydêwá, direcionando para a notícia do lançamento do livro Pelas Mulheres Indígenas, ocorrido em sua sede no município de Olivença, Ilhéus no estado da Bahia, em 11 de março de 2015.

Ao analisar os conteúdos constantes no **Blogue** nota-se, por seus títulos, matérias voltadas para a mobilização e fortalecimento do grupo de mulheres indígenas; luta pelo território; saúde e sexualidade; fazeres tradicionais e com expressivo número de conteúdos postados, a divulgação do livro Pelas Mulheres Indígenas. Os temas ou assuntos são apresentados, em sua maioria, por textos curtos. Alguns possuem somente o título ou uma frase associada a registros fotográficos que mostram participações em ações promovidas pelo grupo e em eventos.

Percebe-se pelos registros fotográficos a interatividade entre grupos de mulheres indígenas de diferentes etnias. As imagens mostram oficinas de artesanato, rodas de conversa, reuniões, campanhas de saúde, encontros de mobilização social, viagens de intercâmbio, entre outros, sendo o **Blogue** usado como espaço de visibilidade para suas ações e atividades.

Ainda na seção **Blogue / Tags** buscou-se verificar disponibilidade de conteúdos audiovisuais produzidos por indígenas. Conforme já registrado, o *tag* Pataxó possui o maior número de tópicos, dezenove (19), sendo em sua maioria textos e fotografias. Há poucos vídeos e chama-nos a atenção seis (6) conteúdos audiovisuais produzidos e postados em 17 de abril de 2014, por Marlene Pataxó. Segundo a autora os audiovisuais têm por objetivo registrar suas histórias de vida. O primeiro audiovisual possui 12m18' apresenta uma entrevista com a

historiadora Joana Munduruku, que fala sobre a situação atual da mulher indígena. Os outros audiovisuais possuem em média 7-8m e apresentam depoimentos de cinco (5) mulheres indígenas Pataxó de Barra Velha na Bahia.

Nos depoimentos, as mulheres enfatizam as dificuldades enfrentadas pela falta de alimentos, roupas, moradia e trabalho nos tempos passados. Em seu modo de vida atual contam com as experiências de seus antepassados na luta por seus territórios, na manutenção de seus referenciais culturais e na organização social. Refletem sobre a força e o papel da mulher indígena na continuidade dos fazeres tradicionais e na valorização de seus conhecimentos. Os audiovisuais estão disponíveis no *YouTube*.

Conforme já registrado o portal divulga, de forma expressiva, o livro criado por mulheres indígenas, com o título “Pelas Mulheres Indígenas”. Como é possível ver na figura abaixo há pelo menos 20 (vinte) mulheres indígenas e não indígenas envolvidas na construção do livro. O *layout* da capa (em suas cores e grafismos) acompanha os padrões da configuração do *site*.

Capa (aberta) do livro Pelas Mulheres Indígenas



Fonte: Eu Sou Pelas Mulheres Indígenas - 21 de maio de 2015.

A publicação é o 22º título da coleção Índios na Visão dos Índios, produzido pela ONG Thydêwá com apoio de órgãos governamentais, em especial a Secretaria de Políticas para as Mulheres/ SPM-PR (Convênio 045/20132) e SPM-BA (Convênio 023/2013)¹³².

Segundo a ONG Thidêwá o livro é composto por sessenta e quatro (64) páginas e traz conteúdos de autoria de mulheres indígenas de oito (8) etnias do Nordeste brasileiro, Tupinambá, Pataxó Hãhãhã, Pataxó Dois Irmãos e Pataxó Barra Velha, da Bahia, Xokó, de Sergipe, Kariri-xocó e Karapotó Plaki-ô de Alagoas, e Pankararu, de Pernambuco. Contem depoimentos de “suas vidas, seus sonhos e sobre o ser mulher indígena hoje. O título “Pelos Mulheres Indígenas” é uma alusão dupla, pela autoria e pela motivação de empoderar as mulheres na prática de seus direitos.” As ilustrações são de autoria de Irãny e de Potyra Tê Tupinambá.

Trata-se de uma publicação de caráter informativo e instrutivo, que expõe temas relacionados ao mundo feminino através de depoimentos de mulheres, associados a conteúdos informativos e de interesse do público. Conforme prefácio apresentado pela ONH Thydêwá:

Este livro é um convite a todas as mulheres para pensarem sobre o sentido de ser mulher em uma sociedade patriarcal. É um livro para todas nós e todos nós sentirmos sobre a importância de termos um mundo onde as mulheres sejam respeitadas e reconhecidas em seu valor, sua singularidade e sua força. É um livro feito pelas mulheres indígenas, contando as histórias de seus povos e de muitas delas. Esperamos que ele semeie uma nova esperança dentro do coração de todas as mulheres indígenas. A esperança por um mundo justo, harmonioso e amoroso. Um mundo onde os direitos das mulheres indígenas sejam respeitados e em que elas possam realizar seus sonhos, viver com liberdade e dignidade (...). (PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015, p.04).

¹³² Disponível: <http://www.thydewa.org/wp-content/uploads/2015/03/pelas-mulheres-indigenas-web.pdf> Acesso em 21 de maio de 2015.

Pode-se dizer que a publicação possui forte viés didático, pois, ao expor temas como violência doméstica, por exemplo, o livro divulga informações sobre os diferentes tipos ou níveis de violência, leis de direito a proteção, orientando as mulheres de como lidar com a situação e principalmente, a importância de denunciar o(s) agressor (es) aos órgãos competentes. Este viés instrutivo ou educativo está presente em todas as páginas da publicação.

Neste título se encontram dois tipos de conteúdos: nas páginas brancas com fotos coloridas, estão relatos e histórias de vida inspiradoras; nas páginas rosas com desenho, está a Cartilha contra Violência, que tem a finalidade de alertar para o problema da violência conjugal e fornecer informações para apoiar mulheres que estão em situação de violência. (PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015, p.04).

As possibilidades de transformação social indígena através da educação formal é outro assunto que ganha destaque no livro. Elionai Pataxó diz que hoje possui mais informação e tem consciência de seus direitos, “hoje, tenho orgulho de ser professora da Aldeia Dois Irmãos” salienta. (PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015, p.13).

Atualmente, somos professoras, merendeiras, coordenadoras pedagógicas, auxiliares de consultório bucal e estamos estudando para outras profissões. O mais importante é que mantemos nossa tradição e nossos valores étnicos mesmo que a modernidade queira introduzir outros valores no nosso meio. (PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015, p.27).

Mulheres que tiveram acesso a meios formais de educação e que atuam nas comunidades representam para o universo indígena, instrumentos de transformação da realidade na valorização de seus referenciais culturais. Além de “guardar” suas tradições, essas mulheres têm contribuído para estimular o ingresso de seus filhos ou parentes a processos de ensino, confirmando sua participação ativa nas ações e decisões de sua comunidade. “Muitas indígenas estão na universidade, compreendendo o mundo dos não indígenas e, ao mesmo tempo, sempre

valorizando nossa própria cultura e identidade” (PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015, p.30).

A questão da preservação da tradição é salientada nos relatos apresentados pelo livro. “Nós preservamos coletivamente as ervas medicinais nativas e nossos conhecimentos sobre elas, ciência passada de geração para geração, desde há muito tempo.” (PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015, p. 28)

Muitas artes são ensinadas de mãe para filha; mantendo sempre viva a tradição das KaririXocó; as experiências de nossos ancestrais estão em nós e assim vivemos na realidade. É através de nossas mãos e nossa sabedoria que a cultura e a vida são preservadas. É comum cantarmos quando trabalhamos os artesanatos ou fazemos outro trabalho manual. Nesses cantos se preservam nossa história, nosso ser indígena. (PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015, p.33).

Através da venda ou da troca dos artesanatos, as mulheres indígenas alimentam, vestem, calçam seus filhos, sendo assim um importante meio de sobrevivência. (PELAS MULHERES INDÍGENAS, 2015, p.31).

Ao analisar os relatos, em seu conjunto, os conteúdos que compõem o livro apresentam forte protagonismo social (e político) das mulheres indígenas participantes do projeto. Como um instrumento didático-político, o livro faz parte de um conjunto de ações que articuladas, buscam confirmar o objetivo apresentado pela ONG Thydêwá, ou seja, “O projeto visa a conscientização sobre os direitos das mulheres e empoderamento das mulheres indígenas”, deste modo, “a rede, através de ações na internet e nas comunidades indígenas, fortalece as potências das mulheres indígenas (...)”.

Ressalta-se que a etapa 3 – Identificação e Caracterização dos Gestores, Produtores e Utilizadores do cibermeio, caracterizada pela coleta de dados em entrevistas semiestruturadas, segundo justificativas já apresentadas, não foi realizada com este *site*.

AJI – AÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS DE DOURADOS

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CIBERMEIO
--

Número: 03

Nome: AÇÃO DOS JOVENS INDÍGENAS DE DOURADOS - AJI

Endereço: <http://www.jovensindigenas.org.br/>

Aspectos Institucionais: A AJI é uma organização indígena financiada com recursos privados fundada em 2001, pela antropóloga Maria de Lourdes Beldi de Alcântara e jovens indígenas das etnias Guarani-Kaiowá e Aruak. Conforme dados o *site* busca “fortalecer a socialização entre essas três etnias que compõe a Reserva indígena de Dourados”. Sua sede está localizada na cidade de Dourados (MS). A AJI possui a seguinte equipe de trabalho: Diana Davilã da Silva (Presidente), Ana Cláudia de Sousa (Vice-presidente), Indianara Ramires Machado (Tesoureira) e Jaqueline Gonçalves Porto (Secretária).

Idioma: Português

Data/hora da última visita: 31 de julho de 2015 às 12h29m.

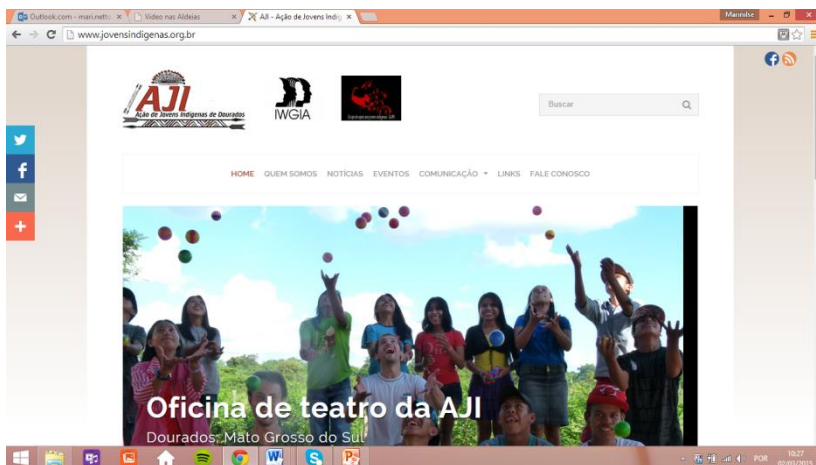
Mapa do site: Não possui.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 2 - DESCRIÇÃO DO LAYOUT DA PÁGINA PRINCIPAL DO CIBERMEIO
--

A figura abaixo mostra a página principal do *site* da AJI. Pouco customizada, a página exibe cores suaves, predominantemente o branco. A logomarca da AJI apresenta o desenho de um cocar de penas em branco e preto, localizado em cima da sigla escrita em letras maiúsculas vermelhas. Abaixo há a inscrição Ação de Jovens Indígenas de Dourados, escrita em letras maiúsculas menores na cor preta. Desenhos de duas flechas dispostas na horizontal em sentido contrário e unidas por grafismo indígena nas cores preto e vermelho, ‘sublinham’ o título. Há ainda o desenho das flechas, em tamanho menor, em diagonal com a sigla AJI.

Página principal do *site* Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI)



Fonte: Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI) - 02 de março 2015.

Ao lado direito da logo da AJI há a logomarca da *International Work Group of Indigenous Affair* (IWGIA)¹³³ e do Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (GAPIN)¹³⁴. Continuando, no canto à direita, aparece o ícone lupa, indicando canal de busca aos conteúdos constantes no *site*.

Ao lado esquerdo (sob o olhar do navegador), linearmente, a página principal apresenta os *hiperlinks* escritos em letras maiúsculas na cor preta: **HOME**; **QUEM SOMOS**, **NOTÍCIAS**, **EVENTOS**,

¹³³ O Grupo Internacional de Trabalho sobre Assuntos Indígenas (IWGIA por sua sigla em inglês) e uma organização não governamental internacional de direitos humanos com sede em Copenhague, capital da Dinamarca. Fundada em 1968 por um grupo de antropólogos e ativistas em reação ao genocídio de povos indígenas no Amazonas. IWGIA representa o trabalho de um grupo internacional e multidisciplinar composto por especialistas e assessores em assuntos indígenas. Atualmente, povos indígenas de todo mundo fazem parte da rede global da IWGIA, trabalhando colaborativamente na luta por direitos humanos, acesso aos seus territórios, controle de seus recursos naturais, integridade cultural e desenvolvimento dos povos. Disponível: <http://www.iwgia.org/>. Acesso em 13 de março 2015.

¹³⁴ O Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (GAPIN) é uma organização não governamental com sede na cidade de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul. Endereço para correspondência: gapinsm@yahoo.com.br.

COMUNICAÇÃO, LINKS, e FALE CONOSCO. Ao clicar na palavra esta muda para a cor vermelha.

Uma imagem ocupa uma grande faixa no sentido horizontal. Trata-se de uma fotografia de jovens sorrindo, brincando com pequenas bolas coloridas. Sobre a imagem em grandes letras brancas a inscrição: Oficina de teatro da AJI: Dourados. Mato Grosso do Sul. Trata-se de um banner transitivo. A dinâmica de troca de imagem se dá em xadrez, onde vários quadrados formam a imagem seguinte.

Voltando as páginas do *site*, o *hiperlink* **QUEM SOMOS** apresenta um texto assinado pelo Grupo de Apoio aos Povos Kaiowá (GAPK)¹³⁵ e em seu nome, a coordenadora geral Maria de Lourdes Belti de Alcantâra, que possui participação na criação do *site* (identificado no item Aspectos Institucionais). Nesta página à direita do texto, estão expostas as logomarcas das GAPK e IWGIA.

A seção **NOTÍCIAS** apresenta textos que tratam de assuntos que refletem as principais questões vividas por povos indígenas na atualidade (demarcação de terras indígenas, direitos humanos, mobilização social, etc). As notícias são atualizadas e registram a data da postagem, ao final do texto completo há *hiperlinks* que direcionam para os conteúdos em suas publicações originais, ou seja, as fontes. As notícias se repetem na página principal do *site*.

O *link* **EVENTOS**, há conteúdos que registram a participação da AJI em atividades e eventos já ocorridos e convite para eventos futuros. Como exemplos, o convite para manifestação organizada pela Articulação de Povos indígenas do Brasil (Apib) para os dias 13 a 16 de abril de 2015 na semana de Mobilização Nacional Indígena e o Festival Nacional da Cultura Indígena que será realizado na cidade de Bertiooga (SP) nos dias 17 a 19 de abril de 2015. O texto informa que durante o festival, será realizado o Fórum Social Indígena, onde serão propostas

¹³⁵Grupo de Apoio aos Povos Kaiowá (GAPK) é uma ONG ligada ao Laboratório de Estudos do Imaginário/Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e Memória do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (Labi-Nime). O GAPK oferece oficinas para a AJI para desenvolvimento de meios de comunicação alternativa e criação e produção de vídeos e fotografias (OTRE, 2008, p.16).

discussões em torno de assuntos gerais e sobre a primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, que acontecem em setembro deste ano em Palmas, no Estado de Tocantins.

A seção **COMUNICAÇÃO** apresenta os seguintes *hiperlinks*: **Galeria de Fotos** – espaço de divulgação das ações desenvolvidas pela AJI. São registros fotográficos de vários eventos e atividades desenvolvidas. Há registros de oficinas do “serviço de convivência e fortalecimento de vínculos”, realizadas semanalmente com adolescentes de 14 a 17 anos. Entre os temas já trabalhados: conhecendo os problemas dos jovens, oficina de fotografia, família, saúde sexual, higiene bucal, prevenção ao uso de drogas e violência. Também há registros fotográficos das etapas de construção da sede da AJI. **Vídeos** – apresenta audiovisuais de diferentes temas e assuntos ligados a questão indígena sem indicação de fonte ou de autoria. Ali estão vídeos produzidos pela AJI que são analisados na etapa 2 – Descrição e análise dos conteúdos do cibermeio. O *hiperlink* **Publicações** – divulga materiais que refletem questões indígenas, são artigos científicos, documentos de fóruns realizados entre índios e não índios, relatório da ONU sobre direitos de povos indígenas, entre outros. **Programas de Rádio** – direciona para seis áudios em mp3 produzidos pela AJI. **Jornal AJINDO** – de acordo com informações veiculadas no formato virtual do jornal, o mesmo é “produto da oficina de jornalismo sob a orientação de Natália Costa”. Teve sua última edição (31^a) em 2012 e não há outras informações que possam indicar seus objetivos e motivo de sua descontinuidade nos anos seguintes. Ao clicar no *hiperlink* **Depoimentos**, o *site* direciona o navegador para um canal onde utilizadores podem comentar os conteúdos do *site*, conforme figura abaixo.

Espaço interativo - Depoimentos - *site* Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI)

Seja o primeiro a comentar!

Nome:

E-mail (não será publicado):

Seu comentário: (Seu comentário será moderado)

Restam 400 caracteres. *Obrigatório

Digite as 2 palavras abaixo separadas por um espaço.

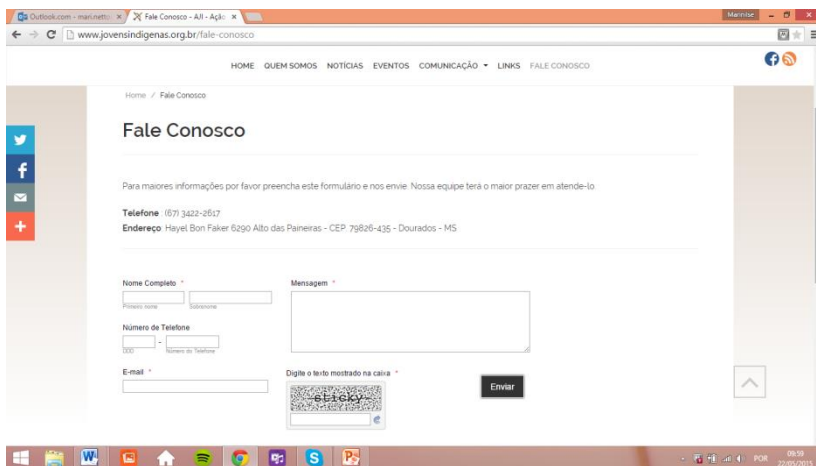
811 CANTOPON

Digite o texto:

Fonte: Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI) - 22 de maio 2015.

A seção **LINKS** direciona para os *sites* das seguintes instituições/organizações: Fórum Permanente ONU, ISA, Survival International, Medicina USP, IWGIA, SERVINDI, UFGD. Já o espaço **FALE CONOSCO** – dispõe de um canal de interação com a AJI através de um formulário de identificação do utilizador e espaço para texto conforme figura abaixo.

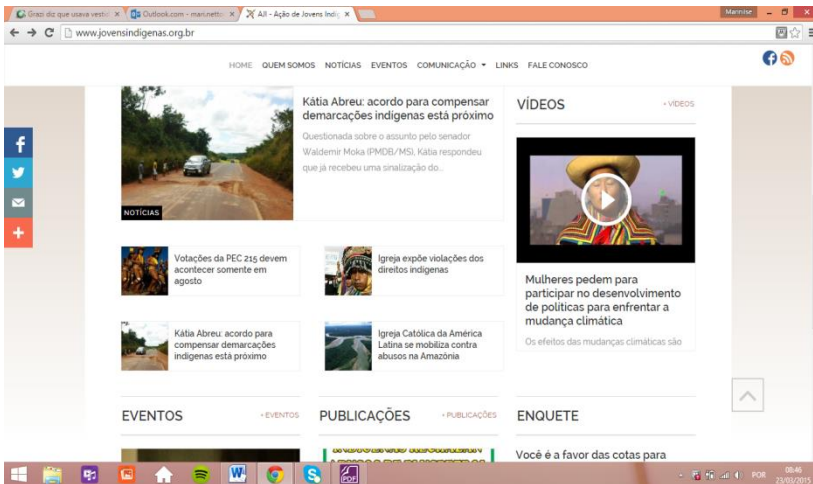
Canal de comunicação com o *site* Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI)



Fonte: Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI) - 22 de maio 2015.

Voltando a descrição da página principal (figura abaixo), no campo que ocupa 2/3 da tela há cinco notícias com chamadas, por seus resumos cujo título é um *hiperlink* para uma página da notícia na íntegra. As notícias são as mesmas que estão dispostas na sequência da página, em colunas. Os conteúdos versam sobre questões políticas (demarkação de terras indígenas, PEC215) e denúncias de violação de direitos indígenas humanos. Ao lado direito, há um audiovisual com o título “Mulheres pedem para participar no desenvolvimento de políticas para enfrentar a mudança climática.” Trata-se de um audiovisual de 4,40 minutos com depoimentos de mulheres de diferentes comunidades tradicionais e indígenas sobre as consequências das mudanças climáticas em suas comunidades e no mundo.

Página principal do *site* Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI)



Fonte: Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI) - 23 de março 2015.

Na continuidade, conforme a figura abaixo, uma fina linha na horizontal separa os conteúdos organizados pelos seguintes temas: **EVENTOS**, com divulgação das sessões da Inter-American Commission on Human Rights (IACHR) ocorrida em Washington, D.C nos dias 16 a 20 de março de 2015. Essa notícia direciona para uma página em que estão os registros fotográficos dos participantes, além de um documento em *pdf* sobre as temáticas das plenárias realizadas, com respectivos locais e horários.

Em **PUBLICAÇÕES** há a divulgação do número 103 da Revista Luta Indígena, publicação peruana editada pelo *site* <http://www.luchaindigena.com/>. Ao lado desta, o espaço **ENQUETE**, objetiva coletar dados e levantar opiniões sobre a definição de cotas para negros e índios em concursos públicos. É possível acompanhar o resultado parcial da votação clicando no *link* abaixo do espaço “votar”, conforme mostra a figura 46. Por fim, o rodapé da página principal exhibe os contatos da AJI, endereço físico e telefone.

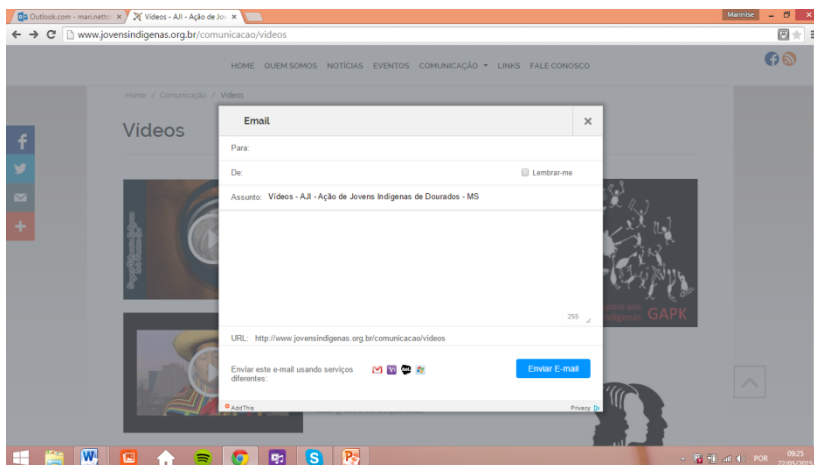
Página principal do *site* Ação de Jovens indígenas de Dourados (AJI)



Fonte: Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI) - 23 de março 2015.

Nas colunas laterais fixas na cor cinza que enquadram a página central são disponibilizados os ícones *twitter*, *facebook*, *email* e *Google +* para compartilhamento e divulgação dos conteúdos e do próprio *site da AJI*, conforme mostra a figura abaixo.

Espaço destinado ao envio de *email* - Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI)



Fonte: Ação de Jovens Indígenas de Dourados (AJI) - 22 de maio 2015.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 1

DIMENSÃO 3 - DISPONIBILIDADE/ACESSIBILIDADE/USABILIDADE/INTERAÇÃO

A exemplo dos *sites* já analisados, os conteúdos constantes no *link Notícias* também são apresentados em uma estrutura semelhante a um *blog*, ou seja, as postagens mais recentes ocupam a parte superior da página, seguida das postagens mais antigas, em uma única interface.

Como forma de interação o *site* oferece os seguintes canais: **Depoimentos** e **Fale Conosco**. Há ainda em sua página principal o espaço **ENQUETE**, que caracteriza como um meio de interação através da participação *online*. Observam-se como recursos multimídia, variado acervo fotográfico e alguns vídeos. O *site* disponibiliza *links* das redes sociais *Twitter*, *Facebook*, *email* e *Google +* para compartilhamento dos conteúdos e divulgação do *site* (conforme apresentado na figura, acima). Os conteúdos de audiovisuais podem ser visualizados também no *YouTube*.

No topo da página principal, à direita, há ícones do *blog* (<http://www.ajindo.blogspot.com.br/>) e da página do *facebook* (<https://www.facebook.com/ajidourados>) da AJI. Nota-se que nestes *sites* de redes sociais a AJI divulga os conteúdos em outros formatos e linguagens.

No rodapé das páginas de notícias completas há o *link* “Powered by bimboo” que ao ser clicado, direciona para o *site* <http://www.bimboo.com.br/>. Trata-se de um sistema para criação e gerenciamento de *sites*.

Durante a navegação de coleta de dados o *site* não apresentou problemas de acesso aos conteúdos, contudo, o mesmo não aconteceu com a ferramenta de busca, as tentativas resultaram no direcionamento para uma página que acusava erro.

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CIBERMEIO INDÍGENA – ETAPA 2

DIMENSÃO 1 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS CONTEÚDOS DO CIBERMEIO

Os conteúdos postados no *site* da AJI são atuais e em sua maioria advêm de outros domínios ou *sites*, ou seja, não são produzidos pelos membros da AJI. Entre os temas de maior circulação estão notícias sobre as principais reivindicações indígenas como: participação nas decisões governamentais sobre demarcação de terras indígenas, melhores condições de vida e saúde, respeito aos seus direitos, entre outros. Há também notícias de divulgação e participação da AJI em eventos nacionais e internacionais.

O *site* mostra que o texto mais recente teve postagem em 22/06/2015 e o texto mais antigo, data do início desta coleta de dados em 02 de março de 2015. Apresentou no período de quatro meses, 99 (noventa e nove) conteúdos de texto. Não há, nos *links* dos conteúdos, ícones de visualizações e de comentários, tampouco identificação de autoria de conteúdo e/ou de postagens.

Identificaram-se somente três conteúdos de autoria de membros da AJI. Um deles é uma nota de falecimento de um jovem indígena assassinado no dia 26 de Março na aldeia Bororó em Dourados, o outro texto faz uma denúncia à ONU sobre as indústrias extrativistas, assinado

por Maria De Lourdes Beldi de Alcântara (gestora do *site*) e o terceiro, postado por Indianara Ramires Machado são registros em fotografias da participação de uma indígena Kaiowá no encontro das mulheres no Peru.

Portanto, a partir dos conteúdos postados no *link Notícias* (Apêndice 8), identificou-se o *site* da AJI como um canal de circulação e difusão de informações e notícias. No caso do estudo em questão, este trabalho adota o sentido lato do termo ‘*diffusione*’, como ato ou efeito de difundir, provocar dispersão, espalhamento, propagação, divulgação (FERREIRA, 2010, p.236).

Em relação aos conteúdos postados no *link Comunicação – Vídeos* (Apêndice 9). Identificaram-se quatro audiovisuais produzidos pela AJI. Com os títulos “Ex-presidiárias indígena”, “De mão em mão”, “Situação da escola na aldeia de Dourados”, e “Montagem e exposição de fotografias AJI/CRAS”. Os audiovisuais são detalhados a seguir.

O audiovisual “Ex-presidiárias indígenas”, com 16m21, apresenta entrevistas realizadas com ex-presidiárias indígenas da cidade de Dourados – MS. Com produção de Indianara Ramires, Diana Davilã, Ana Claudia de Souza e Jaqueline Gonçalves, edição e imagens de Emerson Machado, o conteúdo objetiva denunciar o tratamento dado às mulheres indígenas em condição de vulnerabilidade, no caso, aquelas que respondem por crimes ou envolvimento com o tráfico de drogas. Conforme dados do *site*, em seus depoimentos as mulheres indígenas relatam violações sofridas e as condições de vida nos presídios. Alertam para a falta de medidas de inclusão social no retorno as suas comunidades de origem. A produção abre espaço para que representantes de órgãos como a FUNAI, Unidade educacional de internação feminina, Presídio semiaberto feminino de Dourados, Delegacia Regional de Dourados, Observatório de direitos indígenas (ODIN) e Procuradoria da República do Estado de Dourados se posicionem sobre as denúncias feitas, apresentando atuais medidas para as demandas indígenas.

Com o título “Situação da escola na aldeia de Dourados”, o audiovisual possui 4m24. Com imagens de Indianara Ramires, produção Emerson Cabreira, edição de Tania Porto e Emerson Cabreira, monitores Davi Paiva e Elton Rivas, mostra as dificuldades com a infraestrutura da escola, a falta de material didático e de professores, que enfrentam cerca de 390 estudantes na escola indígena Ramão Martins,

localizada na aldeia Jaguapiru. Nilcimar Morales entrevista o diretor da escola, professores e alunos que reclamam da falta de condições para as atividades. O gestor indígena (representante de órgão público) justifica a demora no atendimento das demandas da escola, pedindo ajuda à comunidade. Ressalta-se que o diretor, professores e alunos representam o lado que reclama pelo direito de melhores condições para a Educação na Aldeia. Do outro lado, o gestor faz o papel de mediador entre o povo indígena e suas reivindicações e; o Estado e suas promessas.

O audiovisual de “De mão em mão” com 10m09, é “produto da oficina de roteiro e produção audiovisual” realizada pela AJI sob a coordenação de Elton Rivas, com produção executiva de Maria de Lourdes Beldi de Alcântara, com a participação de Ana Cláudia de Souza e Emerson Machado Cabreira (direção e fotografia), Graciela Pereira de Souza (produção de elenco), Jaqueline Gonçalves (produção), Diana Davilã da Silva (continuista), Tania Porto Benites (som) e elenco de ‘atores’ de jovens indígenas. Representa uma situação de conflito, o roubo de uma bicicleta de uma criança por um adolescente marginal. Reproduzindo um fato corriqueiro nas cidades, o conteúdo mostra em tomadas de cena, o pequeno índio indo à cidade com o pai para comprar uma bicicleta nova; na sequência, um adolescente marginal (com óculos escuros e boné) rouba a bicicleta “na mão” como se diz na linguagem comum (quando o ladrão não usa arma), depois negocia (por celular) a venda da bicicleta. Antes da entrega para o “atravessador” a bicicleta é passada “de mão em mão” por várias pessoas na comunidade. Ao final, o pequeno índio recupera sua bicicleta e em uma perseguição, o adolescente marginal, na carona de uma motocicleta que perde o controle, acaba colidindo com uma árvore. A cena final mostra uma roda da motocicleta solta em direção ao mato. O pequeno índio em sua bicicleta sorri. A influência cultural é claramente mostrada na linguagem utilizada pelos jovens no audiovisual: trilha sonora com músicas estrangeiras (*hip hop*), vocabulário com gírias usadas por indivíduos dos grandes centros, reproduzindo os hábitos e conflitos da sociedade envolvente.

A “Montagem e exposição de fotografias AJI/CRAS” é mostrada com audiovisual de 2m17. Produção de Tania Benites (imagens), Rosivânia Espindola (assistente), Kenedy Souza (reportagem), Jaqueline Gonçalves (produção), Indianara Ramires e Emerson Cabreira (edição), Davi Paiva e Elton Ribas (monitores). Mostra as atividades de montagem da exposição de fotografias produzidas durante uma oficina,

promovida pela AJI junto a grupo de adolescentes, de 8 a 16 anos, da Reserva de Dourados no Teatro Municipal de Dourados, localizado no Parque dos Ipês. Como objetivo, o evento pretende mostrar a sociedade “como os índios vêem a sua própria realidade”. De acordo com Indianara Rodrigues “a imagem é uma forma de expressão”. O conteúdo é apresentado por Kenedy Moraes que explica que a produção das fotografias teve como tema: “Lixo na aldeia e meio ambiente”. Segundo Nilson Morales, “essa é uma atividade que leva o aluno a ter uma reflexão do mundo (...) e eles aprendem novos caminhos”.

Como pode se notado, os diferentes meios (textos, fotografias, audiovisuais) apresentam conteúdos vinculados à divulgação e denúncia dos problemas enfrentados pela comunidade, mas também, como meios de expressão de sua visão de mundo. Os audiovisuais analisados refletem essa argumentação. Por suas características, o *site* da AJI imprime força no protagonismo de jovens indígenas. São eles os mensageiros e instrumentos de mobilização da comunidade na reflexão sobre sua realidade.

Ressalta-se que a etapa 3 – Identificação, caracterização e percepção dos gestores, produtores de conteúdos e utilizadores do cibermeio, caracterizada pela coleta de dados em entrevistas semiestruturadas, segundo justificativas já apresentadas, não foi realizada com este *site*.

APÊNDICE 6
CONTEÚDOS POSTADOS ENTRE 05 DE AGOSTO DE 2014 A 31
DE JULHO DE 2015 – SITE ÍNDIOS ONLINE – LINK TODOS OS
ARTIGOS

Data	Título da notícia/texto	Autor do texto/ da postagem	Nº Visualizações	Nº Comentários
24/07/2015	2 Encontro Nacional do Movimento Engajamundo	Rodrigo Rocha Titiah	26	0
19/07/2015	I Conferência Nacional de Políticas Indigenista- Etapa local Pataxó Hã hã hãe	Fábio Titiá, Aniele Silveira e Joaci Cunha	47	0
09/07/2015	III Etapa Local da I Conferência Nacional de Políticas Indigenista, Aldeia Serra do Padeiro – Sul da Bahia	Ararawã	58	0
25/06/2015	II Etapa Local da I Conferência Nacional de Políticas Indigenista, Aldeia Gurita – Prado-BA	Ararawã	104	0
15/06/2015	Repressão do estado tenta impossibilitar realização de troca de saberes indígenas na Aldeia marak'aná no Rio de Janeiro	Casé Angatu	138	0
15/06/2015	Etapa local I Conferência Nacional de Políticas Indigenista Aldeia Barra Velha	Ararawã	151	0
01/06/2015	Reparatório da etapa	Ararawã	190	0

	locaL I Conferência Nacional de Políticas Indigenista Aldeia Barra Velha - Extremo Sul Bahia			
29/05/2015	Visita a aldeia boca da mata- I Conferência Nacional de Políticas Indigenista	Fabio Titiah	147	0
28/05/2015	Mobilização no extremo-sul da BA – I Conferência Nacional de Políticas Indigenistas	Fabio Titiah	227	0
27/05/2015	“Sem demarcação, vai correr sangue”: crônica de algo que poderia e ainda pode ser evitado	Casé Angatu	215	0
22/05/2015	1ª Conferência Nacional de Política Indigenista	Ararawã	265	0
20/05/2015	Cesa la demarcación de tierras indígenas en Brasil y se agudiza la violencia (Param as demarcações das terras indígenas no Brasil e aumenta a violência)	Casé Angatu Link Original: http://www.cipamericas.org/es/archivos/15109	189	0
20/05/2015	Los indígenas en Brasil son usuarios de sus tierras, no son propietarios (Os Indígenas no Brasil são Usuários de suas Terras, mas não proprietários: questionamentos)	Casé Angatu. Link Original: http://www.cipamericas.org/es/archivos/13031	231	0

05/05/2015	Tupinambá protestam contra a morte do nosso Gwari Atã: índio Pinduca “mais” um parente morto! Porém, não foi só um protesto, até porque nossa luta é ritual, ancestral, encantada e vamos além de nosso corpo	Casé Angatu	520	0
04/05/2015	Lançamento do livro “Pelas mulheres indígenas” em Pataxó Hãhãhãe	Ararawã	356	2
04/05/2015	Pinduca vive em nós – homenagem	Povo Indígena	418	0
04/05/2015	Tupinambá de Olivença de luto, mais uma liderança assassinada por pistoleiros	Yakuy Tupinambá	520	0
03/05/2015	Encontro do MIBA e o governo de estado. Preparação do PPA	Ararawã	269	0
30/04/2015	Retomar para preservar!	Povo Indígena	289	0
30/04/2015	Celebração de 18 anos da morte do nosso guerreiro Galdino Pataxó	Rodrigo Rocha Titiah	296	0
25/04/2015	IV Jogos Indígena Pankararu! PROJETO: Todo dia é dia de Índio!	Patrícia Pankararu	552	0
24/04/2015	Luta indígena e ensino: um diálogo possível? Queremos um ensino que auxilie na formação	Casé Angatu	568	0

	de Gwarinis Atãs críticos... até porque assim já somos			
21/04/2015	Pataxó Hã hã hãe da aldeia Bahetá comemoram o Dia do Índio	Regi Cacique	478	0
20/04/2015	19 de abril, dia da resistência indígena	Yakuy Tupinambá	388	0
20/04/2015	Salvaguarda é a palavra de ordem em Pankararu!	Patrícia Pankararu	498	1
18/04/2015	Na disputa entre o Ministério da Cultura versus Facebook... onde ficam os índios?	Casé Angatu	976	0
16/04/2015	Eduardo Cunha diz que não há pressa em votar PEC de terras indígenas	Regi Cacique	337	0
15/04/2015	Não há mais terras sem males...	Yakuy Tupinambá	433	0
10/04/2015	Professores de arte indígena do Povo Pankararu	Luciano Pankararu	561	0
06/04/2015	A cultura é vida	Itala	555	1
30/03/2015	Carta aberta abril 2015, para presidenta Dilma	Yakuy Tupinambá	639	1
29/03/2015	Carta de Apresentação!	Lafaete Pankararu/ Patrícia Pankararu	521	0
28/03/2015	Como surgiu as missões nas aldeias	Itala	497	1
27/03/2015	Dia 19 de abril é dia de luta e resistência!	Yakuy Tupinambá	649	0
17/03/2015	Relançada Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas	Regi Cacique	383	0

15/03/2015	Lideranças Pataxó Hã hã hã reúnem com o prefeito de Itaju do colônia padre Edinaldo Martins para planejarem ações na aldeia Baheté	Regi Cacique	442	1
15/03/2015	Corrupção no Brasil	Yakuy Tupinambá	601	0
13/03/2015	Curso básico de vigilância epidemiológica	Rodrigo Rocha Titiah	370	0
10/03/2015	Pataxó Hã hã hã das aldeias Baheté e Caramuru participam de Encontro para Formação Política	Regi Cacique	361	0
07/03/2015	Comunidade Pataxó Hã hã hã da Aldeia Baheté se organiza e cria novo quadro de lideranças	Regi Cacique	609	0
16/02/2015	II Encontro dos Estudantes e Universitários de Pankararu!	Patrícia Pankararu	573	0
15/02/2015	Ritual tradicional Pankararu (corridas do imbu)	Patrícia Pankararu	854	2
05/01/2015	Para ministra Kátia Abreu terra é mercadoria / para os povos indígenas a terra é sagrada – Dilma radicaliza sua política contra os povos indígenas (Comentando entrevista da	Casé Angatu	866	0

	Ministra Kátia Abreu à Folha de São Paulo e publicada no dia 05/01/2015: “Não existe mais latifúndio no Brasil, diz Ministra da Agricultura)			
20/12/2014	Programa: ATITUDE em Pankararu!	Patrícia Pankararu	695	0
17/12/2014	Tupinambá – O Retorno Da Terra	Daniela Fernandes Alarcon, Fernanda Ligabue/Junior	961	1
15/12/2014	Mudanças climáticas sobre o olhar dos povos indígenas	Rodrigo Rocha Titiah	628	1
12/12/2014	Ponto de cultura “Raízes tupinambá”	Ayla Gabrielle	441	0
23/11/2014	Kátia Abreu ministra da agricultura: surpresa ou indignação? Fora Kátia Abreu!	Casé Angatu	1006	1
21/11/2014	Buscando apoio à luta indígena junto aos professores universitários, suas entidades e o Andes	Casé Angatu	696	0
21/11/2014	XXIX Encontro da COPIPE!!!	Patrícia Pankararu	744	0
05/11/2014	Aos eleitos: qual a posição que irão adotar para resolver a demarcação das terras indígenas?	Casé Angatu	931	0
30/10/2014	III Encontro das escolas públicas	Patrícia Pankararu	1065	0

	Pankararu			
27/10/2014	Escrevam aos eleitos que neste lugar chamado de país tem Índios!	Casé Angatu	1203	1
27/10/2014	Formação de Professores em Pankararu	Katerine Oliveira	584	0
27/10/2014	Artesãos do povo Pankararu (fotografias de artesãos manuseando a matéria prima, espécie de palmeira)	Luciano Pankararu	889	0
13/10/2014	É aprovado o regimento comunitário Pataxó Hãhãhãe	Ararawã	871	0
11/10/2014	Mulher que não desiste	Laura Kayane	1143	0
11/10/2014	“sem título” (Trata-se de uma manifestação de agradecimento da tribo Karapoto-plakió para a Thydêwá)	Laura Kayane	518	0
11/10/2014	Oficina de Pintura (O título parece não refletir o texto que descreve a chegada de médicos americanos na comunidade Karapotó-Plaki-ô)	Wilma Karapoto	454	0
11/10/2014	A farinha	Wilma Karapoto	497	0
26/09/2014	Mulheres indígenas escrevem, fotografam, desenham e lançam	Potyra Tê Tupinambá	677	0

	seu livro			
18/09/2014	VI Seminário índio caboclo Marcelino & XIV caminhada Tupinambá de Olivença	Casé Angatu	849	0
13/09/2014	Tristeza em Alagoas	Nhenety Kariri-Xocó	1028	0
10/09/2014	Debate “Tenharin: Etnocídio no Sul do Amazonas – 2014”	Israel Sassá Tupinambá	419	0
29/08/2014	Polícia Militar da Bahia aterroriza indígenas no Sul da Bahia	Potyra Tê Tupinambá	1533	4
18/08/2014	Abandono e falta de assistência à população no interior de Ilhéus	Ayla Gabrielle	665	0
05/08/2014	Qual a importância de ser índio? Qual seu maior sonho? (Entrevista com as crianças da educação infantil)	Ayla Gabrielle	959	0
05/08/2014	Aldeia Karapotó Plakió novas casas	Nhenety Kariri-Xocó	924	0

Fonte: Elaboração da autora. Término da coleta das postagens dia 31 de julho de 2015 às 13h32m.

APÊNDICE 7
CONTEÚDOS POSTADOS ENTRE 08 DE MARÇO A 31 DE JULHO
DE 2015 – SITE EU SOU PELAS MULHERES INDÍGENAS – LINK
BLOGUE

Data da postagem	Título da notícia/texto	Autor/a dos conteúdos e/ou postagens	Tipo da postagem	Nº Visualizações	Nº Comentários
26/07/2015	Eu mulher antes, eu mulher depois	Joana Brandão	Fotografia	13	0
12/06/2015	As mulheres indígenas buscando conhecimento para trabalhar com seus alunos	Maria	Fotografia	30	0
12/06/2015	Pataxó	Maria	Fotografia	29	0
12/06/2015	Homenagem	Maria	Fotografia	27	0
12/06/2015	Mulher Pataxó grande guerreira Lourizete Aldeia Gurita	Maria	Fotografia	28	0
01/06/2015	5º Encontro Pelas Mulheres Indígenas!	Gessy Santos	Texto e Fotografia	139	0
27/05/2015	Mulheres pela luta da terra	Maria	Fotografia	91	0
27/05/2015	Eu mulher antes, eu mulher depois do projeto	Laura Santos	Texto e Fotografia	127	0
27/05/2015	Eu mulher antes, eu mulher depois	Dani Edna Nunes	Texto e Fotografia	94	0
27/05/2015	Educação para indígenas	Maria	Texto e Fotografia	58	0
27/05/2015	O que eu não sabia e passei a conhecer depois do projeto	Edriane Xoko	Texto e Fotografia	106	0
27/05/2015	Assista a “Entrevista com Barbara Pankararu”	Katerine	Vídeo	56	0

	no YouTube				
27/05/2015	Eu antes e depois do projeto	Maria	Texto e Fotografia	100	0
27/05/2015	Mulher antes, mulher depois	Tamiqa Pataxó	Texto e Fotografia	77	0
27/05/2015	5º encontro	Jacialva Maria	Fotografia	54	0
27/05/2015	Minha comunidade envolvida no Projeto pelas Mulheres indígenas	Katerine	Texto e Fotografia	87	0
27/05/2015	O sonho de uma indígena	Maria Rita Muniz	Fotografia	62	0
26/05/2015	Assista a "Entrevista com Barbara Pankararu" no YouTube	Katerine	Chamada para o link do vídeo	200	0
26/05/2015	Duas jovens realizando os sonhos de suas comunidades	Celia Tupinamba	Fotografia	95	0
26/05/2015	Mulheres reunidas para plano de trabalho	Celia Tupinamba	Fotografia	57	0
26/05/2015	Várias mulheres de etnias diferentes estão participando do Encontro das mulheres	Maria	Fotografia	70	0
26/05/2015	Nós, mulheres indígenas, estamos desde domingo reunidas em Ilhéus, na oca, planejando nossos projetos	Maria	Fotografia	73	0
26/05/2015	Mulheres indígenas participam do encontro das	Maria	Fotografia	49	0

	mulheres em ilhéus				
26/05/2015	Professora Joana fala do encerramento do projeto das mulheres e da importância da coleta do lixo	Maria	Fotografia	43	0
26/05/2015	Jovens pataxó das comunidades indígenas de Prado fazem faculdade em Salvador	Maria	Fotografia	290	0
26/05/2015	Nós, mulheres indígenas, estamos na luta em Brasília	Maria	Fotografia	45	0
25/05/2015	Equipamento do ponto de cultura 2 irmaos.com	Maria	Fotografia	14	0
25/05/2015	Depoimento das anciãs guerreiras na retomada Karirixocó	Dani Edna Nunes	Texto e vídeo	105	0
24/05/2015	O dia-a-dia da mulher na retomada	Dani Edna Nunes	Fotografia	109	0
24/05/2015	Mulheres Pataxó sustentam sua família com seus próprios artesanatos	Maria	Fotografia	362	0
16/05/2015	Encontro e lançamento do livro na Aldeia Jito em Pankararu	Katerine	Texto e Fotografia	97	1
12/05/2015	Retomada Kariri Xocó	Laura Santos	Texto e Fotografia	61	0
08/05/2015	Roda de Conversa e Lançamento do Livro – Aldeia	Joana Brandão	Fotografia	145	0

	Dois Irmãos				
08/05/2015	Jogos de estudantes na comunidade Taba Jairi Tupinambá	Celia Tupinambá	Fotografia	127	0
06/05/2015	Eu apoio as mulheres indígenas	Joana Brandão	Texto e Fotografia	519	2
06/05/2015	Mais fotos do lançamento do nosso livro em Pataxó Hãhãhãe	Joana Brandão	Fotografia	235	1
06/05/2015	Lançamento do livro Pelas Mulheres Indígenas em Pataxó Hãhãhãe	Fernanda Martins	Texto e Fotografia	518	0
06/05/2015	Confira fotos da roda de mulheres na aldeia Barra Velha/BA	Fernanda Martins	Fotografia	225	2
24/04/2015	Roda de Conversa na aldeia tupinambá Acuípe do meio	Celia Tupinambá	Texto e Fotografia	44	0
09/04/2015	Roda de conversa na aldeia Tupinambá Itapuã	Célia Tupinambá	Fotografia	145	0
27/03/2015	Oi mulherada! Nosso documento foi entregue para Fredson do Ministério da Cultura	Maria	Fotografia	121	0
27/03/2015	Arian Pataxó olhando para o céu pedindo a Tupã ajuda para as comunidade indígenas	Maria	Fotografia	140	0

27/03/2015	Entrega de documentos em Brasília	Maria	Fotografia	22	0
22/03/2015	Mulheres Kariri xocó na retomada de suas terras de tradição	Laura Santos	Texto e fotografia	318	2
21/03/2015	Seminário 2015- Todos por Pernambuco	Katerine	Texto e fotografias	160	0
20/03/2015	Apresentação do livro na comunidade Xokó	Edriane Xoco	Texto e fotografias	191	1
16/03/2015	Mulher guerreira	Joana Brandão	Fotografia	228	0
13/03/2015	Apoio às guerreiras Kariri-Xocó e Karapotó-Plaki-ô	Edriane Xoco	Texto e fotografias	679	1
12/03/2015	Aprendendo	Maria Rita Muniz	Fotografia	163	2
12/03/2015	Ensinamentos de igualdade	Edriane Xoco	Texto e fotografias	223	2
12/03/2015	Perfil oficinaira	Luciene Silva	Texto e fotografia	192	1
12/03/2015	Lançamento do nosso livro	Celia Tupinambá	Fotografia	80	0
12/03/2015	Encontro PMI	Lourdes	Fotografia	92	0
12/03/2015	Lançamento do nosso livro Pelas Mulheres Indígenas	Jacialva Maria	Fotografia	80	0
12/03/2015	Registros do nosso IV Encontro	Celia Tupinambá	Fotografia	69	0
12/03/2015	A liderança Nicinha dando sua palavra no lançamento do	Maria	Fotografia	75	0

	nosso livro				
11/03/2015	Foto de fechamento do nosso encontro	Maria	Fotografia	74	0
11/03/2015	Lançamento do livro das mulheres	Maria	Fotografia	74	0
11/03/2015	Nós, mulheres indígenas, estamos lançando nosso livro Pelas Mulheres Indígenas	Jocialva Maria	Fotografia	74	0
11/03/2015	Apresentação dos grupos sobre saúde nas aldeias	Jocialva Maria	Fotografia	64	0
11/03/2015	Grupo de mulheres Pankararu	Jocialva Maria	Fotografia	56	0
11/03/2015	Grupo de mulheres Xocó	Jocialva Maria	Fotografia	61	0
11/03/2015	Mulheres Pataxó Hã Hã Hãe	Jocialva Maria	Fotografia	86	1
11/03/2015	Mulheres Tupinambá	Jocialva Maria	Fotografia	60	0
11/03/2015	Apresentação do grupo das mulheres da Aldeia 2 Irmãos	Jocialva Maria	Fotografia	69	0
11/03/2015	Grupo de mulheres de Barra Velha	Jocialva Maria	Fotografia	68	0
11/03/2015	Pataxó de Cumuruxatiba, município de Prado, Aldeia 2 Irmãos	Jocialva Maria	Fotografia	73	0
10/03/2015	Estamos reunidas para discutir sexualidade	Jocialva Maria	Texto e Fotografia	66	0

10/03/2015	Flor de rendado de côco	Jocialva Maria	Fotografia	66	0
10/03/2015	Mulheres indigenas trabalham com argila	Jocialva Maria	Fotografia	82	0
10/03/2015	A anciã mais velha da Aldeia Dois Irmãos participa do IV Encontro de Mulheres em Ilhéus	Jocialva Maria	Fotografia	58	0
08/03/2015	Dia da Mulher	Elionai Pataxó	Texto e fotografias	199	0

Fonte: Elaboração da autora. Término da coleta das postagens dia 31 de julho as 13h16h

APÊNDICE 8
CONTEÚDOS POSTADOS ENTRE 02 DE MARÇO A 31 DE JULHO
DE 2015 – SITE AÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS DE DOURADOS –
AJI, LINK NOTÍCIAS

Data da postagem	Título	Endereço da fonte/origem da notícia
22/06/2015	Justiça nega pedido do MPF para que site retire textos contra índios tupinambás	http://www.bahianoticias.com.br/justica/noticia/51607-ilheus-justica-nega-pedido-do-mpf-para-que-site- retire-textos-contra-indios-tupinambas.html
22/06/2015	Novo presidente da Funai promete acelerar demarcação de terras indígenas	http://www.ebc.com.br/noticias/politica/2015/06/novo-presidente-da-funai-promete-acelerar-demarcacao-de-terras-indigenas
22/06/2015	Mato Grosso do Sul lidera número de assassinatos de índios no Brasil	http://www.capitalnews.com.br/nacional/mato-grosso-do-sul-lidera-numero-de-assassinatos-de-indios-no-brasil/280015
22/06/2015	Dois anos depois do caso Buriti, impasse entre União e produtores rurais continua	http://www.msnoticias.com.br/editorias/agronegocios/dois-anos-depois-do-caso-buriti-impasse-entre-uniao-e-produtores/60222/
17/06/2015	Estudantes conectam-se com as raízes de suas comunidades nativas na Universidade Boliviana de Indígenas Aymara	http://pt.globalvoicesonline.org/2015/06/16/estudantes-raizes-comunidades-nativas-universidade-boliviana-de-indigenas-aymara/
17/06/2015	Câmara instala Comissão para discutir mineração nas terras indígenas	http://chicoterra.com/2015/06/17/camara-instala-comissao-para-

		discutir-mineracao-nas-terras-indigenas/
17/06/2015	Tapajós: Justiça confirma que indígenas devem ser consultados	http://www.oeco.org.br/noticias/29182-tapajos-justica-confirma-que-indigenas-devem-ser-consultados
16/06/2015	A terceira onda de imigrantes europeus rumo à América	http://www.vermelho.org.br/noticia/265353-10
16/06/2015	FUNAI nega que Humaitaense foi refém em reserva indígena em Lábrea	Link de notícia não disponibilizado.
16/06/2015	Jogos Mundiais Indígenas estão com vagas abertas para voluntários	http://www.brasil.gov.br/esporte/2015/06/jogos-mundiais-indigenas-estao-com-vagas-abertas-para-voluntarios
16/06/2015	Ministro da Justiça debate demarcação de terras indígenas na quinta-feira	http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/06/15/ministro-da-justica-debate-demarcacao-de-terras-indigenas-na-quinta-feira/
11/06/2015	Justiça Federal em MS livra empresa de segurança de indenizar indígenas vítimas de violência	http://www.fatimanews.com.br/noticias/justica-arquiva-processo-sobre-morte-de-cacique-em-ms/168304/
11/06/2015	Movimentos sociais lançam manifesto contra PEC sobre demarcação de terra	http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/06/10/movimentos-sociais-lancam-manifesto-contra-pec-sobre-demarcacao-de-terra/?from_rss=internacional
11/06/2015	O arcabouço jurídico dos índios, o direito de consulta e participação no mundo jurídico	http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8160&action=

		read
11/06/2015	Funai 2015: distribuição de vagas em estudo em seu concurso público	http://blog.euvoupassar.com.br/2015/06/funai-2015-distribuicao-de-vagas-em-estudo/
09/06/2015	A América Latina precisa contruir uma agenda estratégica para conduzir o seu destino	http://servindi.org/?p=132775
09/06/2015	O BNDES descobriu os índios?	http://reporterbrasil.org.br/2015/06/o-bndes-descobriu-os-indios/
09/06/2015	O direito de fechar estradas que passa no meio de aldeia	http://www.conjur.com.br/2015-jun-07/indios-direito-fechar-estrada-passa-meio-aldeia
09/06/2015	Reunião ‘dá voz’ aos índios da região	http://www.jcnet.com.br/Regional/2015/06/reuniao-da-voz-aos-indios-da-regiao.html
26/05/2015	Descaso do governo pela vida de indígenas demonstra sua política genocida	http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8125&action=read
26/05/2015	Justiça revoga compra de terra para comunidade indígena	http://www.correiadoestado.com.br/cidades/justica-revoga-compra-de-terra-pela-uniao-para-comunidade-indigena/247482/
26/05/2015	Jovens indígenas conseguem fazer registro de técnicos de enfermagem gratuitamente	http://www.correiadoestado.com.br/cidades/jovens-indigenas-conseguem-fazer-registro-de-tecnicos-de-enfermagem/247458/
26/05/2015	Bueiro se rompe e comunidades indígenas ficam isoladas em Roraima	http://g1.globo.com/rr/oraima/noticia/2015/05/bueiro-se-rompe-e-comunidades-indigenas-ficam-isoladas-em-

		roraima.html
25/05/2015	ONU Mulheres: Seminário propõe ações para enfrentar violência sexista	http://nacoesunidas.org/onu-mulheres-seminario-propoe-acoes-para-enfrentar-violencia-sexista/
25/05/2015	Usina de Belo Monte – o progresso, apesar de tudo	http://www.brasil247.com/pt/247/economia/182205/Usina-de-Belo-Monte-%E2%80%93-o-progresso-apesar-de-tudo.htm
25/05/2015	Luiz Couto denuncia mais mortes de indígenas e cobra decisão sobre terras	http://www.paraiba.com.br/2015/05/25/25246-luiz-couto-denuncia-mais-mortes-de-indigenas-e-cobra-decisao-sobre-terras
21/05/2015	Nações Unidas no Brasil se posicionam contra a redução da maioria penal	http://nacoesunidas.org/nacoes-unidas-no-brasil-se-posicionam-contra-a-reducao-da-maioridade-penal/
21/05/2015	Jovens indígenas contra todas as formas de violência	http://ecmia.org/noticias/jovenes-indigenas-contra-toda-forma-de-violencia
19/05/2015	Rádio Yandê - Rádio Indígena Online	http://radioyande.com/default.php?pagina=index.php
19/05/2015	Guarani-Mbya pedem ao STF que suspenda a reintegração de posse na Terra Indígena Jaraguá	http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&cont_eudo_id=8110&action=read
19/05/2015	Fundação BB e BNDES lançam edital voltado para a juventude rural	http://www.fbb.org.br/reporter-social/fundacao-banco-do-brasil-lanca-edital-voltado-para-a-juventude-rural.htm
19/05/2015	Fórum da ONU sobre questões indígenas pede	http://nacoesunidas.org/forum-da-onu-sobre-

	ação para fim de suicídios entre jovens indígenas	questoes-indigenas-pede-acao-para-fim-de-suicidios-entre-jovens-indigenas/
30/04/2015	Depois de denúncias, relatora da ONU pretende visitar comunidades indígenas no Brasil	http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8091&action=read
30/04/2015	Jorge Vieira: Da guerra santa contra caetés à demarcação das terras dos Xucuru-Kariri	http://www.extralagoas.com.br/noticia/17118/esta-semana-nas-bancas/2015/04/29/jorge-vieira---da-guerra-santa-contra-caetes-a-demarcacao-das-terras-dos-xucuru-kariri.html
29/04/2015	Polícia Federal investiga esquema de grilagem de terras indígenas	http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/66386-policia-federal-investiga-esquema-de-grilagem-de-terras-indigenas.html
29/04/2015	Jogos Mundiais Indígenas têm data adiada	http://www.brasil247.com/pt/247/tocantins247/178629/Jogos-Mundiais-Ind%C3%ADgenas-t%C3%AAm-data-adiada.htm
29/04/2015	Ameaças a direitos dos povos indígenas são denunciadas na ONU	http://radios.ebc.com.br/amazonia-brasileira/edicao/2015-04/ameacas-direitos-dos-povos-indigenas-sao-denunciadas-na-onu
24/04/2015	Brasil leva exemplos de iniciativas para a prevenção da violência juvenil a Congresso da ONU	http://nacoesunidas.org/brasil-leva-exemplos-de-iniciativas-para-a-prevencao-da-violencia-juvenil-a-congresso-da-onu/
23/04/2015	Indígenas amônidas no	http://portalamazonia.co

	século 21: conheça a luta de personagens para conquistar espaço	m/noticias-detalhe/cidades/indigenas-amazonidas-no-seculo-21-conheca-a-luta-de-personagens-para-conquistar-espaco/?cHash=bf2104ebf503c8711fc1478338939f7f
23/04/2015	Associação diz que número de índios com HIV em Roraima é alarmante	http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/04/associacao-diz-que-numero-de-indios-com-hiv-em-roraima-e-alarmlante.html
23/04/2015	Presidenta homologará terras indígenas no Pará e no Amazonas	Link curto: http://brasileiros.com.br/NBjWA Tags: demarcação, Dilma, funai, governo, índio
23/04/2015	Empreendedorismo na floresta após vida difícil em aldeias	http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/04/indios-aderem-ao-empreendedorismo-na-floresta-apos-vida-dificil-em-aldeias.html
17/04/2015	Kátia Abreu Guarani-Kaiowá	http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-planeta/noticia/2015/04/katia-abreu-guarani-kaiowa.html
17/04/2015	Semana de Mobilização Nacional Indígena 2015	http://viajeaquia.abril.com.br/materias/semana-de-mobilizacao-nacional-indigena-2015#2
17/04/2015	Eduardo Cunha diz que não há pressa para votar PEC de terras indígenas	http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?noticia=Eduardo_Cunha_diz_que_nao_ha_pressa_para_vot

		ar_PEC_de_terras_indigenas&edt=0&id=24428
17/04/2015	Victoria Tauli-Corpuz, Mulheres indígenas reafirmam seus direitos	http://www.dialogosdoul.org.br/mulheres-indigenas-reafirmam-seus-direitos/16042015/
14/04/2015	"Dilma, o dinheiro roubado da Petrobras é suficiente para fazer reforma agrária no Brasil".	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/04/grupo-acampa-no-congresso-por-reforma-agraria-e-direitos-indigenas.html
14/04/2015	Índios Yawanawá fecham o primeiro dia de desfiles da São Paulo Fashion Week	https://br.noticias.yahoo.com/%C3%ADndios-yawanaw%C3%A1-fecham-primeiro-dia-desfiles-s%C3%A3o-paulo-025006012.html
14/04/2015	Gilmar Mendes suspende decreto sobre assentamento da comunidade indígena Tuxá	http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-04/gilmar-mendes-suspende-decreto-sobre-assentamento-da-comunidade
13/04/2015	“Se o bicho avançar, vamos encarar de pé”, diz Ailton Krenak	http://www.cartacapital.com.br/sociedade/201cs-e-o-bicho-avancar-vamos-encarar-de-pe201d-diz-ailton-krenak-1118.html
13/04/2015	Os índios e o golpe na Constituição	elianebrum.coluna@gmail.com Twitter: @brumelianebrum
13/04/2015	Deputados que irão analisar PEC 215 são financiados por empresas do agronegócio e mineração	http://www.portalambiente.org.br/pa/noticias?id=122
13/04/2015	Mobilização Nacional	https://mobilizacaonaci

	Indígena reúne mais de mil lideranças em Brasília	onalindigena.wordpress.com/2015/04/10/mobilizacao-nacional-indigena-reune-mais-de-mil-liderancas-em-brasilia/
09/04/2015	União é liberada de promover demarcação de terras indígenas em MS	http://www.midiamax.com/cotidiano/254801-uniao-liberada-promover-demarcacao-terras-indigenas-ms.html
09/04/2015	Documentários discutem conflitos territoriais indígenas na América Latina	http://www.maxpressnet.com.br/Conteudo/1,746352,Documentarios_discutem_conflitos_territoriais_indigenas_na_America_Latina,746352,1.htm
09/04/2015	Funai não comparece a audiência sobre mineração que afetará indígenas	http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8052&action=read
09/04/2015	Ministro da Cultura garante apoio aos Jogos Mundiais Indígenas	http://surgiu.com.br/noticia/194265/ministro-da-cultura-garante-apoio-aos-jogos-mundiais-indigenas.html
07/04/2015	Antropólogo diz que índios foram esquecidos à medida em que a democracia foi se consolidando	http://acritica.uol.com.br/noticias/democracia-assujeitada-amazonia-serie-especial_0_1332466756.html
07/04/2015	80 índios estão presos irregularmente em Dourados	http://www.correiодоestado.com.br/cidades/80-indios-estao-presos-irregularmente-em-dourados/243535/
07/04/2015	Apib entrega carta de reivindicações para	http://www.cimi.org.br/site/pt-

	Presidente Dilma Rousseff	br/?system=news&conteudo_id=8049&action=read
07/04/2015	Sangue Yanomami repatriado dos EUA é enterrado em aldeia indígena	http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Sangue_Yanomami_repatriado_dos_EUA_e_enterrado_em_aldeia_indigena&edt=22&id=393736
31/03/2015	Como o estado brasileiro (mal) trata os indígenas	http://www.ihu.unisinos.br/noticias/541282-como-o-estado-brasileiro-mal-trata-os-povos-indigenas
31/03/2015	Justiça bloqueia bens de processados por compras irregular de cestas básicas na Funai – Notícias Ministério Público Federal	http://acritica.uol.com.br/noticias/Manaus-Amazonas-Amazonia-Justica-bloqueia-processados-irregular-Funai_0_1327667270.html
31/03/2015	Decisão do STF reforça ataque de direitos territoriais indígenas	http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8045&action=read
31/03/2015	MPF fiscaliza o controle social da saúde indígena	Fonte: MPF/RO
31/03/2015	Justiça não reconhece terras do Buriti como indígenas e abre possibilidades de novo conflito	http://www.msnoticias.com.br/editorias/agronegocios/justica-nao-reconhece-terras-do-buriti-como-indigenas-e-abre/57758/
27/03/2015	Odemar, vamos sentir saudades!	AJI/GAPK*
24/03/2015	Na UNESCO, líder indígena ashaninka propõe criação de reserva da biosfera no Acre	http://nacoesunidas.org/na-unesco-lider-indigena-ashaninka-propoe-criacao-de-reserva-da-biosfera-

		acre/
24/03/2015	Até 2050, um bilhão de pessoas viverão em cidades sem água suficiente, diz Banco Mundial	http://nacoesunidas.org/ate-2050-um-bilhao-de- pessoas-viverao-em- cidades-sem-agua- suficiente-diz-banco- mundial/
24/03/2015	O mundo pede água, o mundo perde água	http://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/212861-o-mundo-pede-agua-o-mundo-perde-agua.shtml
24/03/2015	TRF-3 suspende reintegração de posse da comunidade Guarani de Pacurity, em Dourados, MS	http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8033&action=read
23/03/2015	Jovens arqueiros participam de seletiva para Mundial de Tiro com Arco	http://new.d24am.com/amazonia/povos/jovens-arqueiros-indigenas-participam-seletiva-para-mundial-tiro-arco/131021
23/03/2015	Manifesto denuncia lobby de empresas sobre PL de recursos genéticos	http://port.pravda.ru/news/sociedade/23-03-2015/38343-recursos_geneticos-0/
23/03/2015	Pela primeira vez na CIDH, igreja defende indígenas e seus recursos	http://www.ultimoinstante.com.br Follow us: @uinstante on Twitter UltimoInstante on Facebook
23/03/2015	Acampamentos madeireiros avançam sobre terras indígenas	http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2015/03/acampamentos-madeireiros-avancam-sobre-terras-indigenas.html
20/03/2015	Igreja católica da América Latina se mobiliza contra abusos na Amazônia	http://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/19/internacional/1426730060_984253.html

20/03/2015	Igreja expõe violações dos direitos indígenas	http://www.fatimamissioaria.pt/artigo.php?cod=31742&sec=8
20/03/2015	Kátia Abreu: acordo para compensar demarcações indígenas está próximo	http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Politica/noticia/2015/03/acordo-para-compensar-demarcacoes-indigenas-esta-proximo-diz-katia.html
20/03/2015	Votações da PEC-215 devem acontecer somente em agosto	http://radios.ebc.com.br/jornal-da-amazonia-1a-edicao/edicao/2015-03/votacoes-da-pec-215-so-deverao-acontecer-em-agosto
19/03/2015	Indústrias extrativistas é denunciada na ONU	M. De Lourdes Beldi de Alcântara*
19/03/2015	Enfermeira indígena Kaiowá vai até o Peru para o encontro das mulheres e faz uma visita a SERVINDI	Indianara Ramires Machado*
17/03/2015	Pauta indigenista volta ao debate na câmara	Do Portal Vermelho De Brasília
17/03/2015	Crianças indígenas aprendem com mestres pinturas e histórias que são relíquias	http://www.campograndenews.com.br/lado-b/artes-23-08-2011-08/criancas-indigenas-aprendem-com-mestres-pinturas-e-historias-que-sao-reliquias
17/03/2015	PEC das terras indígenas terá comissão especial instalada hoje	http://www.olhardireto.com.br/juridico/noticias/exibir.asp?noticia=PEC_das_Terras_Indigenas_tera_comissao_especial_instalada_amanha&edt=0&id=23503
17/03/2015	Pós-graduação: Especialista Título Povos Indígenas, Direitos	Mais informações: http://www.fondoindigena.org/drupal/es/node/2

	Humanos e Cooperação internacional	28
13/03/2015	Mulheres indígenas das três Américas falam em igualdade “Chirapaq”	Sem indicação de fonte
12/03/2015	Polícia dá ultimato para expulsão de 50 famílias Guarani-Kaiowá de Kurusu Ambá (MS)	http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8013&action=read
12/03/2015	Índios e haitianos são alvos fáceis	http://www.diariodecuiba.com.br/detalhe.php?cod=467891
12/03/2015	O STF golpeará a Constituição Federal e os Povos Indígenas?	http://port.pravda.ru/cplp/brasil/11-03-2015/38267-povos_indigenas-0/
10/03/2015	Mobilização da sociedade é o antídoto contra gaves e iminentes retrocessos	http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-ppds/mobilizacao-da-sociedade-e-o-antidoto-contragraves-e-iminentes-retrocessos
10/03/2015	Não podemos criar ou estender as áreas indígenas, diz deputado do PSB	http://www.onortao.com.br/noticias/nao-podemos-criar-ou-estender-as-areas-indigenas-diz-deputado-do-psb,36559.php
10/03/2015	Educafro vai se reunir com ministros tentando evitar cortes na educação	http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/03/educafro-vai-se-reunir-com-ministros-de-dilma-tentando-evitar-cortes-na-educacao-734.html
10/03/2015	Bancada ruralista, lista dos envolvidos no escândalo da Petrobrás	http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8006&action=read
05/03/2015	Na contramão dos direitos	http://www.cimi.org.br/

	indígenas, Cunha recrião Comissão Especial da PEC 215	site/pt- br/?system=news&cont eudo_id=8004&action= read
05/03/2015	Programa “Voz Indígena” será veiculado na Eduativa FM e TVE	http://www.pantanalnews.com.br/contents.php?CID=101983
03/03/2015	Chamada (para cinegrafistas e realizadores indígenas)	Sem indicação de fonte
02/03/2015	A titulação do território ancestral abrangente	http://servindi.org/actualidad/124216
02/03/2015	ONU e Ministério da Saúde selecionam jovens ativistas prar curso de formação em controle social e HIV/Aids	http://nacoesunidas.org/onu-e-parceiro-selecionam-jovens-ativistas-para-curso-de-formacao-em-controle-social-e-hivaids/
02/03/2015	ONU-Habitat convoca jovens de todo o mundo para participar do Conselho Consultivo da Juventude	http://nacoesunidas.org/onu-habitat-convoca-jovens-de-todo-o-mundo-para-participar-do-conselho-consultivo-da-juventude/
02/03/2015	Presidente da FUNAI debate PEC 215 com Frente parlamentar Ambientalista	http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3188-presidente-da-funai-debate-pec-215-com-a-frente-parlamentar-ambientalista

Fonte: Elaboração da autora. Término da coleta das postagens dia 31 de julho as 12h28hs. * Postagens de autoria de membros da AJI.

APÊNDICE 9
CONTEÚDOS POSTADOS ENTRE 02 DE MARÇO A 31 DE
JULHO DE 2015 – SITE AÇÃO DE JOVENS INDÍGENAS DE
DOURADOS – AJI, LINK COMUNICAÇÃO – VÍDEOS

Título do audiovisual	Tema/Assunto	Fonte dos vídeos
Jovens, drogas e violência	Este documentário denuncia a violência em alta na Reserva Indígena de Dourados-MS, onde vive aproximadamente quinze mil indígenas das etnias Guarani-Kaiowá e Aruak.	http://www.jovensindigenas.org.br/videos/jovens-drogas-e-violencia
Videomakers Indígenas Southern Border Projetos (PVIFS) Edição Especial I, II e III	Apresenta uma edição especial de vídeos feitos por membros de comunidades e organizações indígenas no México. Os 12 vídeos selecionados mostram a realidade de Chiapas na voz de comunidades indígenas.	http://www.iwgia.org/publicaciones/buscar-publicaciones?publicacion_id=641
Mulheres pedem para participar no desenvolvimento de políticas para enfrentar a mudança climática	Os efeitos das mudanças climáticas são piores em muitas partes do mundo e as mulheres dos povos indígenas são os primeiros a reconhecer suas graves conseqüências.	http://servindi.org/actualidad/116854#more-116854
Uma questão de justiça – direitos dos Povos Indígenas na África	O relator especial da ONU, James Anaya, visitou Argentina a partir de 27 novembro - 7 dezembro de 2011 para obter informações sobre a situação dos direitos humanos dos povos indígenas do país.	http://www.iwgia.org/publications/search-pubs?publication_id=608

<p>Vídeo mostra índios isolados no Acre fazendo primeiro contato</p>	<p>Um grupo de índios isolados fez contato com brasileiros pela primeira vez. O grupo de quatro homens jovens se comunicou com outros indígenas, da etnia Ashaninka, no Acre; em uma aldeia supervisionada pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Um dos servidores da fundação filmou o encontro.</p>	<p>http://www.correiodoestado.com.br/noticias/video-mostra-indios-isolados-no-acre-fazendo-primeiro-contat_223510/</p>
<p>+Direitos +Humanos - Ação de Jovens Indígenas (AJI)</p>	<p>A AJI esteve em SP na segunda fase do programa +Direitos +Humanos no dia 04 de Junho para discutir os nossos direitos indígenas. Esse programa é realizado pela TV Brasil e na primeira fase estiverão na aldeia de Dourados acompanhando o trabalho da AJI com os jovens indígenas. Na segunda fase as jovens Indianara Ramires Machado, Jaqueline Gonçalves Porto e o professor João Rocha que ministra as aulas de teatro na AJI, debateram os direitos indígenas, os direitos dos jovens indígenas em geral.</p>	<p>http://www.jovensindigenas.org.br/noticias/direitos-humanos-acao-de-jovens-indigenas-aji</p>
<p>Ex-presidiárias indígenas</p>	<p>Este documentário foi produzido pela Ação de Jovens Indígenas (AJI) de Dourados-MS. No</p>	<p>http://www.jovensindigenas.org.br/videos/ex-presidiarias-indigenas*</p>

	vídeo ex-presidiárias indígenas relatam a violência sofrida durante a prisão e dentro da prisão. Dentro da prisão sem direito alguns mulheres indígenas sofreram torturas psicológicas e física.	
Variadas fotos	O conteúdo está no <i>link</i> Vídeos, mas se trata de fotografias tiradas por alunos durante as oficinas da AJI.	
De mão em mão	Vídeo produzido pelos jovens indígenas da AJI (Ação dos Jovens Indígenas), da Reserva Indígena de Dourados em Mato Grosso do Sul. "De mão em mão" é o produto das Oficinas de Roteiro e Produção Audiovisual.	http://www.jovensindigenas.org.br/videos/de-mao-em-mao*
Situação da escola na aldeia de Dourados	Nas volta as aulas alunos enfrentam dificuldades, pois a escola está em situação de precariedade.	http://www.jovensindigenas.org.br/videos/situacao-da-escola-na-aldeia-de-dourados*
Montagem e exposição de fotografias AJI/CRAS	Esse vídeo trata da exposição de fotografia dos alunos da AJI, nas oficinas ministradas pelos jovens no CRAS da aldeia Bororó.	http://www.jovensindigenas.org.br/videos/montagem-e-exposicao-de-fotografias-aji-cras*

Fonte: Elaboração da autora. Término da coleta das postagens dia 31 de julho as 12h29hs. * Postagens de autoria de membros da AJI.

APÊNDICE 10

AUDIOVISUAIS POSTADOS ENTRE 12 DE OUTUBRO DE 2011 AO DIA 31 DE JULHO DE 2015 – PORTAL ÍNDIO EDUCA – VÍDEOS

Nº	Título do audiovisual/Duração	Autor/a dos conteúdos e/ou das postagens	Tema/Assunto
01	Ipuné Kopenoti Terenoe, Cerâmica Terena - 23m27'	Alunos da oficina de audiovisual do Vídeo Índio Brasil realizado em 2010	Produção da tradicional cerâmica Terena, em Cachoeirinha, Miranda/MS.
02	Depoimento de Kanatyó Pataxó da aldeia Muã Mimatxi - Povo Pataxó-MG - 11m48'	Aracy Tupinambá	Gravação de mensagem para divulgação do projeto de educação indígena em evento realizado no México.
03	Educação Indígena Tumbalalá - 2m57'	Índios Tumbalalás na Oficina de Realização Audiovisual do projeto de mostra infanto-juvenil indígena Cine Kurumin.	Educação indígena
04	Música Tupinambá - 0,25'	Escola Indígena Tupinambá Oficina de Realização Audiovisual- Projeto Espalha a Semente	Música Tupinambá
05	Espelho Partido - 3m19'	Alessandra Mendes, Atauiny Amaral, Bruno de Jesus, Gabriel Santos, Helen Almeida, Hemerson Dantas, Kelly Almeida, Lucas Nascimento, Ludimila Rodrigues, Rodrigo Muniz.	Preservação e valorização da cultura indígena
06	Arupãb kijetxawê txihihãe -7m38'	Produzido durante oficina Cine Kurumin 2011	Vídeo sobre a educação diferenciada conquistada pela Escola Indígena Pataxó Coroa

			Vermelha
07	Plantas Medicinais - 2m04'	Produzido na Oficina de Realização Audiovisual do Cine Kurumin na Aldeia Tumbalalá (Fabiana dos Santos, Maria José Barbalho, Emanuela Marinheiro, Gabriela Marinheiro, Marijane dos Santos, Daniela Marinheiro, Emanuel Marinheiro e Kaline Capistana)	A importância da natureza e o poder de cura das plantas para a saúde indígena
08	História dos Tumbalalás no sertão da Bahia - 9m	Denise Santos	Maria de Lurdes conta a história dos Tumbalalás no sertão da Bahia
09	Diários Visuais - Terena - 4h50 '	Naine Terena	Trata do histórico do povo Terena, localizado em grande parte no Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Segundo o texto, as mulheres são fundamentais no plantio, colheita e venda dos produtos
10	Diários Visuais - Umutina - 5m48'	Naine Terena	Trata do histórico do povo Umutina, localizado no estado do Mato Grosso, em uma única aldeia. Alguns jovens mantêm um grupo cultural chamado Nação Nativa

			Umutina onde buscam preservar a memória de seu povo
11	Diários Visuais Karitiana - 5m11'	- Naine Terena	O Trata do histórico do povo Karitiana que ocupam um área de 89.698 hectares à 95 km de Porto Velho, capital de Rondônia
12	Pataxó Hã Hã Hãe e o desenvolvimento rural - 24m35'	Direção de Fabio Titia Baenã Hã-Hã-Hãe	Histórico da Reserva Indígena Caramuru-Paraguaçu nos anos de 1930. Com a expansão agrícola e agropecuária e a invasão de fazendeiros, grupos indígenas foram confinados a espaços reduzidos. Nos anos de 1980 a comunidade indígena Pataxó Hã-Hã-Hãe, com a ajuda da FUNAI e da Polícia Federal, começou a reconquistar as suas terras.
13	Cultura do Povo Terena, narrada por Isaac Dias, ancião Terena - 7m09'	Naine Terena	Cultura do povo Terena localizado na Aldeia Limão Verde em Aquidauana – MS
14	O Espírito da floresta 2 -	Postado por Micheli.	Registros de

	11m02'	Pesquisa de Ibã Huni kuin.	cantos sagrados da floresta- Nixi Pae.
15	Umutina índios letrados - 27m46'	Marina Cândido Marcos	Reflexões sobre a educação indígena em depoimentos dos professores da escola indígena da Aldeia Umutina em Barra do Bugres, Mato Grosso, Brasil.
16	Onde Estão os Índios de Pernambuco nos Livros Didáticos? (vídeo não disponível)	Formação de Técnicos e Gestores Indígenas de Pernambuco. Edição de Luci Lima	Reflexão sobre o ser índio e o currículo escolar
17	Terra Tradicional Guarani - 5m23'	Táva Guasu Guarani Retã.	Terra tradicional Guarani
18	Artesão Tupinambá de Olivença - 2m38'	Aracy Tupinambá	Confecção de arco e flecha
19	Desenhando os Cantos do Nixi Pae - 3m34'	Bã e Bane Huni Kuin, Artistas Huni Kuin do Jordão, Shaneiuhu e Banda, Seu Antonio Pedro e banda Uirapuru	Exposição O Espírito da Floresta – Desenhando os Cantos do Nixi Pae

Fonte: Elaboração da autora. Término da coleta das postagens dia 31 de julho as 12h39hs.

APÊNDICE 11

TEXTOS POSTADOS ENTRE 12 DE OUTUBRO DE 2011 AO DIA 31 DE JULHO DE 2015 – PORTAL ÍNDIO EDUCA – AJUDANDO O PROFESSOR

Nº	Título da notícia/texto	Autor/a dos conteúdos e/ou postagens	Tipo da postagem	Nº Comentários
01	O índio, os livros didáticos e o senso comum	Alex Makuxi	Texto e fotografia	1
02	O que (não) fazer no Dia do Índio	Marina Cândido Marcos	Texto	10
03	Índio: Do esteriótipo ao preconceito	Alex Makuxi	Texto e fotografia	4
04	Dia do índio: se comemora ou se indigna?	Alex Makuxi	Texto e fotografia	5
05	Poema do Índio	Edmar Batista de Souza (Itohã Pataxô)	Texto	6
06	Índio não quer apito, índio não quer fumaça – INDIO EDUCA	Marina Cândido Marcos	Texto	4
07	Dossiê Caxiri na cuia	Alex Makuxi	Texto e desenho	0
08	Você é indígena?	Aracy Tupinambá	Texto	5
09	O tal descobrimento do Brasil	Alex Makuxi	Texto	10
10	O do dia do Índio	Alex Makuxi	Texto	6
11	Mês indígena	Micheli	Texto e fotografia	1
12	Adeus “decoreba”! A onda agora é aprender Brincando!	Sabryna	Texto e fotografia	0
13	Será que estou lecionando discriminação?	Sabryna	Texto	11
14	Todo dia é dia de índio	Marina Cândido	Texto	1

		Marcos		
15	A invisibilidade antes da Lei 11.645	Laísa Erê Kaingang	Texto	2
16	Professor: tem um índio na nossa sala!	Alex Makuxi	Texto	1
17	Educação indígena e educação escolar indígena	Alex Makuxi	Texto e fotografia	4
18	19 de Abril é dia do Índio? Ou é mais um dia de vários outros dos Povos Indígenas?	Alex Makuxi	Texto e fotografia	3
19	Ajudando o professor	Alex Makuxi	Texto	3
20	Voto indígena para quem?	Alex Makuxi	Texto e fotografia	0

Fonte: Elaboração da autora. Término da coleta das postagens dia 31 de julho as 12h53hs.

APÊNDICE 12
AUDIOVISUAIS DE PRODUTORES/REALIZADORES INDÍGENAS
- SITE VÍDEO NAS ALDEIAS – LINK CATÁLOGO.

Nº	TÍTULO DO AUDIOVISUAL/ DURAÇÃO	PRODUTORES/ REALIZADORE S	TEMA/ASSUNTO
01	Eu já virei espírito-18m	Takumã Kuikuro (Povo Kuikuro)	Bastidores das filmagens do audiovisual ‘As Hiper mulheres’.
02	Mbya Mirim - 22m	Patricia Ferreira (Keretxu) e Ariel Duarte Ortega (Povo Guarani Mbya)	Duas crianças do Rio Grande do Sul mostram seu cotidiano e o dilema enfrentado por seu povo.
03	No tempo do verão - 22m	Wewito Piyāko (Povo Ashaninka)	Crianças Ashaninka aprendem com os pais a vida no rio e na mata.
04	Carta Kisêdgê para o Rio+ 20 – Amne adji papere mba - 11m	Kamikia P.T. Kisêdgê (Povo Kisêdgê)	Manifesto das mulheres Kisêdgê sobre o desmatamento das florestas e poluição dos rios.
05	Bicicletas de Nhanduru - 48m	Patricia Ferreira (Keretxu) e Ariel Duarte Ortega (Povo Guarani Mbya)	Espiritualidade do cotidiano dos Mbya-Guarani na Aldeia Koenju, em São Miguel das Missões-RS.
06*	Desterro Guarani – 38m	Patricia Ferreira (Keretxu) e Ariel Duarte Ortega (Povo Guarani Mbya)	Processo histórico dos Mbya-Guarani e colonizadores. Reflexões sobre a destituição das terras indígenas.
07*	Txêjkhô Khâm Mby - Mulheres guerreiras- 12m	Yaku Suya, Kokoyamaratxi Suya, Kambrinti Suya, Kamikia P.T. Kisêdgê e Whinti Suya (Povo Kisêdgê)	Encenação de um mito em que a irmã namora secretamente o irmão, a paixão proibida gera a guerra das mulheres.

08*	Amtô – a festa do rato 34m	Yauya Suya e Kambrinti Suya (Povo Kisêdgê)	Celebração da festa Amtô e o registro (e resgate) da cultura Kisêdgê.
09	Kene Yuxi, as voltas do kene- 48m	Zezinho Yube (Povo Kanixawá)	Registros dos grafismos tradicionais das mulheres Huni Kui.
10	Bimi- mestra de Kenes - 4m	Zezinho Yube (Hunikui) (Povo Kaxinawá)	Mestra da arte da tecelagem Hunikui fala sobre sua aprendizagem e do processo que um tecelão deve respeitar.
11	Tsõ'rehipãri, Sangradouro 29m	Divino Tserewahú (Povo Xavante)	Grupo Xavante na região de Sangradouro- MT. Mostram preocupações com as mudanças que vem ocorrendo em sua região.
12	A história do monstro Khátpy - 4m	Yauya Suya, Kokoyamaratxi Suya, Kambrinti Suya, Kamikia P.T. Kisêdgê e Whinti Suya (Povo Kisêdgê)	Os índios Kisêdgê da Aldeia ngôjwêrê–MT registram a lenda do índio feio que ameaça os caçadores na mata.
13	Nós e a cidade - 6m	Ariel Duarte Ortega (Povo Guarani Mbya)	Versão de 5 minutos do filme “Duas aldeias, uma caminhada”.
14	Kidene, academia Kuikuro - 5m	Takumã Kuikuro (Povo Kuikuro)	Preparação do homem Kuikuro para a luta.
15	Já me transformei em imagem - 32m	Zezinho Yube (Povo Kanixawá)	Depoimentos mostram a história dos Hunikui desde o tempo do contato com não índios, como cativos nos seringais até o trabalho com os vídeos (processo de dispersão-perda e reencontro)
16	Mokoy Tekoá Petei Jeguatá, Duas aldeias,	Jorge Ramos Morinico, Germano	A sobrevivência dos Mbya-Guarani com a

	uma caminhada - 63m	Beñites e Ariel Duarte Ortega (Povo Guarani Mbya)	venda do artesanato. O dia a dia de duas comunidades unida pela mesma história.
17	Para os nossos netos - 10m	Komoy Panará (Povo Panará)	Registro do processo da criação dos filmes O amendoim da cutia e Depois do ovo, a guerra e uso do vídeo em sua comunidade.
18	Priâra Jô, Depois do ovo, a guerra - 15m	Komoy Panará (Povo Panará)	Crianças Panará mostram suas brincadeiras.
19	Espero que vocês gostem destes filmes - 10m	Takumã Kuikuro (Povo Kuikuro)	Festa de inauguração do DVD Cineastas Indígenas Kuikuro na Aldeia Ipatse –Xingu em 2007.
20	Kahehijü Üguhütü, o manejo da câmera - 17m	Coletivo Kuikuro de cinema	O cacique dos Kuikuro no Alto Xingu mostra preocupação com as mudanças culturais de sua aldeia e registra suas tradições. Os jovens cineastas indígenas narram a sua experiência.
21	Kuhi Ikuqü, os Kuikuro se apresentam - 7m	Coletivo Kuikuro de cinema	Os Kuikuro apresentam sua história. Dos tempos passados, os conflitos com os brancos e como vivem atualmente.
22	Huni Meka, os cantos do cipó - 25m	Tadeu Siá Kaxinawá e Josias Maná Kaxinawá (Povo Kaxinawá)	Uma conversa sobre o cipó aiauasca, a ‘miração’ e os cantos através dos ensinamentos dos mais velhos do povo Hunikui.
23	Imbé Gikegü, cheiro de pequi - 36m	Takumã Kuikuro e Maricá Kuikuro (Povo Kuikuro)	Relacionando o tempo passado com o presente, indígenas Kuikuro contam a história do

			pequi.
24	Xinã Bena, novos tempos - 52m	Zezinho Yube (Povo Kanixawá)	Dia a dia da Aldeia Hunikui São Joaquim, no rio Jordão, estado do Acre. Com a demarcação das terras os índios ensinam a tradição aos seus filhos.
25	A gente luta mas come fruta - 40m	Wewito Piyāko e Isaac Pinhanta (Povo Ashaninka)	Manejo agroflorestal realizado pelos Ashaninka da Aldeia Apiwtxa no rio Amônia-Acre.
26	Kiarāsâ Yō Sâty, o amendoim da cutia - 51m	Paturi Panará e Komoi Panará (Povo Panará)	Cotidiano na colheita do amendoim.
27*	Caminho para vida, Aprendizes do futuro, Floresta viva - 40m	Benki Pinhanta (Povo Ashaninka)	Manejo agroflorestal realizado pelos Ashaninka da Aldeia Apiwtxa no rio Amônia-Acre. Caminho para a vida mostra o manejo de tracajás. Aprendizes do futuro mostra o trabalho de recuperação de solo com crianças da aldeia e Floresta viva relata a experiência do consórcio realizada pela comunidade para produção de alimentos.
28	Nguné Elü, o dia em que a lua menstruou - 28m	Takumã Kuikuro e Maricá Kuikuro (Povo Kuikuro)	O eclipse da lua no Alto Xingu.
29	Kinja Lakaha, um dia na aldeia - 40m	Wamé Atroari, Sawá Waimiri, Sanapyty Atroari, Kabaha Waimiri, Iawysy Waimiri e Araduwa Waimiri (Povo Waimiri)	Dia a dia da Aldeia Cacau sob a visão de seis índios e aldeias Waimiri e Atroari.

		Atroari)	
30	Shomõtsi – 42m	Wewito Piyãko (Povo Ashaninka)	Cotidiano de Shomõtsi, indígena da fronteira do Brasil com Peru.
31	Marangmotxíngmo Mírang, das crianças Ikpeng para o mundo - 35m	Natuyu Yuwipo Txicão, Kumaré Ikpeng e Karané Ikpeng (Povo Ikpeng)	Quatro crianças Ikpeng mostram sua aldeia em resposta a vídeo-carta de crianças de Sierra Maestra em Cuba.
32**	Moyngo, o sonho de Moragareum - 42m	Natuyu Yuwipo Txicão, Kumaré Ikpeng e Karané Ikpeng (Povo Ikpeng)	Mito de origem do cerimonial do ritual de iniciação dos meninos.
33*	Wapté Mnhõnõ, iniciação do jovem Xavante 52m	Divino Tserewahú (Povo Xavante)	Documentário sobre a iniciação dos jovens Xavantes.

Fonte: Elaboração da autora. Término da coleta das postagens – 31 de julho de 2015 as 14h05m. *Audiovisuais não disponíveis para visualização no *site* Video nas Aldeias. Adquiridos através do *site* VNA.** Audiovisuais não disponíveis para visualização no *site* Video nas Aldeias. Visualizados pelo YouTube.com.br.